

Santo Thyrsso de Riba d' Ave

SANTO TIRSO
2011

ALBERTO PIMENTEL

SANTO THYRSO DE RIBA D'AVE



1902

SANTO THYRSO

Santo Thyrso de Riba d' Ave

NOTAS E COMENTÁRIOS
ÁLVARO DE BRITO MOREIRA
FRANCISCO CARVALHO CORREIA



ÍNDICE

p. 5

Apresentação

(António Alberto de Castro Fernandes)

p. 7

Club Thyrsense

(Luís Bento de Sampaio Correia de Miranda)

p. 9

Nota prévia

(Álvaro de Brito Moreira)

p. 15

Santo Tirso Riba d'Ave, Alberto Pimentel

(Texto original)

p. 397

Notas e Comentários

(Álvaro de Brito Moreira / Francisco Carvalho Correia)

p. 563

Referências Bibliográficas



APRESENTAÇÃO

A importância historiográfica da monografia de Alberto Pimentel – *Santo Thyrsos de Riba D'Ave* –, que se reedita acompanhada de um apontamento biográfico, notas e comentários de actualização e revisão histórica, permite apreender o verdadeiro alcance da história enquanto elemento matricial da identidade colectiva da comunidade tirsense.

O carácter dinâmico da história leva a que experiências fundamentais da temporalidade humana, sempre que questionadas, se transformem numa narrativa fundadora, constituindo um discurso que, a cada actualização, representa a configuração de novas experiências e percepções do presente e do futuro. Neste sentido, este esforço de renovação do conhecimento da história do concelho constitui um duplo exercício, na medida em que documenta a percepção contemporânea da comunidade tirsense e resgata a perspectiva historiográfica do início do século passado.

Neste enquadramento, a história de Santo Tirso constitui um inalienável valor onde se consolidam identidades, constituindo um “lugar de memória” com uma função integradora e identitária, não representando, como por vezes acontece, um olhar nostálgico de um passado pretensamente glorificado, pois existe nela uma profunda força projectiva, a partir da qual se interpela o presente e se orienta e projecta o futuro.

A reedição comentada e anotada da obra de referência de Alberto Pimentel, originalmente editada pelo *Club Thyrsense*, em 1902, pretende, em primeiro lugar, colmatar a necessidade, muitas vezes expressa pelos munícipes, especialmente os estudantes, da inexistência de uma monografia que, à luz dos actuais conhecimentos, permita contactar com a história do concelho.

Assim, espero que a presente obra, à semelhança da original, constitua uma referência na bibliografia tirsense, e, em certa medida, permita redescobrir o interesse da história e do património cultural concelhio, correspondendo, dessa forma, à mensagem expressa nos textos dos autores que a assinam.

O Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso

Eng.º António Alberto de Castro Fernandes



CLUB THYRSENSE

Como bem se expressa nos estatutos da instituição, o *Club Thyrsense* tem como linhas mestras da sua orientação – *proporcionar aos associados realizações de carácter cultural e recreativo, tais como leitura, música, conferências, exposições, saraus, bailes, jogos lícitos e desportos. Fomentar o progresso moral e material do concelho, cooperando com a Câmara Municipal e pessoas colectivas de utilidade pública, em quaisquer iniciativas com aquele objectivo. Prestar o seu concurso a qualquer ideia nobre, e principalmente a obras de beneficência e actividades de natureza cultural na região* – princípios, aliás, que nortearam o seu rumo desde a sua criação, em 1880.

O propósito da edição de um livro sobre Santo Tirso terá nascido no início de 1902, ao tempo em que era presidente do *Club* o Dr. Eduardo da Costa Macedo, que, na primeira reunião da nova gerência, aprovaria a proposta de promover, pelos meios adequados, a “...*publicação de um livro de colaboração de distintos homens de letras ou de sciencia, afim de ser edictado por este Club, revertendo o produto liquido a favor do mesmo. ...*”.

Para o efeito, José Bento Correia e José Cardoso Santarém, pela mão do sócio Guilherme da Costa Leite, desenvolveriam as diligências necessárias à formalização do convite a Alberto Pimentel, que, não só prontamente se dignaria a aceder ao convite, como a “...*com a maior galhardia prescindir em absoluto dos seus direitos contratuais com excepção da revisão das provas. ...*”

Em 1902, estava editado o volume, e, em certa medida, esboçado o rumo da investigação da história local que viria a incrementar-se pela mão de autores de reputada valia e mérito científico. A historiografia tirsense conta hoje com uma vasta obra publicada, em muitos campos pioneira, que, em parte, poder-se-á considerar como tributária da original investigação de Alberto Pimentel.

A reedição da monografia – *Santo Thyrsos de Riba D'Ave* –, integralmente assumida pela edilidade e criteriosamente anotada e comentada à luz dos mais recentes conhecimentos historiográficos, constitui para todos os associados do *Club* um factor de elevado regozijo e satisfação, na medida em que não só assinala e reafirma um dos princípios basilares da instituição na defesa dos valores culturais concelhios, como resgata os propósitos da sua edição original, disponibilizando a todos os tirsenses um meio fundamental para o conhecimento da sua história, facilitando assim uma efectiva acção de defesa das suas principais referências patrimoniais, designadamente do mosteiro de S. Bento, testemunho da génese da cidade de Santo Tirso, assim como o grande ensinamento deixado pelo próprio S. Bento através dos seus monges “Ora et Labora”, que, como todos queremos, perdurará.



NOTA PRÉVIA

A monografia – *Santo Thyrsó de Riba D’Ave* –, na sequência de um primeiro ensaio da autoria de Frei Leão de S. Tomás, realizado em meados do séc. XVII, constitui um dos mais desenvolvidos contributos da historiografia tirsense, podendo, com propriedade, atribuir-se a designação de primeira monografia do concelho de Santo Tirso, na medida em que, à luz da metodologia científica da época, corporiza uma “*descrição detalhada e concreta de um objecto de estudo de carácter geográfico, histórico e sociológico*”.

Em termos historiográficos, o contexto em que se enquadra o estudo monográfico de Alberto Pimentel, balizado entre a segunda metade de oitocentos e início do séc. XX, corresponde ao período em que várias gerações de investigadores animaram e imprimiram um forte rumo à investigação da História, enquadrando o movimento romântico que então animava a Europa Ocidental, influenciado por um conjunto de descobertas de grande significado científico. Também entre nós esse espírito se fez sentir tendo dado origem a um grupo de investigadores que integraram a corrente de pesquisa científica internacional, a quem, com justiça, se poderá atribuir a criação dos alicerces das novas disciplinas das Ciências Sociais e Humanas em Portugal.

Naturalmente, o estudo da história de Santo Tirso, beneficiou das vicissitudes que nessa época esta ciência conheceu no Norte de Portugal. Num ambiente profundamente dinâmico e interventivo, desenvolveram-se um conjunto significativo de instituições de carácter científico que constituiriam os alicerces das diferentes disciplinas da História. Entre as mais significativas destaca-se a *Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, cuja origem radica num grupo de investigadores que colaborou com a revista *Portugália* na transição do século (1899-1906) e a *Sociedade Martins Sarmento*, fundada em 1882. Do grupo de investigadores que conheceu projecção nacional, contemporâneos de Alberto Pimentel, registam-se várias acções desenvolvidas no concelho de Santo Tirso, quer no que respeita a intervenções directas no âmbito da arqueologia, quer de publicação de documentação e realização de estudos de carácter etnográfico e histórico. José Leite de Vasconcelos manteve contactos directos com alguns investigadores locais, entre os quais o Abade Joaquim Fonseca Pedrosa, merecendo destaque entre as várias acções que empreendeu a relacionada com a identificação de vestígios arqueológicos que atestam a origem romana da cidade. Efectivamente, a autoria da descoberta deve-se ao Abade Pedrosa, ilustre patrono do Museu Municipal, que, em carta dirigida a Martins Sarmento, referiu a identificação de telha e fragmentos de olaria romana em desaterros realizados junto à cerca do mosteiro. A confirmação do interesse e importância da descoberta foi efectuada por Leite de Vasconcelos que visitou o local em 9 de Janeiro de 1893, tendo prospectado a área onde, segundo a sua designação, outrora terá existido o “castro romano”. Desta visita daria testemunho o ilustre arqueólogo no momento em



que abordou o estudo da epígrafe dedicada a *Turiaco*, inclusa na parede da face norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, na sua obra de referência – *Religiões da Lusitânia*.

Martins Sarmento, seguramente o mais proeminente investigador nortenho do séc. XIX, terá sido o principal estudioso da região norte, cuja actividade se desenvolveu por mais de 50 anos, nos quais foi responsável pelo incremento de muitos estudos levados a cabo por colaboradores e arqueólogos amadores, merecendo destaque a relação que manteve com o Abade Pedrosa.

Entre os investigadores tirsenses merece referência Luís Correia de Abreu, ilustre pedagogo, natural de Santo Tirso, que dedicou grande parte da sua vida ao ensino e à divulgação da cultura. A sua actividade no âmbito da investigação da história local, apesar de reduzida, revela uma preocupação que extravasa a do pequeno colecionador, patente nos inúmeros manuscritos que deixou, entre os quais sobressai o que se reporta aos vestígios da sua terra natal, intitulado – *Descrição das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães*.

O Abade Pedrosa, ilustríssima personalidade tirsense de finais do século XIX e princípios do século XX, desenvolveu ao longo de 40 anos uma intensa actividade em prol do estudo, defesa e valorização do património cultural de Santo Tirso. Com a sua acção relacionam-se importantes descobertas e actividades arqueológicas, nomeadamente escavações, recolha e salvaguarda de materiais provenientes de achados fortuitos, identificação de vários monumentos, assim como acções no âmbito da defesa e valorização do património arquitectónico, área em que foi particularmente interventivo, como ilustram as iniciativas empreendidas no antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso e na igreja românica de Roriz. Todavia, apesar do seu intenso labor, as fontes para o estudo das suas actividades de investigação são escassas e muito limitadas, uma vez que são apenas constituídas pela correspondência epistolar mantida com Martins Sarmento, algumas referências indirectas efectuadas por este a propósito de achados arqueológicos da região e por notícias de jornais. De facto, como chegou a ser admitido pelo próprio num rascunho de carta referida por Augusto Pires de Lima, nunca escreveu ou publicou qualquer estudo sobre arqueologia ou história, apesar das inúmeras iniciativas que empreendeu e que, em muitos casos, constituíram acções cruciais para a preservação e salvaguarda de espólio arqueológico de assinalável valor científico e patrimonial.

A reedição comentada e anotada da monografia *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*, pela natureza da obra original e dos comentários dos autores que a assinam, em certa medida, pretende constituir uma homenagem a todos que, em diferentes momentos, contribuíram para o enriquecimento do estudo e divulgação da história do concelho de Santo Tirso. Como é natural, restringiu-se a intervenção a áreas específicas, cujo conhecimento actual acrescenta ou altera substancialmente o reproduzido na obra original.

Como se depreende do título e conteúdo da obra, em 1902, a realidade jurídico-administrativa do concelho de Santo Tirso era substancialmente diferente da actual.



Se, por um lado, é certo que o antigo couto do mosteiro beneditino foi a origem do concelho, por outro, não será menos significativo constatar que foram várias as reformas administrativas que definiram os seus actuais limites. É no decreto n.º 66, de 28 de Junho de 1833, que surge pela primeira vez mencionado o concelho de Santo Tirso, precisamente com as mesmas freguesias e limites que tinha o couto do mosteiro – Santo Tirso, Santa Cristina do Couto, S. Miguel do Couto, parte de Burgães e Monte Córdova da Várzea ou de Baixo. No entanto, esta divisão administrativa, que no país compreendia 816 concelhos, só se tornou efectiva em 1834 com a vitória dos liberais. Em 1839, passam a pertencer ao concelho as freguesias de S. Miguel do Couto e Burgães, desanexadas do então concelho de S. Tomé de Negrelos, que acabaria por ser extinto em 1855, passando a pertencer ao concelho de Santo Tirso todas as suas freguesias, com excepção de Penamaior que integrou o concelho vizinho de Paços de Ferreira. Em 1879, a requerimento da população de S. Miguel das Aves, a freguesia foi desanexada do concelho de Vila Nova de Famalicão e passou a integrar o concelho de Santo Tirso. A última alteração administrativa, datada de 19 de Novembro de 1998, que criou o concelho da Trofa, a partir da desanexação de oito freguesias do concelho de Santo Tirso, definiu a sua actual configuração. Presentemente, o concelho é composto por 24 freguesias, constituindo um território com cerca de 136 Km² que abrange parcialmente os vales dos rios Ave, Leça e Vizela.

Também nesta perspectiva, a monografia de Alberto Pimentel constitui uma referência historiográfica incontornável para a abordagem da história do município de Santo Tirso, na medida em que se reporta a uma realidade jurídico-administrativa que ao longo de cerca de 160 anos integrou uma região de forte identidade histórica, cujas ancestrais referências, progressivamente melhor definidas e problematizadas com a investigação arqueológica, revelam componentes étnicas, técnico-económicas, sociais e culturais específicas que, conjugadas com um amplo registo de influências exógenas, lhe conferiram um facies próprio, que o tempo e as vicissitudes político-administrativas registadas no devenir histórico não conseguiram desvanecer. Deste modo, pretendeu-se respeitar a integridade da obra valorizando a sua importância documental e histórica, em detrimento das conjunturais realidades jurídico-administrativas.

O livro estrutura-se em duas partes. A primeira compreende a reedição integral e fiel da obra à qual apenas se acrescentaram as referências alfanuméricas que remetem para as notas e comentários, que, *grosso modo*, correspondem à segunda parte do livro. Pretendeu-se, desta forma, preservar a integridade do modelo original, respeitando a estrutura e a hierarquia dos conteúdos temáticos, assim como a imagem gráfica e as ilustrações.

A informação contida é da responsabilidade de dois investigadores que, embora partilhando o projecto, salvaguardam a responsabilidade das autoridades. Assim, as iniciais *ABM* identificam Álvaro de Brito Moreira, e as iniciais *FCC*, Francisco Carvalho Correia.



Alberto Pimentel foi amanuense na Secretaria da Procuradoria Régia, junto do Tribunal da Relação, em Lisboa; Inspector das Escolas da Instrução Primária de cinco concelhos a sul de Lisboa, com residência em Setúbal; Administrador do concelho, em Portalegre e secretário da Junta Geral do Distrito, como procurador do concelho de Elvas. Depois, em Lisboa, novamente, Secretário do Ministro das Obras Públicas, Deputado pelo Círculo de Cinfães; Deputado no Palácio de S. Bento, pelo Círculo da Póvoa de Varzim; Redactor da Câmara dos Deputados; Professor da Escola Académica e do Colégio Parisiense; Jornalista do Diário Ilustrado, do Diário Popular, da Ilustração Portuguesa, do Correio da Europa, do Economista; vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Comissário do Teatro Dona Maria. E um extraordinário escritor!...





ALBERTO PIMENTEL

SANTO THYRSO DE RIBA D'AVE

Post haec fluvius Aya supra quam ecclesia beati Tyrsi martyrís—*Portugalíae Monumenta Historica*, Scriptores, pag. 393.

Aqui... se fundou o Mosteyro de Santo Thyrso nas ribeyras do dito rio (que por isso se chama *S. Thirso de Riba d'Ave*) e tão perto delle, que suas agoas servem de muro, e cêrca ás hortas, pomares, e campos do Mosteyro para a parte do Nascente.

Frei Leão de S. Thomaz—*Benedictína Lusitana*, tom. II, part. I, cap. II.

1902

Editado pelo «Club Thyrsense»

SANTO THYRSO

Santo Thyrso de Riba d'Ave

ALBERTO PIMENTEL

SANTO THYRSO DE RIBA D'AVE

Post haec fluvius Aya supra quam
ecclesia beati Tyrsi martyris—*Portu-*
galiae Monumenta Historica, Scripto-
res, pag. 393.

Aqui... se fundou o Mosteyro de
Santo Thyrso nas ribeyras do dito rio
(que por isso se chama *S. Thyrso de*
Riba d'Ave) e tão perto delle, que suas
agoas servem de muro, e cêrca ás hor-
tas, pomares, e campos do Mosteyro
para a parte do Nascente.

Frei Leão de S. Thomaz—*Benedi-*
ctina Lusitana, tom. II, part. I, cap. II.

1902

Editado pelo «Club Thyrsense»

SANTO THYRSO



ADVERTENCIA PRÉVIA

Quero explicar o motivo por que adoptei a graphia *Thyrso*, condemnada por alguns lexicógraphos, entre os quaes o snr. Cortesão (*Subsidios para um dictionario completo*, etc.)

Bem sei que em nenhuma das fórmãs antigas d'este onomastico apparece o *h* e o *y*. Assim, nos documentos de *Portogaliae Monumenta Historica* encontra-se *Tiso* (*Livro velho das linhagens* tit. XXV, III); *Tisso* (*Inquirições* de D. Affonso III, pag. 529, 533); *Tixo* (mesmas *Inquirições*, pag. 457); *Tirso* (tambem nas *Inquirições* de Affonso III, pag. 529, col. 1.^a e *Diplomata et chartae*, pag. 513, 518, 267, etc.)

Se eu, porem orthographasse *Tirso*, não só a maior parte dos leitores portuguezes, como, especialmente, os habitantes de Santo Thyrso, extranhariam e repelliriam essa graphia, que não estão costumados a ver e usar.

O costume faz lei: n'elle se funda o «direito» consuetudinario, que é tão bom direito como todos os outros ou melhor talvez, porque o reconhece e acceita o grande parlamento da opinião publica.

Nos documentos officiaes modernos, escreve-se geralmente *Thyrso*.

Mas ha ainda uma razão litteraria, e é que esta graphia está auctorizada por Alexandre Herculano nos summarios com que precede os documentos de *Diplomata et chartae*, pag. 512 e 517.

O continuador de *Portugaliae Monumenta Historica* tambem adoptou a mesma fórma.

Eu vou com elles e com o uso commum.

Devo agora declarar que, n'esta monographia, puz de parte as epocas préhistoricas na sua relação com a actual villa e concelho de Santo Thyrso.

Entro apenas pelos dominios da historia, onde o terreno é mais seguro, postoque nem sempre seja firme.

Comtudo não desconheço aquella relação, e lembra-rei ao leitor que Martins Sarmento^[1] examinou vestigios da epoca dos metaes, encontrados dentro da área d'este concelho.

Da *Revista de Guimarães* (vol. V, n.^{os} 157-159,) transcreverei aqui o ligeiro mas interessante artigo em que o illustre archeologo vimaranense se referiu a esse curioso achado:

«*Esconderijo de fundidor*^[2] Graças á intervenção do meu amigo, abbade de Santo Thyrso, a Sociedade Martins Sarmento fez a aquisição dos machados de bronze, apparecidos ha tempos em S. Martinho de Bougado. Segundo parece, o numero dos machados subia a trinta e quatro; mas alguns foram mandados derreter pelo achador, para se desenganar de que não eram feitos de ouro.

«A colleccão compõe-se hoje de trinta, dois em fragmentos, os demais completos, ou quasi. Todos elles são d'um mesmo feitio, mostrando ainda assim, por ligeiras differenças accidentaes, que não foram fundidos no mesmo molde; e pelo feitio entram na categoria dos que até hoje só têm sido encontrados no nosso paiz, d'onde se

infernica a existencia de fabricas indigenas, facto para mim indubitavel mesmo sem esta prova.

«A extremidade, opposta ao gume, era vasada, apresentando a fórma d'um pequeno calice arredondado e assim sahia da fundição; era cheia em seguida de chumbo derretido até ás bordas, quer para d'este modo equilibrar melhor a arma depois d'encabada, quer para dar peso ao martello, porque esta parte do machado não é senão um martello, quer enfim para ambas as coisas.

«Todos os machados appareceram acamados dentro d'uma cova aberta na terra, tampada por uma pedra; e é facil de ver, sobretudo pelas barbas da fundição, que nenhum d'elles tinha ainda servido. Estamos pois em face d'um *cachet de fondeur*, como lhe chamam os francezes, ou talvez melhor do *cachet* d'um vendedor ambulante, muito parecido aos nossos caldeireiros. O pobre homem, por um qualquer motivo, escondeu alli a sua mercadoria, com tenção de a ir negociar quando melhor lhe conviesse; mas a sorte dispôz outra coisa, e só ao fim de dezenas de seculos é que ella veio cahir nas mãos d'um proprietario, que nem percebia para que servisse aquillo.

«A descoberta foi feita, ao arrotear um terreno bravo no logar da Abelheira, n'um pequeno convalle entre outeiros tambem pequenos; e pelas immediações nenhuma tradição existe de povoação antiga.

«Que saibamos, d'ha annos para cá, é este o segundo achado da mesma especie. Por informações que temos, aliás muito vagas, o primeiro, feito em Villar de Mouros (concelho de Caminha) pouco mais haverá de dois annos, era muito mais importante. Fallava-se em duzentas peças de bronze, de fórmas variadas, entre joias e armas; mas uma grande parte dos objectos teria sido fundida pelos achadores, outra dispersada por colleccionadores particulares, o que equivale a dizer que a sciencia nada

lucrou com uma descoberta, que tão util lhe podia ser.»

Tambem Martins Sarmiento, no mesmo artigo, se referiu ás sepulturas préhistoricas, *mamôas*, d'esta região, dizendo:

«*Mamôas; combros* — Quando fui examinar a Abeleira, tive occasião de verificar que, como quasi todas as freguezias de Entre-Douro-e-Minho, as de S. Martinho e S. Thiago de Bougado, pagariam bem o trabalho de quem as explorasse com cuidado. A pouca distancia do esconderijo dos machados, e proximo da estrada, que de Santo Thyrso segue para a estação da Trofa, houve uma mamôa, que, ao ser desfeita para entulho da estrada, deu uma pedra do feitio d'um meio queijo, uns testos e algum tijolo.

«Para o lado de Santo Thyrso, e ainda proximo á mesma estrada, no lugar da Ervosa,^[3] ha duas outras mamôas, distantes uma da outra, coisa de sessenta metros. O povo chama-lhes casas dos mouros. Foram já exploradas, mas não desfeitas.

«Para o lado da estação da Trofa,^[4] e tambem a pequena distancia da estrada, na bouça das Bicas, ha uma quarta mamôa nas mesmas condições das duas anteriores. Esta não é chamada casa de mouros, mas é attribuida aos mouros.

«Muito proximo da estação, e mais proximo ainda da estrada de que tenho fallado, no lugar de Paranhos, havia um combro de terra, onde, ao ser arrazado, foram encontradas algumas vasilhas, de que ninguem sabe já. A pouca distancia encontravam-se outros combros eguaes, que se desfizeram para aplanar um campo, e tambem ahi se acharam vasilhas, que tiveram a sorte das outras. Segundo a descripção que me fizeram dos combros, são elles muito semelhantes a outros, que já vi perto da Villa de Punhe (concelho de Vianna), n'uma planicie, onde tambem se erguem algumas mamôas. São

certamente monumentos funerarios, como estas, mas de fórma elliptica, e, no seu eixo maior, d'um diametro de consideravel extensão, o que faz vêr n'elles sepulturas em grande, talvez o jazigo das victimas de qualquer batalha.*

A *Paleoethnologia Portugueza* (pag. 76-77) tambem registou a descoberta dos machados de bronze, dizendo que elles appareceram em S. Martinho de Louzado, aliás Bøgado.

Leite de Vasconcellos^[5] nas *Religiões da Lusitania* (vol. I) traz, em mais de um logar, referencias ao concelho de Santo Thyrso. Menciona os monumentos funerarios e os instrumentos metallicos. Depois, vindo a menor antiguidade, declara que em Santo Thyrso, como no Marco de Canavezes, se curvou em frente das aras divinas de *Turiacus* e dos *Lares Cerenaiici*.

Lares eram os espiritos protectores que, segundo a crença dos romanos, exerciam influencia benefica e tutellar sobre uma casa, uma região, etc. Nos volumes *Inscriptiones Hispaniae Latinae* da vasta collecção archeologica publicada, sob a direcção de Emilio Hubner, na Alemanha, encontra-se a copia de algumas lapides do concelho de Santo Thyrso e por ellas se vê que, n'esta região como em Canavezes, os *lares* eram invocados com o appellativo de *cerenaecis*.

A designação dos *lares* variava de familia para familia e de região para região.

Na geographia antiga do concelho apparece o porto de *Cernadene* sobre o Ave, e o prefixo d'aquella palavra parece accusar alguma relação etymologica com *cerenaecis*.

Quanto a *Turiacus*,^[6] tambem se devem consultar as *Inscriptiones*, vol. II.

Dadas estas breves explicações, entremos no assumpto.



I

As origens da villa



frade, em Portugal, foi uma civilização e ainda hoje, depois de extintas as ordens religiosas, é uma litteratura.

Em torno de cada convento agrupou-se uma povoação de serviçaes, de caseiros, de operarios e até de mendigos, que viviam á sombra das comunidades monasticas. Assim nasceram, por todo o paiz, muitos burgos, que os frades viram prosperar, e que sobreviveram ao monachismo, quando já estavam em condições de poder gozar autonomia municipal, fóros de independencia concelhia.

A actual villa de Santo Thyrso de Riba d'Ave, 24 kilometros ao norte do Porto, deve a sua origem certa, aquella que historicamente se pode hoje documentar, ao mosteiro ali remotamente edificado, como aconteceu em muitas outras localidades de todas as nossas provincias.

As ordens monasticas, sob a protecção dos grandes senhores que as favoreciam, tinham dedo para escolher sitios uberrimos e deleitosos, em que podessem apegar e florescer.

Parecia guial-as a intuição de que, lançando a base de povoação futura, deviam crear-lhe condições de prospera existencia.

O mosteiro de Santo Thyrsó, que a princípio se chamaria de S. Nicolau, foi plantado á beira do rio Ave, em terreno baixo, como arvore que, para ser frondosa, carecesse mais do favor da agua corrente que do ar vivo da serra.

N'outras regiões e provincias, os frades, especialisemos os beneditinos, elegeram para sua habitação sitios altos, no topo ou encosta de montes, logares de boas vistas, desassombrados, e bem lavados dos ventos.

Em Santo Thyrsó tomaram posição menos evidente, mas procuraram mais fertil torrão, servido pelo rio Ave, que regaria os pomares e as hortas, daria peixe e frescura, faria mover productivamente as rodas das azenhas.

As ordens religiosas não chamavam apenas população. Acalentavam industrias locais, animavam o commercio attraindo feirantes. Ainda hoje em Santo Thyrsó se realisam duas feiras de louça de Prado a 21 de março e a 11 de julho. (1) Foram uma criação do convento; havia-as em todas as terras onde os beneditinos tinham casa. No seculo XVIII, alem d'estas, faziam-se aqui mais trez feiras: uma de gado, no primeiro sabbado de cada mez; outra a 8 e 9 de setembro; finalmente, outra ás quartas-feiras, de quinze em quinze dias.

Quando as ordens religiosas foram extinctas, o nucleo da civilisação portugueza, creada pelo frade sobre a conquista do guerreiro, produzia copiosos fructos, era já sufficiente garantia de futuro prospero.

O mosteiro de Santo Thyrsó havia sido um chamariz para aldear visinhos. A população agrupou-se, cresceu.

Constituiu-se a parochia, cuja egreja, situada no logar

(1) São os dois dias do anno consagrados a S. Bento no calendario catholico.

onde hoje se vê a capella dos Passos, era tão pequena, que se chamava a Santo Thyrsó «a freguezia da Capella». Já então o mosteiro parochiava.

No século XVII, reconstruido o templo conventual, passou a ser *commum* aos frades e aos parochianos.

A parochia veio a pertencer administrativamente ao concelho de Refoyos de Riba d'Ave.

Mas em 1834, quando o frade foi banido, já havia importantes elementos de vida municipal: a primeira verreação do *concelho de Santo Thyrsó* tomou posse a 6 de outubro d'aquelle anno.

Contavam-se então, na séde do novo concelho, 98 casas, 48 sobradadas e 50 terreas, quazi todas habitadas por criadagem que servira o mosteiro e pelas suas familias.

Funccionavam, como industria local, 13 fornos para cosedura de trigo; dois cosiam todos os dias, os restantes apenas de oito em oito dias para abastecer as feiras de Santo Thyrsó, de Famalicão e de Sant'Anna.

O frade lançara todos estes elementos de progresso e de vida; semeara ideas economicas, recursos financeiros.

Outros vieram depois fazer a colheita.

Dado o primeiro impulso, a evolução natural das coisas foi engrandecendo a povoação.

Um decreto de 28 de dezembro de 1840 creava a comarca de Santo Thyrsó; uma carta regia de 14 de dezembro de 1863 categorisava a aldeia em villa.

Em 1 de março de 1860 a camara municipal deliberára que o mercado das quartas feiras, de quinze em quinze dias, passasse a ser semanal, realisando-se ás segundas feiras.

Estava, finalmente, assegurada a vida local; bastava apenas ir acompanhando os seus progressos.

Mas o frade já tinha sido expulso do mosteiro.

Pois se um decreto fez a villa, quem reuniu a povoa-

ção e lhe deu o primeiro alento, foi o frade. Aqui, como em toda a parte.

Por isso eu disse que o frade fôra uma civilisação.

Resta provar que ainda hoje é uma litteratura.

A «chronica», essa inextinguível fonte de noticias historicas, onde ainda agora vamos conversar com o passado, cultivou-a especialmente o frade. Só elle, á sua parte, produziu mais que todos os chronistas seculares.

Os Brandões de Alcobaça firmaram com seguro criterio os alicerces da historia geral do paiz na *Monarchia Lusitana*. O theatino Antonio Caetano de Souza escreveu na *Historia Genealogica* o mais vasto e completo nobiliario que possuímos.

Frei Agostinho de Santa Maria deixou no *Santuário Marianno* um monumento de fé christã individualisada por epocas e logares.

As ordens religiosas tiveram seus historiadores privativos, de portas a dentro: S. Domingos, o mavioso Souza; o Carmo, frei José de Sant'Anna; Cister, frei Bernardo de Brito; a Companhia, Balthasar Telles e Simão de Vascencellos, seus filhos; a Serra de Ossa, frei Henrique de Santo Antonio; a Piedade, frei Manoel de Monforte; e que sei eu, quantos mais!

Na eloquencia sagrada, bastará citar Vieira, Manoel Bernardes, frei Antonio das Chagas, ou só Vieira.

Na philosophia, os jesuitas Manoel de Goes, Pedro da Fonseca, Sebastião do Couto, Balthasar Alvares.

Na poesia mystica, pairando entre o ceu e a terra, quem foi mais longe ou mais alto que frei Agostinho da Cruz?

Querendo fallar da villa de Santo Thyrsó, é ao frade, principalmente, que eu tenho de recorrer agora, mais á sua litteratura.

Porei de parte antiguidades romanas,^[7] que são remotas e escuras. Não investigarei a existencia de um castro luso-romano no sitio onde hoje estão as Escolas e quintaes visinhos, havendo talvez povoação ao norte e poente d'esse castro, como se inferiu da apparição de fragmentos de telha, vasilhas de barro, restos de mós, vestigios de sepulturas antigas e até de uma lapide votiva na parede oriental do claustro.

Não curo de saber se o castro luso-romano, deu, antes do mosteiro, origem a uma primeira povoação em tempos longinquos. Como quer que fosse, haveria que distinguir entre o lugar d'essa supposta povoação romana e o da actual; medea uma distancia de mais de duzentos metros entre os dois logares.

O que sei, porque claramente o vejo, é que em nossos dias a villa de Santo Thyrsó mostra ter partido do mosteiro: a sua linha inicial é uma extensa rua, que, sahindo da portaria, galgou para o sul.

Ainda hoje, em muitas cantigas populares, e na linguagem usual, se faz allusão á *rua* para designar a *villa*.

É a tradição fradesca a sobrepôr-se ás transformações modernas.

O frade imperou em Santo Thyrsó talvez durante mil e duzentos annos, desde o seculo VII até 1834. Não se apagam facilmente vestigios de um tão longo dominio, que foi creador e impulsivo.

Interessa, pois, saber a historia do mosteiro, que é a historia da villa.

E para o conseguirmos, ainda que em esboço, temos de recorrer ao frade, isto é, á *Benedictina Lusitana*, de frei Leão de S. Thomaz, monge da Congregação de S. Bento em Portugal e lente de véspera na universidade de Coimbra.

*

Com razão escreveu *Julio Diniz*, no romance *Os fi-*

dalgos da casa mourisca, que a tradição popular em Portugal, nos assumptos de historia patria, não vae alem do periodo da dominação arabe na peninsula hispanica.

Aqui temos nós, para fallar do mosteiro de Santo Thyrso, que relembrar o tempo dos mouros.

Da primitiva fundação do mosteiro pouco se sabe, porque é anterior á invasão arabe, o que justifica a observação de *Julio Diniz*.

Apenas se acha escripto que no anno 770 da era de Christo já aqui havia communitade religiosa.

Tudo gasta o tempo, até as pedras. Foi o tempo, se não foi mão sacrilega de homens, que arruinou o mosteiro antigo, de modo que no tempo dos mouros carecia de reedificação.

O rei de Leão Ramiro II é um rei muito celebrado nas chronicas e até nas trovas populares por causa da lenda do castello de Gaya, que o visconde de Almeida Garrett vulgarizou no seu *Romanceiro*.⁽¹⁾

Este rei leonez de tal modo se fascinou por uma princeza moura, irmã de Albocadão, senhor de toda a terra comprehendida entre Gaya e Santarem, que, apesar de ser casado e ter descendencia, a raptou uma noite.

O mouro vingou-se ao pé da lettra, apossando-se, pelo mesmo processo, da rainha de Leão, mulher de Ramiro.

Então o leonez começou a arder na frágua do ciúme e, medeante uma serie de estratagemas, que não vem para o caso, conseguiu penetrar no castello de Gaya, abeirar-se da rainha e, por uma emboscada que lhe não faz honra, porque Ramiro II não foi nunca boa pessoa, dar cabo de Albocadão e da sua gente.

Mas a rainha, restituída aos braços do marido, chora-

(1) Vol. I. *Miragaid*.

va ainda pelo mouro, e Ramiro puniu-a dando-lhe morte violenta.

Depois o leonez fez baptisar a princeza moura, e casou com ella, que foi excellente esposa, muito temente a Deus, até ao resto de seus dias.

D'este casamento houve Ramiro II descendencia.

O primogenito teve o nome de Alboazar Ramires, educou-se na fé christã, e tomou por mulher Dona Helena Godiz, dama illustre das Asturias. ⁽¹⁾

Aquella talvez primeira reedificação do mosteiro de Santo Thyrsó, a que n'um dos períodos anteriores nos referimos, deve-se a este infante Alboazar, senhor da terra da Maya; a elle e a sua mulher.

Príncipe esforçado, Alboazar lidou contra os mouros, apesar da sua origem materna ser agarena. Tanto se havia elle fanatisado pela religião christã. Deram-lhe o cognome de *Cid*, chefe, senhor, em homenagem a seus feitos; *cid* ou *sid*, do arabe *sada*, dominar, era usado como titulo de honra.

Junto ao mosteiro, assim reedificado, fundou-se um burgo, que recebeu o nome de Cidenai.

O auctor da *Benedictina Lusitana* explica esta denominação dizendo: «Por onde *Cidenai* é o mesmo que *Cidenati*, lugar dos filhos, e netos d'aquelle, que por seu dominio e senhorio se chamou *Cide*».

Ainda hoje, á ilharga da cadêa na villa de Santo Thyrsó, se vê n'um cunhal este lettreiro—*Largo de Cidenai*.

Ficou ali permanente a memoria do burgo d'aquelle nome, qualquer que seja a sua etymologia. Poderia admittir-se a inicial *S*, com certo cunho de nacionalisação, porque Frei João de Souza, nos *Vestigios da lingua ara-*

(1) Veja-se o *Nobiliario* do Conde D. Pedro, titulo XXI; e a *Monarchia Lusitana*, tom. II, cap. XXVI.

bica, include a graphia *sid* no numero dos vocabulos que, passados a caracteres portuguezes, exprimem quanto possivel o arabe.

Relativa mente a Santo Thyrso, tem sido conservada a inicial *C* tanto na versão popular como na das chronicas: a *Benedictina Lusitana* diz *Cidenai* e a *Corografia Portugueza* diz *Cidnay*.

De minha casa, porei pouco n'esta questão, porque não quero arriscar grandes passos, nem muitos, em terreno escorregadio.

Mas lembrarei que, no arabe, *sidna* quer dizer—senhor nosso, e que talvez a coberto d'uma paragoge possa ter vindo d'ahi *cydnai* ou *cidenai*, exprimindo um preito de obediencia dos moradores do burgo ao infante Alboazar.

Ou, como este principe era senhor da terra da Maya,^[8] (em que havia um logar chamado *ciday*) quem sabe se o nome do burgo não proviria da agglutinação dos vocabulos *cid* e *Maya*, com abrandamento da consoante média e suppressão (apocope) da ultima vogal, por effeito da lei do «menor esforço»?

Bem pode ser que a mesma origem arabica, representada no prefixo *sid* para designar um primitivo senhorio, se tornasse extensiva a outros logares do paiz.

Assim, dentro do proprio concelho de Santo Thyrso, ha na freguezia de Alvarelhos um logar chamado *Sidoi*; na freguezia de S. Thiago de Bougado um logar chamado *Sidae* e outro denominado *Sedões*.

Segundo a hypothese, qualquer d'estes nomes quereia designar—logar ou aldêa do senhor. ⁽¹⁾

No visinho concelho de Famalicão, encontram-se as

(1) Tambem ha logares com o nome de *Sid* nos concelhos de Braga, Villa Verde e Ceia; no de Braga, freguezia do Penso, ha *Sidello*; no de Obidos, freguezia da Amoreira, ha o casal da *Sidoura*.

freguezias de S. Miguel de *Seide* e de S. Payo de *Seide*.

Esta palavra parece derivar de *Saide*, que é a voz feminina do arabico *sid*: significa «senhora».

No concelho de Fafe existe a freguezia de *Seidões*.

Nos concelhos de Braga, Guimarães e Paços de Ferreira, ha logares que teem o nome de *Cide*; e no concelho de Vinhaes, freguezia de Villar de Peregrinos, um logar chamado *Cidões*.

Mas basta de exemplos.

Ponho já de parte esta questão, para não incorrer na censura de D. Francisco Manoel, que tinha os grammaticos como cosinheiros de «tão impertinentes guizados, que na maior fome do mundo os não comêra o diabo».

*

Do casamento do infante Alboazar com Helena Godiz nasceu Dom Trastamiro, que foi avô paterno de Dom Sueiro Mendes da Maya, o *Bom*, e de Dom Gonçalo Mendes da Maya, o *Lidador*.

Dom Sueiro, «homem de grandes feitos», era senhor da terra da Maya, «porque a ganhou por seus avós, e haviam-na por sua, e a Maya chamava-se em aquelle tempo desde Douro até Lima». (1)

O conde Dom Henrique e sua mulher doaram a Dom Sueiro o couto de Santo Thyrso com a vassallagem de todos os seus moradores e posse dos reguengos n'elle circumscriptos.

Estando o couto de Santo Thyrso comprehendido entre o Douro e o Lima, isto é, na terra da Maya, não se comprehende, á primeira vista, que Dom Sueiro recebesse

(1) *Nobiliario* do Conde D. Pedro, tit. XXI, pag. 118.

por doação uma propriedade que já pertencia á sua família.

Alguns chronistas dizem, porem, que a terra da Maya era apenas a faixa maritima, que se prolongava desde o rio Douro até ao rio Lima.

Sendo assim, já a doação se percebia.

Eu supponho que a terra da Maya não chegava até ao Lima, mas apenas até ao Cávado. Isto é mera conjectura minha. O que não padece duvida é que a Maya entrava terra dentro pelo actual concelho de Santo Thyrso e pelo actual concelho da Maya, tendo por limite oriental uma linha, que passasse por Alvarelhos, Covellas, Avioso, Folgosa e Aguas Santas. ⁽¹⁾

Agora se percebe claramente a doação feita pelo conde Dom Henrique e Dona Tareja a Dom Sueiro Mendes o *Bom*.

Versava sobre terrenos que ficavam para alem do limite oriental da terra da Maya; terrenos que lhe não seriam contiguos, mas eram proximos.

D'esta doação encontram-se dois exemplares em *Portugaliae Monumenta Historica*. ⁽²⁾

Por ella podemos hoje conhecer a demarcação do couto, que vamos reduzir á sua formula mais simples e clara, pondo de parte a nomenclatura da topographia antiga.

Supponhamos uma linha que, ao oriente, partia da margem esquerda do Ave, separava Burgães do mosteiro de Santo Thyrso, seguia por Santa Cruz e monte Cordova a Guimarei, avançando sobre o occidente para Ervosa

(1) Vê-se, evidentemente, do arrolamento dos logares de que se compunha a Maya no tempo de D. Manoel, quando a Maya já pertencia a Pedro da Cunha Coutinho. Archivo Nacional, Maço de autos sobre direitos reais, e da Ordem de Christo, n.º 2.

(2) *Diplomata et chartae*, pag. 512.

até á Ponte Velha, d'onde, cortando pelo meio do rio contra a corrente, ia fechar no mesmo ponto oriental d'onde havia partido. ⁽¹⁾

Dom Sueiro Mendes, em testamento, deixou o couto de Santo Thyrso ao mosteiro.

D'este documento conhecemos duas copias: uma que vem nos *Portugaliae Monumenta*, ⁽²⁾ outra que saiu estampada na *Benedictina Lusitana*, ⁽³⁾; e conhecemos uma traducção portugueza, não menos barbara que o latim da idade média, feita sobre o respectivo original apresentado pelo Dom Abbade de Santo Thyrso no Juizo da Contadoria da Comarca do Porto em 1797. ⁽⁴⁾

Entre o testamento de Dom Sueiro e doação do conde Dom Henrique apenas existem pequenas diferenças quanto á nomenclatura das terras, comprehendidas no couto.

Uma das passagens mais interessantes do testamento, sob o ponto de vista historico, é por certo aquella em que o testador define a situação do mosteiro, que diz achar-se no logar chamado *Moraria*, *in loco qui dicitur Moraria*, perto do rio Ave, ao sopé de Monte Cordova para a banda do norte.

E' de notar que o erudicto coordenador dos *Monumentos Historicos de Portugal*, na apostilla com que precedeu o testamento de Dom Sueiro, traduz *Moraria* por *Moreira*.

Procurei com vivo interesse quaesquer outros documentos que pudessem acrescentar alguma noticia á historia antiga do mosteiro e villa de Santo Thyrso.

(1) Este ponto era o portô de Cernadene, que nos *Monumentos historicos* é graphado de dois modos diferentes: *porto de Cernadino* e *porto de Cernandino*.

(2) *Diplomata et chartae*, pag. 517.

(3) Tomo II, part. 1.^a, cap. II.

(4) Esta traducção existe no Governo Civil do Porto, livro do registo das doações e mais titulos dos donatarios da Corôa, a fl. 105.

O que logrei encontrar ou era indifferente para esse effeito, ou era demasiadamente confuso e incerto.

Não é facil, hoje, ir muito alem da *Benedictina Lusitana*; seu auctor viu os papeis existentes no cartorio do mosteiro, e trabalhou sobre elles.

O que é feito d'esses documentos? Ou se perderam ou foram aniquilados pelas chammas. Alexandre Herculano refere-se a um incendio, ⁽¹⁾ que se manifestou no edificio da Casa Pia do Porto, onde tinham sido recolhidos diversos cartorios do mesmo districto do Porto.

João Pedro Ribeiro encontrou ainda intacto o cartorio do mosteiro de Santo Thyrso; os extractos que fez conservam se na Bibliotheca de Universidade de Coimbra, secção dos manuscriptos, n.ºs 16, 17 e 18.

A meu pedido, o illustre escriptor snr. Augusto Mendes Simões de Castro enviou-me um summario d'esses extractos; algumas noticias que n'elles colhi serão collocadas em lugar proprio, ao correr d'esta monographia.

No Archivo Nacional (Torre do Tombo) nada existe do antigo cartorio de Santo Thyrso.

Em *Portogaliae Monumenta Historica* achei varios documentos relativos ao mosteiro thyrsense, mas, para o caso, menos interessantes e necessarios do que aquelles a que já me referi.

Contudo especialisarei as inquirições do tempo de Dom Affonso III, que dão alguma luz sobre a área do couto; d'essas inquirições se vê, por exemplo, que n'elle estavam incluídas então trez egrejas: a do mosteiro, a de Santa Christina e S. Miguel do Couto. «*Interrogatus quot Ecclesie habentur in ipso (Cauto) Monasterii Sancti Tissi, dixit quod tria: Sancta Christina, et Sanctus*

(1) *Port. Mon. Hist. Diplomata et chartae*, pag. 512.

Michael, Monasterius Sanctus Tissus. (Inquirições, pag. 533, col. 2.^a).

Outros documentos ha que lançam no espirito de quem os lê uma grande confusão.

Assim, por exemplo, no *Livro velho das linhagens* diz-se que Dom Gonçalo Mendes foi «o que deu grande algo a Santo Tirso e ás igrejas», o que importa confusão com seu irmão Dom Sueiro Mendes.

Para seguir caminho, confessemos mais uma vez, em homenagem á verdade, que, a respeito de quaesquer documentos antigos, ninguem pode deitar a barra adiante aos frades, que viram os essenciaes e os compulsaram.

Apenas como explanação se consegue trazer hoje a lume algum pormenor subsidiario: está n'este caso uma noticia de Ribeiro de Meyrelles, que pomos em nota, e diz respeito ao couto do mosteiro no seculo XVII. ⁽¹⁾

*

Nem a doação do conde Dom Henrique nem o testa-

(1) «Couto de São Tirso he do districto e jurisdicção do Concelho de Refoyos e são Donatarios delle os Padres de São Bento do Mosteyro do mesmo Couto em que poem Juiz, que conhece do civil somente e tem as freguezias e lugares seguintes.

«Freguezia de Monte Cordova da Ribeyra he do Couto de São Tirço, e tem os lugares seguintes:

Aldea de Real
Aldea de Muynhos
Aldea do Tapado
Aldea das Bouçaynhas
Aldea do Vilar

Aldea de Passos
Aldea de Molello
Aldea de Villa Mean
Aldea da Cortegosa

«Freguezia de São Miguel do Couto he do Couto de São Tirço e tem os lugares seguintes:

Aldea do Bomjardim
Aldea de Sello
Aldea de Curros
Aldea do Cabo
Aldea de Sandim

Aldea do Bacello
Aldea de Ramil
Aldea de Pedraynha
Aldea de Pereira
Aldea do Areal

mento de Dom Sueirò nomeiam a ponte da Lagoncinha; chamam-lhe *pontem antiquum*, Ponte Velha.

Mas o auctor da *Benedictina* dá um pormenor interessante a este respeito: fallando d'outra doação remota (casas em Bougado e parte da egreja de Ribeirão) diz que foi feita ao mosteiro de Santo Thyrso por «uma senhora illustre chamada Dona Gontinha ou Goneinha,

«Freguezia de Burgães. Pela parte que desta Freguezia pertence ao Couto de São Tirso tem os logares seguintes:

Aldea da Villa	Aldea da Barbuta
Aldea de Beyre	Aldea da Serqueda
Aldea da Infermaria	
Aldea d' Real	
Aldea de Serqueda de Bayxo	

«Freguezia de Santa Christina he do Couto de São Tirço e tem os logares seguintes:

Aldea do Rego	Aldea de Santa Christina
Aldea de Travassos	Aldea do Bayrro de Aquem
Aldea de Viella	Aldea do Bayrro de Alem
Aldea do Real	Aldea do Nejal
Aldea de Tarrios	Aldea do Outeyro
Aldea do Morouço de Alem	Aldea da Laje
Aldea do Morouço de Aquem	Aldea da Granja
Aldea da Leyra	Aldea do Deniz
Aldea da Longa	Aldea do Juncal
Aldea da Ermida	

«Freguezia de São Tirso he do Couto de São Tirso e tem os logares seguintes:

Aldea de Sidinaes	Aldea de Guermil
Aldea do Picoto	Aldea da Varzea
Aldea do Tapado	Aldea do Alcayde
Aldea da Alagoa	Aldea da Cabroeira
Aldea de Vilalva	Aldea do Boyeyro
Aldea de Friães	Aldea do Real
Aldea de Gião	Aldea do Olival»

(*Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocam, dedicado ao Ill.^{mo} Snr. Lourenço de Mendoça e Moura, Conde de Val dos Reys. Disposto e coordenado por Vicente Ribeiro de Meyrelles, official da secretaria da Junta dos tres estados. Anno 1689. Fls. 85 a 89. Codice existente no Archivo Nacional.*)

que morava junto ao rio Ave, e junto á ponte, que d'ella parece tomou o nome com alguma corrupção de vocabulo, porque ainda hoje se chama *ponte da Lagoncinha*,^[9] por onde antigamente se caminhava do Porto para Braga».

Esta ponte marca pois o inicio de maior facilidade de comunicação entre o couto de Santo Thyrso, a margem direita do rio Ave, cidade de Braga e toda a provincia do Minho. (1)

Em tempos mais longinquos essa comunicação far-se-ia por meio de barcas de passagem no rio Ave; aqui, como em toda a parte, a ponte viria substituir a barca.

No começo do seculo XIX, em 1802, o famoso corregedor das justiças do Porto, Francisco d'Almada e Mendonça, assistido de toda a communidade do mosteiro, lançou a primeira pedra de uma ponte, que se chamaria *nova em relação á da Lagoncinha*.

Chegaram a construir-se os pérgões, que deviam sustentar trez arcos de granito; mas a invasão franceza paralyzou a obra.

Supponho que em 1844 se tornou a pensar n'uma ponte sobre o Ave, não já de pedra, mas pensil, para dar passagem á estrada de macadam do Porto a Villa Pouca de Aguiar, que então se estava construindo.

Sobreveio a revolução da Maria da Fonte, e novamente se poz de parte a ideia da ponte sobre o Ave, o que atrazou o desenvolvimento da villa de Santo Thyrso,

(1) «... a ponte da Langoncinha no sitio da freguezia de Sancta Marinha de Louzado ponte Romana que a reedificou Dona Goncinha pela qual antigamente hia a estrada do Porto para Braga cortando pelas fraldas da Serra da Corviam e passando pela freguezia de Esporaes e Coutada dos Archebispos se metia pelo postigo de S. Sebastian na dita cidade de Braga e por ali hera a via militar que de Braga hia para Lisboa e hua das sinco que reffere o Itenerario de Antonino Pio, a qual ponte ha muytos annos a esta parte pouca serventia tem.» (*Memorias paruchias de 1758*, apud *Archeologo Português*, vol. II, pag. 312.)

que principiava a sentir a falta dos frades, seus creadores e protectores.

Em 1863 foi alterado o projecto d'aquella estrada mudando-se a directriz para a margem esquerda do rio.

Mas tambem esta ideia não teve seguimento.

Decorreram annos, e a villa de Santo Thyrso ia sentindo a falta da poderosa communitade monastica, que lhe dêra vida e impulso.

O frade fez falta em toda a parte; aqui, muitissima.

Só em 1882 é que os pégões antigos foram aproveitados, com alguma modificação, para a actual ponte de ferro, que, alem de servir as duas margens do rio, dá passagem á estrada districtal de Ermezinde a Famalicão.

Então, ao cabo de tão longos annos e trabalhos, pôde a villa de Santo Thyrso conquistar um valioso factor de progresso com a abertura da estrada do Porto a Villa Pouca d'Aguiar.

A construcção da ponte alargou a área da villa, que bracejou um novo bairro para a margem direita do Ave: o bairro d' *alem da ponte*, em que se edificaram alguns predios de excellentes aspecto.

Tambem na margem direita foi construida a estação que serve a villa de Santo Thyrso na linha ferrea de Bougado a Guimarães. (1)

Eis aqui outro factor de progresso, e importantissimo, se bem que a villa de Santo Thyrso devesse ter queimado os ultimos cartuxos para conseguir que a estação lhe ficasse mais proxima, na margem esquerda.

Succede que os viajantes, dirigindo-se a Vizella e Gui-

(1) Foi uma companhia ingleza, *Minho district rail way company limited*, que primeiro obteve a concessão d'esta linha. Construidos 6 kilometros, desistiu da empresa. Então o governo, por decreto de 16 de abril de 1879, fez nova concessão a Antonio de Moura Soares Velloso e ao visconde da Ermida, que organisaram uma companhia.

marães, se contentam com vêr de longe a villa de Santo Thyrso, deixando-a de parte.

Assim se explica o silencio de Dom Antonio da Costa a respeito de Santo Thyrso, em seu livro *No Minho*.

Podem ser mais vastas, mas não são mais bellas, as outras terras que descreveu.

Faltou a Santo Thyrso um homem de valor, que fizesse a estação menos distante da villa; ou faltou-lhe... o valor de uma communidade, se os frades pudessem ter sido contemporaneos dos caminhos de ferro.

*

Agrupados estes elementos para a historia das origens e desenvolvimento da villa, que teve o mosteiro por berço, devo dizer que, alem de Dom Sueiro Mendes da Maya, outros muitos protectores favoreceram a communidade benedictina de Santo Thyrso.

Dom Sueiro, alem da doação, dispensou varios beneficios ao mosteiro thyrsense de Riba d'Ave, pois que o contemplou em codicillo com alguns legados importantes.

E, fallecesse no reino ou fóra do reino, mandou-se sepultar no mosteiro de Santo Thyrso: *vassali mei ducant me ad Monasterium S. Thirsi*.

Foi, cumprida a sua vontade, sepultado na galilé (alpendre) da egreja de Santo Thyrso, dentro da parede; tambem ali, no mesmo lugar, tivera sepultura, annos antes, seu filho primogenito Payo Soares Zapata.

Ainda hoje são visiveis os epitaphios do pai e do filho no átrio da egreja, correspondente á antiga galilé, por cima da gruta de Nossa Senhora de Lourdes.

A infanta Dona Mafalda, rainha de Castella e filha de Dom Sancho I, teve piedosa affeição ao mosteiro de Santo Thyrso.

Segundo a *Benedictina*, fez-lhe doação do couto de

S. João da Foz do Douro. Certamente que frei Leão de S. Thomaz vira a respectiva escriptura no cartorio do mosteiro de Santo Thyrso. Mas o mesmo auctor mostra, por transcripção do codicillo de Dom Sueiro Mendes da Maya, que um dos legados d'este codicillo era o da ermida de S. João da Foz, ao mosteiro de Santo Thyrso, com os casaes que ali tinha á beira-mar. Por outro lado, Pinho Leal ⁽¹⁾ diz que existia no cartorio do mosteiro de Arouca a doação da ermida de S. João da Foz, que depois foi de Santo Thyrso, feita por Dom Affonso Henriques ao mosteiro de S. Miguel de Riba Paiva.

Não tentarei dilucidar todas estas sombras historicas.

O que sei, com relação ao meu assumpto, é que a princeza Dona Mafalda tem em seu testamento a seguinte deixa: *Item Monasterio Sancti Thirsi de Ripa Ave mando casale de Martino Menendi pro meo anniversario.* ⁽²⁾

E o que não póde soffrer duvida alguma é que, entre outros muitos coutos, ⁽³⁾ o mosteiro de Santo Thyrso possuiu o de S. João da Foz do Douro, e que foi este o ultimo que conservou.

Na galilé de Santo Thyrso teve sepultura uma neta de Dom Sueiro o *Bom*, a qual legou ao mosteiro a egreja de Silvaes, seis casaes e varios moveis.

(1) *Portugal antigo e moderno*, vol. III, pag. 221.

(2) *Provas da Historia Genealogica*, tom. I, pag. 32.

(3) Alem do que lhe doou Dom Sueiro Mendes, teve o mosteiro de Santo Thyrso mais os seguintes coutos: de S. João da Foz, Villa Nova dos Infantes, Gulães, Silvaes, Soutello, Ayrão, S. Paio de Guimarei, Santiago de Guimarei, Eixo e Requeixo com o condado de Avintes. No seculo XVIII, quando o padre Cardoso compoz a *Corografia*, sómente lhe restava, alem do de Santo Thyrso, o de S. João da Foz ou n'elle, em virtude de um escambo, alem da jurisdicção parochial, apenas o direito do pescado, como parece deprehender-se do documento da era de 1338 existente na Bibliotheca da Universidade, M S, n.º 16.

Refiro-me a Dona Maria Ayres de Fornellos, amante de Dom Sancho I, que n'ella procreou dois filhos, Dom Martim Sanches e Dona Urraca Sanches. (1)

Não carreguemos a mão em censuras á fragilidade de uma dama illustre, que illegitimamente occupou o leito de el-rei Dom Sancho I.

Não sejamos mais severos do que Dom Gil Vasques de Soverosa, que depois a desposou.

Mas notemos a circumstancia de uma celebre mulher, que dispoz de prestigio e poderio na antiga cõrte de Portugal, ter vindo repousar n'esta placida terra de Santo Thyrso, sob a galilé monastica, tão longe dos ruidos mundanos e dos brilhos da evidencia palaciana.

Na capella mór do templo foram sepultados os restos mortaes do 2.º conde de Barcellos, Dom Martim Gil de Souza, e de sua mulher, cujo epitaphio commum hoje se encontra ao entrar para o côro.

Outra muito nobreza d'este reino, da qual faz menção o auctor da *Benedictina*, procurou tambem sepultura á sombra das paredes do mosteiro de Santo Thyrso.

Em tempo de elrei Dom Diniz, um fidalgo, de nome Ruy Martins de Numães, assignalado em feitos militares, e sua mulher Dona Senhorinha fizeram doação ao mosteiro de Santo Thyrso da igreja de Silva Escura e, para segurança, lhe hypothecaram as quintas que possuíam em Silva Escura e Revinhade.

*

Silva Escura! Este nome parece ter vindo attraído,

(1) O Nobiliario do Conde D. Pedro diz na sua linguagem singelamente crua: «Morta a rainha D. Aldonça, filhou el-rei D. Sancho por amiga D. Maria Ayres de Fornellos, filha de Ayres Nunes de Fornellos, que depois foi mulher de D. Gil Vasques de Soverosa, e fez em ella D. Martim Sanches, D. Urraca Sanches. Morreu esta D. Maria Ayres, e filhou el-rei a D. Maria Paes Ribeira, que disseram a Ribeirinha, etc. Tit. VII, fol. 30».

por uma singular coincidência, ao meu espirito, a proposito da villa de Santo Thyrsó. N'aquella aldeia tive parentes; n'esta villa os tenho ainda; prendem-me a uma e outra laços de familia, que são os que prendem mais e melhor.

Mêi avô paterno, Fernando Antonio de Souza Pimentel, bacharel em canones, depois de um grande infortunio de amor ordenou-se clérigo de prima tonsura.

Aqui tenho eu deante dos olhos uma copia authentica do auto da sua apresentação e posse como abbade da freguezia de Santa Maria de Silva Escura, em que foi apresentado pelo Dom Abbade do mosteiro de Santo Thyrsó; e este documento é ao mesmo tempo uma pagina da historia do mosteiro thyrseense.

Transcrevo o trecho que propriamente diz respeito á apresentação:

«Frei Antonio de Nossa Senhora Leite, Mestre jubila-do na Sagrada Theologia, Dom Abbade do Mosteiro de Santo Thyrsó, e São João da Foz do Douro, Senhor Donatario de seus Coutos, e n'elles Coudel Mór, etc. com os mais monges abaixo assignados. Por se achar vaga a Parochial Igreja de Santa Maria de Silva Escura no Bispado do Porto por morte natural do immediato Abbade della João Emigdio Machado de Amorim, e nos pertencer in solidum em qualquer tempo que vagar a sua Apresentação como Donatarios da Real Coroa: E por confiarmos da virtude, sciencia e mais qualidades do Reverendo Bacharel Fernando Antonio de Souza Pimentel da freguezia de Cedofeita da Cidade, e Bispado do Porto, o apresentamos a Vossa Excellencia (o bispo do Porto, que era então D. João de Magalhães e Avellar) para Abbade perpetuo da dita Egreja por n'elle concorrerem os mais requisitos necessarios. E pedimos muito de mercê a Vossa Excellencia o mande collar, e investir no dito Beneficio, mandando-lhe passar seu Titulo na forma do estillo. Dada neste

Nosso Mosteiro de Santo Tyrso sob Nosso Signal e Sello d'elle aos vinte e um de agosto de mil outocentos e vinte e tres. Frei Antonio de Nossa Senhora Leite, Dom Abbade de Santo Tyrso e São João da Foz—O Ex-General Frei José de Santa Rosa de Vasconcellos—Frei Thomé de Santo Antonio Queiroz, Visitador Primeiro—Frei José do Desterro e Abreu, Prior—Frei Francisco da Madre de Deus, Procurador e Recebedor—Frei José de Santo Ignacio Vasconcellos, Prégador Geral, e Vigario—Frei Antonio de S. Joaquim—Frei José Justiniano dos Serafins—Frei Antonio dos Serafins Vieira—Frei Francisco Emiliano das Dores—Frei Antonio da Madre de Deus Vieira—Frei Francisco de Santo Illidio, Sub Prior—Frei Custodio de Santa Genoveva Silveira—Frei Joaquim Antonio de Santa Anna—Frei Domingos do Nascimento Telles—Frei Manoel do Patrocinio Souza—Frei João de Maria Santissima—Frei João de Santa Margarida—Frei Manoel de São Carlos—Frei Manoel Caetano das Dores.

Sob condição de tomar ordens sacras, foi dada posse ao novo abbade de Silva Escura no dia 26 de outubro do mesmo anno.

Não quero deixar de mencionar a formalidade symbolica da posse da residencia e passal: «voltando ás casas da Residencia, e Passais, abrio, e fechou as portas, passeando de hua para outra parte, cortando ramos, e botando terra ao ar, e fazendo todos os actos possessorios, e que em direito se requerem».

Seja-me relevada esta divagação, em que deixo archivada uma lembrança de familia, mas que não é descabida na historia do mosteiro de Santo Tyrso.

*

Foi o conde Dom Pedro que deu noticia do titular do mosteiro ter sido primitivamente S. Nicolau.

Frei Leão de S. Thomaz contesta a exactidão d'esta

noticia, de que não achou memoria em nenhum documento do cartorio conventual.

Comtudo o conde Dom Pedro parece dar a entender que S. Nicolau era a invocação official e Santo Thyrso a invocação popular: «o mosteyro de Sam Niculao, o que ora chamão S. Tirço de Ribaldaves». (1) E' textual.

Popular ou não, d onde viria a invocação Santo Thyrso?

Este santo, segundo a *Benedictina*, era hespanhol, de Toledo. Por este motivo inspirou grande devoção em toda a península hispanica.

Em Portugal, alem da villa de Santo Thyrso, que é hoje séde da comarca e concelho do mesmo nome, ha um lugar de *Santo Thyrso*, na freguezia da Arnoia, concelho de Celorico de Basto; outro na freguezia de Campo, concelho da Pova de Lanhoso; outro na freguezia de Goães, concelho de Villa Verde; outro na freguezia de Santa Margarida do Sádão, no concelho de Ferreira do Alemtejo; finalmente, ha uma *Quinta de Santo Thyrso*, em Penella da Beira, concelho de Penedono.

O padre Carvalho, na *Corografia*, dá a razão da mudança de titular, e a sua versão parece acceitavel:

«Deixou (o mosteiro) o nome de S. Nicolau, e tomou o de Santo Thyrso famoso Martyr Toledano, ou segundo outros, Bispo de Meinedo junto a Arrifana de Souza, por um braço d'este Santo Prelado, que para ali trouxeram de Meinedo.»

Este periodo merece algumas palavras de commentario.

Penafiel, que é cidade desde 1770, foi villa, desde 1741 até áquelle anno, com o nome de Arrifana de Souza.

Meinedo é hoje uma freguezia do concelho de Louzada.

(1) *Nobiliario*, tit. XXI, fol. 117.

O seu primitivo orago foi Santo Thyrso, o que se tem procurado explicar por dois motivos.

O mais verosimil d'elles attribue a um antigo conde, que possuia solar em Meinedo, o facto de haver adquirido algumas reliquias do corpo e culto de Santo Thyrso, as quaes vieram depois para a egreja conventual dos benedictinos em Riba d Ave, mas foram roubadas em março de 1834 e não se sabe onde param.

Outra versão, em que a phantasia parece excessiva, diz que Meinedo era outr ora cidade episcopal, com o nome de Magneto, que Santo Thyrso fôra ali prelado, e que ali falleceu de morte violenta que lhe deram os de Arri-fana de Souza, lapidando-o. ⁽¹⁾

Frei Leão de S. Thomaz expõe uma objecção, que lhe foi suscitada pelo reparo de um curioso, a respeito do padroeiro do mosteiro de Santo Thyrso: por que razão está Nossa Senhora da Assumpção no altar-mór da egreja e Santo Thyrso, sendo aliás o titular, n'um altar colateral? A resposta do auctor da *Benedictina Lusitana* parece triumphante: quando ha dois padroeiros, o mais nobre precede o outro, tendo por isso melhor lugar.

O orago da freguezia é Santa Maria Magdalena. O auctor do *Catalogo dos Bispos do Porto* designa a parochia sob o nome de «Magdalena de Santo Thyrso».

*

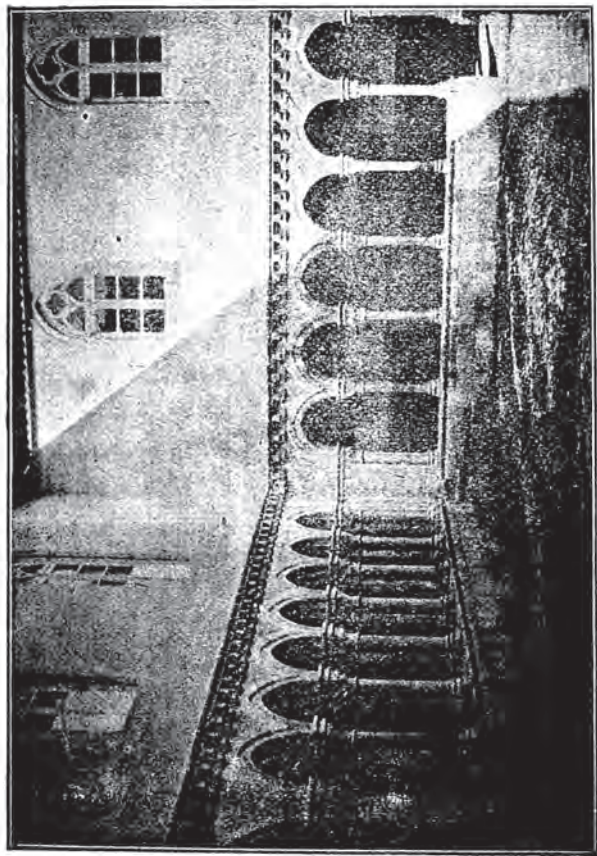
A historia da villa está consubstanciada com a do mosteiro, como acabamos de vêr. Na sua origem claramente estabelecida, a villa é o mosteiro. Por isso tivemos que remontar-nos a tempos longinquos, não já para alcançar a fundação da casa benedictina de Santo Thyrso

(1) *Portugal antigo e moderno*, vol. V, pag. 160.

de Riba d'Ave, o que seria excessivamente aventuroso e fallivel, mas para attingirmos uma epoca, a da sua revivescencia, tambem distante, e ainda escura, se bem que auctorisada pela versão commum dos chronistas.

Ora sendo o mosteiro o facto inicial da povoação thyrse no periodo que a historia pode hoje abranger com alguma segurança, é justo, quasi indispensavel, que demoremós ainda a nossa attenção, em todo o capitulo seguinte, sobre esta notavel casa benedictina e a sua egreja.





PORTE DO CLAUSTRO BENEDICTINO



II

O mosteiro e a egreja

O mosteiro de Santo Thyrso, como outros muitos, dos mais antigos, teria sido duplex depois da reedificação realizada pelo infante Alboazar.

Antes d'essa epoca não se encontra noticia de que recolhesse dentro de suas paredes communitade de um e outro sexo.

Duplex era o convento de monges e monjas que, para me aproveitar de uma phrase facetada por Castilho, «debaixo dos mesmos tectos tinham estremadas as clausuras, e communs no templo os exercicios religiosos».

O conde Dom Pedro, no titulo que trata dos — *Sovero-sas*, lá diz em seu *Nobiliario*: «D. Aldara Vasques^[10], *que foy Monja de Santo Tirso*, que não ouve semel ⁽¹⁾.»

Frei Leão de S. Thomaz, na *Benedictina*, menciona os nomes de outras monjas thyrsenses, incluindo Dona Godinha, filha de Sueiro Mendes o Bom; e faz especial referencia ao caso de serem sepultadas sob a mesma lage

(1) Que não teve descendência.

aquella Dona Aldara Vasques e Dona Urraca Hermiges, sua amiga intima, como veio a saber-se pela lettra do epitaphio commum.

Foi ainda um frade que pôde salvar a copia de tão interessante epitaphio, porque a pedra em que estava escripto teve collocação em certa obra particular, como n'este paiz de vandalos tem acontecido a tantas outras pedras archeologicamente venerandas.

Chamava-se esse frade Bernardo de Braga.^[11] No mosteiro de Santo Thyrso professaram dois com este mesmo nome, um no seculo XVI, o outro no seculo XVII.

O que trasladou o epitaphio foi o primeiro dos dois. Vestiu o habito em 1560, e deixou varias obras manuscriptas, como noticia o abbade Barbosa na *Bibliotheca Lusitana*, a saber: *Historia das grandezas e principios dos Mosteiros de S. Bento em Portugal*, *Chronica de S. Bento*, *Tratado sobre ser natural de Citania S. Damaso*, etc.

De todas as suas obras apenas se publicou uma, que, infelizmente, não é nenhuma das acima indicadas. ⁽¹⁾

^[12]Frei Leão de S. Thomaz gasta algum tempo a querer demonstrar que o mosteiro de Santo Thyrso foi duplex, e eu bem sei que o auctor da *Benedictina* não passa por ser um guia isento de suspeita. Conheço o que a respeito d'elle escreveram João Pedro Ribeiro e Diogo Kopke. Mas aproveito de Frei Leão o muito que me parece acceitavel, e algumas vezes, no decurso d'esta monographia, o contrabalanço com a lição de outros auctores e documentos.

Quanto a ser duplex o mosteiro, parece-me que vale mais que toda a prosa demonstrativa, escripta por Frei Leão, aquella singela rubrica do *Nobiliario* relativa a Do-

(1) *Dic. Bib.* de Innocencio, tom. I, pag. 371.

na Aldara Vasques. Muitos outros mosteiros de monges e monjas houve em Portugal: o de Vairão, por exemplo.^[13]

Quanto ao epitaphio das duas freiras bem sei que não diz, tal como vem trasladado na *Benedictina*, que fossem professoras em Santo Thyrso, mas não repugna crel-o desde que se sabe ter ali havido communidade feminina. Nem seria provavel que se ambas pertencessem a outro mosteiro, fossem sepultadas n'este.

No decurso dos seculos passou o mosteiro de Santo Thyrso por diversas restaurações, que lhe foram apagando os traços da fabrica primitiva.^[14]

Ha noticia de que o 2.º conde de Barcellos deixou importantes verbas testamentarias para se reconstruir a egreja *muito alta e muito boa*; e que logo depois, talvez ao começar o reinado de Dom Affonso IV, foi feita uma grande reconstrucção em todo o edificio do mosteiro ou na maior parte d'elle, ficando assim transformada a feição que lhe resultára da reedificação realizada pelo infante Alboazar.

Vilhena Barbosa (1) entende que a galeria inferior do claustro data do seculo XIII, isto é, da terceira reconstrucção; eu creio que seria do principio do seculo XIV, já acclamado Affonso IV.

Depois outras muitas obras se succederiam ao capricho dos abbades, padroeiros e bemfeitores da casa, até que no seculo XVII foram largamente ampliadas as dimensões do mosteiro.

Fez-se um dormitorio da parte do occidente, outro da parte do sul, e depois ainda outro virado para léste. A respeito d'este ultimo diz o auctor da *Benedictina*, no 2.º tomo que foi publicado em 1651: «acabado (o dormitorio) será muy comprido, e muy fermoso.»

(1) *Monumentos de Portugal*, pag. 303.

Pinho Leal ⁽¹⁾ assignala o anno de 1650 como sendo aquelle em que principiou a reedificação do seculo XVII. Parece que inferiu esta data d'aquellas palavras de Frei Leão e do anno em que se estampou em Coimbra o 2.º tomo da sua chronica. Mas será talvez arriscado fixar uma data; basta, cautelosamente, que se fixe o seculo.

Felizmente que a reconstrucção seiscentista respeitou a galeria inferior do claustro; a superior, não.

Se effectivamente, como se diz, foi um monge beneditino, Frei João Torreano, quem dirigiu esta reconstrucção, não se pode negar que elle, apesar de influenciado pelo mau gosto architectonico do seu tempo, teve um relampago de intuição artistica quando acatou o claustro inferior — considerado, pelo valor artistico, o unico superior.

Os quatro lanços d'este claustro são abertos em arcos ogivaes, sustentados por columnas duplas em cujos capiteis a phantasia do esculptor desenhou graciosos ornatos, de uma variedade infinita, de modo que não ha dois eguaes.

A factura na pedra tem o cunho da sua propria antiguidade, pois que é dos primeiros tempos da monarchia. Quero dizer que a execução deixa a desejar. Mas a intenção do desenho é galante e fecunda.

Assim, pois, merece vêr-se esta galeria inferior do claustro de Santo Thyrsó, que foi o que pôde escapar á reconstrucção seiscentista, feita n'uma epoca em que a nossa nacionalidade renascia, mas em que parecia pesar ainda sobre os espiritos a oppressão de mais de meio seculo de dominio estrangeiro.

O bello claustro thyrsense acha-se classificado como monumento nacional de segunda classe.

(1) *Portugal antigo e moderno*, vol. VIII, pag. 612.

Tambem a igreja foi reconstruida inteiramente na mesma epoca, o que a prejudicou. E' vasta, como em geral o eram as igrejas benedictinas; mas á sua vastidão e solidez não corresponde uma belleza architectonica que deleite os olhos e os encante.

O chafariz que estava no meio do claustro, e era obra do seculo XVIII, foi vendido em 1862 pela junta de parochia, conservando-se actualmente na quinta da Palmeira, que pertenceu aos frades cruzios e agora pertence ao barão de Monte Cordova; no seu antigo lugar vê-se hoje o mausoleo do conde de S. Bento, rodeado de flores que reverdecem como a memoria dos beneficios que este titular dispensou generosamente á villa de Santo Thyrsos.^[15]

Foi elle que subsidiou as obras do adro da igreja; que mandou erigir dois novos altares, a Nossa Senhora da Assumpção no claustro, e a Santa Maria Magdalena no cruzeiro do templo; foi elle que offereceu a estimada alfatafa que serve na capella-mór em occasiões solemnes.

Nos nossos dias fez-se uma sensata restauração do claustro, com o proposito de lhe avivar todo o seu valor archeologico. Foi ainda o dinheiro do conde de S. Bento que, *post mortem*, contribuiu para esta obra, pois que o herdeiro do conde foi seu sobrinho e antigo socio, o já fallecido José Luiz de Andrade, de quem por sua vez foi herdeiro o snr. Bernardino da Costa e Sá, e ambos estes nomes estão ligados a essa restauração, como se vê da carta que o actual abbade de Santo Thyrsos, reverendo Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, publicou em o n.º 41 (13 de outubro de 1901) da *Semana Thyrsense*.

Diz um trecho da carta:

«A minha parte na reconstrucção do claustro não passou dos meus bons desejos e por isso o meu nome tem de ser riscado do artigo e substituido pelo do Ex.^{mo} Snr. Bernardino da Costa e Sá, a cuja unica e exclusiva iniciativa se deve esta reconstrucção, assim como as outras

dadivas com que foi dotada esta Igreja; e saiba mais V. que se a obra se não leva n'essa occasião a effeito, o desabamento não se faria esperar e d'essa joia architectonica do principio do reinado de D. Affonso 4.^o, não se salvaria uma pedra. E' pois de toda a justiça, que ao nome do benemerito doador o Ex.^{mo} Snr. José Luiz d'Andrade se associe outro nome que é o do Ex.^{mo} Snr. Costa e Sá.»

Depois da extincção das ordens religiosas, parte do mosteiro e a cêrca foram comprados por um particular; a parte restante do edificio foi reservada para as repartições publicas: camara municipal, tribunal de justiça, administração do concelho, etc., que ainda ali funcçionam.

Em fevereiro de 1882 o conde de S. Bento (então ainda visconde) adquiriu a cêrca e a parte do mosteiro que, propriedade particular, pertenciam á familia Passos.

Tencionava o benemerito titular estabelecer no edificio uma escola, um hospital e um asylo. Para comemorar esta larga iniciativa fez-se uma sessão solemne, em que discursaram varios oradores. Desde esse dia ficou traçado o plano de tão importantes melhoramentos, que todos vieram a realizar-se, mas um só d'elles n'aquelle logar.

Hoje, n'esse trecho do edificio adquirido pelo visconde de S. Bento ha umas casas que são destinadas a residencia parochial, e outras que são occupadas, bem como a cêrca, pelo asylo agricola *Conde de S. Bento*, a que teremos occasião de referir-nos mais detidamente.^[16]

A albergaria antigamente destinada aos hospedes deixou de existir; demoliu-a o primeiro possuidor depois dos frades.^[17]

No adro eleva-se um cruzeiro de granito, que já foi erradamente descripto como sendo de marmore côr de rosa.^[18]

Deu origem ao equivoco o facto deploravel de terem pintado d'aquelle côr o granito.

Tambem ha, encravadas no muro fronteiro ao edificio, duas fontes com emblemas de pedra. São as insignias de S. Bento: n'uma fonte, a mitra, o baculo e o leão; na outra, o sol, o castello, e a aguia.^[19]

A par do templo, o cemiterio parochial.^[20]

No recinto da antiga galilé foi, em 1895, aberta uma gruta de Nossa Senhora de Lourdes, onde, por entre penhascos e hervagens, um fio de agua dimana gottejante e sonoro escorregando aos pés da Virgem, que se deixa contemplar por Bernardette enternecida e deslumbrada.^[21]

Das paredes do claustro pendem retratos, sem valor artistico, nem historico, de Dom Sueiro Mendes da Maya, de outros bemfeitores, de reis, de principes e de monges.

Está ali, é certo, um escorço da chronica do mosteiro, pintado por algum ou alguns frades que recrearam seus ocios fazendo brotar em rudes telas caprichosas figuras, a que arbitrariamente puzeram nomes conhecidos; mas não duvidaram os pintores ou pintor inventar a bel-prazer physionomias, attitudes e trajas. Quizeram entreter-se vestindo de paineis o claustro, e conseguiram-n'o peor ou melhor. Peior é que foi.

De todos os retratos apenas merecem fé historica os de Dom Sebastião, do cardeal Dom Henrique, da rainha Dona Catharina e de Pio VII.

Um dos paineis refere-se á reforma do regimen interno d'este mosteiro no seculo XVI, realizada com auctorisação de Roma e com o auxilio da rainha D. Catharina, de concerto com sua mallograda nora, a princeza D. Joanna de Castella, que ali escolhêra dois religiosos benedictinos para esse effeito. Foi a reforma bem acceita dos monges thyrssenses, excepto um, frei Francisco do Porto, que a principio se revoltou, e depois se submetteu. Este episodio deu assumpto para uma tela, tão boa ou tão má como todas as outras.^[22]

Quanto ao motivo da reforma, devemos crêr que pro-

veio mais da necessidade de cohibir a cobiça das rendas do mosteiro, que de sanar abusos de licenciosidade torpe.^[23]

O mosteiro de Santo Thyrso era rico. Podia render annualmente de doze a treze mil cruzados se tivesse sempre uma administração desafoçada. Mas sobre todas as egrejas e mosteiros ricos pairavam bandos de abutres famintos. Eram os reis que pediam dinheiro de emprestimo, eram os bispos que exigiam «paradas, comedorias, visitasões e lutuosas»; eram os descendentes dos doadores, que, com o nome de *herdeiros* ou *naturaes* dos respectivos mosteiros, faziam toda a casta de exigencias onerosas; ⁽¹⁾ eram os commendatarios perpetuos, que os reis nomeavam por favoritismo para que administrassem os conventos, que, segundo a regra da ordem, deveriam ser regidos pelos abbades que as comunidades elegessem.^[24]

No que respeita propriamente ao mosteiro de Santo Thyrso temos noticia, por os documentos que João Pedro Ribeiro summariou, de varias exigencias de dinheiro que lhe foram feitas. O bispo do Porto (era de 1363) pediu-lhe certas quantias emprestadas; ⁽²⁾ Gregorio XI mandou receber d'este e d'outros mosteiros um subsidio caritativo para as necessidades da Egreja Romana; ⁽³⁾ em 1452, o rei sacou por emprestimo 200 marcos de prata; ⁽⁴⁾ em 1466, Ruy Pereira, fidalgo da casa real, como donatario de Refoyos exigia ao mosteiro de Santo Thyrso a colheita d'el-rei, a saber, 80 maravedis velhos cada anno, que eram 2\$160 reis, posto que o mosteiro só devesse

(1) Coelho da Rocha, *Ensaio sobre a historia do governo e da legislação de Portugal*, pag. 76.

(2) Bibliotheca da Universidade, ms n.º 15.

(3) *Ibid*, ms n.º 17.

(4) *Ibid*, *ibid*.

pagar a mesma colheita uma vez no anno quando el-rei passasse alem Douro. ⁽¹⁾

D'esta ultima exigencia pôde o mosteiro vêr-se livre por sentença que foi dada contra Ruy Pereira.

Quanto ás frequentes reclamações dos descendentes dos doadores, conhecemos um exemplo. Foi o de Dona Thezeza Gil, que pediu, e n'esse sentido obteve provisão do bispo do Porto D. Vicente (éra de 1317), lhe concedesse o mosteiro de Santo Thyrso o uso vitalicio de uma cruz de prata cravada de pedras preciosas, que sua mãe, Dona Maria Annes da Maya, 3.^a neta de Dom Sueiro Mendes, havia deixado ao mesmo mosteiro. ⁽¹⁾

A reformação foi certamente resolvida para attender as queixas dos frades, que viam desorganizada e esbulhada a fazenda do mosteiro com prejuizo seu e da ordem. E por identico motivo se estendeu depois a outros mosteiros benedictinos.

Não creio, repito, que houvesse necessidade de atalhar grandes escandalos contra a honestidade dos costumes dentro do mosteiro. Infracções da austeridade monastica algumas devia haver, ali, como em toda a parte. Mas em Santo Thyrso não seriam estrondosas, porque era um mosteiro de «aposentação», onde se reuniam frades velhos, quasi todos inválidos, e muitos d'elles decrepitos. ^[25]

Isto explica o facto de não haver hoje na villa descendentes dos frades, mas apenas dos criados do mosteiro.

Sob este ponto de vista, a comunidade de Santo Thyrso deixou de si memoria illibada. ^[26]

*

Pelas 11 horas da noite de terça feira 4 de fevereiro d'este anno de 1902 manifestou-se um violento incendio

(1) *Ibid.*, ms., n.º 17.

(1) *Ibid.*, ms., n.º 16.

na parte do antigo mosteiro actualmente occupada pelo Asylo Agricola.

Este acontecimento causou um afflictivo sobresalto em toda a villa.

Um pedreiro que dormia nas dependencias do Asylo, accordando já muito incommodado pelo fumo, pôde ainda dar o signal de rebate.

O fogo, que se não sabe ao certo como principiou, rompeu da residencia parochial, e communicou-se á ala direita do claustro, angulo sudoeste, lavrando na madeira apainelada que revestia o tecto.

D'ahi irradiou para o altar erecto n'essa mesma ála, e para os quadros pendentes das paredes, carbonisando-os.

Felizmente, estes quadros careciam de valor artistico.

A corporação dos Bombeiros Voluntarios de Santo Thyrsó, acudindo sollicita, conseguiu, pelas duas horas da madrugada, localisar o incendio, cujos prejuizos, tanto na residencia parochial como no Asylo Agricola, foram avaliados em 2:000\$000 reis.

Toda a população da villa, alvoroçada pelo clamoroso alarma e pelo intenso clérão das chammas, correu a auxiliar os Bombeiros Voluntarios.

Uma folha da localidade dá este pormenor interessante:

«Algumas senhoras thyrsenses n'um rasgo d'indescriptivel dedicação, fazendo lembrar a abnegação de heroicidade das matronas do Imperio Romano, no tempo d'acrysolado civismo, desceram — desceram é uma palavra exigida pelas necessidades da narrativa — ou antes, não hesitaram em acarretar cantaros d'agua e, afanosas, desenrolando prodigiosa actividade, iam e vinham, transportando innumerous cantaros d'agua para a extincção do terrivel incendio.» ⁽¹⁾

(1) *Jornal de Santo Thyrsó*, de 6 de fevreiro do mesmo anno.

Na primeira impressão de terror, foram reclamados os serviços dos Bombeiros de Villa Nova de Famalicão, que diligentemente corresponderam ao appello, chegando a Santo Thyrso ás 4 horas da manhã.

O cabo da guarda fiscal, Martins, e outros, com risco da propria vida salvaram o archivo do Asylo e o registo parochial.

O snr. commendador Bernardino da Costa e Sá gratificou os bombeiros de Santo Thyrso e Famalicão, e resolveu mandar restaurar á sua custa os estragos que, produzidos pelo incendio, não estavam cobertos pelas companhias de seguros.

São, principalmente, os da residencia parochial e do claustro, cuja ála direita, contigua ao Asylo, ficou grandemente damnificada.

O Asylo tinha seguro nas Companhias «Tranquillidade» e «Garantia».

Merece elogiosa menção a generosidade do snr. Costa e Sá, a quem outro jornal da localidade, a *Semana Thyrsense*, se referiu nos seguintes termos por occasião do incendio:

«Consta, e parece que com fundamento, e os nossos votos são que se confirme tão boa noticia, que o snr. Commendador Costa e Sá tenciona mandar reparar á sua custa os estragos causados no claustro e residencia. Sendo assim é esta a segunda vez que o mesmo cavalheiro contribue para a restauração do nosso mais precioso monumento historico, da primeira vez com a sua iniciativa e agora com o seu auxilio pecuniario. (1)

Já não consta só; é certo.

Honra seja feita ao prestante cidadão, que foi um dos herdeiros do sobrinho do Conde de S. Bento, e que tão

(1) Numero de 9 de fevereiro do mesmo anno.

bizarramente acode com um espontaneo donativo aos estragos causados pelo incendio.

*

No claustro do mosteiro jazem, entre outros, dois dos ultimos frades que sobreviveram á extincção das ordens religiosas.

Dizem os respectivos epitaphios:

« Aqui jaz
o Rev.^{do}
Fr. Domingos
de Santa
Getrudes
monge
de S. Bento,
nasceu n'esta
villa em 1811
e falleceu a 15
de setembro
de
1880 »

Frei Domingos era minorista, mas já professo, quando o mosteiro foi extincto.

« Aqui jaz
o Rev.^{do} Fr. Luiz
dos Sarafins
Monge
de S. Bento
nasceu n'esta
villa a 7 de
novembro de
1798 e falleceu
a 2 de abril
de
1879 »

Este era, á data da extincção, prior do convento de Carvoeiro, perto de Vianna do Castello.

Ahi por 1850, Frei Domingos de Santa Gertrudes Magna, movido por um fundo rebate de saudade, quiz visitar todos os confrades sobreviventes no norte do paiz.

Partiu acompanhado pelo criado *Prelada* (ainda hoje vivo).

N'essa saudosa peregrinação gastou Frei Domingos desde maio a setembro, mas regressou mais tranquilo por ter avistado seus antigos companheiros, e de certo não menos triste por os ter deixado outra vez.

Todos os annos na festa de S. Bento, que se celebrava na bella igreja conventual do Porto, viam-se reunidos os egressos benedictinos que tinham pertencido aos mosteiros do norte, e que não queriam faltar, n aquelle local, a essa homenagem solemne prestada ao seu Patriarcha.

Vinham alguns de longes terras, muito alquebrados de velhice e doença, mas só faltavam os que a morte ia dizimando de anno para anno.

Abraçavam-se como irmãos em quem a ausencia houvesse reavivado o affecto e o carinho; choravam-se em commum da perda de seus conventos e de seu habito negro; e juntos, na capella-mór do vasto templo, se prostravam a reverenciar, a dizer hymnos e adeuzes, ao grande Patriarcha S. Bento, seu pai espirital.

Depois da solemnidade religiosa, despediam-se uns dos outros e apartavam-se com muitas lagrimas e lastimas. Voltava cada um para o seu lar de exilio. E a todos foi o seio da terra recebendo a pouco e pouco, até que desapareceu o ultimo.

Na tradição oral de Santo Thyrso não se ouve uma unica impreciação contra o tempo dos frades. Falla-se, pelo contrario, da grandeza e generosidade d'elles; dos mil

modos por que beneficiavam a terra acudindo lhe e protegendo-a.

Folheando a *Benedictina* encontramos noticia de um Frei Gonçalo de Santa Maria, que viveu no tempo da re-formação, no seculo XVI, e que por sua propria mão fabricava um unguento maravilhoso.

Este devia ser o cirurgião dos pobres, o que tratava e sarava as feridas e postemas malignos.

Outro, como acontecia em todas as communidades, seria herbanario, sabedor de botanica e pharmacia.^[27]

Algun haveria com grande fama de mestre de musica, que a ensinasse por desenfado a quem desejasse sabel-a.^[28]

Nos beneditinos houve excellentes musicos, e em todos os seus templos magnificos órgãos. ⁽¹⁾

O snr. Rocha Peixoto, no fasciculo 3.º da revista *Portugaliae* (pag. 624) notando a existencia de uma carranca, sob-posta ao órgão da egreja matriz de Santo Thyrsó, carranca que ronca e distende monstruosamente a lingua quando os folles estão em movimento, relaciona-a com o antigo rito propiciatorio ou esconjuratorio, empregado pelo nosso povo, para afugentar das terras os animaes damnhinhos e solicitar os beneficios da fecundidade da natureza.

Esta carranca tem a cabeça ornada de plumas, e um collar de pedras ao pescoço, tudo de madeira, como ella.

E' tida como um papão pelas creanças, a quem faz terror quando em movimento.

Não combato nem defendo a opinião do snr. Rocha Peixoto.

(1) Consta que em Tibães não chegaram a ser conhecidos todos os registos do órgão. Havia ali um frade excentrico que se entretinha, quando estava preso no tronco, a escrever musica nas paredes. Esta tradição foi-me contada pelo snr. conde de Bertiandos,

Lembrarei apenas que no recinto da cerca ha duas fontes que teem carrancas de pedra, facto aliás vulgar antigamente nos chafarizes publicos de outras terras; e que na egreja do mosteiro de Tibães tambem ha carrancas de madeira, voltadas para dentro do côro, as quaes deviam divertir algum tanto os frades quando o órgão tocava.

O facto é interessante; isso não padece duvida.

Sondando as aptidões locaes, encontra-se ainda hoje, em Santo Thyrso, vulgarisado em todas as classes o gosto pela musica. Parece ter ficado do tempo dos frades. Em 1882 organisou-se na villa uma banda de curiosos, sob a protecção do visconde de S. Bento, cujo titulo ella adoptou como denominação sua. Esta banda, que foi regida pelo antigo mestre de infantaria 18, Augusto Maria de Castilho, tornou-se muito apreciada em toda a provincia do Minho.^[29]

Das esmolas que os frades davam, lembremol-o mais uma vez, ainda agora se falla com agradecida memoria.

Apesar do que lhes extorquiam, elles tinham para repartir á larga pelos pobres.

A cerca do convento acha-se hoje retalhada em ruas e edificações modernas, a não ser a parte que da ponte para cima segue ao arrepio o curso do Ave; mas ainda se conserva de pé, e é bem visivel da Praça do Conde de S. Bento, a ampla eira dos frades, o exemplar mais perfeito e lindo que conhecemos de eira portugueza.

Tem capacidade, talvez, para seccar dez carros de pão.

Quando as colheitas a enchiam, que importava que os pobres e os pardaes levassem alguns grãos?

Chegava para todos a fartura da casa.^[30]

A fé nos milagres de S. Bento, ainda hoje grande e então muito maior, tambem augmentava as receitas do mosteiro.^[31]

As offertas de azeite eram abundantes, porque o azeite dado a S. Bento passa por ser milagroso. ⁽¹⁾

Na quinta da Batalha, que os beneditinos possuíam em Argemil, ainda recentemente, segundo a tradição que veio do tempo dos frades, estava cheia de botijas de azeite, offerecidas por devotos, a cornija do portão que é encimado pela imagem do santo Patriarcha, deante da qual arde todas as noites uma lampada.^[32]

Actualmente, também recebe o S. Bento do mosteiro enormes porções de ovos, que são vendidos em hasta pública por conta da junta de parochia.

E' da Praça do Conde de S. Bento que melhor se pode apreciar a fachada do templo e a do mosteiro.^[33] Parte d'este ultimo edificio, hoje occupada pelo Asylo, fica a dentro da cêrca.

Vistos da Praça, templo e mosteiro acham-se n'um plano inferior, afundados na baixa do terreno, junto ao Ave.

*

De leste para sul é dominado o mosteiro pelo Monte Cordova, cujo nome procede de uma incerta etymologia.

Frei Agostinho de Santa Maria acha que procederá das muitas concavidades que tem este monte.

O auctor da *Benedictina* chama-lhe Cordova ou Corva. O auctor do *Minho Pittoresco* diz que Cordova vem de Corva, ou Curvo. Pinho Leal reproduz a hypothese do *Santuario Marianno*, parecendo inclinar-se a que Monte Cordova vale tanto como Monte Concavo.

Em alguns documentos redigidos em latim encontra-se Corduba e Corduva.

Pela minha parte, considero que o nome d'este acci-

(1) *Benéd Lusit.*, parte I, cap. V.

dentado Monte, «serra, diz Camillo, que se empina e on-dea com suas fragosissimas encostas até á villa de Santo Thyrso», ⁽¹⁾ vem de tão remota antiguidade,

Qu' en venant de là jusqu' ici,
Il a bien changé sur la route.

Monte Cordova tem, além do seu pittoresco aspecto, circumstancias que o recommendam: é berço de um rio e foi berço de um santo.^[34]

O rio é o Leça,^[35] que alguns auctores fabulam ser o Lethes, «aquelle que com suas aguas causa o esquecimento das cousas passadas.» ⁽²⁾

Nascendo no extremo oriental da freguezia de Monte Cordova e correndo pelos valles de Refojos, Agrella, Alfena e Aguas Santas, vai dar o nome a duas terras, Leça do Balio e Leça da Palmeira, até que, passando entre esta ultima localidade e Mattosinhos, desagua no mar.

Paga-se este rio da humildade de suas aguas com a belleza das suas margens.

O mosteiro de Santo Thyrso era servido por «uma grande levada de agua, que tirada do Leça perto de seu nascimento no monte Cordova, traz sua corrente de uma légua, com que se regam muitas terras, e moem moinhos.» ⁽³⁾

O santo foi S. Rozendo, cujos pais, de clara styripe, tiveram solar junto a Monte Cordova n'uma villa que se chamava Sallas e que, arrazada antes da fundação da monarchia portugueza, corresponderia ao logar hoje chamado Sá.^[36]

No alto do monte havia então a egreja do Salvador, e a ella, descalça e penitente, subia frequentes vezes a

(1) No romance *A bruxa de Monte Cordova*.

(2) *Catalogo dos bispos dos Porto*, segunda parte, cap. XXXVI.

(3) *Corografia Portugueza*, tomo I, tratado VI, cap. VI.

condessa Dona Aldara, mulher do conde Dom Guterres Arias,^[37] parente proximo do rei Affonso Magno, a implorar do ceu a mercê de tornar fecundo o seu casamento, empenhando n'esta solicitação o favor do archanjo S. Miguel, de que era grande devota.^[38]

Ouviu-a o ceu por intervenção do archanjo, e a condessa Aldara, em 6 de novembro de 907, deu á luz um menino, que veio a ser S. Rozendo, bispo em Hespanha, fundador de varios conventos, entre elles Cellanova na Galliza, e thaumaturgo famoso.^[39]

Reconhecida á Providencia divina pela mercê que lhe concedeu, mandou a condessa edificar na sua villa de Sallas uma igreja em honra do archanjo que por ella tão efficazmente intercedera.

E' a igreja hoje chamada de S. Miguel do Couto; do Couto, por estar dentro do terreno antigamente coutado ao mosteiro de Santo Thyrso.

Quiz Dona Aldara que o seu primogenito fosse baptizado na mesma igreja do alto do monte, a do Salvador, onde o archanjo lhe obtivera do ceu a graça da fecundidade. Mas como ahi não houvesse pia baptismal, mandou-a ir da villa de Sallas, encosta acima, com grande trabalho, e difficuldade, que o seu devoto estimulo pôde vencer.

Depois da cerimonia do baptismo, veio a pia novamente para Sallas, e ahi inspirou desde logo tamanha devoção, que o povo lhe cortava lascas de pedra para guardar como reliquias.

O padre Carvalho, na *Corografia*, conta que um Dom Abbade de Santo Thyrso quizera trazer a pia para o seu mosteiro, no que empenhara o esforço de muitos homens e juntas de bois. Mas não conseguiram movel-a. Tornando a pia para onde estava, na villa de Sallas, «umas fraccas vaccas a levaram.»^[40]

Depois erigiu-se sobre ella um dos altares do cruzeiro na igreja de S. Miguel do Couto.^[41]

Dizem alguns chronistas que a condessa Aldara tambem fundou no alto de Monte Cordova, junto á egreja do Salvador, um mosteiro que foi de benedictinos, o qual seu filho mais târde ampliou.^[42]

O actual abbade de Santo Thyrsó,^[43] que é um apaixonado archeologo, não queria crêr n'esta versão. Consultei-o sobre o assumpto, e obtive a resposta seguinte: «Não posso acreditar que houvesse convento n'esse sitio (Padrão), posto ahi haja umas pequenas ruinas, proximas de um castro luso-romano; nem que fosse benedictino. Quero antes acreditar que fosse ahi a antiga egreja da freguezia, e d'isso ha tradição. Bentos creio que não os houve nunca em Monte Cordova.»^[44]

Comtudo é certo ter havido um mosteiro^[45] em Monte Cordova, de que fallam documentos authenticos «*Interrogatus si faciunt aliquod forum de ipso «Monasterio de Monte Cordova», dixit quod dant annuatim Domino Regi terciam collecte, et dat Sanctus Christofanus aliam terciam, et Monasterium de Rooriz dat aliam terciam.*» (Inquirições de D. Affonso III, pag. 541, col. 2.^a).

No volume I de *Portugaliae Monumenta Historica*^[46] (1) encontra-se a vida, em latim, de S. Rozendo, S. *Rudesindi vita et miracula*, documento interessantissimo, que sinto não poder reproduzir n'esta monographia. (2)

(1) *Scriptores*, pag. 32.

(2) Frei Manoel da Rocha, em *Portugal renascido*, compendia a vida de S. Rozendo, e ahi diz, a pag. 185: «Escreverão a vida de S. Rozendo, Morales, Brito, o P. M. Leão de Santo Thomaz, Estaço, o Illustrissimo Dom Rodrigo da Cunha, Jorge Cardoso, Yepes, e outros muitos; e ultimamente o douto Critico Bollandó, a todos os quaes servio de guia o antigo Monge Ordonho, Prior de Cella Nova, primeiro Escriptor da vida do nosso Santo, que Estevão, Monge da mesma Casa, accrescentou ainda mais, referindo os prodigios, que na terra obrarão as suas santas Reliquias, ou com que o Céu acreditava as suas veneraveis memorias». Estas informações concordam com as que dá Herculano no lugar citado (*Scriptores*, 32).

Hoje, Monte Cordova condecora-se com mais um titulo nobilitador, o culto da Virgem Santissima em a nova ermida da Assumpção, a que reservamos especial referencia.

*

Voltemos ainda ao mosteiro e á sua igreja para lhes dar mais uma vista de olhos, que poucas vezes tenho encontrado sitio de mais doce quietação, de mais suave placidez como é todo o adro, que, posto a dois passos da villa, parece um ermo delicioso, onde o espirito repousa deleitadamente.

Os vivos encontram ali uma paz consoladora. Que fará os mortos, que dormem o somno eterno no cemiterio parochial, á ilharga do templo... Esses sonham talvez um beatifico sonhar.

[47]

A sombra de muitas acacias e algumas amoreiras mitiga a torreira do sol, que morderia fundo n'aquelle valle, se não fosse o anteparo das arvores.

Não posso ouvir sem commoção as trez badaladas do *Angelus*, ao pôr do sol, tangidas no sino da igreja conventual. Que altos pensamentos, de bondade infinita, parecem então elevar-me para uma vida que, fóra do tempo e do espaço, renova todo o meu ser!

A proposito da igreja occorre-me agora um profundo contraste, que nos faz descer á misera realidade d'este mundo.

Depois de terem sido assaltadas varias igrejas dos arredores, houve uma tentativa de roubo contra a igreja de Santo Thyrso.

O chefe da quadrilha era um tal Lourenço, natural de Fmalicão.

Por um triz que elle e a sua gente não levaram a cabo a sacrilega empreza.

Foram presentidos por vigilantes e piedosos olheiros,

que andavam á espreita, avisados pelo assalto aos templos circumvisinhos.

Lourenço procurara esconder se na copa de uma arvore, mas descobriram-n'o, puzeram-lhe cêrco, e prenderam-n'o.

Disse no tribunal (a audiencia durou trez dias) que tudo quanto se roubava ás egrejas era logo ressarcido pela devoção dos fieis, o que não acontecia nas casas particulares.

Foi condemnado e esteve na Penitenciaria de Lisboa a cumprir a pena.

Mas, felizmente, este negro episodio afunda-se entre as memorias de Santo Thyrso como pedra cahida n'um lago azul e sereno.

Muito haveria talvez a dizer ainda sobre o mosteiro, a egreja e a villa antiga; comtudo o que fica escripto abrange os traços geraes da sua historia.

Não quero, porem, encerrar este capitulo sem recordar as circumstancias em que um dos primeiros reis de Portugal passou n'esta villa.^[48]

Refiro-me a Dom Affonso II.

Este rei, que tanto pleiteou com seus irmãos a partilha da herança paterna, viveu em hostilidade aberta com o bastardo de Dom Sancho I, Martim Sanches, filho de Dona Maria Ayres de Fornellos, e investido por Affonso IX de Leão no governo militar da Galliza.

Homens d'armas de Affonso II aventuraram-se a uma atrevida incursão n'aquella provincia leoneza, parece que para exercer o vexame de fazerem penhora na terra de Limia.

Martim Sanches estava auzente, mas quando voltou e soube do succedido, mandou pedir a Affonso II satisfação do agravo, e reparação dos prejuizos e damnos resultantes d'elle.

O rei portuguez fez ouvidos de mercador.

Então, Martim Sanches, reunindo uma hoste, invadiu a provincia de Entre-Douro-e-Minho, marchando sobre Ponte do Lima.

Affonso II teve por sua vez que reunir gente para ir ao encontro de Martim Sanches. Os dois exercitos avistaram-se. Conta o Livro Velho das Linhagens que o bastardo de Sancho I mandou dizer ao irmão que se retirasse elle para mais de uma légua de distancia. Ficou a tradição de que Martim Sanches, sendo portuguez e filho de rei, tinha escrúpulo de combater contra o pendão real da sua patria. O que parece mais curial é que o bastardo, que trazia muita e boa gente, tivesse a generosidade de querer poupar a vida do irmão. Alexandre Herculano confirma esta hypothese dizendo: «O que os documentos até aqui nos tem revelado ácerca do genio pouco militar de Affonso II, legitima a suspeita de que a tradição do pudor patriótico de Martim Sanches não seja mais do que uma novella tecida para córar a vergonhosa retirada do príncipe diante d'aquelle que melhor guardára as tradições de esforço dos seus communs antepassados.» (1)

O que é certo é que Dom Affonso II recuou até ás margens do Ave, só parando em Santo Thyrso, onde tomou descanso, certamente no mosteiro, indo depois recolher-se ao sul do Douro, no castello de Gaya.

A situação do rei, vista á distancia de alguns seculos, é vexatoria e deprimente, tanto mais que os seus ricos-homens, que o acompanharam até Santo Thyrso, avançaram de novo para o norte, ao encontro de Martim Sanches.

Encontraram-se e combateram, mas foram derrotados. Entre os portuguezes ia Gil Vasques de Soverosa, que era padraсто de Martim Sanches, porque tinha casa-

(1) *Historia de Portugal*, vol. II, liv. IV, pag. 232, 2.ª edição.

do com Dona Maria Ayres de Fornellos^[49] depois da morte de Sancho I. O enteado fez-lhe voar das mãos a espada. E, tendo-o desarmado, deu-lhe magnanimamente a liberdade, com palavras honrosas, dizendo: «Já, padre, já; cá assás lidaste.»





III

O rio e a villa

Quazi todas as nossas chorographias dizem que o rio Ave nasce na serra da Cabreira.^[50]

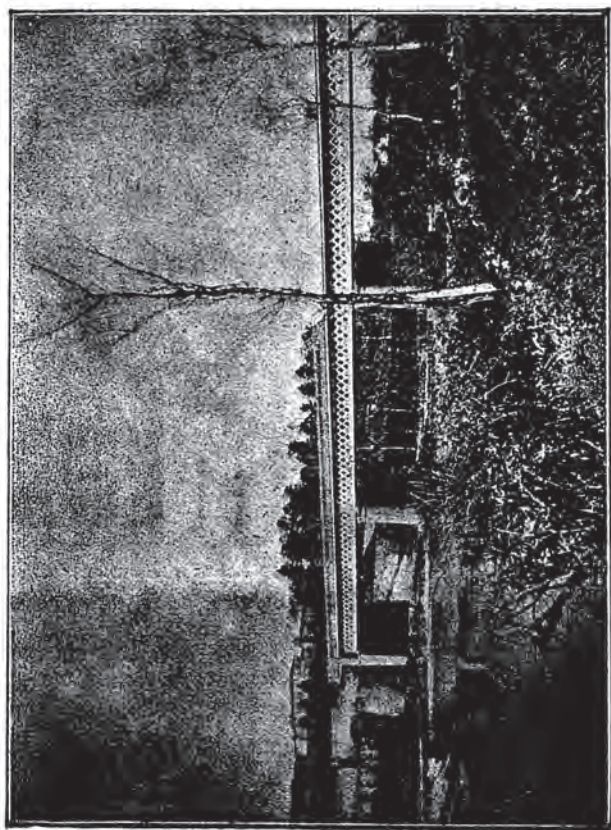
Mas João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal*, traz um pormenor curioso: segundo elle, o Ave procede da serra de Agra e de uma ribeira, a que chamam da Lage, e que junto á serra da Cabreira mistura as suas aguas com as de um regato.

Foi talvez esta a razão por que se começou a dizer que nasce na serra da Cabreira o rio Ave. Questão de nome, venha de uma serra ou outra. Lá diz Thomaz Ribeiro no *D. Jayme* generalizando:

O rio é filho da serra.

O curso do Ave segue o rumo de nordeste para sudoeste até á confluencia com o Vizella, abaixo de Guimarães; e d'ahi até á sua foz orienta-se de léste a poente.

O Vizella, seu tributario, dá-lhe honra, não só porque d'elle recebe nome uma povoação importante pela fama de suas aguas medicinaes, mas tambem porque inspirou



PONTE SOBRE O RIO AVE

a lyra de uma poetisa portugueza, D. Anna Amalia Moreira de Sá, nos *Murmurios do Vizella*.^[51]

Outro dos affluentes do Ave é o Éste,^[52] que nasce na serra da Falperra e passa humilde junto a Braga, assinalando a linda paizagem de S. João da Ponte.

De todas as lampreas pescadas outr'ora no Ave tinha elrei metade. «*Et dixit quod omnes quod piscaverint in fluvio Ave lampreas in loco qui dicitur Paramada, et in alio loco qui dicitur Canizo, et in alio loco qui dicitur Cova, debent inde dare Domino Regi medietatem omnium lamprearum.*» (*Inquirições* de Dom Affonso III, pag. 537, col. 2.^a.)

Comquanto faça um curso de 73 kilometros, o rio Ave não brilha pela abundancia das suas aguas; mas dá-lhe farta celebridade a belleza das suas margens.

Em geral os rios do norte do paiz teem mais ameno e gracioso aspecto que os do sul, a não ser talvez o Nabão. Hajam vista o Minho, o Lima, o Cávado, o nosso Ave, o Leça, o Vouga e o Mondego. O Douro é que é mais aspero e revoltó, mas os seus alcantis são bellos; e ainda assim offerece lindos pontos de vista como em Avintes, Entre-os-Rios e Régua. Os rios do sul são mais caudalosos e extensos, mas perdem em amenidade, salvo um ou outro trecho, o que lhes sobra em valentia e arrogance.

O Ave é, entre os rios do norte, um dos mais modestos e, tambem, um dos mais encantadores. Tudo n'elle respira graça, suavidade, idyllio: a formosura de ambas as margens, a galanteria das suas insuas verdes, a limpeza das suas aguas, a respeito das quaes diz Faria e Souza na *Fonte de Aganippe*:

.....o som divino
Que faz correndo o Ave crystalino.

Em Santo Thyrsó não póde ser mais bello, nem mais

alegre e festivo; em Villa do Conde, onde vai morrer, o seu aspecto é mais avultado, mas adquire ali uma doce melancolia, que desperta no espirito um écco de vaga saudade.

Junto a Santo Thyrso acumulam-se sobre o Ave quantos elementos um pintor poderia desejar para alindar uma paizagem. As margens são vestidas de uma correnteza ininterrupta de amieiros, salgueiros e freixos. Verdejam insuas como bosquesinhos fluctuantes, onde as aves se occultam para cantar melhor. A cêrca do mosteiro, alinhando-se sobre a margem esquerda rio acima, coberta por seu parreiral, faz parapeito dividido em successivos mirantes d'onde os frades vinham gozar a belleza do sitio e a frescura das aguas. Um açude altea, de frente da cêrca, o volume da corrente: foi mandado fazer pelos beneditinos para tornarem possivel o entretenimento da navegação. ⁽¹⁾ Quazi sob a ponte, uma antiga azenha canta batendo a agua com a sua roda pesada. No alto da margem esquerda, subindo desde o mosteiro, a villa que se occulta; na margem direita, o bairro «d'alem da ponte» agrupando as suas casas novas por entre arvores.

E' junto á azenha que no verão se armam as bar-racas para os banhos do rio, e é da ponte para cima que os rapazes da terra vão nadar nas tardes calmosas, retouçando-se alegremente na fresquidão mansa da agua.

Onde o açude fez navegavel o Ave já por vezes se teem realizado animadas regatas.

Santo Thyrso ufana-se, justamente, do seu lindo e gracioso rio, cujo nome e belleza andam celebrados no cançioneiro da villa, por mim recolhido.

⁽¹⁾ *Bened. Lusit.*, tomo II, cap. II.

A' beira do rio Ave
E' um regalo morar:
Quem tem sêde vai beber,
Quem tem calor vai nadar.

A agua do rio Ave
Passa por baixo da Ponte.
Quem quizer o cravo verde,
Ponha-lhe a rosa defronte.

Caneiro do rio Ave,
Deixa passar os peixinhos.
Quem namora ás escondidas
Quer abraços e beijinhos

Variante:

Os pombinhos innocentes
Arrolam-se e dão beijinhos.
Caneiro do rio Ave,
Deixa passar os peixinhos.

Caneiro do rio Ave
Alagado seja elle.
Era meia noute em ponto,
Meu amor passou por elle.

Adeus, adeus, rio Ave,
Adeus, largo Marachão,
Onde o meu amor embarca
Dentro do meu coração.

Agua que passa no rio
Ao longe faz a zoadá.
Quem se temer que se arrede,
Que eu não me temo de nada.

Se fores lavar ao rio,
Lava na pedra do meio.
Se vires cahir flores,
Apanha e mette-as no seio.

Adeus, adeus, rio Ave,
Rio de murmuração
Aonde se dão sentenças
Peiores que na Relação.

Em qualquer pinguinha d'agua
Vive a truta e nada o peixe.
Caneiro do rio Ave,
Não temas tu que te eu deixe.

Salsa da beira do rio,
Bota raiz para o lôdo.
Quem tem uma filha só
Julga ter o mundo todo.

Salsa da beira do rio
Qualquer folhinha a tempéra.
Mais val um amor de fóra
Que vinte e cinco da terra.

Salsa da beira do rio,
Alecrim da outra banda:
Heide vencer os teus olhos
Inda que corra demanda.

Adeus, calçada da Azenha,
Sino grande do Senhor.
P'r'a banda de «alem do rio»
Tenho eu o meu amor.

Da «outra banda do rio»
Tem meu pai um castanheiro,
Que dá castanhas em maio
E uvas brancas em janeiro.

Da «outra banda do rio»
Nem chove, nem faz orvalho.
Menina, se hade ser minha,
Não me dê tanto trabalho.

Da «outra banda do rio»,
Da «outra banda d'alem»,
Atiram-me com pedrinhas
E eu não sei d'onde ellas vem.

Meninas de Santo Thyrso,
Vinde lavar ao alegre, ⁽¹⁾
Que a agua do rio Ave
Põe a roupa como neve.

A agua do rio Ave
E' uma belleza p'ra nós.
Vai ter a Villa do Conde,
Onde tem a sua foz.

Agua do rio vai turva,
Não fui eu que a turvel.
Mas por mal de meus peccados
Agua turva beberei.

Na margem esquerda ergue-se a fabrica de flação e

(1) Ao alegre, vale tanto como dizer: com alegria, alegremente. Filinto Elysio empregou uma expressão semelhante: «entraçados ao garrido» isto é, garridamente, com garridice. O vocabulario do povo é ainda o mais pittoresco de todos os vocabularios.

tecidos que, inaugurada em 1898, está destinada a ser o nucleo de um bairro novo, já hoje começado.^[53]

Na margem direita, ha um outeiro que, superior á estação do caminho de ferro, é denominado *Torre Alta*. Parece que em tempos remotos existira ali um castro luso-romano.^[54] O que hoje subsiste, n'aquelle pittoresco local, é uma ermida do tempo de Dom Manuel, com sua galilé e um pulpito sob ella.

Tambem na margem direita, em frente de Argemil, fica a deliciosa quinta da Palmeira, propriedade que foi dos cruzios e que, depois da extincção das ordens religiosas, passou a particulares, pertencendo hoje ao barão de Monte Cordova.

O distinctissimo violinista portuense Augusto Marques Pinto, ⁽¹⁾ que era fanatico por Santo Thyrso, definia a quinta da Palmeira dizendo: «E' uma coisa de fadas.»

A villa tem uma rua principal, que partindo da calçada do mosteiro vai até ao Campo 29 de Março e se continua pela rua de Cyrillo Machado ⁽²⁾ antes de entroncar na estrada do Porto.

Recebeu a denominação de «26 de março», data commemorativa da entrada do exercito liberal na villa de Santo Thyrso (1834).

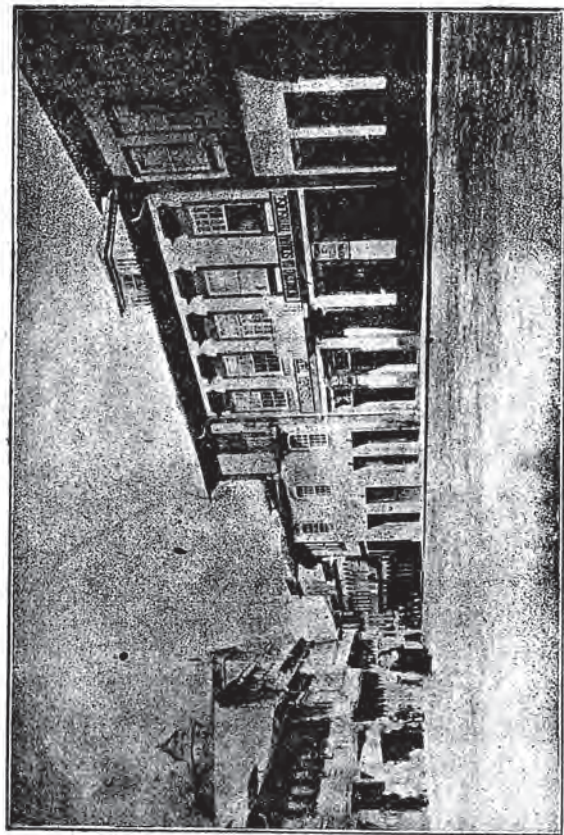
Todas as outras ruas são affluentes d'esta arteria central, incluindo a de S. Bento (antiga rua de Cidenai) e a linda rua de Vill'alva, extensa avenida de construcção recente, que faz honra a Santo Thyrso.

Da rua principal pode dizer-se que é o Chiado da terra; no tempo dos frades ella era a villa.

Dizem as trovas populares;

(1) Fallecido a 19 de março de 1888.

(2) Carlos Cyrillo Machado foi deputado por Santo Thyrso. Pai do actual visconde de Santo Thyrso.



RUA 26 DE MARÇO

A rua de Santo Thyrso
Nem é villa, nem aldea.
E' uma nobre cidade
Onde o meu amor passeia.

A rua de Santo Thyrso
De longe parece villa.
Tem um cravo na entrada
E uma rosa na sahida.

Ainda hoje se diz, geralmente, nos arredores de Santo Thyrso, «ir á rua» por «ir á villa.»

Nunca foi mais exacto do que actualmente o final d'aquella ultima quadra:

Tem um cravo na entrada
E uma rosa na sahida.

O «cravo» pode muito bem ser o *Campo 29 de março*, que a camara municipal mandou fazer por deliberação tomada na sessão de 29 de março de 1860.

Durante 20 annos foi este Campo o unico rocio da povoação.

Em 1881, porem, a municipalidade dava principio á Praça do Conde de S. Bento ou Campo Novo, ao qual pode assentar, sem exagero, a classificação de «rosa».

E' hoje o passeio elegante da villa, com um panorama que desbanca os mais bellos do paiz.

Abrangendo um largo horizonte de norte a leste, tem na sua frente o mosteiro, a ponte, a linha ferrea de Guimarães, o bairro novo de alem do Ave, a estrada de Famação, a capellinha branca de S. João do Carvalhinho poissada no alto á banda do oriente e, a perder de vista, n'uma extensão desmedida, as coróas de montes longinquos, a Penha, o Sameiro, talvez o Marão, esfumados pela distancia entre pinheiral e nevoa.

De oriente para sul desenha-se o contorno sinuoso de Monte Cordova, de traz do qual, em noites de plenilunio, surge magestoso o disco sereno da lua n'um effeito de luz bellamente scenographico.

Uma longa fieira de bancos alinha-se a toda a largura da Praça, interpondo-se aos bancos e á cortina gradeada, que a limita sobre o valle, uma avenida de macadam, ampla e extensa, das melhores que podem encontrar-se na provincia.

Ha tambem um elegante coreto, onde, em algumas tardes de verão, toca a actual *Banda Artistica Thyrsense*.

Diz uma trova popular:

Adeus, ó Praça do Conde,
Gradeada ao derredor,
Onde vai passar as tardes
O meu delicado amor.

Todos os outros lades da Praça são contornados por novos predios, de construcção recente e quazi sempre distincta.

Pena foi que se consentisse a edificação de um plano inferior á Praça, lado norte, porque perturba desagradavelmente o panorama.

Terá de ser demolido algum dia em nome do mais rudimentar senso esthetico.

A Praça do Conde de S. Bento carece de ser ajardinada. Pode fazer-se d'ella um Passeio Publico excellente. Nem sequer lhe falta a agua. Mas, infelizmente, ainda se realiza ali o mercado de gados ás segundas feiras, e a parte superior da Praça está n'um abandono que precisa ser vencido pela iniciativa municipal, visto que o conde de S. Bento já morreu.

Foi n'esta Praça que se construiu uma torre de madeira, imitação graciosa da torre Eiffel, por occasião das famosas illuminações que se fizeram em Santo Thyrso no

tempo do conde, e que deram brado em toda a provincia do Minho.

Foi arrazada, quando o periodo aureo das illuminações terminou.

Estes festejos populares, que chegaram, não ha duvida, a ser grandiosos, eram realizados em honra de S. Bento. Para os de 1881 escreveu Camillo Castello Branco, a pedido do reverendo abbade Pedrosa, a inscripção de um arco, que depois o mesmo ecclesiastico mandou reproduzir na sachristia da egreja, e que diz assim:

Dos filhos de San Bento apenas dura
Do templo augusto a frente denegrada,
Mas vive a devoção á crença pura
No heroico fundador d'austera vida;
Fechou-se ao monge a paz da clausura,
Mas rebrilha no povo estremecida
A fé que vae subindo, em doce pranto,
Nas azas da oração aos pés do Santo.

O povo de Santo Thyrsó, contente da sua villa, formou um cancionero toponymico, de que eu pude explorar alguns filões.

São muito interessantes as trovas que recolhi, porque ellas constituem um roteiro poetico, annotado a proposito, umas vezes com enthusiasmo, outras com malicia e, quasi sempre, com esse instincto descriptivo que torna o povo o melhor historiador.

A villa de Santo Thyrsó,
De pequenina, tem graça.
Tem um chafariz no meio,
Dá de beber a quem passa.

A villa de Santo Thyrsó
Hei de a mandar dourar
De pedrinha em pedrinha
P'r'o meu amor passeiar.

A villa de Santo Thyrso,
Cercada de pinheiraes,
No meio tem um castello
Onde combatem meus ais.

Variante:

Ó villa de Santo Thyrso,
Cercada de pinheiraes,
Onde navegam meus olhos
E vão ter meus ternos ais.

O' villa de Santo Thyrso,
Cercada de cravos brancos,
Onde meu amor passeia
Domingos e dias santos.

Variante:

Adeus, ó Praça do Conde,
Cercada de muros brancos,
Onde o meu amor passeia
Domingos e dias santos.

O' villa de Santo Thyrso,
De ti me vou despedir.
Deus me dê vida e saude
Para cá tornar a vir.

Minha terra, minha terra,
Minha terra não a nego.
Minha terra é Santo Thyrso,
Onde os meus olhos navego.

Hei de cercar Santo Thyrso
Co' uma fita de vintem
E hei de metter dentro d'ella
O meu delicado bem.



CAMPO 29 DE MARÇO

Hei de cercar Santo Thyrso
Co' uma fita de mil cores
Para caçar dentro d'ella
Os meus queridos amores.

O' villa de Santo Thyrso,
Ninguém te quer mais do que eu,
Só por tu seres o centro
Onde o meu amor nasceu.

Na villa de Santo Thyrso
Lá me ficou o meu lenço,
Ammarrado pelas pontas,
Cheio de lagrimas dentro.

Entre os muros de S. Bento
Eu me fui pôr a chorar.
As aves me responderam:
«E' bem feito! torna a amar!»

Altos muros de S. Bento,
Já eu lá não posso entrar.
Quem não tem merecimentos,
Gloria não pode alcançar.

A villa de Santo Thyrso
E' muito do meu intento.
No largo do Campo Novo ⁽¹⁾
E' que eu passava o meu tempo.

Adeus, ó largo do Conde,
Do Conde por appellido,
Onde eu tinha o meu amor,
Que me não sae do sentido.

.1) Praça do Conde de S. Bento.

Adeus, rua de S. Bento,
Só tu me fazes paixão:
E' lá que eu deixo, e não nego,
Um amor do coração.

Adeus, calçada da Ponte,
Adeus, fonte do Terreiro;
Adeus, raparigas tôdas,
Vou p'r'o Rio de Janeiro.

Se fores para o Picôto,
Leva ramos de trovisco.
Olha lá que te não façam
Como Judas fez a Christo.

Se fores aos Carvalhaes,
Leva contas de rezar:
Que lá é o purgatorio
Onde as almas vão penar.

Estas duas ultimas quadras teem um interpretação interessante.

O Picôto e os Carvalhaes não são o coração da villa, que se localisa entre a Praça do Conde de S. Bento e o Campo 29 de março, isto é, na *rua* comprehendida entre estes dois rocios. Tanto os Carvalhaes como o Picôto admittem já gente pobre, que vive mais no exterior; que conversa á porta de casa, podendo fazer soa-lheiro.

Aquellas duas cantigas nasceram na *rua*: mostram por isso certo desdém pelos habitantes do Picôto e dos Carvalhaes, assignalando-lhes defeitos e menos civilisação: os do Picôto porque não são certos, e os dos Carvalhaes porque não têm papas na lingua.

Santo Thyrso é bem santo,
Livrou o seu pai da morte.
Tambem nos ha de livrar
D'esta batalha tão forte.

A feira de Santo Thyrso
De tudo está bem sortida.
Quem me déra lá viver,
Passar lá a minha vida!

Cortei o bico á rôla,
As azas ao papagaio.
Meninas de Santo Thyrso,
Se quereis comer, ganhai-o.

O' terreiro de S. Bento,
O' carvalho da Deveza,
Não julguei que me deixasses
Com tamanha fortaleza.

Em Alcaide não ha moças,
E no Arco ha fome d'ellas.
Em Vill'Alva é o refugo.
Santo Thyrso é um ramo d'ellas.

Esta ultima quadra é mais uma afirmação inconsciente do orgulho da villa, da *rua*, sobre outros logares mais obscuros da freguezia de Santo Thyrso, taes como o Alcaide, o Arco, Vill'alva.

Este desvanecimento apenas cede quando o amor se lhe impõe, como na quadra seguinte:

O' freguezia d'Arêas,
Logar da minha paixão:
Tenho lá os meus amores
Da raiz do coração.

Mas apparece logo, pelos motivos já indicados, em est'outras trovas:

Ai li ai li ai lé.
Raparigas do Picôto
Lambareiras de café.

Ai li ai li ai lente.
Raparigas do Picôto
Lambareiras d'aguardente.

A *rua* accusa-as de não amarem desinteressadamente, como as que nasceram no coração da villa.

Na tradição oral de Santo Thyrso anda este *Fado*, ⁽¹⁾ que é também muito característico sob o ponto de vista toponymico:

Adeus, *rua* de Santo Thyrso,
Que breve de ti me ausento.
Vou seguir o meu intento
P'ra onde Deus destinou.
Muito me custa deixar-te,
Terra da minha paixão.
Adeus, logar do Tapado,
Onde eu dava o meu passeio;
Ponte do Ave, recreio,
Que de bem longe te avisto;
Adeus, igreja de Christo,
Onde se formam os laços;
Adeus, Capella dos Passos,
Que me lembras de bem longe;

(1) Composto por Narciso Ferreira d'Araujo, o Ferreirinha, de profissão carpinteiro, que embarcou para o Brazil, e lá falleceu.

Adeus, ó Praça do Conde,
Onde o meu amor passeia;
Adeus, largo da Cadeia;
Adeus, rua de S. Beuto,
Que no meio tens a prisão; (1)
Adeus, ó Feira do Pão;
Campo da Feira do Gado,
Que és largo e comprido;
Adeus, logar do Picôto;
Adeus, Casa de Retiro.
Tu, rua dos Carvalhaes,
Podes-te dar por feliz.
Tu, rua de D. Luiz,
De ti já me não lembrava.
Adeus, ó largo das Taipas,
Onde o meu amor acaba.
Acaba porque Deus quiz;
Tinha a sua hora chegada,
Nunca pensei um momento
N'esta partida inesp'rada.
Rapazes e raparigas,
Lembraí-vos d'um desgraçado,
Que em meio do mar sagrado
Acaba com o seu fado.

Tambem recolhi em Santo Thyrso uma serenata que o mestre Friães, ainda vivo, carcereiro da cadeia da villa, improvisou em 1872: n'ella se encontram muitas referencias toponymicas, que lhe dão logar n'este capitulo:

Canta o mestre Friães por esta villa tão bella
Para que as ricas damas o escutem da janella.

(1) *Variante:*

Adeus, Senhor da Prisão.

Dou principio no Picôto, onde tive meus amores.
Hoje só tenho amigos a quem lhes devo favores.

Deixo-te, logar aprazível, onde os Pellados, (1) habito. (2)
Sigamos aos Carvalhaes ao cheiro do peixe frito.

São onze horas da noute, marcha o ponteiro p'ra meia.
Não gosto d'este logar por me parecer uma aldêa.

Pois sigamos mais adeante, porque quero dar um ai.
Quero vêr as pequerruchas da rua de Sidnay.

Rapazes, de vagarinho, eu quero fazer-me ouvir,
Quero mostrar ás pequenas o tempo que está p'ra vir.

D'aquí d'onde estou bem vejo um botão de rosa abrir.
Quem me dera ser orvalho que n'elle fosse cahir!

Sou barbeiro tocador, cabo de policia nocturna,
Da Camara sou zelador. Socegado tudo durma.

Esta casa é a Cadeia, onde habitam os culpados.
Rapazes, cumpri vossas penas, e ficai regenerados.

Adeus, rua de S. Bento, já fostes de Sidnay.
Eu ando a recordar-me o tempo que já lá vai.

Rapazes, adeante um pouco, fujamos da escuridão.
Vou mostrar-vos os parentes da Capella da prisão.

Eu vou terminar, e disse, aqui n'esta encruzilhada.
Vós, rapazes, desculpai-me esta tremenda maçada.

Na rua 26 de março e nos dois Campos está centralizado o principal commercio da villa, que é aliás pouco importante, pois que a facilidade de communicações com o Porto o atrophia.

E' no Porto que se abastece a classe superior, especialmente em artigos de moda.

(1) Alcinha de uma família.

(2) *Sic.* Habitam.

O povo fornece-se no mercado das segundas feiras, não só de alfaías e productos agricolas, mas tambem de tecidos para se vestir, principalmente lenços, chailes, fazendas, etc.

Fora da rua principal, da Praça do Conde de S. Bento e do Campo 29 de março, apenas ha tabernas, lojas de ferrador, e pouco mais movimento commercial.

A villa tem trez pharmacias, uma d'ellas, a pharmacia Faria, ampla e muito bem provida de medicamentos tanto nacionaes como estrangeiros; tem dois hoteis, o do *Carôço* e o do *Ave*; uma confeitaria, sob a designação de *Central*; uma estação de bombeiros voluntarios; um deposito da Companhia dos Tabacos; uma tabacaria, pertencente á familia Trepa; dois ou trez botequins; duas typographias; um bazar de moveis antigos; lojas de mercador, de fanqueiro, etc.

Nenhum dos botequins é luxuoso, mas vão affirmando já algum progresso sobre os antigos cafés que eu ali conheci, o da *Cesilia* (Cecilia) e o do *Thomas*.

As casas da «rua» são quazi todas de moderna edificação; construidas ou pelo menos reconstruidas no seculo XIX. Do seculo XVIII apenas haverá meia duzia d'ellas, duas das quaes se evidenciam pela cantaria e são propriedade do capitalista bracharense João Augusto de Souza.

Falta-lhes, porem, um pormenor muito caracteristico da antiga casa minhôta: as misulas de pedra aos lados das janellas para collocação de vasos com flores.

O typo das casas, bem como o da «rua», é o portuense.

Circunstancia notavel ! ficando Villa Nova de Famação a pequena distancia de Santo Thyrso para o norte, tem aquella villa, em muitas coisas, especialmente nos predios e nas ruas, o caracter braguez, e esta villa o caracter portuense.

Em Villa Nova a rua Direita, por exemplo, dá a impressão de Braga.

Algumas casas, se bem que poucas, ainda conservam a gelosia, que era typica na Braga antiga.

Em Santo Thyrso, a rua 26 de Março dá a impressão do Porto.

Parece que é o rio Ave que impõe a separação dos costumes.

A casa do Minho, com escada exterior, de pedra, facultando accesso para um alpendre, que communica com a varanda envidraçada ou coberta, não existe em Santo Thyrso ou só por excepção apparece.

Outra circumstancia notavel: em Santo Thyrso quasi todas as familias gradas estão ligadas por laços de parentesco mais ou menos proximo.

A familia Andrade ramificou-se amplamente, generalizou-se.

O representante varão d'esta familia é hoje o snr. Joaquim Andrade, principal proprietario na villa, onde, em geral, a mediania se substitue á riqueza.

A freguezia de Santo Thyrso, comprehendendo a villa e os logares adjacentes, tem, segundo o recenseamento geral da população feito em 1900, 838 fogos, com 1:658 habitantes do sexo masculino e 1:925 do sexo feminino.

Em outras freguezias do concelho ainda é proporcionalmente maior o numero de mulheres, como, por exemplo, nas do Salvador de Monte Cordova e Sant'Yago de Rebordões.

Mas, para o effeito do trabalho braçal, a mulher do concelho de Santo Thyrso é como se fosse um homem: trabalha tanto ou mais que elle.

Este é em geral um predicado da camponeza do norte, especialmente no Minho.

Caminheira intrepida, affronta grandes caminhadas,

por atalhos escabrosos, com pesados fardos á cabeça.

E no mourejar da lide agricola o seu vulto esbelto parece triumphar do cansaço, como se fosse de ferro.

Na villa, as raparigas do povo, criadas de servir ou operarias, são quasi todas elegantes, comquanto apenas algumas sejam bonitas.

A côr das faces nem sempre é boa; ha rostos pallidos, de uma pallidez terrena, o que quer dizer que, infelizmente, a anemia já vai invadindo o Minho.

Varias familias são tuberculosas.

Quasi todas as raparigas da villa andam descalças durante a semana.

Ao domingo calçam chinellas e meias pretas de algodão; as meias brancas, de linha, tão lindas e aceiadas, vão cahindo em desuso.

Para ir á missa, põem sobre os hombros um chaile de lã, dobrado ao meio, de modo a ficar o mais curto possivel; na cabeça, lenço de sêda.

As mulheres de mais idade põem capa, guarnecida a fita de sêda, larga. Mas a capa vai sendo rara.

Aos domingos e dias santos a primeira missa é muito concorrida. Não ha melhor occasião para vêr as mulheres da villa.

A igreja, apesar de espaçosa, não comporta toda a gente; de modo que se estende pelo adro uma longa *queue* de homens e mulheres.

A criada de Santo Thyrsó não cede em fóros de trabalhadeira á camponeza do concelho. As mais robustas realizam prodigios de valor. Em 1901, vi, no dia 15 de agosto, duas criadas de uma familia da villa subirem intrepidamente toda a encosta de Monte Cordova com grandes farneis á cabeça, apesar de cahir n'esse dia uma calma ardentissima.

Estando em Argemil vi outra criada, no 1.º de setembro, ir á villa buscar um fardo enorme e voltar, á hora

do meio dia, com uma ligeireza e um vigor inexcedíveis.

Depois de havarem trabalhado durante muitas horas, ou feito grandes caninhadas como acontece nas romarias, tanto as raparigas como os rapazes não afrouxam no entusiasmo das danças.

São verdadeiramente infatigáveis.

Antigamente havia maior sociabilidade do que hoje entre as famílias gradas da villa.

A politica tem criado inimizades, até entre pessoas da mesma familia, que ou não se fallam ou apenas se cumprimentam na rua, sem que se visitem.

Os dois partidos predominantes são o progressista e o regenerador. Ultimamente constituiu-se um grupo nacionalista.

Ha dois jornaes.

Um d'elles, o *Jornal de Santo Thyrso*, que se inclina ao partido progressista, existe ha 20 annos e é propriedade de José Bento Corrêa & C.^a.

O outro, que propende para o partido regenerador, é a *Semana Thyrsense*, vai no 3.^o anno de existencia e é propriedade de Adriano Trepá.

O *Jornal de Santo Thyrso* publica-se ás quintas feiras, e a *Semana Thyrsense* aos domingos.

Cada um d'estes hebdomadarios se imprime em sua typographia.

A idade de um e outro explica a evolução dos partidos politicos no concelho.

Outr'ora o partido regenerador foi poderoso em Santo Thyrso, mas a morte do seu chefe local, João Justiniano de Souza Trepá, touxe-lhe certa desorganização, de que o partido progressista se aproveitou habilmente para fortalecer-se.

Este partido quazi não teve opposição, ou apenas a teve muito frouxa, durante um largo periodo de 17 annos.

O seu chefe tem sido o snr. dr. Antonio Augusto Soares Rodrigues Ferreira.

Ha trez annos congregaram-se elementos novos para realizar uma resurreição do partido regenerador, cujo chefe actual é o snr. Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida.

Começou então a irritar-se a lucta, a accender-se a hostilidade que, infelizmente, divide hoje as familias thyrsenses.

E' uma desgraça, porque, faltando a Santo Thyrsó um protector como foi o conde de S. Bento, seria precisa uma grande harmonia de todos os esforços locais para proseguir na obra de renascimento material que o fallecido titular iniciou.

A nosso vêr, é este o maior obstaculo ao progresso da villa e do concelho, a que aliás já não faltam hoje elementos de vida, movimento e prosperidade.

Como prova, cite-mos algarismos officiaes: no anno de 1899 entraram na estação do correio em Santo Thyrsó 137:410 volumes de correspondencia e foram por ella expedidos 110:916.

Referimo-nos apenas á correspondencia franqueada, não mettendo em linha de conta a porteada, a registada e a official.

Esta indicação sobre o movimento postal na estação da villa de Santo Thyrsó accusa vitalidade e desenvolvimento.





IV

O dinheiro do Conde de S. Bento

Este titular apparece por um momento na historia ^[55] da villa de Santo Thyrso, mas assignala a sua passagem com grandes beneficios que espalhou com inexgotavel generosidade.

Os frades crearam e bafejaram a villa durante seculos. Uma communidade dura mais que um homem. O conde de S. Bento, em relação á longa existencia do mosteiro, apenas pôde dispôr de um momento; mas aproveitou-o de modo a fazer suppôr que excederia a acção beneficente dos monges beneditinos, se tivesse durado tanto como elles.

Não se podê louvar a sua memoria com maior, nem melhor elogio.

Manoel José Ribeiro — assim se chamava o Conde — pertenceu ao numero dos portuguezes que voluntariamente emigraram para o Brazil, e, depois de largos annos de uma vida aspera e trabalhosa, de lá voltaram ricos.

O nosso povo dava-lhes o nome de — brazileiros — para indicar a origem da riqueza que elles agenciavam e traziam.



CONDÉ DE S. BENTO

O Brazil subsiste, tendo aliás passado por grandes transformações politicas, e os seus naturaes continuam a chamar-se brasileiros; mas os portuguezes que de lá voltavam assim denominados, á não regressam ricos como outr'ora. Muito ao contrario, os mais d'elles repatriam-se hoje pobres e doentes, e alguns imploram do governo portuguez um subsidio pecuniario que lhes permita recolherem á terra da sua naturalidade.

Por que será isto? Porque afrouxou o movimento commercial do Brazil? Não, decerto. E' talvez porque a nossa raça se tornou menos soffrida, paciente e trabalhadora; porque só pensa em gosar mais, e trabalhar menos. O egoismo desfraldou a sua bandeira e campea por toda a parte. Os perigos da viagem e do clima, a sujeição commercial, a saudade da patria e o espirito de economia, que foi uma característica dos portuguezes antigos, causam hoje horror á mocidade portugueza, que prefere viver pobre a ter que soffrer para ajuntar capitaes.

Manoel José Ribeiro era filho de uns humildes caseiros da quinta de Poedrães, em S. Miguel das Aves. Seus pais chamavam-se Domingos José Ribeiro e Rosa Maria Martins. Manoel nasceu n'aquella mesma quinta a 28 de agosto de 1807, e ali viveu até aos 11 annos auxiliando os pais nos trabalhos agricolas.

Muitas vezes, ao passar em Santo Thyrsó nos dias de feira ou em quaesquer outros, ouvindo o cantochão dos frades e olhando para o mosteiro, tudo poderia imaginar, menos que viesse a adquiril-o algum dia.

Seria um arrojadissimo sonho, que elle nunca teve. Quem lhe havia de dizer então que as ordens religiosas seriam extinctas, os conventos postos em hasta publica, e elle um dos arrematantes d'aquelle mosteiro beneditino que desde pequeno conhecia?

Pois assim veio a acontecer, tão cheia de imprevisto é a existencia humana.

Em 1818 embarcou Manoel José Ribeiro para o Brazil, como outras tantas creanças de todo Portugal, especialmente do Minho.

As viagens d'aquelle tempo eram muito accidentadas. Não havia ainda os grandes paquetes, de rapida navegação a vapor. Appareciam corsarios, que davam caça aos navios. E assim succedeu n'esta viagem do futuro conde de S. Bento: uns piratas de Montevideu apresaram o navio em que elle ia, e, como tambem era costume, permittiram aos tripulantes que, reunidos n'um chaveco, voltassem a Portugal, mais pobres do que tinham partido.

Manoel José Ribeiro parece haver tido a resignada noção de que a felicidade se compra a peso de sacrificios: não desanimou, e tornou a embarcar no anno seguinte.

Correu regularmente esta segunda viagem, mas, ao chegar á costa brasileira, o navio naufragou. Salvaram-se os tripulantes nos escaleres de bordo e sobre jangadas. Foram aportar á ilha de Marajó, mas ainda ahi se lhes mostrou adversa a sorte para lhes experimentar a coragem, pois que, salvos do naufragio, apanharam um d'aquelles repentinos e violentos impetos d'agua, que lá chamam macaréus, e que os arremessou para o interior da ilha, onde lhes valeu a benevola acolhida de um fazendeiro, solícito em proporcionar-lhes agasalho e meios de conducção até á cidade de Santa Maria de Belem.

Foi duramente estreada a vida commercial do filho do caseiro de Poedrães, o que aliás era vulgar acontecer n'aquelle tempo aos rapazes que iam fazer carreira no Brazil.

Oito dias depois, entrava Manoel José Ribeiro, como empregado, na casa do commendador José Bento da Silva, negociante estabelecido em Belem.

Foi este o seu primeiro patrão.

Os acontecimentos politicos do Brazil, que precede-

ram a sua desmembração de Portugal, também incomodaram M. J. Ribeiro, obrigando-o a pegar em armas, primeiro na guarda policial, depois na guarda nacional.

Até 1832 andou procurando a fortuna por algumas cidades do Baixo Amazonas, mas, regressando a Santa Maria de Belem, ali se fixou na casa de José Paes de Souza, brasileiro nato, d'onde sahiu em 1837 para ir estabelecer-se de conta propria.

Por varias vezes teve que lutar com difficuldades, principalmente originadas nas frequentes perturbações politicas d'essa epoca. Mas, exemplar da antiga raça portugueza, não desanimou nunca, e em 1866 pôde permitir-se alguma folga á sua afanosa labutação de tantos annos, tão asperamente vividos. Dando sociedade a seu sobrinho José Luiz de Andrade, fez algumas viagens, aos Estados-Unidos, a Inglaterra, a França e a Portugal, onde passava grande parte do verão, recolhendo ao Pará no inverno.

N'uma das suas visitas á patria, em 1874, começou a sentir pesar-lhe a idade e a fadiga de uma longa vida laboriosa. Tinha já 67 annos. Haviam se-lhe aggravado os achaques proprios da velhice. Não mais voltou ao Pará, e definitivamente resolveu descansar na terra da patria.

Um anno depois era agraciado com a commenda de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

A sua generosidade começou a fazer-se sentir na promptidão e largueza com que attendia todos os pedidos para subsidiar festas religiosas e institutos piedosos no concelho de Santo Thyrso ou fóra d'elle.

Manoel José Ribeiro era o typo do «brazileiro» bom homem e, caso notavel! voltára com todas as crenças com que tinha partido. As pompas do culto catholico deslumbavam-n'o, e, conservando sempre os seus habitos de minhoto, gostava das romarias concorridas, dos

arraiaes ondeantes, das illuminações vistosas, dos fogos de artificio imaginosos.

Todas estas circumstancias lhe conquistaram aura popular, postoque elle, modestamente, a não procurasse.

Vivia sobriamente, sem apparato, não perdendo nunca de vista a sua origem. A primeira casa que em Santo Thyrso habitou, era modestissima, na rua da Lagôa. Já-mais deixou de ser povo e, por isso, cria com o povo, gostava de se divertir com elle e como elle, tinha sempre a algibeira aberta para tudo quanto ao povo pudesse ser agradavel ou util.

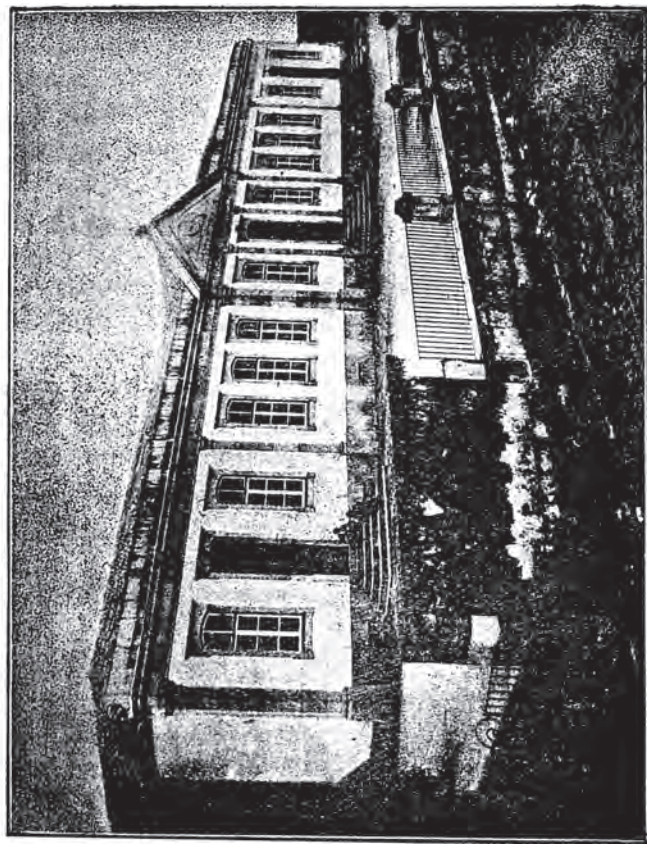
Não discutia orientações; comprazia-se em attender todas as que solicitavam a sua generosidade. Se lhe pediam dinheiro para uma escola, dava-o; se lh'o pediam para um fogo de vistas, não o recusava tambem. Era um bom, que precisava ser bem dirigido, porque elle não sabia dizer que não.

Santo Thyrso — honra seja feita a esta villa— não se mostrou sedenta de monopolisar os beneficios que podiam resultar-lhe da riqueza do conde de S. Bento, a qual elle repartia por outras localidades. E, no decurso do tempo, soube conduzir o conde, que aliás facilmente se deixou guiar, á realização de obras mais perduraveis que as romarias e as illuminações, obras verdadeiramente humanitarias, que tornaram justamente abençoada a sua memoria.

Por decreto de 20 de janeiro de 1881 foi o commendador Ribeiro agraciado com o titulo de visconde de S. Bento.

No principio de 1882 adquiriu o novo titular a casa e quintas do mosteiro de Santo Thyrso. (1)

(1) Depois da extincção das ordens religiosas, foi o edificio do mosteiro de Santo Thyrso, conjunctamente com as suas respectivas quintas, vendido pelo Estado e adquirido por José Pinto Soares, cunhado de José



EDIFICIO ESCOLAR

—Mal podia eu imaginar, confessava elle com simplicidade, que tudo isto me viria a pertencer no futuro! Se eu era tão humilde, que passava aqui com a agulhada ao hombro quando os frades cá estavam!

Uma vez, o conde de S. Januario, fallando com o visconde de S. Bento em Santo Thyrsó, recebeu esta impressão: que nunca na sua vida tinha encontrado um millionario mais humilde.

A 3 de janeiro de 1886 foi inaugurado na villa o edificio para uma ampla escola de ambos os sexos mandado construir, e mobilar, pelo visconde de S. Bento.

As obras correram sob a inspecção do rev.^o abbade Pedrosa, a quem o doador confiára essa missão.

Todo o trabalho technico encontrou habil execução por parte de Francisco Corrêa da Silva Carneiro Vida, a quem o illustre pintor Rezende apreciou, e á sua obra, nos seguintes termos:

«A vossa escola normal, simples, grandiosa, sem luxo d'ornamentação architectonica, na sua fachada principal, optima, quer no conjunto, quer nos pormenores, tem ar e luz esplendida; elegante nas suas proporções exteriores e interiores, mereceu ella séria attenção do snr. Macedo Junior, digno tenente coronel d'engenheiros, que nos disse a nós outro dia, sentindo o prematuro fallecimento de Vida—que a vossa escola normal era bem digna do Porto.

«Vós, meus caros amigos, perdestes ahi aquelle que *nascêra architecto*; nós, os portuenses, perdemos cá o nosso Soller, que era uma gloria nacional.

da Silva Passos, que o comprou por poucos contos de reis pagos em titulos azues (d'esse tempo); segundo se diz não chegaria o preço da compra para cobrir o valor dos muros da cerca. Por morte de José Pinto Soares, que falleceu sem testamento, passou a propriedade aos seus herdeiros legaes, ficando mais tarde encabeçada n'estes bens D. Maria Passos, que depois os vendeu ao viscond. de S. Bento.

«Ainda bem que o plano de Vida será seguido, concluindo-se esse monumento d'instrucção publica que dará um lugar de honra, entre as villas de Portugal, á villa de Santo Thyrso a quem somos affeiçãoados como se fôra nosso berço.» (1)

A fachada principal do edificio tem 47,^m 20 de extensão; as faces lateraes medem 32 metros.

Em espaçosos salões funcçionam as aulas do ensino elementar para um e outro sexo. São amplas, elegantes e claras: o seu comprimento é de 16,^m 50 e a sua largura de 9 metros, cada uma.

Em frente d'estes salões ha duas salas de espera.

Foram reservadas ao ensino complementar (hoje extincto) outras duas salas de 8,^m 70 de comprimento por 6,^m 80 de largura.

Fica ao centro do edificio uma sala nobre para conferencias, reuniões e distribuições de premios.

Rematam as faces lateraes as casas de habitação dos professores, e entre ellas foi construido um gymnasio em solida arcaria.

E' como se vê, o typo da escola moderna, bem arejada, bem illuminada, bem delineada, segundo todas as indicações da hygiene e da pedagogia.

Falta dizer ainda: luxuosamente mobilada a mogno.

O visconde de S. Bento gastou na construcção d'este edificio, verdadeiramente modelar, cerca de 16:000\$000 reis.

As escolas, que elle offereceu á junta de parochia, são frequentadas por 197 alumnos e 111 alumnas.

Os professores de ensino elementar, no tempo do fundador, recebiam d'elle 90\$000 reis por anno, e continuam

(1) Francisco Vida falleceu em fevereiro de 1885.

a receber os emquanto regerem as cadeiras, por estipulação do sobrinho do visconde, José Luiz de Andrade, já também fallecido.

As escolas elementares para ambos os sexos são regidas, n'este edificio, por professores distinctos e zelosos. Bastará dizer que no anno lectivo de 1900 a 1901 o professor Joaquim Pires Fernandes propoz para exame 14 alumnos, sendo todos approvados, e 13 com distincção, obtendo um d'estes, de nove annos de idade, o 2.º premio no lyceu nacional de Braga; e que a professora, D. Zulmira de Azevedo, apresentou a exame 4 alumnas, todas approvadas, duas com distincção e uma com louvor.

E note-se que a falta de meios das respectivas familias e o custo das propinas affastam dos exames a maioria dos alumnos.

No mesmo edificio funciona o professor da extincta escola complementar, (1) snr. Fernando Pires de Lima, um dos mais abalisados do Minho, que hoje se vê reduzido a ensinar o A, B, C a 55 creancinhas.

E, comtudo, a escola complementar de Santo Thyrsso prestou relevantes serviços durante a sua curta existencia de 13 annos. Habilitou 146 rapazes em instrucção primaria, e 73 em portuguez, francez, desenho e outras disciplinas secundarias.

Mas o illustre professor, sacrificado pelos caprichos da sorte, viu premiados os seus serviços com o aniquilamento do seu diploma, e ficou inferior em classe e vencimentos aos seus collegas do 1.º grau.

O snr. Fernando Pires de Lima é, pela sua competencia, chamado quazi todos os annos a fazer parte do jury dos exames de instrucção primaria que se realizam no Porto.

(1) Extincta em 1894, como a maior parte das suas congéneres.

Por sua iniciativa se abriu a subscrição publica, que permittiu a construcção da escola da freguezia de Arêas, para o sexo masculino, a primeira que se edificou no concelho de Santo Thyrsó, e da qual o snr. Fernando Pires de Lima foi em tempo professor.

A este facto se refere, com merecido louvor, o *Minho Pittoresco*, a pag. 307 do 2.º volume.

No anno lectivo, a que acima nos referimos, o snr. F. Pires de Lima apresentou a exame 6 alumnos, que obtiveram approvação. ⁽¹⁾

Por decreto de 6 de maio de 1886 foi o visconde de S. Bento elevado a conde.

A 3 de janeiro de 1889, terceiro anniversario da fundação da escola, ficou solemneamente collocado sobre o tympano da porta principal do edificio o busto do conde de S. Bento, adquirido por subscrição publica, que a junta de parochia promoveu, e primorosamente esculpido por Teixeira Lopes.

Em 9 de agosto de 1890 foi concedida ao conde de S. Bento a medalha de ouro da instrucção nacional.

O conde offereceu á camara municipal de Santo Thyrsó terrenos para a abertura de ruas e alargamento da Praça que tem o nome do illustre doador.

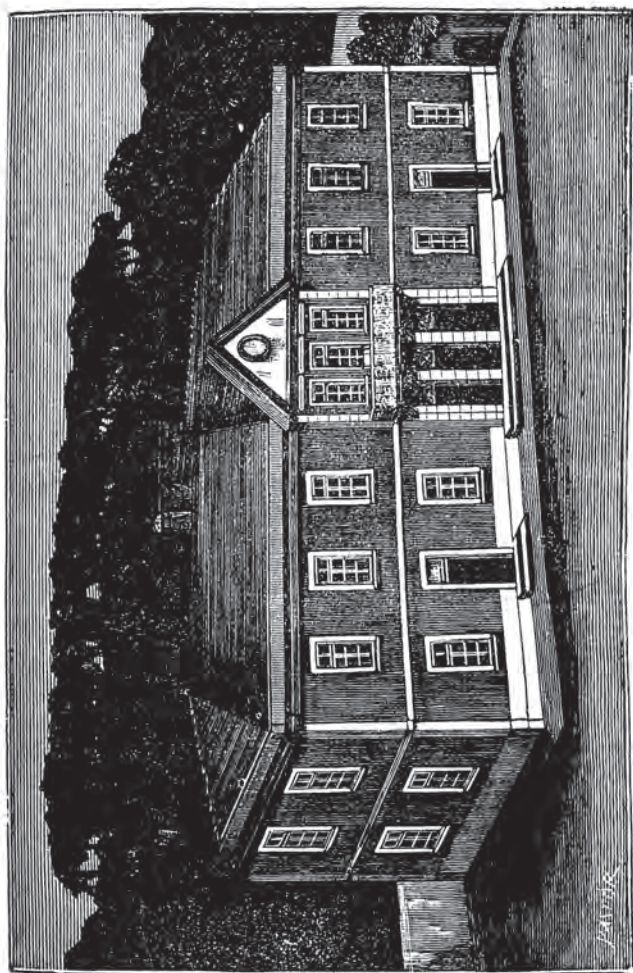
E' n'esta Praça que hoje se acha edificado o hospital da Misericordia, tambem doação do generoso titular.

A irmandade da Santa Casa da Misericordia da villa de Santo Thyrsó foi instituida em 3 de julho de 1885 e os seus estatutos approvados por alvará do governador civil do Porto, que então era o visconde de Guedes Teixeira, em 29 d'aquelle mez e anno.

O artigo 3.º dos estatutos dizia:

«E' destinada provisoriamente para tratamento dos

(1) Já depois de escriptas estas linhas, e ao cabo de 32 annos de serviço, foi o snr. Pires de Lima aposentado em maio de 1902.



HOSPITAL CONDE DE S. BENTO

enfermos a Casa de Saude estabelecida n'esta villa, a qual já interinamente serve de hospital e, de futuro, o edificio que se construir com as precisas accomodações e condições hygienicas, em que o mesmo hospital será estabelecido permanentemente. »

A Casa de Saude tinha brotado da iniciativa de D. Maria do Carmo de Freitas Costa Azevedo, que em 1876 organisou uma commissão de senhoras com o fim de angariar donativos para tão piedosa instituição.

Recolhidas assim muitas prendas, installou-se nas galerias do mosteiro um bazar, que provocou grande enthusiasmo, e abriu a 24 de junho d'aquelle anno.

Com o seu producto, foi montada a Casa de Saude realizando-se a inauguração no domingo da Santissima Trindade em 1877.

A principio havia apenas quatro camas, n'uma enfermaria provisoria.

Mas a vantagem d'este estabelecimento de caridade tornou-se evidente, quando ali deram entrada 5 trabalhadores do caminho de ferro de Guimarães, horrivelmente queimados pela explosão de polvora, que occorreu no dia 13 de setembro de 1881.

Dois d'elles puderam ser salvos.

A fundadora, D. Maria do Carmo, dirigiu superiormente a Casa de Saude, que serviu interinamente de hospital.

Difficilmente conseguiria a irmandade da Misericordia construir o hospital, nos termos do seu compromisso, se lhe não acudisse com a costumada generosidade o conde de S. Bento, que mandou levantar o edificio, por elle doado á Misericordia, e inaugurado a 28 de agosto de 1891. (1)

(1) No dia da inauguração do hospital, o *Journal de Santo Thyrsó* publicou um numero especial, commemorativo.

Tambem collaborei n'esse numero.

**MOVIMENTO DE DOENTES NO HOSPITAL DE SANTO THYRSO
DESDE A SUA FUNDAÇÃO**

Annos	Entraram		Sahiram							
			Curados		Melhora- dos		No mesmo estado		Fallecidos	
	hom.	mulh.	hom.	mul.	hom.	mul.	hom.	mul.	hom.	mul.
1891 (a)	5	5	2	1						1
1892	65	61	54	33	11	19		5	3	4
1893	55	61	37	46	10	8	1	4	2	1
1894	46	46	37	36	5	4	1	2	4	4
1895	75	96	55	65	8	14	4	4	7	6
1896	108	131	82	89	15	23	5	1	11	8
1897	112	130	80	94	10	15	3	3	7	5
1898	78	86	69	69	7	13	1	1	9	7
1899	97	95	68	71	11	10	4	4	8	12
1900	105	105	85	83	11	11	3	3	4	10

(a) N'este anno de 1891 principiou o movimento em 28 d'agosto, data da inauguração do hospital.

O exterior do hospital é singelo, mas elegante; o interior foi traçado segundo todas as prescrições da medicina moderna.

Nas enfermarias, espaçosas e bem ventiladas, acomodam-se, termo medio, 30 doentes de ambos os sexos, assistidos por dois medicos, um dos quaes é obrigado a prestar os seus serviços em virtude de especial estipulação de José Luiz de Andrade, como adeante se verá.

Pessoal empregado no hospital: um capellão, um escripturario, cinco irmãs de caridade e trez criados.

Nas enfermarias, para avivar a gratidão dos doentes, acham-se collocados retratos do benemerito fundador.

Assim foi que o conde de S. Bento fundou na villa de Santo Thyrsos os dois intitutos mais uteis á humanidade: a escola e o hospital.

E, não contente com isto, que já seria bastante para immortalisar a memoria de um bom cidadão, tambem, depois do util, curou do agradavel, subsidiando durante cinco annos (1883-1888) a banda de musica, de que já fallamos, e auxiliando com o donativo de 2:500\$000 reis a construcção do Club Thyrsense.

Este edificio, concluido já depois da morte do conde, faz honra á villa: tem um magnifico salão de baile, que mede 17,^m 5 de comprimento por 6,^m 20 de largura; salas de bilhar, de leitura e de jogo de vasa, *toilette*, cosinha, casa de habitação para o continuo, etc.

No salão de baile ha trez bons espelhos, dos quaes um, o melhor, pertenceu ao mobiliario do palacio do barão de Trovisqueira, em Famalicão.

Pena é que a paixão politica levasse alguns socios d'este club a abandonarem-n'o por deliberação partidaria.

A mesa e definitorio da Santa Casa da Misericordia, obedecendo a um impulso de legitima gratidão, resolveram, em sessão de 6 de janeiro de 1892, erigir uma estatua ao conde de S. Bento.

Foi nomeada uma commissão central encarregada não só de promover subscrição para esse fim, mas também todos os trabalhos concernentes ao monumento.

Ficou composta dos snrs: Antonio Joaquim de Campos Miranda, Antonio Joaquim Cardoso de Miranda, Joaquim Corrêa de Miranda, Francisco José Telles da Cunha e Francisco Alves Moreira.

Esta commissão, com o auxilio de sub-commissões parochiaes, tratou de solicitar e recolher donativos em todo o concelho; e também os agenciou fóra do concelho.

No Rio de Janeiro foi organisada uma sub-commissão, que pôde colligir 3:980\$000 reis, remettidos n'uma lettra de cambio, que, negociada no Porto, produziu reis 1:099\$535.

A camara municipal de Santo Thyrso contribuiu com 300\$000 reis.

O producto total da subscrição, no paiz e fóra do paiz, attingiu 2:797\$015 reis.

A estatua, que é de marmore como o pedestal, foi paga a Antonio Coelho da Silva & C.^a pela quantia de 1:674\$750 reis; a grade de ferro que circumda o monumento, e os respectivos candieiros, custaram 236\$235 reis.

Realizou-se a inauguração da estatua no dia 28 de agosto de 1892, sendo este acto acompanhado de grandes festejos publicos, illuminações, fogo de artificio, musicas, etc.

A estatua representa o conde de S. Bento, em pé, com a farda inherente ao seu titulo, a mão direita pousada sobre o peito, e a esquerda apoiada n'um plintho, sobre o qual está deposto o chapéu armado.

A physionomia do conde foi reproduzida com fidelidade, e as linhas geraes do monumento são elegantes.

Houve duvidas sobre a escolha do local em que o monumento devia ser erigido,

Queriam-n'ò uns collocado na Praça do conde de S. Bento, para que pudesse ser visto de longe pelos forasteiros.

Queriam-n'ò outros no Campo 29 de março, onde o conde então residia.

Venceu a opinião de um terceiro grupo, que preferia a rua principal da villa no seu trecho mais amplo, o antigo largo de Cidenai.

O conde assistiu á inauguração da propria estatua.

Este facto, aliás raro, não é unico em Portugal.

Na Villa da Praia da Victoria, ⁽¹⁾ ilha Terceira, foi inaugurada, no dia 31 de dezembro de 1879, a estatua do conselheiro José Silvestre Ribeiro, sendo elle ainda vivo então.

A unica differença está em que o conde de S. Bento assistiu pessoalmente.

Este dadivoso titular, alem dos edificios que mandou construir na villa, e dos beneficios que fez á igreja de Santo Thyrso, subsidiou com importantes donativos muitas obras piedosas dentro e fóra do concelho. Reedificou a igreja de S. Miguel das Aves, onde tinha sido baptisado, ⁽²⁾ e dotou essa freguezia com um cemiterio; reedificou tambem a igreja parochial da Carreira, no concelho de Famalicão e a capella do Coração de Maria na freguezia de Louzado, d'aquelle mesmo concelho. N'esta freguezia de Louzado edificou, a par da capella, uma escola para o seculo masculino. Subsidiou a restauração da igreja da freguezia de Arêas, da capella de S. Roque na freguezia

(1) No dia 15 de junho de 1841, um violento tremor de terra arruinou em grande parte a Villa da Praia da Victoria.

José Silvestre Ribeiro, que era então administrador geral (governador civil) do districto de Angra do Heroismo, foi o reedificador da Villa, a qual, passados annos, premiou esses relevantes serviços com um monumento em honra do seu reedificador.

(2) Na sacristia d'esta igreja foi collocado um retrato do conde.

de Santa Christina do Couto, e as obras das egrejas parochiaes não só de Santa Christina, mas também de Rebordões e Covellas. Reformou o templo de Nossa Senhora das Dores, na freguezia de S. Martinho de Bougado, e mandou levantar uma *passerelle* que dêsse facil accesso para o respectivo arraial, pois que o terreno tinha sido interceptado pela linha ferrea.

Na villa de Santo Thyrsó, mandou reedificar a capella do Senhor dos Passos, e offereceu á respectiva irmandade 50 opas; á confraria do Subsigno doou uma cruz de prata, de primoroso lavor; e á igreja parochial contemplou-a com varias alfaias e guisamentos valiosos.

Foi socio protector de muitos estabelecimentos de beneficencia, taes como o Gremio Litterario Fayalense, o Hospital Maria Pia no Porto, a Real Sociedade Humanitaria da mesma cidade, a Associação humanitaria de socorros barcellinense, etc.

Foi presidente honorario do Monte Pio Thyrsense por diploma de 1 de junho de 1890.

Este Monte Pio, fundado n'aquelle mesmo dia e anno, tem o capital, fundo permanente, de 1:940\$000 reis; o seu fundo disponivel é de 700\$000 reis. Ao todo, reis 2:640\$000. Conta 93 socios.

Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, ⁽¹⁾ conta um nobilissimo episodio da vida do conde de S. Bento:

«O commendador Manoel José Ribeiro, natural de Santo Thyrsó (*concelho; freguezia de S. Miguel das Aves*) e que no Brazil adquiriu uma boa fortuna, recebeu na data acima indicada (*junho de 1876*), uma carta do seu procurador no Pará, na qual lhe participava o fallecimento de um amigo, que lhe deixou por testamento duzentos e oitenta contos de reis.

(1) Vol. VIII, pag. 610.

«O legatario, que sabia que o seu amigo tinha parentes pobres, mandou uma auctorisação legal ao seu procurador, para desistir da herança em favor dos membros da familia do testador.»

Foi este homem bom quem, depois dos frades, maiores serviços prestou á villa de Santo Thyrso.

O seu dinheiro, abençoado, deu a esta villa um «ar de cidade» com a edificação das escolas, do hospital, do club e, ainda, indirectamente, com o monumento levantado em sua honra na rua principal.

Apenas sei de duas villas portuguezas que se possam ufanar de possuir estatuas, alem da de Santo Thyrso: uma ao norte e outra ao sul; ao norte, Monsão, a estatua de Deuladeu Martins; ao sul, Castello de Vide, a estatua de D. Pedro V.

Mas Santo Thyrso não só se collocou a par d'aquellas duas villas, sob este ponto de vista, como hombrea tambem com as cidades de Lisboa, Porto, Braga, Guimarães, Aveiro, Setubal, que possuem estatuas.

O conde de S. Bento residia ultimamente na casa de azulejos, aliás modesta, sita no Campo 29 de março.

Foi no dia 26 de março de 1893, dia já anteriormente celebre nos annaes da villa, ás 10 horas e 15 minutos da manhã, que o conde de S. Bento expirou, depois de haver recebido, com alguma antecipação, os sacramentos da Igreja, ministrados por mão do reverendo abbade Pedrosa.

Coincidiu o dia do seu fallecimento com a benção dos Ramos na igreja da villa, sendo para notar a circumstancia de que o conde subsidiava largamente as sollemnidades da Semana Santa realizadas, com grande pompa, n'aquelle templo.

Toda a villa sentiu profundamente a morte d'esse homem benemerito, que tanto a favoreceu e agasalhou.

A consciencia publica reconhecia, pranteando, que Santo Thyrso perdêra um protector magnanimo.

O conde de S. Bento repousa no jazigo, que lhe foi mandado erigir por seu sobrinho e herdeiro, José Luiz de Andrade, e que se acha collocado ao meio do claustro da egreja.

O monumento funebre é rematado pelo busto do conde em marmore; foi este busto modelado por Teixeira Lopes e executado, bem como o jazigo, por Joaquim Almeida Costa.

O respectivo epitaphio diz n'uma das suas faces:

«Conde de S. Bento.

Singelo testemunho de gratidão

e

immodredoura, profunda

e perenne saudade

de seu sobrinho

José Luiz d'Andrade.

Santo Thyrso 26 de março de 1894.

E n'outra face:

«Nasceu a 28 de agosto

de 1807

na freguezia de S. Miguel das Aves

e

falleceu a 26 de março

de 1893.

Testamento do conde de S. Bento, feito no Pará em 1872:

«Em nome de Deus Amen. Eu Manoel José Ribeiro, estando de perfeita saude e em meu perfeito juizo e não sabendo quando Deus terá determinado que findem meus dias de vida me deliberei fazer o meu testamento e ultima vontade que é como se segue. Declaro que sou catholico romano em cuja religião tenho vivido e pretendo

morrer. Declaro que sou natural de Portugal e filho legítimo de Domingos José Ribeiro e de Rosa Maria Martins, ambos já fallecidos e que eram moradores no lugar de Poedrães, freguezia de S. Miguel das Aves, comarca de Villa Nova de Famalicão, em o dito reino de Portugal. Declaro que tenho vivido no estado de solteiro e nunca tive filhos, assim como também declaro que não tenho herdeiro algum a quem por direito compita a minha herança em presença d'esta minha ultima vontade. Declaro que admitti para socio de minha casa commercial a meu sobrinho José Luiz d'Andrade e dei para fundos d'esta sociedade a quantia de quatrocentos contos de reis e se eu fallecer o meu socio cumprirá o que determina o contracto social. Declaro que além dos fundos que eu dei para a sociedade tenho trinta contos nominhaes em inscrições do Governo Portuguez e tenho mais duas propriedades de casas de sobrado na villa de Santo Thyrsó, no dito reino de Portugal, e tenho mais algumas quantias em dinheiro em mão de diversos a vencer juros, o que tudo consta d'um pequeno livro meu particular, e quando eu fallecer o meu testamenteiro tomará conta de tudo. Quando eu fallecer o meu sobrinho e socio José Luiz d'Andrade dará no fim de um anno depois de eu fallecer liberdade a todos os nossos escravos, tanto homens, como mulheres, e lhes dará também a quantia de 100\$000 reis a cada um, saindo esta somma da minha herança. O meu testamenteiro mandará dizer vinte e cinco capellas de missas pela minha alma e mais vinte e cinco pelas almas de meus paes e avós. Serão estas missas ditas em Portugal e de esmola de quinhentos reis cada uma em moeda forte, preferindo-se para dizer estas missas a sacerdotes velhos e pobres. Deixo 400\$000 reis para serem repartidos pelos pobres no dia do meu fallecimento sendo as esmolos de 4\$000 reis a cada pobre e á escolha do meu testamenteiro para

elle ver os que estão nas circumstancias de receber a esmola. Deixo 8:000\$000 reis, para serem empregados em melhorar o hospital dos Lazaros de Tucunduba e deixo mais 40\$000 reis a cada doente que lá estiver quando eu fallecer e lhe será entregue pelo meu testamenteiro pessoalmente. Deixo 4:000\$000 reis para o hospital da Caridade d'esta cidade. Deixo 16:000\$000 reis, para serem distribuidos por meninas orphãs e pobres e que sejam honestas e por viúvas pobres que estejam nas mesmas circumstancias e será a escolha do meu testamenteiro e as esmolas serão de 500\$000 reis a cada pobre. Deixo para o hospital da Ordem Terceira de S. Francisco 4:000\$000 reis e declaro que todos os legados são em moeda d'este paiz e os legados que agora vou deixar que são para Portugal são todos em moeda forte e o meu testamenteiro mandará pôr em Portugal todos os legados que eu deixo, para lá á custa da minha herança e que todos os legados sejam cumpridos dentro d'um anno. Deixo para a igreja do Senhor de Mathosinhos 8:000\$000 reis. Deixo, para as obras do Senhor Bom Jesus de Braga, reis 8:000\$000. Deixo, para as obras da igreja de S. Torquato, 8:000\$000 reis. Deixo, para as obras do hospital de Santo Antonio, do Porto, 12:000\$000 reis. Deixo para o hospital da Trindade no Porto e de que sou irmão, reis 4:000\$000. Deixo 12:000\$000 reis para serem repartidos por varios estabelecimentos de caridade na cidade do Porto, sendo á escolha do meu testamenteiro, e para o resto da minha herança nomeio por universal herdeiro a meu sobrinho José Luiz d'Andrade, mas com condição d'elle só ter o usufructo e por sua morte tudo passará a corporações religiosas e a estabelecimentos de caridade que por elle forem escolhidos. Nomeio para meu primeiro testamenteiro a meu sobrinho José Luiz d'Andrade e em segundo nomeio ao Ill.^{mo} Snr. Dr. Augusto Thyago Pinto e em terceiro logar ao Snr. Victor Rodrigues d'O-

liveira. Pela forma acima declarada tenho concluido o meu testamento, o qual vae por mim feito e assignado aos oito dias do mez de junho de mil oitocentos setenta e dous n'esta cidade do Gran Pará Santa Maria de Belem. Manoel José Ribeiro. Approvação. Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos setenta e dois aos dezesete dias do mez de junho do dito anno, n'esta cidade do Pará, em o meu escriptorio á rua Formosa, foi presente o commerciante Manoel José Ribeiro que reconheço e dou fê ser o proprio, que se acha de saude e em seu perfeito juizo e entendimento, segundo o meu parecer e das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas, que commigo concordaram e no mesmo se affirmaram, por elle Manoel José Ribeiro me foi entregue este papel escripto em duas laudas e principio d'outra, onde dei começo a esta minha approvação, dizendo-me ser este o seu testamento que o ha por bom, firme e valioso, escripto e assignado por elle testador, cuja letra e assignatura reconheço, o qual testamento tomei de sua mão vi e não li e achei não ter elle emenda, borrão, riscado, entrelinha, vicio ou cousa que duvida faça. Disse mais o mesmo testador que por este revogava outro qualquer testamento que antes tenha feito e só quer que este valha, tenha força e vigor tanto em juizo como fóra d'elle e pedia a mim tabellião lh'o approvasse o que eu faço tanto quanto posso e devo em razão do meu officio e ás justiças de sua Magestade Imperial que façam dar a sua devida execução. Foram testemunhas presentes Manoel Lourenço de Souza, Ivo da Costa Carvalho, Manoel Agostinho dos Santos Lopes, Prospero Nogueira Baírean e Agostinho Ignacio de Faria, morador n'esta cidade que ouviram ler esta approvação e assignam com o testador e todos do meu conhecimento, de que dou fé. Eu Antonio Firmo Dias Cardoso tabellião que escrevi e assigno em publico e razo. Em testemunho de verdade, logar do

signal publico. Antonio Firmo Dias Cardoso, Manoel José Ribeiro, Manoel Lourenço de Souza, Ivo da Costa Carvalho, Manoel Agostinho dos Santos Lopes, Prospero Bairean, Agostinho Ignacio de Faria.

Testamento do commerciante Manoel José Ribeiro que não quer que seja aberto, lido e nem mesmo publicado senão depois do seu fallecimento e por auctoridade de justiça. Vae approvedo, fechado, cosido e lacrado por mim tabelião aos dezesete dias do mez de junho de mil oitocentos setenta e dous (1872). O tabelião, Antonio Firmo Dias Cardoso. Numero seiscentos sessenta e seis.

O dinheiro do conde de S. Bento, passando por herança para as mãos de seu sobrinho e antigo socio, José Luiz de Andrade, não se tornou menos productivo, nem menos util á causa do bem geral.

O legatario foi digno do testador; o sobrinho soube honrar a memoria do tio e continuar a sua obra.

Nos annaes da villa de Santo Thyrso, a figura de José Luiz de Andrade ficará aureolada pelas benções da população a par da do conde de S. Bento—dois benemeritos do mesmo sangue e da mesma grandeza.

Para o demonstrar bastará transcrever a escriptura de 21 de fevereiro de 1894, lavrada em a nota do tabelião Amaral, documento importantissimo, que assignala eloquentemente os altos beneficios prestados por José Luiz de Andrade á villa de Santo Thyrso.

Eis o teor da escriptura:

«Escriptura de contracto que fazem o Excellentissimo José Luiz d'Andrade e a Irmandade e Santa Casa da Misericordia de Santo Thyrso, em vinte e um de fevereiro de mil oitocentos noventa e quatro. Saibam os que esta escriptura de contracto virem, que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oitocentos noventa e quatro, aos vinte e um de fevereiro, n'esta villa de Santo Thyrso e meu escriptorio, compareceram

perante mim e as testemunhas idoneas abaixo nomeadas e no fim assignadas, sendo meus e d'estas reconhecidos, como primeiro outorgante, o Excellentissimo Senhor José Luiz d'Andrade, solteiro, maior, proprietario, actualmente residente n'esta villa, como segunda outorgante, a Irmandade e Santa Casa da Misericordia de Santo Thyrsó, representada pelo seu provedor, o Excellentissimo Doutor Eduardo da Costa Macedo, casado, advogado n'esta comarca, e, como terceiro outorgante, Joaquim Gomes Gaspar, casado, sollicitador, tambem d'esta villa, como procurador de quem legitimamente representa os dois estabelecimentos da cidade do Pará, dos Estados Unidos do Brazil, denominados o primeiro—*Collegio do Amparo* e o segundo—*Real Sociedade Portuguesa Beneficente*, o que fez certo pelas procurações que apresentou e que vão ser archivadas n'este meu cartorio, para serem fielmente copiadas em todos os traslados, que do presente titulo se derem, e, como quarto outorgante, Bernardino da Costa e Sá, casado, proprietario, tambem n'esta freguezia e villa de Santo Thyrsó residente: Do exposto dou fé. E na minha presença e das mesmas testemunhas pelo primeiro outorgante foi dito que por obito de seu tio o Excellentissimo Conde de S. Bento, se procedeu, no juizo de direito d'esta comarca a inventario, que existe n'este meu cartorio, por ser eu igualmente o escrivão do segundo officio. Que n'esse processo, tendo o mesmo outorgante exposto os seus direitos, em face do testamento deixado pelo author da herança, declarou estar disposto a escolher desde logo um ou mais dos estabelecimentos ou corporações, para quem, por sua morte, passariam os bens da referida herança, chegando effectivamente a nomear tres e reservando-se o direito de nomear outros mais, quando assim o entendesse. Que, pelos motivos constantes do alludido inventario, ficou a mencionada escolha sem effeito algum, relativamente a dois

dos tres indicados estabelecimentos, e apenas em vigor para com um d'elles, que presentemente figurará como segundo outorgante, na pessoa de seu provedor, sendo pois a este adjudicados n'esse processo os bens da respectiva herança, em propriedade, e ficando em pé o direito reservado por elle primeiro outorgante, relativamente á nomeação d'outros herdeiros. Que n'estas condições, e sendo elle primeiro outorgante, segundo o mesmo inventario, usufructuario dos bens da referida herança, resolveu, por motivos que não tracta de encarecer, propor á segunda outorgante, um contracto, pelo qual, mediante certas condições, elle renunciaria o direito de ampliar aquella nomeação ou escolha de herdeiros. Que, tendo essa proposta sido acceite e tendo obtido a referida Irmandade e Santa Casa, hoje segunda outorgante, a superior authorisação de que para tal fim carecia, mantem elle primeiro outorgante essa proposta, no essencial; e, assim, por este publico instrumento, não só realmente renuncia o direito, que reservára, de nomear ou escolher outros herdeiros, segundo a faculdade que lhe concedia o alludido testamento de seu fallecido tio, mas cede tambem á mesma segunda outorgante, Irmandade e Santa Casa da Misericordia de Santo Thyrso, o usufructo das duas quintas, do Mosteiro, mais particularmente denominadas — *Quinta de Fóra e Quinta de Dentro* —, descriptas no dito inventario sob numero nove e dez, a azenha, com tres rodas, e os moinhos novos, com casa de moradia, a que na mesma descripção correspondeu o numero seis, e os terrenos actualmente soltos, descriptos no mesmo inventario sob numeros 11, 12, 13, 14, 15 e 30. Mas tal renuncia e tal cedencia são feitas com as condições e clauzulas seguintes: — *Primeira*. Sendo, como é realmente, o valor do usufructo egual a metade da propriedade plena, a importancia total da herança que no dito inventario foi adjudicada, em usufructo, ao primeiro, e, em proprieda-

de, á segunda outorgante, será dividida em duas partes eguaes, — uma para cada um dos mesmos outorgantes, que logo ficará com a propriedade plena dos bens que lhe tocarem na sua meação. *Segunda.* Deve todavia advertir-se, embora claramente do exposto se depreenda, que, desde que o primeiro outorgante gratuitamente cede á mesma Irmandade e Santa Casa o usufructo das referidas quintas do Mosteiro e dos mencionados terrenos, o valor d'aquellas e d'estes, segundo o inventario, é retirado da somma dos valores da herança, antes da formação d'aquellas duas ametades. *Terceira* — Mais, da referida *Quinta de Fôra* destacar-se-hão tres porções de terreno, pela fôrma seguinte, para fazerem, com todos os seus accessorios ou pertenças, parte dos bens que hão de ser dados a elle primeiro outorgante em pagamento da sua alludida ametade: (A) A primeira porção será determinada, suppondo-se o prolongamento da rua do Olival, por dentro da mesma quinta, até ao extremo poente do muro que veda essa quinta pela parte do sul, extremo esse após o qual existe um portello que do caminho para Vill'alva dá accesso ao atalho, por onde igualmente segue quem se dirige ao lugar d'Argemil: a parte que ficará para o sul, do lado do norte da rua do Olival assim prolongada, constituirá a mesma porção. (B) A segunda achar-se-ha, tirando a recta entre o alludido extremo, junto ao portello, e o ponto onde primeiro tocaria no muro da quinta o prolongamento do lado norte da rua do Olival, e tirando do meio d'essa recta outra que vá tocar no meio da curva, que mais proximo do referido portello a parede ou muro da mesma quinta forma do lado do Poente, pois tal segunda porção será aquella que em fôrma approximadamente triangular, tiver por um lado esta segunda recta e por outro a parte da primeira do meio para o alludido extremo junto ao portello. (C) A terceira porção achar-se-ha, tomando uma facha da largura constante de no-

venta e cinco metros, immediatamente para o norte d'aquellas duas primeiras porções, em toda a extensão de nascente para poente. *Quarta*—Como estas porções fazem parte da *Quinta de Fóra*, cujo usufructo elle primeiro outorgante cede, como dito é; e como, todavia, ellas teem de fazer parte dos bens dados em pagamento ao mesmo outorgante; attribuir-se-lhes ha o valor de dois contos quinhentos e sessenta mil reis. *Quinta*—Os mencionados terrenos assim destacados da *Quinta de fóra*, o serão com o fim de se applicarem ao prolongamento da referida rua do Olival e rua Nova, de modo que se liguem nos extremos e que o prolongamento da segunda vá até ao nicho e primeiras casas de Vill'alva; na certeza, porem, de que taes prolongamentos, dentro das tres indicadas porções de terreno, só terão lugar, quando o quarto outorgante, Bernardino da Costa e Sá, declarar que devem fazer-se, podendo o mesmo quarto outorgante indicar ou ordenar a construcção de quaesquer obras ou melhoramentos, de qualquer natureza, quer em beneficio do publico, quer de particular, nos ditos terrenos, pois fica a seu arbitrio dar-lhes a applicação que muito bem entender. Terá por tanto elle quarto outorgante o direito de se oppor a quaesquer obras ou construcções n'esses terrenos, seja quem fôr que as ordene, salvos todos os casos de imposição legitima, previstos e expressos na lei. *Sexta*—Quando os alludidos terrenos destacados da quinta de fóra, pela fórmula já indicada, não tenham sido utilizados ou applicados para o fim acima referido, (de melhoramentos publicos ou particulares, mesmo aforamentos), durante a vida dos outorgantes primeiro e quarto, ficarão por morte do ultimo d'estes, pertencendo á segunda outorgante; e, se os mesmos terrenos durante essas vidas só em parte houverem soffrido algumas das mencionadas applicações, ficará a parte restante, egualmente por morte do ultimo d'aquelles dois, pertencendo

á mesma segunda outorgante. *Setima*—Da sorte d'agua do rego de Vallinhas para a mencionada *Quinta de Fóra*, ao terreno comprehendido na reunião d'estas tres porções ficará cabendo em cada um dia uma e meia horas, que começarão ás dez e meia da manhã, devendo ser n'esse espaço de tempo a mesma agua convenientemente dirigida ao seu fim, para o que se utilizarão os registos de pedra com frizo e porta de madeira ou quaesquer outros talhadores, que, em qualquer lugar, interessem ao aproveitamento d'essas mesmas hora e meia d'agua, devendo alem d'isso observar-se o mais que, que em respeito ao dito rego, irá estipulado no tocante a obstaculos n'esse rego e desvio da respectiva agua. Estas hora e meia d'agna, em relação ao tempo da lima, não serão para o terreno das tres alludidas porções, se não emquanto a Camara Municipal, d'este concelho não abrir n'esse mesmo terreno, na extremidade do lado do Norte e em toda a sua extensão, em linha recta, uma rua, a ligar d'um lado com a curva da estrada para Famalicão, e em quanto não abrir as duas outras ruas, referidas, em prolongamento da rua do Olival e da rua Nova; pois, abertas e concluidas essas tres ruas, nas condições acima expostas, as ditas hora e meia d'agua, no tempo da lima, deixarão de pertencer ao terreno das tres alludidas porções, vagando assim á restante parte da *Quinta de Fóra*, de que essas tres porções foram destacadas. *Oitava*—No terreno destacado, como fica dito, da *Quinta de Fóra*, existe, de nascente para poente, um aqueducto, por onde na mesma quinta entra a agua chamada de Vallinhas: e d'esse aqueducto parte um braço inteiramente desnecessario, para o lado do Norte: o aqueducto subsistirá constituindo servidão no referido terreno separado da mesma quinta em favor do resto d'esta, porem, o dito braço não poderá mais ser utilizado em favôr da parte não reservada da

mesma quinta, ficando apenas a favor da parte reservada. *Nôna*—A segunda outorgante fundará um *Asylo Agrícola* pelo systema dos dirigidos por Fellemberg e Wehrli, sectarios de Pestalozzi, sendo especialmente para essa fundação que elle primeiro outorgante faz a cedencia do usufructo d'aquellas duas quintas. Haverá n'esse Asylo uma secção para velhos d'ambos os sexos; e, tanto n'elle, como no Hospital da mesma irmandade e Santa Casa, serão admittidos com preferencia os parentes do fallecido testador, Excellentissimo Conde de S. Bento. *Decima*—E, pela razão especial da cedencia do usufructo das duas quintas do Mosteiro, tal cedencia não terá effeito, emquanto se não acharem organizados e competentemente approvados os estatutos ou regulamento do Asylo indicado. *Decima primeira*—O segundo outorgante permittirá o alargamento do terreno situado ao norte da egreja d'esta villa e poente da referida quinta de Dentro, denominado *Nogueiras*, até ficarem em perfeita esquadria, dando para esse fim, á junta de parochia d'esta freguezia de Santo Thyrsó, alem da quantia adeante declarada, mais o terreno preciso da mesma *Quinta de Dentro*, sem remuneração alguma por parte da mesma junta. *Decima segunda*—A sala que faz parte do edificio do Mosteiro, na dita *Quinta de Dentro*, e que tem as portas com sacadas sobre a *porta branca*, viradas ao terreiro da egreja, ficará para residencia do respectivo parochó, que servir-se-ha pela porta que dava para o côro e poderá tambem abrir porta para o corredor em frente do Santissimo Sacramento, afim de poder utilisar-se da portada que liga com a Sachristia, virada ao rio Ave, por cima da servidão que do claustro vae para o cemiterio. Como parte da mesma residencia, ao dito parochó ficará pertencendo o quarto que fica debaixo da escada que dava servidão para a dita sala sobre a *porta*

branca, bem como o terreno vedado por muro e denominado *A Coelheira*—junto da Sachristia e da referida servidão para o cemiterio. A servidão para a sala que fica para residencia do parcho, por cima da porta branca, será tambem estabelecida do pateo ou patamar dentro da referida porta, prolongando-se a escada, que desce da sala que tem uma bica de agua, até esse pateo ou patamar. Para este fim tirar-se-ha a parede que actualmente separa o dito pateo, da referida escada; e toda a obra e reparos precisos para a conservação da mesma residencia e seus accessorios será feita por conta da administração do referido asylo. O parcho poderá, pois, servir-se por esses patamar e escada, tanto para a sua sala, como para o sotão antigamente chamado *Recibo*, que tambem lhe fica pertencendo; e poderá utilizar-se da agua, que da bica referida cahe n'uma taça, na sala que liga com a escada, quando essa bica a deitar, de modo que esta sala e a escada, d'ahi para baixo, ficarão servindo, quer para residencia do parcho, quer para os Asylados e pessoal da respectiva administração, todas as vezes que lhe seja preciso ir ao abrigo do tempo assistir a officios do culto divino ou a quaesquer actos religiosos ou parochiaes. Para a conservação independente da residencia do parcho e do Asylo, a administração d'este vedará a sala no logar dos arcos, que fica alem da referida taça do lado do sul, deixando uma porta para se servirem da agua aludida. E a dita sala ficará servindo tambem de *sala de aspera*, tanto em relação á residencia do parcho, como em relação ao dito Asylo. E as pessoas do referido Asylo poderão servir-se, para o lado do celleiro e adega, pela mesma porta por onde actualmente se passa para esse lado. Emfim, tapar-se-ha difinitivamente o corredor ao fundo do claustro, como do outro lado já foi tapado, ficando os dois corredores parallellos separados do corredor que vae para a varanda e

outras dependencias. *Decima terceira* — Elle primeiro outorgante reserva para si mesmo e para o quarto outorgante, durante a vida de cada um, o usufructo de todo o arvoredor, grande ou pequeno, de qualquer natureza, existente n'aquellas duas quintas, podendo qualquer dos dois dispôr d'elle, detoral-o, cortar qualquer pau ou madeiras para o fim que mais lhes apraza, serrando-as no engenho da casa, e arrancar lenhas, havendo a administração das mesmas quintas de conservar n'estas as arvores reservadas enquanto os reservatarios assim o queiram, dentro do espaço de trinta annos, a contar da effectivação da cedencia, salvo se menos fôr a duração das vidas dos mesmos primeiro e quarto outorgantes, pois que em tal caso a dita reserva cessará completamente, logo que falleça o sobrevivente dos dois. *Decima quarta* — Tambem elle primeiro outorgante reserva para si mesmo e para o quarto outorgante, na vida d'ambos: (A) O direito de entrarem nas duas referidas quintas, passeando por onde quizerem, demorando-se mais ou menos tempo, podendo levar em sua companhia as pessoas que julgarem dignas d'isso e mesmo podendo conceder licenças de entrada n'essas quintas; (B) O direito de mandarem explorar pedra nas pedreiras da bouça do Sobreiral, pertença da quinta de Dentro; (C) O direito de guardarem o que lhes convier na casa ou fundos, por baixo do Capitulo, a qual casa é fechada com janellas a grades de ferro. *Decima quinta* — O terreno, que segundo a *condição* decima primeira a segunda outorgante terá de ceder, é avaliado em cem mil reis, para o effeito de ser considerado como fazendo parte dos bens que hão-de ser adjudicados a elle primeiro outorgante em pagamento da sua referida ametade, semelhantemente ao que succederá, nos termos da *condição* quarta, relativamente ás porções destacadas da *Quinta de Fôra*; e, para identico fim, são tambem ava-

liadas: a parte do edificio, existente na *Quinta de Dentro*, destinada a residencia do parochio d'esta freguezia de Santo Thyrso, com tudo quanto do respectivo predio fica sendo accessorio da mesma residencia, na quantia de quinhentos mil reis; todas as reservas impostas nas alludidas quintas, tanto em favor d'elle primeiro outorgante, como em favor do quarto outorgante, até á morte do ultimo, em seiscentos mil reis. *Decima sexta*—O actual caseiro da *Quinta de Dentro* será conservado como tal, emquanto satisfizer as condições do respectivo arrendamento e não forem ambas as quintas precisas para o ensino e pratica dos azylados. *Decima setima*—A administração ou direcção da Irmandade e Santa Casa da Misericordia de Santo Thyrso, comprehendendo as dependencias d'esta, não poderá, sob pretexto algum, embarçar o curso da agua no dito rego de Vallinhas, quando essa agua pertencer ás referidas quintas do Mosteiro, nem do mesmo rego desvia-la, e portanto não poderá ordenar ou permittir esse embarço ou desvio, salvo se n'isso consentirem os consortes que por este contracto, alem da segunda outorgante, houverem direito a uma parte da mesma agua e respectivo rego; todavia estas restricções dizem sómente respeito á parte do mesmo rego comprehendida entre a nascente da respectiva agua, ou entre o lugar em que essa agua começa a pertencer ás ditas quintas, e a proximidade dos primeiros talhadouros das sortes que n'ella teem os passaes de Pereiras, descriptos sob numeros sete e oito do alludido inventario, pois o fim das mesmas restricções é evitar que esses passaes possam soffrer prejuizo nas sortes que lhe cabem da sobredita agua. As sortes da referida agua, quer em relação ás ditas quintas do Mosteiro, quer em relação aos alludidos passaes de Pereiras, são como a folhas cento trinta e sete verso, cento trinta e oito e cento trinta e oito verso do referido inventario estão declaradas, e assim cabem aos

mesmos passaes de Pereiras duas horas d'essa mesma agua, que continuará a ser aproveitada n'elles, durante esse espaço de tempo, contando se como é de costume e actualmente succede, e devendo cada uma das ditas sortes começar, no tempo de lima, ás oito horas da manhã e, no de rega, ao meio dia, como consta do mesmo inventario.

Decima oitava — As azenhas do rio Ave, já referidas, serão propriedade da Santa Casa da Misericordia e do Asylo, como pertença das mencionadas quintas, junto das quaes existem, mas sómente até que alguém, quer como companhia por meio de acções, quer por parceria ou por outra fôrma legal, promova e ponha em execução o levantamento d'uma fabrica junto a esta villa, podendo para esse fim reformar o caneiro ou açude e mesmo mudal-o mais para baixo, com tanto que não ultrapasse a linha marginal da quinta de Fóra, ficando a administração do asylo com o direito de collocar no mesmo caneiro ou açude qualquer roda de moer ou torbina de tirar agua para as quintas, sem prejuizo da fabrica. Alem da obrigação com que fica a segunda outorgante, de ceder as azenhas e caneiro respectivo para o fim referido, mais fica com a obrigação de entregar á empresa, qualquer que seja, para coadjuvar a obra da fundação da fabrica, a quantia de dez contos de reis, mas isto somente depois d'ella mostrar por documentos legaes que tem despendido com a mesma obra a quantia de vinte contos de reis, pelo menos, e quando a industria, que a empresa da fabrica se proponha explorar, seja de natureza que possa dar serviço diario, pelo menos, a cincoenta pessoas, d'esta freguezia e villa, que a empresa ficará expressamente obrigada a empregar de preferencia, até esse numero, como condição expressa d'esta concessão. E, dadas as mesmas circumstancias, a segunda outorgante entregará á mesma empresa a metade do que tocar ao primeiro outorgante dos creditos descriptos sob numeros duzentos e quarenta, duzentos qua-

rente e um, duzentos quarenta e dois, duzentos quarenta e tres, duzentos quarenta e quatro, e duzentos quarenta e cinco, do mesmo inventario, para o que essa ametade dos referidos creditos será cobrada, quando possivel, pela mesma segunda outorgante, juntamente com a restante ametade, que lhe fica pertencendo a ella, podendo receber e dispor, como cousa sua (d'ella segunda outorgante) do rendimento que por ventura obtenha da primeira alludida ametade, antes e depois de cobrada, emquanto não houver de entregal-a, consoantemente ao exposto, á dita empresa: para este fim, bem como para o de dar as respectivas quitações desde já o primeiro outorgante concede á segunda todos os poderes em direito necessarios. Quando por ventura a mesma empresa venha a liquidar ou falir, e o edificio construido por ella seja por isso vendido em hasta publica ou particular, não sendo para nova empresa e para o mesmo fim, terá a segunda outorgante direito de ir haver a quantia e todo o valor cedido e mesmo o caneiro ou açude com todas os accessorios, o que tudo lhe ficará garantido por hypotheca n'aquella obra industrial, como expressamente será consignado, no acto da entrega d'aquella quantia e já no da entrega das azenhas e caneiro, em documento authenticico outorgado entre a segunda outorgante e a empresa alludida, que sem isso não poderá tomar conta e que expressamente se responsabilizará pelo cumprimento das condições referidas. Quando por algum motivo imprevisto a mesma segunda outorgante receba de juro de capital, com que vae ficar em titulos de qualquer natureza por effeito da transação proveniente d'esta proposta, uma media inferior a dois e meio por cento, não terá então obrigação de entregar a importancia dos referidos dez contos de reis e sómente entregará as azenhas e caneiros e a ametade d'este primeiro outorgante nos mencionados creditos de numeros duzentos quarenta, duzentos qua-

renta e um a duzentos quarenta e tres e a duzentos quarenta e cinco, estando cobrada; ficará porem sempre obrigada a entregar aquella quantia, logo que as suas circumstancias economicas melhorem e venha a receber o juro não inferior a dois e meio por cento. Ainda para prevenir o prejuizo que poderá soffrer a referida segunda outorgante, quando alguma empresa legitimamente constituida, recebendo as ditas azenhas e açude, destizesse aquellas e este sem mais proseguir nas obras que tal empresa devesse construir para o fim a que se destinasse, fica tambem assente que não poderá effectuar-se a mencionada cedencia das azenhas e do respectivo açude, sem que, por parte de quem na fórma indicada houver de tomar conta d'ellas, se tenha effectuado, com todas as condições necessarias para a efficacia d'esta clausula, um deposito da quantia de dous contos e quinhentos mil reis. Este deposito só poderá ser levantado pelo depositante ou depositantes, quando estejam concluido o novo caneiro ou açude e lançados os alicerces do edificio, de que a empresa careça, tendo em attenção o fim a que ella deva destinar-se. Finalmente, como é justo que se prefira a sociedade, companhia ou empresa que melhores garantias offereça de bom exito, effectuada a cedencia das quintas alludidas, a segunda outorgante receberá quaesquer declarações e documentos relativos ao levantamento ou montagem da fabrica de que se tracta, de modo que por taes declarações e documentos possa conhecer-se com exactidão, havendo diversos concorrentes, de que parte se offerecem aquellas garantias. E não será obrigada a fazer a dita cedencia, antes de seis mezes, contados do dia em que na respectiva secretaria derem entrada as primeiras declarações ou documentos sobre tal assumpto; mas, findo este prazo, deverá fazer-se a dita cedencia, embora tenha apparecido um só pretendente, uma vez que este tenha preenchido as condições absoluta-

mente indispensaveis, segundo o exposto. Relativamente, julgar-se-ha em melhores condições de garantia o concorrente que a mesma segunda outorgante considerar mais idoneo. *Decima nôua.* A segunda outorgante satisfará: (A) No praso d'um anno, ao Collegio do Amparo, estabelecido na cidade do Pará, Brazil, para dotes a meninas pobres, a quantia de dez contos de reis; (B) No praso d'um anno, á Real Sociedade Portuguesa Beneficente, estabelecida na mesma cidade do Pará, para augmento de numero de camas de caridade, preferindo pobres maritimos portuguezes, a quantia de dez contos de reis; (C) No praso d'um anno, ao Asylo de Santo Antonio, estabelecido pelo Bispo Dom Antonio, em mil oitocentos setenta e dois, na dita cidade, a quantia de cinco contos de reis; (D) No praso de dois annos á Santa Casa da Misericordia de Bragança, a quantia de um conto e duzentos mil reis; (E) A' Irmandade de S. Torquato, no concelho de Guimarães, para obras do Mosteiro do mesmo Santo, em trez pagamentos, sendo um terço por cada vez e d'estes o primeiro passados dois annos depois da transacção, o segundo um anno depois do primeiro e o terceiro um anno depois do segundo, a quantia de seis contos de reis; (F) No praso d'um anno, ao Asylo de Santa Estefania Amor de Deus e do Proximo, na cidade de Guimarães, a quantia de cem mil reis; (G) No praso de dois annos, á Ordem do Terço e Caridade, na cidade do Porto, a quantia de oitocentos mil reis; (H) No praso de dois annos, á ordem de Nossa Senhora do Carmo, da mesma cidade, quatrocentos mil reis; (I) No praso de dois annos, á pessoa que actualmente preside aos destinos d'uma casa de Caridade na rua da Alegria, da cidade do Porto, conhecida pelo nome de *Hospital de Santa Maria*, ou á pessoa que no acto da entrega estiver substituindo a primeira na direcção dos mesmos actos beneficentes, setecentos mil reis; (J) A' Junta de Parochia

de S. Miguel das Aves, d'este concelho de Santo Thyrsó, para um lausperenne mensal, a quantia, annualmente, de cento e trinta mil reis; (**K**) A' mesma junta, annualmente, a importancia da esinola para uma missa em todos os domingos e dias Santos de guarda, devendo essa missa ser dita na respectiva freguezia por alma do fallecido Conde de S. Bento; (**L**) A' Junta de Parochia da freguezia de Rebordões, d'este concelho de Santo Thyrsó, sendo trezentos mil reis em beneficio da respectiva igreja, para obras que o parochio indicar, e cincoenta mil reis para o mesmo parochio applicar na abertura de dois portaes por onde possa servir-se do largo da Igreja para o quintal, ou em obras da sua *residencia*, ficando em todo o caso satisfeita a obrigação da construcção d'esses portaes, que o dito parochio diz ter direito de exigir, a quantia de trezentos e cincoenta mil reis; (**M**) No praso de dois annos, para as obras da Senhora do Sameiro, em Braga, devendo entregar-se á corporação administradora das mesmas obras, a quantia de um conto de reis. (**N**) No prazo de dois annos, ao Monte Pio Thyrsense um conto e quinhentos mil reis; (**O**) A' Junta de Parochia d'esta villa, para reformar os claustros da igreja e para quaesquer obras necessarias dentro d'este edificio, com obrigação de mandar dizer uma missa annualmente no dia correspondente ao do fallecimento do Excellentissimo Conde de S. Bento e por alma d'este, pagos em parcellas á proporção que se forem fazendo essas obras, sem que toda avia seja obrigada ao pagamento da primeira parcella antes de decorrido um anno, contado da transacção, quatro contos de reis; (**P**) A' confraria do Santissimo Sacramento d'esta freguezia de Santo Thyrsó, para coadjuvar a despeza do Lausperenne, que na egreja matriz se faz e bem assim para veneração do Culto do mez de Maria, que é durante todo o mez de Maio, a quantia de cento e trinta mil reis, annualmente, sendo sessenta mil reis pa-

ra aquelle fim e setenta mil reis para este e devendo este encargo começar a effectuar-se no primeiro mez de Maio, posterior á transacção; (Q) No praso d'um anno, á Junta de Parochia de S. Thomé de Negrellos, para obras da egreja da mesma freguezia, preferindo a capella do Santissimo Sacramento, e ainda para objectos destinados a esta, tudo na fórma que fôr designada pelo respectivo parcho de accôrdo com elle primeiro outorgante, seiscentos mil reis; (R) No praso d'um anno, á Junta de Parochia de S. Pedro d'Agrella, tambem d'este concelho, para ser applicada em obras da egreja, trezentos e cincoenta mil reis; (S) No praso de dois annos, á Veneravel Ordem Terceira de Penitencia, de S. Francisco, de Villa do Conde, para ser applicada no asylo, dependencia da mesma Ordem, e com preferencia de maritimos e pescadores, a quantia de um conto e seiscentos mil reis; (T) Ao reverendo parcho d'esta freguezia de Santo Thyrsó, annualmente e perpetuamente, para satisfazer a um coadjutor que o auxilie nas obrigações parochiaes, duzentos e cincoenta mil reis, com as condições porem d'esse coadjutor dizer missa em todos os domingos e dias Santos de Guarda aos asylados no capitulo ou no logar que para esse fim fôr destinado dentro do edificio do Asylo; e emquanto se não poder celebrar a missa no Asylo, como indicado fica, não poderá ter logar a satisfação d'este encargo senão na importancia de duzentos mil reis; (U) Ao Dr. José Antonio Alves Ferreira de Lemos, d'esta villa, durante a sua vida, com a condição porém de prestar á Santa Casa da Misericordia, os seus serviços medicos, em quanto poder e a mesma casa o exigir, quatrocentos mil reis; e quando venha a ser nomeado medico d'essa instituição ou do respectivo hospital, nunca receberá menos dos ditos quatrocentos mil reis, embora seja menor o seu vencimento, mas quando seja maior, receberá só a mais a differença ou excesso;

V) No praso d'um anno á Junta de Parochia d'esta freguezia de Santo Thyrsó, para a obra do alargamento a que se refere a condição decima primeira, quatrocentos e cincoenta mil reis; X) Ao professor elementar Joaquim Pires Fernandes, em quanto vivo e se conservar como professor, que é, n'esta villa de Santo Thyrsó, noventa mil reis; Y) A' professora D. Zulmira, nas mesmas condições, noventa mil reis; Z) No praso d'um anno, ao Seminario de Santo Antonio e S. Luiz Gonzaga, da cidade de Braga, cem mil reis; A') No praso d'um anno, á confraria Central de S. Vicente de Paula, da cidade do Porto, presidida n'esta data pelo Dr. Manoel Carvalho d'Araujo Lima, duzentos mil reis; B') No praso d'um anno, á archiconfraria do Santissimo Immaculado Coração de Maria, legalmente erecta na Egreja do S. Bento da Victoria, da cidade do Porto, da qual é capellão e director Monsenhor Antonio Joaquim d'Azevedo Couto, para obras e reparos da conservação do respectivo edificio, ou para o fim que julgar mais util, sempre em beneficio da mesma Egreja, quinhentos mil reis; C') Tambem a dita segunda outorgante mandará rezar em cada mez, perpetuamente, uma missa pelas almas de todos os parentes do fallecido Excellentissimo Conde de S. Bento; D') No praso d'um anno, á Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos, da cidade de Guimarães, trezentos mil reis; E') Ao Reverendo Parocho d'esta freguezia de Santo Thyrsó, annualmente, a quantia de cincoenta mil reis, para ser pelo mesmo parocho entregue ao thesoureiro da Confraria do Senhor dos Passos, da mesma freguezia, a fim de ser a dita quantia applicada, alternadamente, um anno na coadjuvação da despeza com a procissão de Passos e outro anno na compra de alfalas e mais objectos de que precise, ou ainda nas capellas que faltam para os sete passos a cargo da mesma confraria, e em reparos, devendo depois de provida d'es-

sas alfaías e objectos com o maior asseio, passar a mesma quantia, nos annos em que não é destinada a engrossar a receita de que sahirá a despeza com a procissão de Passos, a constituir fundo da referida confraria, até que de novo esta careça de reparar, ou de comprar bens da natureza indicada, o que, tudo, sómente fará sob indicação do mesmo Reverendo parochó, o qual fiscalisará a conveniente applicação da referida quantia, nos termos expostos; **F**º) Mais á conferencia de S. Vicente de Paula, que tem a sua casa de conferencia na rua dos Martyres da Liberdade, um conto de reis, que será entregue á Excellentissima Senhora Dona Carolina Perry, ou a qualquer de suas irmãs, moradores na rua da Boa Vista, numero 75, da cidade do Porto, para ella a entregar á thesoureira da mesma confraria, ou ao presidente, com o destino que julgar mais conveniente, em proveito comtudo da respectiva instituição ou conferencia, devendo a mesma quantia ser satisfeita no praso d'um anno. E, quando esta senhora não acceite, por qualquer circumstancia, será entregue a mesma quantia á pessoa a que se refere a alinea (**I**), para os mesmos fins expostos n'essa alinea; **G**º) A' confraria de Nossa Senhora da Conceição (ou da Abbadia), erecta na Igreja de S. Christovão de Cabeçudos, concelho de Famalicão, a quantia de vinte e cinco mil reis, annualmente, sendo em cada anno dez mil reis para fundo e quinze mil reis para quaesquer despesas obrigatorias ou facultativas da mesma confraria, e quando seja extincta, ou d'alguma maneira deixe de exercer as funcções a que presentemente se destina, a dita quantia annual de vinte e cinco mil reis ficará reduzida á de quinze mil reis, que serão entregues da mesma forma, á corporação que legitimamente tiver a seu cargo a fabrica da Igreja da referida freguezia de Cabeçudos, para seu beneficio. Dos encargos comprehendidos nas alineas da *Condição* decima nona, aquelles, para

cujo cumprimento não foi d'alguma fórmula assignado prazo, devem ser cumpridos consoante á sua natureza, depois de realisado o presente contracto, podendo comtudo os que teem prazo certo ser satisfeitos em dinheiro, ou em titulos com a cotação que n'essa data tiverem. A segunda outorgante fica obrigada a fazer a vedação precisa, entre as porções de terrenos destacados da *Quinta de Fôra* e a parte restante da mesma quinta e em toda a sua extensão. Mais se declara que uma das pertenças dos Passaes de Pereiras é a córte que no muro d'esses mesmos Passaes se acha aberta para o caminho em frente aos Moinhos Novos. A segunda outorgante, representada pelo dito seu provedor, declarou acceitava o presente contracto com todas as clausulas e condições referidas. Neste acto tambem o terceiro outorgante disse, como mandatario dos referidos estabelecimentos do Pará denominados *Collegio do Amparo e Real Sociedade Portuguesa Beneficente*, que em nome dos seus constituintes, agradecia ao primeiro outorgante as clausulas d'este contracto que aos mesmos seus constituintes dizem respeito e com as quaes se reputam consideravelmente beneficiados, acceitando as portanto e declarando-se plenamente satisfeitos pelo modo como foram contemplados na distribuição dos bens deixados pelo benemerito Conde de S. Bento, de saudosa memoria. E pelo quarto outorgante foi dito, que muito grato pelas considerações e obsequios que o primeiro outorgante lhe dispensa no presente contracto, acceito este, na parte que lhe toca. Em seguida, pelo primeiro e pelo representante da segunda outorgante foi dito que, em consequencia do exposto, relativamente á maneira de formar a meação de cada um, estavam concordes em que fosse a meação do primeiro preenchida pela fórmula seguinte: Ficar-lhe-hão pertencendo em propriedade plena todos os bens de raiz que na descripção feita no alludido inventario constituem as ver-

bas de numeros 1 a 5, 7 e 8, 16 a 29, 64 a 139, 143 a 163 e 249 e 250, sempre inclusivé; os foros de numeros 31 a 63, 140 a 142, 164 a 169 e 251 e 252; os moveis de numeros 170 a 215; o activo que constitue a verba numero 219 e o que constitue as verbas numeros 223, 224, 234, 246 e 247. E, como devem computar-se o valor attribuido ás tres porções de terreno que devem destacar-se da *Quinta de Fóra* e o attribuido ás reservas na *Quinta de Dentro*, segundo as clausulas quarta e decima quinta, já estipuladas, e como esses valores, sommados, dão um total de tres contos sete centos e sessenta mil reis, considera-se esta quantia como parcella que entra no pagamento da meação do primeiro outorgante, tendo por isso de addicionar-se ao valor das verbas já especificadas. O resultado porém d'estas operações é, segundo os valores no dito inventario attribuidos ás mencionadas verbas, igual a cento e oitenta e tres contos oitocentos e quatro mil seiscentos e trinta reis. Mas, exceptuando de calculo, consoante ao já estipulado n'este titulo, pelos motivos n'elle indicados, os bens que no dito inventario constituem as verbas da mesma descripção numeros 6, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 30, a meação de cada um dos dois referidos outorgantes apenas attinge a importancia de 158.551\$817 reis; d'aqui resulta que em poder do primeiro outorgante fica uma somma de valor que excede o da sua referida meação em vinte e cinco contos duzentos cincoenta e dois mil oito centos e treze reis. A segunda outorgante, segundo o estipulado, é obrigada a satisfazer a cada um dos estabelecimentos que o terceiro outorgante representa a quantia de dez contos de reis, moeda d'este reino; e mais fica obrigada a entregar ao Asylo de Santo Antonio, da referida cidade do Pará, cinco contos de reis, na mesma moeda. Perfazem estas tres verbas a somma de vinte e cinco contos de reis, que o primeiro outorgante, em nome da

segunda, satisfará aos trez alludidos estabelecimentos a fim de ser por tal fórma a mesma segunda outorgante desonerada do respectivo e mencionado encargo: e desde já para isso e para receber a competente quitação, concede ao primeiro outorgante todos os poderes em direito necesarios e lhe deixa na mão os vinte e cinco contos de reis, que o mesmo primeiro outorgante deverá tornar-lhe pelo excesso do valor dos bens, que lhe ficam pertencendo, sobre o da sua meação. Todas as outras verbas que no mappa da partilha, feita no dito inventario, figuram com valores definidos, ficam pertencendo desde já em propriedade plena á segunda outorgante. Emquanto ás verbas constantes do alludido inventario, com os numeros duzentos trinta e nove, duzentos e quarenta a duzentos quarenta e cinco e a parte ainda não cobrada do numero duzentos quarenta e oito, metade dos respectivos direitos fica pertencendo ao primeiro outorgante e a outra metade á segunda outorgante, observando-se comtudo, em relação á primeira metade, relativa ás verbas numeros 240 a 245, o que fica estipulado na clauzula numero dezoito. Disseram mais o primeiro e a segunda outorgante que, respectivamente, acceitavam todo o estipulado, quer na parte em que lhes consignava direitos, quer n'aquella em que lhes estabelecia obrigações, e o mesmo frizaram em respeito ás declarações do terceiro outorgante. Disse ainda a segunda outorgante que, tendo recebido da mão do primeiro a quantia de duzentos cincoenta e dois mil oitocentos e treze reis, que, além d'aquelles vinte e cinco contos de reis, representavam excesso do valor dos bens dados ao primeiro outorgante, sobre o da meação d'este, d'esses mesmos duzentos cincoenta e dois mil oitocentos e treze reis lhe dava plena paga, que o mesmo primeiro outorgante declarou acceitava. E do theor seguinte o conhecimento da contribuição de registo por titulo oneroso: Numero duzentos setenta e oito. Districto administrativo

do Porto—Concelho de Santo Thyrso—Contribuição de registo por titulo oneroso. Importancia da contribuição trez contos cento oitenta e cinco mil cento sessenta e trez. Seis por cento por lei de vinte e sete d'abril de mil oitocentos oitenta e dois—cento noventa e um mil cento e nove. Sómma trez contos trezentos setenta e seis mil duzentos setenta e dois. Imposto complementar por lei de trinta de julho de mil oitocentos e noventa, duzentos e dois mil quinhentos setenta e seis. Sómma trez contos quinhentos setenta e oito mil oitocentos quarenta e oito. Dois por cento de sello, setenta e um mil quinhentos setenta e seis. Total reis trez contos seiscentos e cincoenta mil quatrocentos vinte e quatro. Pagaram os senhores José Luiz de Andrade e Doutor Eduardo da Costa Macedo, este na qualidade de provedor da Santa Casa da Misericórdia d'esta villa, a quantia de trez contos seiscentos cincoenta mil quatrocentos e vinte e quatro reis de contribuição de registo e addicionaes, pela permuta que entre si fazem, cedendo o primeiro, ao segundo, o usufructo dos bens mobiliarios que lhe foi deixado pelo benemerito Conde de S. Bento, no valor de trinta e dois contos oitocentos e vinte e um mil trezentos e cincoenta reis, e recebendo no mesmo valor o direito á raiz dos bens immoveis de que era usufructuario e que lhe foram adjudicados e descriptos no inventario a que se procedeu por este juizo e cartorio do segundo officio, cujos bens são os seguintes: De numero 1 a 5, 7 e 8, 16 a 29, 64 a 139, 143 a 163, 249 e 250 e um bocado de terra calculado na quarta parte da quinta dos Passaes de Fóra, comprehendido sob numero dez e os fóros descriptos sob numeros 31 a 63, 140 a 142, 164 a 169, 251 e 252, inscriptos nas respectivas matrizes d'este concelho nos artigos 714, 717, 780, 747, 875, 67, 69, 908, 907, 68, 66, 75, 78, 84, 83, 82, 81, 80, 79, 86, 87, 85, 549, 53 500, 503, 505, 499, 508, 785, 507, 494, 786, 788, 787,

504, 506, 498, 137 139, 143, 831, 149, 134, 634, 635, 642, 645, 148, 632, 631, 633, 646, 643, 821, 833 a 843, 824, 825, 827, 829, 832, 844, 823, 822, 742, 431, 774, 745, 746; no concelho de Famalicão, artigos 111, 149, 372, 137, 122, 146, 138, 129, 123, 407, 91, 94, 93, 365, 92, 147, 96 e 164, 122, 54, 154, 110, 188, 16 a 20, 22, 23 e 91; no concelho do Porto artigo 1:555 e 159 e os restantes omissos, e todos com o rendimento collectavel de 1:791\$927 reis, sendo esta contribuição liquidada em harmonia com a matriz. Recebedoria de Santo Thyrso 21 de Fevereiro de 1894. Pelo escrivão de fazenda Manoel Martins da Graça. O recebedor Alvaro d'Almeida Garrett Corrêa de Freitas. E copeado o guardel—Ministerio do Reino—Direcção Geral de Administração Politica e Civil—Segunda repartição. Livro cincoenta e dois. Numero quarenta. Sua Magestade El-Rei, attendendo ao que lhe representou a Santa Casa da Misericordia de Santo Thyrso, acerca da conveniencia de acceitar a proposta que lhe fez José Luiz de Andrade, usufructuario dos bens da herança do Benemerito Conde de S. Bento, e em cujos termos o proponente encarregado pelo testador de designar de entre determinada generalidade de pessoas aquellas, a que por sua morte devem passar os bens da mesma herança, se obriga a não designar outro herdeiro além da mesma Santa Casa, já nomeada no inventario a que se procede no competente Juizo de Direito, cedendo-lhe tambem desde já além da plena propriedade de metade da herança, a das duas quintas do Mosteiro e dos terrenos soltos limitados ao poente pela estrada e ao nascente pela rua das Escolas e um predio de João Bernardo Dias, se pela sua parte aquelle pio estabelecimento se obrigar aos encargos, que constam da proposta transcripta na acta da sessão de 7 do corrente mez a fl. 39 v.º do livro das actas das sessões da meza do referido instituto; e consi-

derando, visto o valor dos aludidos encargos e o dos bens e rendimentos offerecidos á Santa Casa, que a proposta é conforme aos respectivos interesses: Considerando, que por esta fórma se previnem as demandas, a que poderia dar logar a nomeação que o proponente se julga com o direito de fazer, de outros herdeiros depois de nomeado o sobredito pio estabelecimento: Ha por bem conformando-se com o parecer do Governo Civil do districto do Porto, conceder, nos termos do artigo duzentos e vinte, numero dois do Codigo Administrativo, a precisa authorisação para que o impetrante possa aceitar esta transacção nos termos e condições acima declaradas. Paço em 27 de janeiro de 1894. João Ferreira Franco Pinto Castello Branco. Está conforme. Porto e Secretaria do Governo Civil em 31 de Janeiro de 1894. O secretario Geral José Adelino Ferreira de Lima. Tem á margem o sello do Governo Civil do Districto do Porto—Copia. E copeada a entreguei. Disse ainda o primeiro outorgante que, para esclarecimento do estipulado na alinea C da condição decima quarta, é conveniente que fique expresso o seguinte: o estipulado n'essa alinea deve entender-se a favor sómente d'elle primeiro outorgante e do quarto, durante suas vidas, como já fica dito, sem que n'esse periodo qualquer outra pessoa, sem authorisação dos mesmos dois outorgantes possa utilizar-se da casa ou fundos na mesma alinea referidos. Assim o disseram, outorgaram e acceitaram, pagando se d'este contracto o sello de mil e sete centos reis, pelas estampilhas abaixo colladas e inutilisadas. Foram testemunhas presentes Abel da Costa Leite, casado, proprietario, e Pelayo Julio Gonçalves, casado, escrevente fóra d'este cartorio, d'esta villa, que vão assignar com todos os outorgantes, depois de lido por mim, que resalvo as duas razuras feitas na decima primeira linha, a folhas nove verso, sobre a primeira das quaes fica escripta a palavra «reparar» e sobre a segunda a pala-

vra «comprar». E mais resalvo a entrelinha a folhas dez, entre as linhas dez e onze que diz «os que tem praso certo». E eu Jorge Corrêa do Amaral tabellião o escrevi e assigno em publico e razo. José Luiz de Andrade, Eduardo da Costa Macedo, Joaquim Gomes Gaspar, Bernardino da Costa e Sá, Abel da Costa Leite, Pelayo Julio Gonçalves. Em testemunho de verdade logar do signal publico. O tabellião, Jorge Corrêa do Amaral.»

N'este documento salientam-se estipulações de subido valor sob o ponto de vista da prosperidade local e da magnanimidade do herdeiro do conde de S. Bento.

Taes são as que se referem: 1.º, á designação da Santa Casa da Misericórdia como herdeira dos bens de que elle José Luiz de Andrade era usufructuario por disposição testamentaria de seu tio; 2.º á cedencia de terrenos para viação publica; 3.º, á fundação do Asylo Agricola, a cargo da Misericórdia 4.º, ao subsidio e auxilio para a fundação de uma fabrica; 5.º, ao donativo ao Monte Pio Thyrsense; 6.º, á verba para restauração do claustro da egreja; 7.º, ao estipendio dos dois professores de ensino elementar, etc.

Dentro d'este notavel documento estão germens e garantias de fecunda prosperidade para a villa de Santo Thyrsó, e ainda, tambem, importantes beneficios para outras povoações do concelho.

O Asylo Agricola foi estabelecido no edificio do antigo mosteiro, com excepção da casa reservada ao parochó da freguezia, e da parte que pela extinctão das ordens religiosas ficou pertencendo ao Estado e hoje pertence ao municipio, sendo destinada a repartições publicas.

A parte occupada pelo Asylo compõe-se de quatro faces, que dão interiormente para um claustro modesto.

Na face voltada ao rio conserva-se ainda a varandã de pedra, em trez arcos, do tempo dos frades.

Toda esta parte do edificio, que communica com a

portaria por uma escada ampla, foi modernamente restaurada, sem perder, contudo, o seu primitivo aspecto conventual.

Uma deplorável demolição não respeitou o resto do edificio, que comprehendia varias dependencias do mosteiro, taes como enfermaria, coristado, etc.

No dia 11 de julho de 1902 inaugurou-se a capella do Asylo na antiga sala do capitulo.

Fez-se uma solemne festividade, muito brilhante e concorrida.

Esta sala conserva-se revestida de excellentes azulejos do seculo XVII, que representam episodios da vida de S. José.

Durante todo o dia esteve o Asylo patente ao publico.

Na antiga sala da livraria dos frades realizam-se as sessões da mesa da Santa Casa da Misericordia.

Pendem da parede os retratos, a oleo, do conde de S. Bento, de José Luiz de Andrade, da condessa de Azevedo, que legou á Santa Casa da Misericordia 1:000\$000 reis, e de D. Maria do Carmo de Freitas Azevedo, fundadora da Casa de Saude.

Duas quintas da antiga cerca, a quinta de *Dentro* e a de *Fóra*, completam a área occupada pelo Asylo.

Segundo o regulamento approved por alvará do governador civil do Porto, Joaquim Ferreira de Pina Calado, em 18 de maio de 1899, (1) o Asylo tem por fins:

1.º Educar orphãos e abandonados e formar-lhes o espirito nas disposições inalteraveis de amor de Deus e do proximo;

2.º Abrigar velhos e inválidos;

(1) Em respeito á clausula decima da escriptura de 21 de fevereiro de 1894, foi logo redigido um projecto de estatutos do Asylo pelo snr. dr. Costa Macedo, e sobre esse projecto se moldou mais tarde este regulamento.

3.º Ensinar theorica e praticamente a agricultura em geral e em especial a agricultura d'esta região, de modo a formar dos asylados menores aptos operarios ruraes e honestos trabalhadores.

Os asylados menores são escolhidos d'entre orphãos pobres, abandonados, ou filhos indigentes de pessoas miseraveis, do concelho de Santo Thyrso.

O Asylo comprehende duas secções: primeira — denominada — *Secção agricola*; — segunda — *Beneſicencia a inválidos velhos*.

A entrada de asylados para a secção agricola sómente se permite desde os 7 aos 12 annos; e a sua permanencia no Asylo termina aos 21, ou com emancipação por qualquer motivo legal.

Esta secção é limitada ao sexo masculino. De futuro poderá haver uma sub secção para o sexo feminino, inteiramente separada e distincta, destinada a preparar serviçaes e jornaleiras ruraes.

O numero de asylados é fixado pela mesa da Santa Casa conforme a receita orçamentaria.

O ensino theorico é litterario e technico: a primeira parte comprehende trez graus: — 1.º leitura e escripta, primeiras noções de numeração de inteiros, decimaes e quebrados, as quatro operações em inteiros, quebrados e decimaes; noções elementares de doutrina e moral christã, noções elementares de grammatica, rudimentos de agricultura, noções elementares de geographia, primeiros rudimentos de canto coral. 2.º grau: desenvolvimento da leitura e escripta, desenvolvimento dos elementos de arithmetica, ensino de proporções e regra de trez, desenvolvimento da doutrina e moral, dos elementos de grammatica, agricultura, geographia e canto coral, elementos de desenho linear. 3.º grau: desenvolvimento dos primeiros graus, applicações arithmeticas a contabilidade agricola, reduções de medidas novas a antigas e vice-versa, noções

de agrimensura, geographia geral e patria principalmente agricola, noções de historia patria com indicações de datas e epochas da introdução no paiz de novas culturas, arvôres, fructos, castas de vides, engenhos e utensilios e diversas artes agricolas, desenho linear, analyse grammatical, orthographia, canto coral.

O ensino pratico é dividido em dous ou mais graus, sendo o primeiro, o mais elementar, para os alumnos de 7 a 12 annos; e o segundo grau, mais completo, destinado aos asylados de idade superior a 12 annos.

Para os do primeiro grau, os serviços agricolas são reduzidos aos simplesmente auxiliares, como guarda de gado, sega de herva, apanha de bagos ou fructos cahidos, e outros semelhantes; os serviços de maior peso ou esforço, como rôço, malhas, podas em forcado, carriagens, e outros, só podem ser impostos a maiores de 12 annos.

N'este grau de ensino technico, o director e pessoal docente, nas suas respectivas attribuições, terão o cuidado de ensinar não só os diversos processos de culturas usadas na região, mas outros que pareça util introduzir.

Na parte theorica, e theorico experimental, ensinar-se-ha: *a*) classificação e composição geraes de sólos agricolas, e sua differente adaptação ás diversas culturas; *b*) composição e classificação de estrumes e adubos, e applicações preferiveis para as diversas qualidades de sólos, sementes e plantas; *c*) diversos meios de irrigação; *d*) applicações das differentes machinas, e utensilios, já de uso geral, já de uso restricto a diversas culturas; *e*) distincções de gado de trabalho, de engorda, de produção, de rebanhos, e outras especies domesticas adaptadas ou adaptaveis; *f*) principaes preceitos da sua nutrição, conservação, hygiene, tratamento, estabuição; *g*) systemas de viticultura de forcado, ou de vinha baixa, diversos systemos de póda, molestias mais perniciosas que atacam as vides, seus caracteres e causas conhecidas, tratamentos e

prevenções correspondentes; *h*) processos de culturas hortens, e pomologicas, colheita de fructos, arrecadações; *i*) sementeiras e tratamento de arvoredos, applicações mais lucrativas; *j*) systemas ou methodos de vinificação, possiveis aperfeiçoamentos; *k*) preceitos sobre organisação de adegas, seu arejamento, vasilhame, trasfegas, clarificações; *l*) e enfim quanto seja conducente a formar dos asylados operarios ruraes regularmente instruidos, praticos e trabalhadores.

Na secção de beneficiencia são admitidos velhos e velhas inválidos, do concelho de Santo Thyrso, preferindo-se parentes do conde de S. Bento e do seu testamenteiro e sobrinho José Luiz d'Andrade.

O pessoal do Asylo é de duas classes:

1.º Permanente;

2.º Temporario;

O pessoal permanente compõe-se de:

1.º Um director;

2.º Um professor;

3.º Um fiel.

O pessoal temporario compõe se de:

1.º Um regente agricola;

2.º Os serventes e jornaleiros que as necessidades dos serviços exigirem, sendo o seu numero determinado pela mesa, em harmonia com essas necessidades e ouvido o director.

Os logares de director, professor e fiel são providos por meio de concurso, com as formalidades legaes, annunciado com trinta dias de antecipação.

Estes empregados teem residencia obrigatoria no edificio do Asylo e vencem respectivamente os seguintes ordenados annuaes:

Director 200\$000 reis;

Professor 120\$000 "

Fiel 110\$000 "

O actual director do Asylo é o reverendo padre João Gonçalves da Costa, que espera conseguir amoldar o ensino ali ministrado á organização dos melhores institutos que a Suissa possui no mesmo genero.

Os horarios adoptados são os seguintes:

HORARIO DE VERÃO

Manhã

DE ABRIL A OUTUBRO

A's 5 horas	levantar
Das 5 e meia ás 8 horas. . .	oração e ensino litterario
A's 8 horas	almoço
Das 8 e meia ás 12	trabalhos praticos
A's 12	jantar e recreio

Tarde

A's 2 horas	trabalhos praticos
" 4 "	merenda e recreio
" 5 "	trabalhos praticos
" 7 "	aula de agricultura
" 8 "	ceia e oração da noite
" 9 "	deitar

O horario de inverno é o mesmo de verão, variando apenas a distribuição dos serviços desde as 5 horas da tarde por deante.

A ceia é ás 6 e o resto do tempo até ás 9 emprega-se em estudos e exercicios corporaes.

DISTRIBUIÇÃO DO TRABALHO

1.^a Secção

SERVIÇO INTERNO

Um empregado de cosinha com um asylado ajudante.

Um servente com um asylado ajudante, a quem compete a limpeza e açoitamento do edificio.

Uma lavadeira e uma costureira encarregadas do tratamento das roupas. São de serviço temporario.

2.^a Secção

BOIARIA E VACCARIA

Um empregado encarregado d'este ramo de serviço, ensino respectivo e escripturação.

3.^a Secção

QUINTAES

Um empregado encarregado do ensino pratico de horticultura aos asylados e da escripturação dos generos vendidos.

4.^a Secção

QUINTAS

Um feitor, um criado e jornaleiros de serviço temporario, em numero variavel.

Ao feitor compete a direcção dos trabalhos proprios da sua secção, executados sob as ordens do director do estabelecimento.

A escripturação d'esta secção é feita pelo fiel da fazenda.

Actualmente o numero de rapazes asylados é 23.

Estão divididos em 2 classes, e cada uma d'ellas percorre em dias alternados as diversas secções em que se acha distribuido o ensino pratico, sendo os rapazes mais robustos preferidos para os serviços que exigem maior força muscular.

A secção de velhos inválidos comprehende actualmente 9.

Como consequencia da escriptura de 21 de fevereiro de 1894 foi remodelado o compromisso da Santa Casa da Misericordia, a fim de se definir como encargo da respectiva irmandade a sustentação e administração do Asylo Agrícola denominado *Conde de S. Bento*.

O alvará que approvou o novo compromisso tem a data de 13 de julho de 1901 e a assignatura do doutor Wenceslau de Souza Pereira de Lima como governador civil do Porto.

José Luiz de Andrade residiu na villa de Santo Thyrsos, onde edificou em a rua 26 de março um predio de nobre aspecto, sendo os portaes de silharia, e de marmore côr de rosa a parte superior da fachada.

Fez testamento em 14 de julho de 1899, dispondo dos seus bens proprios, por elle adquiridos; esse documento é do theor seguinte:

«Eu José Luiz d'Andrade, solteiro, de maior idade, residente n'esta villa de Santo Thyrsó, resolvo fazer o meu testamento pela fórma seguinte: Em harmonia com as minhas crenças religiosas, quero que o meu funeral se realize com decencia e sem pompa, dirigido porem segundo as indicações do rev. abbade d'esta freguezia, a quem o meu testamentário ouvirá sobre o assumpto. Que por minha alma se resem 50 missas, da esmola de 500 reis cada uma, dentro do praso d'um anno, e se realizem 2 officios: um de mez e outro d'anno, ambos na egreja matriz da mesma freguezia. No dia do meu funeral, serão distribuidas esmolos a todos os pobres, que por ventura assistirem ao acto, bem como a todos os pobres envergonhados, quer d'esta villa, quer da freguezia da minha naturalidade, que por qualquer motivo ali não concorram: Essas esmolos serão de 500 reis para cada um dos envergonhados, e de 40 reis para cada um dos pedintes que assistirem ao funeral; e toda essa distribuição será ordenada pelos mesmos testamentários e rev. abbade. A cada um dos pobres, que conduzirem o caixão, dar-se-ha tão sómente a esmola de 1\$500 reis. Quero que por alma de meus avós se resem 40 missas, e 40 por alma de meus paes, e 100 pelas de quaesquer outros meus parentes, em cujo numero figura meu tio o senhor Conde de S. Bento, a quem venerei, quando vivo, e por quem sinto a saudade mais intensa e o respeito, ainda, o mais profundo: Consola-me deixar gravado n'estas palavras o testemunho da eterna gratidão, a que tão carinhosa e paternalmente me obrigou.

«Estas missas serão egualmente da esmola de 500 reis, cada uma. Não tenho herdeiros forçados, ou sejam descendentes, ou ascendentes; posso, portanto, dispôr livremente de todos os meus bens. Toda a minha fortuna consiste já em capitaes, já em predios, alguns na capital do Estado do Pará, da Republica dos Estados Uni-

dos do Brazil, outros n'este reino. Tenho alguns creditos, constantes da minha escripturação e de titulos que possuo, dispensando-me por isso de os enumerar, e tudo o mais está, em geral, nas mesmas circumstancias.

«Perdão todas as dividas contrahidas para commigo, quando não procedam de fóros, ou rendas de predios, e sómente em relação áquelles devedores, cada um dos quaes me não deva, por uma ou mais parcellas, quantia excedente a 500\$000 reis.

«Deixo ás minhas creadas Maria e Joaquina, se continuarem ao meu serviço até ao momento da minha morte, o usufructo da casa que presentemente habito, no Campo 29 de Março, d'esta villa, bem como o usufructo de toda a mobilia que no mesmo predio existir, com excepção de titulos, ou quaesquer papeis, objectos de prata, e dinheiro de qualquer especie; e deixo-lhe mais: a pensão diaria de 600 reis á Maria, e a de 200 reis á Joaquina, devendo terminar aquelle usufructo da casa e mobilia á morte de Maria e subsistindo apenas, d'ahi em diante, a pensão diaria de 200 reis á Joaquina, sobrevivendo á primeira.

«A' snr.^a D. Maria Rosa da Silva e creadas Francisca e Maria Maxima, as duas primeiras moradoras na minha casa da rua da Torrinha, n.º 217, da cidade do Porto, e a ultima actualmente moradora na minha casa da rua 26 de Março, d'esta villa de Santo Thyrso, deixo o direito de habitação, até á morte da que por ultimo fallecer, da referida casa n.º 217 da rua da Torrinha, no Porto, e bem assim lhes deixo, para todas trez, a pensão mensal de 30\$000 reis, sem reduccão até á morte da que por ultimo falleça; e esta pensão ficará garantida pela renda da casa que possuo na rua das Flores, da mesma cidade. Todos estes legados, até aqui declarados, serão livres de contribuição de registo, que será por conta da minha herança. Lego a José Martins Ribeiro, viuvo, residente

na minha quinta de Santa Maria, sita na freguezia de Roriz, d'este concelho de Santo Thyrsó, o usufructo d'esta Quinta; e lego a propriedade da mesma quinta aos filhos d'esse José Martins Ribeiro, um dos quaes a está cultivando em companhia de seu pae.

«Lego a minha quinta do Carreiro, sita na mesma freguezia de Roriz, aos caseiros ou arrendatarios que presentemente a estão fabricando, com a obrigação, que lhes imponho, de darem a cada uma das irmãs do referido José Martins Ribeiro 30 rasas de milho, de 17^l,316, cada rasa, e meia pipa de vinho ou sejam 266^l,384, aquelle pão bom e bem secco e limpo, e o vinho bom e bem preparado e limpo, pelo S. Miguel de cada anno, um quanto cada uma viva; e outra igual pensão a cada em dos irmãos d'elle caseiro marido, com excepção do casado com uma rapariga da Casa de Monte Sô, por ser menos precisado.

«Deixo a minha irmã Anna os meus bens de Pedrados, também denominados da Laginha, sitos na freguezia de S. Thomé de Negrellos, d'este concelho de Santo Thyrsó.

«Deixo a Francisco da Silva e sua irmã Julia da Silva, filhas de Antonio Joaquim da Silva, ambas residentes na minha quinta da Renda, sita na referida freguezia de S. Thomé de Negrellos, e a Olivia, Casimira e Albertina, todas estas trez sobrinhas das duas primeiras, o usufructo da alludida quinta da Renda, devendo consolidar-se o usufructo com a propriedade da mesma quinta em poder d'aquella que sobreviver a todas as outras; e nas mesmas condições lhes deixo todas as sortes de matto que tenho adquirido por compras, ou trocas, na freguezia de Monte Cordova e na de Rebordãos.

«Lego ao actual caseiro ou arrendatario da minha quinta de Mourizes, sita na referida freguezia de S. Thomé ou na de Rebordãos, o usufructo d'esta quinta.

«Lego a minha quinta de Ribas, sita na mesma freguezia de Rebordãos, a Jacintho, caseiro ou arrendatario, actualmente, d'esta quinta.

«Deixo á corporação administradora do Asylo Conde de S. Bento, unica e exclusivamente para este asylo, cuja creação promovi na escriptura publica de 21 de fevereiro de 1894 junta ao inventario por obito de meu tio o snr. Conde de S. Bento e ali julgada por sentença, a coutada de matta e lavradio, ou melhor: todo o terreno de matto e lavradio que possuo no logar da Egreja, da freguezia de Burgães, d'este concelho de Santo Thyrso, sendo porem este legado subordinado ás condições seguintes: 1.^a Realizar-se-ha, sóment e se tal terreno fôr considerado indispensavel para o desempenho dos deveres concernentes ao dito asylo; 2.^a Será mantida para sempre, emquanto durar o mesmo asylo, a parte do seu actual regulamento que dispõe sobre a admissão de visitantes e de pessoas extranhas ao pessoal do estabelecimento nas suas quintas: Logo que deixe de observar-se, cumprir-se ou verificar-se rigorosamente qualquer d'estas condições, o mesmo legado ficará sem effeito e considerar-se-ha deixado, como em tal caso deixo, á veneravel Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade, erecta na cidade do Porto,

«Deixo a meu sobrinho José, filho de minha irmã Rita, a parte da minha quinta do passal de Pereiras que fica para o norte e nascente da estrada do Porto a Villa Pouca de Aguiar, n'esta freguezia de Santo Thyrso, isto é: d'essa quinta a parte que fica para o norte e nascente da referida estrada, com uma hora, apenas, da agua pertencente á mesma quinta.

«Deixo a minha irmã Rita o usufructo dos bens de raiz em que vive, sendo a propriedade d'esses bens para seus filhos e consequentemente meus sobrinhos; e mais lhe deixo a quantia de 10 contos de reis, tambem só

em usufructo, pois que a propriedade d'esse capital deixou-a igualmente aos ditos seus filhos.

«Lego a Antonio de Freitas, casado, actual caseiro ou arrendatario da minha quinta das Devezas de Baixo, sita na freguezia de Avidos, concelho de Famalicão, tanto esta quinta, como a das Devezas de Cima, que possuo, igualmente, na mesma freguezia; com a declaração porém de que serão usufructuarios, emquanto vivos e até á morte do ultimo a fallecer, da parte da referida quinta de Cima que presentemente fazem de renda o sogro do mesmo Antonio de Freitas, de nome Jeronymo, e sua mulher, aos quaes o dito Freitas dará, além d'isso, por uma só vez, a quantia de 2 contos de reis, como encargo, que lhe imponho. E mais declaro que, para o effeito d'estes legados, não serão considerados, como fazendo parte das mencionadas quintas das Devezas, bens ou predios alguns situados na freguezia da Lagôa, do concelho de Famalicão.

•Deixo a minha irmã Maria e seus filhos a quantia de 5 contos de reis, sendo em usufructo para aquella, e em em propriedade para estes.

•Deixo a cada um dos outros meus irmãos, ainda não contemplados com bens alguns, a quantia de 8 contos de reis, em usufructo apenas, porquanto a propriedade respectiva lego-a, em relação a cada um, a seus filhos, com a declaração de que a propriedade dos 8 contos deixados em usufructo a meu irmão Antonio será apenas para os filhos do primeiro matrimonio d'este.

•Mais lego: A' Irmandade de S. Torquato, da cidade de Guimarães, 8 contos de reis; á junta de parochia da referida freguezia de S. Thomé de Negrellos, para a construcção d'um edificio escolar, destinado á mesma freguezia, 3 contos de reis, e, para a conservação e melhoramento de caminhos, tambem d'essa freguezia, 5 contos de reis, com a condição de haver a mesma junta ou o cor-

po administrativo ou entidade a quem competir a administração de taes caminhos, de conformar se, quanto á escolha ou preferencia d'esses caminhos e dos logares em que as obras ou reparos devam realizar-se, com as indicações do meu primeiro testamenteiro em Portugal e de José Pimenta Machado, casado, da mesma freguezia de S. Thomé de Negrellos; a cada uma das filhas solteiras de Ricardo Pereira da Rocha e esposa, d'esta villa, 2 contos de reis; a José Ribeiro Cataluna, casado, d'esta villa, a casa que possuo na rua de Cyrillo Machado, da mesma villa; e á mulher, e a cada um dos cunhados do mesmo Cataluna,—irmãos ou irmãs da referida mulher d'este, 2 contos de reis; ao dr. José Antonio Alves Ferreira de Lemos, d'esta villa, como remuneração de seus serviços medicos por mim recebidos, 2 contos de reis; a Laura, filha d'aquelle José Ribeiro Cataluna, 3 contos de reis; ás filhas de meu compadre José Antonio Ribeiro da Silva, moradoras, com este, na Praça de Santa Thereza, n.º 19, da cidade do Porto, 5 contos de reis, para todas ellas; e ao irmão d'estas, José Antonio Ribeiro da Silva Junior, solteiro, 1 conto de reis; a José Corrêa do Amaral, casado, solicitador, d'esta villa, a casa que o mesmo habita e me pertence, e mais 1 conto de reis pelos serviços que me tem prestado; a João Gonçalo, casado, negociante, da mesma villa, a casa onde mora e que me pertence; á Irmandade de Nossa Senhora d'Assumpção, fundada n'esta villa, 2 contos de reis; a Joaquim Cancellal, actual caseiro ou arrendatario da Quinta de Fóra, pertencente ao referido asylo Conde de S. Bento, 108\$000 reis annualmente, enquanto vivo; a Luiz Barrou, casado, alquilador, d'esta villa, 1 conto de reis; ao alquilador Moreira, tambem d'esta villa, 1 conto de reis; aos 3 filhos ultimos de João Torquato Martins Ribeiro, viuvo, morador n'esta villa, 6 contos de reis, para todos trez; á junta de Parochia de S. Thomé de Negrellos, para

pelo respectivo rendimento pagar a um capellão, que diga, na Igreja matriz da mesma freguezia, em todos os domingos e dias santos de guarda, uma missa, 2 contos de reis; á Irmandade do Bom Jesus do Monte, de Braga, 500\$000 reis: á Irmandade de N. S. do Sameiro, tambem de Braga, 500\$000 reis; ao dr. Adriano Moreira da Silva, casado, morador na rua de Cedofeita, n.º 312, da cidade do Porto, 5 contos de reis, em reconhecimento do bom tratamento que recebi, quando caixeiro de seu tio Francisco Joaquim Pereira e de seu pae Fulgencio José Pereira; os predios, que possuo na rua Lauro Sodré, n.ºs 137 e 104, em usufructo ás actuaes inquilinas d'esses predios na capital do Estado do Pará, Estados Unidos do Brazil: Gertrudes, e Maria da Conceição e sua filha Belmira; cada uma n'aquelle que occupa, e em propriedade a D. Anna Amelia Pereira Pinto, casada com Augusto Octoviano Pinto e filha do meu ex-patrão Francisco Joaquim Pereira, moradora na Estrada de Nazareth, n.º 77, da referida capital do Estado do Pará; á mesma D. Anna Amelia Pereira Pinto a casa que possuo na rua 13 de Maio, numero dezenove, da referida capital do Pará; ao meu afilhado doutor Augusto Eduardo Pinto, actualmente em Vienna d'Austria, a casa que possuo no Boulevard da Republica, da referida capital do Pará, com os numeros vinte e cinco e vinte e seis; a cada um dos meus afilhados, ou de meu tio o senhor Conde de S. Bento, ainda por qualquer outra fórma não contemplados, 500\$000 reis, sendo d'este reino, e 1 conto de reis, sendo do Pará ou Amazonas, com a declaração de que este conto de reis é moeda fraca, brasileira, e de que todos estes legados a afilhados são dependentes da condição de serem reclamados pelos respectivos interessados no prazo de um anno contado do meu fallecimento; finalmente, a Leopoldina da Cruz Ribeiro e Adalina da Cruz Ribeiro, casadas, filhas do já alludido João

Torquato Martins Ribeiro, 1 conto de reis, a cada uma. De todo o remanescente instituo meu unico herdeiro Bernardino da Costa e Sá, casado, morador n'esta villa de Santo Thyrsó, nomeando-o tambem meu primeiro testamenteiro n'este reino; e, se bem que nenhum encargo lhe imponho pela dita herança, nem condição restrictiva da sua instituição como meu unico herdeiro, comtudo lembro-lhe que, se não fosse coisa que me obrigaria a grande fadiga, teria disposto de uma parte da mesma herança para a construcção d'um edificio na parte da minha quinta do Passal de Pereiras ao sul e poente da estrada do Porto a Villa Pouca d'Aguiar, com destino a collegio, onde fossem professadas, por mestres competentes e legalmente habilitados, pelo menos, as diciplinas que se professam nos Seminarios Diocesanos e constituem o curso preparatorio dos estudos ecclesiasticos, pondo isto emfim a cargo d'uma associação ou corporação, que me parecesse mais capaz de bem comprehender e desempenhar o nobre encargo. Assim como, se não fosse por evitar cançasso, que depauperaria as minhas minguasdas forças, tambem disporia no sentido de beneficiar, por intermedio da mesma, ou de outra associação ou corporação, as classes de maritimos pobres e de pequenos agricultores, quer proprietarios, quer caseiros de terras, quando cahidos em miseria apesar do seu constante trabalho e honradez. Como disse e repito, nada imponho sobre estes assumptos ao dito meu unico herdeiro, deixando-lhe livre, como cuido ser de direito, dispor mais tarde o que entender.

«Declaro que todos os legados de quantias de dinheiro poderão ser satisfeitos em titulos cotados, pela cotação que tiverem na epocha do respectivo pagamento; e que por este revogo inteiramente qualquer outro testamento que anteriormente tenha feito, ou seja cerrado, ou publico, pois desejo que só o presente valha e se cumpra.

«Alem do testamenteiro já nomeado, nomeio mais, para Portugal, em segundo lugar o rev. Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, abbade d'esta freguezia de Santo Thyrsó, em terceiro lugar Avelino Augusto Ribeiro Guimarães, solteiro, empregado dos correios e telegraphos, deixando a cada um d'estes dois, em testemunho de amizade, um conto de reis, e em quarto lugar Joaquim Luiz de Souza, casado, proprietario, de Villa do Conde, a quem, por lembrança de amizade, lego um conto e quinhentos mil reis; e, para o referido Estado do Pará, nomeio em primeiro lugar, o referido doutor Augusto Eduardo Pinto, já contemplado, em segundo lugar Antonio da Silva Villar, residente na dita capital do Pará, ao qual contemplo com cinco contos de reis, moeda fraca, e em terceiro lugar o já alludido Augusto Octaviano Pinto, marido d'uma senhora já contemplada.

«Tal é a disposição da minha ultima vontade, a meu pedido escripta pelo bacharel Eduardo da Costa Macedo, advogado n'esta comarca, o qual, seguindo fielmente as minhas indicações e declarações, traduziu rigorosamente o meu desejo; pois, lendo-mo, e lendo-o eu depois com toda a attenção, nada lhe achei que fosse diverso ou contrario á minha vontade. Por isso vou assignal-o e rubrical-o, datando-o e assignando-o tambem aquelle escriptor. Santo Thyrsó, 14 de julho de 1899. Eu, que a pedido do testador o escrevi, Eduardo da Costa Macedo. Em tempo. Declaro ainda que por equivoco disse legar a Laura, filha de José Ribeiro Cataluna, 3 contos de reis; quando este legado era, e é, a Laura, irmã do mesmo José Ribeiro Cataluna. E mais declaro que o prazo para cumprimento de todas as disposições, a que não tenha deixado expressamente assignado outro mais curto, será de dous annos. Li tambem este acrescentamento, que foi, como tudo o mais, a meu rogo escripto por

aquelle advogado, que de novo datará e assignará, para eu em seguida assignal-o e rubrical-o, como acima disse. Santo Thyrso, 14 de julho de 1899. Eduardo da Costa Macedo. Ia-me escapando outro pequeno equivoco, este consistente em haver designado por dr. Adriano Moreira da Silva um dos legatarios, que é o doutor Adriano Pereira da Silva, casado, morador na rua de Cedofeita, numero 312, da cidade do Porto, sendo o respectivo legado pelas condições já ponderadas. Li esta nova declaração, egualmente a meu rogo escripta pela mesma pessoa, que torna a datar e assignar, antes de mim.

Santo Thyrso, 14 de julho de 1899.

Eduardo da Costa Macedo, que o escreveu a rogo do testador—José Luiz d'Andrade.»

O testador falleceu a 24 de julho de 1899, na casa do Campo 29 de março onde o conde morrêra; e jaz sepultado no mesmo jazigo d'aquelle titular, seu tio.

Como se viu, o herdeiro do remanescente da herança de José Luiz de Andrade foi o snr. Bernardino da Costa e Sá, que já por mais de uma vez tem prestado valiosos serviços á villa de Santo Thyrso, sendo o mais recente a reedificação do claustro da egreja, antes e depois do incendio.

Ao concluir este capitulo, salta-nos do bico da pena uma espontanea e calorosa exclamação: «Abençoado seja o dinheiro do conde de S. Bento».





V

Nomes que illustram Santo Thyrso

Depois de termos fallado dos homens que, tão ricos como magnanimos, contribuíram para o engrandecimento e prosperidade da villa de Santo Thyrso, justo é que façamos menção de alguns outros, que por qualquer titulo de evidencia social se tornaram distinctos e nasceram ou residiram n'este concelho ou o visitaram e conheceram para honra d'elle.

Já tivemos occasião de referir-nos ao violinista portuense Augusto Marques Pinto, que a respeito da quinta da Palmeira repetia o que lord Byron disse de Cintra, quando lhe chamou «glorioso Eden.»

Um discipulo de Marques Pinto, hoje não menos illustre violinista que o seu antigo e fallecido mestre, o snr. Bernardo Moreira de Sá, tanto se affeiçoou á villa de Santo Thyrso, que na Praça do Conde de S. Bento mandou edificar um predio, *pied-à-terre* elegante, onde, por vezes, tem veraneado com a sua familia.

Camillo Castello Branco passou um estio em Santo Thyrso, na *Hospedaria Caroco*, que então se achava es-

tabelecida na casa cujo portão abre, a meio de um extenso muro, sobre o Campo 29 de março.

Em Santo Thyrso tinha Camillo planeado que se effectuasse o seu casamento com D. Anna Placido, facto a cuja realização n'esta villa obstou uma contrariedade imprevista. ⁽¹⁾

Ao nascente da villa, no lugar de Santocinhos, freguezia de Rebordões, concelho de Santo Thyrso, residiu durante muitos annos o pintor Francisco José Rezende, professor da Academia Portuense de Bellas Artes, com sua filha mademoiselle Claire Wilson de Rezende.

Aquelle illustre pintor nasceu na cidade do Porto ⁽²⁾ a 9 de dezembro de 1825, freguezia de Santo Ildefonso, em cuja egreja parochial foi baptisado no dia 18 do mesmo mez e anno, com grande pompa.

Seus pais chamavam-se Alexandre José Rezende e Dona Maria do Carmo Meirelles Rezende.

Foi seu padrinho o frade da ordem de S. Bento, prior de Palme, Frei Jacinto de Santa Rita Machado Freitas, tocando, com sua procuração, um tio do neophyto, Francisco Joaquim de Meirelles; madrinha, a esposa d'este, Dona Margarida Candida de Mattos.

Digamos já como Rezende adquiriu a quinta no lugar de Santocinhos.

Foi por herança de sua tia materna, Dona Anna Candida de Meirelles Brandão, viuva do capitão d'artilharia João José d'Almeida, oriundo d'uma nobre casa de S. João de Lobrigos (Douro) chamada das Sete Capellas.

Esta senhora tambem possuia predios e terrenos no

(1) *Os netos de Camillo*, pag. 74.

(2) Em o predio do Largo de Santo Antonio do Bomjardim, que então tinha o n.º 283, e pertencia, com outros predios proximos, aos pais e a uma tia materna de Rezende.

Porto, rua do Bomjardim. A abertura da rua de Gonçalo Christovam cortou esses terrenos, respeitando apenas uma pequena parte, que Rezende também herdou, e onde mandou construir uma casa modesta, fronteira á Pharmacia Ritcher.

Dona Anna Candida de Meirelles falleceu na aldeia de Santocinhos, na avançada idade de 80 annos, em 31 de maio de 1871, sem deixar descendencia.

Rezende matriculou-se em Desenho Historico, na Academia Portuense de Bellas-Artes, em 6 de outubro de 1841.

Concluiu este curso em agosto de 1845, fazendo n'esse mesmo anno exame de Perspectiva e do 1.º anno de Esculptura.

No 4.º anno de Desenho obteve accessit; e no 1.º e 5.º, elogio.

Em agosto de 1848 fez exame do 4.º anno de Pintura, sendo plenamente approvado.

Concorreu á substituição da cadeira de Pintura Historica, e foi classificado em primeiro lugar, em conferencia geral de 13 de outubro de 1849.

O despacho demorou-se por ter havido protestos. Valeu a Rezende, n'este lance, o douto visconde de Seabra. Ao cabo de dois annos de anciosa espera, foi nomeado por decreto de 13 de outubro de 1851, assignado pela rainha D. Maria II e referendado pelo então ministro do reino Rodrigo da Fonseca Magalhães.

Rezende tomou posse em 10 de novembro do mesmo anno.

Elrei D. Fernando, que apaixonadamente cultivava as bellas-artes e era dedicado protector dos artistas noveis, interessou-se muito por Francisco José Rezende, e não só conseguiu que o governo lhe desse licença para ir aperfeiçoar-se em Italia, mas também lhe estipulou á sua custa uma pensão.

A licença para Rezende sahir do reino foi concedida em 16 d'agosto de 1853.

Cheio de alegre alvoroço partiu o talentoso pintor em direcção a Pariz, onde teve como professor mr. Adolpho Yvon, de quem sempre fallava com a maior adoração e reverencia.

Rezende não pôde então passar de Pariz por ter adoecido.

Regressou a Portugal em fevereiro do anno seguinte.

Em maio, julgando-se já restabelecido, e ancioso de completar a sua educação artistica, voltou a Pariz, demorando-se ali até ao fim de agosto.

Na capital da França, dirigido por mr. Yvon, pintou varios esbocetos de quadros existentes no muzeu do Louvre, remettendo successivamente os seus trabalhos para a Academia Portuense de Bellas-Artes, onde se conservam.

São elles:

«A peccadora aos pés de Christo em casa de Simão», copia do original de Paulo Veroneso.

«Cabeça de menino e cabeça de velho», idem.

«Coroação de espinhos», copia de Ticiano.

«Jupiter e Antiope», idem.

«A Virgem, o Menino Jezus e trez figuras mais», idem.

«A Virgem e S. José apresentando o Menino á adoração de um pastor», copia do original de Palma o Velho.

«A Virgem, o Menino deitado e S. José contemplando o», copia do original de Raphael.

«Thomyres mandando mergulhar n'uma bacia de sangue a cabeça de Cyro», copia do original de Rubens.

«A conclusão da paz», idem.

«O Tempo descobrindo a Verdade», idem.

«A Abundancia», idem.

«A Ignorancia, a Inveja e a Maledicencia», idem.

«A Virgem, o Menino e Santa Maria Magdalena», copia de Van-Dyck.

«Retrato de Francisco de Moncada, a cavallo», idem.

Tendo fallecido o proprietario da cadeira de Pintura, Joaquim Rodrigues Braga, requereu Rezende ao governo para ser provido na propriedade da cadeira. Exigiram-lhe novo concurso. Rezende viu n'isso uma violencia, e absteve-se de concorrer.

Por decreto de 27 de novembro de 1879 foi-lhe concedido o augmento do terço do ordenado, por diuturnidade de serviço.

Em 7 de junho de 1882 obteve a sua jubilação.

Pintor e escultor, Rezende possuia um verdadeiro temperamento de artista, que o não deixava estar inactivo nunca. Produziu muito, talvez 150 télas, entre as quaes grande numero de retratos.

Em 1867 foi, commissionado pelo governo, visitar a exposição de Pariz, juntamente com Arnaldo Mollarinho, gravador, e Thomaz Soller, escultor.

Enviou por essa occasião ao *Commercio do Porto* interessantes cartas, dirigidas ao conde de Samodães, que revelam aptidões e faculdades de critico da arte.

Via bem, com segurança, e sabia exprimir nitidamente a sua opinião. Tinha facilidade em escrever, o que raro acontece aos nossos artistas. Alem d'aquellas cartas, publicou, na imprensa diaria, varios artigos de critica artistica, e outros, que mereceriam ser colleccionados em livro. (1)

Rezende era um homem forte, robusto, alto, de cabellos e barba castanho-claros, muito sympathico; fogoso nos seus enthusiasmos; sanguineo como Rubens, a quem ás vezes, por temperamento, imitou no colorido.

(1) No *Jornal de Santo Thyrso*, de 26 de dezembro de 1885, encontra-se um artigo de Rezende a proposito da morte de Francisco Vida, estimado architecto thyrseense.

Emilio Deschanel disse de Rubens: *répand à flots le rouge et triomphe dans la chair*; e da sua *Kermesse* escreveu que, antes de alterada pelos restauradores do Louvre, era a «gloria da côr».

O colorido de Rezende parecia excessivo em algumas télas; ouvi, com frequência, notar-lhe a critica exuberancia de vigor. Eu, que não sou critico da arte, gostava das suas figuras athleticas, de carnação sadia, quasi sempre bem delineadas e bem agrupadas. Davam-me uma vaga impressão de Rubens. E encantava-me vêr que elle preferia os assumptos e os typos portuguezes para encher as suas télas. Tinha, como artista, uma alma profundamente portugueza.

Rezende foi um discipulo da escola franceza, por via da influencia que n'elle exerceu o professor Yvon.

Hoje a sua «maneira» pode parecer antiquada, e certamente o está, até em relação á moderna escola franceza.

Mas cada artista, como cada escriptor, personifica a sua época.

Eu possuo um quadro de Rezende: representa uma camponeza mostrando a um filhito, que tem ao còlo, um d'esses nichos de «Almas do Purgatorio» tão vulgares em toda a provincia do Minho.

Dois enormes rochedos, sobrepostos, dão a conhecer ter Rezende copiado o nicho que, na estrada de Rebordões, fica em frente da casa de Armaberro, se bem que actualmente o local esteja um pouco desfigurado pela abertura de um caminho.

Diz-se que o S. Francisco que no painel do nicho faz *pendant* a S. Miguel, é o retrato de Rezende pintado por elle mesmo, se é que o pintou. Mas o que é certo é que falta a semelhança physionomica, a não ser talvez na barba e no cabello.

No pequeno quadro que possuo, o colorido é um pouco baço, e o desenho não é impecavel.

Mas, como recordação de Rezende, estimo muito esta sua tela, que está assignada, e tem a data de 1867, Porto.

Rezende expol-o á venda no antigo estabelecimento de Martins & Peres, n'aquella cidade, rua de Santo Antonio.

Passando por ali, parei a vêr o quadro.

De repente sinto-me agarrado pelas costas, e ouvi uma voz dizer: «Pode guardal-o; é seu.»

Era o proprio Rezende que m'o offerecia.

Nos alvares da minha mocidade apenas tratei com dois pintores portuenses, muito mais velhos do que eu: Rezende, e Francisco Pinto da Costa, ainda meu parente.

Não fallo de Augusto Marques Pinto, que tambem ás vezes cultivava a pintura, mas que, mais tarde, trocou definitivamente a pintura pela musica.

Nas *Poesias* de Antonio Pinheiro Caldas, poeta portuense, encontro umas estrophes escriptas no album de retratos de Rezende. Quero trasladal-as n'este capitulo em que, a proposito de Santo Thyrsó, estou reunindo um acervo de recordações saudosas:

N'esse fogo que te escalda
Como o génio se revela!
Solta os vãos, irmão, ergue-te ousado!
Seja a gloria a tua estrella!

Nos teus pinceis, na paleta,
Tens as fontes da riqueza...
Mais ainda;—tens nome, fama e cultos,
Tens as pompas da grandeza.

Raphael, Rubens e Vasco,
—Ésses génios immortaes,
Dos tempos através brilhando offuscam
Fulgidas c'róa reaes.

Sim:— que a realza do génio
Tem por sólio a immensidade,
O espaço por docel, por c'róa os astros,
E por timbre a liberdade,

Irmão ! Irmão ! não te curves !
 A altivez no genio é bella.
 Sagra á Patria, e á Arte os teus alentos,
 Seja a gloria a tua estrella.

Esta poesia, que tambem hoje está *démodée* como as télas de 1853, anno em que foi escripta, tem valor por dar uma exacta impressão do temperamento artistico e do character pessoal de Rezende: artista fogoso, character altivo, cheio de energia e de pundonor, facilmente irritavel. ⁽¹⁾

Na Academia Portuense de Bellas Artes existem mais as seguintes télas de Rezende:

- «Festa de S. Thiago da Cruz ⁽²⁾, copia do natural.
- «Retrato de el-rei Dom Fernando.»
- «Retrato de mr. Adolpho Yvon.»
- «Retrato de Thadeu Maria d'Almeida Furtado», secretario que foi da Academia.

(1) Vem a proposito uma anecdota que transcrevo do jornal portuense *A Provincia*, de 5 de julho de 1902:

«Uma noite appareceu Camillo Castello Branco na Casa Havaneza, na rua de Santo Antonio, gerida então pelo fallecido M. Ferreira Borges. Camillo pediu charutos e, voltando-se para o Mollarinho, abridor, com quem conversavamos, perguntou:

—Como vae o Rezende?

—Bem.

—E de juizo?

—Como de costume.

—Outro dia appareceu inopinadamente, em S. Miguel de Seide. Tocando a sineta do portão, foi o criado abrir e os cães desataram a ladrar furiosos. Rezende ia vestido de linho, chapéu de palha de abas grandes e calçando grossos sapatos brancos. Estava litteralmente coberto de pó. O criado pegou no bilhete de visita que elle apresentou, fechou o portão e foi apresentar-m'o. Que o mandasse entrar, recommendei.

Foi o criado, que a custo pôde conter a canzoada, Rezende entrou na sala, desabrido, como uma tempestade, exclamando:

—Com effeito ! A tua casa assemelha-se a um castello da Idade Media; a canzoada parecia disposta a devorar-me as canellas !

—Senta-te e socega. Ora dize-me cá, como querias tu que os pobres irracionais, coitadinhos, reconhecessem, sob tão prosaica encadernação, o grande pintor Rezende ?»

(2) Uma das freguezias do concelho de Villa Nova de Famalicão.

«Retrato do conde de Samodães», inspector da Academia.

«Casamento de Dom João I com Dona Filippa, no Porto», esboço de invenção pintado em 5 horas (1849) para o concurso á substituição da cadeira de Pintura Historica.

«Milão de Cortona», apresentado na 6.^a exposição triennial em 1857.

«Os conversados da aldeia», apresentado na 7.^a exposição em 1860.

«A Escrava», costume oriental, apresentado na 9.^a exposição em 1866.

«S. Paulo», busto ao natural, apresentado na 10.^a exposição em 1869.

N'esta mesma exposição apresentou Rezende um quadro que não pertence á Academia, mas cujo assumpto diz respeito ao conelho de Santo Thyrsó.

O seu titulo é «A procissão das almas, costumes do Minho». As suas dimensões são: alt, 1,33; larg. 0,94. ⁽¹⁾

Diz a rubrica do respectivo catalogo:

«Antes da missa das almas o abbade, acompanhado pelos ouvintes, reza no meio da igreja um padre-nosso e ave-maria, e, sahindo pela porta principal, dá volta sobre o lado da sacristia rezando outro padre-nosso e ave-maria em frente da porta travessa:—enquanto dura esta cerimonia religiosa se conserva o juiz da cruz deante do reverendissimo formando com os que o cercam um grupo distincto. Concluido este acto, que tem logar na igreja parochial de S. Thiago de Rebordães, ⁽²⁾ entra o sacerdote no templo para celebrar a missa; depois, quasi no

(1) Este quadro pertence á galeria do snr. Antonio José da Silva, commerciante portuense; o filho d'este cavalheiro tambem adquiriu o quadro de Rezende «O tocador de viola.»

(2) Graphia conforme a uma pronuncia menos minhôta.

fim, sai um homem da capella-mór com um cesto na mão por entre o povo pedindo para as almas, recebendo, d'uns, dinheiro, d'outros, bróas, ovos, gallinhas, etc. etc. havendo depois leilão de tudo, fóra da egreja ao lado da torre, e sendo o producto applicado para as almas; e é por isto que o quadro tem a denominação de *procissão das almas*.»

Esta rubrica attinge aqui um duplo valor: por se referir ao concelho de Santo Thyrso e por ser uma interessante noticia do *folk-lore* minhoto.

Ainda Rezende apresentou outra téla na exposição de 1869: o retrato em pé do fallecido filho mais velho do conde de Samodães, pintado a oleo por uma photographia.

Falta-me fallar de um quadro original de Rezende que tambem pertence á Academia Portuense de Bellas Artes: é o que se intitula «Amai-vos uns aos outros (evangelho de S. João)», pintado em 1878 e offerecido á mesma Academia pela filha de Rezende em agosto de 1899.

Entre outros muitos quadros, que pertencem a particulares, mencionaremos: «Luiz de Camões salvando os Lusíadas», «Torquato Tasso», «A oração da manhã», «Lgrimas de mãe», «A miseria», «Varina», «Camponezes dos Carvalhos», «Retrato do auctor», «Retrato de Pinto da Costa», «Ferreiros na forja», que foram adquiridos por elrei Dom Fernando e que provavelmente se dispersaram quando se liquidou o seu espolio; «Vareiro» e «Mulher da Murtosa», que foram para Madrid; «Camponeza de Braga»; «Pescadores de Leça», que foi para Londres; «Santissima Trindade», que foi para S. Paulo, Brazil; «A felicidade», que foi para a Belgica.

Em muitas casas do Porto ha quadros e esbocetos de Rezende.

O numero de retratos que produziu é prodigioso: encontram-se na secretaria da Trindade e da Misericordia,

theatro de S. João, Associação Commercial, etc, d'aquella cidade; no Rio de Janeiro, nos Açores, que sei eu!

Rezende foi o pintor que mais vezes retratou o fallecido rei D. Luiz.

A sua ultima téla de maior vulto, «Apotheóse de Hahnemann», tinha sido encommendada para Lisboa, mas a final adquiriu-a, ao preço de 20:000\$000 reis, o conde de Leopoldina, e está no Rio de Janeiro.

Como escultor, Rezende deixou: «Busto de Camões», «Cabeça de Christo», «Cabeça de Varino», «A policia e a mulhersinha», «Pobre mãe!», «Zé Povinho», «O odio», «Desventurada patria», etc.

Enthusiasta e robusto, Rezende atirava-se ao trabalho com um vigor infatigavel, com uma coragem inexcusavel.

Mais uma nota caracteristica da sua robustez: Rezende vinha muitas vezes a pé, da sua quinta de Santocinhos ao Porto, e chegava fresco como se não tivesse andado seis léguas.

Em 1890, porem, a doença atacou-o como ella costuma atacar os fortes: de um modo brutal, para os esmagar de vez.

Rezende luctou contra a morte o mais que pôde, cheio de coragem, como sempre vivêra.

Finalmente vencido, falleceu no Porto a 30 de novembro de 1893.

Jaz, em campa raza, no cemiterio de Agramonte.

Rezende foi um pai extremoso, dedicadissimo.

Sua filha, mademoiselle Claire Wilson, teve por mãe uma senhora franceza, que certamente não tornou a ver desde a infancia.

O illustre pintor trouxe a filha para Portugal, e educou-a carinhosamente. Era ella o seu maior enlêvo, tanto mais que mademoiselle Claire honrava o talento do pai como sua discipula e herdeira.

Na exposição triennial do Porto em 1869, e talvez em mais algumas, expoz mademoiselle Claire Wilson varios trabalhos seus.

Rezende pintou o retrato da filha, em busto; foi um dos quadros que mandou á exposição internacional de Paris em 1867.

Lembro-me perfeitamente de ter visto este retrato, tocado com um duplo amor: de artista e de pai.

E que linda que era essa graciosa creaturinha, que Rezende adorava!

Claire Wilson entrou, por morte do pai, no Recolhimento de Nossa Senhora do Patrocinio, no Códexal, Porto, onde ainda hoje se conserva.

Em 1894, a 28 de março, começou o leilão do espolio de Rezende, quadros e moveis, no predio em que, n'aquella cidade, elle habitou e falleceu: rua da Alegria n.º 547.

No catalogo do leilão figuram as seguintes télas: «Vista de Santo Thyrso», «Rio Ave» «A feira em Santo Thyrso», e «A festa em Burgães», cartão.

O pincel de Rezende honrou esta região encantadora, onde elle residiu durante annos.

Por isso o seu nome devia ficar archivado em algumas paginas da presente monographia.

Era merecida homenagem. Pagou-se.

Outro nome illustre, dos mais illustres da nossa terra, o de Garrett, anda de algum modo ligado á villa de Santo Thyrso.

Aqui reside o sr. Alvaro Garrett, segundo sobrinho do immortal escriptor do seu appellido.

Na quinta da Carreira, freguezia de S. Miguel das Aves, ⁽¹⁾ que hoje pertence ao concelho de Santo Thyrso,

(1) «... acantoadá na cunha de terreno que fica entre o Vizella e o

estabeleceu residência um dos primeiros sobrinhos do visconde de Almeida Garrett.

Refiro-me a José Maria de Almeida Garrett, que para ali voluntariamente se relegou arrependido e contrito, depois da tragedia Vieira de Castro.

José Maria fez doação da quinta da Carreira a Dona Mathilde Henriqueta Galvão Mexia de Moura Telles de Albuquerque, que em edificio proprio ali fundou, sob os auspícios do doador, o *Collegio da Visitação de Santa Maria*, onde é ministrado gratuitamente o ensino, havendo, porem, algumas pensionistas de instrução primaria e secundaria. ⁽¹⁾

Em testamento, José Maria nomeou seus unicos e universaes herdeiros aquella Dona Mathilde Henriqueta e Dona Rosa Dias de Freitas.

A vida d'elle, em S. Miguel das Aves, decorreu serena e piedosamente, velando pelo Collegio e entregando-se a actos de devoção.

Sahia pouco. Foi um anno á Povoia de Varzim tomar banhos de mar, e vinha algumas vezes a Santo Thyrsó, villa que elle dizia ser a mais bella que conhecia tanto em Portugal como no estrangeiro.

José Maria, no seu testamento, feito a 24 de setembro de 1894, declara ter especial devoção com a Sagrada Familia (Jesus, Maria, José) e querer ser amortalhado no habito de S. Francisco.

Falleceu aos 12 de julho de 1899.

No dia 1.º de setembro de 1901 passei algumas deliciosas horas no lugar de Argemil, freguezia de Santo

Ave, uma outra freguezia de Famalicão existe, S. Miguel das Aves, á qual pertence a estação da via ferrea, chamada Negrellos. O nome das Aves parece provir do nome dos dois rios, visto que ao Vizella se chamou antigamente Ave pequeno, ou Avicella.» *Minho Pit*, vol. II, pag. 97.

(1) Este collegio, que vive no regimen das Salesias, sujeitou-se ao Decreto de 10 de março de 1901,

Thyrso, onde um parente e amigo meu, Guilherme da Costa Leite, me offereceu um jantar de familia e uma festa campestre.

N'esse dia, que não posso esquecer, por muitas vezes me acudiu ao espirito o nome de Garrett, e não sei que vaga mas insistente lembrança das *Viagens na minha terra*.

Isto até certo ponto explica-se.

Eu tambem andava viajando na minha terra, não ao sul, como Garrett, mas ao norte, e n'uma provincia que Almeida Garrett conheceu e amou, onde residem pessoas que teem o seu appellido.

Argemil é um lugar deleitoso, á beira do Ave, capaz de competir em formosura e amenidade com o Valle de Santarem, o antigo, que o actual está muito mudado e differente do que era.

Garrett pintou assim o Valle: «não ha ali nada grandioso nem sublime, mas ha uma como symetria de cores, de sons, de disposição em tudo quanto se vê e se sente, que não parece senão que a paz, a saude, o socego do espirito e o repouso do coração devem viver ali, reinar ali um reinado de amor e benevolencia».

No tempo em que Almeida Garrett o visitou, era aquelle lugar muito mais pittoresco do que hoje é.

Toda a região de vinhos desde o Cartaxo até ao Valle de Santarem cançava pela sua monotonia, e uma aridez desolada extendia-se em vasta charneca até ao ponto em que se encontrava o caminho do Valle.

Era uma azinhaga onde a vegetação crescia livremente. A um dos lados deslisavam as aguas de um arroyo claro. Lindo prologo do Valle, que finalmente apparecia, sempre bello, delicioso pomar de laranja onde, no tempo da flor, os aromas que se espalhavam no ar eram inebriantes e suavissimos.

Tudo isto preparava agradavelmente o espirito, dispondo-o para os devaneios da imaginação.

Facil foi, pois, a Garrett, a um tal homem como Garrett, poetizar a casa do Valle e encantar-se deante da janela onde uma cortina branca deixava entrevêr o vulto de Joanninha, a menina dos rouxinoes e dos olhos verdes.

Eu sempre estive capacitado de que Joanninha era a recordação de uma pessoa querida na vida de Garrett, posta ali, n'aquelle então formoso Valle de Santarem, como se põe uma téla de estimação na melhor moldura que pôde encontrar-se, embora a téla tenha vindo de longe á procura de moldura condigna.

Lancei os olhos para o passado do poeta, em busca de uma prima, de uma companheira e amiga de infancia, de uma creatura meiga e boa, talvez nada formosa, que, annos volvidos, lembra de repente com profunda e doce saudade, n'um sitio em que a gente experimenta um grato bem-estar do espirito no meio da paz e da harmonia da natureza.

Disse isto uma vez ao dr. Carlos Guimarães, genro de Garrett. Elle não repelliu esta hypothese e ficou de fazer uma revisão a toda a correspondencia intima do poeta, no empenho de encontrar algum documento que me dêsse razão. Achou uma carta, de uma prima, que vivia na quinta da Carreira, em S. Miguel das Aves.

E essa prima chamava-se «Joanna», e na carta fazia recriminações a Garrett por a ter esquecido na vida tumultuosa de Lisboa.

Gritamos: «Eureka!» Mas appareceu tambem um retrato da signataria da carta, e esse retrato — Deus meu! — abria conflicto com a esthetica de qualquer poeta vulgar, quanto mais um poeta de tão fino gosto como Garrett.

Não ha duvida que as *Viagens* dizem a respeito da *menina dos rouxinoes*: «Joanninha não era bella, talvez nem galante siquer no sentido popular e expressivo que a palavra tem em portuguez, mas era o typo da gentileza, o ideal da espiritualidade.»

Eu não vi o retrato, mas encontrou-o e viu-o o dr. Carlos Guimarães, que o deve ter deixado no seu espolio; e foi elle mesmo, o genro de Garrett, que me disse e affiançou que a «prima da Carreira» não revelava nenhum traço de identificação com «a menina dos rouxinoes.»

Mas a carta lá estava — e deve estar no espolio do dr. Carlos Guimarães — e continha queixumes, lamentações da signataria por haver sido esquecida, talvez em razão de não ser bella, nem sequer galante como a *menina dos rouxinoes*, e nem ao menos tão gentil e espiritual como ella.

O que restava, pois? Identificar a alma dedicada, leal e dolorida da «prima da Carreira» com a gentileza, a graça, a physionomia e a figura de outra mulher.

Ora isso é o que eu posso fazer n'este capitulo.

Tenho que fallar, portanto, de duas mulheres. Começemos pela primeira, a prima. A boa logica manda começar pelo principio.

A prima de Garrett tinha duas irmãs: uma, Antonia, que desposou José de Menezes, residente na Gollegã; outra, Maria Antonia, que parece ter sido freira professa em Aveiro.

Seus pais chamavam-se Thomaz de Aquino e Almeida e Dona Anna Lima Barreto.

D'este consorcio tambem houve um filho: foi o conego Thomaz de Aquino de Lima e Almeida.

Joanna deixou todos os seus bens a uma senhora Donna Thomasia Maria Amalia do Amaral, creio que sua sobrinha.

Foi esta senhora que por sua vez deixou em testamento a quinta da Carreira a Alexandre Garrett, ⁽¹⁾ irmão do poeta.

(1) Pai de Rodrigo, José Maria e Gonçalo Garrett; este ultimo é lente de mathematica na Universidade.

O registo de abertura do testamento fez-se na administração do concelho de Santo Thyrso em 27 de abril de 1838.

A testadora deve ter fallecido n'essa occasião em S. Miguel das Aves, solteira.

A quinta da Carreira ficou pagando uma pensão á baroneza de Almeida. Quando esta titular falleceu, a pensão passou para uma sua irmã, D. Henriqueta de Menezes. Estas duas irmãs eram mais proximas parentas de Joanna que os Garretts.

Eis aqui o que eu pude averiguar á cerca da prima de Garrett, segundo os apontamentos que me deu o dr. Carlos Guimarães.

Resta tornar a dizer que era feia, tendo uma bocca quazi defeituosa pela má disposição dos dentes.

Mas esta «prima da Carreira», que chorava saudades do primo, e que lh'o dizia, chamava-se «Joanna», que foi o nome que Almeida Garret poz á menina do Valle.

O Carlos das *Viagens* era primo de Joanninha, e Garrett era primo da menina da Carreira.

Eu creio ainda que a Joanninha do Valle é a Joanninha da Carreira ao menos no nome, no parentesco e por sua-ve recordação de infancia.

Em tudo o mais... ha outra. Quem é?

Procurei saber-o por intermedio de uma pessoa, que conhecesse a preceito o Valle de Santarem.

Essa pessoa appareceu, foi o meu illustre amigo e digno par do reino sr. Luiz Antonio Rebello da Silva, filho do fallecido e brilhante escriptor d'estes appellidos. Tem casa no Valle, herdada de seu avô, desembargador; casa que serviu de quartel general ás brigadas que ali se acantonaram em 1810, 1833 e em 1846.

O snr. Rebello da Silva, para me obsequiar, colheu o depoimento de um velho do Valle, Belchior da Costa, que

tem perto de 90 annos, e toda a lucidez de espirito, ainda.

Oiçamos o que disse a tradição oral colhida no Valle:

O nonagenario Belchior da Costa crê que a «meni-na dos rouxinoes» fosse Dona Maria Ritta de Oliveira, tia de Rodrigo da Costa Alvares, senhora muito intelligente, instruida e sympathica. De mais a mais, tinha os olhos verdes.

No tempo em que o visconde de Almeida Garrett passou no Valle, Rodrigo da Costa Alvares, residente na casa onde actualmente está a viuva Monteiro, trazia de arrendamento a quinta do Bico, onde, em pleno Valle, Dona Maria Ritta ia passar muitos dias.

Não admira que Almeida Garrett a visse, e reparasse na côr dos olhos, e conversasse a dama, e ficasse encantado de sua graça e intelligencia. Nem tambem deve admirar que, por conveniencia social, lhe occultasse o nome, e fosse buscar para ella o nome da «prima da Carreira», ao qual viria presa alguma recordação da infancia: assim tambem o verde frouxel do musgo vem preso á pedrinha que se arrancou a um muro velho como recordação de algum logar.

Não se me dá de apostar que a «prima da Carreira» teria os olhos pretos, a que Almeida Garrett chamou os mais sinceros e leaes. Leaes e sinceros, porque ainda o viam de longe, e choravam por elle. Confessa Garrett que «nasceu» na religião dos olhos pretos. Mas uma *única vez* na sua vida viu os olhos verdes, e encantou-se. Foi quando passou no Valle, e encontrou Dona Maria Rita d'Oliveira.

Os poetas recompõem muitas vezes uma figura feminina com as feições de diferentes mulheres, porque em geral elles não se contentam com amar uma só mulher. Conheci um que dizia ter amado profundamente uma unica, a qual já não era viva, mas elle ia amando todas as mais e procurava justificar-se dizendo que era por encon-

trar n'ellas alguma feição que pertencêra á outra, a sua morta querida.

Ora, tornando a Argemil, que suscitou todas estas considerações, eu, *si parva licet componere magnis*, tambem ali encontrei memorias de uma Joanna, que me foi cara, e que me lembra sempre com rediviva saudade.

Essa desempenhou na minha vida o papel de segunda mãe; meu guia, minha «ama sêcca», meu querido Mentor durante a infancia.

Chamava-se Joanna Rosa d'Oliveira, e nasceu em Argemil. Foi linda, foi bella, diziam-n'o todos os velhos que a viram em nova. Por causa d'ella, para amar a sua terra, comecei a amar Santo Thyrso desde pequeno. O meu primeiro poema teve como protagonista outra Joanna (que os poetas, maiores ou menores, são todos o mesmo), mas foi em Santo Thyrso, por amor da velha Joanna, que eu localisei a acção do poema :

Lindas noites do Ave ! O' noites estrelladas,
Noites de ceu azul e d'almas namoradas !

Lindas noites do Ave ! O' noites de luar !
Noites todas amor, como eu vos sei amar !

Quazi nas faldas da serra,
Onde de certo julgaes
Ver o éden sobre a terra
E sobre o Ave crystaes;
Lá onde zumbem insectos
E quiz Deus que a agua quebre
Na insua cheia de fetos,
Vereis um pobre casebre,
Retiro doce e suave
No meio da solidão !
N'essas paragens do Ave
Nenhum sitio mais se presta
A fallar ao coração !...

Versos de 1867, maus versos, mas sinceros, como são todos os dos dezoito annos.

E ainda hoje os não faria eu muito melhores.
Sempre gostei d'este nome: Argemil.

Parece derivar de Argemirus, no genitivo da segunda declinação latina, Argemiri; d'onde Argemir, ⁽¹⁾ depois Argemil.

Argemiro seria, na epoca da restauração neo-goda, o individuo possuidor d'este lugar ou de propriedades ahi situadas. Muitas outras designações locais, no nosso paiz, tiveram origem semelhante; são patronimicas, costume que terá vindo do tempo da dominação romana, como indicam os vestigios da forma latina. ⁽²⁾

Gosto ainda mais do sitio que do nome, porque é um lugar de paz, onde algumas casas se encontram mergulhadas na doçura dos milharaes e dos vinhedos. Não ha já ruínas que indiquem o solar do mysterioso Argemiro, se aqui o teve, como o onomastico parece revelar. Ha campos, ha povoado bastante para não haver solidão absoluta, e, comtudo, ha o que quer que seja de solidão a envolver os casaes n'uma independencia tranquilla.

Melhor que tudo isso, ha a visinhança do Ave, que vai correndo ali a dois passos com todo o seu cortejo pittoresco de arvoredos, azenhas, insuas, açudes e gorgeios.

Logo á sahida do portão da quinta que em Argemil possuie Guilherme da Costa Leite, encontra-se uma capellinha consagrada a Nossa Senhora da Piedade.

N'este pequenino templo, que foi restaurado modernamente, deparou-se-me um indicio de que elle já existia no seculo XVI.

E' um painel, com moldura de madeira, que representa um doente deitado n'um leito de cortinado duplo, sendo a colcha de tecido adamascado. O enfermo é assistido por uma freira, dois frades e uma menina de cabello loiro e vestido azul.

(1) *Port Mon. Hist.* Inquirições de Dom Affonso III, pag. 533, col. 2.^a

(2) *Revista Portygalia*, tom. I, fasc. 2.^o, artigo de Alberto Sampaio, «As villas do norte de Portugal», pag. 289.

Nossa Senhora da Piedade, com Jezus Christo morto sobre os joelhos, apparece ao fundo do aposento dentro de uma nuvem branca.

O mobiliario consiste, alem do leito, em cadeiras de couro tauxiado e uma mesa coberta de estofa azul.

Diz a legenda do painel:

M. q' fes N S. da Piedade a Fran.^{co} Ioquim da Rocha Tabares Corte Rial q'estando grave mente enfermo se apagou comadita S Concevio melhoras noanno d. 1550.

Junto á capellinha ergue-se um alto cruzeiro de granito.

Perto, muito perto, descendo, encontra-se o rio Ave, n'um dos seus trechos mais bellos.

E a pequena distancia, umas dezenas de metros, fica a Batalha.

Este nome de Batalha, dado á quinta dos benedictinos em Argemil, parece ter provindo de algum conflicto sangrento ali travado entre os criados e caseiros d'elles benedictinos e os dos cruzios da quinta da Palmeira por causa das azenhas, pesqueiras e açude do rio Ave, entre as duas quintas.

Vimos um documento, que auctorisa esta supposição: são as bazes de um convenio proposto em fevereiro de 1761 pelo prior do mosteiro de Landim, D. Agostinho de Nossa Senhora, segundo o qual convenio os cruzios renunciariam aos seus direitos mediante a indemnisação de oito mil cruzados.

Transcrevemos textualmente uma das clausulas:

•Que em tempo algum não poderá o Mosteiro de Santo Thyrsó erigir moinhos ou azenhas em qualquer parte do rio de frente da Quinta da Palmeira e suas pertencas, nem conservar pesqueira alguma, ou fazel-a de novo, demolindo-se a que foi de João Rodrigues Lobo, e qualquer outra que tiver o Mosteiro de Santo Thyrsó, obrigando-se a deixar para sempre o rio livre, porque sendo este con-

tracto *para pacificar discordias e evitar contendas*, só assim se evitam, e de uma vez se acabam ».

Parece que o accordo se mallogrou, porque o açude subsistiu; se é que não foi reconstruido depois que os cruzios abandonaram a quinta da Palmeira para fazer economias em proveito do convento da Serra do Pilar.

N'aquelle dia 1.º de setembro, depois do jantar houve baile campestre no terreiro da casa. Vieram rapazes e raparigas do logar e da villa. Dançaram o *Vira*, o *Passarinho*, o *S. João de roda*, o *Malhão*, a *Canna verde*. Um camponez, o Adrião, tocava viola; um rapaz acompanhava-o tocando outra viola, improvisada, feita de lata.

A viola, lá o diz o *Mappa de Portugal*, é um instrumento propriamente portuguez, « que serve em todos os festejos domesticos e publicos. » Assim acontece ainda hoje no Minho.

Ouvi algumas lindas quadras populares; por exemplo, esta :

Se os beijinhos espigassem,
Como espiga o alecrim,
Muitas meninas teriam
A cara como um jardim.

Ao cahir da tarde fui bordejar no Ave; um moleiro emprestou o barco.

O crepusculo começava a desfolhar as rosas, como diz Castilho:

Em trevas o crepusculo
Foi desfolhando as rosas...

A superficie do Ave, placidamente vidrada, doirava-se com os clarões rubros do poente todo em fogo. Entre os salgueiros e freixos das duas margens cantavam a espaços, alternando se, o chasco, com a sua voz de matra-

ca, *chas chas*, e o pêto, um passarinho trepador, mais suave no canto.

Da insua verdejante que se encontra entre Argemil e a ponte de Santo Thyrsó, levantaram-se duas rôlas, ouvindo trapear os rênos.

Uma profunda paz, uma suavidade inalteravel, aquietava os corações, afinando-os pelo aspecto tranquillo da natureza.

Tive inveja ao chasco que vivia ali contente e pacifico, cantando; cantando mal, e cantando sempre.

Anoitecia. O *Ave* parecia ter adormecido, e repellir-nos agora: que o deixassemos em paz na sua alcôva de verdura, entregue a um brando somno, sem remorsos nem cuidados.

Saltamos do barco. Eu trazia saudades.

Mais uma cantiga no terreiro, mais uma dança de roda, o *S. João*, para dar tempo a que sahisse a lua.

Passada uma hora, veio o luar. Partimos para a villa. Os rapazes e raparigas, que regressavam connosco a Santo Thyrsó, cantavam.

A sua voz enchia a solidão; eccoava ao longe.

Logo ao sahir de Argemil, n'uma casa rustica, assomou á janella uma cabeça curiosa.

Guilherme da Costa Leite disse-me:

— Vês ali uma mulher? E' sobrinha da tua velha Joanna.

Olhei, não lhe pude distinguir as feições, mas enviei-lhe, no silencio da minha alma, uma saudação de amizade.

E ao luar, caminhando para Santo Thyrsó, eu vinha associando gratos pensamentos, que volitavam em torno de Argemil, e que ficam registados agora nas paginas d'este capitulo.

E' tempo de proseguir.

Entre os nomes que teem illustrado o concelho de Santo Thyrsó deve mencionar se o de Manoel Marinho

Falcão de Castro de Moraes Bacellar, da nobre Casa de Roriz, o qual foi ministro da justiça em 1823, reinando Dom João VI.

Seguindo a carreira das lettras, frequentou a Universidade de Coimbra, d'onde sahio graduado em leis com tão boas informações, que foi logo despachado para o logar de Juiz de fóra de Guimarães.

Começou a servir o 1.º triennio em 10 de maio de 1793, sendo reconduzido em dois successivos triennios a pedido dos habitantes d'aquella cidade.

Em 1803, o Principe Regente, attendendo ao modo como desempenhou o referido cargo e as commissões de que foi encarregado na campanha de 1801, fez-lhe mercê do logar de Provedor da comarca de Guimarães.

O mesmo Principe, tendo em consideração o serviço extraordinario do recrutamento, que lhe foi encarregado por Francisco d'Almada e Mendonça em differentes comarcas da provincia do Minho, e outros importantes serviços, houve por bem promover-o a Desembargador da Relação e Casa do Porto por decreto de 5 de julho de 1804, para ter o exercicio no logar de Provedor da comarca de Guimarães, que começou a servir em 13 de maio de 1805, e continuou até ao anno de 1811.

Por alvará de 28 de novembro de 1804 foi nomeado Cavalleiro de Christo, isto é, foi mandado armar cavalleiro na Sé Cathedral do Porto, onde professou aos 11 de maio de 1805.

Contribuiu patrioticamente para levantar o espirito publico contra a invasão dos francezes, não só em Guimarães, mas em toda a provincia do Minho. Prestou, por essa occasião, valiosos auxilios ao exercito inglez, pelo que foi muito elogiado pelos generaes Moor e Arthur Wellesley, depois duque de Wellington, cujas cartas originaes estão no archivo da Casa de Roriz.

Desempenhou outras muitas commissões melindrosas

e dispendiosas, como foi a dos Conselhos de Guerra em Vianna do Castello, para que foi nomeado Auditor por ordem de Sua Alteza em julho de 1809, e onde se demorou muitos mezes á sua custa sem receber soldo ou emolumento algum; a da visita dos Assentos da provincia de Traz-os-Montes, que lhe foi encarregada por Aviso da Secretaria d'Estado de 24 de março e Provisão da Junta da Direcção Geral dos Provimientos para o Exercito, de 26 de março de 1810, commissão esta em que se empregou até aos fins do anno de 1811, servindo sempre á sua custa, e sem acceitar a gratificação que lhe foi mandada entregar.

Attendendo a tão relevantes serviços, ordenou sua magestade que elle entrasse no exercicio de Desembargador effectivo; e passado pouco tempo foi provido n'uma das Casas d'Aggravos.

Em 24 d'agosto de 1820 proclamava-se a Constituição na cidade do Porto, não tomando Manoel Marinho Falcão a menor parte n'este movimento revolucionario.

Sem embargo, a Regencia de Lisboa encarregou-o da seguinte missão:

«Que desoccupando se de todo e qualquer serviço passasse immediatamente a fazer uma revista tanto na cidade do Porto, como nas mais terras da provincia do norte, para examinar o modo regular ou irregular por que n'ellas se administrava a justiça, notando os abusos que encontrasse e indicando as providencias, que julgasse necessarias para a restituição da boa ordem e fiel observancia das leis, dando parte de tudo o que sobre tal objecto fosse descobrindo.»

N'esta diligencia gastou alguns mezes, e desempenhou-se de maneira tal, que a Regencia do Reino, attendendo ao seu distincto merecimento e serviços, o nomeou para o cargo de Intendente Geral de Policia da Côrte e Reino por decreto de 11 de abril de 1821.

Por decreto da mesma Regencia, de 3 de julho d'aquelle anno de 1821, foi-lhe dada Carta de Conselho em attenção ao «merecimento, prestimo e mais partes, que n'elle concorriam.»

Como pela lei de 25 de junho de 1760 competiam ao Intendente Geral de Policia da Côrte e Reino as honras de Desembargador do Paço, sua magestade, por alvará de 20 de setembro de 1821, fez-lhe mercê do foro de fidalgo cavalleiro.

Estava Manoel Marinho Falcão desempenhando o logar de Intendente Geral de Policia quando chegou do Rio de Janeiro El rei Dom João VI, que lhe tomou muita affeição, a ponto de causar ciume aos liberaes. Estes, não obstante terem feito uma lei em côrtes para que o cargo de Intendente fosse vitalicio, e não podendo demittil-o, aboliram a Intendencia, conservando-se Manoel Marinho em Lisboa, como particular, durante alguns mezes.

Veio a contra revolução de 1823 e Marinho acompanhou Dom João VI para Villa Franca; organizado ahi um novo ministerio, foi elle encarregado da pasta da justiça.

Mereceu por largo tempo a amizade d'El-rei, que o estimava muito, e o quiz galardoar com o titulo de conde, quando nomeou condes de Subserra e da Povia dois dos ministros d'esse gabinete.

Manoel Marinho Falcão esquivou-se a acceitar, respondendo que ainda não tinha serviços dignos de tamanha recompensa.

A rainha Dona Carlota Joaquina era-lhe muito affeicoadá, o que originou certo descontentamento nos outros ministros: isto explica que pensassem em desfazer-se d'elle.

E conseguiram n'ó por um processo indirecto: foram reunidas n'uma as duas secretarias do Reino e Justiça (a cargo dos ministros que se dizia fazerem parte do par-

tido (da rainha), e exonerados os respectivos secretarios d'estado.

Um d'elles era Manoel Marinho, a quem, como premio de consolação, foi concedida a commenda de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa.

A noticia da sua demissão causou grande sensação em Lisboa, onde era muito estimado, e onde tinha dedicados amigos, sobretudo no partido realista.

Todos acudiram a visital-o, salientando se o Patriarcha, o duque do Cadaval e outros maioraes do partido, o que causou impressão no ministerio, que o participou a El-rei. Mandou-se-lhe depois insinuar que sahisse da capital dentro em dois dias; o que elle fez immediatamente, regressando á sua Casa de Roriz, onde passou o resto da vida.

Falleceu no dia 7 de fevereiro de 1831, e jaz sepultado, em campa especial, na capella-mór da egreja de Roriz, onde se lhe fizeram imponentes exequias, indo o Dom Abbade de Santo Thyrsó officiar de pontifical com a sua communitade, seguindo se o officio de sepultura com cinco responsorios como no enterro dos grandes do reino, a cuja categoria pertencia por ter sido conselheiro d'estado.

Prégou o sermão durante a cerimonia religiosa o pré-gador geral do mosteiro de S. Bento, de Santo Thyrsó, Frei Joaquim José Maximo de S. Placido, optimo orador.

A Casa de Roriz foi antigamente residencia dos jesuitas. Compunha-se das casas de habitação e algumas propriedades rusticas, e era conhecida pela denominação de Casa do mosteiro.

Pela expulsão dos jesuitas foram a Casa e os bens incorporados na Universidade de Coimbra, que vendeu tudo em 1775 ao dr. Sebastião José Teixeira de Carvalho e Souza, morador na sua quinta de Ruivães em S. Martinho do Campo, freguezia limitrophe á de Roriz; o qual

doou tanto a Casa de Ruivães como a de Roriz a sua sobrinha Dona Angelica Maria Teixeira de Carvalho e Souza Coelho da Cunha Ferraz, senhora das Casas da Fonte e Nogueira em Castellões de Recesinhos, para casar com Manoel Marinho Falcão de Castro de Moraes Bacellar, então Juiz de fóra em Guimarães.

Em 1853 a Casa de Roriz tornou-se cabeça de viscondado, pois no mez de fevereiro d'esse anno foi agraciado Antonio Marinho Falcão de Castro de Moraes Bacellar com o titulo de visconde de Roriz.

Este Antonio Marinho, 4.º filho do antigo ministro de Dom João VI, succedeu na casa de Roriz por fallecimento do morgado. Foi fidalgo da Casa Real e bacharel formado pela Universidade de Coimbra.

Casou em Guimarães (agosto de 1847) com Dona Maria do Carmo d'Araujo Martins da Costa de Gouvêa Moraes Sarmento, filha de Francisco Joaquim de Gouvêa Moraes Sarmento, senhor da Casa da Ponte em Briteiros, e de Dona Rosa Joaquina d'Araujo Martins da Costa Ribeiro Bernardes, da Casa da Ribeira e de Minottes, junto a Guimarães.

O seu primogenito, Manoel Marinho, bacharel formado em direito, é o actual representante da Casa. Conserva-se solteiro.

Outro nome que deu lustre ao concelho de Santo Thyrsó é o de Joaquim Moreira Reis, filho de José Moreira dos Reis, lavrador abonado da freguezia de S. Payo de Guimarei, lugar de Parada.

Joaquim Moreira Reis foi nomeado e apresentado bispo da diocese de Angola e Congo por decreto de 25 de janeiro de 1849.

Chegou a Loanda a 22 de março de 1852 a bordo do vapor *Infante D. Luiz* e desembarcou no dia 25, fazendo a sua entrada solemne na Sé Cathedral.

Tendo feito renuncia completa da diocese e retirado

para a metrópole em 30 d'abril de 1855, foi-lhe aceita a renuncia por decreto de 4 de novembro de 1856 e bulla de 10 de março de 1857.

Publicou as seguintes pastoraes: —de 28 d'abril de 1852 fazendo a sua apresentação ao cabido, clero e fleis da diocese; —de 4 de junho de 1852 sobre a procissão de *Corpus Christi*; —de 16 de julho de 1852 sobre a necessidade e utilidade da cathechese; —de 25 d'outubro de 1852 sobre a bulla da santa cruzada; —de 23 de dezembro de 1852 prohibindo que a missa do Natal fosse dita antes do romper da aurora e prohibindo igualmente as procissões de noite, exceptuadas as da conducção do Viatico aos enfermos; —de 19 de janeiro de 1853 sobre a guarda dos domingos e dias santificados; —de 4 de janeiro de 1854 sobre o dever que tinha o capellão da Misericórdia de visitar diariamente as enfermarias do hospital para ministrar os sacramentos aos enfermos que d'elles carecessem; —de 29 d'abril de 1854 sobre a frequencia dos Sacramentos; —de 30 d'abril de 1854 sobre as ceremonias da Semana Santa; —de 9 de junho de 1854 sobre a procissão de *Corpus Christi*; —de 23 d'abril de 1855 sobre as ceremonias da Semana Santa; —de 25 d'abril de 1855 despedindo-se do cabido, clero e fleis da diocese.

Succedeu-lhe, por nomeação em decreto de 7 de maio de 1859, Dom Manuel de Santa Ritta Barros.

O bispo resignatario Dom Joaquim veio a fallecer em Lisboa, sendo commissario geral da bulla da Santa Cruzada, em 20 d'agosto de 1880.

João Justiniano de Souza Trepa, filho legitimo de José Bento de Souza Trepa e de Dona Rosa Barbosa Pinheiro, nasceu na freguezia de Santa Maria Magdalena do Mosteiro de Santo Thyrsso, a 4 de dezembro de 1816, tempo em que já as ideias liberaes tinham penetrado no paiz, embora o numero dos seus adeptos fosse diminutissimo n'esta localidade. Entre elles contava-se o pae de João

Justiniano, que embora liberal não era faccioso mas sim moderado, e quasi platonico, pelo que nunca alienou as sympathias dos mais intransigentes realistas, as quaes tinha conquistado pelo seu porte de homem honesto e probó. Por esta razão foi muito commentada e reprovada a sua prisão, e a d'outros, devida sem duvida a denuncias, sendo enviado para a cadeia do Porto com seu filho José Maria e juntamente Antonio José Pinheiro, Joaquim José Pinheiro e Antonio José de Souza Lobo, etc.

Emquanto se conservou no Porto, foi varias vezes visitado pela esposa, Dona Rosa Barbosa Pinheiro, e por seu filho João, que iam a pé.

Mais tarde, quando Dom Pedro IV entrou no Porto, foram todos os presos transferidos para Lamego. Entre elles o pae e o irmão de João Justiniano de Souza Trepá, e em Lamego falleceram ambos mais tarde. Nunca foram alli visitados pela familia, a não ser pelo João, uma vez.

Embora a familia Trepá gozasse de geral consideração, não era rica, nem sequer remediada, pelo que com a falta do seu chefe passou privações, que foram algum tanto alliviadas pelos soccorros que o Mosteiro lhe fornecia. Contra o costume d'este Mosteiro que dava alimento a todas as familias, embora liberaes, que fossem ao portão, era esta familia distinguida das outras, sendo-lhe as refeições enviadas a casa. D'esta narração veridica, recolhida da tradição, se conclue bem claramente que os frades de Santo Thyrsó sempre foram moderados em politica; e conclue-se ainda que a familia Trepá era estimada e considerada no Mosteiro. Isto torna-se ainda mais evidente pela facil entrada que João Justiniano tinha ali, dedicando-lhe o Dom Abbade, que então era Fr. Joaquim de Santa Rosa, (o qual morreu cantor-mór da Misericórdia de Penafiel) verdadeira amizade, para o que concorreu a sua infantil vivacidade e sã educação.

Dotado de bons sentimentos, o seu espirito aventureiro suscitou-lhe a vontade de ir ver o pae a Lamego e n'este sentido se manifestou um dia ao Dom Abbade, que teve de contrariar-lhe o intento em vista da sua pouca idade, 12 para 13 annos, e da sua debil e franzina organização physica, mostrando-lhe as difficuldades com que teria a lutar pela falta de recursos, longura da jornada e ainda pela epoca, que era erigada de perigos. A isto respondeu João Justiniano que não temia as difficuldades, pois ia com uns almocreves e, portanto, nenhum mal lhe podia succeder. Instou ainda o Dom Abbade fazendo-lhe ver os riscos a que ia expor-se, as precarias condições em que se encontrava, e até lhe fez notar o mau estado da sua roupa, accentuando que pareceria mal que um menino como elle andasse por fóra de casa com o facto rôto. Infructiferas foram todas estas tentativas do Dom Abbade, pois que nenhuma demoveu o pequeno João, nem sequer abalou o seu intento já formado e assente de ir ver o pae á cadeia de Lamego. Em vista de tão firme resolução, mandou-o o Dom Abbade a casa do Vicente Borges, alfaiate do Mosteiro, para que este viesse falar-lhe.

Appareceu o Vicente e ordenou-lhe então o Dom Abbade que fizesse ao Trepa um fato de lemiste (panno preto de lã, então muito em voga) para elle levar quando fosse a Lamego.

O alfaiate cumpriu a ordem e, passados dias, apresentou-se o João no Mosteiro, descalço e rôto, a despedir-se do Dom Abbade, levando a roupa nova embrulhada e enfiada n'um pau, ás costas. O Dom Abbade não pôde conter-se que não lhe perguntasse pelo fato que lhe tinha mandado fazer; porem elle, já conhecedor das regras da boa economia, foi-lhe dizendo que ia vestido com o fato velho para não estragar o outro pelo caminho e que chegando a Lamego vestiria então o novo. Naturalmente,

não deixou d'agradar ao Dom Abbade este bom senso infantil.

Depois da morte do pae e do irmão mais velho em Lamego, foi o joven João Justiniano para o Porto, levado pelas ideias liberaes. Ahi tocou por varias vezes os sinos da torre do Seminario e, fechado o cerco, occupou-se em trazer e levar correspondencia, ora politica, ora familiar. Para bem desempenhar este serviço atravessava sempre as linhas milicianas, formadas de gente das freguezias do actual concelho de Santo Thyrso, da qual era bem conhecido. Para se tornar agradável aos milicianos miguelistas e ter sempre passagem livre, trazia-lhes da cidade tabaco e das aldeias das suas naturalidades levava-lhes noticias das respectivas familias. Tudo isto correu para que fosse bemquisto de todos, quer miguelistas, quer liberaes.

Mais tarde, chegando á idade de 16 annos, alistou-se n'um corpo de Voluntarios que se formou no Porto. Distinguiu-se no ataque de Francos.

Sendo aquelle corpo atacado pela cavallaria realista, recebeu esta uma descarga de fuzilaria certaíra, cujo resultado foi a desordem da cavallaria. No mais acceso do ataque, vendo o Trepa dois cavallos dos realistas já sem cavalleiros e á solta no campo da batalha, correu sobre elles a agarral-os e trouxe-os para os liberaes, o que foi considerado um acto de muita utilidade, porque o exercito de Dom Pedro tinha pouca e má cavallaria. Em virtude d'este acto de bravura foi elle feito cavalleiro da Torre e Espada aos dezeseis annos de idade.

Depois do cerco do Porto, João Justiniano abandonou as armas e recolheu-se a Santo Thyrso.

O primeiro emprego que exerceu foi o de Escrivão do juiz eleito de Sant'Yago de Bougado, e mais tarde o de Secretario da camara.

A politica local seguiu o mesmo rumo da politica ge-

ral do reino, que se dividiu em dois partidos — cabralistas e setembristas.

Póde dizer-se que foi a partir de 1846 que João Justiniano de Souza Trepa se fez chefe dos cabralistas, ou partido da rainha, em Santo Thyrso.

Dez annos depois de expulsos os frades José Pinto Soares, do Porto, veio para Santo Thyrso como senhor do Mosteiro, e aqui se fez chefe dos setembristas ou da junta do Porto, em opposição ao Trepa.

Esta chefatura do Trepa é natural. Depois da victoria liberal, para todas as localidades foram mandadas auctoridades liberaes, sobretudo para aquellas onde não houvesse numero de pessoas liberaes sufficiente, como succedeu na de Santo Thyrso, cujo povo era geralmente miguelista. Como ninguem ignora, estas auctoridades extranhas ás localidades praticavam varias proezas e extorsões. A fim de se precaver contra tantos abusos, o povo procurava o apoio de algum liberal mais conservador e bem-quisto. N estas condições estava o Trepa, quer por indole, quer por familia.

Não é portanto para admirar que elle conquistasse a preponderancia que teve, e se fizesse chefe d'um partido.

Não foi, porém, bem vista a sua elevação pelos setembristas, á frente dos quaes se achava Pinto Soares, que, sendo cunhado dos Passos, chefes da Junta do Porto, havia de procurar inutilisal-o.

Por esta razão foi que vieram a Santo Thyrso duas diligencias militares para prender João Justiniano, sendo o resultado d'ambas negativo.

Na segunda d'estas diligencias deu-se um episodio engraçado.

A melhor casa que então havia em Santo Thyrso era a de Bernardino Andrade, de quem o Trepa era primo e mais tarde foi genro. Quando aqui vinha qualquer diligencia militar, a officialidade hospedava-se em casa do

Andrade, sendo as honras da casa feitas sempre pelo Trepá, não só por ser parente, como também pelo conhecimento que tinha da vida militar, ou por ambas as causas conjuntamente, o que é mais provável.

Como sempre acontecia, os officiaes d'esta segunda diligencia foram hospedar-se em casa do Andrade. Logo á primeira noute, quando o Trepá lhes servia o chá, entabou esta conversação com os officiaes de quem era desconhecido, para saber qual o motivo que os trazia a Santo Thyrsó. Em vista da amabilidade e gentileza com que eram tratados, o official, a quem elle se dirigiu, disse-lhe que o fim da diligencia era prender um cabralista, chamado Trepá, do qual fallou com grande desfavor.

Trepá, não se dando por achado, continuou a conversar com um interesse agora especial, dizendo-lhe que tivesse cautela no modo de desempenhar essa missão, visto saber que o Trepá era muito ladino e já havia escapado á vigilancia da primeira diligencia; convinha, pois, ter cuidado, não fosse elle pôr-se a salvo. O official, muito ufano, affirmou estarem já tomados todos os pontos estrategicos e haver indicações muito exactas.

Palavras não eram ditas, ouve se o toque da corneta, dando signal para o cerco ao Trepá, despedindo-se por isso o official muito á pressa. João Justiniano, depois de sahir, foi immediatamente pela porta das trazeiras da casa esconder-se n'uma mina ao fundo do quintal.

O resultado é evidente: o official ficou logrado na sua espezteza e teve de ir embora com cara de tólo.

Depois d'esta serie de aventuras e peripecias a vida de João Justiniano de Souza Trepá foi mais socegada, e propria d'um politico habil em acção, adquirindo por esta qualidade muita importancia local.

Falleceu a 24 de novembro de 1875.

O conde de Almedina (Delfim Guedes) que em Lisboa

foi inspector da Academia de Bellas-Artes, nasceu na villa de Santo Thyrsó a 18 de novembro de 1841.

Era filho de Antonio Joaquim Guedes, que estava n'esta villa exercendo o cargo de Administrador dos Tabacos, e de Dona Maria Leopoldina Pereira Guedes.

O dr. Joaquim Anacleto da Silva Pedrosa, pai do actual abbade de Santo Thyrsó, exerceu por largos annos a clinica, como medico do partido municipal, no concelho de Santo Thyrsó.

Nasceu no Porto a 27 de junho de 1814.

Gozou de grande fama não só em todo o concelho de Santo Thyrsó, mas tambem nos concelhos limitrophes, e até no Porto, onde os mais abalisados facultativos lhe faziam elogiosas referencias.

Homem forte, nutrido e sanguineo, tinha o sorriso alegre e a mansidão de todos os bons.

Era carinhoso e paciente com os enfermos, e foi consultado repetidas vezes pelo grande romancista Camillo Castello Branco, que o estimava muito pela bondade de character e pelo conhecimento que o dr. Pedrosa mostrava ter dos ultimos progressos da sciencia que exercia.

Falleceu em Santo Thyrsó a 25 de janeiro de 1892.

Manoel Pinheiro Guimarães, natural da villa de Santo Thyrsó, bacharel formado em direito, foi delegado em Cabeceiras de Basto e Penafiel e juiz (1889) em Reguengos de Monsaraz, sendo mais tarde transferido para a comarca de Villa Nova de Fozcôa.

A debilidade da sua organização e os resguardos que a sua saude exigia forçaram-n'o a pedir passagem ao quadro.

Foi um jurisconsulto distincto, um espirito muito esclarecido e illustrado, e um excellente character.

Falleceu no dia 27 de dezembro de 1897, com 42 annos de idade.

Custodio Gil dos Reis Carneiro deve ter menção n'es-

te livro, porque foi o mais importante proprietario do concelho. Recebeu alguma instrucção, chegando a aprender latim, mas tomou outra orientação quando enriqueceu pelo casamento. Crystalisou no dinheiro e na rotina. Não queria estradas á porta, para não ser incommodado com a passagem de tropas e de mendigos. Não cortava arvores, que lhe podiam dar grandes lucros, nem experimentava processos novos de agricultura.

Adquiriu varias propriedades, entre ellas o solar dos Brandões em S. Payo de Guimarei.

Tinha o dinheiro em casa, disperso por todas as gavetas e recantos.

No fundo, bom homem.

Falleceu em 22 de abril de 1898.

Citemos agora, para concluir este capitulo, dois nomes illustres, de escriptores que não nasceram nem viveram aqui, mas que conheceram a povoação e deixaram memoria d'ella em suas obras estimadas.

A comedia de Camillo Castello Branco, *Morgadinha de Val-d'Amores*, passa-se no concelho de Santo Thyrsó, e o galan, «Frederico Arthur da Costa», é escrivão de fazenda d'este concelho.

No 2.^o acto o *Auto do nascimento do menino Jesus* tem muita côr local.

Pinheiro Chagas escreveu *Um melodrama em Santo Thyrsó*, que foi a sua estreia no jornalismo.

Este romancesinho sahio primeiro na *Gazeta de Portugal* e, passados annos, foi reproduzido em volume, com as *Astucias de namorada* (Lisboa, 1873).

Pinheiro Chagas declara no 1.^o capitulo que elle proprio esteve em Santo Thyrsó.

Mais exactamente deveria dizer que tinha passado em Santo Thyrsó.

Viu a villa de relance e, se não fosse assim, elle, que possuia um quente colorido no descriptivo, haveria dei-

xado nas paginas do seu romancesinho algum vestigio da impressão pessoal que tivesse recebido dos aspectos pittorescos e graciosos da natureza.

Quando foi que Pinheiro Chagas passou em Santo Thyrso?

Sabemol o por outro livro, *O Major Napoleão*, que é um grupo de folhetins a que procurou dar unidade subordinando-os a um titulo commum, e fazendo suppor que são narrativas da vida de um velho official reformado.

Em 1862, por occassião da mallograda revolta do Minho, Pinheiro Chagas era alferes do regimento de infantaria 16, e este regimento fôra mandado para aquella provincia, na expectativa de ser preciso combater a revolução, que, aliás, teve duração ephémica.

Infantaria 16 retirou de Guimarães, por já não ser precisa, e marchou para o Porto por Santo Thyrso.

Pinheiro Chagas, no capitulo XXV do *Major Napoleão*, diz que trouxera d'esta marcha duas recordações desagradaveis: a do encontro com um enxame de zangãos e a de um assalto de persevejos na estalagem de Santo Thyrso, posto diga no *Melodrama* que o assalto foi de pulgas.

N aquelle tempo era um pouco moda descrever ou improvisar tormentos horriveis que os viajantes soffriam nas estalagens de provincia.

Camillo, nas *Vinte horas de liteira*, consagra uma interessante *tirade* aos persevejos da estalagem de Balthar.

Comtudo, bem pode ser que em 1862 as pulgas e tambem os persevejos maltratassem os viajantes na hospedaria de Santo Thyrso.

Hoje, os dois *hoteis* da villa são limpos e aceiados.

Mas outra recordação, a da lareira minhôta, que Pinheiro Chagas entreviu na estalagem de Santo Thyrso, ficou registada com agrado na sua memoria.

«Senti um calafrio, diz elle, e olhei com voluptuosa saudade para o ridente brasido da cosinha. Depois relanceei os olhos para o horisonte, onde se carrêgavam trevas espessas. E, comtudo, tinha que me aventurar no seio d'ellas, e de deixar, para nunca mais o tornar a ver, esse quadro domestico de socego e de paz, de alegria e conforto. E, quando eu estivesse lá ao longe, ao longe, quando me cercasse a noite com os seus lobregos terrores, quando a aragem fria do ultimo quartel nocturno segredasse ao meu ouvido o seu hymno de tristezas, a lareira havia de continuar a inundar de luz e de alegria o serão prolongado d'aquella pobre gente!»

Foi este o unico relevo de vida local, que impressionou o espirito de Pinheiro Chagas. Elle chegara com o regimento ao anoitecer, e apenas se demorou em Santo Thyrsó até á meia-noite. Nada viu da villa, e d'isso se resente o romancesinho armado sobre um thema de phantasia, em cujo desenvolvimento acanhado e ligeiro se conhece a inexperiencia do principiante.

Fallando com a gente da estalagem, Pinheiro Chagas só pôde surprehender uma ou outra phrase, uma ou outra viciação de pronuncia minhôta, e apenas uma unica tradição thyrsense: a que se refere á agua encantada da fonte da Maria Velha.

Vilhena Barbosa visitou a villa de Santo Thyrsó, e d'ella escreveu tambem. ⁽¹⁾

(1) As suas impressões de viagem creio que foram primitivamente publicadas no *Commercio do Porto*. O *Jornal de Santo Thyrsó* começou a transcrevel-as em o n.º de 11 de janeiro de 1883. O auctor incluiu-as mais tarde no livro *Monumentos de Portugal*.



VI

Sylva de apontamentos e curiosidades

Em 1809, por occasião da segunda invasão franceza, o concelho de Santo Thyrso foi convulsionado pela dolorosa desorientação de patriotismo indomito, que sempre tornou bravos os portuguezes perante o estrangeiro invasor.

Na villa, séde do concelho, a tal ponto chegou a irritação popular, ao ter-se conhecimento da entrada do general Soult no Minho, que resultou de um equivoco a morte deploravel de um official portuguez, ao serviço da patria.

Mas nas grandes convulsões sociaes não é facil conter e menos ainda aconselhar os animos exaltados.

Em todo o recemchegado julga-se vêr um ini nigo ou um espião, e d este facto, tantas vezes observado, derivou o conflicto que vamos contar resumidamente.

No pequeno largo fronteiro, hoje, á porta do tribunal, em o dia 18 de março de 1809 foram mortos pela população, a titulo de jacobinos, tendo sido pouco antes presos na fonte da Maria Velha, o official d'estado maior Dom João Corrêa de Sá, da cidade do Porto, de idade de trinta annos, e o seu camarada Manoel da Costa Serreira, de

Chaves, de idade de quarenta e cinco annos, quando vinham reconhecer, por ordem superior, o espirito e forças populares com que se podia contar para a defeza do paiz, invadido pelo exercito do general Soult.

Os auctores d'este lastimavel crime foram condemnados á morte e executados no Porto. Creio que eram de S. Thiago da Carreira e que apenas dois ou trez puderam ser justificados. A certidão d'obito das duas victimas diz que foram mortos pela Ordenança. Ora a Ordenança era composta, então pelo menos, do que havia de mais infimo. Diz cutrosim a certidão que os réos foram executados sem sacramentos, por não haver tempo para lhes serem ministrados, pois o processo correu o mais summariamente possivel.

Na freguezia de S. Martinho do Campo tambem por essa occasião correu sangue, mas foi o de alguns dos seus habitantes, que, reunidos no logar da Ponte de Negrellos, sobre a margem esquerda do rio Vizella, á entrada da ponte que liga aquella freguezia ás de Lordello e Moreira de Conegos, pretenderam, cegos de heroicidade patriótica, oppor uma barreira á passagem do exercito francez. [56]

Era o dia 25 de março de 1809.

Munidos de uma antiga peça de artilharia, que se não sabe d'onde veio, e armados de chuços, espetos e outras armas ferrugentas, que puderam encontrar, os habitantes de S. Martinho do Campo improvisaram uma hoste, mais terrivel pelo ardor bellicoso do que pelo numero e disciplina militar.

Os francezes, passando o rio a vau não muito longe da ponte, facilmente envolveram esse valoroso grupo de camponezes patriotas, alguns dos quaes pagaram com a vida o seu esforço heroico.

Os mortos, segundo se vê do livro de obitos da freguezia a folhas 70, foram:

Antonio Ferreira, casado, do logar de Paderne;
Joaquim Ferreira, casado, do logar do Carvalhal;
Domingos Francisco, viuvo, do logar da Ponte de
Negrellos;

João Francisco de Figueiredo, casado, do mesmo lo-
gar;

José da Cunha, casado, do logar da Boavista;

Manuel Ferreira, casado, do logar do Outeiro do
Ginjo;

Joaquim, filho de Maria Thereza, solteiro, do logar da
Torre;

Pedro da Cunha, viuvo, do logar da Escorregadoura;

Antonio Alves, casado, do logar do Monte;

Francisco Pereira, casado, do logar de Ruivães;

Constantino, solteiro, criado do abbade;

Antonio, solteiro, tambem criado do abbade.

Vê-se que o parcho tinha preparado ou pelo menos
animado aquella audaz tentativa de defeza, pois que dois
dos seus criados morreram n'ella.

Nos limites da freguezia de S. Martinho do Campo
appareceram mortos no mesmo dia uns quinze homens,
que não se soube d'onde eram, mas que foram piedosa-
mente enterrados no cemiterio de S. Martinho, á parte
do sul.

Ainda hoje se conhece o local em que lhes foi dada
sepultura, pois que a relva, segundo a tradição local, se
conserva ahi mais verde e viçosa, até na zina do verão.
Tem razão quem disse a este respeito:

«Parece um protesto mudo da natureza contra a in-
gratidão dos homens, que deixaram no olvido esses mar-
tyres, sem ao menos lhes erguerem um modesto mauso-
leu: uma simples cruz.» ⁽¹⁾

(1) Artigo do rev.º abbade João Pinto dos Reis no *Jornal de Santo
Thyrso*, n.º de 26 de agosto de 1891.



Santo Thyrsø, então apenas aldêa, também padecceu, como quazi todas as terras do paiz, por causa da longa campanha entre constitucionaes e miguelistas.

Os habitantes de Santo Thyrsø eram, em geral, realistas moderados. Os frades do mosteiro, já velhos e «aposentados», não tinham grandes impetos politicos; por isso não atiçavam o povo. Ha apenas memoria de um miguelista façanhudo, de appellido Mascarenhas, e de um sapateiro, conhecido pelo cognome de Redes, tão intran-sigente miguelista, que depois da victoria dos liberaes deixou crescer a barba e os cabellos, e foi habitar, como solitario, uma barraca no Urgal.

O brigadeiro Quinhones, commandante das forças miguelistas ao norte do Douro, estabelecera o seu quartel-general no mosteiro de Santo Thyrsø, porque esta povoação constituia o ponto central da extensa linha que desde Balthar ia até Villa do Conde.

A situação geral do exercito de Dom Miguel era em 1834 verdadeiramente precaria.

Ao conde de Almer fôra retirado o commando das operações em volta do Porto, o que desgostara profundamente o exercito. Substituiu-o o brigadeiro José Cardoso. Muitos officiaes superiores, entre os quaes o visconde d'Azenha, ajudante de ordens de Dom Miguel, abandonaram o exercito, desanimados.

José Cardoso inaugurára o seu commando por um grave erro strategico, deixára a descoberto a cidade de Braga (circumstancia de que os constitucionaes logo se aproveitaram) e foi estabelecer quartel-general ao sul do Douro, em Oliveira de Azemeis.

As forças de que podia dispôr estavam muito cerceadas pela remoção successiva de numerosos batalhões para Santarem, e de dois esquadrões que foram destaca-

dos para Villa Real como guarda de honra ao infante hespanhol Dom Carlos.

A linha confiada ao brigadeiro Quinhones, desde Balthar até Villa do Conde, descrevia um semi-circulo na extensão de quazi 9 leguas, difficil de defender, especialmente com forças exiguas, e officiaes desalentados.

Seria facil aos constitucionaes cercarem o brigadeiro Quinhones aproveitando-se da vastidão da linha e de uma infinidade de caminhos, que elle não podia fazer vigiar attentamente. De mais a mais estava-se na primavera, e o rio Ave offerecia vau em muitos sitios.

Em Santo Thyrsó a situação para os miguelistas tornava-se, pois, muito embaraçosa.

Os soldados manifestavam grande fadiga, não só devida a um aturado serviço de observação sobre toda a linha, como tambem aggravada pelos repetidos ataques de uma guerrilha liberal, que constantemente os incommodava.

De mais a mais o typho fazia muitas victimas: no hospital regimental falleceram, d'esta epidemia, 140 soldados.

A situação do povo não era menos embaraçosa.

Receio constante de uma surpresa pelas forças constitucionaes; alarma causado pelos frequentes assaltos da guerrilha; depredações, vexames e estragos feitos pelos guerrilheiros e pelos soldados, pois que em tempo de guerra a soldadesca, ainda que esteja por nós, é sempre devastadora e brutal.

Alta noite os habitantes de Santo Thyrsó accordavam sobresaltados ao som da fusilaria, não sabendo se o exercito liberal se teria aproximado ou se apenas seria mais uma incursão da guerrilha.

O sino grande do mosteiro ⁽¹⁾, por ordem do quartel-

(1) Este sino, que tem a data de 1684 e pesa 930 kilos, está actualmente (1902) a refundir em Braga, por haver rachado ha muitos annos.

general, dava signal de rebate, os frades iam para o côro pedir a intervenção do Altissimo, e os paizanos procuravam armar-se e tratar de defender suas casas para o que desse e viesse.

Foram horribeis de sobresalto e anciedade os dias e noites, especialmente as noites, na primavera de 1834, em Santo Thyrso.

Esperava-se a cada instante um acontecimento grave e sanguinolento, e esse acontecimento fez-se annunciar na madrugada do dia 26 de março.

A's 5 horas da manhã todos os postos avançados do exercito miguelista foram atacados de subito por uma força de quatro a cinco mil homens, que durante a noite tinha marchado sobre a linha de Santo Thyrso.

Pode bem imaginar-se o doloroso alvoroço que esta noticia, rapidamente conhecida como todas as más noticias, causou no pequeno exercito miguelista, e na povoação toda, em cuja rua soavam clamores angustiosos: «Os liberaes! os liberaes!»

O sino do mosteiro, tängido com desusado vigor, volteiava rapido, despertando o povo.

E a hora do combate aproximava-se.

O brigadeiro Quinhones tinha acudido a postar as suas forças na serra do Carneiro, á meia legua do acampamento entrincheirado, estendendo a direita sobre a estalagem do Carneiro e a esquerda sobre um pequeno valle, que guarnece a estrada do Porto.

Foi justamente sobre a aldêa do Carneiro que se dirigiu a vanguarda das columnas constitucionaes.

Fizeram-lhe frente dois batalhões de Barcellos e Provisorios, emboscados atraz da estalagem, e, após quatro descargas successivas, conseguiram pôr em debandada a vanguarda liberal.

Mas, entretanto, o grosso do exercito de Dom Pedro tivera tempo de avançar; eram forças na sua maior par-

te compostas por francezes, belgas e inglezes, e commandadas pelo barão do Pico do Celleiro.

Estas forças, desenvolvendo-se sobre as alturas que dominavam á direita e á esquerda o brigadeiro Quinhones, obrigaram-n'o a retirar sobre Santo Thyrso.

Manifestamente tinham o proposito de envolvel-o.

Conhecendo-o, o brigadeiro Quinhones incendiou o seu acampamento, e continuou a recuar atravessando a ponte sobre o Ave.

Ganhando a margem direita do rio, fazia fogo sobre os constitucionaes, quando, de repente, sessenta lanceiros que tinham passado o Ave mais acima, surgiram a cortar-lhe a retirada.

A esse tempo, porem, já a infantaria realista havia chegado ao Montinho, e era protegida, contra os lanceiros, pelo esquadrão do Fundão, commandado pelo coronel Puisseux.

Ahi se travou combate entre as duas cavallarias inimigas.

O coronel Puisseux, sustentando o, deu tempo a que a infantaria miguelista pudesse retirar-se sobre Guimarães.

Puisseux ficou ferido e foi pelo major Roverea, official francez que tambem se distinguiu n'esta acção, enviado na ambulancia para Amarante.

Recebido ahi o primeiro curativo, seguiu para Villa Real, onde completou o tratamento, voltando depois a commandar o seu esquadrão.

O nome dado á rua principal de Santo Thyrso commemora, pois, a entrada do exercito liberal n'esta povoação.

Mas o illustrado abbade da freguezia, reverendo Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa, quiz por sua iniciativa assignalar bem claramente os logares onde se passaram os acontecimentos militares do dia 26 de março de 1834.

Para este fim, fez collocar na bouça do Rego, ao lado da estrada do Porto, freguezia de Santa Christina do Couto, um pilar, de 1,^m50, com a seguinte inscripção:

1833-1834

«N'esta bouça e nas immediatas esteve o acampamento do exercito realista d'observação em frente do Porto, foi estabelecido pelo general Conde de Almer em setembro de 1833 e abandonado e incendiado pelo brigadeiro Quinhones em 26 de março de 1834, quando o exercito constitucional já estava á vista. Este acampamento ia até á bouça do Pombal.»

E no lugar do Montinho, freguezia da Lama, fez collocar tambem um pilar dórico, de 3 metros de altura por 0,85 de largura, encimado por algumas balas de artilharia e assente sobre dous degraus, com as seguintes inscripções:

Face sul

«A 26 de março de 1834 bateram se n'este lugar um esquadrão de lanceiros do Fundão, que, sob o commando do coronel Puisseux, protegia a retirada do exercito realista do Norte sobre Guimarães, e a vanguarda do exercito do Porto ás ordens do general José Antonio da Silva Torres, barão do Pico do Celleiro e depois visconde da Serra do Pilar.

«O esquadrão realista, postado n'este lugar com a frente para Santo Thyrso, foi acommettido pela rectaguarda por dois esquadrões de cavallaria do Porto, que, com o general Torres á frente, tinham atravessado o rio no Vau das Vinhas, e eram apoiados pela infantaria no flanco esquerdo. N'este recontro houve quatro mortos e bastantes feridos de parte a parte e entre estes o coronel marquez

de Puisseux, que, sendo já brigadeiro, morreu na batalha d'Asseiceira, quando dava uma carga de cavallaria. »

Face norte

« O general Torres marcha do Porto com 5:000 homens sobre Santo Thyrsó, na noute de 25 de março de 1834, para surprehender o exercito realista, 3:000 homens, no proprio acampamento. A's 5 horas da manhã de 26 ataca as avançadas do inimigo, que, depois d'alguma resistencia na serra do Carneiro, abandona as posições, tenta então envolver o, mas o brigadeiro Quinhones percebendo-lhe o plano, deita fogo ao acampamento e retira sobre Guimarães por Santo Thyrsó, deixando o coronel Puisseux com um esquadrão de lanceiros áquem da ponte, a proteger-lhe a retirada.

« Torres, á vista d'isso, manda forças ostensivas sobre Santo Thyrsó e dirige-se com o grosso do exercito ao Vau das Vinhas para cortar a retirada ao exercito realista, o que não consegue, por elle já ter passado, mas encontra-se aqui com o coronel Puisseux. »

Dias depois, um tal Falcão, por alcunha *Nipum*, encontrou na estrada um esquadrão constitucional, que vinha a Santo Thyrsó prender, por cautela, alguns migue-listas mais importantes.

O commandante perguntou-lhe se conhecia os individuos incluídos n'uma relação, que lhe leu.

— São todos da villa, respondeu o *Nipum*.

— Então, disse imperativamente o commandante, volte para traz e venha dizer-me onde moram.

Ora um dos nomes da relação era o do proprio *Nipum*.

Por isso, logo que se lhe ageitou occasião, o *Nipum* saltou rapidamente um muro, e desapareceu veloz.

O destacamento não pôde perseguil-o.

E' curioso vêr o modo como os historiadores liberaes e realistas apreciam o combate do Montinho. Fallam ao sabor das suas paixões politicas, uns e outros.

Soriano diz na *Historia do cerco do Porto* :

«Dois esquadrões completos de cavallaria n.º 6, tropa por então bisonha e em que mais pôde o valor do que a experiencia, pelo recente da organização que no Porto tinha recebido, carregando a força d'aquelle commandante (Puisseux), a puzeram em fuga, ficando elle mesmo ferido, tendo, alem d'isso, a perda de dois soldados mortos no campo, dois prisioneiros e trez cavallos, soffrendo os constitucionaes a de dois mortos e seis feridos.» ⁽¹⁾

Diz o barão de Saint-Pardoux, official addido ao exercito de Dom Miguel :

«O inimigo tinha comprado caro esta vantagem (a do ferimento do coronel Puisseux) porque se soube que no dia seguinte 19 carros de feridos tinham entrado no Porto.» ⁽²⁾

E assevera que Puisseux, «carregando á frente dos seus bravos cavalleiros, destroçou os lanceiros liberaes» fazendo-lhes muitos prisioneiros.

O que é certo, paixões politicas á parte, é ter-se ferido o combate no sitio do Montinho.

E isso nos basta.

Osr. Maximiliano de Azevedo escreveu, com o titulo *A passagem da ponte*, um conto militar que tem por assumpto o mallogrado projecto dos miguelistas fazerem destruir a ponte de Santo Thyrso para evitar que os liberaes os perseguissem na retirada.

(1) Nova edição (Porto, 1890) tomo II, pag. 712.

(2) *Campanhas de Portugal em 1833 e 1834*. Lisboa, 1835. Tradução de ***.

Fôra encarregado de dirigir esta operação o tenente de engenheiros Manoel de Souza, que escolheu para a executar um destemido rapaz, o cabo Diogo Mendes.

Tudo foi habilmente preparado. Mas quando a cavallaria constitucional entrava na ponte, Diogo Mendes, que estava a postos para incendiar o rastilho, reconheceu que um dos soldados do esquadrão inimigo era... seu irmão.

Ficou perplexo, commovido, e os constitucionaes passaram impunemente.

Este conto é illustrado com um *croquis* da ponte antiga. ⁽¹⁾

*

No dia 11 de julho de 1847, das 8 para as 9 horas da noute, entrou na villa de Santo Thyrsó, á frente d'uma grande força de cavallaria, o duque de Saldanha, sendo seu ajudante d'ordens o official Ximenes, que mais tarde foi agraciado com o titulo de visconde do Pinheiro.

Quando o duque entrou na villa, estava imminente uma grande trovoada: os relampagos fusilavam incessantemente.

O duque pernitoitou na casa da Camara, e a força aquartelou-se como pôde, ficando a maior parte nos baixos do edificio do mosteiro.

Deu-se por esta occasião um facto, que bem comprova a generosidade e nobresa de character do marechal Saldanha.

Joaquim Alvares da Costa, da illustre familia dos Costas, do Castêdo, avô do actual escrivão de direito de Santo Thyrsó, Joaquim Andrade da Costa Leite, fôra companheiro d'armas do marechal e, tendo-se reformado no posto de major de brigada, foi em 1846 despachado (cedendo do soldo) escrivão de direito da comarca de

(1) Publicado na revista *Brazil-Portugal*, n.º 78, do IV anno.

Santo Thyrso; mas, injustamente arguido de haver tomado parte na rebelião e prestado serviços á junta rebelde, fôra demittido do referido cargo em 12 de junho de 1847.

Joaquim Alvares da Costa apresentou ao marechal a sua queixa e demonstrou-lhe quanto era falsa a accusação de que fôra victima.

O duque, no dia immediato ao da sua entrada em Santo Thyrso, logo de manhã foi procurar a sua casa o mencionado escrivão, seu antigo camarada, ordenando-lhe que o acompanhasse a Guimarães, onde, no dia 13, mandou pelo seu secretario, o conselheiro Frederico Leão, lavrar a portaria seguinte:

Secretaria geral
do lugar tenente de
S. M. a Rainha

COPIA

Tendo sido exonerado do cargo de Escrivão e Tabellião d'ante o Juizo de Direito da Comarca de Santo Thyrso, Joaquim Alvares da Costa, com o fundamento de haver tomado parte activa na rebelião ha pouco anniquilada; e havendo este provado perante mim que nenhuma parte tivera na mesma rebelião, nem prestára serviço algum á Junta rebelde, que a dirigira: hei por conveniente ao Serviço Nacional, e Real, usando dos poderes extraordinarios que Sua Magestade A Rainha Foi servida conferir-me, determinar que fique sem nenhum effeito a Ordem do ex-Commissario Regio datada de 12 de Junho proximo passado, que ordenou a dita exoneração; devendo o mesmo Joaquim Alvares da Costa regressar ao exercicio do sobredito cargo, em que se acha legalmente provido, e continuar n'elle como se nunca tivesse sido exonerado; ficando porem esta providencia dependente da Regia Approvação mediante as convenientes participações. O Conselheiro Presidente da Relação do Porto, e mais autoridades a quem o conhecimento, e execução d'es-

ta pertencer assim o tenham entendido, e façam executar. Guimarães 13 de Julho de 1847.

Duque de Saldanha

Por ordem de S.^a Ex.^a a fiz expedir.

O Conselh.^o Secretr.^o

Frederico Leão Cabr.^{al}

Cumpra-se, e o Juiz de Direito admitta o reintegrado ao exercicio de seu emprego, excluindo d'elle o que actualmente serve. Porto 15 de julho de 1847.

O Presidente da Relação do Porto,

Queiroz

O original d'esta portaria existe em poder de Guilherme da Costa Leite, filho de Joaquim Alvares da Costa.

*

No dia 17 de maio de 1852, pelas 8 e meia horas da manhã, entrou na villa de Santo Thyrsó, vindo de Guimarães, a rainha Dona Maria II, acompanhada do infante Dom Luiz, duque do Porto.

A villa de Santo Thyrsó não estava comprehendida no itinerario real, mas a camara, de que era presidente Bernardino Luiz de Andrade, solicitou de suas magestades a honra de visitarem esta villa, e a sua representação foi attendida.

A rainha e o infante atravessaram a ponte sobre o Ave.

Pouco depois chegou el-rei Dom Fernando, acompanhado pelo príncipe real Dom Pedro. Ambos vieram, a cavallo, pela estrada que da Fabrica de Fiação de Vizella (a qual visitaram) se dirige a Santo Thyrsó.

Os reaes viajantes apearam-se em frente da egreja

matriz, e n'ella entraram debaixo d o pallio, para assistir ao *Te-Deum*, que ahi foi celebrado.

Em seguida recolheram-se ao edificio do mosteiro, onde se hospedaram e deram beijamão.

Depois de jantar, passeou sua magestade a rainha na quinta do mosteiro, vendo lançar ao Ave redes de pesca.

El-Rei e seus augustos filhos percorreram esta quinta e outra immediata, a de *Fôra*, tambem pertencente ao mosteiro, de que então era proprietario José Pinto Soares.

Recolhendo do passeio, dirigiram-se á varanda que olha para o Terreiro, onde estava levantado um magnifico arco e onde se trabalhava com verdadeiro afan nos preparativos da illuminação.

Deu-se então um facto engraçado.

Uma lavradeira da freguezia de Refojos, d'este concelho, de nome Anna Carneiro Gomes e de appellido —*Carapuça*—mulher desembaraçada e energica (tão energica, que morrendo-lhe um filho no Brazil ella foi lá a fim de pessoalmente liquidar a herança d'esse seu filho) sabendo que o duque de Saldanha fazia parte da comitiva real, e sendo-lhe o duque muito afeiçoado porque, segundo se dizia, ella prestara valiosos serviços á causa de D. Pedro passando occultamente correspondencia official, veio visital o e chegou justamente na occasião em que a rainha estava com o seu séquito na varanda.

A *Carapuça*, vencendo com palavras persuasivas a sentinella que a não queria deixar passar, dirigiu-se para o sitio onde estava a comitiva real e, vendo o duque, deu-lhe um apertado abraço.

A rainha, que presenciára este facto, disse então sorrindo:

—Deixe estar, duque... Deixe estar; eu lá vou para Lisboa e contarei mais esse feito.

Por causa do mau tempo não pôde realizar-se a illu-

minação, nem os outros festajios nocturnos que estavam preparados.

No dia 18, pelas 9 horas da manhã, sahiram do mosteiro suas magestades e altezas dirigindo se para a estrada que conduz ao Porto.

Já fóra da villa deu-se tambem um facto que bem comprova quanto a rainha, a par do extremo amor que tinha por seus filhos, era austera educadora: O principe real Dom Pedro d Alcantara montava um bonito cavallo, muito fino e fioso, cuja ardencia o principe excitava com uma esporadasinha de vez em quando. A rainha temendo, decerto, que o principe fosse cuspidido do cavallo, mandou por um seu ajudante d'ordens tirar as esporas ao principe.

Na estrada do Porto encontraram suas magestades e altezas um lindo arco de verdura e flôres, que o dr. Antonio da Fonseca Sampaio tinha mandado levantar junto á sua quinta de Santa Christina.

E na mesma estrada, no sitio das Alminhas do Casal, esperavam o real cortejo muitos lavradores, com as suas melhores juntas de bois, que espontaneamente ali tinham conduzido para com elles facilitarem a ingreme subida da serra ás carruagens de suas magestades, altezas, e dignitários que os acompanhavam.

A camara municipal reuniu em sessão extraordinaria quatro dias depois para se congratular pela visita da familia real e agradecer todas as adhesões que tinham contribuido para o brilho da recepção.

*

Creada a comarca de Santo Thyrso por decreto de 28 de dezembro de 1840, creio que serviu nos primeiros mezes um, ou mais de um, juiz ordinario. Os juizes de direito que teem servido na comarca são os seguintes:

1841 Thomaz d Aquino Martins da Cruz, 1847 João Joaquim Pinto, Antonio Emilio Corrêa de Sá Brandão,

1851 Antonio Pereira Ferraz, 1851 Carlos Vieira da Motta, 1862 Antonio Bernardino de Carvalho, 1864 João Antonio Pimentel de Macedo, 1866 Ayres Frederico de Castro e Solla, 1872 Joaquim dos Prazeres Soares, 1874 José Teixeira de Queiroz Botelho Pimentel Vasconcellos, 1875 José Maria de Andrade, 1877 Antonio Claudino de Oliveira Pimentel, 1883 Joaquim de Araujo Cabral Montez Champalimau, 1885 Martinho da Rocha Guimarães Camões, 1891 Francisco Augusto de Gouvêa Osorio, 1895 Manoel de Beires e 1898 Antonio Dias de Abreu (*actual*).

*

A portaria do ministerio do reino, de 8 de novembro de 1847, ordenou que todas as camaras municipaes do reino tivessem um livro especial em que registassem os acontecimentos importantes occorridos nos respectivos concelhos.

Esta louvavel providencia, tendente a proporcionar aos vindouros os elementos constitutivos da historia municipal do paiz, apenas foi cumprida, no todo ou em parte, por algumas camaras, entre ellas a de Santo Thyrsó.

Para observancia d'aquella portaria, a municipalidade de Setubal encarregou-me, ha annos, de redigir a memoria que diz respeito ao seu concelho.

Poucas foram, infelizmente, as camaras que cumpriram.

O dr. Laranjo, lente da Universidade de Coimbra, lembrou se, na regencia da cadeira de economia politica, de supprir por uma habil medida a falta de execução da referida portaria, impondo aos seus discipulos, como assumpto de dissertação, a historia dos concelhos da sua naturalidade, especialmente sob o ponto de vista economico.

Esta medida produziu excellentes resultados, dando

origem a serem impressas varias monographias muito interessantes. Outras ficaram até hoje inéditas.

Alem d'estes trabalhos escolares, teem apparecido memorias topographicas escriptas não só por individuos das respectivas localidades, mas até estranhos a ellas.

Está n este caso a *Estatistica do districto administrativo de Leiria*, publicada por Dom Antonio da Costa quando ali era secretario geral do governo civil.

Esta monographia, que sahiu impressa em 1855, foi das primeiras que appareceram, e tem, alem de seu valor litterario, o de dar satisfação ás decisões do congresso de Bruxellas (1853), que chamou a attenção da Europa para a importancia dos elementos estatisticos.

O livro dos annaes do concelho de Santo Thyrso conserva-se manuscripto no archivo da camara municipal.

O seu termo de abertura tem a data de 11 de maio de 1852.

Contém as seguintes commemorações historicas:

Sessão de 21 de maio de 1852, assumpto, a recente visita de suas magestades e altezas á villa de Santo Thyrso.

Sessão de 22 de dezembro de 1861: assumpto, a aclamação de elrei Dom Luiz I.

Sessão de 6 de julho de 1863: assumpto, a inauguração e abertura da estrada de Santo Thyrso a Guimarães.

Registo da carta regia que elevou a povoação de Santo Thyrso a villa (14 de dezembro de 1863).

Auto da inauguração e abertura da estrada municipal de Santo Thyrso a Villa do Conde, em 9 de março de 1870.

Sessão de 7 de dezembro de 1874: assumpto, a inauguração do caminho de ferro de Bougado a Guimarães.

Auto da solemne collocação de um cofre, contendo moedas portuguezas, n um dos pégões da nova ponte sobre o Ave, em 20 de fevereiro de 1882.

Auto da inauguração das escolas fundadas pelo visconde de S. Bento, em 3 de janeiro de 1886.

Sessão de 31 de maio de 1886: assumpto, o consorcio de sua alteza o príncipe real Dom Carlos.

Auto da inauguração do cemiterio municipal, em 10 de outubro de 1886.

Auto da inauguração da estatua do conde de S. Bento, em 28 de agosto de 1892.

E' esta a ultima commemoração historica registada no livro dos Annaes.

*

No primeiro de janeiro de 1877, desabou a ponte de madeira que communicava a villa de Santo Thyrsó com a margem direita do Ave.

Cahiram com a ponte, perecendo afogados, José Ignacio Machado e sua mulher Anna Joaquina, ambos da freguezia de Sequeirô.

Este desastre causou muita consternação em toda a villa e concelho.

*

A Associação Humanitaria Bombeiros Voluntarios de Santo Thyrsó foi installada em 15 de julho de 1878, sendo eleito 1.º commandante Francisco Corrêa da Silva Carneiro Vida, (1) e 2.º commandante José Maria Carneiro de Varziella.

Os respectivos estatutos teem a data de 2 de outubro de 1879 e estão assignados por Francisco de Souza Trepa, presidente; Augusto Adriano de Souza Azevedo, vice-presidente; José Corrêa do Amaral, 1.º secretario; Julio Corrêa do Amaral, 2.º secretario; Joaquim Antonio de

(1) De quem já fallamos a pag. 85 d'este livro. O retrato de Carneiro Vida encontra-se no *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º de 26 de fevereiro de 1885.

Souza Azevedo, thezoureiro; Antonio José Moreira Vasconcellos, fiscal.

Em 26 de fevereiro de 1885 foram escolhidos para 1.º commandante Francisco de Souza Trepá; para 2.º Antonio Joaquim d'Oliveira Ramos.

Em 13 de junho de 1897, para 1.º commandante Manoel Baptista Pinto d'Andrade; para 2.º José Maria de Azevedo Freitas Costa.

Em 1898 foi eleito 1.º commandante José Maria de Azevedo Freitas Costa, que pediu a exoneração em 1 de outubro de 1901; para 2.º commandante Manoel Bento Sineiro Junior.

O material actualmente existente tem sido em parte fornecido pela camara municipal, e o restante adquerido com o producto de kermesses e espectaculos.

A camara inscreve no seu orçamento annual 20\$000 reis para aquisição e conservação de material, e 50\$000 reis para aluguel da casa destinada aos serviços de extinção de incendios.

A corporação dos Bombeiros Voluntarios de Santo Thyrso tem prestado relevantes serviços á villa, e é digna de menção a presteza com que mobilisa o seu material, bem como a bravura e disciplina de todo o pessoal.

A estação acha-se actualmente estabelecida nos baixos do Hotel Caroço, junto ao Campo 29 de março, conservando as suas portas abertas durante o dia e grande parte da noite.

Uma commissão composta das snr.^{as} Dona Virginia Lemos, Dona Luiza Rocha, Dona Maria Lemos e Dona Maria Rocha promoveu, em 1901, uma subscrição entre as damas thyrsenses para offerecer uma bandeira á Associação dos Bombeiros Voluntarios.

Com verdadeiro enthusiasmo cuidaram as distinctas promotóras de solicitar e recolher donativos, que lhes permittiram realizar sua galante empreza.

A bandeira, feita no Porto, é de setim azul claro, tendo por ornatos uma fita bordada a oiro e a seguinte legenda bordada a retroz preto: «Honra aos soldados da paz».

A mesma commissão de senhoras promoveu no Theatro Chalet uma récita, em que se effectuasse a solemne entrega da bandeira, e cujo producto revertesse em beneficio do cofre da Associação dos Bombeiros Voluntarios.

Esta récita realizou-se na noite de 2 de março de 1902, achando-se o Theatro Chalet elegantemente adornado com mangueiras, agulhetas e outros emblemas do serviço de extinção de incendios.

A entrega da bandeira foi precedida da leitura de uma gentil mensagem pela snr.^a D. Virginia Lemos, e de um discurso de congratulação e agradecimento lido pelo sr. Sineiro Junior, commandante em exercicio.

Alem d'estes actos solemnes, que despertaram frementes applausos, houve sarau litterario em que tomaram parte as snr.^{as} Dona Maria Rocha e Dona Maria Lemos, o Grupo Dramatico e algumas creanças.

No domingo seguinte, 9 de março, celebrou-se na igreja parochial a bençã da bandeira, com grande concurrencia de damas e cavalheiros da villa.

Lançou a bençã o rev. padre Miguel Miranda, acolytado pelo rev. parcho Fonseca Pedrosa, e padre João, director do Asylo Agricola.

Finda a cerimonia, que foi breve, o rev. Augusto Gonçalo pronunciou uma conceituosa oração allusiva ao acto.

Em seguida houve missa rezada pelo rev. padre Miguel Miranda. Durante o santo sacrificio, a banda do Gremio Artistico executou no côro o *Stabat Mater* de Rossini.

Terminada a cerimonia religiosa, pôz-se em marcha a corporação dos Voluntarios acompanhada da banda de musica e de muito povo, seguindo pelas ruas de S. Bento, Largo de Cidenai e 26 de Março.

Na passagem do cortejo, as damas que guarneciam as janellas fizeram descer uma chuva de flores sobre os Voluntarios.

Na casa da estação, ao recolher o cortejo, pronunciou o sr. dr. J. C. Pinheiro Guimarães um discurso congratulatorio, que foi o complemento d'esta linda festa thyrsense.

*

O capitalista portuense Antonio Dias Alves Pimenta, fallecido em 1882, deixou em testamento os seguintes legados relativos ao concelho de Santo Thyrso: um vestido para um pobre, homem ou mulher, da freguezia de S. Thiego da Carreira, que apresentar attestado do parochio; e trez mantas de burel para outros tantos pobres, homens ou mulheres, que se apresentem nas mesmas condições; um vestido e trez mantas para os pobres da freguezia de Monte Cordova.

Os referidos legados são cumpridos annualmente, no mez de maio, pela Santa Casa da Misericordia do Porto, á qual, para este fim, o testador deixou cinco contos de reis em inscrições. Tambem deixou esmolos para as viuvas e orphãs d'aquellas duas freguezias.

*

Foi no dia 10 de outubro de 1886 que se effectuou a benção do cemiterio municipal, construido no logar do Montinho, limite da freguezia de Santo Thyrso e da freguezia da Lama.

Reunidos na egreja matriz da villa os vereadores, junta de parochia, confrarias, muitos ecclesiasticos e grande numero de povo, organizou-se um prestito, que seguiu acompanhado por uma banda de musica até ao local do novo cemiterio.

Era ahi aguardado o prestito pelas auctoridades judi-

ciaes a administrativas, bem como pela irmandade da Santa Casa da Misericordia.

Na presença de todos, o reverendo Zeferino Machado Borges de Azevedo, devidamente auctorisado pelo arcebispo primaz, e coadjuvado por todos os ecclesiasticos que ali concorreram, procedeu solemnemente á benção do cemiterio, que assim ficou inaugurado.

*

Em 1886 teve a sua séde em Santo Thyrso a redacção de uma revista mensal, litteraria e artistica, denominada *Album do Minho*.

No alto da 1.^a pagina do numero 1 lia-se: *Santo Thyrso — Maio de 1886*.

Director artistico, o distincto photographo-amador José de Varziella. Director litterario, o sr. Manoel Flores, que hoje vive no Porto.

Esta revista era impressa n'aquella cidade, em a officina typographica da rua do Carmo n.º 5.

Photographias que acompañharam cada numero:

N.º 1—Cidade de Guimarães (vista geral).

N.º 2—Diversos aspectos da villa de Fafe.

N.º 3—Villa de Barcellos.

O n.º 4, que foi impresso, mas não chegou a ser publicado, trazia um artigo *Margens do Ave*, por Alfredo Gallis, de Lisboa, e uma photographia das *Margens do Ave, no sítio dos Caniços*.

*

Em 3 de fevereiro de 1892 iniciou o sr. dr. Joaquim Corrêa Pinheiro Guimarães, na villa de Santo Thyrso, a publicação de um semanario politico, noticioso, litterario e scientifico, sob o titulo de *Aurora Thyrsense*, cujo producto era destinado a estabelecimentos de beneficencia.

Sahia ás quartas feiras.

Foram publicados 9 numeros.

N'este semanario, todo elle redigido pelo sr. dr. Pinheiro Guimarães, notava-se muito brilho litterario e grande copia de noções scientificas.

Era impresso em Famalicão, na typographia Minerva.

*

O primeiro theatro da villa de Santo Thyrsso foi installado, talvez por 1840, n'uma casa então existente no local onde hoje está a Cadeia.

O predio pertencia a Manoel Joaquim de Souza Monteiro.

Ahi se representaram, entre outras peças, *O alarde na aldêa* e a farça *Manuel Mendes Enxundia*.

Depois improvisou-se um novo theatro, quasi em frente do local onde funccionou o primeiro, n'uma propriedade que actualmente pertence aos herdeiros do rico lavrador Custodio Gil dos Reis Carneiro.

Em 1851, pouco mais ou menos, erigiu-se, por meio de accções, no edificio do extincto mosteiro beneditino, outro theatro, mais elegante que os seus dois antecessores.

Tinha duas ordens de galeria, e platea.

Lotação: 300 pessoas.

N'este theatro tocou pela primeira vez em publico o violinista portuense Augusto Marques Pinto, a que já tivemos occasião de referir-nos; e representou o actor Taborda, honra e gloria da scena portugueza, algumas das scenas-comicas do seu repertorio, entre ellas *Ventura o bom velhote*.

Havia então uma companhia de amadores, de que fazia parte Guilherme da Costa Leite, talvez o unico sobrevivente hoje.

Essa companhia completou o espectaculo dado por Taborda, representando o drama *A guerra declarada* e a farça *A parteira anatomica*.

O scenario e o panno de bocca foram pintados por Marques Pinto, pai d'aquelle violinista.

Em maio de 1882, organizou-se uma nova sociedade dramatica, que tomou a denominação de—Garrett—e que tambem deu espectaculos n'este lindo theatrinho.

Era ensaiador o sr. Francisco de Souza Tropa.

Foram representadas, alem de outras peças, *O amor criminoso*, drama original de Manoel Flores, e *a Nodoa de sangue*.

O facto d'este theatro estar installado no mesmo edificio em que funcionavam as repartições publicas, deu causa a ser demolido, pelo receio de poder manifestar se qualquer incendio.

Actualmente ha o *Theatro Chalet* na rua de Cyrillo Machado.

E' um barracão de madeira, propriedade do snr. Manoel Ferreira da Silva.

Apenas tem platea, e não é sobradado.

Poderá comportar, nas bancadas, umas 150 pessoas.

Um grupo dramatico, composto de rapazes da villa, tem ali dado alguns espectaculos.

*

No outomno de 1894, 7 a 10 de setembro, realizaram-se manobras militares no concelho de Santo Thyrsso e no de Famalicão.

Um dos themas do programma era o seguinte: A brigada norte, marchando de Braga para o Porto, encontrava a brigada sul em S. Thiago da Cruz, e repellia-a. Esta brigada retirava sobre Santo Thyrsso, sendo perseguida pela brigada norte. A brigada sul, chegando a Santo Thyrsso, defendia a sua posição, que a brigada norte atacava. Com este combate terminaram os exercicios,

estacionando então as duas brigadas (3:239 homens) nas proximidades da villa.

A officialidade ficou alojada nos *hoteis* e casas particulares; os soldados no vasto edificio da quinta do mosteiro.

O commandante da brigada sul, general Candido da Costa, hospedou-se no *Hotel do Ave*.

O ministro da guerra, conselheiro Pimentel Pinto, passou no dia 10 por a villa de Santo Thyrso, duas vezes.

Da primeira, ás 6 horas da manhã, repicaram os sinos da igreja parochial.

*

O Gremio Artistico Thyrsense, com séde na villa de Santo Thyrso, foi installado, provisoriamente, em 5 de abril de 1896.

A sua existencia legal, pela approvação dos respectivos estatutos, data de 13 de maio de 1900, effectuando-se n'esse dia a inauguração solemne com musica, illuminação na fachada da casa do Gremio e exposição d'esta ao publico. Estavam então inscriptos 54 socios, que foram considerados installadores ou fundadores. Actualmente ha 112 socios.

O fim do Gremio, segundo o art. 2.º dos estatutos, é ministrar aos seus associados a instrucção litteraria e musical, creando escolas, gabinetes de leitura, conferencias, concertos, etc., e promover a educação physica por meio de gymnastica, esgrima, jogo de pau, natação, e outros exercicios indicados pela sciencia para desenvolvimento do corpo humano. Por enquanto, á falta de recursos, apenas teem sido cumpridos os estatutos na parte respectiva á musica.

Desde a primitiva até 15 de fevereiro de 1902 foi encarregado do ensino musical o snr. Avelino Carneiro Pinto, estabelecido na villa com loja de relojoeiro, que tam-

bem era o director da banda do Gremio, denominada — Banda do Gremio Artistico Thyrsense; desde aquella data passou a ser professor e director o snr. José Ramos, ex-regente da banda d'infantaria 20, em virtude do primeiro pelas suas occupações não poder dispor do tempo necessario para cumprir, como era seu desejo, o encargo de leccionação e direcção da banda.

O snr. Ramos pediu a sua exoneração em agosto de 1902, sendo substituido pelo snr. Joaquim Maria Sampaio, antigo musico de infantaria 18.

*

No *Diario do Governo* n.º 124 de 3 de junho de 1896 foram publicados os estatutos por que devia reger-se, em conformidade com a carta de lei de 3 de abril do mesmo anno, o syndicato agricola do concelho de Santo Thyrsos.

O alvará que approvou aquelles estatutos tem a data de 21 de maio de 1896 e foi referendado pelo então ministro das obras publicas, conselheiro Arthur Alberto de Campos Henriques.

A iniciativa d'este syndicato partiu do snr. José Bento Corrêa.

No dia 26 de julho do referido anno procedeu-se á eleição dos corpos gerentes, na sala das sessões da camara municipal.

Os trabalhos do syndicato não foram alem dos factos acima mencionados.

*

A camara municipal, em sessão de 2 de setembro de 1897, deliberou mandar proceder a estudos e orçamento para ampliação da antiga Praça dos Carvalhaes e da rua que lhe fica parallelá, entre os logares do Retiro e a estrada real.

Feitos aquelles trabalhos preparatorios, a camara approvou-os em sessão de 4 de novembro do mesmo anno, remettendo-os em seguida á estação tutellar (commissão districtal) que os approvou por sua vez em sessão de 28 do mez de dezembro seguinte.

A obra foi orçada, incluídas as expropriações, em 6:000\$000 reis, approximadamente.

Começou já e, quando concluída, constituirá um dos importantes melhoramentos materiaes da villa.

O local, desafogado pelas expropriações, deve ficar airoso e vasto, podendo estabelecer-se ali o mercado diário e o semanal, sem peijamento da rua principal da villa e das duas Praças que hoje são unicas e principaes, Praça 29 de março e Campo do Conde de S. Bento.

*

Os estatutos da irmandade da Misericórdia da freguezia de S. Martinho do Campo foram approvados por alvará do governador civil do districto do Porto, de 26 de fevereiro de 1899.

Segundo os estatutos, era creado um hospital para tratamento dos irmãos e de pessoas estranhas á corporação, mas unicamente nascidas na freguezia de S. Martinho e na de S. Salvador do Campo.

O hospital não foi ainda construído, como diremos quando, na catalogação alphabetica das freguezias do concelho, tratarmos de S. Martinho do Campo.

*

No dia 22 de setembro de 1901 foi inaugurado na villa o Gremio Liberal Operario 14 de junho.

*

O concelho de Santo Thyrsó tem dois facultativos municipaes.

O segundo partido foi creado por deliberação camara-ria de 10 de junho de 1901, approvada por decreto de 18 de agosto do mesmo anno.

*

Em Burgães ha uma banda de musica, organizada pelo sr. João Evangelista Pereira.

Tambem ha um theatrinho, de madeira, que funcio-na ameudadas vezes.

*

O governo, por diploma de 22 de novembro de 1901, concedeu auctorisação, á companhia do caminho de ferro de Bougado a Guimarães, para construir e explorar por 99 annos o prolongamento da linha de Guimarães a Fafe.

Este melhoramento, quando realizado, interessa muito ao commercio e industria da villa de Santo Thyrso.

*

O penultimo Dom Abbade do mosteiro de Santo Thyrso, Frei Antonio de Nossa Senhora Leite (já vem mencionado a pag. 30), tomou a peito a afinação dos sinos da igreja e, para conseguir este *desideratum*, negociou com o convento de Landim a troca de um sino.

*

Em junho d'este anno (1902) veio á feira de S. Bento uma antiga vendedeira de louça de Prado, mulher nonagenaria, que ainda é do tempo dos frades.

Acompanhava-a um filho, já bastante velho, com os cabellos todos brancos.

*

Em fevereiro de 1893 falleceu na sua casa de S. Pedro da Torre (Valença do Minho) Frei João de Santa Rosa Martins, que em 1834, quando foram extinctas as or-

dens religiosas, era o abbade não só do mosteiro de Santo Thyrsó, mas também da freguezia.

Foi, pois, o ultimo abbade do mosteiro thyrsense.

Morreu com 95 annos.

Tinha estado no convento de Lisboa e, entre outros cargos importantes, desempenhára o de procurador da ordem benedictina.

Era tio do conego e professor de Braga dr. José Gomes Martins, por antonomasia o *Theologo*, por ser a primeira capacidade em theologia que no seu tempo houve no paiz.

*

Em junho de 1902 falleceu um dos typos mais populares da villa de Santo Thyrsó, o *Sortes*, que, nas horas vagas de outras occupaões, vendia bilhetes e cautelas de loteria.

Chamava-se Manuel d'Oliveira.

Foi sempre tão infeliz, que não teve sorte para elle, nem para os outros.

E comtudo o povo chamava-lhe o *Sortes*... no plural.

Nem ao singular chegou, pobre homem!

*

O orçamento ordinario da camara municipal do concelho de Santo Thyrsó para o anno civil de 1902 accusa uma despeza total de 14:500\$000 reis, igual á receita, incluído n'esta um saldo, provavel, do anno anterior, computado em 500:000 reis.

Entre outras fontes de receita, especialisaremos as seguintes:

50 reis em cada litro de geropiga e em toda e qualquer bebida alcoolica.

7 reis em cada litro de vinagre.

- 5 reis em cada litro de vinho verde.
 10 reis em cada litro de petroleo.
 400 reis em cada cabeça de gado bovino que fôr abatida.
 100 reis em cada cabeça de gado suino que fôr abatida.
 20 reis em cada kilogramma de pão de ló, biscoito, doce, marmellada, ladrilhos, geleia, gelatina, doce de massa ou de calda de qualquer forma ou qualidade.
 2 reis em cada kilogramma de louça de barro vidrada.
 5 reis em cada melancia ou melão.
 2 reis em cada réstea de cebolas.
 10 reis em cada litro de vinho maduro.
 50 reis em cada litro de bebidas fermentadas.
 22 reis em cada kilogramma de carne de gado bovino, lanigero, caprino e suino.
 20 reis por metro quadrado de terreno, que seja occupado por os negociantes que concorrem ao mercado semanal.
- Imposto de prestação de trabalho ou 160 reis sobre seiscentos chefes de familia a um dia de trabalho; de 600 reis sobre cem chefes de familia com carro, carreta, animaes de carga, de tiro e de sella.
- Na despesa está inscripta a verba de 200\$000 reis para amortisação dos empréstimos applicados a melhoramentos municipaes, e a de 75\$000 reis para pagamento dos juros dos mesmos empréstimos.
- O administrador do concelho vence annualmente 350\$000 reis.
- Mais verbas de despesa :
- | | |
|--|----------------|
| Iluminação publica da villa | 650\$000 reis. |
| Construcção e reparação das pontes | 150\$000 » |
| Construcção, reparação e conservação das praças da villa | 100\$000 » |

Reparação e conservação das ruas da villa	700\$000 reis.
Construcção de novas ruas	370\$000 »
Pagamento de empreitadas de caminhos municipaes	3:000\$000 »
Construcção e reparação de caminhos municipaes	300\$000 »
Vaccina para creanças e adultos	20\$000 »
Quota para os expostos a cargo da commissão districtal	30\$000 »
Expostos e lactação a cargo da camara	250\$000 »
Recenseamento eleitoral e de jurados	300\$000 »
Custeamento e expediente da administração do concelho e camara	250\$000 »

*

Ha um codigo de posturas municipaes, approved por accordam da commissão districtal em 23 de agosto de 1894.

De todas as posturas municipaes aquellas em que encontramos mais character regional são as seguintes :

«Em todos os pontos do rio Ave desde o açude de Portos até á confluencia do ribeiro de Sanguinhêdo dentro d'este concelho, é prohibido tomar banhos em estado de nudez ou por modo que offenda a decencia, sob pena de 2:000 reis de multa.

«Nos mezes de julho, agosto, setembro e outubro, desde o nascer do sol até ao meio dia, não é permittido banhar, na parte do rio Ave que va: desde o caneiro ou açude das azenhas do Conde, para cima, até ao fim da Quinta do Mosteiro, cavallos, cães, ou quaesquer outros animaes, sob pena de 1\$500 reis de multa.

«Da mesma sorte e sob a mesma pena é prohibida, nos ditos mezes e dentro das mesmas horas, a lavagem de roupas ou de outros objectos sobre o caneiro e para o lado de cima das ditas azenhas, até ao mirante.

«E' prohibido em qualquer parte do rio onde costumam ir pessoas banhar-se, atirar para o leito do mesmo rio pedras, cacôs, animaes mortos, caveiras ou ossos de qualquer animal, ou qualquer objecto que possa prejudicar ou causar qualquer incommodo ou estorvo ao uso de banhos, sob pena de 2\$000 reis de multa, alem da remoção á custa do contraven-
tor.»

Os banhos no Ave não são isentos de perigo para

quem desconhece os pontos em que o rio é mais fundo. Na manhã do dia 26 de julho de 1898 ali morreu afogado um exemplar chefe de familia, Bernardino Eduardo de Souza, que deixou viuva e cinco filhos. No mesmo sitio em que elle se afogou, já tinham morrido do mesmo modo, annos antes, cinco ou seis pessoas.

*

As senhoras Ricardas d'esta villa (hoje só existe uma, Dona Anna) possuíam uma formula therapeutica contra a hydrophobia, formula que tem sido sempre efficaz quando a doença não está ainda declarada.

Parece que esta receita é a mesma que Frei Luiz de Barros, ultimo boticario do mosteiro, ensinou ao seu discipulo em pharmacia Antonio José Machado do Valle.

A formula de Frei Luiz era a seguinte, textualmente copiada:

«Toma-se raiz de silvão bravo, que se encontra nos combros perto dos ribeiros, é como roseira, e d'esta raiz, sendo grossa, tira-se um pedaço do tamanho d'uma mão travessa (deve regular por um decimetro). Pisa-se bem e depois junta-se:

Rama de salva.....	dois manipululos
Rama d'arruda.....	idem
Margaçã.....	idem
Sal.....	um manipulo
Alhos.....	trez cabeças
Escorcioneira.....	trez oitavas
Raiz de taraxaco.....	duas a trez raizes

«Pisa-se tudo muito bem em almofariz ou tigella, e deita-se-lhe em cima um quartearão de vinho branco, e na falta d'este pode substituir-se por vinho tinto. Depois de tudo bem mexido, espuma-se dentro d'um pucaro e

dá-se a beber ao doente toda esta poção em jejum, nove manhãs seguidas, não se comendo sem passar duas horas. O remedio, sendo para cães ou porcos, dá-se em leite no lugar de vinho. Havendo feridas, avivam-se, e applicam-se sobre estas as hervas espremidas, que se deixam estar 24 horas, renovando-se esta operação todos os dias que se fizer e tomar o remedio.»

Frei Luiz de Barros viveu como egresso e falleceu em casa do pai das snr.^{as} Ricardas.

Fique sendo esta nótula uma explanação, e tambem confirmação, ao que dissemos sobre os serviços humanitarios prestados pelos beneditinos á villa de Santo Thyrsó. ⁽¹⁾

*

Um escriptor, Eduardo Scisino, identificou arbitrariamente a lenda brasileira do *Mão de Luca*, de que ha ainda memoria em Cantagallo, com a existencia de um supposto «duque de Santo Thyrsó», o qual se teria apaixonado pela princeza que depois subiu ao throno de Portugal com o nome de Dona Maria I.

A invenção d'aquelle titulo pécca evidentemente por inverosimil. No reinado de Dom José, os condados eram ainda territoriaes, e Santo Thyrsó não podia ser condado, porque era couto dos frades beneditinos.

*

Não era mais authenticico do que o «duque de Santo Thyrsó o «conde de Vermoim», um velhote do logar d'este nome na freguezia de S. Thiago da Carreira, concelho e comarca de Santo Thyrsó.

Chamava-se José Francisco Alves. «Conde de Vermoim» era a sua alcunha.

(1) Vide pag. 48 d'este livro.

Nasceu em abril de 1800 e falleceu em abril de 1897

*

Foi a sr.^a Dona Virginia Marinho que offereceu á egreja matriz da villa a imagem do Sagrado Coração de Jezus, esculpturada por João d'Afonseca Lapa, artista residente em Villa Nova de Gaya.

A mesma senhora mandou dourar a sua custa o altar destinado a esta imagem, trabalho que contratou por 500\$000 reis com um entalhador da Povia de Varzim.

*

A camara municipal, em sessão de 4 de agosto de 1902, resolveu dar o nome de Praça do Conselheiro Campos Henriques ao antigo Campo 29 de Março.

Em seguida a esta deliberação, foi a sessão levantada.

*

No dia 6 de agosto de 1902 visitou a villa de Santo Thyrso o sr. conselheiro Arthur Alberto de Campos Henriques, ministro e secretario de estado dos negocios ecclesiasticos e de justiça.

Entre outras manifestações de regosijo que então se realizaram, mandou a camara municipal illuminar a gaz acetylene, pela primeira vez, a avenida da Praça do Conde de S. Bento.

O ministro, que se hospedou em casa do sr. dr. José Lemos Junior, visitou o tribunal, o asylo, o hospital, as escolas, a fabrica, e o quartel dos bombeiros, retirando-se para o Porto no dia seguinte pela manhã.

O mesmo estadista já tinha visitado esta villa, como simples particular, em 21 de dezembro de 1899





VII

Caracterisação tradicional do povo thyrsense

As tradições mouriscas constituem entre nós um fundo lendario muito vulgarizado em todo o paiz.

A imaginação da nossa gente está ainda povoada de historias de castellos e thesouros encantados, em que figuram mouros e mouras, principalmente mouras, e é raro o torrão portuguez em que não subsiste algum vestigio tradicional da occupação sarracena.

No concelho de Santo Thyrso ha na freguezia de Areias o logar de Almoinha; e uma freguezia denominada Alvarelhos: vocabulos que denunciam proveniencia arabe.^[57]

Tambem ha o logar de Mourigo, na freguezia de S. Salvador do Campo; o de Mourinha, na freguezia de S. Thomé de Negrellos; e o de Mourizes, na freguezia de S. Thiago de Rebordões.

Alem d'estes vestigios tradicionaes que se encontram no onomastico locativo, apparecem outros com o caracter de lendas que datam, igualmente, do tempo dos mouros.

Na freguezia de Alvarelhos encontrei memoria de ter havido um castello (*castro*), que um régulo mouro habitava.

Este régulo tinha communicação familiar com os espiritos malignos, os quaes trazia enleados nas rédeas do seu cavallo, a fim de dispôr d'elles quando lhe conviesse.

Mal-avindo com o senhor de outro castello, que não ficava longe, houve entre ambos graves contendas, como maus vizinhos que eram, julgando-se, porem, o régulo de Alvarelhos mais forte, por ter á sua disposição os espiritos ruins.

Mas a sorte das armas abateu-lhe esta prosapia, porque ficou vencido.

Appellou então para os espiritos malignos, seus amigos, que logo se desembaraçaram das rédeas do cavallo, e fizeram subverter rapidamente o castello de Alvarelhos com todos os thesouros que n'elle se guardavam.

O vencedor cansou-se a procurar o castello, mas não logrou encontral-o, nem aos thesouros, pelo que lhe sahio muito cara, e inutil, a victoria, que aliás tanto havia ambicionado.

Esta lenda mourisca veio, no decurso dos seculos, a dar origem em nossos dias á seita dos calenderes, ambiciosos sonhadores que, empregando risiveis esforços e dominados até á loucura pela mania da riqueza, se prestavam a uma comica exploração por parte de quem queria divertir-se á custa d'elles.

Todos esses tresloucados calenderes, que eram lavradores da região da Maya, começaram por crêr que poderiam encontrar os thesouros subvertidos com o castello de Alvarelhos, pois que antigos canhenhos diziam que no logar do castello havia de apparecer um enorme penedo e dentro d'elle as chaves que franqueariam a posse dos thesouros occultos.

Esses thesouros eram guardados no seio da terra por uma dama encantada, cujo corpo se havia convertido em ouro.

E ao mais ousado, que primeiro lhe quebrasse o encanto, premiaria ella o serviço com a d'adiva de duas mandibulas, tambem de ouro, cujos dentes seriam brilhantes de tão subido quilate, que dariam luz bastante para com elles se illuminar o mundo todo.

Os calenderes da Maya não puderam encontrar nunca a chave que abriria o castello, nem a dama de ouro que lhes daria as aureas maxillas, mas, em compensação, viveram felizes, porque a felicidade da existencia humana não consiste tanto em encontrar o ideal que se procura, como em crêr firmemente que é possível encontrá-lo algum dia... ⁽¹⁾

A respeito da freguezia da Agrella contarei em outro lugar a lenda de um rei mouro, relacionada com os vestígios de um aqueducto antigo.

E' amorosa e galante, porque se trata da linda mourinha, filha do rei, mais dos seus dois apaixonados, que a disputavam á custa de sacrificios ingentes.

Tambem, paredes meias com o concelho de Santo Thyrsó, no de Paços de Ferreira, se prendem ás ruínas da citânia de Roriz lendas de mouros e encantamentos.

Fóra do perimetro d'essa «cidade velha», mas junto a ella, sobre a cordilheira de Monte Cordova, ha um lagedo com um orificio, que alvoroçou a imaginação dos maniacos de riquezas enterradas.

«E' ali que elles farejavam os melhores thesouros aferrolhados pelos mouros, e, como os exorcismos tem

(1) Veja-se o livro *Historia dos calenderes* por Antonio José Guedes, Porto, 1867.

sido pouco efficazes para os desencantar, já recorreram á pólvora, sem grandes resultados por enquanto.* (1)

Tambem ali, na bouça do Chousa, rebenta um borbo-tão de agua, a que se dá o nome de *Fonte dos mou-ros*.

Deixando agora em paz a mourama, e os seus encan-tamentos, não teremos que sahir das proximidades da citânia de Roriz para encontrar uma lenda, que tem ra-mificações populares em outras localidades do reino.

E' a lenda do *Picôto do pai*.

Segundo ella, quando antigamente os pais passavam a ser boccas inuteis em razão de sua idade avançada, os filhos punham-n'os sobre um carro, e levavam-n'os ao Picôto, onde os deixavam ficar com uma manta e uma borôa de pão, para ali acabarem seus dias, sem que fôs-sem pesados a ninguem.

De uma vez disse certo pai ao filho:

—Partê a manta, e leva metade.

O filho perguntou admirado, por não ser essa a tra-dição:

—E para que hei de eu ficar com metade da manta?

O velho tornou-lhe gravemente:

—Para quando chegar a tua vez. Aqui trouxe eu meu pai, como tu agora me trouxeste a mim. Cá has de vir tambem um dia, e já terás manta com que te cobrir.

O filho ficou repeso e attonito.

Poz o pai no carro e voltou com elle para casa.

Desde esse dia acabou o «sacrificio dos velhos».

A respeito dos logares *Sidae e Sedões*, (2) da fregue-zia de S. Thiago de Bougado, conta-se que, passando em Sidae uns frades mendicantes, poucas esmolos puderam re-colher.

(1) Martins Sarmento, *apud* «*Archeologo Português*», n.º 6 do vol. 1.º

(2) Pag. 18 d'este livro.

Quando saíram d'este logar, perguntaram ao guia para onde os levava.

— Para a aldea de Sedões.

Um dos frades apressou-se a replicar :

— Não, amigo. Voltemos para traz. Nós demo-nos mal com o *dae*; quanto peor nos dariamos com o *dões* !

E retrocederam, convencidos de que a philosophia pratica da vida manda evitar o plural, quando o singular já nos tem deixado aborrecidos.

A credulidade, que é uma força e ao mesmo passo uma fraqueza inherente ao homem, não se traduz apenas n'este bom povo do concelho de Santo Thyrsó pela corrente tradicional das lendas locais, que elle vai perpetuando de pais a filhos, mas também pelos preconceitos, superstições e prejuizos, que esmaltam pittorescamente os seus costumes, e que elle respeita do mesmo modo, sempre crédulo e conservador.

Vamos fazer uma ligeira resenha das tradições populares mais arraigadas em Santo Thyrsó.

*

Ordinariamente as mulheres grávidas, ainda que sejam casadas, negam ás proprias familias a gravidez durante os primeiros mezes.

Creança negada é creança feliz.

*

A agua em que as crianças recém-nascidas tomam banho não deve nunca ser despejada depois das Ave-Marias.

*

As pessoas que estão dando banho ás crianças recém-nascidas fazem-lhes beber uma porção da agua que as lavou, a que o povo chama graciosamente: «agua de cú lavado».

E é do estylo dizer n'essa occasião as seguintes palavras:

Aguinha do cú lavado
Para o menino não correr mau fado.

*

Quando uma creancinha faz caca verde, deve-se passal-a em jejum por cima de uma pia de cevados e depois esfregar-lhe a barriguinha com um ramo de sabugueiro, dizendo:

Bichôco, bichôco,
Sai-te d'aqui,
Assim como eu hoje
Comi e bebi.

*

Quando nasce uma creança é costume deitar no banho, que se dá ao recém-nascido, qualquer moeda de prata ou ouro.

Isto exprime um voto de riqueza futura, e de tino e economia nos actos da administração domestica.

*

Tambem é costume cravar um prego no sobrado em que a creança nasceu, com o intuito de evitar a continuação da fecundidade materna.

*

A mulher que principia a sentir as dores do parto põe dentro de um copo com agua uma rosa de Jericó.

Se a rosa começa a vicejar, e abre toda, é signal de que o parto será facil e feliz.

*

Em cada freguezia do concelho, e tambem na villa, as creanças, quando encontram o parochio na rua, ou algum outro sacerdote, pedem-lhe a bençãam.

*

Toda a gente, de qualquer classe social, se descobre ao ouvir as badaladas do *Angelus* (Ave-Marias).

*

As creanças que teem quebradura (hernia) são passadas através de um carvalho cerquinho por uma fenda para esse effeito aberta no tronco da arvore.

Assim ficarão curadas se a fenda da arvore soldar. Não soldando, permanecerão quebradas.

Esta superstição tambem está generalizada no sul do paiz, onde a arvore escolhida é um vimeiro.

*

Se uma mulher estando a dar de mamar a uma creança beber agua, deverá levar a creança, para que não venha a soffrer de gota, á capella do Espirito Santo na Trofa.

*

«Canalha» é o termo generico com que se designam as creanças.

*

Quem fôr atacado de mal ruim (doença repentina) ao passar por um caminho, deve, para se vêr livre da doença, voltar para traz pelo mesmo caminho.

*

Para não empécer «cousa ruim» durante o dia, trinka-se pela manhã, em jejum, um alho e atira-se depois para traz das costas.

*

Quem não souber cortar com tesoura as unhas da mão direita, não se pode casar.

*

Quem beber agua da fonte da Maria Velha fica preso a Santo Thyrso.

Esta tradição popular, a que Pinheiro Chagas se referiu, encontra-se em outras muitas localidades, igual ou identica.

Em Macau ha uma fonte, que deu origem a um ditado: todo o rapaz que beber d'aquella agua, já não regressa solteiro.

*

Quem cospe no fogo, sécca.

*

Desde o dia de S. Bartholomeu (24 de agosto) em diante não se pode tornar a comer amoras, porque o diabo, que n'esse dia anda ás soltas, suja-as propositadamente para que saibam mal.

*

Na villa, quando de noite sai o Sagrado Viatico para um enfermo, illuminam-se as janellas de todas as casas, o que desperta um profundo sentimento de devoção e respeito.

Nas freguezias ruraes, procede-se do mesmo modo: os habitantes trazem as suas candêas á porta e assim esperam, reverentes, a passagem do Viatico.

De dia, no acompanhamento, cantam homens e mulheres; de noite, só os homens.

Canta-se o *Bemdito*, e, pouco antes de chegar á casa do enfermo, entoa-se a *Gloria in excelsis*. Se as ultimas palavras da *Gloria* terminam, justamente, á porta da casa a que o acompanhamento se dirige, crê-se que o enfermo morrerá. No caso contrario, escapa da doença.

O Viatico nunca deverá regressar á egreja pelo mesmo caminho, sob pena, segundo a crença popular, de morrer o doente.

*

Quando ha mortuorio n'uma casa, serve-se um lauto banquete aos parentes e amigos do finado, e aos convidados para o funeral.

*

Em Monte Cordova, quando fallece um cabeceira (dono ou dona de casa) dão ao parcho duas rôscas de pão, de 40 reis; uma ovelha, se o morto tiver rebanho; um presunto do rabo, se tiver ou crear cevado; dois alquei-

res de milho, oito quartilhos de vinho e 1\$200 reis de amenta.

O prêsunto, quando o não haja, é substituído por bacalhau.

Se o fallecido fôr filho familia, o parochio recebe um alqueire de milho e uma esmola voluntaria.

*

Em Roriz, se fallece um cabeceira, o parochio recebe: trez alqueires de milho, um almude de vinho, dez arrateis de marrão (cevado novo), dois molétes de pão branco, um arratel de bacalhau, um carneiro (se tiver rebanho) e 1\$500 reis, sendo lavrador e grande proprietario.

*

Nas outras freguezias do concelho a tabella do pé de altar, nos obitos, inclue tambem os generos alimenticios, com pequenas variantes.

Exceptua-se apenas a freguezia de Santo Thyrsio, onde os direitos parochiaes são pagos, nos obitos, em dinheiro, e exiguos.

*

Em muitas freguezias não ha offerta ao parochio nos casamentos.

*

Por cada baptisado recebe o parochio em Santo Thyrsio, Refojos, Palmeira, Lama, Burgães, Areias, uma rósca de pão, de 40 ou 80 reis; e em Alvarelhos, S. Thiago de Bougado, S. Martinho do Campo, Guidões, Guimarei, Lamellas, Muro, S. Mamede, S. Thomé de Negrellos, Rebordões e Roriz, uma gallinha.

*

Na villa é costume realizarem-se suffragios funebres no oitavo dia depois do fallecimento.

Este acto religioso denomina-se *offertorio*.

Por essa occasião a familia da pessoa fallecida envia

ao parcho um cesto com uma toalha branca, atada com um laço de fita preta ou roixa, e dentro da toalha uma moeda de prata.

As pessoas que assistem ao «offertorio» empunham uma vela accêsa, que vai passando de mão em mão, rezam de cada vez um *Padre Nosso* e depõem na bandeja uma esmola (20 reis ou mais) destinada aos suffragios por alma do morto.

*

Todos os sabbados de tarde é costume ir collocar flores na sepultura de alguma pessoa da familia.

Chama-se a esta piedosa pratica: «aceiar as campas».

*

Chama-se «talhar o sol» á seguinte operação:

Enche-se um copo d'agua e, coberto com um guardanapo, põe-se na cabeça, de fundo para o ar.

A pessoa deve estar collocada deante de um espelho, onde se veja a imagem do sol, e dizer:

Sol, dá-me cá a minha frescura
E toma lá a tua quentura.

Logo a agua começará a ferver dentro do copo.

*

Quando na villa se ouvem os sinos de Santa Christina do Couto, é signal de mau tempo.

O vento está sul.

*

Corre em proverbio que os rapazes da villa não gostam de se ausentar para sitio onde não possam ouvir os sinos do mosteiro.

E é verdade. Alguns teem abandonado os cursos superiores e até empregos publicos para voltar á sua terra, saudosos d'ella.

*

A seguinte tradição é a única que eu não recolhi pessoalmente:

Quando se ouve um écco, diz o povo que é uma moura encantada a fallar.

(*Tradições populares de Portugal*, pag. 86.)

No valle do Ave, em frente da villa, ha magnificos eccos.

O estoirar de um morteiro vai ribombando de quebrada em quebrada como um trovão longinquo.

*

A representação dos autos religiosos do Natal, com o nome generico de *Reisadas*, é ainda uma tradição muito viva no concelho e villa de Santo Thyrsó.

Este anno (1902) houve *Reisadas* na villa, rua de Villalva; e na freguezia de S. Thiago de Bougado.

*

O Natal é uma festa muito querida de todo o povo do Minho.

Ao mercado da villa de Santo Thyrsó, que precede o Natal, afflue grande numero de camponeses das outras freguezias, a prevenir-se com o classico *noruega* e *inglês*, porque o bacalhau não pôde ser dispensado nas fartas comesainas d'esta epoca do anno.

*

Tambem pelo Natal, Anno Novo e Santos Reis ha descantes por portas e ruas, formando-se, para esse effeito, grupos mais ou menos numerosos de cantores ambulantes.

Gracioso episodio relativo ao Natal d'este anno (1902):

«O snr. Bernardino Dionisio, de Burgães, homem pacato, mas que não pôde resistir á tentação de todos os annos na noite de Reis, dar treguas ás suas tristezas, saiu n aquella noite, em companhia da sua cara metade, a snr.^a *Gracias*, que gosa da fama da melhor *cantadeira* das re-

dondezas, a visitar os amigos, com os seus tradicionaes descantes. Os amigos do alheio, aproveitando a occasião, que era bellissima, despovoaram-lhe a capoeira, que, pelo que dizem, estava bem provida.*

(*Jornal de Santo Thyrsó*, de 9 de janeiro de 1902).

*

Pela Paschoa da Resurreição sai o abbade de Santo Thyrsó com o juiz da cruz e mais dois irmãos a dar solememente as boas festas aos seus parochianos.

Junta-se-lhes muita gente, que os vai acompanhando.

Entram em cada casa, onde são recebidos com grande alegria, e onde costuma estar a mesa posta, para o caso de quererem servir se.

E' offerecido ao abbade um ramo de flores. Antigamente recebia uma espórtula em dinheiro, mas o actual parochó supprimiu esse costume.

Chama-se *O Compasso* a esta visita annual.

*

Na vespera de S. João, e tambem na de S. Pedro, usa-se na villa e concelho de Santo Thyrsó uma brincadeira, que tem seu tanto ou quanto de carnavalesca.

Roubam-se vasos de flôres, utensilios agricolas e quaesquer outros moveis, removendo-os para longe da casa de seus donos, que depois teem o trabalho de os andar procurando e reunindo.

Esta brincadeira está generalisada na provincia do Minho, porque n'uma carta de Braga para o *Jornal de noticias* do Porto (n.º de 29 de junho de 1902) lêmos a seguinte informação, que não pode ser entendida por quem desconhecer a sua relação com esta tradição minhota:

«José Ferreira de Faria, casado, lavrador, proprietario da freguezia de S. Thiago de Priscos, d'este concelho, queixou-se no commissariado de policia contra Manoel

Martins Lubren, solteiro, de 19 annos, do lugar do Souto, Rodrigo Ervilha, do lugar do Marco, e Antonio, creado do sr. Estevão de Souza, do lugar do Crasto, todos da freguezia de Priscos, por estes, na noite de 23 para 24, saltarem dentro da sua propriedade, levando-lhe um arado de ferro, que foram collocar no adro da egreja parochial e uma corda de carro de bois que foram atar ao badalo do sino da torre, prendendo com uma das pontas um cão de um lavrador da mesma freguezia. *

*

Na villa, ha uma grande devoção com S. Bento.

Apesar da sua festa de julho já não ter o esplendor do tempo do conde, não passa despercebida para ninguem, e são muitas as offerendas de ovos e cravos que o santo recebe n'esse dia.

Vão tambem alguns *amortalhados* cumprir seus votos junto ao altar, e novenas de raparigas entoar canticos em honra do bemaventurado Patriarcha, como por exemplo:

O' milagroso S. Bento,
Eu aqui vos venho vêr,
Pois me déstes a saude
Quando eu estava p'ra morrer.

O' milagroso S. Bento,
Eu vos venho visitar
Defronte do vosso rosto
E ao pé do vosso altar.

E' curioso que sendo santo Thyrsso o titular da freguezia e até do concelho, não tenha festa, nem romaria, nem offerendas.

Este santo está hoje no altar mór, e não em um dos

altares colateraes como no tempo em que Frei Leão de S. Thomaz escrevia a sua chronica benedictina.

Mas se mudou de altar (S. Bento é que está n'um altar colateral) não mudou de fortuna.

Continua a ser esquecido.

Depois de S. Bento, é Santo Amaro que recebe maior numero de promessas na egreja matriz da villa.

Quazi sempre as offertas são de pães de trigo.

O S. Bento pequenino da quinta da Batalha, a que já nos referimos ⁽¹⁾, teve este anno (1902) a sua primeira romaria, promovida pelo sr. José Andrade.

Esteve bastante concorrida, começando com bons auspicios.

A imagem foi retocada, e alargado o terreiro junto ao portão, onde se fez o arraial.

Tambem este S. Bento pequeno da Batalha inspira muita devoção.

Diz, em sua honra, uma trova popular, que data certamente do tempo dos conventos:

S. Bentinho da Batalha,
Aqui tendes as solteiras.
Se não quizerdes casal-as,
Dai-lhe um dote, serão freiras.

As esmolas de azeite e ovos teem sido substituidas ultimamente por fogo do ar, que os devotos vão queimar deante do nicho do santo, desconfiados de que os ovos e o azeite não chegassem ao seu destino...

Mancebos livres do serviço militar e outros devotos testemunham sua gratidão ao milagroso santo mandando para o ar duzias e duzias de foguetes, umas após outras.

(1) Pag. 50 d'este livro.

Ouvil-os ha no ceu, S. Bento . . . aos foguetes?

✽

Os «Tamborileiros» são uma exhibição tradicional em todo o concelho de Santo Thyrso nas romarias e festas populares.

Homens vigorosos descarregam simultaneamente rijos golpes de baquetas em bombos e caixas de rufo, produzindo um estrondo atroador, que, segundo se diz, chega a fazer turvar o vinho nas adegas.

Tambem descrevem rudimentares evoluções choreo-graphicas, saltando e pulando n'uma especie de batuque muito primitivo.

Acompanham algumas procissões, como, por exemplo, a de S. Bartholomeu, que sai da matriz de Santo Thyrso para a capella d'aquelle santo.

Os «tamborileiros» fazem ensaios antes de apparecer em publico e, diga-se a verdade, conseguem, n'esta monstrosidade musical, ser afinados . . .

✽

A procissão dos Passos, que se realiza no domingo da Paixão (Lazaro), é uma das mais imponentes solemnidades religiosas da villa de Santo Thyrso.

O prestito, formado pela respectiva irmandade e grande numero de anjinhos, acompanha os andores do Senhor dos Passos e da Senhora da Soledade.

Debaixo do pallio vai o Santo Lenho.

A guarda de honra é feita pela corporação dos Bombeiros Voluntarios.

Com referencia á procissão no anno de 1902, escreveu o *Jornal de Santo Thyrso*:

«Este anno o que houve de mais notavel na procissão foram os novos passos dos Carvalhaes e da rua do Norte.

«A nova capella, feita a expensas do nosso illustre conterraneo Manoel Francisco Penetra, da Africa, foi ben-

zida na vespera da procissão, bem como a imagem do Senhor preso á columna para ser açoitado. Tambem foram benzidas no mesmo dia a nova capella da rua do Norte e a imagem do Senhor dos Passos, que é destinada para esta capella.

«Ambas as imagens são em tamanho natural, e foram esculpidas no acreditado atelier do snr. Antonio d'Almeida Estrella, sendo dignos de louvor tanto o esculptor como o pintor, pois apresentaram trabalhos bem acabados e feitos com muita perfeição.»

*

Na vespera d'esta procissão, á noite, é costume percorrerem as ruas da villa diversos grupos de pessoas cantochonando uma toada lugubre, e ás vezes ensurdecedora, que denominam «os sete Passos».

Esta antiga tradição levanta reclamações, aliás muito sensatas; mas tem resistido, porque é difficil extirpar costumes inveterados.

*

As rifas e bazares de prendas para qualquer fim piedoso, são vulgares em Santo Thyrsó.

Ordinariamente, tanto as rifas como os bazares dão pretexto, para maior estimulo á concorrência, a bailes campestres e descantes.

Ha leiloeiros afamados pela graça com que acepilham a apresentação dos objectos, que vão ser arrematados pelos circumstantes, e os diversos episodios da licitação.

Quando eu era pequeno tambem se realizavam no Porto leilões de prendas, e havia um leiloeiro, corcunda, que conservava o auditorio em constante hiluidade.

*

Os jogos da bola e do fito são muito vulgares em Santo Thyrsó. Ultimamente tem recrudescido o gosto

por elles. Dizia o *Jornal de Santo Thyrso* em 19 de junho d'este anno (1902):

«E' rara a casinha que ladeia a estrada que não tem um lugar reservado, na mesma, para o jogo da bola, a qual não poucas vezes põe em sobresalto a *bola* do pacifico viandante.»

*

Uma nota interessante do *Jornal de Santo Thyrso* (n.º de 3 de abril de 1902) sobre o aspecto amoroso do mercado semanal na villa :

«Extraordinariamente concorrido o mercado de segunda feira passada, dia santo abolido, mas que o nosso povo guarda tanto e mais religiosamente do que se fôra decretado de guarda pela egreja.

«Assim, e com o bello e causticante sol com que se nos apresentou o dia de segunda feira, despovoaram-se as freguezias visinhas, vindo tudo de passeio até á séde do concelho.

«Por volta das duas horas da tarde principiaram as *Marias*, com os seus trajes domingueiros, a formar cordão, como que a desafiarem os *Manéis* para a conversa.

«Os *Romeus* atiravam-se então, em prosa e verso, ás nedias e rechonchudas *Juliettas* que, no meio de ondas vaporosas dimanadas d'uma digestão mal feita de borõa com cebolla, armavam a bocca em coração e davam uns ademanes ao corpo, como que mostrando-se apaixonadas pelo *Manel* palerma que, a cada asneira que despede, faz uma garatuja no solo com o lódo ou com a vara de junco.

«O dia foi pequeno para estes felizes do mundo que ali foram dar treguas á sua vida afanosa.»

*

Em Santo Thyrso, como em todo o Minho, os castradores ambulantes de gado fazem-se annunciar por o toque estridulo de uma gaita, muito sibillante, que é geralmente conhecida por «gaita do capador».

A este costume allude a seguinte trova popular :

Se ouvires assobiar,
Não julgues ser capador.
Anda agora uma moda
De assobiar ao amor.

*

O povo do Minho é o que em Portugal canta mais, e talvez melhor. Canta sempre, no trabalho ou na folga. Faz revoluções cantando, como na *Maria da Fonte*. Desafoga o desespero ou floreia a ironia atirando coplas ao ar.

Quando foi da peste bubonica no Porto, troçava cantando :

Olá, menina, olá,
Sabonete e mais sabão,
Que eu sou de Villa Real,
Quero passar o cordão.

Quando ultimamente rebentou a questão religiosa, outra peste, fanatisava-se cegamente pela liberdade dizendo .

Olha a bandeira,
Cheia de fitas.
Viva a liberdade,
Morram os jesuitas.

Em Santo Thyrsó o canto é o gorgoejo habitual do povo.

Nas noites de verão, altas horas, tenho muitas vezes ouvido passar carros de bois para o Porto. O carreiro levava sempre um rapazito á sogá; é seu filho ou seu creado. Pois ainda que seja creado, o rapazito alterna cantigas

com o carreiro, para irem espalhando o somno. O canto nivela-os perante um interesse commum.

Não ha patrão, nem creado. Ha o canto, em que ambos familiarmente collaboram, para não haver o somno.

*

Dar um passeio em torno do Campo 29 de março é, na gíria local, dar «uma volta á ilha».

*

Os *hoteis*, cafés e tabernas da villa teem sempre uma grande concorrência nos dias de mercado (segundas feiras).

Os lavradores gostam muito de comer, n'esses dias, «arroz de covinha».

Isto é, abrem uma cavidade no arroz e enchem-n'a com o mólho da carne assada.

E' o «arroz de covinha».

*

Nos trabalhos agricolas, que são por via de regra duros e violentos, reina uma alegria livre, que os accidenta pittorescamente, desenfadando o espirito e dando uma vaga impressão de paganismo sobrevivente.

Quando nas cidades se veste o linho ou se come o pão, ninguem pensa na monstruosa lide que foi preciso affronter antes de leval-os ao mercado, para serem adquiridos pelo consumidor.

O linho, especialmente, esse tecido macio e fresco, que tanto regala a preguiça e o somno dos habitantes das cidades; o linho, esse abençoado tecido que, sendo novo, é agradável aos sãos e, sendo velho, tanto utiliza aos doentes; o linho, que é a camisa, que é o lençol, o lenço, a renda, a toalha, o parche, a compressa e o fio, exige, antes de poder ser levado ao tear como materia textil, um trabalho colossal, uma serie, tão longa como pesada, de operações preparatorias, de manipulações successivas, devoradoras da actividade physica do camponez.

Primeiro que tudo, cumpre arrancar a planta á seara, acto inicial que tem a designação popular de *arrincada*.

Começa aqui a odyssea, tão afanosa como folgasã, do linho através das mãos endurecidas que hão de educal-o para a urdidura.

No concelho de Santo Thyrsó, quando se procede á *arrincada* n'uma geira, collocam-se em linha os rapazes e as raparigas, cada sexo á sua banda, de modo que sahindo da fileira uma rapariga e ao mesmo tempo um rapaz, possam acasalar-se dando conta certa.

Começando a faina n'essa ordem de batalha, todos trabalham o mais que podem, mas o rapaz e a rapariga, a quem coube logar nas extremidades da linha, devem trabalhar mais que todos, avançando arrogantemente seára a dentro, n'uma furia hilariante de *arrincada*, algumas vezes correndo a um lado e outro, de modo que elle e ella possam encontrar-se—sempre a malicia d'este mundo teve seus artificios insidiosos—e abraçar-se e lutar e rebolir no chão como dois clowns no circo, dobando os corpos n'um vai-vem de rodizio, até que vão parar, offegantes, aos pés dos outros trabalhadores.

Então levantam se muí lesto, e tomam logar ao centro da linha.

O par que ficou nos extremos repete a operação, a que se dá o nome de *talhar uma camisa*, e assim successivamente até á conclusão da *arrincada*.

E' a folia no trabalho, com seus laivos, muito claros, de festa pagã, em que uma certa voluptuosidade de Sylvanos e Dryades em liberdade se acoberta com a proverbial familiaridade, nem sempre innocente, dos costumes campestres.

Arrancado o linho, é preciso ripal o, isto, separar-lhe nos pentes ou ripanços a baganha, pellicula que envolve a semente.

Feito isto, chega a vez de o ir molhar.

Em Santo Thyrso conduzem-n'o ao Ave n'um carro, encimando o, festivamente, com um ramo de flores.

Rapazes e raparigas, cantando, acompanham o carro.

A mólha do linho n'um rio ou ribeiro dura cinco dias; na agua estagnada deve durar doze ou mais.

Cada *aguadoiro*, isto é, cada porção de linho pertencente a um lavrador, fica circumscripto por marcas divisorias, que são cravadas no alveo e excedem o nível da corrente.

Exgotado o praso da mólha, sécca-se o linho ao sol.

Depois, escolhe-se, para sacar-lhe a gorga.

Logo que esteja secco, tritura-se no engenho. Em outras terras do paiz é moído a golpes de maço.

Feitas previamente as manadas, sôa a hora de espaldar o linho, para estomental o.

E' uma das mais divertidas tarefas da vida agricola, porque reapparece ahi a desenvoltura campesina, a malicia dos contactos, a inventiva do amor, o cantô, a dança, o vinho, a esturdia liberrima.

Vem depois o assedar o linho, para o separar da estôpa, das arestas e outras impurezas, que lhe prejudicariam a maciez.

E, assim purificado, é tempo de estrigal-o.

Dividido e atado em estrigas, fia-se, ensarilha-se, córa-se, doba-se, tece se, operações successivas, que exigem trabalho aturado e canceira attenta.

Finalmente, a planta é estofo: o vegetal que vestiu a seara vai agora vestir corpos humanos. E' roupa e bragal. E' arrebuie feminino na renda, luxo na toalha estampada, caridade no penso dos hopitales.

No concelho de Santo Thyrso quazi todos os lavradores cultivam linho para o consumo da sua casa, quando não seja para negocio.

As especies mais vulgarisadas são o *moirisco* (gene-

ralisadissimo; *linum usatissimum humile*) e o *coimbrão*.

A freguezia que attinge maior desenvolvimento d'esta cultura é S. Martinho do Campo.

*

As malhas do centeio são ainda algumas vezes pretexto para alegres expansões da população agricola no concelho de Santo Thyrso.

E dizemos algumas vezes — porque obrigando as malhas a despesas de comes e bebes com os convidados, foi bem acceita pelos donos das searas a idéa de certos individuos que constituiram empresas (a que chamam *cambras*) para açambarcar de empreitada e a preço modico estas e outras tarefas agricolas.

D'aqui a decadencia de tão graciosos costumes campestres.

Nas malhas do centeio, feito o *quarto* (cada ruma que vai ser malhada) collocam-se os malhadores em duas filas, cada qual de seu lado, uma em frente da outra.

Os trez ultimos malhadores de cada fila teem os seguintes nomes: o do centro é o *valente*, submettido á prova da sua força; o da direita, *mão*; o da esquerda, *espada*.

O *mão* e o *espada*, malhando moderadamente, fazem «o ninho», que é uma fita de palha, um pouco elevada, e cuja largura não deve exceder quatro dedos. E' sobre esta fita que «o do centro» deve malhar com pulso rijo, vibrando golpes de mangual tão fortes e sonoros, que se ouvem a grandes distancias, uma legua e mais.

N'isto consiste «a corrida do malhador», isto é, a prova da sua valentia.

Quando pouco falta para concluir-se a malha do penultimo *quarto*, apparece na eira o dono do centeio, se está disposto a entrar na folia a que a sua presença dará lugar.

Ao vê-lo, os malhadores largam os manguaes e cor-

rem para elle, com o fim de o prender, o que ás vezes conseguem com algum esforço,

E cantam em côro:

Santa Maria d'Entre os-Arcos,
Ai-la-ri-la-ri-lo-lela,
Companheira de S. Roque,
Vinde acudir aos soldados
Ai-la-ri. . .

Santa Maria d'Entre-os-Arcos é o vinho; os soldados são os malhadores, que fogem á morte, isto é, ao calor.

Uma vez preso o lavrador, é atado de pés e mãos com as vergas do centeio e conduzido para o meio da eira.

Claro está que tudo isto não passa de um simulacro, pois que o lavrador pode facilmente livrar-se das suas fraquezas algemas.

O côro então:

Santa Maria d'Entre os-Arcos,
Ai-la-ri. . .
Companheira de S. Roque,
Vinde acudir a este homem,
Ai-la-ri. . .
Que vae condemnado á morte.

O dono da seara não é solto sem que tenha dado fiador idoneo: ordinariamente um cantaro de vinho, que por sua ordem é trazido para a eira.

Então quatro dos malhadores retomam os manguaes e com elles e um lençol armam um pallio, sob o qual se agrupam trez dos rapazes mais engraçados e chistosos.

Esta improvisada procissão dirige-se á cosinha, onde é esperada pelas cachopas cosinheiras que, préviamente, teem encarvoado as mãos na padieira do forno, o que as

habilita a mascarrar as caras dos trez rapazes, quando elles entram.

A victoria pertence ao sexo forte, apesar da enfarscadella, porque os invasores da cosinha apprehendem todas as panellas e alguidares em que a merenda foi cozinhada.

E juntos, os rapazes e as cachopas, conduzem as vasilhas culinarias para o meio da eira, cantando:

Viva o dono da malhada.
Ai-la-ri. . .
Que ella bem malhada fica;
Que nos deu o pão da caixa
Ai-la-ri. . .
Mais o vinho da pipa.

*

Viva o dono da malhada
Ai-la-ri. . .
Mil annos e um dia;
Que traz hoje em sua casa
Ai-la-ri. . .
Gente com muita alegria.

*

Noss'amo tem uma vacca.
Ai-la-ri. . .
Tambem tem um bezerrinho.
A vacca chama-se «Ande-uba»
Ai-la-ri. . .
O bezerro «Ande-o-binho». (1)

Referve então um temporal de alegria, que brame em

(1) Deturpação minhôta de «vinho» e «uva».

vozes e risos tonitruantes e a merenda começa a ser devorada com saluberrimo apetite.

Finda ella, levantam-se alguns malhadores e vão formar o ultimo *quarto* de centeio que deve ser malhado.

Vigiam n'os, com solerte attenção, as raparigas, para que elles não intromettam no *quarto* alguns *engeitados*, isto é, mólhos inteiros de centeio, o que por vezes conseguem.

Se no decorrer da malha do ultimo *quarto* apparecem alguns d'estes *engeitados*, esfusiam tantos remoque e chascos contra as raparigas, que não é raro vê-las chorar de raiva e desespero.

Mas nem assim conseguem abrandar a furia da surriada e algazarra.

O *engeitado* é vestido com roupas velhas, á laia de manequim, e pendurado na arvore mais alta que por ali haja.

E a chacota recresce então, atroadora, ribombante.

As raparigas são apodadas de mãos descaroaveis, pelos rapazes, que lhes censuram a crueldade com que abandonaram os miseros *engeitados*... de palha centeia.

Só quando ellas, em desforra, conseguem arrancar de cada arvore seu manequim, e despedaçal-o raivosamente, é que o pretexto da folia parece exgotado.

Mas quantos episodios burlescos esmaltando de alegria ruidosa a rude empreza do malhador! que retintin de risadas casquinantes a estralejar nos longos eccos dos valles! que doida vozearia de apodos e apupos, de gritos, sybillos e clamores!

E, comtudo, a retirada da malha é ainda um gracioso epilogo da festa annual do centeio.

Pela frescura da noite, rapazes e raparigas, refrigerando no ar vivo das serras a pelle esbrazeada, regressam á sua aldea, ellas tangendo pandeireta, elles tocando viola, e todos cantando alguma tonadilha campestre.

Assim os vi partir na noite de 4 de agosto de 1902, depois de terem inalhado um dia inteiro, aguentando a frágua do sol, firmes sobre a pedra quente como lume, na antiga eira dos frades de Santo Thyrsó.

Finda a tarefa, foi-lhes servida a ceia, que constava de *sopa sêcca* (pão, agua, assucar e mel), anho assado e vinho verde.

Os rapazes quizeram armar um logro ás raparigas, destinando-lhes de trez alguidares de sôpa aquelle que tinha menos porção d'ella, e só á superficie, porque estava cheio de couves e rolão pardo, como lavadura de cevados.

Mas as raparigas desconfiaram da armadilha, e foram servir-se do contheúdo dos outros dois alguidares.

Então os rapazes, derrotados, mas não rendidos, proromperam n'uma gritaria atroadora berrando:

— Viva a malicia das mulheres!

E depois, comida a ceia, cada qual sua pandeireta ou sua viola, em marcha, para outra malha, no dia seguinte, em Famalicão.

Deante de toda essa pujança de força physica no trabalho e na folga, eu senti-me tão amesquinhado e deprimido como quando entrei a primeira vez na igreja da Batalha e medi com o olhar a altura das abobadas e a extensão das naves.

Reconheci-me pygmeu esmagado por um colosso: que na valentia herculea ha o que quer que seja de grandeza monumental.

Reduzido o cerimonial festivo das malhas, limitam-se por via de regra os trabalhadores a levantar agora nos braços o dono da seara e a passeial-o pela eira em triumpho clamoroso.

E o que chamam *apupada*, dando bom sentido ao vocabulo, entende-se.

Nas *esfolhadas* do milho a nota galante e comica é vibrada pela apparição dos *embuçados*, serandeiros mys-

teriosos que vem no encalço das raparigas a quem arrastam a aza.

Momices dos *mascarados*, desgarradas e desgarres, risos e contactos, saudações estrepitosas quando se encontra a espiga-rainha (de milho encarnado) e, no fim da li-de, bailarico pulado, eis a summula folgasã das esfolhadas.

*

Como te nos vislo, passa sobre toda a faina agricola uma lufada quente de prazer, mais ou menos malicioso, servindo muitas vezes de mola real um logro, porque na vida campestre a intellectualidade embryonaria não vai alem do ardil e do pique nos gracejos.

Acode-me agora a ponto uma pulha tradicional no concelho de Santo Thyrsó.

E' a «caça do piogardo».

Esta brincadeira tem por fim zombar da credulidade de algum ingenuo; e ás vezes acaba mal, porque ferve a pancadaria.

Piogardo é um mamífero imaginario, não menos fabuloso do que a ave Phenix. Mas a tradição dil-o aquatico, o que quer que seja de lontra, cujo pêllo, de fios de ouro, attinge, suppostamente, grande valor estimativo e real.

Com estes requisitos, e dada a ingenuidade da pessoa que vai ser lograda, torna-se facil attrail-a á caça do piogardo, posto que tambem, segundo a tradiç-o, não seja empreza isenta de perigos e difficuldades.

Inculca se o cabouco dos moinhos como sendo o sitio onde o piogardo apparece de noite.

Convencido o ingenuo de que poderá vir a ser rico se caçar o fabuloso mamífero, indica se-lhe o sitio e hora em que deverá apresentar-se, munido de um sacco de linhagem.

Escolhe-se de preferencia uma noite bem negra; e, como local, a calha de um moinho.

Concorrem todos quantos querem rir-se á custa do ingenuo, e elle mesmo, cheio de ambição e intrepidez.

Collocam-n'o, de sacco aberto, na bocca da calha que dá para o cabouco.

E ahí o deixam á espera de que os outros caçadores vão postar-se no alto da levada para, dizem elles, escorraçar o piogardo.

Assim, levantada a caça, o piogardo, mettendo desorientado pela calha abaixo, irá enfiar-se pelo sacco dentro, se a espera fôr bem attenta e certaíra.

Batem uns a agua, agitam-n'a com pedras e paus fazendo grande alarido, enquanto outros levantam a gola da levada, para que possa a agua irromper em cachão revólto.

E então a bulha é infernal, porque muitas vozes gritam ao mesmo tempo: — *Ahi vae piogardo.*

E o lorpa ambicioso, conservando o sacco bem aberto, tambem grita por sua vez: — *Piogardo ao sacco! piogardo ao sacco!*

A agua róla tão impetuosamente, calha abaixo, que vai bater de chofre no peito do ingenuo caçador, o qual, atordoado pelo choque, fica estatelado no chão, mas sem largar das mãos o sacco, em que sente maior peso, que é o da agua.

Elle proprio, o logrado, grita todo ufano: *Cá está! Cá está!*

E então estrugem gargalhadas, retinem chascos, re-fervem brados de troça, clamores de ruaça, e o ingenuo, desilludido, vexado, umas vezes foge com a sua vergonha, outras vezes vai pedir satisfação aos seus logradores.

*

Na vida agricola a poesia popular, especialmente a

amorosa, pede aos costumes e aspectos campestres os similes e imagens que emprega.

Assim é que muitas vezes personifica, n'uma intenção galante, os vegetaes que melhor conhece, no que aliás o poeta rustico segue os passos do poeta culto das cidades, o qual compira a mulher amada com certas flôres mimosas, a rosa, a açucena, o lirio, etc.

Não tem a poesia rural tanta elevação de pensamento, mas nem por isso é menos feliz na mythologia do amor.

«Canninha verde», como diz a canção, faz logo lembrar a mulher esbelta e fresca, nascida no campo, não tão delicada como a rosa ou a cecem dos jardins urbanos, mas não menos apetitosa e gracil por certo.

E este sentido galantemente aphrodisiaco dado á palavra canna, já vem de nossos avós, porque Gil Vicente, no *Auto de Ignês Pereira*, traz uma trova antiga, que diz:

Cannas do amor, cannas,
Cannas do amor.
Pelo longo de um rio
Cannaveal está florido,
Cannas do amor.

A escolha dos similes da poesia rural passa dos vegetaes para os instrumentos e factores agricolas, como se vê no caso do *Malhão*, que me parece ser o augmentativo do malhador chibante e o typo do amoroso bohemio das searas e das eiras, errabundo e fantasista como o *chemineau* francez, a que corresponde.

O' malhão, malhão,
Que vida é a tua!
Cantar e bailar,
Passear na rua,

O' malhão, malhão,
Vai malhar se queres.
O mundo é largo,
Não faltam mulheres.

O' malhão, malhão,
Vamos a malhar,
De dia ao sol,
De noite ao luar.

O' malhão, malhão,
O' malhão, ai, ai.
Queres casar comigo?
Pede-me a meu pai.

O' malhão, malhão,
O' malhão, malhar.
Quem dá o coração,
Não tem mais que dar.

O' malhão, malhão,
Eu sou como o gaio.
De dia estou presa,
De noite é que eu saio.

O' malhão, malhão,
O' malhão, aqui.
Se matar, matei;
Se morrer, morri.

O character do malhão é classificado segundo a tradição da sua raça ou da sua terra.

Assim, desconfiar do malhão do Porto :

O' malhão, malhão,
O' malhão do Porto,
Não fallo contigo,
Tu és um garôto.

O malhão da Foz, enrigecido pela visinhança do mar,
é tão valente como os melhores do Minho :

O' malhão, malhão,
O' malhão da Foz.
Se tu malhas bem,
Malhas como nós.

A valentia, que o recommenda, representa uma attra-
cção para as mulheres :

O' malhão, malhão,
O' malhão da Foz :
Meninas bonitas
São todas p'ra nós.

O malhão de Lordello vale tão pouco como um reles
chinello a par de um sapato catita :

O' malhão, malhão,
Malhão de Lordello,
Perdi um sapato,
Achei um chinello.

O malhão de Landim é irresistivel, rende as mulhe-
res pela doçura :

O' malhão, malhão,
Malhão de Landim,
Tuas fallas doces
Dão cabo de mim.

O *Malhão*, em todas as suas variantes, que são muitas, é um estribilho popular vulgarisadissimo em Santo Thyrsó, onde recolhi estas trovas.

*

Uma coisa tenho eu sempre observado na vida da provincia, e aqui em Santo Thyrsó muitas vezes.

O homem é mais pacifico do que na cidade, especialmente em Lisboa; mas os outros animaes são mais bravos: o cão, as moscas, os burros, os mosquitos e os gatos.

A pacificação do homem resulta, talvez, de duas causas: da sua identificação com a suavidade da natureza, e da disciplina do trabalho agricola, que é o mais rude e pesado de todos os trabalhos.

Os outros animaes habituaem-se a viver n'uma liberdade quasi selvagem, e embravecem, por isso.

O vinho, em Santo Thyrsó, não produz conflictos e facadas, como em Lisboa; é ordeiro, pacato, e até alegre.

Na galeria dos typos populares, tenho observado casos de embriaguez verdadeiramente interessantes e inoffensivos.

O *Quadra amena*, depois de ter bebido, diz que quer rasgar-se. «Quem me segura, que eu rasgo-me!» E não se rasga, nem rasga ninguem . . . a facadas.

O *Felix Sapateiro*, em bebendo, tem a mania das imitações. Imita os sinos de diferentes terras. Tambem imita o cão a caçar as moscas.

Nas mesmas condições, o *Cargas* préga sermões e canta missas; o *João dos Moinhos* (moleiro) repete incessantemente este estribilho: «Poitão!», contracção resultante das palavras «pois» e «então».

O *Lages*, que é negociante de cortiça, bebe cognac e genebra. Traz sempre muito dinheiro na algibeira (peças e libras) e não perde nenhum. A bebida dá-lhe para estar assoprando fortemente. Apesar de embriagado, vai direi-

to para casa, em Monte Cordova, caminhando com grande rapidez.

Nunca perde a noção do seu dinheiro, nem da sua casa.

O *Mano*, sardineiro, tem um macho, a que dá o tratamento de que lhe proveio a alcunha.

E' tambem um bom exemplar de vinho alegre.

A's vezes dois ou trez embriagados pegam-se uns com os outros. Muitas palavras; algumas piadas. Mas não passa d'isso.

Em Lisboa, ferveriam facadas.

Parece que os habitantes de Riba d'Ave sempre tiveram fama de saber apreciar o bom vinho, porque já em Gil Vicente a *Maria Parda* os recommenda á posteridade dizendo :

E quem de riba d'avia fôr
Faze-lhe por meu amor
Como se fosse visinho.

✱

O pregão dos sardineiros é uma das notas mais pittorescas da «rua» de Santo Thyrsó.

Quazi todos os dias ha peixe fresco na villa. Vem da Póvoa de Varzim. Os sardineiros apregoam gritando esta lenga-lenga:

O' povo! ó povo!

Chegaram agora frescas como agua; têm palmo e terça, fóra a cabeça.

O' raparigas! são como trutas. Trazei o prato e a prateira, e o dinheiro na algibeira.

O' raparigas! O' raparigas, ella hoje é grande e graúda; é do tamanho do rabo da minha burra.

(*Contando as sardinhas*). Uma e esta duas, e esta trez. Vai p'r'ó Gerez ou adeus até outra vez. E esta quatro, e vai p'r'ó prato. E esta cinco, ó meu brinco. E esta

seis; vou cantar os Reis. ⁽¹⁾ E esta sete; da farinha triga se faz o moléte. ⁽²⁾ E esta oito; da farinha triga se faz o biscoito.

Boas, boas. Boas, boas. São como trutas.

*

A cartomancia é um habito muito inveterado no Minho.

Em Santo Thyrso sei pelo menos d'uma mulher, a *Retrozeira*, que deita cartas. Móra na rua das Taipas. Uma noite o *Cargas*, estando embriagado, foi cantar-lhe á porta, fazendo referencias aos «novêllos» e á «peneira».

*

Cantar ao desafio é um dos grandes *clous* dos serões minhotos.

Os principaes cantadores de Santo Thyrso não são da villa, mas do concelho. As freguezias onde os ha melhores são Covellas e S. Romão de Coronado. O *Meias* é um cantador de fama; e a *Gaia* uma cantadeira celebre.

*

Em Santo Thyrso ha uma tendencia geral para inventar alcunhas.

Eu já havia notado este mesmo facto na Povia de Varzim.

Tenho registado muitas alcunhas em Santo Thyrso, por exemplo: o «Estonado», o «Morte», o «Tripinha», o «Marellinho», o «Vai-vai», a «Biscoiteira», a «Cara linda», etc.

*

A prosodia do povo thyrseuse é muito interessante, e o seu vocabulario tambem.

(1) Os Reis Magos, a 6 de janeiro.

(2) Dá-se o nome de molete, no norte do paiz (incluindo o Porto), ao pão feito de trigo alvo. O pão de milho chama-se brôa.

Um amigo meu forneceu-me o seguinte episodio de um serão:

Dizia o cantador:

Ascorda, Maria, ascorda
D'esse somno em que instaindes.
Assim como eu não drumo,
Não quero que vós drumaindes.

Uma pessoa illustrada disse ao cantador:

—O' Francisco, cantas muito bem!

E o cantador respondeu:

—Snr. dr., não é effectivo, é provisorio; eu cá nunca li a Biblia.

Geralmente se dá ás senhoras o tratamento de *Sona*: contracção de «Senhora Dona».

A agua-ardente, em Santo Thyrsó, é *geribita*. O cavaquinho (instrumento musico) é *machinho*.

Os instrumentos mais vulgares são: banjolin (diminutivo irregular de «banjo»), bandolim, viola, guitarra e machinho.

A ponta de cigarro é, como em Lisboa, *beata* e *pontífice*. Na Maya chama-se lhe *perisca*, e em Vizeu *tica*.

*

O crime mais irritante, na comarca de Santo Thyrsó, e o mais vulgar tambem, é o attentado contra a propriedade, terra ou agua.

No movimento forense ha muitas questões orphanologicas.

Tenho ouvido fallar, frequentes vezes, de *titor*, destriça, partilhas, etc.

*

Nem os frades foram isentos á cobiça das aguas.

Conta-se que o Ribeiro do Preto, que vem de Monte Cordova e que, junto com outro riacho que vem de Ro-

boredo, banha a quinta do mosteiro, deve a sua origem ao seguinte facto:

Um preto que tinha praticado qualquer delicto, pediu refugio e protecção aos frades. Prometteram-lhe elles o seu valimento, comtanto que lhes fôsse captar alguma nascente d'agua. O preto andou n'essa empreza alguns dias, e pôde encaminhar ao mosteiro benedictino o ribeiro que tomou o seu nome.

*

Ultimo traço de caracterisação tradicional:

Colhi em Santo Thyrso algumas lendas de encantamentos, em que figura quasi sempre uma cobra em dialogo com um rapaz ou uma rapariga.

A certo rapaz que andava trabalhando no campo, appareceu uma cobra, e pediu-lhe que a deixasse comer no seu prato, que lhe não aconteceria mal nenhum. O rapaz consentiu, e obsteu a que a cobra fosse morta, como os outros trabalhadores queriam. Vai a cobra, depois de ter comido, transformou-se n'uma linda donzella, e encheu o prato de pomos de ouro, em que só viam carvões os rapazes que tinham querido esmagal-a.

Tambem uma serpente appareceu a um rapaz e pediu-lhe que a deixasse beijal-o na bocca, sem que d'ahi lhe viesse mal algum. Mas tirou em condição que não gritasse, nem tivesse medo. O rapaz viu trepar a serpente por elle acima e, quando ella ia a tocar-lhe na bocca, assustou-se tanto, que deu um grito. Logo a serpente desapareceu, não podendo fazel-o feliz, por se lhe ter quebrado o encanto.

Segundo a crença geral, é nos pinhaes que as bruxas apparecem, accendendo luzes e batendo palmadas.

Disse me certa camponeza que, no tempo em que era pequena, ia com o irmão e com um carro de bois para o Porto. Vieram as bruxas com luzes e palmadas e levaram-lhe os bois, deixando o carro parado. Se o irmão



NOSSA SENHORA DE VALLINHAS

não deita a correr, para agarrar os bois, as bruxas ter-lh'os-iam roubado.

Tambem me contou que um lavrador de S. Miguel das Aves ia levar uma pipa de vinho ao Porto, no seu carro.

Começou a ouvir palmadas, e a vêr muitas luzinhas.

Disse então ás bruxas: «Não me toqueis na pipa, que eu, quando tornar a casa, dou-vos um cantaro de vinho».

Tornou, e logo lhe appareceu uma rapariga da vizinhança com um cantaro vasio.

— A que vens tu cá? perguntou elle á cachopa.

— Buscar o cantaro de vinho que nos prometteste quando ias com a pipa para o Porto.

— Pois tu és d'essas?

— Paga o que prometteste, e não queiras saber mais.

Eu observei á camponeza:

— Essa rapariga ouviu decerto o que disse o homem quando elle julgou ter encontrado as bruxas e apanhou-lhe com astucia um cantaro de vinho.

— A'gora! respondeu a pobre mulher. Era mandada das bruxas. E o homem, para as ter de feição, deu-lhe de boa vontade o cantaro.





VIII

Uma romaria

O Minho está n'este momento em plena sação de romarias.

No intervallo de arraial a arraial, isto é, entre um domingo e outro domingo, a vida da provincia discorre serenamente para os pintalegretes minhôtos na pesca á linha e na caça das rôlas e das codornizes. D'aquí a poucos dias chegarão as *sombrias*, que se devem encontrar no caminho, em direcções oppostas, com as andorinhas que partem. As *sombrias*, que costumam demorar-se dois mezes, constituem uma bella caça. Nutrem muito com os painços e dão uma excellente canja. De modo que, dentro de breve tempo, os dias serão tomados pelas *sombrias* e as noites pelas esfolhadas. Os milharaes loirejam em ondas de oiro fôsko, e a foicinha do ceifeiro apenas espera que o sol dê a ultima demão á maturidade das espigas. Nas ramadas principiam a repintar-se as contas dos cachos que pendem d'entre a folhagem verde como pequenas stalactites feitas de bago de onyx ou azeviche. Assim, á patuscada amorosa das esfolhadas succederá brevemente a azáfama alegre das vinđimas.

Mas as romarias, os arraiaes é que são as grandes festas do campo, porque não importam o menor trabalho. São, pelo contrario, a ausencia d'elle, a liberdade mais divertida, e a folga mais attraente que se pôde saborear na provincia.

Despovõam-se villas e aldêas inteiras por causa de uma romaria. Terça feira passada, a Senhora de Vallinhas fizera que a linda villa de Santo Thyrsso parecesse uma povoação abandonada, solitaria e lutuosa. Ppobre villa! fazia lembrar a joven Lilia de Castilho, desfolhando flôres no seu jardim—porque é realmente um jardim—e arremessando, chorosa, as petalas das flores que desfolhava á branda corrente do rio Ave.

Desde pela manhã começaram a sahir os thyrsenses para Monte Cordova, uns em burro, outros a cavallo, alguns—principalmente as senhoras—em carros de bois, e muitos a pé. Das freguezias de além da ponte vinham chegando ranchos de gente do campo, moçoilas com muito ouro ao pescoço, rapazes de collarinhos bordados e jaqueta ao hombro, por causa do calor.

O caminho para Vallinhas é mau, pedregoso e ingreme.

Por isso, como já disse, algumas familias da villa foram em carros puxados a bois—genero de locomoção muito incommodo, sobretudo n'um caminho tão irregular como aquelle. Os carros iam subindo para Monte Cordova acs solavancos, umas vezes sumindo se nas reentrancias do solo, outras vezes pendurando se de um cômodo. Quem viaja por este processo de locomoção antediluviana precisa estar muito prevenido contra os solavancos para não cortar a lingua. O mais prudente é ir calado;—a não querer a gente ficar com duas linguas, partida pelo meio a que Deus nos deu. Mas quem ha de querer isso?! Uma só, ás vezes, é prejudicial, quanto mais duas! Dizia não sei quem que a eloquencia é de pra-

ta e o silencio é de ouro. Eu sou d'esta opinião, e da contraria... ás vezes.

De mais a mais um tal systema de locomoção, sobre ser incommodo, é vagaroso. Eis aqui as razões que eu tive para recusar o offerecimento, que me faziam, de um lugar em qualquer dos carros. Preferi ir a cavallo. A cavallo é um modo de dizer. No Minho os cavallos são raros. O burro floresce sem competidor, e é por isso talvez que chamam indistinctamente burro ao cavallo. E' uma questão de habito. Mas eu estimei immensamente que me offerecessem, para este pequeno passeio a Monte Cordova, um burro em vez de um cavallo. Era mais seguro.

Dom Frei Bartholomeu dos Martyres trepou em burro ás alturas de Barroso.

Eu, já que o não posso imitar nas virtudes, imitei-o ao menos no burro. Foi assim tambem que eu subi ás alturas de Monte Cordova.

E depois o burro, o pobre e humilde burro das aldeas, martyr no trabalho e heroe na paciencia, tem obrigação de me ser reconhecido, porque já uma vez, nos *Cantares*, puz em verso a *Historia de um burrinho*.

Eu disse bem do burro, porque gosto de fazer justiça—até aos burros.

A's vezes tenho motivo para me arrepender de haver feito justiça aos homens; aos burros, nunca.

Fui a Monte Cordova, em burro, por mau caminho e não cahi.

Justiça seja feita ao burro—mais uma vez.

Depois de ter sahido de Santo Thyrso, uma pequena difficuldade se me antolhou: eu não conhecia o caminho. A gente de pé mettia por atalhos, eu via-a desaparecer por entre os milharaes para procurar a linha recta. Fugia-me com essa gente toda a confiança que eu podia ter n'um *cicerone* qualquer—estes honrados *cicerones* da

provincia que não só não enganam ninguém, mas que até muitas vezes torcem o seu itinerario para nos orientarem no nosso.

Assim, resolvi deixar-me ir ao acaso, como muitas vezes tenho caminhado na minha vida, sem me ter dado mal com isso. O caminho perde em commodidade o que lucra em formosura. Valles de uma suavidade idyllica iam surgindo de sob a massa transparente do nevoeiro matutino, que se evaporava lentamente, subindo para as alturas de Monte Cordova, onde parecia rasgar-se nos fragoedos. A vegetação, opulentissima como toda a vegetação do Minho, dormia ainda na placidez bucolica da manhã. Não havia sequer uma brisa que a despertasse. Um espectáculo d'estes dá-me sempre uma consoladora sensação de tranquillidade e paz. Parece que chego a vegetalisar-me, deixem-me assim dizer; sinto como que florir uma arvore, serena como as outras, dentro da minha alma. Mas n'essa imaginaria vegetalisação ha o que quer que seja de melancolia, de vaga saudade, muito suave, é certo.

Ia eu pelo caminho fóra procurando explicar a mim proprio estas fugidias impressões que atravessavam brandamente a minha alma, quando senti atraz de mim o chouto de um burro. Voltei-me, e vi então o cavalleiro. «Eis aqui, disse com os meus botões, o *cicerone* que a Providencia se encarregou de mandar-me!»

O chouto trapeava já mais perto de mim, quando o cavalleiro desconhecido se dignou dirigir-me a palavra:

— Olá, amigo! Vai para a romaria?

E emparelhava o seu burro com o meu.

Impressionou-me agradavelmente a sem cerimonia da pergunta. Além d'isso lembrou-me a ponto que mais vale um amigo no caminho do que dois em casa.

Falam de democracia os republicanos. Ora adeus!

Comparem com esta democracia minhôta a democracia franceza da terceira republica! Pois olhem que por cá, pelo Minho, no coração das aldeas, não ha republicanos.

Eu, reparando no meu inesperado companheiro de viagem, respondi:

—Vou para a romaria, sim, senhor.

O meu companheiro era o que por cá se chama — um lavrador rico. Homem de trinta e sete a trinta e oito annos, rosado das faces, cabellos castanhos. Calça e rabona preta, chapéu baixo, camisa bordada, dois anneis n'um dedo: sem gravata.

—Então, se vae para a romaria, replicou elle, ha de fazer-me um favor...

—Da melhor vontade, respondi.

—Ha de ensinar-me o caminho...

Ao ouvir estas palavras, puz a mão esquerda no arção de modo a voltar-me sobre a direita para o meu interlocutor, tanto quanto me foi possível. E disse-lhe:

—Com que então também o sr. vae para a romaria?

—Vou para a romaria, vou.

—N'esse caso, repliquei, ha de fazer-me um favor...

—Qual?

—Ensinar-me primeiro o caminho para eu lh'o poder ensinar depois.

O homem riu-se, e desde esse momento as nossas relações ficaram entabuladas.

Contou-me a sua historia. Era de S. Miguel das Aves, lavrador, solteiro. Frequentador de romarias, era justamente a da Senhora de Vallinhas a que menos tinha frequentado. N'uma palavra, não sabia o caminho. Mas, apesar de o não saber, a sua companhia foi-me util. Mais experimentado nos caminhos d'aldeia, quando chegavamos a alguma encruzilhada era elle que resolvia a difficuldade:

— Por ali é que deve ser. Ha pégadas, e signal de terem passado rodas.

Estes vestigios ter-me-iam escapado por certo, e se não houvesse encontrado o bom homem de S. Miguel das Aves, ainda a esta hora andaria perdido entre Santo Thyrsso e Monte Cordova á procura do arraial da Senhora de Vallinhas,

A' medida que se vae subindo para Monte Cordova a bacia dos valles cava-se mais profunda e mais extensa n'um panorama verdadeiramente encantador. A casaria de Santo Thyrsso alveja ao longe, como n'um bracelete de esmeraldas uma opala.

Chegámos finalmente ao logar da romaria.

Ah! que formoso sitio aquelle! Junto da capellinha, que é modestissima, estende-se um vasto carvalhal, onde só tenues raios de sol conseguem penetrar. O aspecto que este bosque offerecia era deliciosamente pittoresco. Aos troncos dos carvalhos estavam amarrados numerosos burros, cavallos e bois. Aqui e ali, ondulava uma dança chuleira; mais além um pequeno grupo comia, sentado na relva, o seu farnel. Um pintor impressionista haveria trazido do arraial da Senhora de Vallinhas o esboço de uma téla preciosa.

Sentei-me á sombra de um carvalho a lêr os jornaes de Lisboa, por que tinha esperado em Santo Thyrsso. A pequena distancia viera instalar-se um grupo de camponezes para petiscar; o seu farnel consistia em vinho, borôa e melancia. Eram ao todo seis pessoas: pae, duas filhas, dois filhos, e o namorado da filha mais velha. Um dos filhos partiu o pão em seis rações, que logo foram distribuidas. Depois, o pae bebeu a sua conta, e a caneca de barro passou de mão em mão. Os ultimos a beber foram os namorados. Em seguida comeram a melancia, aberta em seis talhadas.

— Poupem-me o vestido, dizia a rapariga mais velha,

receiosa de que o summo da melancia lhe escorresse sobre a saia lisa, de merino azul.

Quando passavam romeiros seus conhecidos, os do grupo, depois de cumprimentar, ficavam commentando.

Por duas ou trez vezes ouvi a rapariga mais velha dizer de outras que iam passando:

—Ai! que vae mesmo um cravo!

O cravo é, entre as flores do campo, aquella que vulgarmente serve de termo de comparação para se elogiar uma mulher.

A principio, os do grupo estavam um pouco reservados para comigo. Mas, a breve trecho, pude inspirar-lhes confiança. A rapariga mais velha, depois que o pae se levantou para falar com um amigo, não teve mesmo duvida em conversar com o namorado, de modo que eu podia perceber algumas palavras.

Por muitas vezes lhe ouvi falar na sua *ialma*, sem comtudo apanhar a phrase toda.

Como ria um lisboeta d'aquella abundancia de *i i* que a prosodia minhôta ia enxertando a cada passo entre o *a* final de uma palavra e o *a* inicial de outra! E comtudo, no portuguez antigo, ha exemplos da interposição do *i* talvez para evitar o hiato. Nos *Autos* de Antonio Pres-tes conheço um dialogo em que se diz:

Pae—Tendes vós prova sem calma?

Proc—A *yalma* d'elle.

A troca do *b* pelo *v* e vice-versa esfervilhava nas conversações do arraial como se fôra uma praga de mosquitos que entrassem pelas orelhas.

A este respeito lembra-me contar um caso que me foi communicado ha dias.

Viera depôr ao tribunal de Santo Thyrso uma testemunha—um homem de S. Miguel de Villarinho, terra classica dos tamborileiros do Minho. Era presumpçoso no

falar esse homem, e, quanto mais pretendia aprimorar a prosodia, mis trocava o *b* pelo *v*.

Supponho que foi o delegado que lhe perguntou para o ver *dar sorte* mais uma vez:

— Em S. Miguel de Villarinho fazem-se muitos *tambores*?

— *Tambores, comvos e sacumvas*, respondeu espetivamente a testemunha.

Assisti á procissão, que se compunha de trez andores — castellos enormes de plumas, flôres, espelhos e arabescos de papel dourado. Qualquer dos andores não media uma altura inferior á de um segundo andar. Como o terreno fosse declivoso, cada andor era equilibrado por meio de uma corda tensa, que um camponez segurava com forte pulso. As imagens, muito pequeninas, custavam a enxergar encafurnadas na sua grutasinha casquilha, a meia altura do andor.

Tambem assisti á dança dos tambores, folia verdadeiramente selvagem. Imagine-se quatro ou cinco tambores rufando ao mesmo tempo, e no meio o homem do bombo fazendo-o retumbar com fortes golpes de baqueta, vibra da por cima da cabeça, por cima dos hombros, ora por debaixo do braço esquerdo, ora por debaixo do braço direito. As piruetas que elle era obrigado a fazer, para conseguir estes effeitos de acrobatismo musical, não posso eu dizel-o. Só visto. Verdadeiramente comico, o homem do bombo!

Jantei, como todos os romeiros, estendendo-se a toalha sobre a relva. Nos arraiaes do Minho come-se á romana, isto é, cada um dos convivas firma-se sobre o cotovello como se estivesse recostado n'um triclínio. Uma alluviação de cegos andantes fizera as despezas da musica durante o jantar, e uma chusma de cães pilharengos farejava ávidamente á espera que se lhes atirassem os ossos das aves.

Eram cinco horas da tarde quando acabei de jantar. O arraial estava então no apogeu do entusiasmo. As pipas de vinho iam-se exgotando; os taberneiros mettiam-lhes um calço para inclinal-as sobre os carros. As danças remoinhavam em muitos pontos do carvalhal, mas de vez em quando interrompiam-se tumultuariamente porque um burro, aturdido pela musicata, conseguia soltar-se da corda que o prendia ao tronco de um carvalho. As bailadeiras fugiam, e os homens corriam a amarrar de novo o burro. Depois a dança continuava.

Porque seja meu natural entristecer-me quasi sempre no meio de uma festa publica, resolvi sahir do arraial. Fui desamarrar a azemola e, como já conhecia o caminho, montei e parti.

Quando eu descia para o valle, sobre o dorso da pileca, os morteiros estrondejavam tempestuosamente no arraial, e eu invocava o anjo da guarda para chegar inteiro a Santo Thyrsó.

O anjo da guarda dignou-se ouvir-me. ⁽¹⁾

(1) Este capitulo é a reproducção, *mutatis mutandis*, de um folhetim, que foi primitivamente publicado na folha lisbonense *O Economista*, de 15 de setembro de 1885, e transcripto no *Jornal de Santo Thyrsó*, em 24 do mesmo mez e anno, bem como no 2.º vol. do *Minho Pittoresco*.





IX

Caldas da Saude

A natureza, tão prodiga de pittoresco em todo o concelho de Santo Thyrsó, quiz também beneficial o com uma abundante nascente de aguas mineraes, reunindo assim o util ao agradável, *utile dulci*, segundo a formula concisa de Horacio.

Refiro-me ás Caldinhas ou Caldas da Saude^[58], situadas na freguezia de Areias, extremidade setentrional do concelho, distantes da villa apenas 3, 5 kilometros, e servidas por duas avenidas que a ligam com a estrada districtal de Santo Thyrsó a Famalicão.

O sitio é encantador, como toda esta região, que tanto deve á belleza da paizagem.

Proximo das Caldas corre, fertilizando os campos e alegrando a vista, o ribeiro Pelle, que, por ser visinho de Camillo em S. Miguel de Seide, lhe mereceu mais de uma referencia.

Parece já ter havido aqui, outr'ora, um estabelecimento balnear, cujos vestigios materiaes desappareceram completamente.

Mas não subsiste documento que justifique esta versão local.

Como quer que seja, a tradição parece remontar-se a mais de quinhentos annos.

Não é, contudo, preciso ir buscar tão longe o credito d'estas aguas mineraes, que bem lhes basta aquelle de que estão gozando hoje, e já vai soando por todo esse Minho dentro com largo écco.

O que é certo é que em 1841 a fama das curas operadas pelas Caldas da Saude levou um vereador da camara municipal de Santo Thyrso, Antonio Joaquim da Silva Guimarães, a mandar construir ali um barracão de madeira (que depois foi substituido por uma construcção mais solida, posto que modesta) com trez banheiras de pedra, em outros tantos compartimentos, para uso dos banhistas.

Era o humilde inicio da resurreição do antigo balneario, se em verdade o tinha havido ali.

Em 1890, a mesma camara, sendo seu presidente o sr. dr. Antonio Carneiro de Oliveira Pacheco, poz em hasta publica as nascentes, que foram adjudicadas, por 99 annos, medeante a renda annual de 2:000 reis, a Manoel Joaquim Marques, natural do lugar da Portellada, freguezia de Santa Eulalia da Palmeira, e então negociante no Rio de Janeiro.

O respectivo contrato tem a data de 23 de maio de 1891.

O concessionario mandou construir o actual edificio, que fez inaugurar no mesmo anno, e que foi melhorando successivamente dentro dos possiveis limites da iniciativa individual.

Uma companhia que dispuzesse de capitaes abundantes teria dado rapido desenvolvimento ás Caldas da Saude, não só no respeitante aos serviços thermaes, mas tambem á installação de um *hotel* confortavel, que é o necessario complemento de uma estação balnear.

Manoel Joaquim Marques teve porem a clara noção do prospero futuro que estas aguas mereceriam, logo que os resultados da sua analyse confirmassem scientificamente a fama que as recommendava, e não se poupou a esforços para alvejar o seu *desideratum*.

Assim, pois, solicitou um reconhecimento analytico das nascentes, que foi publicado mais tarde na *Medicina Moderna*, do Porto, periodico do sr. dr. Oliveira Castro, e que as classificou como protothermaes, hyposalinas, sulphurosas sódicas e provavelmente chloretadas, muito semelhantes ás que nos Baixos Pyreneos se denominam Eaux-Bonnes.

Mais tarde o illustre professor de chimica sr. dr. A. J. Ferreira da Silva foi encarregado pelo concessionario de proceder á analyse qualitativa e quantitativa da agua mineral das Caldas da Saude.

O resultado do seu trabalho, publicado em 1899, estabeleceu o seguinte quadro geral da composição da mesma agua :

Temperatura.....	25°,5
Densidade.....	1,000438
Acido carbonico combinado Co ²	0,039482
" " livre Co ²	0,024851
Sulphyrato de sodio.....	0,019941
» » ammonio.....	0,004167
Carbonato de soda.....	0,062209
» » lithina.....	0,001860
» » magnesia.....	0,004210
Chloreto de sodio.....	0,205852
Brometo de sodio.....	0,001453
Iodeto de sodio.....	0,000029
Sulfato de potassa.....	0,012654
Sulfato de soda.....	0,153318

Oxydo de ferro, alumina e acido phosphorico. .	0,005912
Silica livre.	0,079146
Flureto de sodio.	Vestigios nitidos
Arseniato de sodio.	Vestigios
Materias organicas.	0,021420

Materias fixas doseadas.	0,595747
Residuo secco a 180°, observado.	0,584272
Residuo sulfatado { observado.	0,650360
calculado.	0,651597
Alcalinidade absoluta expressa { observada.	0,109436
em acido sulfurico calculada	0,109524
Alcalinidade relativa.	0,087990

O illustre professor, em face dos resultados da analyse, chega ás seguintes conclusões:

As aguas das Caldas da Saude são de todas as aguas sulfureas do norte do paiz, cuja analyse completa tem sido realizada, as mais ricas na mineralisação total, em chloreto de sodio, em sulfatos alcalinos, em cal e magnesia, em silica, e em brometos e iodetos alcalinos. Avantagejam-se-lhe as de Entre-os-Rios na alcalinidade e na sulfuração. São de todas, porém, as que representam melhor o typo das *aguas chloro sulfuradas sodicas* dos hydrologistas francezes.

Devem, portanto, classificar-se adoptando o methodo do professor Ricardo Jorge, como *aguas hypothermaes, hyposalinas, chloretadas, sulfureas sodicas (sulphhydratadas), silicatadas e bromo-iodadas*.

Manoel Joaquim Marques falleceu sem ver assegurada a prosperidade do estabelecimento thermal por que tanto se interessava.

A sua morte occorreu, na freguezia de Santa Eulalia da Palmeira, a 28 de dezembro de 1899.

Foi casado com D. Arlinda Vieira Marques, natural do Brazil.

D'este consorcio nasceram dois filhos, Gastão e Hilda.

A morte de Manoel Joaquim Marques e a circumstancia de residirem no Brazil os seus herdeiros teem retardado o desenvolvimento e prosperidade das Caldas da Saude.

Não querem os herdeiros do Marques continuar de sua conta a exploração do estabelecimento, pela razão de viverem longe, e procuram transaccionar a sublocação nos termos do contrato.

Existe um projecto definitivo do edificio, elaborado pelo engenheiro sr. Alvaro de Castellões, ainda em vida do Marques

Agora informam-nos de que o sr. conselheiro Araujo e Silva está trabalhando n'um novo projecto e orçamento, por incumbencia dos capitalistas que pensam em tomar a empresa.

Parece que ha ideia de trazer as aguas até á villa de Santo Thyrsó.

Oxalá que este alvitre possa ter realidade.

Actualmente ha no estabelecimento 3 tinas de 1.^a classe e 8 de 2.^a.

Deve haver 4 tinas de 3.^a classe; mas porque não as ha ainda, é preenchida esta falta pelas tinas de 2.^a classe.

Na 1.^a classe os banhos custam 240 reis; e na 2.^a, 140.

Na 3.^a classe custarão 60 reis.

As aguas das Caldas da Saude empregam-se como agente therapeutico nos seguintes casos:

Uso interno: Doenças do estomago, intestinos, vias respiratorias e genito-urinarias.

Modo de as usar: na dóse de 60 grammas uma ou duas vezes ao dia, simples ou misturadas com igual porção de leite, uma hora antes das refeições.

Uso externo: Dermatoses (molestias da pelle) e reumatismo.

O viajante que procurar estas aguas deve dirigir-se

para a estação de Santo Thyrsó na linha ferrea de Bougado a Guimarães, e apear-se n'aquella estação, d'onde poderá seguir em carruagem até ao estabelecimento thermal, gastando apenas meia hora.

Dos aguistas hospedam-se uns em algumas casas que teem sido construidas junto ao estabelecimento; outros ficam nos *hoteis* de Santo Thyrsó e vão fazer uso das aguas em carruagem de aluguer (na villa ha trez alquiladores) ou no carro da carreira, estabelecida por Luiz Antonio Alves Guimarães, o *Barú*, o qual carro, durante a estação propria, parte da villa todos os dias ás 6 horas da manhã e regressa ás 8, custando 200 reis o bilhete de ida e volta.





NOSSA SENHORA DA ASSUMPÇÃO



X

Nossa Senhora da Assumpção

Foi no *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º de 23 de julho de 1896, que o sr. José Bento Corrêa iniciou a propaganda para se erigir em Monte Cordova, por subscrição pública, um templo consagrado a Nossa Senhora da Assumpção.

Dizia o dedicado iniciador :

«Construindo-se quasi no cume do monte o templo, poder-se-iam edificar na encosta capellinhas, representando os acontecimentos mais importantes da vida d'Aquella que é Mãe de Deus e dos homens. E com pouca despeza converter-se-ia aquelle monte n'um verdadeiro manancial de gozo e bem estar.

«Creio que em nenhuma parte ha logar mais bello e formoso. O ar que ali se respira é purissimo, a agua jorra abundantemente por todas as partes, o sólo é juncado da mais luxuriante vegetação e o panorama que se offerece á vista é dos mais amenos e ridentes. Parece mesmo que a natureza o ornou de todas as graças e enfeites para testemunhar ao Creador a sua infinita gratidão».

Nossa Senhora da Assumpção é uma antiga devoção

thyrseense, que data do tempo dos frades. Já o auctor da *Benedictina Lusitana* dá noticia de estar collocada no altar-mór a imagem d'esta invocação, que ainda ali se conserva.

A devoção, aliás generalisada em todo o reino, especialmente nas cathedraes, continuou em Santo Thyrso depois da extinção das ordens religiosas.

O hospital da Misericórdia tem como protectora Nossa Senhora da Assumpção.

Por isso, decerto, o sr. José Bento Corrêa indicou aquella invocação, tão querida dos portuguezes, e singularmente do povo de Santo Thyrso.

O artigo do *Jornal* encontrou, portanto, bem disposta a opinião publica para a piedosa cruzada que elle iniciava.

O sr. Manoel Eduardo de Souza, negociante na villa, lendo aquelle artigo, subiu a Monte Cordova, aonde nunca tinha ido, e tão encantado voltou com a belleza da paizagem, que auctorisou o sr. José Bento Corrêa a declarar em publico ter apparecido um devoto que se prestava a offerecer a imagem para o projectado santuario.

Movido de uma justa curiosidade, o sr. José Bento instou por saber o nome d'esse devoto, e ficou ainda animado de maior coragem para a realisação do seu intento quando, finalmente, o sr. Manoel Eduardo de Souza lhe declarou que era elle proprio que offereceria a imagem.

Logo correu esta boa nova, que foi acceita com fervoroso enthusiasmo.

Poucos dias depois, reuniam-se no edificio escolar as pessoas mais gradas da villa, entre ellas o rev.º abbade Pedrosa, grande enthusiasta d'este empreendimento, resolvendo-se logo ali nomear commissões que tratassem de todos os assumptos relativos á construcção do novo santuario, taes como, modelação da imagem, aforamen-

to do terreno, sua arborisação, elaboração e aprovação dos estatutos da respectiva irmandade, etc.

Quanto á escolha do terreno, deu-se um caso interessante.

Foram varias pessoas, para esse fim, a Monte Cordova.

Quanto estavam procedendo á medição da área destinada ao santuario, appareceram-lhes em attitude aggressiva varios lavradores das freguezias limitrophes, que suppunham tratar-se da usurpação d'aquelle Monte para algum fim menos piedoso.

Se não fosse a coragem d'algumas pessoas, a medição não se teria realizado.

Mas a irritação cessou, quando foi conhecido dos lavradores o fim que se tinha em vista.

Seguiu-se o praceamento do terreno, sem opposição alguma, e foi assignada a respectiva escriptura.

Sobrevieram ainda algumas complicações, porque divergiam os alvitres quanto á escolha do local dentro da área aforada.

O sr. Manoel Eduardo de Souza não esfriou com estas divergencias, antes quiz supplantal-as indo ao Porto, com o sr. Padre Miguel Miranda, encommendar a imagem ao esculptor João d'Affonseca Lapa, de Villa Nova de Gaia.

Não descansando nunca no proposito de vencer todas as demoras e difficuldades, fazia frequentes visitas ao *atelier* do esculptor, voltando sempre satisfeito com os progressos e belleza da modelação.

Dois annos depois, estava concluida a imagem, com grande primor esculpturada por Affonseca Lapa e colorida habilmente pelo pintor Diogo Sampaio.

Foi exposta ao publico na galeria da Santa Casa da Misericordia do Porto, e ali muito apreciada por quantas pessoas a examinaram.

Dizia o *Commercio do Porto*:

«A figura insinuante da Virgem, a naturalidade com que se acham lançadas as roupas, a attitude dos anjos, a expressão dos rostos, tudo demonstra a inspiração e a technica superior do artista.»

Esta folha portuense, referindo se tambem á pintura, classificava-a de obra primacial.

Dizia o *Jornal de Noticias*:

«A figura da Virgem, subindo para os ceus em branca nuvem e rodeada por um côro d'anjos, é d'um recorte primoroso nas suas linhas geraes e d'uma esplendida fantasia em todos os detalhes, desde a expressão suavissima do rosto, n'um extasi divino, até ás ondulações do manto e do vestido, que, em vivos reflexos de seda e ouro, como que nimbram a doce figura de Maria d'uma iriação de sonho celestial».

Escrevia o sr. Alberto Velloso d'Araujo:

«As prégas e o bordado do manto, a delicadeza das mãos, a expressão do rosto, a doçura do olhar, tudo na imagem vive: é um encanto que seduz, uma frescura, que extasia, uma magestade, que se impõe».

Escrevia o Padre Francisco José Patricio:

«A assumpção de Maria Santissima é um thema delicado para traduzir-se na esculpura, pois requer uma concepção ideal d'essa glorificação extraordinaria, que foi o termo d'uma vida predestinada, como era a passagem no mundo da Virgem-Mãe de Jesus.

«E' preciso fazer com que deante d'uma imagem o nosso espirito suba até essa contemplação sublime da magestade com que a Virgem se alou por entre fornosissimas harmonias d'um coro de cherubins para os ditos páramos da gloria; é necessario que ella se ostente suspensa entre nuvens, com o peito arfando na pureza de divinos affectos, com a vista fixa nos luminosos espa-

ços da bemaventurança, com todos os encantos da belleza eterna e os resplendores triumphaes da beatitude celestial.

«Para vos dar uma ideia de tudo isto, é preciso que um artista esteja conscio dos seus recursos e que os aproprie e desenvolva com toda a segurança, por isso muito ha para felicitar na escultura que o snr. Lapa acaba de expor e que merece justos applausos a todas as pessoas que tiveram occasião de a admirar».

Emquanto no Porto se procedêra á modelação felicissima da imagem, tinha-se tratado em Santo Thyrso da constituição legal da *Irmandade de piedade e beneficencia de Nossa Senhora da Assumpção*.

Fôra encarregado de redigir os respectivos estatutos o snr. dr. Manoel Pinheiro Guimarães, que se desempenhou promptamente d'essa missão, concluindo-a em novembro de 1896.

E foi elle o primeiro dos irmãos fallecidos d'esta nova confraria (1897).

Os fins da irmandade constam do artigo 2.º dos estatutos:

«1.º Erigir em local apropriado, no Monte Cordova, fronteiro a esta villa, um templo, sob a invocação de Nossa Senhora d'Assumpção, a quem será consagrado, e em honra da qual se fará solemne festividade no dia 15 d'agosto de cada anno;

«2.º Soccorrer os irmãos cahidos em indigencia ou ainda as pessoas pobres do concelho, nos termos que vão declarados em o n.º 6.º do art. 34.

«§ unico. Para o fim designado em o n.º 1.º, a irmandade, seguindo as prescripções legaes, deverá adquirir o terreno necessario e aformoseal-o, arborisando o, explorando aguas e fazendo obras de arte, á semelhança do que se vê no Bom Jesus do Monte, em Braga, de modo a converter o respectivo local em uma instancia aprazivel de

agrado e recreio, que convida, pelos seus attractivos, a visita e attenção dos forasteiros.*

Os estatutos foram approvados por alvará do governador civil do Porto, de 4 de maio de 1897.

No dia 14 de janeiro de 1899, um sabbado, chegou à Santo Thyrsó, acompanhada pelo rev. abbade e pelo sr. Manoel Eduardo de Souza, a imagem de Nossa Senhora da Assumpção, destinada a Monte Cordova.

Na estação era esperada por grande concurso de povo.

Em signal de regosijo publico, foram queimadas muitas girandolas de foguetes.

No dia seguinte procedeu-se solemnemente á benção da imagem.

Para festejar este jubiloso acontecimento, tocou á missa primeira a Banda Artistica Thyrsense, e a missa conventual foi acompanhada a orgão pelo sr. Ernesto Guimarães.

Dois annos esteve a imagem collocada no corpo da igreja matriz sendo festejada no dia 15 d'agosto pelo seu doador, até que a colheita de alguns donativos e o nunca esmorecido esforço do sr. Manoel Eduardo de Souza puderam fazer que se concluísse a modesta, mas elegante capellinha que hoje alveja na encosta de Monte Cordova, a par da casa do solitario ermitão, que dia e noite vela pela conservação da bella imagem e do seu pequenino templo.

Finalmente, em agosto de 1901 cuidou-se de transferir a imagem para o novo santuario.

As demonstrações festivas do acto inaugural e da romaria começaram no dia 11 por salvas de morteiros e foguetes no alto de Monte Cordova ao amanhecer, ao meio-dia e ás Ave-Marias.

Foi profusamente distribuido o programma da solemnidade religiosa, que devia effectuar-se no dia 15, e dos festejos populares a que deu motivo.

Tambem foi espalhada com antecedencia a seguinte saudação, composta pelo sr. dr. Costa Macedo e impressa n'uma folha volante, sob o titulo de *Recordação da primeira romaria ao monte de Nossa Senhora da Assumpção no concelho de Santo Thyrso em 15 de agosto de 1901*:

Ó Virgem Nossa Senhora,
Doce Mãe dos peccadores,
Á luz do teu pranto, — Aurora,
Abrolhos rasgam-se em flores.

Virgem Santa, Virgem Mãe,
Ó Senhora da Assumpção,
Que de romeiros ahi vêm
Orar-te com devoção!

Quem navega tudo teme:
Noite, nuvens, tempestade . . .
Só tu és seguro leme,
Luz d'infinita piedade.

Que importa que a noite escura
Encha tudo de tristeza,
Se a fé em ti, Virgem Pura,
Fôr sempre alampada accesa!

Agora é linda a capella,
Que nos convida á romagem,
Porque mora dentro d'ella
A tua celeste Imagem.

Crystallino veio d'agua,
Que tam perto aqui nasceu,
Parece gemer de mágoa,
Temendo te leve o Céu:

Que as estrellas, a scismar,
Vendo Imagem tam formosa,
Podem vir-te arrebatâr
Pela noite silenciosa.

Uma circumstancia tão imprevista como feliz proporcionou-me occasião de assistir á trasladação da imagem para o seu novo santuario, certamente provisório apenas.

O dia 15 d'agosto de 1901 ha-de ficar eternamente memoravel na villa de Santo Thyrsó; de mim será sempre lembrado com uma viva e deliciosa saudade.

Os factos religiosos que mais nos impressionam, deixam-nos uma saudade casta, que se não confunde com qualquer outra. Por isso dura mais: é um aroma brando, mas persistente, que perfuma a alma.

Foi esse o dia destinado para a imagem de Nossa Senhora da Assumpção—encantadora imagem, que se faz amar religiosamente—ser conduzida processionalmente da egreja parochial de Santo Thyrsó para o seu novo santuario em Monte Cordova.

A's trez horas e meia da manhã accordou toda a villa ao som de buzinas e bombos—especie de despertador geral e troante, que venceu o mais profundo somno dos dorminhocos.

O sol não nascêra ainda, mas os candieiros da iluminação publica tinham ficado excepcionalmente accesos até essa hora.

Este mesmo incidente, sabiamente calculado, contribua para dar animação e realce ás ruas da villa.

Abriam-se as portas e janellas como se fosse já dia claro: quer dizer, toda a população respondia em genitivo á ruidosa *alvorada* tangida nas buzinas e nos bombos.

Festa geral, d'estas que se não decretam, e são as mais sinceras e expansivas.

Pouco depois das quatro horas da manhã, sahia da egreja parochial a bella imagem, deitada sobre o andor, para que no caminho estreito do Monte lhe não fizessem obstaculo ou damno os ramos das arvores. Parecia ainda mais bella e santa aquella terna imagem, n'essa posição. Olhos fitos no Ceu; braços estendidos para elle. Um querer subir logo ao accordar, enviando o seu primeiro pensamento ao Filho amado, que já estaria impaciente de chamal-a e recebel-a, como Ella estava anciosa de tornar a vel-o. Mudo colloquio entre a Mãe e o Filho, que todos comprehendiam e a todos causava sensação profunda. Fazia bater mais forte o coração; não se pôde esquecer jámais esse espectaculo solemne e divino, talvez unico sobre a terra.

Ia brilhante e extenso o prestito, composto de dezeses irmandades, e trez sacerdotes, um dos quaes era o rev.^o abbade Pedrosa, que honra na vida ecclesiastica o bom nome que o pae teve entre os medicos do Minho.

Aos lados do andor e após elle, uma grande multidão de fieis, homens e mulheres, tomando toda a rua e marchando n'um recolhimento cheio de respeito e uncção: mais alguma coisa do que a devoção vulgar.

Fechava o cortejo uma banda de musica, que viera de Monte Cordova para acompanhar a imagem.

Monte Cordova! já muitas vezes fallamos d'elle n'este livro, e comtudo ainda ha mais para dizer. Tem vasto panorama: todo o valle do Ave, que é uma campina deleitosa; ao largo, Villa do Conde e a Povia de Varzim, como quem diz — o mar; montes longinquos de Espozende e Barcellos; entre léste e norte, o Sameiro e a Falperra e a sudoeste as torres da Lapa, no Porto. Todo um oceano de vegetação engastado no aro das serras distantes, e sulcado de *nuances* de verdura, que parecem vagas a espraiair-se docemente, esbatendo-se umas na orla das outras.

Fica a mais de meia encosta a capellinha modesta, que recebeu a imagem da Virgem. O alto do Monte, quasi escaldado; do santuario para baixo, sombra de sove-reiros.

Todas as difficuldades do transito por asperos caminhos, na ascensão do Monte, foram vencidas por uma devoção heroica.

A procissão ia subindo lentamente, colleando n'uma spiral de vivissimas cores. O povo alastrava o chão com boninas, que punham no ambiente aromas campestres. As mulheres cantavam em côro :

Ave Maria !
Virgem-Mãe de Deus !
Nós somos teus filhos,
Somos todos teus.

Ave Maria !
Santa Mãe de Deus !
Rogai a Jezus
Pelos filhos teus.

Sois cheia de graça,
Sem culpa gerada,
Para ser dos homens
Terna advogada.

E o prestito luzido ia marchado ladeira acima, allumiado pelos brandos raios do sol nascente, que não ousavam rasgar ainda a nevoa com que o alto do Monte se toucava.

Em S. Miguel do Couto, um andor conduzindo S. Rozendo fez recepção á Virgem, e acompanhou-a até ao novo santuario; depois regressou á sua freguezia.

Honra maxima, tributada á Rainha das rainhas.

Seriam 7 horas quando a imagem de Nossa Senhora chegou á modesta capellinha de Monte Cordova. Fecharam-se as portas do santuario para dar tempo a que a imagem fosse collocada no altar. Pareceram seculos de espera, e tanto, que, reabertas as portas, uma onda de fleis, impacientes e fervorosos, entrou de roldão no santuario, levando suas offerendas e votos. Durante todo o dia encheram-se de esmolas as bandejas; e algumas esmolas foram avultadas.

Osromeiros, sahindo do templo, procuravam a sombra para acampar. Ranchos aqui, acolá, alem: bivaques improvisados e alegres, que uns aos outros se saudavam n'esse dia de festa geral.

Esteve o Monte povoado e vistoso enquanto o sol brilhou no horisonte. Com o cahir da noite foi-se despoando vagarosamente, e a custo. Tão animada foi a partida, quanto saudoso o regresso. Era já noite, e ainda voltavam de má vontade os retardatarios. Todos se reconheciam mais pobres e desacompanhados: ficava-lhes em Monte Cordova aquella bella imagem, que lhes parecera já thesouro seu enquanto a veneraram na egreja parochial de Santo Thyrso. Deixaram-n'a em nova casa, mais affastada e difficil no accesso. Sentiam-lhe a falta, choravam-lhe a companhia e amparo. Vinham desconsolados, tristes d'aquella resignação concentrada, que faz mais abalo na alma do que o choro tempestuoso e a lástima afflictiva.

Acabou assim o dia memoravel.

Tenho visto muitas ovações e apothéoses a personagens terrenas. Algumas fizeram vibrar-me o coração. Mas, uma vez presencadas, esqueceram. D'esta que n'aquelle dia testemunhei, em honra da Mulher Purissima, cheia de Graça, Espelho de Justiça, Rosa Mystica, Refugio dos peccadores, realza eterna, imperecivel e incomparavel, não poderei esquecer me nunca mais.

Creio até que alguma hora da minha vida terei neces-

sidade de reconstituil-a mentalmente, para renovar perante mim proprio um espectáculo que me fará bom e humilde, resignado no que haja ainda de soffrer, porque só conheço na terra uma unica força invencível e universal: a fé.

Nunca me faltou essa coragem: a de crêr; nem a outra, que lhe é parallela: a de o dizer bem alto, sem hesitações.

*

E' doce, macio como a plumagem de uma aza, harmonioso como o preludio de um gorgueio, o nome d'este rio lindo e manso, que vai deslisando por entre amieiros, cantando nas azenhas, quebrando nos açudes, passando eternamente, como a existencia da humanidade, para ir levar ao oceano o tributo das suas aguas azues e claras.

Ave se chama: — palavra que lembra ao mesmo tempo o espaço ethereo por onde os seres alados desferem seu largo vôo, e a harmonia dos trillos que jorram d'essas gargantas pequeninas e canoias a que Deus confiou o segredo, porventura a missão, de ensinarem aos homens o divino vocabulario da musica.

Nome tão doce, mais que os de todos os outros rios de Portugal, parecia bemfadado por uma delicada inspiração de poeta para soar como fugitiva melodia aos ouvidos do homem e suggerir-lhe pensamentos altos e maraviosos.

Mas agora, ao cabo de dezenove seculos de christianismo, no termo de mil e novecentos annos de fé christã, chegou o momento de reconhecer se que na escolha d'esse nome houvera uma predestinação mysteriosa e providencial, uma prophecia assombrosa e certa, que previu lucidamente o futuro, adivinhando piedosos acontecimentos que deviam realizar-se em nossos dias para maior gloria e esplendor da religião de Jezus.

Quem foi o extranho propheta não é possível sabel-o

hoje; mas recebemos a prophesia e todos reconhecemos sua verdade, sua origem mysteriosa, certamente sobrenatural.

Previo esse ignorado vidente o anno, dia e hora em que no pendor de Monte Cordova havia de erigir-se um santuario para glorificar Maria Santissima e ser n'elle venerada uma das mais bellas imagens que até hoje teem representado a mais formosa das mulheres, a mais pura das Virgens, em cujo ventre cheio de graça foi gerado o Filho de Deus.

Tudo agora se explica por uma assombrosa harmonia de mysteriosos acontecimentos, preparados e conduzidos pela Divina Providencia através dos seculos para terem realiação no tempo que lhes foi assignalado.

Justifica-se o nome do rio, o relevo do monte, a iniciativa do santuario, a inspiração do esculptor, como se todos estes incidentes connexos fossem os elos de uma cadeia que unifica, no mesmo pensamento religioso, o passado e o presente supprimindo os seculos intermedios.

Conduzida em triumpho a imagem ao santuario e collocada no seu altar votivo, um cantico unisono nasceu de todas as boccas para saudal-a. Mas nem só as creaturas entoaram saudações e hymnos, senão que tambem os fructos no pomar, as boninas no campo, as arvores e as plantas, os outeiros e os valles, os regatos e as fontes, tudo quanto, alastrando-se ao sopé de Monte Cordova, ficará noite e dia sob o olhar maternal e a benção carinhosa de Maria Santissima.

N'este geral concerto quiz o rio Ave tomar o lugar primacial que lhe competia, para o qual parece haver sido fadado.

Elle é o accidente, o trecho e aspecto mais bello do panorama thyrseense: quiz, por isso, fallar mais alto que todos os outros.

Nomear-se-ha constantemente a si proprio para que a Virgem da Assumpção o reconheça e perfilhe.

Ave, Ave, repetirá a cada momento, declinando seu nome, enquanto vai deslizando sereno e claro.

E logo, offerecendo sua corrente como preito á Virgem Santissima, acrescentará através dos tempos: *Maria! — Ave, Maria!*

E as flores e os fructos, as arvores e as plantas, os passaros e os insectos, juntando seus hymnos e louvores aos das almas piedosas e crentes, repetirão pelos seculos além o eterno cantico do rio, feito apenas de dois nomes: *Ave, Maria!*

*

A modesta capellinha de Monte Cordova, inicio, sem duvida, de um grandioso santuario futuro, continua atraindo a devoção dos fieis, tem já sido visitada por grande numero de devotos.

O ermitão abre a capella todos os dias, cuida do seu aceio e decencia, ben como de avivar a lampada, accesa de dia e de noite. Vigia a conservação das arvores ali expressamente plantadas, para que venham a dar boa sombra, que proteja os visitantes e romeiros.

A devoção dos fieis, que será cada vez maior, abastecerá com o tempo o thesouro da Senhora, por enquanto ainda modesto. Mas a dedicação da irmandade suppre o *deficit* das receitas para equilibrar as despesas do templosinho de Monte Cordova. A generosidade de Manoel Eduardo de Souza parece inexgotavel para com a imagem da Virgem, que ali fez collocar: este exemplo anima os sentimentos religiosos dos outros irmãos.

Tem acudido já alguns donativos espontaneos e de vulto.

Para o altar da capella foi preciso pedir emprestada ainda não ha um anno uma toalha, e já hoje tem trez, sendo uma offerecida pela snr.^a D. Assumpção Amaral,

esposa do snr. Ignacio Simões d'Oliveira Magalhães, de Anadia; outra pelo snr. Joaquim José Ferreira, de S. Miguel do Couto; e outra por uma devota residente na villa de Santo Thyrso.

Tambem teem sido cumpridos alguns votos, felizmente attendidos pela Santissima Virgem. Em cumprimento de uma promessa realizou-se ali uma pequena romaria no dia 6 de junho de 1902, tocando uma banda de musica junto ao santuario e queimando-se fogo do ar. Da villa de Santo Thyrso e das freguezias circumvisinhas concorreu muita gente.

Algumas caravanas, compostas de pessoas da villa, teem subido por vezes ao novo santuario de Monte Cordova, entoando as senhoras canticos em honra da Virgem Immaculada.

Uma d'estas caravanas, não pouco numerosa, esteve ali no dia 15 de setembro de 1901.

Para animar os devotos que fazem a ingreme caminhada do Monte, já corre entre o povo este dictado :

A Senhora da Assumpção
P'ra cima dá-nos a mão.

*

Actualmente a direcção das obras publicas do districto do Porto estuda o traçado de uma estrada, que ligue a villa de Santo Thyrso com o santuario de Nossa Senhora da Assumpção.

*

A irmandade de Nossa Senhora da Assumpção estreou na grande peregrinação annual de 1902 (15 de agosto) a sua bandeira (estandarte) que foi pintada pelo sr. Accacio Lino, alumno da Academia Portuense de Bellas Artes.

*

Um devoto offereceu uma grande mesa de pedra que, para serviço dos romeiros, foi collocada junto á capella da Assumpção.



XI

Instrucção, agricultura e industria

A instrucção publica não tem tido no concelho de Santo Thyrsó o desenvolvimento que seria para desejar, como vamos vêr pela estatística seguinte, referida ao recenseamento geral da população realizado em 1900.

A freguezia da Agrella, com 166 fogos e mais de 600 habitantes, apenas tem uma escola para o sexo feminino.

Frequencia: 32 alumnas.

A casa é alugada.

A freguezia de Agua Longa, com 163 fogos e mais de 700 habitantes, apenas tem uma escola para o sexo masculino.

Frequencia: 31 alumnos.

Casa alugada.

A freguezia de Alvarelhos, com 285 fogos, e mais de 1.000 habitantes, tem duas escolas, uma para o sexo masculino, outra para o sexo feminino.

Frequencia da 1.^a: 16; da 2.^a, 20

Casas alugadas.

Na freguezia de Areias, onde se construiu a primeira escola publica do concelho, como já dissemos a pag. 88,



UMA VESSADA NOS ARREDORES DA VILLA

essa escola, para o sexo masculino, deve-se á iniciativa do professor Pires de Lima.

N'esta freguezia, com 141 fogos e mais de 600 habitantes, só até hoje tem funcionado aquella escola, frequentada por 60 alumnos.

Pensa-se agora na criação de uma escola para o sexo feminino.

Este sexo está representado na freguezia de Areias por 323 individuos, absolutamente carecidos de instrução.

A freguezia de S. Miguel das Aves, com 331 fogos e quasi 1.500 habitantes, tem uma escola para o sexo masculino.

A casa é propria, e foi mandada construir pelo conde de S. Bento.

Frequencia: 55 alumnos.

N'esta freguezia não ha escola para o sexo feminino, mas funciona o *Collegio da Visitação de Santa Maria*, que suppre aquella falta.

A freguezia de S. Martinho de Bougado, com 398 fogos, e mais de 1.500 habitantes, tem uma escola para o sexo masculino.

Frequencia: 40 alumnos.

Casa alugada.

Pensa-se agora na criação de uma escola para o sexo feminino, em casa propria.

Na freguezia de Sant'Yago de Bougado, com 390 fogos e mais de 1.600 habitantes, ha duas escolas.

Frequencia: do sexo masculino, 33; do sexo feminino, 25.

Casas alugadas.

Na freguezia de Burgães, com 206 fogos e mais de 800 habitantes, ha duas escolas.

Frequencia: do sexo masculino, 62; do feminino, 16,

Casas alugadas.

Na freguezia de S. Martinho do Campo, com 220 fogos e mais de 800 habitantes, ha duas escolas.

Frequencia: do sexo masculino, 14; do feminino, 15.

N'esta freguezia ha uma escola particular, a que teremos de referir-nos. E' para ambos os sexos, em edificio proprio.

Na freguezia de S. Salvador do Campo, que apenas tem 44 fogos e 170 habitantes, não ha escola nenhuma, concorrendo porem a circumstancia attenuante de ser uma das duas freguezias do concelho que teem menor numero de fogos.

Na freguezia da Carreira, com 119 fogos e quazi 500 habitantes, ha duas escolas.

Frequencia: do sexo masculino, 76; do feminino, 23.

Casas alugadas.

Na freguezia de S. Mamede de Coronado, com 305 fogos e mais de 1.000 habitantes, ha uma escola para o sexo masculino.

Frequencia: 28 alumnos.

Casa alugada.

Na freguezia de S. Romão de Coronado, com 161 fogos e mais de 660 habitantes, apenas ha uma escola para o sexo feminino.

Frequencia: 31 alumnas.

Casa alugada.

Na freguezia de Santa Christina do Couto, com 168 fogos e quazi 700 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Poderia servir de attenuante a circumstancia de ser esta freguezia visinha immediata, pelo sul, da freguezia de Santo Thyrso.

Mas funciona ali um instituto particular, *Collegio de Nossa Senhora do Carmo*, a que teremos de referir-nos.

Na freguezia de S. Miguel do Couto, tambem visinha

da villa, com 42 fogos apenas e pouco mais de 150 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Covellas, com 101 fogos e mais de 460 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Guidões, com 200 fogos e quazi 700 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de S. Payo de Guimarei, com 111 fogos e mais de 460 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Por legado de Antonio A. F. d'Oliveira, negociante no Porto, foi ali construido um edificio escolar, que já está concluido, e que deverá ser administrado por uma commissão composta do parochio, um membro da junta de parochia e um vereador.

A camara, em sessão de 22 de maio de 1902, já escolheu, para esta commissão, o presidente da mesma camara.

Ainda não está resolvido se esta escola de instrucção primaria elemental será para ambos os sexos ou apenas para o masculino.

Na freguezia da Lama, com 92 fogos e mais de 370 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Lamellas, com 182 fogos e mais de 600 habitantes, tambem não ha escola publica.

Na freguezia de Monte Cordova, com 357 fogos e mais de 1.300 habitantes, apenas ha uma escola para o sexo masculino.

Frequencia: 30 alumnos.

Casa alugada.

O sexo feminino é representado n'esta freguezia por 729 individuos, absolutamente desprovidos de instrucção.

Na freguezia de S. Christovam do Muro, com 150 fogos e mais de 560 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de S. Mamede de Negrellos, com 188 fogos e quazi 700 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de S. Thomé de Negrellos, com 255 fogos e mais de 1.200 habitantes, ha duas escolas.

Frequencia: do sexo masculino, 57; do sexo feminino, 54.

Casas alugadas.

Na freguezia de Santa Eulalia da Palmeira, com 106 fogos e mais de 440 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Rebordões, com 267 fogos e mais de 1.000 habitantes, não havia nenhuma escola publica.

Trata-se agora da criação de uma, para o sexo feminino.

Na freguezia de Refojos, com 200 fogos e mais de 700 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia da Reguenga, com 220 fogos e mais de 800 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Roriz, com 282 fogos e mais de 1.000 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Sequeirô, com 122 fogos e mais de 450 habitantes, não ha nenhuma escola publica.

Na freguezia de Villarinho, com 206 fogos e mais de 750 habitantes, apenas ha uma escola, do sexo feminino.

Frequencia: 32 alumnas.

Casa alugada.

N'esta freguezia o sexo masculino é representado por 356 individuos, absolutamente carecidos de instrução.

Já, a pag. 85 e seguintes, fallamos das escolas fundadas em 1886 pelo então visconde de S. Bento na villa de Santo Thyrso, séde do concelho.

Da relação que acabamos de coordenar, segundo ele-

mentos officiaes, vê-se que em 32 freguezias ha 13 onde não existe nenhuma escola official.

E não incluímos n'este numero S. Payo de Guimarei, cuja escola não funciona ainda posto já esteja construída, nem Rebordões, que não tem ainda, mas vai ter, uma escola para o sexo feminino.

Apenas em 7 freguezias, Alvarelhos, Sant'Yago de Bougado, Burgães, S. Martinho do Campo, Carreira, S. Thomé de Negrellos e Santo Thyrsó ha escolas para ambos os sexos.

Em duas freguezias, Areias e S. Martinho de Bougado, vão estabelecer-se agora escolas para o sexo feminino, havendo-as já para o sexo masculino.

N'uma população de mais de 28.000 habitantes, qual é a do concelho, apenas 1.000 habitantes, ou pouco mais, frequentam as escolas.

Dos edificios escolares só os de Areias, S. Martinho de Bougado, S. Miguel das Aves, S. Payo de Guimarei e Santo Thyrsó foram expressamente construidos para o fim a que se destinam.

As escolas das outras freguezias offerecem, em geral, os inconvenientes que resultam da falta de condições hygienicas e pedagogicas.

Bem sabemos que os trabalhos da agricultura, pesados e constantes, constituem, na vida de provincia, um poderoso inimigo da instrucção publica.

As coisas são o que são, e não o que os legisladores platonicos querem que sejam.

Não ha nada mais fantasista do que decretar a *instrucção obrigatoria* n'um paiz onde o trabalho rural tem de ser obrigatorio para a maior parte das familias.

Uma coisa prejudica a outra.

E' por isso, tambem, que os cursos nocturnos não passam, em Portugal, de ser uma linda utopia.

Os pais, de dia, não podem ceder os filhos á escola, e

à noite pais e filhos estão cansados, precisam procurar no somno a reparação das forças phisicas, que durante o dia gastaram.

Uns e outros, labutando n'uma agricultura que as leis não protegem efficaz nem sufficientemente, não podem viver da instrucção; vivem sómente do trabalho; quanto mais trabalharem, melhor viverão.

Em 16 de julho de 1882 inaugurou-se na villa de Santo Thyrso uma escola nocturna por iniciativa dos srs. Joaquim Augusto da Cunha, José Correia de Freitas e João Rodrigues Lobo.

Este melhoramento intellectual despertou grande interesse. Na sessão inaugural foram recitados discursos entusiasticos sobre a necessidade de propagar a instrucção publica por meio da creação de cursos nocturnos.

Matricularam-se logo 34 pessoas.

Mas, a breve trecho, morria, á mingua de concorrência, tão generosa iniciativa.

Havia professores; faltavam alumnos.

As necessidades imperiosas do trabalho agricola tinham roubado 34 almas á escola e impedido que outras, carecidas de instrucção, viessem substituil-as.

Em 1888, o sr. dr. Eduardo da Costa Macedo planeou a creação de um *Collegio de Santo Thyrso*, em que fossem professadas tanto a instrucção primaria como a secundaria.

Chegaram a imprimir-se os respectivos programmas, e não sei se foram lançados em circulação.

Todavia a aspiração formulada n'esses programmas, e á qual deveriam corresponder bons resultados, de que eram fiadores a competencia e actividade do sr. dr. Macedo, não pôde traduzir-se em factos.

Em dezembro de 1891 o sr. dr. Joaquim Correia Pimheiro Guimarães, sempre entusiasta pela causa da civilisação, tentou abrir na villa um curso gratuito de ins-

tracção primaria, adoptando o methodo certamente mais convinavel á população rural: a *lição das coisas*.

Pois teve que soffrer uma dura desillusão: a sua nobre iniciativa mallogrou-se.

Vem a proposito dizer, de passagem, que tambem o sr. dr. Pinheiro Guimarães tinha inaugurado na villa, em 15 de outubro d'aquelle anno, um collegio denominado *Progreso* para n'elle ensinar as disciplinas constitutivas do curso geral dos lyceus.

A tentativa falhou.

Pela mesma epoca fizera o mesmo cavalheiro conferencias publicas sobre assumptos educativos, especialmente sociaes.

Mas se, como acontece no concelho de Santo Thyrsó, uma forte corrente desvia da escola as creanças, tanto maior deve ser o esforço empregado para vencer essa corrente.

E o que é certo é que a estatistica da instrucção publica no concelho de Santo Thyrsó chega a ser desoladora: de 28:000 pessoas apenas 1:000 procuram saber lêr e escrever.

Quanto a edificios escolares, nas poucas freguezias em que os ha devidamente construidos, a iniciativa particular supriu a iniciativa official.

Fallam bem alto, para demonstrar a verdade d'este asserto, as freguezias de Areias, S. Miguel das Aves, S. Martinho do Campo, S. Payo de Guimarei e Santo Thyrsó.

Tambem a iniciativa particular se tem assignalado no que respeita á creação de aulas para ambos os sexos, como vamos vêr.

Na villa ha um collegio de Nossa Senhora da Conceição para alumnas internas, semi-internas e externas, estabelecido na rua Cyrillo Machado n.º 130, e dirigido pela sr.ª Dona Felicidade Maria Alves Machado, professora legalmente habilitada.

O corpo docente é todo feminino.

Média da frequência: 20 alumnas.

Na freguezia de Santa Christina do Couto ha um collegio, de Nossa Senhora do Carmo, para ambos os sexos, dirigido por irmãs da Companhia de Santa Thereza de Jezus e estabelecido em casa propria, um bello predio, com uma capella annexa.

Dizem-me que este predio vai ser augmentado.

O externato é gratuito para as creanças pobres da freguezia; o internato, para o sexo feminino, é remunerado.

Este collegio, cuja fundação foi promovida pelo abba-de da freguezia, reverendo José Vicente Corrêa d'Abreu, rege se por estatutos devidamente approvados.

Apenas são admittidos meninos de idade inferior a 7 annos, que entram na classe denominada dos *Parvulos*.

A professora, Dona Christina Rosa, tem o curso complementar da Escola Normal do Porto.

Média da frequência: 233 alumnos.

Já em outro lugar nos referimos ao Collegio da Visitação de Santa Maria em S. Miguel das Aves. ⁽¹⁾

Resta dizer que a professora de instrucção primaria é Dona Josepha Augusta Leite de Faria, e que a média das suas discipulas é de 50.

N'este collegio ensina se tambem instrucção secundaria, canto, musica; labores, etc.

A mensalidade das pensionistas é de 8\$000 reis.

O Padre Roberto Maciel publicou no jornal *A Palavra* (de 18 de setembro de 1902) uma correspondencia em que, apreciando este collegio, dizia:

«A casa, dirigida pelas benemeritas Salesias, foi edi-

(1) Vide pag. 153 d'este livro.

ficada pelo fallecido Garrett n uma quinta pittoresca, com todas as condições hygienicas, cercada de formosos jardins, com amplos terreiros, para recreio, com agua pura encanada, quartos para banhos d'immersão, duches, etc., casa a uma pequena distancia, curto passeio da estação de Negrellos (linha de Guimarães).

«A casa já é frequentada por crescido numero de meninas que ainda nos ultimos exames manifestaram quão distinctamente aproveitam a educação que ahi lhes é ministrada: não só as primeiras lettras, mas tambem o portuguez, o francez, o inglez, o allemão, geographia, historia, desenho; e o piano, canto, flôres, bordados etc.

«Aqui aprendem as meninas a cortar, com desembaraço e esmero, e a fazer os proprios vestidos, roupas brancas e todos os trabalhos d'agulha, o que hoje se torna de primeira necessidade, descurada como está esta educação em muitas casas.

«E mais ainda: as mais crescidas em idade, algumas vezes, lá vão á dispensa assistir á distribuição e preparo dos generos alimenticios; estes, na sua quazi totalidade, são já colhidos na propria quinta, o que é de summa vantagem para a boa conservação da saude e desenvolvimento do organismo.»

Em S. Martinho do Campo, alem de duas escolas officiaes já mencionadas, ha desde 1900 outras duas, para ambos os sexos, fundadas em edificio proprio por iniciativa de Manoel Dias Machado.

Sobre estas escolas veja-se no ultimo capitulo a noticia relativa á mesma freguezia.

Na de Roriz existia um convento de frades benedictinos, que viviam segundo a regra da sua ordem, admitindo rapazes, que ali estudavam, recebiam ordens sacras e professavam.

Este convento achava-se estabelecido na importante quinta de Singeverga, de que é usufructuaria Dona Maria

Izabel de Gouveia Azevedo, sendo proprietarios os padres Manoel Leocadio de Faria e José da Silva Andrade. Os frades apresentavam-se em publico, quer em actos religiosos, quer passeando, com os seus habitos monasticos.

Em virtude do decreto de 10 de março de 1901, e portaria de 12 do citado mez, a administração do concelho procedeu aos respectivos autos de declarações e inquirições enviando os autos e um relatorio ao Governo Civil em 8 de abril seguinte, do que resultou, por ordem superior de 20 do mesmo mez, fechar-se o convento, sendo então compellidos trez frades (unicos que a auctoridade encontrou) Manoel Baptista Lopes d'Oliveira Ramos, Manoel Leocadio de Faria e Bento da Costa Cunha, ao encerramento immediato d'aquella casa religiosa, dispersão dos presbyteros ali existentes e a não mais se reunirem em vida commum, ficando só com a faculdade de residencia o proprietario.

Antes tinham-se ausentado do convento trez frades allemães.

Hoje apenas reside ali o referido padre Oliveira Ramos, proprietario do edificio, o qual comprou a Dona Miquelina Julia de Jezus Gouveia Azevedo, irmã da usufructuaria de todos os seus bens (por testamento cerrado de 14-7-98) pois que aquella Dona Miquelina deixou a propriedade dos mesmos bens ao padre Manoel Leocadio de Faria e na sua falta ao padre José da Silva e Andrade, então morador no Couto de Cocujães, concelho d'Oliveira d'Azemeis.

A camara municipal de Santo Thyrso inscreve no seu orçamento, para o custeio da instrucção primaria, as seguintes verbas de receita :

Quinze por cento addicionaes ás contribuições directas do Estado, predial, in-

dustrial, renda de casas e sumptuaria	2:125\$000 reis.
Dedução das receitas geraes	1:160\$000 reis.
	<u>3:285\$000 reis.</u>

A sua despeza com a instrucção primaria monta pois a 3:285\$000 reis, quantia que todos os annos dá entrada na Caixa Geral dos Depositos, nos termos do decreto de 27 de junho de 1895.

Agricultura

O aspecto dos vinhedos em Santo Thyrsó é o commum a toda a provincia do Minho, famosa região dos vinhos verdes.

Antonio Augusto d Aguiar, n'uma das suas *Conferencias*, a 1.^a, descreveu muito bem esse aspecto :

«O vinho verde cria-se nas vinhas de embarrado, que sobem a grande altura acima do solo. N'este systema de cultura, as cepas expandem-se em lançamentos e folhas, enroscam-se nas arvores a que vivem contiguas, amparando-se a ellas; trepam aos castanheiros e choupos, enleiam-se como as serpentes do caduceu, e formam festões e grinaldas que passam de uns para os outros, sem roubar o solo ás culturas a que fazem roda, como as raparigas em torno do milho da eira, dando-se as mãos para a dança nas escamisas.»

Na 9.^a *Conferencia* delimitou Aguiar a região dos vinhos verdes, segundo as suas respectivas categorias :

«Os melhores vinhos verdes, ou como taes considerados até hoje pelos provadores, e que estabelecem a transição para os maduros, são os de Basto e Ribeira do Tamega; os do Lima ao Minho; do Cavado ao Lima; do Ave ao Cavado; do Douro ao Ave, formam as outras regiões gradualmente inferiores, segundo a ordem por que ficam indicados.»

A estas regiões correspondem os cinco typos, principaes, dos vinhos verdes do Minho, tambem estudados por Ferreira Lapa na sua *Technologia rural*: 1.º, vinhos de Basto, e do Tamega; 2.º, vinhos de entre o Lima e o Minho; 3.º, vinhos de entre o Cavado e o Lima; 4.º, vinhos de entre o Cavado e o Ave; 5.º, vinhos de entre o Douro e o Ave.

E' n'esta ultima região, como observa Ferreira Lapa, que se encontra o typo *verdasco*.

Os vinhos de Santo Thyrso concorreram á exposição de Londres em 1874.

*

Com referencia ao concelho :

«Como productoras de vinho as freguezias mais importantes são as de Santo Thyrso (onde chega nos proprios quintaes da Villa a colher-se uma quantidade consideravel de pipas), Bougado, Negrellos e Roriz.

«As videiras são tambem aqui levantadas pelas arvores que cercam os campos e pelas ramadas. As castas de uvas predominantes são: o *azal*, o *bogalhal*, o *espadal* ou *espadeiro* e o *vinhão*, sendo esta a principal e a melhor. Prepara-se geralmente uma so qualidade de vinho verde, tinto, ordinario, cuja duração, na maioria, não passa de um anno.

«Faz-se o vinho em lagares pequenos ou em dornas. A prensa reduz-se ordinariamente a uma pedra, que pesando sobre taboas collocadas em cima do cango amontoado, o espreme imperfeitamente; hoje, porem, já bastantes lavradores teem comprado prensas de ferro. Ao vinho, depois de envasilhado, não se faz tratamento algum, e raros são os lavradores cuidadosos que en tempo competente trasfegam o seu vinho». *Minho pittoresco*, 2.º vol., pag. 330.

*

Segundo o relatorio elaborado em maio de 1890 pelo

sr. Luiz Antonio Rebello da Silva, inspector das estações chimico-agricolas, a analyse dos vinhos que do concelho de Santo Thyrso foram enviados á exposição de Berlim em 1888, deu em resultado a seguinte média :

Densidade em grammas, por litro	997,850
Alcool em volume	9,240 ‰
Alcool em peso	7,436 ‰
Assucar reductor	0,139 ‰
Tanino pelo processo adoptado em 1884	0,127 ‰
Tanino pelo acetato de zinco	0,204 ‰
Extracto œnobarometrico	2,268 ‰
Extracto secco a 100 graus	2,588 ‰
Tartrato acido de potassio	0,239 ‰
Acidez total computada em $H^2 SO^4$	0,614 ‰
Acidos volateis, computados em $C^2 H^4 O^2$	0,139 ‰
Sulfato de potassio	0,037 ‰
Cinzas	0,228 ‰
Acido phosphorico nas cinzas	0,015 ‰

O illustre relator commenta esta analyse dizendo :

«Pertencem os vinhos d'este typo ao grupo dos vinhos *verdes propriamente ditos*. São pronunciadamente acidos e asperos, em consequencia de serem muito tanninosos.

Os expositores do concelho na exposição de Berlim foram :

João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida — Vinho tinto, 1887. 3.º premio. Joaquim Monteiro Pinto — Vinho tinto, 1887, proprio para lotação — 2.º premio.

*

Segundo o mesmo relatorio, a analyse dos vinhos do concelho de Santo Thyrso enviados á exposição de Pariz em 1889 deu em resultado a seguinte média :

Densidade em grammas, por litro	995,550
Alcool em volume	10,000 ‰

Alcool em peso	8,050 ₀₁ °
Assucar reductor	0,129 ,
Tanino pelo processo adoptado em 1884	0,092 ,
Tanino pelo acetato de zinco	0,128 ,
Extracto œnobarometrico	1,890 ,
Extracto secco a 100 graus	2,324 ,
Tartrato acido de potassio	0,142 %
Acidez total computada em $H^2 SO^4$	0,589 ,
Acidos volateis computados em $C^2 H^4 O^2$	0,176 ,
Sulfato de potassio	0,038 ,
Cinzas	0,195 ,
Acido phosporico nas cinzas	0,023

Commentario do relator a esta analyse :

«Os dois vinhos apresentados por este concelho são bem constituídos; regularmente alcoolicos, taninosos, ac-centuadamente acidos. Têm um *bouquet* fino, são agra daveis ao paladar e teem bastante limpidez.»

*

Na exposição Industrial Portugueza que se realizou em 1888 foram expostos vinhos verdes d'este concelho, ficando premiado com a medalha de cobre, conforme foi publicado no *Diario do Governo*, o da expositora snr.^a Vicencia Rosa Moreira, mãe dos snrs. José Bento Cor-rêa e Manoel Bernardino Corrêa.

Os vinhos dos expositores snrs. dr. Antonio Carneiro d'Oliveira Pacheco e Pedro Ramos obtiveram menções honrosas.

*

Pelo *Atlas pecuario de Portugal*, publicado em con-formidade com o decreto de 22 de junho de 1870, no districto do Porto o concelho de Santo Thyrso é, depois do de Penafiel, o mais rico em gados.

N'esse *Atlas* o maior valor da pecuaria de cada con-celho é representado por 100 : Santo Thyrso figura com a percentagem de 83.

Segundo o *Recenseamento geral dos gados*, do mesmo anno de 1870, Santo Thyrsó figura do seguinte modo: gado cavallar, 342 cabeças, valor 5:179\$000 reis; muar, 261 cabeças, valor 4:665\$000 reis; asinino, 252 cabeças, valor 686\$200 reis; bovino, 5.252 cabeças, valor 212:487\$000 reis; lanar, 4.289 cabeças, valor 1:728\$800 reis; caprino, 179 cabeças, valor 93\$200 reis; suino, 5.889 cabeças, valor 36:576\$000 reis.

Valor total dos gados: 261:415\$200 reis.

*

CONCELHO DE SANTO THYRSO

Nota da producção dos cereaes, em litros, no anno de 1901

TRIGO	CENTEIO	CEVADA	AVEIA	MILHO
168:000	1.680:000	16:000	20:800	8.564:000

Nota da producção do vinho no citado anno

VINHO TINTO Hectolitros	VINHO BRANCO Hectolitros	
45:000	250	Na villa consumiram-se 2:55o hectolitros

Mappa numerico das diversas especies de gado existente no mesmo anno de 1901

Cavallar	Muar	Asinino	Vaccum	Lanigero	Caprino	Suino
360	130	170	6:500	3:160	100	4:600

Industria

FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE ALGODÃO DO RIO VIZELLA

Esta fabrica, que se estende desde a freguezia de S. Thomé de Negrellos até á de S. Miguel das Aves, ambas do concelho de Santo Thyrso, constitue hoje um vasto emporio industrial, uma especie de extenso condado mediévo em que o poder fecundo do Trabalho viesse substituir a immobildade improductiva da Nobreza.

Como os antigos castellos e mosteiros, que possuíam dilatados coutos, está rodeada de amplos territorios que lhe pertencem, e que ella explora industrial e agricola-mente.

O Trabalho affirma-se ali sob todos os aspectos da actividade moderna: na vastidão descommunal do edificio, que se divide em «fabrica velha» e «fabrica nova»; nas trez grandes chaminés que se alongam no ar como outras tantas torres esguias, coroadas de pennachos de fumo negro e ondulante; na linha ferrea que estabelece communicação privativa entre a fabrica e a estação de Negrellos; e tambem no cuidadoso amanho das terras adjacentes, onde logo ferem a vista os parreirae dispostos em socalcos solidamente murados.

A fabrica de Negrellos não deu origem a uma nova povoação ou colonia, como tem acontecido em outros pontos do paiz, porque todos os seus operários residem nas freguezias mais ou menos proximas, Burgães, Rebordões, S. Thomé, S. Miguel das Aves, Roriz, S. Martinho, S. Salvador do Campo e Villarinho, do concelho de Santo Thyrso; Lordello e Moreira dos Cónegos, do concelho de Guimarães.

Mas a fabrica, já em si mesma, é uma grande cidade, muito povoada durante o dia, e guardada de noite por alguns empregados que teem domicilio nas dependencias das vastas edificações.

E' o sol, ao nascer, que faz reunir toda essa enorme população fluctuante; é o sol, ao mergulhar no occaso, que a dispersa por estradas e freguezias differentes.

Dir-se-ia uma numerosa milicia de trabalhadores que vai ser aboletada nas suas proprias casas, a fim de tomar descanso durante a noite, e voltar á fileira na manhã seguinte, mais fresca, mais laboriosa, e mais aguerrida para as batalhas incruentas da Paz e do Trabalho.

A fabrica de Negrellos dá-me sempre a impressão de nos proporcionar a realidade viva de um d'aquelles romances em que Octavio Feuillet e Jorge Ohnet descreveram as luctas e os triumphos da industria moderna contra os velhos preconceitos da fidalguia decadente.

Passa pelo meio da fabrica o rio Vizella, cuja agua serve para o consumo das officinas, sem que todavia seja aproveitada como motor.

Para este effeito, o vapor substituiu a agua.

Não seria facil descrever a belleza do estreito rio Vizella, marginado de amieiros, junto á ponte que se avizinha da fabrica, e que por ella foi mandada fazer.

E' um delicioso trecho de paizagem que, visto uma vez, não esquece mais.

O Vizella junta-se ao Ave no sitio dos Caniços, denominação já conhecida no principio da monarchia. ⁽¹⁾

A fabrica de Negrellos, que gira sob a firma Cabral, Vavasseur, Soares & Monteiro em commandita, tem como actual director o sr. Honoré Vavasseur, n'ella residente.

Fundada em 1845, os seus principaes iniciadores foram Antonio José Cabral, avô do actual conde de Vizella, e Eugéne Cauchoix, irmão do avô materno do sr. Honoré Vavasseur.

(1) Vide pag. 59 d'este livro.

Houve ainda outros socios, cujos nomes não pudemos apurar.

A fabrica produz pannos crus, cotins, riscados, etc, e deve ser considerada como uma das primeiras do paiz.

A principio luctou com embaraços, porque todas as iniciações da actividade industrial são difficeis e demoradas, mas, segundo me consta, tem chegado a distribuir nos ultimos annos o dividendo de 30 %.

Está montada com os maiores melhoramentos modernos, que os progressos da mecanica teem introduzido n'este genero de estabelecimentos.

Alem d'isto, o aceio das suas officinas é inexcedivel.

Bastará dizer que a casa das machinas é geralmente conhecida pela designação de «sala de visitas», tamanho é o apuro das suas condições hygienicas.

Fora do portão da fabrica, para o lado da estação de Negrellos, ha uma installação destinada a deposito de algodão e de carvão, bem defendida por grossas portas de ferro.

Tambem fóra da fabrica, na estrada de Santo Thyrso a Guimarães, ha um deposito d'agua, para acudir de prompto a qualquer incendio occorrente.

No inquérito industrial de 1881, a sub commissão encarregada d'esse trabalho no districto do Porto não pôde, por motivos extranhos á sua vontade, visitar esta fabrica.

A commissão central, no relatorio geral do inquérito, extranha e lastima o facto de haver sido recusada aos seus delegados a entrada n'este estabelecimento fabril (vol. 3.º, pag. 118).

O relatorio, quanto á fabrica de Negrellos, conclue dizendo:

«Em vista do que, a sub-commissão desistiu — nem podia fazer outra cousa — de conhecer ácerca d'este es-

tabelecimento. As poucas notas indicadas nos mappas subsequentes provém das informações colhidas na repartição de fazenda do concelho de Santo Thyrso. Consta ahi que a fabrica tem apenas 18:120 fusos e d'esses paga o imposto respectivo; mas informações de outros fabricantes accusam o numero de 30:000 e a producção diaria de 450 a 500 maços, annual de 130:000 a 150:000 maços com o valor de 250:000\$000 reis a 300:000\$000 reis. Como registo apenas, e não como declaração positiva, inscreveremos estes numeros nos logares competentes.»

Segundo o inquérito de 1890, os elementos estatísticos, recolhidos pela respectiva commissão, dão como empregados n'esta fabrica 629 operarios de ambos os sexos.

Em 1897 a fabrica de Negrellos pagava de contribuição industrial 7:192\$200 reis, isto é, mais do triplo do que pagavam as outras industrias do concelho, collectadas, na sua totalidade, em 2:229\$822 reis.

Actualmente esta fabrica trabalha com 876 teares mecanicos e 31.000 fusos, segundo informação que pedi na repartição de fazenda do concelho, e paga as seguintes collectas:

Contribuição industrial.....	6:343\$920
, districtal para o Estado .	1:078\$466
, municipal	1:585\$980
, districtal para instrucção	190\$318
5% extraordinarios.....	444\$074
Imposto complementar	1:268\$784
Sello dos conhecimentos.....	218\$230
Total.....	11:129\$772

Não paga contribuição municipal para instrucção, porque tendo a empresa a séde no Porto, deve ser collectada pela percentagem municipal d'aquella cidade, onde não se lança imposto para instrucção.

FABRICA DE FIAÇÃO E TECIDOS DE SANTO THYRSO

Esta fabrica, inaugurada em 1898, teve origem n'uma clausula da escriptura de contrato celebrado em 21 de fevereiro de 1894 entre José Luiz de Andrade e a Misericórdia de Santo Thyrso.

A sua fundação liga-se, pois, á herança do Conde de S. Bento.

A lembrança do subsidio de 10:000\$000 reis deve-se ao snr. Bernardino da Costa e Sá.

A construcção do edificio começou em julho de 1896, sendo adjudicadas as quatro primeiras tarefas ao sr. José Martins Barbosa, de Burgães.

No principio de março de 1898 procedeu-se á montagem dos teares, vindos de Inglaterra.

O local escolhido para a edificação da fabrica foi o limite da cêrca do mosteiro, margem esquerda do Ave, abaixo da ponte.

A área do edificio e suas dependencia abrange aproximadamente uns 20 mil metros.

Formou-se uma empresa exploradora, que gira sob a firma Vavasseur, Hargreaves & Costa em commandita.

No mez de junho de 1899 já a nova fabrica funccionava com um motor (a vapor) da força de 350 cavallos, mais de 100 teares mecanicos, e cêrca de 400 operarios de ambos os sexos.

Os *æphyres* e *oxfords*, que esta fabrica produz, encontram hoje mercado em todo o paiz.

Os armazens Grandella, de Lisboa, fazem muitas e repetidas encomendas.

Os operarios ou são da villa ou de Areias, Lama, Palmeira, Sequeirô, Santa Christina do Couto e Burgães.

Ao fim da tarde, quando despegam do trabalho, se não constituem uma legião tão numerosa como os de

Negrellos, offerecem comtudo um espectaculo vivo e animado, sempre muito pittoresco.

As mulheres recolhem ás suas aldeas, marchando com a intrepidez caracteristica de todas as minhôtas, descalças, cabeça ao vento, braços pendulados.

Cantam em côro, uns dias por outros, n'uma especie de orphéon espontaneo e instinctivo, que nenhum *maestro* seria capaz de ensaiar com melhor consonancia.

Ellas e os seus companheiros de trabalho constituem grupos de visinhos dos mesmos logares, tomando direcções differentes, estrada fóra, através da noite que vai cahindo.

A moralidade dos costumes não ganha decerto muito com a promiscuidade dos sexos, as tentações do caminho e os maus encontros.

Corre na villa um epitheto que designa, n'um sentido aphrodisiaco, as operárias de virtude menos resistente.

Mas, pela theoria das compensações, a riqueza economica do concelho lucrou com a creação d'este novo centro fabril, que offerece remuneração ao trabalho braçal fóra das condições restrictas, e muitas vezes precarias, da vida agricola local.

A fabrica de Santo Thyrso labora com 188 teares mecanicos e 4.052 fusos. São informações colhidas na repartição de fazenda do concelho, porque não cheguei nunca a receber as que directamente solicitei do gerente sr. Costa.

Paga as seguintes collectas:

Contribuição industrial	1:353\$600
" districtal para o Estado	230\$112
" municipal	270\$720
" districtal para instrucção	40\$608
" municipal idem	203\$040
5% extraordinarios	99\$459
Imposto complementar	364\$864
Sello dos conhecimentos	51\$248
Total	2:613\$651

*

Segundo o inquérito industrial de 1881, o concelho de Santo Thyrsó, abrangendo uma área de 20:440 hectares e contendo uma população (referida a 1878) de 22:485 habitantes, na razão de 109 habitantes por kilometro quadrado, offerecia a seguinte estatística official:

Moinhos de agua, 397; numero de mós, 600; pessoal dos moinhos, 400 a 500 individuos. Alambiques para distillação de bagaço de uva, 12. Carpinteiros, pedreiros, estucadores, 378; salarios 480—360 reis. Serras hydraulicas, 6. Officinas de ferraria, 17; operarios, 27. Fogueteiros, 2. Funileiros, latoeiros, 3. Engenhos de maçar linho, 18. Teares de lã, 61. Alfaiates e sapateiros 97. Officinas de refinação de cera, 2.

Convém notar, segundo o mesmo inquérito, que dos 397 moinhos existentes no concelho, apenas 97 eram propriamente industriaes.

Quanto á tecelagem da lã, as teares do concelho, que o inquérito mencionou, apenas produziam as baêtas *carriças*, que «são de um uso local tradicional».

No districto do Porto unicamente Santo Thyrsó e Penafiel refinavam cera.

✱

Segundo o inquérito de 1890, havia no concelho mais duas fabricas de fiação e tecelagem de algodão, a saber: de Manuel da Silva Maia e de Bernardino Ferreira de Carvalho, cada uma com 12 operarios de ambos os sexos.

De fiação e tecelagem de lã havia no concelho as seguintes fabricas: de Joaquim de Almeida, com 17 operarios de ambos os sexos; Francisco da Silva Campos, 18; Manoel da Costa Maia, 16; Joaquim Gonçalves, 21; José Domingos Neves, 24; Francisco José da Silva, 24; Manoel Gonçalves Pereira, 7; Joaquim Ignacio dos Santos, 16; Manoel Ramos de Almeida, 12; Delfim Rodrigues

de Almeida, 12; Anna Maria dos Santos, 7; José Rodrigues Vieira, 7; José Gonçalves de Araujo, 24; Damaso Domingues Neves, 9; José Henrique da Silva, 24; Antonio Dias da Silva, 24; Francisco de Souza Banes, 9; Joaquim Pereira de Faria, 9; Antonio Pereira de Faria, 9; José Gonçalves de Oliveira, 11; Joaquim Francisco Areal Junior, 12; José Francisco Areal, 12, Luiz da Costa Ferreira, 12; Martinho de Oliveira Mattos, 9; Manoel Gonçalves de Araujo, 9; Francisco Machado, 24; Antonio da Costa Maia, 9; Joao Pinto Barbeiro, 6; Joaquim José Pereira, 8.

Depois d'estas industrias, as mais importantes no concelho eram: moleiro, 189 homens e 3 mulheres; sapateiro, 29; carpinteiro, 67; pedreiro, 24; padeiro, 13 homens e 12 mulheres; serralheiro, 39; maçagem do linho, 18; serrador, 10.

Nota do relatório geral do inquérito de 1890, com respeito ao concelho de Santo Thyrsó: «A commissão (do districto do Porto) apenas informa que a fiação de algodão na importantissima fabrica de S. Thomé de Negrellos, a tecelagem de lã (baêtas carriças) nas parochias de Alvarelhos e Guidões, as padarias da villa de Santo Thyrsó, e os moinhos hydraulicos, constituem as principaes industrias do concelho».

*

Segundo a mais recente estatistica, os teares das freguezias de Alvarelhos e Guidões, a que se refere o relatório do inquérito de 1890, são, approximadamente, 95.

O trabalho é manual.

Em 55 fabricam-se baêtas de lã; e, nos 40 restantes, pannos de linho.

Quando tratarmos da freguezia de Guidões, daremos alguns pormenores sobre a industria das baêtas denominadas *carriças*.

*

Na freguezia de S. Miguel das Aves, logar da Ponte

do Romão, existe uma fabrica de pentes, que foi inaugurada em 1896 por iniciativa dos srs. Henrique Ribeiro, Sebastião da Silva Nogueira e José Martins.

Esta fabrica produz pentes de chifre e de celulloide, que foram premiados logo em 1897 na exposição industrial portugueza, primeira a que a mesma fabrica concorreu.

*

Em Villela, freguezia de S. Thomé de N grellos, ha uma fabrica de lacticínios, que produz excellente manteiga. O seu proprietario é A. Durand.

Tambem em S. Miguel do Couto ha outra fabrica de manteiga.

Intitula-se *Fabrica de manteiga de Santo Thyrso*.

*

Na quinta da Varziella funciona uma officina para lavagem de algodões gordurosos.

Emprega 25 operarios.

*

Na quinta da Batalha organizou o sr. José Andrade uma pequena fabrica onde se preparam as bobinas, e outros utensilios de madeira, que servem na fabrica de flação ha annos estabelecida na villa.

A corrente do Ave fornece o motor.

Estão empregados n'esta fabrica alguns rapazes, que adquiriram já muita pericia technica.

Sobre esta nova industria publicou o *Jornal de Santo Thyrso* um artigo no seu numero de 27 de abril de 1899.

*

Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, falla de varias minas de ferro e outros metaes, bem como de carvão, manifestadas no concelho de Santo Thyrso.

Mas nenhuma d'estas minas foi explorada.

Não vale a pena, portanto, mencional as uma a uma.



XII

O concelho

N'este capitulo passamos um rapido lance de olhos sobre todas as freguezias que actualmente compõem o concelho de Santo Thyrsó.

Vão catalogadas alphabeticamente, para facilitar ao leitor a busca de qualquer d'ellas.

Agrella (S. Pedro d')

Esta freguezia fica na extrema sul do concelho. Foi curado annexo a S. Julião de Agua Longa. Começa na falda da serra do mesmo nome e estende-se sobre o valle de Refojos. O ponto mais alto da povoação tem o nome de Pé da Serra; d'aqui para baixo corre o declive do terreno.

Confina com a freguezia da Agrella a de Sobrado, que já pertence ao concelho de Vallongo.

Entre as duas freguezias encontra-se o logar do Castello, provavelmente memoria onomastica de ter havido ali algum castro; e nota se uma extensa depressão de

terreno, que abrange talvez 15 kilometros ou mais, e que a tradição local diz ser o vestigio de um antigo aqueducto.

Conta-se a este respeito a seguinte lenda:

Havia em Alfena (concelho de Vallongo) um régulo mouro, que tinha uma filha formosissima, cuja mão era disputada por dois rivaes.

O régulo, querendo talvez explorar em seu proveito a paixão que a filha inspirava a um e outro, disse lhes que seria seu genro aquelle que mais de pressa fizesse canalisar a agua da serra até ao castello.

Ambos elles acceitaram a condição imposta, e metteram hombros á empreza porfiadamente, com o que decerto lucrrou muito o régulo mouro, que viu construidos dois aqueductos onde não havia nenhum, sem que todavia a filha deixasse de ganhar um marido, cuja dedicação passára por uma prova evidente.

Parece que o nucleo primitivo da povoação da Agrella foram sete casaes.

O lugar mais importante é hoje o de Campinhos.

Outros logares teem nomes que denunciam origem historica; por exemplo: *Facho*, designação vulgar no Minho especialmente em montes, e que parece indicar sitio onde tivesse havido qualquer almenara; e *Tulha*, que conserva a memoria do antigo celleiro dos donatarios.

Estes possuam um Paço, de que ainda hoje ha vestigios: ruinas de alicerces.

Perto, no lugar do Carvalhal, existe uma casa antiga.

Conta a tradição oral que um rapaz da familia dos donatarios e outro rapaz da casa do Carvalhal galanteavam certa rapariga da Agrella.

Estando ella um dia a lavar, passou o primeiro d'aquelles rapazes e disse-lhe uma fineza, a que a moça não respondeu.

Passou depois o rapaz do Carvalho e offereceu-lhe um cravo, que ella acceitou.

Por este motivo ficou desesperado o fidalguinho do Paço, que n'essa mesma noite disparou um tiro para dentro da casa do Carvalho.

Divulgado o attentado, e tendo chegado ao conhecimento das justicas da comarca, a familia dos donatarios fugiu para Lisboa, ficando desde então abandonado o Paço.

Quem seriam esses donatarios?

Vamos vêr. Recebendo da Coroa o reguengo, instituiram uma capella sob a invocação da Senhora da Guia. N'essa capella havia uma grande pedra marmore de côr azul com os seguintes dizeres: «Aqui jaz Manoel Cirne, cuja esta capella-mór é e de seus descendentes. Viveu setenta e trez annos, cinco mezes e quatorze dias. Falleceu a dezesete de abril de 1571. João Cirne seu filho a poz por seu mandado.»

Aqui temos, pois, os nomes dos donatarios no seculo XVI.

Ha tradição de que, sendo mudada a parochia do logar chamado Villa da Egreja para o sitio em que hoje existe, os donatarios cederam o terreno para a edificação da mesma egreja, aproveitando se a antiga capella para capella-mór do novo templo.

O reguengo da Agrella mudou de possuidor no seculo XVII, pois sabemos que Roque Monteiro Paim comprou, auctorisado por decreto de D. Pedro II (1689), não só este reguengo, mas tambem o de Refojos de Riba d'Ave.

Ora Roque Monteiro Paim foi secretario d'aquelle monarcha, do seu conselho e da sua fazenda, juiz da inconfidencia, senhor da honra de Alva com o padroado de trez egrejas de juro e herdade, senhor dos direitos reaes de Villa Cahins, senhor das saboarias de Portalegre, commendador das commendas de Santa Maria de Campanha e de Santa Maria de Gemunde, na Ordem de Chris-

to, alem de ser, como já dissemos, senhor dos reguengos da Maya e Agrella. ⁽¹⁾

Teve a seguinte prole: Dona Constança Luiza Paim, que casou com o general Dom João Diogo de Athayde e foi condessa de Alva.

Dona Maria Antonia de Menezes Paim, que casou com Rodrigo da Cunha e d'elle houve sete filhos.

Roque Monteiro Paim foi casado com Dona Joanna de Menezes e falleceu a 24 de junho de 1706.

O acontecimento, de que falla a lenda, ter-se-ia dado com algum neto de Roque Monteiro Paim, se é que se deu.

Deslisa perto da povoação da Agrella o rio Leça, mingrado no verão; só depois de chegar a Ermezinde é que elle avoluma as suas aguas.

A freguezia da Agrella conta 166 fogos e 602 habitantes, sendo 250 do sexo mascuino e 352 do feminino.

A sua producção agricola consiste principalmente em trigo, de que poderão colhêr-se, n'esta freguezia e na de S. Julião de Agua Longa, uns 45 carros, ao todo.

Agua Longa (S. Julião d')

Esta freguezia acha-se situada nas faldas do monte de Pedras de Abelha, ao sul do concelho de Santo Thyrso, e a noroeste da Agrella.

No lugar de Arcozello, que tem 34 fogos, o rio Leça é atravessado por uma ponte.

Diz o Padre Carvalho, na *Corografia*, que S. Julião de Agua Longa foi commenda de Christo e reitoria da mitra.

(1) Historia Genealogica, tom. IX, pag. 463.

(2) Mesma obra, tom. XII, part. II, pag. 857.

N'esta freguezia ha 163 fogos e 741 habitantes, sendo 341 do sexo masculino e 400 do feminino.

Em 1875 foram aqui descobertas as minas a que no capitulo XI nos referimos.

A igreja parochial era ha oito annos uma das mais pobres e dismanteladas do concelho, e hoje é uma das melhores e mais aceiadas entre as igrejas ruraes da diocese do Porto.

Deve-se esta transformação ao fervor religioso dos habitantes da freguezia e, acima de tudo, á benemerencia do commendador Francisco Moreira d'Andrade. Este bem-feitor da igreja de Agua Longa, filho d'uma respeitavel familia da mesma freguezia, partiu creança ainda para o Brazil, como tantos outros, á busca de fortuna, que lhe foi propicia e lhe sorriu prosperidades.

A' custa d'um trabalho porfiado e sempre honesto, conseguiu Moreira d'Andrade juntar avultados haveres.

Constituiu então familia, que bem depressa se lhe tornou numerosa.

Preso ao Brazil por laços tão fortes, seria desculpavel que tivesse esquecido a aldêa natal.

Mas a sua alma d'eleição cultivou sempre dois sentimentos nobilissimos: fé em Deus e amor patrio.—Impulsionado por este duplo estímulo vem á sua freguezia, abraçar os seus parentes e, ao deparar-se-lhe o estado lastimavel da igreja parochial, resolve reformal-a completamente.

Já então se havia principiado a obra de restauração, mas seria modesta e humilde, se não acudissem os socorros do commendador Moreira d'Andrade.

A' sua ordem proseguem os trabalhos:—revestem-se d'azulejos, no interior, as paredes da igreja.

O velhó fórrô esburacado é substituido por estuque em abobada, construida com solidez e elegancia.

O corpo da igreja, triste e sombrio, é agora allumia-

do por uma ampla claraboia, que, deixando entrar a luz, espalha uma suave claridade pelo sagrado recinto.

O tecto, em parte de ferro, com robustas tesouras e corpulentas linhas para travar as paredes e segurar a armção, é coberto de telha de Marselha.

A tribuna e altar-mór são doirados de novo, bem como os altares, lateraes, do Coração de Jesus e Senhora do Carmo.

São feitos de novo e também doirados o do Crucificado e o do Coração de Maria, com as respectivas banquetas e mais adornos.

Não contente com isto, o commendador Moreira d'Andrade offerece uma sanefa magnifica para o arco cruzeiro e sanefas para todas as janellas.

O corpo da egreja é ampliado, sendo a fachada construida de novo em granito lavrado, e levantada uma elegante torre com mais de trinta metros d'altura.

Para nada faltar, é collocado na torre um relógio e competente sino, que seria maior, se a freguezia não tivera já offerecido um, tão grande quanto a sineira podia comportar.

E ainda se deve acrescentar que um trecho de monte fronteiro á egreja foi transformado n'um lindo adro ou parque, com cruzeiro novo, varias cruces e arvores, devidamente murado com esbelta portada e escadaria ao lado.

Eis a obra piedosa de Moreira d'Andrade, que a freguezia de Agua Longa cobre de benções e que bem as merece.

Até hoje tem elle dispendido mais de quatro contos de reis.

Ainda o benemerito cidadão queria ir mais longe, construindo perto da egreja uma escola, mas difficuldades na aquisição do terreno e outros motivos, alem da falta de saude, teem obstado á realisação dos seus desejos.

Alvarelhos (Santa Maria de)

Alem da lenda dos thesouros occultos no castello de Alvarelhos, ha n'esta freguezia, que fica dentro dos limites da antiga Terra da Maya, ⁽¹⁾ outras tradições mouriscas, sendo uma d'ellas a que refere que do alto do monte de S. Marçal vem descendo até ao rio Ave uma passagem subterranea, por onde os mouros levavam os cavallos a beber.

Um dos montes visinhos ao de S. Marçal tem o nome de Lagar dos Mouros.

Tambem em Alvarelhos existem ainda vestigios do tempo da dominação romana.

Para o museu da Sociedade Martins Sarmiento, em Guimarães, foi removida em 1893, e lá se conserva, uma ara votiva que existia na quinta do Paço.

Segundo a respectiva inscripção, «Saturnino, filho de Caturo, cumpria de boa vontade o voto feito ao Genio». ⁽²⁾

Na mesma quinta, existe outro monumento epigraphico, de que pude ver uma copia.

Supponho ser um marco milliario (do tempo do imperador Adriano) pois que a via militar de Braga a Santarem, vindo da Trofa Velha (Sant'Yago de Bougado), passava em Alvarelhos na quinta do Paço, e seguia para o sul.

Não desconheço, porem, uma opinião auctorisada que suppõe que esta inscripção lapidar viesse removida de Braga para aqui.

O sr. Fortes Junior, na sua interessante memoria sobre *A estação archeologica d'Alvarelhos* (Porto, 1899)

(1) Pag. 20 d'este livro.

(2) *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, 1901, pag. 56.

dá noticia dos vestigios, ainda existentes, do castro situado na cumieira do monte de S. Marçal.

Esses vestigios apenas dizem respeito a uma unica muralha, cuja espessura deveria oscillar entre 1,^m 20 e 2,^m 50.

Tambem o mesmo auctor falla do achado de algumas moedas romanas e objectos de bronze; de pedaços de telha curva (*imbrices*) e chata com rebordo (*tegulae*); fragmentos de vasilhas de variadissimas fôrmas e dimensões; pesos de balança (*pondera*); concluindo, em vista de todos estes elementos archeologicos, que a povoação romana viera sobrepor-se á povoação indigena.^[59]

A quinta do *Paiço* assenta na faldá do monte de S. Marçal, que é um dos contrafortes da serra de Santa Eufemea.

Esta quinta, que é uma propriedade distincta, pertence hoje ao sr. Bernardo Pereira Leitão, do Porto (antiga familia Maya, da rua das Flores).

Tudo faz suppor que a referida familia seja oriunda da Terra da Maya.

Tive presentes algumas photographias do *Paiço*, as quaes bastam a dar ideia da sua belleza, sobretudo da opulencia da sua vegetação.

Refiro-me, principalmente, á linda alameda, copada de altas arvores sombrias, que constitue a entrada da quinta; a alguns trechos da floresta bellamente frondosa; e ao lago em cuja margem releva sobre todo o basto arvoredo uma esbelta araucaria.

Velho Barbosa, na *Memoria historica da antiguidade do mosteiro de Leça chamada do Balio*, assignala ao no ne d'esta quinta uma etymologia frivola; deriva-a de **more puerorum... ludo, salto* — isto é, brincar, saltar ao modo dos meninos.

Parece-me excessivamente pueril este *more puerorum*.



S.^{ta} EUFEMIA V.M.
*Venera-se na freguesia de S.^{ta} Maria
de Alvarelbos Concelho de S.^{to} Tirso.*

Prefiro suppôr que *Paiço* venha do portuguez antigo *paço*, paço, assim deturpado por commodidade de pronuncia, e até por tendencia minhôta.

Folgo de vêr que n'este ponto me encontro com a opinião do snr. Fortes Junior.

O Padre Carvalho, na *Corografia*, faz referencia a ter existido na serra de Alvarelhos uma antiga cidade de nome Palmazão.

D'esta cidade encontra-se, com effeito, noticia nos documentos de *Portugaliae monimenta historica*: «villa palmatianas suptus castro aluarelius discurrente ribulo abe territorio portugalense».

A cidade de Palmazão apparece no tempo de D. Diniz transformada n'um couto de «palmazaãos», dos filhos de Ruy Gonçalves Babilom.

Depois d'isto, não ha melhor noticia da cidade que foi couto, e que hoje não é mais do que uma palavra sem outra significação que não seja a de uma antigualha extincta.

Sobre a serra de Alvarelhos, em lugar pittoresco, alveja a capella de Santa Eufemea, cuja romaria, no mez de setembro, é das mais concorridas e populares.

Esta romaria dura trez dias: sabbado, domingo e segunda feira.

Concorre a ella muito povo de mais de trez leguas de distancia, incluindo gente do Porto.

No ultimo dia faz-se no monte uma feira de gado bovino.

Circumstancia interessante: é tradicional o costume de usar-se uma grande liberdade de linguagem n'esta romaria.

A palavra de Cambronne enche todas as boccas.

Como conciliar esta tradição com a vida austera de Santa Eufemea, uma das nove filhas de Caio Atílio, que

no segundo seculo da Egreja era régulo da cidade de Braga e consul da Maya?

Santa Eufemea foi martyrisada na antiquissima cidade de Obobriga, que ficava proxima ao Gerez, no local onde agora se chama Rio Caldo.

Na freguezia de Alvarelhos encontramos, na casa do Ribeiro, os appellidos Magriço e Coutinho.

Em 1769 vivia n'esta casa Dona Francisca Violante Carneiro do Gram Magrisso (*sic*), que era filha de Dona Benta Carneiro de Gram Magrisso, da freguezia de Balazar (Barcellos).

Ainda hoje ha, em Alvarelhos, Magriços Coutinhos. Ultimamente, agosto de 1902, falleceu ali o sr. José de Moura Coutinho.

Ora o famoso *Magriço*, Alvaro Gonçalves Coutinho, que figura no episodio dos *Doze de Inglaterra*, não era oriundo do Minho, mas sim da Beira.

Seu pai chamava-se Gonçalo Vasques Coutinho, senhor do couto de Leomil (Beira). Foi casado duas vezes. Da primeira mulher, de nome Leonor Gonçalves de Azevedo, é que nasceu Alvaro Gonçalves Coutinho, cujo irmão mais velho, Vasco Fernandes Coutinho, teve o posto de marechal e o titulo de primeiro conde de Marialva.

Alvaro Gonçalves Coutinho não usou brazão privativo; adoptou o da familia Coutinho.

Este brazão «são cinco estrellas vermelhas de cinco pontas em campo d'oiro. Timbre: leopardo de vermelho carregado de uma estrellas de cinco pontas d'ouro sobre a espadua e segurando na garra dextra um capella de flores de vermelho e d'oiro». (1)

(1) Livro primeiro dos brações da sala de Cintra, fol. 11 a 17, no Archivo Nacional.

Ora o brazão dos Magriços da casa do Ribeiro não é o mesmo dos Coutinhos.

Mas na freguezia de Sam Christovão do Muro, que é limitrophe ao sul com a de Alvarelhos, ha a casa dos morgados da Carriça, familia cujo tronco foi Alvaro de Moura Coutinho, o qual, meado o seculo XVII, vivia na quinta de Entre-Aguas, freguezia de Santa Maria ou Marinha de Zezere, concelho de Baião.

Parece que este Moura Coutinho era da familia do famoso *Magriço*, porque a quinta de Entre-Aguas pertencia á honra de Beba, e esta honra aos marqueses de Castello Rodrigo, que tambem eram morgados do couto de Leomil, de que fôra 7.º senhor o pai do *Magriço*.

A casa da quinta da Carriça foi edificada por um Francisco de Moura Coutinho, que dizem ter sido desterrado de Lamego por qualquer crime politico.

Succede que o brazão dos morgados da Carriça tem muito mais do brazão dos Coutinhos (Magriços) que o da casa do Ribeiro em Alvarelhos.

Pelo que pendo a crer que alguém da familia da Carriça veio casar na casa do Ribeiro, e trouxe para ella os appellidos da sua styrpe, mas não o brazão, pois que a casa do Ribeiro conservou o seu, aliás muito differente, e mais complicado.

Foram donatarios de Alvarelhos, segundo informa Pinho Leal, os condes d'Alva.

O parcho era apresentado pelas freiras de Vairão.

A freguezia tem hoje 285 fogos com 1:018 habitantes, sendo 457 do sexo masculino e 561 do feminino.

*

O logar de Sidoi, a que me referi a pag. 18 d'este livro, apparece orthographado com um C inicial no Livro Grande do Municipio do Porto, quando ahi se falla do «*paaço* ou *honrra* de Cidoj», que era de «filhos d'algo», isto é, fidalgos.

Areias (Sant'Iago de)

Esta freguezia, situada na margem direita do Ave, a pequena distancia da villa de Santo Thyrso, fez outr'ora parte de couto de Landim.

Em 1757 tinha 98 fogos. Actualmente tem 141, e 606 habitantes, sendo 283 do sexo masculino e 223 do feminino.

A igreja parochial foi restaurada a expensas do conde de S. Bento.

O edificio da escola primaria para o sexo masculino é o primeiro que se construiu no concelho. (1)

Ficam n'esta freguezia as Caldinhas ou Caldas da Saudade, a que dedicamos um capitulo especial

Já nos referimos á Torre Alta, situada em Areias, n'um outeiro superior á estação do caminho de ferro de Santo Thyrso. (2)

O auctor do *Minho Pittoresco* menciona a lenda de ter sido habitada esta torre pelo infante Alboazar Rami- res.

Pela nossa parte, suppomos haver existido ali um castro luso-romano.

A ermida, a que tambem já nos referimos, é consagrada a Nossa Senhora da Expectação.

Sobre o combate travado em 1834 no logar do Montinho, veja-se o capitulo VI. [60]

Aves (S. Miguel das)

Esta freguezia, que já pertenceu ao concelho de Fimalicção, acha-se situada entre os rios Ave e Vizella.

A etymologia do seu nome parece dirivar do facto de se chamar outr'ora «Ave pequeno ou Avicella» ao rio Vi-

(1) Vide pag. 88 d'este livro

(2) Pag. 64.

zella, e assim, effectivamente, podia dizer- e que esta freguezia ficava entre os dois Aves.

Mas no seculo XVIII, como vemos pela *Corografia* do Padre Carvalho, o nome de um e outro rio pertencia ao genero feminino, pois que, fallando das freguezias do termo de Barcellos incluídas *entre ambas as Aves*, menciona do seguinte modo esta freguezia: «*S. Miguel de Entre ambas as Aves*, abbadia da Mitra, que rende trezentos e vinte mil reis, com o Salvador do Campo sua annexa alem do Vizella: tem oitenta vizinhos».

Por a lição da *Corografia* ficamos sabendo que S. Miguel das Aves pertencia ao termo de Barcellos.

Hoje deveríamos dizer—S. Miguel dos Aves. Mas a tradição tem conservado n'este onomastico o genero feminino.

O conde de S. Bento, que nasceu aqui, reedificou a egreja parochial e mandou construir o cemiterio. ⁽¹⁾

Fica n'esta freguezia a quinta da Carreira, que foi da familia Almeida Garrett; bem como o *Collegio da Visitação de Santa Maria*. ⁽²⁾

S. Miguel das Aves tem hoje 331 fogos e 1.480 habitantes, sendo 641 do sexo masculino e 839 do feminino.

O annexo moderno da fabrica de S. Thomé de Negrellos acha-se situado n'esta freguezia.

Vide capitulo VI.

Bougado (S. Martinho de)

Esta freguezia tem 398 fogos e 1.542 habitantes, sendo 749 do sexo masculino e 793 do feminino.

Pertenceu antigamente á Terra, e depois ao concelho, da Maya.

(1) Vide pag. 93 d'este livro.

(2) Vide pag. 153 d'este livro.

Diz-se que *Bougado* vem de *Bô-gado* (bom gado), etymologia que pode não ser verdadeira, mas é conforme á pronunciação minhôta.

Esta freguezia está situada na margem esquerda do rio Ave.

A igreja parochial fica junto á estação da Trofa, na linha do Minho; e o templo de Nossa Senhora das Dôres, que foi reedificado pelo conde de S. Bento, tambem fica a pequena distancia.

Desdobra se junto a este templo um vasto terreiro, com bom arvoredado e muitos fornos para serviço dos romeiros.

A romaria das Dôres faz se no terceiro domingo de agosto e é uma das mais concorridas e animadas do concelho de Santo Thyrsô.

N'esta freguezia de S. Martinho de Bougado ha duas pontes, modernas, sobre o rio Ave.

Uma serve á linha do Minho, para que foi especialmente construida; e tambem, agora, á linha de Bougado a Guimarães.

Outra é a linda ponte da Barca da Trofa, que passa por ser a mais elegante do reino, e foi construida em 1858 á custa da Companhia Viação Portuense, pelos engenheiros Belchior José Garcez e Sebastião Lopes Calheiros.

Vem reproduzida no *Minho Pittoresco*, tomo 2.º, pag. 301.

Esta ponte desperta agradaveis recordações a todos quantos viajaram na antiga mala-posta d'aquella Companhia, desde o Porto a Braga.

Partia-se do Porto ás 11 horas da noite, sahindo da rua de Entre-Paredes e rodava-se pela Batalha e rua de Santa Catharina até ganhar o largo de Aguardente, que era n'esse tempo o limite povoado da cidade

Depois entrava-se em pleno campo, sempre por en-

tre arvoredado, fazendo-se a primeira paragem na Carriça, onde o Silva, um homem forte e ancho, sempre de jaqueta, chapéu redondo na cabeça, vendia aos passageiros uma agua de castanhas, a ferver, convencionalmente denominada café.

Após breve demora, seguia-se para a Trofa, onde a apparição da esbelta ponte do Ave era senipre saudada com alegria pelos viajantes, não só porque a luz da manhã começava a sorrir na paizagem, mas também porque se aproximava Villa Nova de Famalicão, onde uma nova paragem dava tempo a almoçar bifes e ovos.

Era certo que faltava ainda atravessar a Terra Negra, na freguezia de Regueirão, concelho de Villa Nova, lugar povoado de tradições sinistras de salteadores e assaltos, coisa que já se perdia na noite dos tempos, mas que não deixava de ser ainda um pesadelo para os passageiros mais tímidos, especialmente as senhoras.

O que eu sempre achei de peor n'aquelle sitio foi o nome: Terra Negra.

Alem do nome, nunca vi por onde perdesse.

Hoje faz-se na Terra Negra uma grande romaria ao Senhor dos Perdões.

Acabou-se a lenda.

D'ali a Braga não tornava a haver motivo para sustos, excepto na descida das voltas de Macade, zig-zag por onde a mala posta ia rolando confiada na segurança do travão.

Por esta freguezia de S. Martinho de Bougado passava a via romana de Braga a Santarem, como o indica um marco milliaro, do tempo do imperador Carino, que appareceu junto á egreja.^[61]

O Padre Carvalho, na *Corografia*, principio do seculo XVIII, dava á freguezia de S. Martinho de Bougado apenas 82 visinhos.

A estação da Trofa, aqui situada no antigo lugar da

Egreja, tomou o nome do sitio em que se acha a ponte pensil a que acima nos referimos.

Barca da Trofa se dizia o sitio, porque ali houve outr'ora ponte de barcas, depois barca de passagem (de que proveio o nome), mais tarde ponte de madeira, por ultimo a ponte actual.

A Trofa, com barca ou sem barca, era ali. Hoje, a Trofa conhecida de toda a gente é o logar da estação.

Bougado (Sant'Yago de)

Esta freguezia tem 390 fogos e 1:658 habitantes, sendo 781 do sexo masculino e 877 do feminino.

E' geralmente designada por — Bougado grande.

Fica ao poente, e a curta distancia da freguezia de S. Martinho de Bougado, tambem na margem esquerda do Ave.

Pertenceu, do mesmo modo, ao antigo concelho da Maya.

A primitiva igreja era de remota fundação, sendo o abbade apresentado pelo cabido da Sé do Porto.

O Padre Carvalho dava a esta freguezia, no seu tempo, 186 visinhos.

Dom Diego Marques Mourato foi abbade da freguezia de Sant'Yago de Bougado, e depois bispo de Miranda.

Quando bispo d'esta diocese, como conservasse os rendimentos d'aquella freguezia, que, então, eram importantes por fazerem parte d'elles os dizimos, passou procuração em 1 de agosto de 1748, ao deão da Sé do Porto, Jeronymo de Tavora e Noronha, que era quem, tambem por procuração do mesmo prelado, recebia os referidos rendimentos, para os applicar na construcção de uma igreja na freguezia de Sant'Yago de Bougado, junto da antiga.

O deão encarregou o architecto Nicolau Nazoni ⁽¹⁾ de levantar a planta e, sendo rejeitadas as duas primeiras, assentaram em que a igreja fosse construida segundo a terceira planta apresentada.

Para isso tirou o deão a precisa licença do bispo do Porto, pagando por ella um marco de prata e, em seguida, fez em 18 de julho de 1754 escriptura de contrato, para a construcção da mesma igreja, com o mestre de obras Antonio Rodrigues, da freguezia de Minhotães, termo de Barcellos, obrigando-se o Rodrigues a construir a igreja conforme a referida planta, no praso de 4 annos, pela quantia de 5:025\$000 reis.

Da mesma escriptura constam as condições a observar na construcção do templo, entre as quaes figura a obrigação, imposta aos moradores da freguezia, de fazerem todos os carretos de tijolo, telha e cal precisa, que o empreiteiro devia entregar-lhes fóra dos muros da cidade do Porto.

Tambem da mesma escriptura se vê que a nova igreja devia ter, como realmente tem, sobre a porta principal e no sitio indicado na planta, a seguinte inscripção :

« Todo este templo mandou fazer por sua grande piedade o Ex.^{mo} Snr. Dom Diogo Marques Mourato, abba-de que foi d'esta Igreja e bispo de Miranda no tempo em que era abbade d'ella Thomaz Barbosa de Souza Vieira. Anno de 1754.

« E foi mandada reformar pela freguezia e pelo abba-de da mesma Gaspar Barbosa Pimenta e Sol.

« Anno de 1817.»

(1) E' o mesmo architecto que levantou a Torre dos Clerigos, no Porto.

Alem da inscripção figuram na fachada do tempo as armas do prelado de Miranda.

Teve esta igreja ricos paramentos, e ainda hoje possui uma apreciavel custodia.

*

Constava na freguezia que muitos e valiosos objectos do culto tinham sido levados da igreja pelos francezes, quando, na segunda invasão, ali passaram.

Appareceu, porem, um documento que prova que em 7 de março de 1808 foram entregues ao recebedor da décima João de Sá Leonardo as seguintes peças: um guião, seis varas do pallio, uma lampada, quatro castiças, um thuribulo e naveta, e uma vara do juiz.

Eu mesmo examinei o respectivo recibo.

*

O parochio contribuiu com 46\$722 reis annuaes, a partir de janeiro de 1720, para a despesa feita com a esquadra que el-rei mandou a Levante contra os turcos.

*

Um papel antigo, escripto pela abbade que era em 1794, diz o seguinte:

«Os bens d'esta freguezia, tanto lavratorios como de montes, são quazi todos reguengos, e por antigo costume foreiros á casa d'Alva, e terão uma legua de longitude e outra de latitude entre a parte deserta e a povoada; porem esta é de muito menor extensão que aquella.»

*

Segundo o mesmo papel a freguezia tinha n'aquella epoca 195 fogos; 428 homens, e 495 mulheres; ao todo, 923 habitantes.

*

A principal cultura consistia, na mesma epoca, em trigo, centeo e milho.

A producção annual de vinho verde orçava por 150 pipas, de 21 almudes cada pipa.

*

Os dois Bougados, cada um com mais de 1:500 habitantes, teem, pois, augmentado muito em população.

*

A via romana, que passava por S. Martinho de Bougado, dirigia se d'ali para a Trofa Velha, Sant'Yago de Bougado, onde ha dois marcos, um do tempo do imperador Constante, outro do tempo do imperador Licinio.

Depois seguia para Alvarellhos.

*

Por occasião do general Soult invadir Portugal, o povo d'esta freguezia oppoz-lhe resistencia, segundo uma vaga tradição local.

Mas, como era de esperar, os francezes tiraram uma sanguinolenta desforra, chacinando muitos dos habitantes, alguns dos quaes estavam innocentes na resistencia opposta aos invasores.

Burgães (Sant'Yago de)

Freguezia situada na encosta de Monte Cordova, correndo para o norte. Tem 206 fogos e 861 habitantes, sendo 421 do sexo masculino e 440 do feminino. Parte da área d'esta freguezia era antigamente couto do mosteiro de Santo Thyrsó.

Houve aqui um arco de esquadria, obra muito antiga e pouco polida, que uns attribuiam aos romanos e outros aos mouros ⁽¹⁾; e na agra da Cancellá, contigua á aldea de Sarnado, tambem houve um tumulo que se dizia ser do tempo dos godos, que estava mettido dentro de um arco

(1) *Dic. Geog.* de Cardoso, apud *Archeologo Portuguez*, vol. III, pag. 282.

e que tinha como remate trez pedras redondas, nas quaes se viam esculpidas duas cruces e um signo saimão. Não se soube nunca quem ali jazesse. Foi o abbade João da Cunha de Sotto-Mayor Sarmento e Mendonça quem reconstruiu este tumulo com as proprias pedras que já tinham sido desviadas para obras particulares. (1) Hoje nada resta d'este monumento funebre.

Existem no lugar de Corgo restos de outro tumulo antigo, cavado n'um penedo; e tambem apparecem vestigios de telha romana.

No muzeu archeologico da sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, conserva-se uma pequena ara, que foi encontrada em 1841 n'esta freguezia de Burgães, em a propriedade de S. Simão, pertencente á casa do Corgo.

Representa um voto de Severo ao deus Cuseneneoeco.

Em 1847 adquiriu-a o sr. Luiz Correa d'Abreu e fel-a collocar sobre um pedestal no jardim da sua quinta da Lage, da mesma freguezia.

Em 1887 foi offerecida á sociedade Martins Sarmento pelo filho d'aquelle proprietario, o snr. Antonio Maria Correa d'Abreu.

Como em outro lugar dizemos, ha em Burgães um theatro de madeira. [62]

A capella de S. João do Carvalhinho, tão pittorescamente situada, é objecto de uma romaria annual, muito concorrida.

Pinho Leal diz que Burgães é o plural de Burgo.

Eu creio que será corrupção de burgaus, pedras soltas, á laia de cascalho.

Ainda hoje esta circumstancia geologica se revela

(1) *Archeol. Port.*, vol. II, pag. 315.

em o nome do lugar de *Pedras*, na freguezia de Burgães; na freguezia de S. Thomé de Negrellos, que continua esta região, ha o lugar de *Pedrados* e o de *Pedrecal*.

A respeito da egreja parochial devemos dizer que a talha do altar-mór e dos dois altares do cruzeiro é excellente.

Campo (S. Martinho do)

Esta freguezia esteve outr'ora incluída na comarca e termo do Porto, pertencendo então ao concelho de Refojos de Riba d'Ave. Depois pertenceu ao concelho de Negrellos e, por a extinção d'este, pertence hoje ao de Santo Thyrso.

Tem 220 fogos e 833 habitantes, sendo 382 do sexo masculino e 451 do feminino.

Ha aqui a ponte chamada de Negrellos, sobre o rio Vizella, estrada de Santo Thyrso a Guimarães.^[63]

O auctor do *Minho Pittoresco* rememora a tradição de que esta ponte tem o nome de Negrellos por o haver recebido da antiga villa de S. Mamede de Negrellos, outr'ora a mais importante povoação das cercanias.

Já nos referimos á resistencia que os habitantes de S. Martinho do Campo oppuzeram á passagem dos francezes, em 1809 ⁽¹⁾; bem como á criação official da irmandade da Misericordia. ⁽²⁾

Esta irmandade só em agosto de 1902 ficou definitivamente constituída, sendo então eleita a sua primeira mesa, assim composta:

Procedor, Adelino Machado da Cunha Faria e Almeida.

Thesoureiro, Abilio Jorge da Costa Amorim.

(1) Pag. 180, e seguintes, d'este livro.

(2) Vide pag. 205 deste livro.

Fiscal, José Martins de Freitas Pedrosa.

Secretario, Abbade João Pinto dos Reis.

Mordomos, Julio Pinto de Souza e Castro, João Monteiro da Costa Guimarães e José Francisco Ferreira.

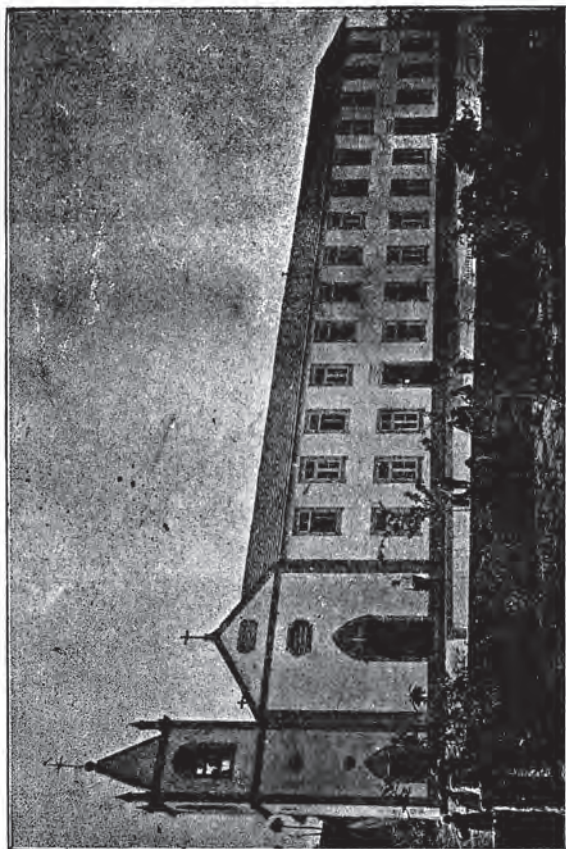
Será a irmandade da Misericórdia que ha de administrar as escolas, já n'esta freguezia fundadas pelo sr. Manoel Dias Machado, e o hospital que tambem ali deve ser construido.

As escolas são duas, para um e outro sexo, e já funcionaram. Mas estiveram algum tempo fechadas, e reabriram ultimamente em mais vantajosas condições para a proficuidade do ensino.

Da *Semana Thyrsense* transcrevemos, *mutatis mutandis*, a descripção do edificio escolar, escripta pelo sr. Ernesto Guimarães, redactor d'aquelle periodico:

«O vasto edificio que tem 14 janellas de frente e que é de construcção despretenciosa mas d'um risonho e aceiado aspecto, ergue-se n'um dos pontos mais elevados e sadios da freguezia a breve distancia da igreja parochial. De tão bem escolhida situação resulta gozarem-se das janellas do edificio magnificos panoramas, que abraçam uma larga área circumdada de alterosa cadeia de montanhas d'um intenso pittoresco, formando um semicirculo, dentro do qual se estendem e espalham verdejantes prados e searas, entremeiados de casaes. O quadro sobre ser bello é d'uma variedade e poesia que encanta o espirito tão bem impressionado já pelo conspecto das escolas e capella, onde tudo respira alegria e frescura.

«O edificio, que deita para um espaçoso terreiro que vai ser ajardinado, tem installadas no pavimento terreo as salas da escola do sexo feminino (Santa Maria) e do sexo masculino (Santo Antonio), a sala das sessões da mesa da Misericórdia e uma sala destinada por agora a exercicios gymnasticos dos alumnos. Da sala das sessões



ESCOLAS DE SANTA MARIA E SANTO ANTONIO

communica-se por uma porta gradeada a ferro com a capella.

«No andar nobre ficam as casas de habitação do professor e professora, independentes entre si e com muitos e bons commodos.

«Na secretaria e sala das sessões ha já alguns retratos de pessoas bemfeitoras, cujos nomes estão intimamente ligados á historia d'esta instituição. Vêem-se ali o retrato photographico do snr. D. Antonio Barroso, bispo do Porto, e os retratos a oleo do fundador snr. Manoel Dias Machado, de seus fallecidos e nunca olvidados paes, o do sr. João Evangelista Machado da Cunha Faria e Almeida, que alem de ter cedido o terreno onde foram construidas as escolas e capella contemplou em testamento com a quantia de um conto de reis, este prestimoso estabelecimento, e o do snr. Joaquim Ribeiro da Costa, fallecido em 28 de fevereiro de 1899, que deixou um legado em inscripções.

«A capella, que no dia 8 de setembro d'este anno (1902) foi solemnemente benzida pelo sr. D. Antonio Barroso, bispo do Porto, tem um só altar em que se destacam trez imagens de correcta e formosa esculptura. No centro e na tribuna a imagem de Santa Maria, do lado do Evangelho a de Santo Antonio e do lado da Epistola a de S. Manoel. Estas esculpturas de preciosissimo lavor e d'uma incontestavel correcção de linhas foram trabalhadas pelo afamado esculptor portuense Zeferino.

«A imagem da padroeira é dadiua do snr. Joaquim Augusto d'Oliveira e esposa, snr.^a D. Corinna, genro e filha do fundador; a imagem de Santo Antonio foi offerecida pelo snr. Antonio F. dos Santos Marau, e a de S. Manoel pela snr.^a D. Datilia da Silveira D. Machado, esposa do benemerito instituidor, que igualmente offertou o excellentes piano-orgão que se vê no côro.

«A tribuna, d'um estylo gothico phantasioso, impor-

tou em 400\$000 reis e foi custeada pelo snr. Joaquim Marques Nogueira e sua esposa, snr.^a D. Tilia Dulce.

«A banqueta e missal são igualmente de muita riqueza.

«Possue a capella um bello calix de prata e paramentos, muito ricos, das cinco côres do ritual.

«Na torre ao lado direito da capella e que muito realce imprime ao templo, ha trez sinos, cada um dos quaes tem a sua imagem, sendo as trez as mesmas que ornam a capella.»

O hospital será construido, ao lado das escolas e da capella, em terreno para esse fim generosamente cedido pelo sr. Adelino Machado.

N'esta freguezia já ha, porem, organizado um serviço de assistencia aos doentes pobres, da mesma freguezia, por disposição testamentaria de José Machado Freitas, que para esse fim deixou 25:000\$000 reis (nominaes) em inscrições.

Com o rendimento d'este legado, e segundo a vontade do testador, são distribuidos soccorros medicos e pharmaceuticos, bem como dietas, aos enfermos indigentes, em seus proprios domicilios.

O serviço clinico é desempenhado por um medico que recebe annualmente 100\$000 reis como remuneração.

No logar da Trindade, que fica entre as escolas e a egreja matriz, ha a capella do Espirito Santo, que foi fundada em 1560 pelo prior de Roriz rev.^o Luiz Fernandes.

A galilé d'este pequenino templo assenta sobre duas columnas de granito.

No retábulo, que é de madeira pintada a oleo, vê-se a imagem do Redemptor, com a singularidade de apresentar trez rostos.

Esta capella do Espirito Santo foi restaurada em 1890

pela junta de parochia, com o auxilio de alguns parochianos, entre os quaes o sr. Manoel Dias Machado.

Este mesmo cavalheiro, residindo então no Brazil, tomou a iniciativa de abrir uma subscrição entre os seus conterraneos tambem residentes n'aquelle paiz, para a construcção de um cemiterio em S. Martinho do Campo.

A subscrição attingiu a somma de 2:710\$000 reis (moeda fraca) que foi enviada do Rio de Janeiro no dia 20 de fevereiro de 1874.

No cemiterio, por detraz do cruzeiro, ha uma lapide oval, de marmore, com os nomes dos subscriptores.

Campo (S. Salvador do)

Esta freguezia fica ao norte da de S. Martinho do Campo, tambem na margem esquerda do rio Vizella.

E' uma das mais pequenas parochias do concelho de Santo Thyrsó, pois tem apenas 44 fogos e 170 habitantes, sendo 86 do sexo masculino e 84 do sexo feminino.

Ha a notar a circumstancia de que o numero das mulheres é inferior ao dos homens, comquanto pouco inferior.

A vida administrativa d'esta freguezia tem passado pelas mesmas phases da de S. Martinho do Campo.

Carreira (Sant'Yago da)

Esta freguezia tem 119 fogos e 486 habitantes, sendo 218 do sexo masculino e 268 do feminino.

E' uma das muitas povoações portuguezas que tem nome—Carreira—.

No visinho concelho de Famalicão encontra-se uma d'ellas, cujo orago é tambem Sant'Yago (Maior).

No adro da Carreira, de Santo Thyrsó, encontra-se o

jazigo de um frade beneditino, que sobreviveu á dispersão da sua communidade. Diz o epitaphio:

Aqui jaz
Frei Florencio do Desterro Meirelles
abbade de Lamellas
Nasceu a 15 de janeiro de 1803
Falleceu a 2 de junho de 1877
Saudosa recordação
de seu sobrinho
Eduardo Pinto de Meirelles

Tambem no adro se acha erigido o jazigo de um negociante do Porto.

A freguezia não tem cemiterio.

Vi na padieira de uma casa de quinta alguns caracteres antigos, que me pareceram do seculo XVII. Pedi copia. Não veio; vae o livro sem ella.

Disse-me o parochio que a egreja (por signal muito bem cuidada, posto nada tenha de notavel) fôra ha annos assaltada por gatunos, que levaram dinheiro da caixa das esmolas, e não sei se mais alguma cousa. Para obstar a novo assalto, reforçou-se uma porta lateral, que era a mais fraca.

Coronado (S. Mamede do)

Esta freguezia fica na orla sul do concelho de Santo Thyrso, distando do Porto 12 kilometros.

Tem 305 fogos e 1:184 habitantes, sendo 550 do sexo masculino e 634 do feminino.

Pertenceu ao concelho da Maya.

O parochio era apresentado pelo abbade de S. Romão de Vermoim, o qual todos os annos, no dia de S. Mamede, vinha a esta egreja com todos os seus criados, bestas, cães e gados, devendo o parochio dar de comer áquelle abbade e a toda a sua comitiva, homens e animaes.

Ainda outra formalidade tinha de ser cumprida.

O abbade de Vermoim, revestido de sobrepeliz e estola, recebia publicamente da mão do parcho de S. Mamede sete varas de bragal, verificando se a medição estava exacta, e levando-as consigo quando se retirava.

No tempo em que foi publicada a *Corografia* do Padre Carvalho tinha S. Mamede de Coronado apenas 112 visinhos.

Ha n'esta freguezia um logar chamado Villar de Lila, com 18 fogos.

Coronado (S. Romão de)

Esta freguezia fica ao norte da de S. Mamede de Coronado.

A linha do Minho tem aqui aquella das suas estações designada nos roteiros e guias officiaes apenas pelo nome de—S. Romão.

O parcho era apresentado pelo Dom Abbade de Santo Thyrsó.

A freguezia de S. Romão de Coronado fez parte do concelho da Maya.

Tinha no principio do seculo XVIII apenas 40 visinhos. Hoje tem 161 fogos e 666 habitantes, sendo 294 do sexo masculino e 372 do feminino.

Passa aqui o rio S. Romão.

A igreja está edificada no logar da Mamóa, nome que denuncia ter ali apparecido uma sepultura préhistorica.⁽¹⁾

Couto (Santa Christina do)

Tem 168 fogos e 698 habitantes, sendo 305 do sexo masculino e 393 do feminino.

(1) Vide cap. VII e VIII d'este

E' freguezia li nitrophe com a de Santo Thyrso, pelo sul.

No logar de Merouço, mencionam as «Memorias parochiaes de 1758», *apud* «Archeologo portuguez», vol. III, pag. 236, uma campã antiga.

A egreja, que foi restaurada pelo conde de S. Bento, fica ao lado da estrada, dominando-a. A respeito dos seus sinos ha um proverbio local. ⁽¹⁾ O parocho era antigamente apresentado pelo Dom Abbade do Mosteiro de Santo Thyrso.

Veja-se, no capitulo XI, o que dizemos sobre o collegio aqui existente.

A capella de S. Roque, comprehendida n'esta freguezia, tambem foi restaurada pelo conde de S. Bento.

Faz-se aqui, annualmente, uma romaria modesta em honra do orago.

Ainda ha outra capella: consagrada a Santo André.

Na bouça do Rego esteve o acampamento realista em 1834, como dissemos no capitulo VI.

Couto (S. Miguel do)

E' uma pequena freguezia situada, junto á villa de Santo Thyrso, na encosta de Monte Cordova.

Tem apenas 42 fogos e 159 habitantes, sendo 73 do sexo masculino e 86 do feminino.

Como o seu nome indica, pertenceu ao antigo couto dos frades de Santo Thyrso.

No tempo do Padre Carvalho, que assim nol-o diz na sua *Corografia*, era um curado annexo á freguezia de S. Salvador de Monte Cordova.

Fez parte do antigo concelho de Negrellos.

(1) Vide pag. 222 d'este livro.

Esta freguezia se é hoje pobre de habitantes, anda, comtudo, memorada nas chronicas, como tendo tido dentro dos seus limites a villa de Sallas, onde se levantava o solar dos pais de S. Rozendo. Diz mais a tradição que a condessa Aldara, mãe d'aquelle santo, mandou construir a primitiva igreja parochial, e que a pia baptismal de S. Rozendo está hoje occulta sob um dos altares da actual igreja. ⁽¹⁾

A moderna capella de Nossa Senhora da Assumpção, em Monte Cordova, acha-se comprehendida n'esta freguezia.

Covellas (S. Martinho de)

Esta freguezia, que pertenceu ao concelho da Maya, fica a nordeste da de S. Christovam do Muro, distando do Porto 18 kilometros.

Tem hoje 101 fogos e 475 habitantes, sendo 239 do sexo masculino e 236 do feminino.

O parochio era apresentado pelo Dom Abbade do mosteiro de Santo Thyrsó.

A actual igreja foi construida a expensas do conde de S. Bento.

Avista-se da linha ferrea do Minho.

O rio Covellas, que banha esta freguezia, vai desaguar no Ave, junto á ponte metallica de Bougado.

Guldões (S. João Baptista de)

Esta freguezia ⁽²⁾ fica situada na extrema occidental

(1) Vide pag. 51, e seguintes, d'este livro.

(2) O *Jornal de Santo Thyrsó* publicou uma interessante serie de artigos, a respeito d'esta freguezia, em 1892-93, n.ºs de 19 de maio, 28 de julho, 18 de agosto, 22 de setembro, 6 e 27 de outubro e 21 de novembro de 1892; 12 de janeiro, 2 e 16 de março e 1 de junho de 1893.

do concelho de Santo Thyrso, sobre a vertente oriental da serra de Santa Eufemea.

E' banhada pelo ribeiro d'Aldea, que faz mover algumas azenhas, e vai desaguar no Ave.

Compõe-se de varios logares, todos elles pittorescos e bem assombrados de frondoso arvoredo.

Quanto á sua etymologia, suppõem uns que o vocabulo Guidões tenha vindo do grego, *gia*, terra, e *doce*, duvida, por ser ali muito cerrada a matta em tempos remotos e portanto duvidosa a segurança do viandante; outros conjecturam que viesse de *Guido*, *Guidonis*, nome de algum individuo, fazendo ao caso d'esta hypothese o ter-se encontrado n'um missal antigo a palavra *Guidonis*.

Effectivamente esta etymologia parece ser a mais provavel, porque no onomastico do norte do paiz o caso normal é o genitivo. (1)

A parochial de Guidões já existia no anno de 1593. A igreja actual foi construida em 1879.

Possue esta freguezia as capellas de Santa Barbara, que parece ser anterior ao anno de 1623, e a do Senhor dos Passos.

Ha noticia da antiga confraria de S. João de Guidões ter estado aggregada á igreja de S. João de Latrão em Roma.

Mantém-se em Guidões, como já sabemos, a fabrica-ção dos tecidos de lã chamados baétas da Carriça, posto que esta industria tenha decahido com o tempo.

O motor era a agua do ribeiro d'Aldea, e dos pisões que funccionavam ainda resta em exemplar historico pertencente á casa Lopes.

Consta que foi una senhora do Porto, por alcunha a

(1) *Nomes de pessoas e nomes de logares* por Pedro A. d'Azevedo; Porto, 1900.

Droguista, que iniciou em Guidões a industria dos tecidos de lã.

A primeira fabrica foi montada, antes da invasão franceza, por José Ferreira Pinto, negociante do Porto, que passou os ultimos annos da vida em Guidões, onde falleceu, com 100 annos de idade, a 8 de maio de 1813.

Extincta esta fabrica, fundaram-se duas outras: a do Macedo, antigo empregado da fabrica Ferreira Pinto, e a do Elias.

Hoje não ha em Guidões fabricas propriamente ditas, mas sim pequenas officinas, onde se empregam velhos e creanças que escolhem a lã, mulheres que a fiam e tecem, e homens que a lavam, cardam, escarduçam e tingem.

A freguezia tem actualmente 200 fogos e 687 habitantes, sendo 315 do sexo masculino e 372 do feminino.

Guimarei (S. Payo de)

Esta freguezia é cortada pela estrada que do Porto conduz a Guimarães, e dista d'aquella cidade 21 kilometros. Tem hoje 111 fogos e 462 habitantes, sendo 205 do sexo masculino e 257 do feminino. Talvez uma quarta parte d'esta freguezia comprehende terrenos lavrados pertencentes a diversos proprietarios; a área restante são montados soltos e destapados, os mais extensos e ricos de todo o concelho. Sobre os que se denominam Monte do Sobredo ou do Fidalgo, e medem aproximadamente uma superficie de 200 hectares, pende ha muitos annos um litigio entre a casa dos Brandões da Torre da Marca (condes de Terena, depois marquezes de Monfalim) como auctores e a camara municipal do concelho de Santo Thyrso e Joaquim José Ferreira d'Oliveira.

Na casa dos Brandões da Torre da Marca (Porto) andava o padroado da egreja de S. Payo de Guimarei, que João Sanches e sua mulher D. Izabel Brandão herdaram

de Pedro Docem como seus parentes collateraes, bem como tambem herdaram varios casaes situados no antigo concelho de Refojos, hoje Santo Thyrso.

N'esta freguezia se encontra, fronteiro á egreja matriz, o palacio dos Brandões, com portão brazonado.

Pertence hoje aos herdeiros de Custodio Gil.

Em Portugal a democratisação dos antigos palacios tem sido realizada pelo capital burguez muito mais rapidamente do que o poderiam conseguir as doutrinas e theorias democraticas.

A casa é vasta, com grande numero de quartos para muitos hospedes, e um amplo salão em que se armava um theatro.

No pateo improvisaram-se touradas no tempo em que o marquez de Monfalim, casado com a filha do ultimo conde de Terena, aqui vinha veraneiar.

A egreja parochial chega a causar dó pelo estado de abandono em que se encontra-hoje.

Quanto á escola que n'esta freguezia foi construida recentemente, veja-se o que dizemos no capitulo anterior.

Lama (S. Miguel da)

Na margem direita do Ave.

E' uma pequena freguezia de 92 fogos, e 379 habitantes, sendo 188 do sexo masculino e 191 do feminino.

Pouco tem augmentado em população: o Padre Carvalho dava-lhe 36 vizinhos; e, annos depois, em 1757, tinha 57.

Era abbadia do convento de Landim.

E' entre esta freguezia e a de Santo Thyrso que foi construido o cemiterio municipal.

Na egreja parochial existe um véu de calix, em seda vermelha, no qual estão impressos todos os dizeres das *Sacras*.

Lamel·as (Santa Eulalla de)

Esta freguezia tem 182 fogos e 636 habitantes, sendo 268 do sexo masculino e 368 do feminino. A igreja parochial é pequena e humilde. Fica-lhe fronteiro o cemiterio, que é moderno e se acha completamente despidido de epitaphios. No adro ha um cruzeiro, que data de 1820, e foi mandado erigir por José de Souza Rodrigues. O parcho era antigamente apresentado pelo Dom Abba-de do mosteiro de Santo Thyrsó; e um, que foi beneditino, jaz sepultado em Sant'Yago da Carreira (Vide *Carreira*).

O logar de Carneiro, de que ja fallamos, (1) fica na freguezia de Lamellas, junto á igreja. Era ponto forçado na jornada do Porto a Guimarães; por este motivo havia ali uma estalagem.

A profissão mais generalizada em Lamellas é a de almocreve. O mesmo acontece na Reguenga.

Monte Cordova (S. Salvador de)

Esta freguezia é, no concelho de Santo Thyrsó, a mais extensa em territorio.

Vai desde Rebordões a Refojos.

População muito espalhada por diversos logares, e inteiramente carecida de meios de communicacão entre esses logares. Não ha estrada nenhuma e, para vencer a aspereza do monte, apenas os peões encontram um atalho, que tem o nome de Isqueiro de Linhares.

Divide-se a freguezia em Monte Cordova de cima e Monte Cordova de baixo.

Já nos referimos á antiga igreja do Salvador, (2) edifi-

(1) Pag. 184.

(2) Pag. 51, e seguintes, d'este livro.

ficada outr'ora no topo do monte, e que se relaciona com o nascimento de S. Rozendo.

Tambem já fallamos no mosteiro que, segundo a tradição, ali foi mandado erigir pela condessa Aldara, mãe d'aquelle santo.

E adduzimos prova convincente da existencia d'esse mosteiro.

No sitio do Padrão ergue-se hoje uma capella, e houve, antigamente, um castro luso-romano.^[64]

Fica n'esta freguezia a capella de Nossa Senhora de Vallinhas, que se festeja pomposamente no dia 8 de setembro.

A imagem, certamente antiquissima, é de pedra, em tamanho natural.

A' romaria da Senhora de Vallinhas dedicamos um capitulo especial n'este livro.

A freguezia tem actualmente 357 fogos e 1:313 habitantes, sendo 584 do sexo masculino e 729 do feminino.

Sobre a etymologia do onomastico—*Monte Cordova*—veja-se o que deixamos dito a pag. 50.

O Padre Carvalho noticiou na *Corografia* que S. Salvador de Monte Cordova foi commenda de Christo e reitoria da mitra.

Ha actualmente um barão de Monte Cordova: é o sr. José Antonio Martins.

Muro (S. Christovam do)

E' tradição que o nome antigo d'esta freguezia foi S. Christovam do Mouro e que, por corrupção de vocabulo, veio a chamar-se—do Muro.

Não repugna, logo á primeira vista, esta tradição, porque desde a proxima freguezia de Alvarelhos vimos encontrando vestigios da occupação dos arabes.^[65]

Mas, segundo consta, ainda é maior a certeza, pois se diz que no archivo dos loyos do Porto (conegos seculares de S. João Evangelista) de que S. Christovam do Muro era reitoria, havia noticia que confirmava aquella tradição.

Não se sabe com segurança quando foi edificada a igreja parochial, mas presume-se que seria em 1686, data que está inscripta na pedra em que o pulpito assenta.

Parece que em 1766 se procedeu a uma restauração, postoque modesta; no lintel da porta principal está gravado aquelle anno, o que auctorisa a hypothese da restauração.

Mas tão modesta seria, que em 1860, quando tomou posse o actual parochio, rev.^o Francisco Moreira Azenha, achou o templo completamente arruinado, quasi indigno do culto.

Por isso este zeloso sacerdote emprendeu uma larga restauração, que levou a cabo, augmentando a capella mór e o corpo da igreja, apainelando o tecto, fazendo uma nova tribuna, uma elegante torre, e mandando dourar a brunido toda a capella-mór e os altares collateraes, onde já existiam quatro columnas de talha em cada um, unico ornato que, apesar de muito deteriorado, pôde aproveitar-se do antigo templo.

Falta ainda dourar e pintar o corpo da igreja, porque, não obstante a boa vontade e zelo do parochio, a restauração, que principiou em 1860 como já dissemos, ainda não está concluida.

Possue o templo uma estimavel imagem de Christo na agonia. E' de madeira, em tamanho natural. O rosto, a cabeça e a corôa de espinhos são de boa esculptura.

A imagem da Senhora do Rosario é moderna; foi modelada no Porto, officina da Viuva Abreu.

Tambem possui a igreja soffríveis alfaias; as melhores vieram dos loyos do Porto.

Ha na freguezia uma capella publica, cujo orago é S. Pantaleão.

S. Christovam do Muro tem apenas 42 fogos e 159 habitantes, sendo 73 do sexo masculino e 86 do feminino.

Foram aqui registadas, em tempo, diversas minas, que não chegaram a ser exploradas nunca.

O lugar da Carriça, a que já nos referimos quando tratamos da freguezia de S. Martinho de Bougado, fica a um kilometro de distancia da egreja de S. Christovam do Muro.

A respeito dos morgaños da Carriça, veja-se a noticia relativa a *Alvarelhos*.

Na freguezia de S. Christovam do Muro passava a via romana de Braga a Santarem.

Havia um marco milliario n'aquelle lugar da Carriça (quinta do Lima Barreto).

D'aqui, a via romana seguia para o sul, passando por Espinhosa e S. Pedro de Avioso, etc.

Negrellos (S. Mamêde de)

Esta freguezia divide-se em duas partes: uma, a oriental, chamada Negrellos; outra, a occidental, chamada Barreiro.

A léste da primeira ha o lugar de Santo Sidro, onde se diz ter sido a primitiva egreja matriz, cujo orago era Santo Izidro.

A egreja parochial moderna fica no alto de uma collina, dominando quazi toda a freguezia.

Entre outras capellas aqui existentes devemos mencionar a de S. Roque, d'onde se avista um vasto e lindo panorama.

Perto da residencia parochial ergue-se um chafariz, que foi mandado construir pelo abbade Domingos José Cibrão.

Na quinta de Bougado, que pertenceu a Manoel Meirelles, e cujo palacete sempre ficou incompleto, mencionam os auctores do *Portugal antigo e moderno* e do *Minho Pittoresco* duas mumias de santos, que para ali vieram de Roma.

Deveriam antes dizer duas ossadas, com trajes de guerreiros romanos, provavelmente soldados que se converteram ao christianismo e por isso soffreram martyrio.

Estas ossadas estiveram muito tempo n'uma capella, que depois serviu de casa da eira.

Mais tarde foram removidas, em mau estado, para o interior do palacete.

Como já dissemos (*S. Martinho do Campo*) S. Mamede de Negrellos foi outr'ora villa importante.

Hoje a freguezia conta 188 fogos e 691 habitantes, sendo 322 do sexo masculino e 369 do feminino.

Negrellos (S. Thomé de)

O rio Vizella separa esta freguezia da de S. Miguel das Aves, que fica na margem direita.

E' atravessado por duas pontes: uma, que officialmente se chama de S. Thomé de Negrellos, sendo, aliás, vulgarmente conhecida pela designação de *Ponte Velha*; outra, a da Curvaceira, distante da *Velha* um kilometro.

O Padre Carvalho diz, na *Corografia*, que S. Thomé de Negrellos foi vigairaria dos Padres da Companhia de Braga, por ser annexa de S. Pedro de Roriz.

Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, refere que foi villa e couto; que pertenceu ao antigo julgado de Refojos de Riba d'Ave; que depois formou concelho proprio com as freguezias de S. Martinho, S. Salvador do Campo, S. Miguel do Couto, Monte Cordova, S. Mamede de Negrellos, Rebordões, Refojos de Riba d'Ave, Roriz e Villarinho; finalmente, que o concelho de Negrellos foi

supprimido em 24 de outubro de 1855 passando todas aquellas freguezias para o concelho de Santo Thyrsó.

Na egreja matriz ha a especialisar a capella do Santissimo, cuja abobada é de pedra lavrada.

Conta a freguezia algumas capellas, sendo duas particulares.

O monte do *Crasto*, ao sul, indica, pelo onomastico, ter havido aqui outr'ora um castro luso-romano.^[66]

Esta freguezia é hoje principalmente vitalisada pela existencia da grande fabrica de fiação, a que em outro logar nos referimos detidamente.

S. Thomé de Negrellos, que no tempo do Padre Carvalho contava setenta vizinhos, tem hoje 255 fogos com 1:234 habitantes, sendo 564 do sexo masculino e 670 do feminino.

O sr. Manoel Maria da Costa Alpoim (filho do visconde de Montariol, antigo proprietario em Braga e por largos annos deputado da nação) foi agraciado com o titulo de visconde de Negrellos.

Palmeira (Santa Eulalia da)

Esta freguezia, situada na margem direita do rio Ave, tem hoje 106 fogos, ao passo que em 1757 tinha 115.

E' uma das poucas freguezias do concelho que recuáram em importancia.

A sua população actual foi recenseada em 446 habitantes, sendo 231 do sexo masculino e 215 do feminino.

O antigo couto da Palmeira pertenceu ao convento de Nandim ou Landim, sendo-lhe doado em 1177 por Dom Gonçalo Rodrigues Pereira, a esse tempo senhor do couto ou *condado*, como dizem alguns documentos.

Depois da doação, a familia do doador passou a viver no solar de Pereira, em terras de Vermoim, junto ao Ave.

Os frades de Landim, que eram conegos regrantes de Santo Agostinho, vulgarmente chamados cruzios, vinham receber, por occasião do grande mercado que se fazia em frente de Palmeira a 24 de agosto, os tributos que pela sua jurisdição n'este couto lhes eram devidos.

Por muitas vezes fallamos já d'esta quinta.

Resta-nos dizer que em mais de um auctor achamos noticia de ter havido aqui «uma torre da parte de fóra», na qual viveram os senhores do couto enquanto o não doaram aos cruzios de Landim.

Rebordões (Sant'Yago de)

Rebordões, como diz a gente do Minho; ou Rebordãos, que é a graphia auctorizada por Herculano: Rebordãos, em latim *Rebordanos*.

Ha em Portugal uma villa (concelho de Bragança) com este nome, e varias freguezias e logares nas provincias do Minho e Douro.

Rebordões ou Rebordãos, Rebordello e Rebordosa, vulgares no onomastico locativo, parecem vir da mesma origem e ter a mesma significação: logar silvestre e agro.

A freguezia de Rebordões, no concelho de Santo Thyrsó, fica ao norte da freguezia de Burgães, como fazendo ambas parte de uma região pedregosa e bravia, segundo a etymologia que já attribuímos á palavra Burgães.

O Padre Carvalho, na *Corografia*, diz a respeito de Rebordões: «Abbadia que apresenta o Mosteiro de Santo Thyrsó com reserva; deu-lh'a Gil Martins, filho de Martin Fernandes de Sá no anno de 1226.»

Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, repetindo esta mesma noticia, diz que Rebordões foi honra e villa.

Vê-se, como quer que seja, que Rebordões é povoação antiga e que, por doação, pertenceu aos beneditinos de Santo Thyrsó.

No principio do seculo XVIII tinha noventa vizinhos. Em 1757 já aqui havia 123 fogos. Hoje ha 267, com 1:273 habitantes, sendo 571 do sexo masculino e 702 de feminino.

A egreja parochial de Sant'Yago de Rebordões, com o seu singelo campanario de duas sineiras, fica á beira da estrada de Santo Thyrso a Guimarães.

O rio Ave corre perto da egreja; meio kilometro ou pouco mais.

A ponte de Caniços encontra-se a curta distancia da confluencia do Vizella com o Ave, ficando Rebordões na margem esquerda d'este rio, e Bairro, do concelho de Fimalicão, na margem direita.

No logar de Santocinhos, de Rebordões, está situada a casa que durante muitos annos foi habitada pelo pintor Rezende ⁽¹⁾

Refojos (S. Christovam de)

Refojos ou Refoyos. Do concelho de Refoyos da Maia, assim chamado para distinguil-o de Refoyos de Basto, foi cabeça a antiga villa de Refoyos de Riba d'Ave.

Teve esta povoação foral e importancia, mas já no seculo XVIII estava decadente: em 1757 contava apenas 165 fogos. Hoje conta 200, com 740 habitantes, sendo 342 do sexo masculino e 398 do feminino.

A sua antiga nobreza, pois tiveram aqui senhorio os condes da Feira (Pereira Forjaze-) foi substituida pela riqueza de dois lavradores poderosos, Custodio Gil dos Reis Carneiro e José Ferreira de Mattos Carneiro, que edificavam em Refojos boas casas de residencia. São os dois proprietarios mais ricos de todo o concelho. O primeiro d'elles é hoje representado pelos seus herdeiros.

(1) Vide pag. 142 e seguintes.

Refojos fica na encosta da serra, em frente de Lameillas.

A igreja foi restaurada recentemente.

No logar da Fervença, d'esta freguezia, faz a corrente do rio Leça uma linda queda de agua.

Reguenga (Santa Maria da)

Esta freguezia está situada nas vertentes occidentaes da serra da Agrella, isto é, na margem esquerda do rio Leça.

Como o seu nome indica, pertenceu á corôa: por isso o abbade era apresentado pelo Padroado Real.

Dista do Porto 20 kilometros.

Tem 220 fogos e 841 habitantes, sendo 382 do sexo masculino e 459 do feminino.

No inverno esta freguezia é frequentes vezes alagada pelas aguas que vem da serra da Agrella abaixo e pelas cheias do rio Leça, engrossado com as torrentes que se despenham de Monte Cordova.

Nesse periodo do anno, a Reguenga pode dizer-se ser a Veneza do concelho de Santo Thyrso.

Roriz (S. Pedro de)

Esta freguezia fica ao nascente da villa de Santo Thyrso, e distante d'ella cerca de 10 kilometros.

E' povoação antiga. Foi villa e cabeça de concelho. Aqui teve solar a familia dos Rebello.

Houve em Roriz um mosteiro cuja fundação remonta a escura antiguidade. Sabe-se que Dom Affonso Henriques o deu aos conegos regantes de Santo Agostinho e que, ora na mão de commendatarios, ora revertendo á Corôa, foi no tempo do cardeal Dom Henrique, e a instancias d'elle, entregue aos jezuitas do Collegio de S. Pau-

lo em Braga. Pela supressão da Companhia de Jezus passou á Universidade de Coimbra, que o vendeu em 1775, como já dissemos, ao dr. Sebastião José Teixeira de Carvalho e Souza, senhor da quinta e casa de Ruivães. Em 1853, como também já dissemos n'outro lugar, tornou-se cabeça do viscondado de Roriz. ⁽¹⁾

A igreja parochial (antiga igreja do mosteiro) deve considerar-se um dos nossos mais apreciaveis monumentos nacionaes.

Estylo romanico, excepto na porta principal, que é de ogiva, comquanto os seus ornatos também sejam d'aquelle mesmo estylo.

Esta porta tem trez architraves, muito embrincadas, que se apoiam em seis columnas, sendo os fustes das primeiras e terceiras faceados, e as faces alternadamente adornadas de conchas, ornato que se repete nos capiteis e pedestaes das outras columnas, á mistura com desenhos de fantasia.

Os fustes das segundas columnas são redondos e lisos.

O tympano da porta também é liso e a sua parte inferior, que serve de verga, descansa as extremidades sobre duas cabeças de touro, que nascem das pilastras.

O alpendre, que servia de galilé, foi ha annos removido da porta principal para um dos lados da igreja.

Ficou assim a belleza da porta mais visivel.

A rosácea é muito notavel: cada um dos seus tripliques arcos tem ornatos differentes.

Encima o frontão uma Cruz de Christo.

A capella-mór acaba em semicirculo e tem á volta seis arcos mettidos no grosso da parede, bem como outras tantas frestas.

(1) Vide pag. 168 d'este livro.

A pia baptismal, lisa e oitavada, é a primitiva.

A pia de agua benta, em forma de taça, é notavel pela sua elegancia e simplicidade.

Ha no edificio bastantes inscrições, mas de difficil leitura por estarem muito apagadas; igualmente se encontram em quazi todas as pedras as siglas com que os canteiros marcavam o trabalho executado.

Está esta igreja soffrivelmente conservada, comquanto a porta e o interior não escapassem a uma vandalica mão de cal, que muito prejudicou a belleza do edificio.

O campanario, triangular, é isolado da igreja, mas certamente coevo d'ella.

A freguezia de Roriz tem 282 fogos e 1:178 habitantes, sendo 563 do sexo masculino e 615 do feminino.

Na cordilheira de Monte Cordova, mas já nas freguezias de Eiriz e Sanfins, concelho de Paços de Ferreira, o qual é limitrophe com o de Santo Thyrso, existem as ruinas de uma cidade antiga, *citânia*, descriptas por Arnaldo Gama em uma interessante nota do seu romance *O segredo do abbade* (Porto, 1864).

Tambem Martins Sarmiento (Vide *Archeologo portuguez*, n.º 6, do 1.º vol.) publicou um consciencioso estudo sobre esta citânia. [67]

Occupam as ruinas uma grande área no cume de um monte, que chamam de S. Romão e que é bastante alto.

Encontram-se vestigios de duas muralhas de pedra, tendo a ultima alguns lanços soffrivelmente conservados.

São igualmente visiveis os alicerces de casas redondas, taes como os de Sabrosa e Briteiros, e o traço inicial de uma rua bastante regular.

Ha perto alguns penedos, com inscrições e figuras, de que particularmente se occupou Martins Sarmiento no artigo citado.

Esta citânia parece ser do mesmo genero da de Briteiros e haver atravessado as mesmas civilizações.

As ruínas da citânia de Roriz (assim geralmente conhecida, ainda que impropriamente, por estar situada em outras freguezias e concelho) correm o risco de ser inutilisadas como monumento archeologico, em razão de recentes aforamentos.

O conselho dos monumentos nacionaes, pela sua commissão executiva, reclamou em 1901 a intervenção do Estado n'este assumpto.

Como a auctoridade competente se não contentasse com as primeiras informações que lhe foram enviadas, pediu outras, mais desenvolvidas, de que se lhe deu conhecimento no seguinte officio :

III.º mo Ex.º mo Snr.

Em resposta ao officio de V. Ex.ª, de 8 de novembro do corrente anno (3.ª Repartição liv.º 30 n.º 309) e relativo á citânia de Roriz, cumpre-me enviar a V. Ex.ª a respectiva planta e communicar-lhe o seguinte :

Que a referida citânia está situada nas freguezias de Eiriz e Sanfins de Ferreira, concelho de Paços de Ferreira; que na primeira freguezia o seu maior comprimento é de 370 metros e a sua largura de 190 metros, e que o valor do terreno comprehendido n'esta freguezia é de 269\$500 reis; que na segunda freguezia o terreno mede de comprimento 460 metros, e de largura 385, sendo o seu valor de 646\$300 reis.

Esta parte está dividida em vinte lotes ou «sortes» e paga fôro á junta de Paróchia de Sanfins de Ferreira.

O preço dos aforamentos foi regulado por aquelle mesmo valor ou aproximadamente aquelle.

A exploração agricola do terreno da citânia apenas pode consistir em pasto e algum matto, aliás pouco e interior, em razão dos muitos alicerces e pedras soltas que ali se encontram a cada passo.

Seria conveniente que o Estado adquirisse o terreno, embora tivesse de pagar indemnisação, no valor citado, aos individuos que tomaram os respectivos lotes; e poderia conserval-o em logradouro commum como era até agora, emquanto as ruínas não fossem exploradas.

No meio das ruínas está um marco geodesico, dos mais importantes d'aquelles sitios, que se corresponde com outros da mesma classe, collocados a grandes distancias, Arouca, Marão, etc; e logo que os actuaes pro-

prietarios vedem o terreno, hão de certamente invadir os pinheiros, ficando occulto o marco.

Por todas estas razões, e por o valor total do terreno ser relativamente exíguo, 915\$800 reis, de novo invoco a atenção de V. Ex.^a para este assumpto, que muito interessa tanto á archeologia como á geodesia.

Até hoje, agosto de 1902, não consta ter havido qualquer resolução official.

santo Thyrsó (Santa Maria Madaglena de)

D'esta freguezia nos occupamos na maior parte d'este livro, pois que n'ella está comprehendida a villa de Santo Thyrsó, nosso principal assumpto.

Da sua população já deixamos noticia a pag. 76.

Sequelrô (S. Martinho de)

Freguezia situada na orla septentrional do concelho de Santo Thyrsó.

Tem 122 fogos e 456 habitantes, sendo 204 do sexo masculino e 252 do feminino.

N'um campo do lugar de Portos (aliás Porto) ha vestigios de ter ali existido uma povoação romana.

No monte do Salto houve um castro luso-romano, e nas suas ruinas appareceram algumas sepulturas revestidas de tijolo, bem como muitas moedas romanas de cobre, dentro de uma vasilha de barro.^[68]

Villarinho (S. Miguel de)

Esta freguezia pertence ao concelho de Santo Thyrsó desde 1855.

Está situada na margem esquerda do Vizella, e dista da cabeça do concelho 15 kilometros, ao nascente.

A egreja matriz foi abbadia secular, fundada por uma

familia fidalga, de appellido Fafes. Depois, parocheando-a um d'elles, que era Gonçalo Annes Fafes, doou-a aos conegos regrantes de Santo Agostinho. O Padre Carvalho, na *Corografia*, nota a singularidade de que ao Abbade se dêsse o titulo de Dom Prior, «cousa particular d'este mosteiro, que em outro se não acha em Portugal na ordem dos conegos regrantes de Santo Agostinho».

Pinho Leal, no *Portugal antigo e moderno*, transcreve o artigo que o conselheiro Possidonio da Silva redigiu a respeito da egreja matriz de Villarinho para acompanhar a photographia d'ella em o n.º 1, 5.º vol., 2.ª serie do *Boletim da real associação dos architectos civis e archeologos portuguezes*.

Nós, tendo que ser menos prolixos, diremos que esta egreja, que parece ser anterior ao seculo XII, existindo já em 1070, é um bom exemplar da transição da architectura romana para a ogival.

Especialisaremos, como mais dignos de menção, a porta da galilé, a porta e frestas do templo, e um elegante arco ogival (seculo XIII ou XIV) que, mettido n'uma das paredes do antigo claustro, cobre um tumulo liso.

Em toda a egreja ha varias inscrições da idade-media.

A imagem do orago é de bronze.

Em agosto de 1900 appareceu n'uma bouça, chamada da Lage, n'esta freguezia, uma vasilha, a que servia de envolvero outra, contendo grande numero de moedas romanas de cobre, anteriores a Constantino Magno.

O Padre Carvalho diz na *Corografia*:

«Em um alto monte, que fica logo acima (da egreja matriz) entre o nascente e o norte, está uma ermida antiga de S. Pedro de Villarinho, e á roda vestigios de fortificação, que dizem ser de mouros.»^[69]

D'esta capella só existem hoje os alicerces.

A freguezia de Villarinho tem actualmente 206 fogos

e 759 habitantes, sendo 356 do sexo masculino e 403 do feminino.

Nas *Dissertações chronologicas e criticas* de João Pedro Ribeiro e no *Catalogo dos pergaminhos do cartorio da universidade de Coimbra* ha alguns documentos que respeitam ao convento de Villarinho e abrangem as suas relações com o de Santo Thyrsó.

CONCELHO DE SANTO THYRSO

Contribuições de lançamento em 1901

<i>Predial</i>	Para o Estado.....	16:226\$050
	Município.....	2:109\$656
	Instrucção.....	1:898\$690
	Somma.....	20:234\$396
<i>Industrial</i>	Para o Estado.....	14:589\$401
	Município.....	2:291\$065
	Instrucção.....	719\$594
	Somma.....	17:600\$060
<i>Renda de casas e sumptuaria</i>	Para o Estado.....	997\$509
	Município.....	155\$320
	Instrucção.....	189\$788
	Somma.....	1:292\$617
<i>Decima de juros</i> (só Estado).....		5:621\$271 ⁽¹⁾
<i>Real d'agua</i> (Estado).....		6:088\$389

(1) Esta importancia recahiu sobre um capital de 707:968\$639 reis empregado em transacções ao juro de 5, 5 1/2 e 6 por cento. Representa um movimento de 4028 manifestos. o que é consideravel.

*

Durante o anno de 1900 houve no concelho de Santo Thyrso 198 casamentos, 984 nascimentos e 374 obitos.

As freguezias onde se realizou maior numero de casamentos foram Santo Thyrso, 29; Sant'Yago de Bougado, 16; S. Martinho de Bougado, 14; Burgães, 12; Rebordões, 10,

Maior numero de nascimentos: Santo Thyrso, 155; S. Martinho de Bougado, 61; Sant'Yago de Borgado, 57; S. Miguel das Aves, 55; Rebordões, 49.

Maior numero de óbitos: Santo Thyrso, 41; Monte Cordova, 27; Sant'Yago de Bougado, 22; Refojos, 19.

FIM

ERRATAS

Correndo a maior parte da impressão d'esta obra longe da residencia habitual do auctor, facil é comprehender que a revisão das provas typographicas não pudesse ser mais acurada e attenta.

N'uma rapida leitura encontramos algumas incorrecções, que vamos mencionar. Outras muitas haverá, que serão devidamenté emendadas em nova edição, se este livro a tiver algum dia.

Pag. V, Advertencia Prévia, lin. 13, onde se lê «Se eu, pore*m* orthographasse» deve lêr-se «Se eu, pore*m*, orthographasse» etc.

Pag. 21, lin. 14, onde se lê «differenças quan-» deve ler-se «differenças quanto» etc.

Pag. 29, lin. 18, onde se lê «Outra muito nobreza» deve lêr-se «Outra muita nobreza» etc.

Pag. 205, lin. 19, onde se lê «Em junho d'este anno» deve lêr-se «Em julho d'este anno» etc.

Pag. 251, lin. 9, onde se lê «Pobre villa!» deve lêr-se «Pobre villa!» etc.

Pag. 302, lin. 17, onde se lê «Quanto á tecelagem da lã, as tear*e*s» deve lêr-se «Quanto á tecelagem da lã, os teares» etc.

Pag. 315, lin. 1.^a, onde se lê «Areias (Santiago de)» deve lêr-se «Areias (Sant'Yago de)» etc.

Pag. 317, lin. 26, onde se lê «Vide capitulo VI» deve lêr-se «Vide capitulo XI» etc.

INDICE DOS CAPITULOS

	Advertencia prévia	pag. V
I	As origens da villa	11
II	O mosteiro e a igreja	35
III	O rio e a villa	58
IV	O dinheiro do conde de S. Bento	80
V	Nomes que illustram Santo Thyrso	141
VI	Sylva de apontamentos e curiosidades	179
VII	Caracterisação tradicional do povo thyrseense	213
VIII	Uma romaria	250
IX	Caldas da Saude	259
X	Nossa Senhora da Assumpção	265
XI	Instrução, agricultura e industria	280
XII	O concelho	305

INDICE DAS GRAVURAS

Claustro benedictino	pag. 35
Ponte sobre o rio Ave	58
Rua 26 de Março	65
Campo 29 de Março	68
Conde de S. Bento.	80
Edificio escolat.	84
Hospital Conde de S. Bento	88
Nossa Senhora de Vallinhas.	250
Nossa Senhora da Assumpção	265
Uma vessada nos arredores da villa	281
Santa Eufemia	312
Escolas de Santa Maria e Santo Antonio ,	327

Santo Thyrso de Riba d' Ave

NOTAS E COMENTÁRIOS

1. *Alberto Pimentel e suas preferências*

Eu tenho dois amores... Assim nos chegam aos ouvidos e ao sabor do vento, as trovas do cançonetista. Também Alberto Pimentel as poderá cantar, acomodadas, porém, às suas afeições: eu tenho três amores. Agora, já como aquele, poderia hesitar de qual dos três melhor gostasse...

Efectivamente, no escritor, se, na poesia, lhe refere a alma a sensibilidade romântica de um Castilho e de um Tomás Ribeiro, mais o disciplinará, na prosa, o gosto pela linguagem erudita, vernácula, elegante e fluente de um Camilo, seu ídolo, na produção literária, e seu íntimo nos transportes de uma amizade comum. Até no volume da sua obra, Alberto Pimentel não muito se distanciará do Torturado de Ceide.

Faz disso confissão explicitada da sua fé: *O nome de Camilo Castelo Branco não me sai do coração* – afirmava Alberto Pimentel, já em 1875. *Em todas as incertezas da minha vida literária, nas mais tenebrosas horas em que o desalento desce a condensar-se como noite álgida sobre a alma prostrada pelo cansaço da luta, o tenho visto a meu lado, incitando-me ao trabalho, dissipando-me os pavores da imaginação esvaída, remunerando-me com a sua estima as conseqüências de cada hora, doutrinando, consolando, ensinando. Ao seu espírito devo eu tesouros de coragem; ao seu coração afectos paternais.* Mais forte, porém, foi o discípulo, que o mestre sucumbiu ao peso estreme do cansaço...

Um outro amor – e não sei qual deles ascende ao primeiro lugar – o Porto. Como o falcão volta ao ponto de partida – que o fio assim o coage – também Alberto Pimentel regressa às origens, ao aconchego do lar paterno da Cidade Invicta, sempre que o pudesse, que fortes eram as amarras que sempre o vincularam à sua terra natal. Se, desde 1873, até ao final de sua vida – 19 de Julho de 1925 – viveu no sul, uma que outra vez, num salto ao berço onde se embalou, tanto Alberto Pimentel como a sua querida esposa retemperariam as energias gastas nas tarefas absorventes da capital e regiões avizinhas. Mas, em certo sentido, as suas viagens foram prolongadas e constantes mesmo. Em espírito, claro... A sua alma, mesmo em Lisboa, não sai do Porto. Os seus imensos volumes rescendem à alma e ao coração das gentes tripeiras. Com dirá Júlio Brandão: *É que o Porto para ele, além de ser a sua terra natal, era a terra onde lhe correrá a mocidade, ninho dos seus amores, das suas primeiras e mais florescentes esperanças. Na realidade, não há flores que não vicejem nessa gleba sagrada. Ao abandonar a cidade querida, a caminho das lutas duma longa existência de trabalho indefesso e de tão rara honestidade, nela lhe ficavam aquelas recordações que nunca esquecem, desde as mais puras lágrimas aos mais claros sorrisos, e que transformam tudo, nas imaginações poéticas, em jardins de maravilha, onde sempre desabrocham as rosas, e os olhos cansados – e que às vezes cegam de chorar pela vida fora – sempre enxergam de longe, rompendo miraculosamente as nuvens da procela, palácios encantados de Ventura e de Amor.*

Este culto pela Cidade Invicta se associará ao perfume, com que, a cada instante, idolatraria, em forma de louvor perene, a ara votada à memória dos Lares e Penates dos seus maiores.

Um terceiro amor de Alberto Pimentel – em último lugar na menção, mas longe de o ser no carinho com que o cultivará – a dedicação a Santo Tirso. A cada hora se lhe escapa a atenção para uma viagem ora rápida, ora mais alongada, quer voltado para o povo da Rua quer para os monges do nosso mosteiro, seja para reviver momentos do presente, como memórias muito das do passado, ele por aqui paira, de olhares concentrado ou mais enleados de divagação, apalpando o solo que nos embala, o povo que aqui labuta, a dança que o diverte e as solenidades que o animam.

E para melhor se consagrar a esta tarefa, renunciaria à continuidade do seu projecto – a carreira economicamente mais promissora da medicina, que cirurgião, fora já o seu pai! –, para se consagrar, desinteressadamente, ao cultivo das letras, onde só poucos disso vivem que a maior parte deles mal sobreviverá... Nunca se esqueceria da confissão do nosso épico:

*Errei todo o decurso dos meus anos;
Dei causa a que a fortuna castigasse
As minhas mal fundadas esperanças.*

Isto poderia aplicar-se a mim, dizia com toda a verdade, Alberto Pimentel. *Contudo, se eu tornasse à mocidade, a primeira coisa que fazia era pôr-me a literatar*. Renitente, pois Alberto Pimentel, que do erro nunca se arrependeria. *O felix culpa*, poderíamos agradecer-lhe, que da sua caturrice Santo Tirso lucrará...

Por isso, porque, por um lado se dedicou àquilo de que gostava – a literatar, como ele dizia –, e porque, por outro, na vida profissional¹, auferia o necessário para sustento dos seus, o culto das letras foi o complemento que lhe enchia a alma e o coração. Apesar desta vida intensa, sentia-se realizado. Ao encanto do lar e à ternura da sua esposa, acrescia-se-lhe a paixão pelas letras. Podia dizer com sinceridade: *Não tinha sonhos, não tinha pesadelos. Dormia pacificamente. Acordava às sete e meia da manhã, sem despertador. O meu lar encantava-me. Tudo estava em ordem: a bandeja reluzente como um espelho, o guardanapo branco como a neve, as torradas bem loiras, o café nem muito forte nem muito fraco. E era Ludovina Adelaide que, por sua mão, preparava este agradável almoço, que eu tomava um pouco à pressa, como o estudante diligente que tem de ir para a aula...*

Em certos dias do ano havia mais do que ordem na minha habitação: havia requinte, certo aparato festivo. Era nos aniversários natalícios das pessoas de família. Era especialmente na véspera de Natal em que Ludovina, segundo a tradição portuense, punha em acção toda a nossa melhor loiça de mesa, a toalha adamacada com os seus respectivos guardanapos, os nossos copos

¹ Alberto Pimentel foi amanuense na Secretaria da Procuradoria Régia, junto do Tribunal da Relação, em Lisboa; Inspector das Escolas da Instrução Primária de cinco concelhos a sul de Lisboa, com residência em Setúbal; Administrador do concelho, em Portalegre e secretário da Junta Geral do Distrito, como procurador do concelho de Elvas. Depois, em Lisboa, novamente, Secretário do Ministro das Obras Públicas, Deputado pelo Círculo de Cinfães; Deputado no Palácio de S. Bento, pelo Círculo da Póvoa de Varzim; Redactor da Câmara dos Deputados; Professor da Escola Académica e do Colégio Parisiense; Jornalista do Diário Ilustrado, do Diário Popular, da Ilustração Portuguesa, do Correio da Europa, do Economista; vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Comissário do Teatro Dona Maria...

facetados, e, cantante e ágil, cozinhava as iguarias peculiares ao costume do norte nesse grande dia memorando: os mexidos, as rabanadas, os bolinhos de bonina. A nossa prole (duas filhas e um filho) chilreava repetidos louvores ao mérito da mãe, que tanto lhe adoçava o paladar, e nós dois, pai e mãe, sentiamo-nos tranquilos e felizes, porque já receávamos menos o futuro desde que eu me inscrevera, com o pecúlio das nossas possíveis economias, sócio do Montepio Geral.

A literatar: a sua paixão do berço à cova. Do berço, poderá dizer-se. De facto, apenas com 14 anos, estudante do Liceu Nacional do Porto, é editor e redactor de um Jornal. *Tentativas Literárias* que assim se chamava. Com os seus amigos Guilherme Braga e Sousa Viterbo, não perdia a oportunidade de participar nos outeiros, pelos cronventos de Santa Clara e de S. Bento da Avé-Maria. Os reptos e desafios das religiosas, aguçavam o engenho dos poetas. E logo as monjas saberiam recompensá-los com os prémios saborosos da doçaria e dos licores. Uma vez, Guilherme Braga, a uma secular que, com sorriso leve, lhe pediu esperasse um bocadinho, responderá, com expectante humildade, o poeta

Nesse *Espere um bocadinho*
- Se ilusão minha não fosse -
Parece que vem mais vinho
Parece que vem mais doce.

Era assim Alberto Pimentel: um amante das letras, especialmente ao serviço de três amores: Camilo, Porto e Santo Tirso².

2. A costela tirsense do eminente camilianista

Com efeito, a 30 de Novembro de 1880, fundar-se-á em Santo Tirso o Club Thyrsense. Não eram só as horas de recreio a motivar a nascença da instituição. A cultura fazia parte da iguaria ministrada aos seus associados. Neste âmbito, recorro iniciativas, que se cozinhavam desde os primórdios.

Lembrámo-nos a actuação de Moreira de Sá³, as peças de teatro levadas à cena. Mas não posso esquecer outras de géneros diferentes. Por exemplo, no campo editorial. O volume de Alberto Pimentel *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*. Não creio tenha plena razão alguém quando diz, a respeito deste eminente camilianista, que dele teria saído a primeira monografia de Santo Tirso. De facto, uma boa quota parte da história da nossa cidade remontará à pena distante de Frei Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*, ao séc. XVII, especialmente, quando este monge de Santo Tirso se debruçou por sobre o mosteiro da nossa cidade e sobre a figura de S. Rosendo e seu cenóbio, lá no alto do Monte Córdova. A Alberto

² Algumas destas ideias foram-me sugeridas pela leitura de uma introdução do historiador Artur de Magalhães Basto à edição de um romance de Alberto Pimentel *O Testamento de Sangue*, ed. da Livraria Figuerinhas, Porto, 1946, pp. 7-21.

³ Bernardo Moreira de Sá, violinista, pianista, regente de orquestra, organizador de sessões de música de Câmara, professor, conferencista, crítico musical e de artes plásticas, etc., natural de Guimarães, onde nasceu em 1853. Morrerá no Porto, em 1924. Foi o organizador e primeiro director do Conservatório de Música do Porto.

Pimentel assentar-lhe-á razão na justeza do título, quando amplia os horizontes do seu estudo por sobre a Vila – assim o era ao seu tempo, e nessa situação se quedaria até há duas décadas –, mesmo na fase pós-encerramento do mosteiro, e por sobre as paróquias do aro concelhio. Não é para aqui uma apreciação crítica ao seu trabalho, que não deixa de ser meritório, especialmente quando aborda o séc. XIX.

Também, e por outro lado, convém que os nossos leitores não esqueçam tantas outras coisas que este homem, “notável cronista, memorialista, evocador de figuras e amosferas da segunda metade do sec. XIX, especialmente do Porto”⁴, o que ele disse sobre a nossa terra e as nossas gentes, em muitos outros volumes, tanto a respeito de pessoas, como de situações, tanto a propósito da instituição monástica do nosso convento, como de costumes especialmente religiosos das paróquias da região. Geralmente, quando se fala de Alberto Pimentel, para nós tirsenses, uma só coisa nos vem à memória: o volume *Santo Thyrso de Riba d’Ave*.

Lembremos, porém, que há dois romances que se contextualizam na cidade ou no seu termo e que partem de um fundo de verdade e de realidade que a tradição do povo lhe veicula (*Flor de myosótis*⁵ e *O Lobo da Madragoa*⁶); que há uma camiliana de grande interesse (*Uma visita ao primeiro romancista português em S. Miguel de Seide*⁷, *O romance do romancista*⁸, *Os amores de Camilo*⁹, *Os netos de Camilo*¹⁰, *Memórias do tempo de Camillo*¹¹, *Notas sobre o Amor de Perdição*¹², *A primeira mulher de Camilo*¹³, *O Torturado de Seide*¹⁴) que abrange um período de trinta e sete anos e onde, em quase todos, Alberto Pimentel nos dá muitas achegas sobre a relação de Camilo com a nossa cidade.

Mais, o autor de *Santo Thyrso de Riba d’Ave* descreve primorosamente as festas e romarias que aqui se realizavam. Ele é, por exemplo, a da Senhora de Valinhas, que o escritor publicaria, sob o título de “Cartas do Minho”, nas colunas de *O Economista*, e depois, integrará na monografia¹⁵. Por sua vez, e por tão bela que a achou, José Augusto Vieira trancrevê-la-á por inteiro¹⁶, no seu *O Minho Pittoresco*. Ele é ainda a festa da Senhora da Assunção, em cujo acto processional Alberto Pimentel em pessoa se incorporaria, aos começos do séc. XX, subindo, piedoso e enternecido, encosta arriba o misterioso Monte Córdova camiliano. Pois, para além do capítulo que a Nossa Senhora desta intitulação

⁴ *Dicionário de Literatura*, vol. II, Ed. Figueirinhas, Porto, 1973, p. 826.

⁵ Imprensa Moderna, Lisboa, 1886. Este volume saíra primeiro, em folhetins, no *Jornal de Santo Thyrso*, sob o título de *A guerra das Carolinas*, e, depois, no *Economista*, igualmente em folhetins, mas já com o novo epíteto. Ao fim e ao cabo, a publicação em volume era já a terceira edição.

⁶ Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, Lisboa, 1904. Este romance que é baseado na vida do poeta satírico António Lobo de Carvalho, tinha saído primeiro em folhetins no *Diário de Notícias*.

⁷ Livraria Portuense de Lopes e C.ª Editores, Porto, 1885.

⁸ Empresa Editora F. Pastor, Lisboa, 1890. Este livro teve uma nova edição em 1923. E, mais recentemente, outras.

⁹ Empresa Litteraria Lisbonense de Libânio e Cunha, Editor, Lisboa, 1899. Em 1923 terá uma segunda edição.

¹⁰ Ed. Empresa da História de Portugal, Sociedade Editora, Livraria Moderna, Lisboa, 1901.

¹¹ Ed. Magalhães e Moniz, Porto, 1913.

¹² Ed. Guimarães e C.ia, Lisboa, 1916.

¹³ Ed. Guimarães e C.ia, Lisboa, 1916.

¹⁴ Ed. Manuel dos Santos, Lisboa, 1921.

¹⁵ *Santo Thyrso de Riba d’Ave*, pp. 248-258

¹⁶ *O Minho Pittoresco*, vol. II, pp. 314-321.

lhe consagrou na monografia, onde lirismo e devoção, irrigam abundantemente o solo formal da tessitura literária de que é mestre, faz ainda referências noutros volumes, à mesma ícone e santuário mariano, como em *As alegres canções do norte*¹⁷. Ele mesmo, Alberto Pimentel, fará a letra do primeiro hino, em honra da mesma Senhora-a-Alta, como antigamente se houve de chamar e hoje gasto na tábua rasa da memória social se resguarda sob o título mais comum de Senhora da Assunção¹⁸. Mais, voltará ao mesmo tema, na sua obra dedicada à devoção do povo português a Maria Santíssima, em *História do culto de Nossa Senhora em Portugal*¹⁹. A uma outra festa tirsense dará uma atenção cuidada e pitoresca, não tanto porque nela e na sua feira tomara parte quanto mais pelas informações que terá recebido de tradição popular que ele artisticamente recriará, com toda a alma que lhe advém da sua rara sensibilidade e da sua grande intuição da vida das nossas gentes. Refiro-me à romaria e à feira de S. Bartolomeu de Ervosa, tal como a descreve em *O Lobo da madragoa*²⁰. Ajuntaremos mais umas referências à bibliografia tirsense de Alberto Pimentel – e não tenho a pretensão de tudo ter dito, em forma de exaustão! –, para aludir às suas achegas sobre o teatro popular de Santo Tirso, de que lhe veio às mãos o casco mesmo, respeitante a um auto do nascimento de Jesus, representado por um grupo de Friães. Pena é que só nos tenha ofertado algumas duas suas passagens, literárias e musicais²¹. Na mesma altura, lembra ainda outras representações populares que tinham vez em Burgães. Além do teatro, o notável camilianista dá-nos conta de um poeta popular de Santo Tirso, autor de um poema herói-cómico, intitulado *Uma Jornada ao Douro*, timidamente atribuído a um Francisco António Moreira da Silva²². Ainda sobre Santo Tirso, nas suas relações com Almeida Garrett – afora o capítulo, ou secção do mesmo que lhe dedicará, na monografia²³ – registem-se as páginas onde o tema bem como o vocabulário se retomam em *Ninho de guincho*²⁴.

3. A ideia da edição do “Santo Tirso de Riba d’Ave”

Mas voltemos ao *Santo Thyrsos de Riba d’Ave*. A obra foi editada, em 1902, pelo Club e composta na Typographia Thyrsense, Praça do Conde de S. Bento, em Santo Thyrsos. Um notável contributo da instituição, no campo cultural. E creio que ela nascerá, penso eu, da frequência assídua do Clube e do contacto pessoal do Alberto Pimentel com as pessoas de melhor qualidade do concelho que lá, diariamente, se reuniam.

¹⁷ Livraria Viuva Tavares Cardoso, Lisboa, 1905. Há também uma edição da Livraria Chardron, de Lello e Irmão, Porto, 1905, pp. 157-166. Em 1907, aparecerá a mesma edição, apenas rejuvenescida de uma nova capa, que se publicou na Livraria Central de Gomes de Carvalho, Lisboa.

¹⁸ Publicado no dito volume *As alegres canções do norte*, com a música da autoria de Ernesto Guimarães. O hino que hoje se canta tem letra de J. Moreira Neto, e música de Manuel Faria.

¹⁹ Ed. Guimarães e Libânio, Lisboa, s.d., pp. 432-434.

²⁰ *O Lobo da Madragoa*, ed. da Livraria Figueirinhas, Porto 1954, pp. 20-33.

²¹ No já citado *As alegres canções do norte*, pp. 268-283.

²² *Poemas Herói-cómicos Portugueses*, Renascença Portuguesa Editores, 1922, pp. 80-83.

²³ *Santo Thyrsos de Riba d’Ave*, pp. 152-159

²⁴ Parceria António Maria Pereira, Livraria Editora, Lisboa, 1903, pp. 153-159.

Penso que a ideia – anda ténue e imprecisa – nascerá aos começos de 1902, ao tempo em que era presidente do Club o Dr. Eduardo da Costa Macedo²⁵. Numa reunião – a primeira desta nova gerência – para solucionar-se o problema das necessidades económicas do Club propôs-se a edição de um livro, cuja receita revertesse para os cofres da instituição. Uma das sugestões propostas à votação do corpo directivo a que presidia era a de *promover pelos meios que achar adequados a publicação de um livro de collaboração de distintos homens de letras ou de sciencia, afim de ser edictado por este Club, revertendo o producto liquido a favor do mesmo Club*²⁶. Unânime, sem reticências, será o aplauso.

Prevía-se, pois, um volume de colaboração. Mas a ideia foi amadurecendo, com certos contornos a desabrocharem num dealbar primaveril. E de imediato, como que a preludiar uma opção que melhor concretizasse os intuitos iniciais, eis se poriam na estrada os passos céleres de José Bento Correia e José Cardoso Santarém que, pela mão do sócio Guilherme da Costa Leite, contactaram com o escritor Alberto Pimentel. Como era seu timbre, deste veio a adesão tão solícita e gentil quanto de largo e generoso desprendimento. Assim o deu a conhecer o mesmo Dr. Eduardo da Costa Macedo, na sessão que, pouco depois, teve lugar:

O presidente expoz que tendo dado comprimento á deliberação tomada em sessão anterior, acerca do offerecimento feito pelos senhores José Bento Correia e José Cardoso Santarém, obtiveram por intermedio do socio o Excellentissimo Senhor Guilherme da Costa Leite, a resposta mais franca e generosa que podia dar-se. O illustre homem de letras senhor Alberto Pimentel dignou-se, não só promptamente acceder ao nosso pedido, mas, com a maior galhardia, precindir em absoluto dos seus direitos contraturais com excepção da revisão das provas. De resto, contenta-se o distinctissimo litterato com um exemplar, único, para a sua livraria! Tudo isto di-lo Sua Excellencia, porque teria muito gosto em offerecer a propriedade do seu livro ao Club Thyrsense. Em face do exposto, accrecentou o presidente, era de lamentar que tanta gentileza não podesse ter immediatamente uma manifestação condizente da parte d'esta direcção, porque não previnem os estatutos este caso, em verdade excepcionalissimo admittindo unicamente tres classes de socios = Ordinarios extraordinarios e benemeritos = e determinando que “somente poderá ser concedida a qualificação do de socio benemerito aquelles dos socios ordinarios ou extraordinarios que pelos seus serviços relevantes prestados á sociedade forem julgados dignos d'essa honra pela assembleia geral. De mais, continuou o presidente, os socios ordinarios e extraordinarios todos são obrigados a pagar mensalidade, o que tolhe por completo a concessão que seria justissima, de socio benemerito, áquelle que tam alta e gentilmente dispensa um poderoso e relevante serviço a esta casa. Propunha, portanto,

²⁵ Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, nasceu am Favaio a 15 de Novembro de 1859. De Favaio foi para o Porto, para casa de um tio materno, negociante de vinhos generosos, em Vila Nova de Gaia. Foi advogado em Santo Tirso, onde faleceria a 20 de Maio de 1916. Homem de boa cultura, publicaria um livro de versos, intitulado *Vozes Longínquas* (Tipografia Ocidental, Rua da Fábrica, Porto, 1881) e o romance *A Caridade* (Tipografia Comércio e Indústria, Rua do Corpo da Guarda, Porto). Foi pai de Dr. Roberto Eduardo da Costa Macedo, licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, Juiz de Direito em várias Comarcas. O Dr. Roberto nasceu em Santo Tirso, em 14 de Julho de 1887 e faleceria no Porto em 19 de Julho de 1977.

²⁶ Acta de sessão da Direcção do Club de 12 de Janeiro de 1902.

*que se fizesse por agora tudo quanto poderia fazer-se, isto é, que se deliberasse immediatamente acceitar o offerimento dos senhores José Bento Corrêa e José Cardoso Santarem, assim como a annuência prompta e amabilissima do brilhante litterato senhor Alberto Pimentel e a generosissima desistencia de direitos por parte d'este, testemunhando a uns e outro e mormente ao ultimo, o reconhecimento sincero e profundo da parte d'esta direcção para o que porventura o melhor seria enviar-lhe uma copia da respectiva acta. Disse mais que propunha um voto de agradecimento ao socio Senhor Guilherme da Costa Leite pelo grande obsequio da sua referida intervenção, em que mais uma vez manifestou quanto é dedicado a este grémio, para cuja instalação contribuiu como socio fundador. Disse ainda que propunha que sem perda de tempo se tratasse da publicação do livro e de promover a respectiva assignatura, por meio da mais larga distribuição de prospectos, contando com a boa vontade e cooperação de todos os socios*²⁷.

Claro que, como não podia deixar de ser, a aprovação foi unânime. E logo foi constituída uma comissão que se comporia do Presidente, Vice-Presidente do Club e um dos Directores, a saber, António Baptista Coelho Porta, com o encargo de todos os trabalhos concernentes à publicação do volume, à sua distribuição e a tudo mais que tendesse ao bom êxito da sua venda.

Quinze dias depois, uma carta de Alberto Pimental foi revelada pelo Presidente do Club, na reunião de 1 de Março:

Seguidamente, deu o presidente conta do officio que recebera do illustre escriptor Senhor Alberto Pimentel, apresentando esse mesmo officio, que logo foi lido por mim secretario. O presidente, finda essa leitura, disse, com applauso unanime e dos outros membros da direcção, que lhe parecia interpretar os sentimentos dos seus collegas na referida direcção, e bem assim os de todos os socios d'este Club, aferindo-os pelo seu proprio, em relação á maneira elevada e gentil porque o mesmo Club era tratado n'aquelle documento; e que esses sentimentos são aquelles que naturalmente se experimentam, quando alguém de superior espirito nos dirige captivamente finezas. Propos, e foi por unanimidade votado, que se guardasse o dito officio, como brasão honorifico da corporação a quem foi dirigido.

Ao final desta sessão aludir-se-á a uma *Offerta do eminente litterato Senhor Alberto Pimentel, e attitude d'este Club, tanto em relação á mesma offerta, como em relação á pessoa do offerente*²⁸.

Creio que o acto decisivo para a edição do volume *Santo Thyro de Riba d'Ave* terá nascença logo após a reunião da Direcção do Club de 21 de Abril de 1902, atendendo às propostas e sua aprovação unânime. Na dita reunião, tomará a palavra o Dr. António Carneiro d'Oliveira Pacheco que dirá:

²⁷ Acta da sessão da Direcção do Clube de 17 de Fevereiro de 1902.

²⁸ Acta da sessão de 1 de Março de 1902.

*Que se confirmasse a acceitação do livro do illustre escriptor senhor Alberto Pimental, a quem teceu rasgados elogios; e que na acta se consignasse um voto do mais profundo reconhecimento para com esse distincto litterato pela sua gentilissima offerta nas condições de que o presidente deu conta a esta assembleia, e bem assim um voto de sentimento por não permittirem os estatutos que ao referido cavalheiro se dispensasse maior homenagem, por isso que não permittem que se confira a honra de socio benemerito senão a quem seja socio ordinario ou extraordinario, nem admittem outra cathegoria de socios, alem d'estes e de benemeritos. Propoz finalmente que, reconhecida a vantagem para o Club da acceitação e publicação e venda d'aquelle livro, mais se confirmasse e approvasse tudo quanto a direcção n'esse sentido já praticou e haja de praticar, incluindo as despesas necessarias para a realização do mesmo fim*²⁹.

Ainda nesta sessão, tomaria a palavra o sócio Francisco Cândido Moreira da Silva que afirmou, entre outras coisas, que a direcção merecia um voto de louvor da parte da assembleia e que se fizesse ver ao ilustríssimo escritor Senhor Alberto Pimentel o desejo que aquela assembleia sentia de que sua excelência se fizesse inscrever sócio ordinário ou extraordinário, para oportunamente poderem os demais sócios daquela casa patentear-lhe mais completa e frisantemente a sua muito alta consideração e profundo reconhecimento. A direcção ficou babada de tantos elogios perante as iniciativas tomadas em relação ao volume da monografia. Mas o Presidente quis realçar, a este propósito, o papel determinante que desempenhara o sócio Guilherme da Costa Leite³⁰ *pelos seus valiosos serviços com relação á offerta do distinctissimo litterato Senhor Alberto Pimentel* e quis que aquele partilhasse da consagração do voto de louvor que toda a assembleia traçara em prol dos membros da Direcção. Alberto Pimentel que, desde anos atrás, se encontrara com Camilo, aqui, em Santo Tirso, encantado com a nossa cidade e as nossas gentes, deveria já ter recolhido – e publicado até – muitos elementos sobre a nossa terra. O pedido oficial para a edição do *Santo Thyrsos de Riba d'Ave* sobe aos começos de 1902. E o volume, que é bastante grande – 356 pp. – já é publicado nesse mesmo ano...

Mas a procura não alcançou a fasquia do sucesso que se enxergara na antevisão das primeiras horas. Talvez que a situação financeira do Club até mais se agravasse. A Tipografia e os seus empregados não se podiam dar ao luxo das benemerências do autor nem das do Editor. Desta crise de desalento dará conta a sessão de finais de 1903:

Foi depois discutido, acerca do livro editado por este Club, o que deveria fazer-se; para liquidação d'esse objecto, visto a venda e procura de exemplares da obra terem sido inferiores ao que se esperava, criando-se por esta forma um deficit que urge cubrir mesmo com sacrificio da direcção(...). Assentou-se em ficar com o resto dos exemplares o director Santarém com a

²⁹ Acta de sessão da reunião da direcção do Club, com data de 21 de Abril de 1902.

³⁰ Guilherme de Sousa da Costa Leite, escrivão de Direito, que nasceu na freguesia de Cedofeita, Porto, em 5 de Fevereiro de 1837. Casaria, em Santo Tirso com Dona Ermelinda Júlia de Andrade, filha de Bernardino Luís de Andrade e de sua mulher Dona Joaquina Rosa Pinheiro. O Guilherme da Costa Leite faleceria em Santo Tirso, a 4 de Dezembro de 1911. Cf. MELO, José Luís Teixeira Coelho de, e MELO, Maria Amélia Pinheiro Teixeira de – *Da origem de algumas famílias de Santo Tirso e sua descendência*, Santo Tirso, 2005 pp. 215-216; LEÃO, José Eduardo Macedo – *Um ramo transmontano de Macedos: os de Vilar de Maçada*, Braga, 2006, p. 164.

faculdade de vendel-os como e quando pudesse, por sua conta e como se continuasse o interesse do editor declarado na mesma obra; entrando porém, para a liquidação do referido deficit, o mesmo director Santarém com a quantia de cento e vinte mil reis e pondo cada um dos outros directores, para o mesmo fim, do seu bolso, a porção ou quota precisa, que se achou attingir a quantia de nove mil trezentos e noventa reis³¹.

À generosidade desinteressada do autor e à iniciativa do Club faltaria a resposta e o interesse dos destinatários, mal que se repercutirá tempos fora. O amor a Santo Tirso - indementido da parte de Alberto Pimentel - deveria achar melhor correspondência da nossa parte, dos tirsenses. Não é coisa, de resto, incomum. O Porto – apesar da quota parte de peso, bem intumescida, de resto, devotada à Cidade da Virgem, por Alberto Pimentel, não teria encontrado resposta dos portuenses, senão muito tarde. E, mesmo assim, não tão adequada ao alto valor a que faria jus. Disso se queixava Ricardo Jorge:

Quando leio Alberto Pimentel e encaro a correcção e qualidade da sua obra literária, sinto um desalento magoado, que mais me pungiu ao virar a última folha do Arco de Vandoma, talhado no género sentimental e são, que imortalizou Júlio Dinis, belo romance que honra de par o mestre e o epígono.

Que ingratidão a do Porto e do país para este grande escritor da nossa terra. Porque se na verdade é alta a cotação letrada de Alberto Pimentel, pergunto em consciência aos homens de boa vontade e bom critério se ela realmente corresponde ao devido a tamanho autor e a tamanha obra.

E nós, de Santo Tirso, que fizemos? A um homem que tanto amou a nossa terra lhe demos, longe do coração da cidade, o nome já quase delido de um arruamento. Pouca gente nos poderia informar, se a qualquer um lhe perguntássemos onde é a rua Alberto Pimentel. Fica-se com a sensação amargurada de que fizemos deste escritor, que desinteressadamente nos serviu e tão generosamente nos amou, dele fizemos, repito, um “tirsense” marginalizado...

³¹ Acta da reunião da Direcção do Club de 1 de Dezembro de 1903.

NOTAS

[1] *P. VI, l. 16* (ABM) – Martins Sarmiento

Martins Sarmiento, o mais proeminente investigador nortenho do séc. XIX, foi o principal estudioso da área geográfica que actualmente compreende o concelho de Santo Tirso, cuja actividade se desenvolveu por mais de 50 anos, tendo sido responsável pelo incremento de muitos estudos levados a cabo por colaboradores e arqueólogos amadores. Na sequência de informações orais sobre várias epígrafes existentes na Quinta do Paço, Alvarelhos, em 1878 efectuou uma visita ao denominado *Castro de Alvarelhos* da qual resultaria um apontamento de particular relevo para a história do imóvel (SARMENTO 1970, 48-54). Merecem particular atenção as notas relativas à confirmação do local de descoberta do marco miliário da Quinta do Paço, já então copiado por Hübner (*CIL* II, n.º 4736), e sobre a capela existente no Alto de S. Marçal. No que se refere ao primeiro, encontramos com rigor a menção ao local de aparecimento do monumento epigráfico – (...) *sei pelo ouvir ao Ex. Snr. Leitão, que o marco miliário foi encontrado ao formar os alicerces do torreão que há na Quinta do Paço, pelo seu cunhado Domingos de Oliveira Maia; este senhor não só o encontrou, como digo, mais além disso mandou vir do Porto quem o dicifrasse, por cuja ocasião se avivaram as letras.* (...).

Em relação à capela de S. Marçal o autor menciona que a dita se encontrava destelhada, mas ainda com as paredes ao alto, em cujo lintel se podia ler a seguinte inscrição - ESTA OBRA MANDOU ERIDIF/ICAR ABBADESA / DONA ANA DE MENDONSA - e, ao lado da segunda linha, 1605.

[2] *P. VI, l. 23* - (ABM) – Esconderijo de fundidor

Em 1888, realiza-se a descoberta de um – *esconderijo de fundidor* –, no lugar da Abelheira, cuja intervenção do Abade Pedrosa, conforme refere Martins Sarmiento, viria a revelar-se fundamental na salvaguarda e recuperação do espólio, hoje em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmiento – (...) *Graças á intervenção do meu amigo, abbade de Santo Thyrsó, a Sociedade Martins Sarmiento fez a aquisição de machados de bronze apparecidos há tempo em S. Martinho de Bougado. Segundo parece, o numero de machados de bronze subia a trinta e quatro; mas alguns foram mandados derreter pelo achador, para se desenganar de que não eram feitos d'ouro. A collecção compõe-se hoje de trinta, dois em fragmentos, os demais completos ou quasi* (...) (LIMA 1940, 88)³².

A primeira referência à descoberta dos machados regista-se numa carta endereçada pelo Abade Pedrosa a Martins Sarmiento, datada de 7 de Agosto de 1888, já numa fase adiantada do processo de recuperação dos machados (LIMA 1940a, 199-200, carta IV). O escondenjo de fundidor da Abelheira, S. Martinho de Bougado, inicialmente composto por 36 machados de talão e duplo anel, constitui um dos mais significativos achados datáveis do Bronze Final registado na área meridional do Noroeste Peninsular.

³² SARMENTO 1933, 323.

Lamentavelmente, não dispomos de informação precisa sobre o local do achado, assim como sobre as características do ocultamento ou do seu contexto arqueológico.

Amplamente documentado na bacia hidrográfica do rio Ave, o período do Bronze Final revela uma alta densidade de povoados no seu tramo médio e final, com características topográficas e de implantação muito heterogêneas, cujo enquadramento, em conjugação com um alargado número de vestígios dispersos, eventualmente conotados com povoados na sua periferia, ainda não identificados, permite uma visão mais abrangente do quadro do povoamento.

No âmbito geográfico em que se insere o achado da Abelheira regista-se ocupação relativa a este período no castro do Padrão, Santo Tirso, no castro de Alvarelhos, Trofa, e no povoado da Bouça da Cova dos Mouros, Ardegães, Maia. Este último local constitui o único tipo de povoado aberto conhecido na região que compreende uma realidade arqueológica mais abrangente, composta por três monumentos megalíticos e um núcleo de arte rupestre, do qual o painel insculturado designado por “Pedra de Ardegães” é o mais conhecido. Para além dos povoados, são vários os achados dispersos identificados na região, eventualmente conotados com outros assentamentos, que permitem desenhar um quadro de povoamento bastante denso e uniforme. Para além do machado de duplo anel proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o castro de Alvarelhos, regista-se o achado do Chão da Presa, Santo Tirso, constituído por um machado de talão e dupla aselha, hoje em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa. (MOREIRA, 2007, 53).

Por último, refira-se um machado de alvado de duplo anel, em depósito no MNA (11039), identificado como procedente do concelho de Santo Tirso de proveniência incerta, amplamente referenciado na bibliografia (CARDOZO 1969, 75-79, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976, 151 - 171; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, Est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56) enquadrado na tipologia de Monteagudo como Tipo 41 C *Santo Tirso*, assim como, os achados do Corvilho, Santo Tirso, cuja análise dos materiais é consistente com o mesmo horizonte cronológico.

[3] P. VIII, l. 15 (ABM) - Mamoas

Em carta datada de 28 de Outubro de 1888, o Abade Pedrosa refere a visita efectuada às duas mamoas da Ervosa. (...) *Fui hoje ver a mamôa de que nos fallou o regedor, ou antes as mamôas, porque são duas, afastadas uma da outra coisa de 50, ou 60 metros. Estão numa bouça próxima da estrada da Trofa para St.º Thyrsó, no sítio em que o terreno principia a pender para um ribeiro, que passa próximo. Medem dez metros de diâmetro na base por um e meio d'alto, ficam a trez kilometros da que vimos na bouça das Bicas e na mesma freguesia de S. Martinho de Bougado (...)* Em 17 de Dezembro do mesmo ano o Abade dá conhecimento da descoberta de uma outra mamoa, eventualmente relacionada com as anteriores. (...) *N'uma bouça immediata áquella em que vimos a mamôa, ao pé d'Abelheira, na Trofa, encontrei outra mamôa, apezar de me parecer que já não está intacta, hei-de mandá-*

la abrir, para ver se dá alguma coisa. (...) Os detalhes da localização dos monumentos funerários permitiu-nos, mais de cem anos depois, desenvolver trabalhos de prospecção arqueológica com o objectivo de identificar os monumentos referenciados, que permitiu localizar uma outra, eventualmente relacionada com a mesma necrópole.

Mamoa da Ermida, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso

Coordenadas geográficas

Lat. – 41° 20' 04" N

Long. – 8° 29' 28" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 94 m (Carta militar 1:25 000, SCE, fl. 98, 1977 – Santo Tirso)

Túmulo megalítico localizado no lugar da Ermida, Santa Cristina do Couto, a cerca de 2 km a sudoeste da cidade de Santo Tirso, junto da via intermunicipal no nó de acesso à cidade. A mamoa configura uma elevação de planta oval, de recorte irregular, com cerca de 8,30 m de comprimento por 6,20 m de largura e cerca de 1,10 m de altura em relação à cota da área envolvente. Na área central, correspondente ao *tumulus*, existe uma cratera de violação relativamente extensa e profunda, não evidenciando qualquer esteio da câmara tumular. A estrutura de contenção encontra-se relativamente preservada, revelando alguns elementos da carapaça pétre a superfície.

Bibli. – MOREIRA 2007, 24-25.

[4] *P. VIII, l. 20 / 25* (ABM) - Mamoa do lugar de Paranhos

Os monumentos referenciados encontram-se já destruídos. O relato de Martins Sarmento é suficientemente explícito quanto à natureza dos vestígios.

(...) Mamoads; combros. — Quando fui examinar a Abelheira, tive ocasião de verificar que, como quase todas as freguesias de Entre-Douro-e-Minho, as de S. Martinho e S. Tiago de Bougado, pagariam bem o trabalho de quem as explorasse com cuidado. A pouca distância do esconderijo dos machados, e próximo da estrada, que de Santo Tirso segue para a estação da Trofa, houve uma mamoa, que, ao ser desfeita para entulho da estrada, deu uma pedra do feitio dum meio queijo, uns testos e algum tijolo. 2 - Para o lado de Santo Tirso, e ainda próximo estrada, no lugar da Ervosa, há duas outras mamoads, distantes uma da outra, coisa de sessenta metros. O povo chama-lhes casas dos mouros. Foram já exploradas, mas não desfeitas. Para o lado da estação da Trofa e também a pequena distância da estrada, na bouça das Bicas, há uma quarta mamoa nas mesmas condições das duas anteriores. Esta não é chamada casa de mouros, mas é atribuída aos mouros. Muito próximo da estação, e mais próximo ainda da estrada de que tenho falado, no lugar de Paranhos, havia um combro de terra, onde, ao ser arrasado, foram encontradas algumas vasilhas, de que ninguém sabe já. A pouca distância encontravam-se outros combros iguais, que se desfizeram para aplanar um campo, e também aí se acharam vasilhas, que tiveram a sorte das outras. Segundo a descrição que me fizeram dos combros, são eles muito semelhantes a outros, que já vi perto de Vila de Punhe (concelho de Viana), numa

planície, onde também se erguem algumas mamoaas. São certamente monumentos funerários, como estas, mas de forma elíptica, e, no seu eixo maior, dum diâmetro de considerável extensão, o que faz ver neles sepulturas em grande, talvez o jazigo das vítimas de qualquer batalha. (...) (SARMENTO 1888, 157)

[5] *P. IX, l. 10* (ABM) – Leite de Vasconcelos

José Leite de Vasconcelos nasceu em Ucanha, Tarouca, a 7 de Julho de 1858. Faleceu em Lisboa em 17 de Janeiro de 1941. Fundou em 1887 a “*Revista Lusitana*”, vasto repositório de etnografia e filologia portuguesa. Por proposta sua, em 1893, Bernardino Machado, Ministro das Obras Públicas, criou o Museu Etnológico, de que passou a ser director. Dois anos mais tarde inicia a publicação da revista “*O archeólogo Português*”, órgão daquela instituição. Foi Professor de Filologia Clássica, Filologia Românica, Arqueologia e Epigrafia na Faculdade de Letras de Lisboa. Etnólogo e Filólogo da maior notabilidade deixou uma vasta obra publicada em vários domínios do conhecimento.

[6] *P. IX, l. 32* (ABM) – *Turiacus*

A interpretação epistemológica da palavra *Turiaco* foi abordada, em primeira mão, por Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos, cujos estudos se complementam (COELHO 1887, 375-377; VASCONCELOS 1905, 324-325). Segundo Leite de Vasconcelos a palavra seria composta por *Turi* + *acus*, cujo radical, de origem céltica, se identifica no irlandês *-tor*, que representaria o primitivo *-tūr*, encontrando-se a fórmula *-tor* com sentido de «senhor», «nobre» ou de «rei». O sufixo *-acus*, também de origem céltica, serviu para formar nome de pessoas, povos e lugares, considerando-se a primitiva significação dos nomes assim formados como adjectival possessiva (VASCONCELOS 1905, 253). Neste sentido, numa interpretação literal, poder-se-ia entender a formação de *Tur* + *i* + *acus*, como «nosso senhor» ou «nosso deus».

O deus *Turiaco* documenta-se na epígrafe identificada no mosteiro de S. Bento, em Santo Tirso – *L(ucius) . VALERIIVS . SILVANVS / MILES . LEG(ionis) VI(sextae) . VICT(ricis) / TVRIACO / V(otum) . S(olvit) . L(ibens) . M(erito)*. A sua leitura tem vindo a estabelecer duas linhas interpretativas distintas.

A primeira assume a referência *-Turiaco* como um epíteto que corresponderá ao deus *Cosus* com correspondência a Marte no panteão romano. A proposta de Jorge Alarcão (ALARCÃO 2000, 48), que se sustenta na possibilidade da existência de um “cantão” com a designação de *Torebriga* ou *Turebriga*, com sede em *Tureia* ou *Turaia*, integrado no território dos *Callaeci*, é formulada a partir da interpretação da dedicatória de Lúcio Valério Silvano ao deus indígena *Turiacus*, epíteto que relaciona com o deus *Cosus* (*Nemetati*) – *Cosus Turiacus* –, divindade protectora do cantão *Tureia* ou *Turaia*, eventualmente identificado com Alvarelhos, estabelecendo ainda uma relação com a paróquia suévica – *Torebria* –, que Almeida Fernandes localiza no concelho de Penafiel, mas que segundo o autor da proposta, sem pertinência e fundamentação.

Olivares Pedreño, que, à semelhança de Alain Tranoy (TRANOY 1981, 278) e José de

Encarnação (ENCARNAÇÃO 1975, 294), não concorda com a identificação de *Turiaco* como divindade aquática defendida por Blázquez (BLÁZQUEZ 1962, 196), afirma estarmos perante um apelativo cujo teónimo se desconhece e que pode não estar relacionado com um hidrónimo, uma vez que a raiz se encontra em outros epítetos, valorizando o contexto geográfico onde se identificam três epígrafes dedicadas a *Cosus*, ponderando a possibilidade de estarmos perante uma dedicatória a esse deus (PEDREÑO 2000, 71).

A segunda perspectiva de análise, valorizando uma abordagem de âmbito regional, identifica o deus *Turiaco* numa óptica Dumeziliana, com base na existência de uma tríade funcional, representada pela sabedoria (*Jupiter*), a força (*Cosunea*) e a fecundidade e prosperidade (*Turiaco*) (SILVA 1999, 64-65). A proposta fundamenta-se também na interpretação da estrutura do povoamento regional, na presunção da existência de uma hierarquia dos assentamentos e, fundamentalmente, em aspectos de carácter sócio cultural de âmbito regional, expressos no domínio religioso, designadamente através do culto de divindades tutelares próprias, unicamente documentadas nesta área, fenómeno a partir do qual se tem vindo a identificar os territórios dos *castella*, presumindo uma autonomia relativa destes em relação aos *populi*. Referimo-nos, em concreto, às epígrafes provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira³³ e Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41). Nesta perspectiva, *Turiaco*, assume-se como uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de protecção relacionada com as actividades produtivas, ou, de forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade que, com *Iupiter* e *Cosunea*, esta última explicitamente mencionada na epígrafe de Burgães, no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na ara de S. Bartolomeu, Santo Tirso, formaria uma tríade de divindades superiores.

A estrutura da epígrafe e o contexto histórico-arqueológico da *legio VI Victrix* sugeriram a Alain Tranoy uma datação no período Júlio - Cláudio (TRANOY 1980, 278). Patrick le Roux, valorizando o carácter tópico da divindade, relaciona o monumento com a estadia da *VI Victrix* na Hispânia, cuja cronologia se encontra balizada entre o reinado de Augusto e a imposição de Galba, sugerindo o período posterior à censura de Cláudio como datação provável da epígrafe, executada no âmbito de uma missão efectuada na região de Braga quando a legião se encontrava na região de Astorga / Leão (LE ROUX 2002, 116). Todavia, não será de desmerecer a possibilidade de a sua origem se relacionar com a presença na região de um destacamento (*vexillatio*) da *legio VI Victrix*, possivelmente encarregado de promover a construção da cidade de *Bracara Augusta*, assim como das vias de ligação a *Lucus Augusti*, *Asturica* e, para sul, a via XVI de ligação à Lusitânia, como se vem documentando com outras referências epigráficas, nomeadamente a inscrição detectada num silhar do intradorso do primeiro arco da margem sul da Ponte de Negrelos, S. Martinho do Campo.

³³ Ara recolhida na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira. Segundo proposta de Armando Coelho (SILVA 2007, 444, n.º 735); C[osi?]*go* T/uriaco / Fid(uenearum) Ate/nniens/es / l(ibenter) a(nimo) p(osuerunt) / h(oc) m(onumentum) / ae(re) l(ecto)?.

[7] *P. 15, l. 1* (ABM) – Origem da cidade de Santo Tirso

Próximo do local em que se encontra implantada a Escola Secundária Tomáz Pelayo em época romana esteve instalado um grande assentamento, cuja ocupação se poderá relacionar com a origem mais remota da cidade de Santo Tirso. A descoberta dos vestígios deve-se ao Abade Pedrosa que, em carta a Martins Sarmento, refere a descoberta de muita telha e fragmentos de olaria identificados em desaterros junto ao convento (LEMOS 1989, 11). A confirmação do local como de “interesse arqueológico” seria efectuada pelo ilustre etnólogo e filólogo José Leite de Vasconcelos que visitou o local em 9 de Janeiro de 1893. A notícia do acontecimento foi publicada no *Jornal de Santo Thyrsó* e dá conta da sua visita à vila de Santo Tirso que, acompanhado do Abade Pedrosa, prospectou o local onde outrora existiu o “castro romano”³⁴, tendo recolhido alguns fragmentos de cerâmica romana (*Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 36, 12 de Janeiro de 1893, p. 3, col. 1). Desta visita ficaria ainda uma importante nota de José Leite de Vasconcelos, na sua obra de referência – *Religiões da Lusitânia* –, no momento em que aborda o estudo da epígrafe romana dedicada a Turiaco, descoberta na parede da face norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso.

“(…) Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tegulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, - como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente ahí. (...)” (VASCONCELOS 1905, 325-326).

Concretamente, as referências reportam-se à *villa* romana da Quinta da Devesa da qual, infelizmente, apenas conhecemos parte do espólio do seu antigo cemitério, descoberto posteriormente às notícias do Abade Pedrosa e José Leite de Vasconcelos.

O aparecimento da necrópole foi noticiado, pela primeira vez, por Alberto Pimentel.

“(…) existência de um castro luso-romano, onde estão as Escolas e quintaes vizinhos, havendo talvez povoação ao Norte e poente d'esse castro, como se inferiu da aparição de fragmentos de telha, vasilhas de barro, restos de mós, vestígios de sepulturas antigas e até de uma lápide votiva na parede oriental do claustro. (...)” (PIMENTEL 1902, 15).

Apesar do pouco detalhe da descrição dos vestígios, a referência à existência de materiais de superfície numa área de dispersão tão significativa, associada a um contexto funerário é, sem dúvida, indicador da importância do assentamento.

No que respeita à referência da existência de um castro localizado a sudeste do local de aparecimento dos vestígios – (...) *onde estão as Escolas e quintaes vizinhos* (...) ³⁵ –, somos relutantes em aceitar esta possibilidade, aliás, de acordo com a opinião de Leite de Vasconcelos, uma vez que os materiais cerâmicos recolhidos não se enquadram nesse

³⁴ Erradamente relacionado por alguns autores com o lugar do Corvilho (CORREIA 2000, 29, nota 99). Efectivamente, o lugar do Corvilho corresponde a uma necrópole do Bronze Médio/Final cuja identificação apenas ocorreu em 1915, não sendo portanto possível confundir os dois locais, se atendermos à natureza dos vestígios e ao desfasamento de datas.

³⁵ O autor refere-se, naturalmente, à Escola Primária Conde S. Bento.

horizonte cronológico, acrescentando o facto do local não apresentar as características topográficas características desse tipo de assentamento³⁶.

A descoberta da necrópole seria posteriormente referida por Carlos Faya Santarém³⁷, ainda que de forma marginal, no momento em que o autor aborda o estudo dos materiais da necrópole do Corvilho³⁸.

O contexto arqueológico da necrópole far-se-á com a *villa* romana identificada nos terrenos adjacentes à Quinta da Devesa, implantada a 150/200 m a norte da casa que dá nome à Quinta³⁹. A *villa*, actualmente desaparecida, encontrava-se implantada na face norte da propriedade e ocupava uma extensa plataforma natural, com ligeiro pendor para norte, voltada para o rio Ave. Os vestígios distribuíam-se por uma ampla área, tendo sido destruídos nos trabalhos de terraplanagem da construção da Escola EB2/3 de S. Rosendo, em 1979.

Apesar dos extensos trabalhos de construção, que originaram uma profunda alteração da topografia original e provocaram intensos revolvimentos de terras, ainda hoje, nos trabalhos de repavimentação das estradas ou na reparação nas infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento, se encontram materiais arqueológicos, nomeadamente, tégulas, tijolos, cerâmica comum e, em menor número, materiais importados como ânforas, sigillatas e vidros.

Com a ocupação romana da Quinta da Devesa estão directamente relacionados os vestígios descobertos nas imediações da cidade, designadamente o *casal*⁴⁰ identificado na margem direita da Ribeira do Matadouro, no interior da cerca do mosteiro⁴¹, a *epígrafe* dedicada a *Turiaco*, a que já anteriormente aludimos, e o *casal* identificado no lugar de

³⁶ Apesar de existirem diferentes *tipos* de castros, com características distintas nos diferentes momentos cronológicos definidos para esta cultura, poder-se-ia afirmar, de forma genérica, que os requisitos indispensáveis para o assentamento destes povoados se prende com a existência de: a) condições naturais de defesa proporcionadas pelo local de implantação e por uma topografia favorável b) amplo controlo visual da envolvente c) existência de recursos naturais nas imediações propiciatórias da actividade agrícola e pastoril. Ora, como se facilmente se observa, nenhuma destas condições se regista no local referenciado o que nos leva a crer que a menção à existência de um castro será o resultado de uma interpretação errónea dos vestígios que, no limite, poderiam corresponder a estruturas relacionadas com uma *villa*, eventualmente correspondendo à *pars rustica* da mesma.

³⁷ Carlos Faya Santarém nasceu em 6 de Junho de 1921, em Santo Tirso, e viria a falecer em 7 de Fevereiro de 1989. Ilustre investigador da história local deixou publicada uma vasta obra, em muitos campos pioneira, que hoje constitui uma referência incontornável para o estudo da história de Santo Tirso. Como arqueólogo desenvolveu um importantíssimo trabalho de recolha, estudo e publicação de materiais arqueológicos, assim como realizou trabalhos de escavação no castro do Padrão, que publicou com reconhecida competência. Destacam-se, entre outros, os trabalhos sobre epigrafia latina e portuguesa, sobre materiais provenientes de achados fortuitos sobre as intervenções arqueológicas realizadas no castro do Padrão.

³⁸ A necrópole do Bronze Médio / Final do lugar do Corvilho, Santo Tirso, foi detectada em 1915 no momento de abertura dos alicerces do Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, junto do caminho do Corvilho. O espólio recuperado é composto por seis vasos troncocónicos e um bracelete de bronze. Todos os materiais integram hoje a exposição permanente do Museu Municipal Abade Pedrosa e contam já com uma importante bibliografia de referência; SANTAREM 1955, 169-177; 1956b, 401-402; SANCHES 1981, 97; 1982, 56-61; PEREZ 1997, 5-11, Est. 1, n.º 2; MOREIRA 2007, 54-55.

³⁹ As coordenadas geográficas do local são: Latitude 41º 20' 36" Norte / Longitude 8º 28' 30" W (Greenwich) / Altitude 61 m (Carta Militar 1:25000, Serviços Cartográficos do Exército, fl. 98 – Santo Tirso 1977).

⁴⁰ O *casal*, ao nível da prospeção arqueológica, corresponde a um tipo específico de assentamento surgido no quadro da romanização identificado pela presença de cerâmica comum romana, tégulas, mós, e, eventualmente, alinhamentos de muros ou pedra faceada de construção. Constituem pequenas unidades unifamiliares dispersas pela paisagem, localizadas no interior de explorações agrárias de maiores dimensões ou nos seus limites. No Noroeste Peninsular o *fundus* das *villae* romanas provavelmente seria descontinuo, o que não permite, com segurança, considerar que estas modestas construções unifamiliares estivessem ou não integradas no *dominium* de alguma *villa* ou se, ao invés, tratar-se-iam de pequenas unidades agrícolas independentes.

Dinis, Santa Cristina do Couto⁴². De uma forma indirecta estarão também relacionados os monumentos epigráficos dedicados a *Cosus*, identificados em S. Bartolomeu e Burgães. O espólio recolhido na necrópole da Quinta da Devesa encontra-se actualmente em exposição no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, e no Museu D. Diogo de Sousa em Braga, sendo na sua totalidade constituído por quinze peças, todas em cerâmica comum⁴³.

Morfológicamente, as formas identificadas enquadram-se em 4 grupos, recorrentemente registadas noutras necrópoles da região e foram já alvo de publicação (MOREIRA 2004, 7-54; 2005, 9-25).

Os vestígios arqueológicos de época romana identificados no perímetro urbano da cidade de Santo Tirso enquadram-se num amplo conjunto de testemunhos que atestam a intensa ocupação da área ribeirinha dos rios Ave e Vizela, respectivamente nos tramos médio e final. A intensa ocupação do espaço revela-nos não só uma significativa densidade demográfica, em continuidade com a época castreja mas, fundamentalmente, uma assinalável diversidade de tipos de assentamentos reflectindo um modelo de ocupação e exploração do território directa e particularmente relacionada com a aptidão agrícola da terra, mantendo-se, em alguns casos, a ocupação dos assentamentos anteriores, como é o caso do Monte Padrão e o do castro da Torre (MOREIRA 2004, 23).

É neste contexto, em que se afirma uma nova estratégia de desenvolvimento e organização do território, que se incrementa a ocupação ribeirinha, na qual se enquadra a *villa* da Quinta da Devesa.

Os vestígios epigráficos contemporâneos desta ocupação, identificados em Santo Tirso e em Burgães permitem-nos um vislumbre sobre a organização social e política proto-histórica e, em última análise, compreender a evolução da ocupação do território e a interacção das diferentes realidades arqueológicas, na qual se desenvolve uma nova hierarquia organizacional, apreendida pela presunção da autonomia relativa dos *castella* e respectivas entidades gentílicas, em relação aos *populli*, que se depreende, entre outros aspectos, pela existência de divindades tutelares próprias.

⁴¹ Encontra-se implantado num pequeno promontório sobranceiro ao rio Ave no interior da cerca do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, na sua face nordeste. A pequena elevação possui uma plataforma extensa e aplanada onde, numa área relativamente localizada, se detectaram alguns materiais arqueológicos, nomeadamente cerâmica comum, régulas e pedra de construção. Pela sua concentração e reduzida área de dispersão de (100m x 50m) corresponderá, provavelmente, a um *casal* que se encontraria dentro do *dominium* da *villa* da Quinta da Devesa.

Implanta-se numa área de terrenos de aptidão agrícola moderada A2, que compõem a veiga da bacia média do Ave, na margem esquerda do rio Sanguinhedo e ribeira do Matadouro. As suas coordenadas são ; Latitude - 41° 20' 48" N / Longitude - 8° 27' 47" W (Greenwich) / Altitude - 69 m (Carta Militar 1. 25 000, Serviços Cartográficos do Exército, fl. 98 - Santo Tirso, 1977) - (SANTARÉM 1955, 169-177; 1956a, 171).

⁴² Encontra-se implantado numa pequena elevação a cerca de três quilómetros a sul da cidade de Santo Tirso. No local foram recolhidos abundantes materiais cerâmicos (telhas, cerâmica comum, sigillatas hispânicas e cerâmica de engobe vermelho não vitrificável), e dois fragmentos de mós. Actualmente o local encontra-se no interior da Área Social de Santo Tirso, não sendo possível avaliar a dispersão dos vestígios de superfície. A informação oral fornecida por quem recolheu o material (Dr. António Miranda), que o facultou para observação, referiu ainda a existência de um forno e respectiva "telheira" associada. A sua localização numa zona de terrenos de aptidão agrícola moderada no vale do rio Sanguinhedo proporciona boas condições para o estabelecimento de um assentamento vocacionado para a exploração agrícola e silvo-pastoril. As coordenadas geográficas são ; Latitude - 41° 20' 12" Norte / Longitude - 8° 28' 37" W (Greenwich) / Altitude - 94 m (C. M. 1:25 000, S. C. E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977).

⁴³ Armário C e E (GUIMARÃES 1980, 38-72, est. XXV; MOREIRA, 2004, 7-54).

No caso da *villa* romana da Quinta da Devesa interessa-nos abordar o estudo de três epígrafes, todas elas associadas com importantes referências arqueológicas de época romana; **a)** Ara votiva de S. Simão, Burgães, Santo Tirso **b)** Ara votiva de S. Bartolomeu, Santo Tirso **c)** Lápide votiva, antigo mosteiro beneditino, Santo Tirso.

a) Ara votiva, S. Simão, Burgães, Santo Tirso

DEO D/OMEN/O CUSU/NEMEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RUS P/OSUI/T.

Ao deus *Cusunemeoeco* erigiu Severo, em cumprimento de voto.

b) Ara votiva de S. Bartolomeu, Santo Tirso

DOM(*ino*) DEO / NENEOECO / SEVERU(s) / (S)ATURNI/NI F(*ilius*) VO/TO
POSU/IT NUMIN (i) / ...

Ao deus *Neneoeco*, Severo, filho de Saturnino, erigiu em cumprimento de voto....

c) Lápide votiva, antigo mosteiro beneditino, Santo Tirso.

L(*ucius*) . VALERIUS . SILVANUS / MILES . LEG(*ionis*) VI (*sextae*) . VICT(*ricis*) /
TURIACO / V(*otum*) . S (*olvit*) . L (*ibens*) . M (*erito*)

Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião, a Vencedora, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

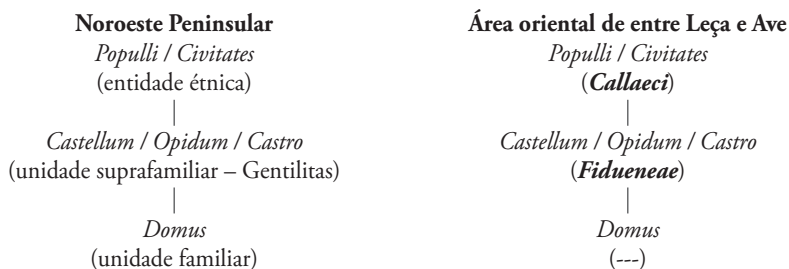
A análise de um significativo conjunto de vestígios da proto-história e romanização da área compreendida entre o rio Leça e o rio Ave, em particular no tramo superior do Leça, permite esboçar uma leitura da evolução da ocupação do território e das relações sociopolíticas e económicas da última fase da cultura castreja e os primeiros momentos da romanização efectiva do território.

A identificação de uma epígrafe dedicada ao deus *Turiaco* na igreja paroquial de Lamoso, Paços de Ferreira, suscita uma interpretação que nos remete para um horizonte geográfico e cultural muito concreto.

Interpretando a organização territorial estruturada a partir de “lugares centrais” providos de uma certa capitalidade, desenvolvidos no âmbito do reordenamento do território a partir de finais do séc. II a.C., com referência às campanhas militares de *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.), genericamente assumidas como marco dos primeiros contactos directos entre indígenas e romanos, este fenómeno tem vindo a ser visto em articulação com o processo de romanização e entendido como uma resposta aos estímulos criados por novas motivações de natureza económica, representando um elevado estágio civilizacional, ou, em alternativa, como necessidade de organizar a defesa, fenómeno que terá gerado a integração política dos povoados castrejos de menores dimensões e, na sua sequência, à emergência de uma “consciência étnica” (ALARCÃO 1992, 59; SILVA 1995, 517).

A unidade gentílicia identificada na região, neste caso os *Fidueneae*, sediada na Citânia de Sanfins, cujo território se pode delimitar geograficamente pela serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte e rio Leça e a serra de Valongo a sul, integraria o espaço da actual cidade de Santo Tirso, local de aparecimento da epígrafe (SILVA 1986, 277).

Neste contexto, *Turiaco* é interpretado como um deus indígena evocativo de uma forma especial de protecção relacionada com as actividades produtivas, ou, de uma forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade, que, com *Iupiter* e *Cosunea*, este último explicitamente mencionado na epígrafe de Burgães e no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendido na de S. Bartolomeu, Santo Tirso, formaria um tríade de divindades superiores protectoras relacionadas, respectivamente, com a **soberania a força** e a **fecundidade** (SILVA 1999, 64-65).



Assim, a crer na proveniência da epígrafe como sendo da *villa* romana da Quinta da Devesa, esta, hipoteticamente, corresponderia a um estabelecimento alto-imperial, uma vez que a datação da epígrafe é indiscutivelmente do período *Júlio-Claúdio*. A sua implantação, fora dos limites de exploração directa dos principais povoados da região, indica uma estratégia de exploração intensiva dos vales mais profundos, assim como um propósito de não interferência directa, em conflito de interesses, com os territórios dos povoados indígenas da região.

[8] P. 18, l. 18 (ABM) – Maya

A Maia ficou a dever o seu topónimo, consagrado na onomástica medieval como *Maya* / *Madia*, ao etnónimo de matriz indo-europeia que se depreende a partir do estudo das entidades gentílicas identificadas na região em época proto-histórica, concretamente na área do castro de Alvarelhos.

A gentilitas dos *Madequisenses* é identificada a partir da lápide funerária⁴⁴ recolhida na área arqueológica de Alvarelhos, dedicada pela entidade colectiva dos *Madequisenses* a *Ladronus Antonius*, filho de Camalo. A fórmula consagratória utilizada sugere que o monumento foi erigido pela entidade sedeada no castro à memória de um outro indivíduo alheio a essa realidade sociológica. Alain Tranoy apresenta uma perspectiva analítica na qual a epígrafe

⁴⁴ MADE/QVIS(enses) / STATV/ERVNT / LADRO/NO . CA/MALI . F(ilio) / ANTONIO / A(nimo) . L(ibentes) . MO(numentum) ...

constituiria um marco de limite de território dos *Madequisenses*⁴⁵, na circunstância estabelecida na presença deste grupo e de uma outra colectividade que não é mencionada na epígrafe (TRANOY 1981, 376). Quanto a nós, o sentido funerário do monumento, o local do seu aparecimento e a propriedade etimológica do radical *Madequis* em relação geomorfologia regional limita esta interpretação.

Outra perspectiva de análise, melhor fundamentada do ponto de vista etimológico, histórico e arqueológico relaciona e vincula a unidade suprafamiliar dos *Madequisenses* com o castro de Alvarelhos, local em que o monumento foi descoberto (SILVA 1980, 84-90; 1986, 278; 1995, 518).

A interpretação do vocábulo *Madequis* com significado de “terra húmida”, que formas indo-europeias derivadas do radical *mad* parecem atestar (ERNOUT; MEILLET 1967, 377), etimologicamente concordam com a designação de raiz indo-europeia de *Madia* que é, na essência, o radical encontrado em *Madequis*, concordante com a toponímia medieval⁴⁶ para as “Terras da Maia”, espaço geográfico que se desenvolve entre Leça e Ave em torno do castro de Alvarelhos (*Castellum Madiae*), cujas características geomorfológicas parecem concordar com a designação de “terras húmidas”. Assim, tendo em consideração as características do castro, que permitem identificá-lo como “lugar central”, é admissível que a ele se vincule a unidade supra familiar dos *Madequisenses*, derivando a onomástica medieval do etnónimo de matriz indo-europeia para nomear um espaço geográfico que, eventualmente, corresponderia ao território dos *Madequisenses*⁴⁷, cuja expressão física da

⁴⁵ A existência de territórios definidos para os *castella* e respectivas unidades suprafamiliares é actualmente consensual, assumindo-se um princípio de ordenamento do povoamento com base numa hierarquização funcional que reflecte a estrutura político-administrativa e militar da sociedade proto-histórica. Alain Tranoy defende a existência destes territórios demarcados aventando a possibilidade destes possuírem fronteiras com limites físicos, mencionando, para o efeito, duas epígrafes depositadas no Museu de Chaves, onde se lê *PRAEN*..., e uma outra *COROC*..., cuja função seria concretamente de limite de território (TRANOY 1981, 375).

⁴⁶ Documentação medievla em que é mencionada a “Terra da Maia”; *Madia* – Censual de 1924, 44, 45, 46, 54, 55, 57, 63, 64, 125, 238, 342, 419 / *Madya* – 60, 65, 344, 419, 421 / Terra de *Madia* – 51, 56, 57, 59, 75, 223, 224, 225, 496 / terra de *Madya*, 72, 74, 75, 343, 493 / *castellum de Madia*, 71 / *Castelli Madie* - Inquisitiones (*Portugaliae Monumenta Historica* – 1258), 505 (SILVA 1986, 278, nota 167).

⁴⁷ Recentemente, Jorge Alarcão aventou a possibilidade de parte do território a sul do Ave pudesse pertencer aos *Nemetati*, baseado na interpretação da ara votiva dedicada a *Neneoecus*, recolhida na capela de S. Bartolomeu, Santo Tirso - DOM(*ino*) DEO / N(*em*)EOEC(*o*) / SEVERV(*s*) / (s)ATVRNI/NI [F(*iliu*s)] (EX) VO/TO POSV/IT (...) - AZEVEDO 1957, 293-301; BLAZQUEZ 1962, 122, fig. 31; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/357; ALBALAT 1990, 249, nota 14; MOREIRA 1992, 21-22, fot. 5 –, e na epígrafe proveniente de Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso - DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI/T - COELHO 1887, 365, 369; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149, 153; 1958, 105, 109; MATTOS 1947, 57; TOVAR 1960, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1957, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BREY 1957, 255-259; CIL II 2375; CIL II, S, 5552; ENCARNACÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; HAE, 514; TRANOY, 1981, 274; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6; 2007, 93; 2010, 310-311.

Partindo do princípio de que a existência de divindades tutelares próprias possibilitam definir círculos de pertença social, eventualmente correspondentes aos territórios dos *castella*, uma vez identificado o deus *Cosus*, a quem era dedicado o altar, sugere a existência de um *castellum* ou “cantão” com o nome de *Nene* ou *Nenia*, apoiando-se na existência e uma outra epígrafe identificada em Burgães, Santo Tirso (*Cosus Nemedecus*) e na epígrafe de Sanfins para o qual propõe a seguinte leitura - *Cosinae Ninidi(tanae)* -, ou Nimidi(*tanae*). Todavia, outra perspectiva de análise valoriza o facto do epíteto se aproximar com mais propriedade ao topónimo de Nine - “Terra de Niñaes” (circunscrição medieval hoje incluída no concelho de Vila Nova de Famalicão), (SILVA 1986, 289). A crer na existência de um território adstrito a cada *populus*, é admissível, que, à semelhança do que sucede em estruturas sociais menores, estes limites fossem definidos por acidentes geográficos, a rede hidrográfica e a orografia, sendo, portanto, difícil de imaginar que o rio Ave não constituísse uma linha divisória de diferentes territórios, nomeadamente entre os *Callaeci* e os *Nemetati*.

sua ascendência política administrativa e militar sobre a região se encontraria reflectida no ex *C(astello) Madae*, como muito bem podia ser referido em alternativa à forma adjectivada da inscrição⁴⁸. O seu território limitar-se-ia a norte pelo rio Ave a oeste pelo oceano atlântico, a sul pelo rio Leça e a leste pela cumeeira da serra da Agrela, coincidindo com o limite do território dos *Fidueneae* (MOREIRA 2010, 70-71).

[9] P. 25, l. 5 (ABM) – Ponte da Lagoncinha (via XVI do itinerário de Antonino / Braga – Porto)

Lagoncinha, Lousado, Vila Nova de Famalicão

Ponte

Lat. - 41° 20' 55" N

Long. - 8° 31' 05" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 28 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Monumento Nacional, Dec. Lei n.º 32.972 de 18 de Agosto de 1943, Zona Especial de Protecção, Diário do Governo n.º 31 de 6 de Fevereiro de 1961.

A ponte da Lagoncinha actualmente é uma notável obra de engenharia medieval. No entanto, o arco da margem esquerda conserva características tipicamente romanas que documentam o momento da primeira construção, cuja integridade ter-se-á mantido por se encontrar fora do leito do rio. Efectivamente, este apresenta elementos que o distinguem dos demais, sendo o único de volta perfeita e de menores dimensões, podendo considerar-se como a única reminiscência da sua fábrica de origem.

A ponte foi alvo de várias intervenções de conservação e restauro anteriores à desenvolvida pela DGEMN em 1952, entre as quais, a mais significativa, terá sido promovida por Dona Gontinha ou Goncinha, de acordo com o relato de Frei Leão de S. Tomás na *Benedictina Lusitana*, mais tarde também mencionada nas Memórias Paroquiais de 1758.

(...) a ponte da Langoncinha no sitio da freguezia de Santa Marinha de Louzado, ponte Romana que a reedificou Dona Goncinha pela qual antiguamente hia a estrada do Porto para Braga cortando pelas fraldas da Serra da Corviam e passando pela freguezia de Esporais e Coutada dos arcebispos se metia pelo postigo de S. Sebastian da dita cidade de Braga e por ali hera a via militar que de Braga hia para Lisboa e hua das sinco que refere o itinerario de Antonino Pio, a qual ponte há muytos annos a esta parte pouca serventia tem. (...) (AP, vol. II, pp. 312).

Posteriormente, realizaram-se obras no séc. XVI - a primeira intervenção registada data de 1502, motivada pela queda de um arco, tendo a Câmara do Porto procedido à sua reparação; em 1533 e 1536 registam-se novas obras de restauro promovidas pela mesma Câmara.

⁴⁸ Armando Coelho, autor que tem produzido vários ensaios sobre a evolução do povoamento proto-histórico, designadamente as organizações gentílicas da área meridional da cultura castreja, inicialmente colocou grandes reservas à localização dos *Madequisenses* com capital no castro de Alvarelhos (SILVA 1980, 88), no entanto, tem vindo a rever a sua posição para, em definitivo, propor a sua localização no coração das "Terras da Maia" com sede no castro (SILVA 1986, 278; 1995, 518).

As obras promovidas pela DGEMN em 1952/53 implicaram o desmonte integral da construção, tendo sido reforçadas com cintas de betão os intradorsos dos três arcos a sul, repostos os tímpanos, reconstituídos os contrafortes e quebra-rios e realizado o seu enchimento com betão. Em 1987 foi realizada uma acção de limpeza da vegetação, reparação das guardas e tomadas as juntas⁴⁹.

Depois de inúmeras obras, especialmente as da década de 50 do século passado, o aspecto da construção revela um conjunto de características que tipologicamente a torna difícil de classificar. Actualmente, possui cerca de 125 m de comprimento e 9 m de largura. Apresenta um tabuleiro quebrado apoiado em seis arcos de tamanho desigual, sendo três deles apontados (2ª, 3ª, 6ª), um de volta perfeita (1ª) e dois ultrapassados (4ª e 5ª). Possui contrafortes com talhamares triangulares e talhantes quadrangulares. Os quebra-mares apontados revelam também diferentes dimensões, assim como os contrafortes que são rectangulares de perfil trapezoidal. As guardas medem cerca de 1,20 m de altura e são formadas por silhares rectangulares dispostos verticalmente. O tabuleiro conserva o lajeado em granito.

[10] P. 35, l. 12 (FCC) - D.ª Aldana Vasques

Aldara Vasques era bisneta de Egas Moniz, filha de Vasco Fernandes de Sousa e de sua esposa Teresa Gonçalves de Sousa. Morreu a 11 de Fevereiro de 1235. Trata-se de uma lápide distribuída por três silhares, de que falta o intermédio. Pode reconstituir-se a totalidade pelo epitáfio em verso clássico, de que falaremos já. Esta epígrafe situa-se na parede leste do primeiro claustro, na face exterior da sacristia. E diz: *A três dos Idos de Fevereiro (11 de Fevereiro) da era de 1273 (ano de 1235 da era cristã), morreu Alda Vasques, mulher nobre, cuja alma descanse em paz.*

[11] P. 36, l. 9 (FCC) - Frade Bernardo de Braga

Frei Bernardo de Braga, filho de Manuel Pires e de Catarina Gonçalves, era, como o seu mesmo nome o diz, natural da cidade dos Arcebispos. Tomou o hábito de S. Bento no nosso mosteiro de Santo Tirso, em 1560, e fará a sua profissão solene no ano seguinte, em 25 de Maio de 1561.

Diz o Cardeal Saraiva que “foi um incansável investigador de antiguidades, principalmente da Ordem Beneditina, cuja crónica escreveu, recorrendo, para satisfazer a sua curiosidade, por vários cartórios de Portugal e da Galiza, donde extraiu notícias muito importantes” Citado por autores de Espanha, França, Alemanha... Entre muitas das suas obras, citam-se *Tratado das Fundações Beneditinas em Portugal; Origem do Reino de Portugal e genealogias da sua nobreza; História Monástica da Ordem de S. Bento dividida em sete livros*, ms. que se encontrava na Biblioteca de Tibães...Etc.

⁴⁹ As obras foram alvo de uma obra monográfica cujo repertório fotográfico bem ilustra o volume de obras realizado (BDGEMN 87, Famalicão 1957).

[12] P. 36, l. 21 (FCC) - Frei Leão de S. Tomás

Frei Leão de S. Tomás, nasceu na cidade de Coimbra. Monge, todavia, de Santo Tirso, onde professou a 7 de Março de 1590, Quarta feira de Cinzas, dia de S. Tomás de Aquino, donde tirou o nome de religião. Doutor pela Universidade de Coimbra, onde foi professor, durante 38 anos. Foi ainda Vice-Reitor da Universidade. Foi também abade do Colégio de Coimbra, por duas vezes e, por outras duas vezes Abade Geral da Congregação (1627 e 1638). Faleceu a 5 de Junho de 1651, no Colégio de Coimbra. Escreveu, além de outras obras, a *Benedictina Lusitana*, em dois volumes, cheio de notícias interessantes sobre a Ordem e onde – o que, pela primeira vez, se fará, creio eu – elaborou uma monografia de Santo Tirso. Volume de notável erudição, mas que exige do leitor determinadas cautelas que lhe permitam discernir o trigo do joio...

[13] P. 37, l. 2 (FCC) - O Mosteiro de Santo Tirso

O mosteiro de Santo Tirso foi fundado por Dona Unisco Godins e seu marido Aboazar Lovesendes, em 978. E não havia outro cenóbio qualquer antes, ao contrário do que pensa Frei Leão de S. Tomás. Aquele era um mosteiro familiar e, por isso – até 1092 – naturalmente dúplice. Note-se, porém, que quer as epígrafes, quer as fontes literárias – particularmente o Nobiliário do Conde D. Pedro ou o Livro Velho de Linhagens ou o do Deão –, quando falam de monjas de Santo Tirso, não foram tais, no sentido rigoroso do termo, mas apenas *familiares* do mosteiro, isto é, membros da família patronal ou benfeitores que, por isso, tinham certos direitos, na casa religiosa, entre os quais o de sepultura no mosteiro e o de sufrágios pelas suas almas, da parte dos monges. Pertencem esses nomes de monjas a uma fase posterior a 1092, quando, nesta altura, o mosteiro se filia na ordem beneditina. E a Regra do Santo Patriarca não aceitará mosteiro dúplices...

[14] P. 37, l. 11 (FCC) - Lápide Tumular

Lápide sita no mesmo lugar que as anteriores. Poesia clássica: de ritmo, linguagem e estilo. Epígrafe do túmulo comum de duas devotas, primas entre si, Alda e Urraca. Alda morrerá a 11 de Fevereiro de 1235. A sua amiga e parenta, Urraca Ermiges, era filha de Ermígio Mendes de Riba Douro e de Dona Sancha Pires de Bragança. E esta morrerá a 29 de Março de 1248. As duas senhoras foram então reunidas nesta sepultura, de que apenas se salvaria, até aos nossos tempos, esta epígrafe, que diz em tradução na nossa língua: *A nobreza de nascimento e um espírito puro e benigno dos seus costumes distinguem as Donas Urraca e Alda que Deus uniu por amor sincero e imenso, porque, enquanto viveram, tiveram uma só alma concorde, dado que em nada divergiam. A circunstância deste facto reuniu os túmulos das duas, de tal forma que este modelo de amizade seja de todos meditado. Não foi na mesma altura que a morte levou as duas amigas para os céus. A morte ímpia levou da terra Dona Urraca a 4 das Calendas de Abril (29 de Março) de 1286 (ou seja, 1248).*

[15] P. 39, l. 13 (FCC) - O chafariz do claustro

Cf. no apêndice, a nota sobre os claustros de Santo Tirso e os seus chafarizes, particularmente o do primeiro claustro.

[16] P. 40, l. 27 (FCC) - Hasta pública do mosteiro de Santo Tirso

Pela divisão, em ordem à venda em hasta pública do mosteiro de Santo Tirso (1840) – de que foi isentada a igreja e as hospedarias conventuais –, o pároco ficou apenas com a ala norte do claustro. Pelo contrato entre José Luís de Andrade e a Misericórdia de Santo Tirso, em finais do séc. XIX, o pároco de Santo Tirso receberia mais duas alas, ficando para a Escola Agrícola apenas a ala sul do primeiro claustro. E algumas coisas mais, como:

1. O salão da Porta Branca, para o que o abade se servirá da Porta do Coro. Pertencera, na divisão feita logo após a extinção das Ordens Religiosas, ao Comendador Passos.

2. Ala norte do segundo piso do 1.º claustro, situada por cima da servidão que vai do claustro para o cemitério, situado no centro do claustro gótico e no exterior envolvente da matriz. Assim, o abade ficava, ao segundo piso, com a faculdade de abrir uma porta para o corredor, em frente do Santíssimo Sacramento e utilizar a portada, virada ao Rio Ave (quarto do Pe Torres).

3. Quarto que fica debaixo da escada que dava servidão para a Sala da Porta Branca. Hoje, adegas do pároco.

4. Escadaria para o Salão da Porta Branca, desde a Porta Branca. A meio desta escadaria está o átrio, com a bela Fonte do Pelicano. Previa-se a hipótese da retirada da parede que impedia a comunicação do átrio da Porta Branca com a dita escadaria. Mas não foi arredada. O pároco, em compensação, tem direito de servidão pela Porta Vermelha, o que lhe fora vedado no negócio de 1840.

Desta sala, da Fonte do Pelicano, e da escada para baixo, ficaria reservado também o direito deserventia para os asilados e pessoal da administração, todas as vezes que quissem assistir, ao abrigo do tempo, nos actos de culto.

Esta sala, onde está a Fonte do Pelicano, será vedada no lugar dos arcos, para garantir a independência do pároco e do Asilo. Deixar-se-á, porém, uma porta para que os do asilo se pudessem também servir da água do Pelicano.

Mais, esta sala ficaria a ser sala da espera tanto para o pároco como para o Asilo. Como também, pela escada que daí desce, tanto pode servir-se o abade como os do Asilo, para o celeiro e adega. A despesa com todos estes ajustamentos seriam por conta do Asilo. Tapar-se-iam os dois corredores paralelos ao fundo do claustro, separados, pois do corredor que vai para a varanda e outras dependências.

5. O Recibo (sótão) Fica mesmo por cima do passadiço, ao lado e ao começo das escadas, que arrancam do átrio da Fonte do Pelicano, para o Salão da Porta Branca. Em suma, e segundo a repartição operada pelo José Luís de Andrade - ao contrário do que acontecera em 1840 - pertencem ao pároco as três alas do primeiro claustro (galerias e segundos pisos) da ala leste, norte e oeste. Na ala sul, o 2.º piso é todo da Escola Agrícola.

6. Coelheira: terreno vedado por muro, junto da sacristia e da servidão para o cemitério. Ao fim e ao cabo, ficavam a pertencer à paróquia, três alas do segundo piso do claustro trecentista. À Misericórdia ficará apenas pertencendo a ala sul do segundo andar.

[17] *P. 40, l. 30* (FCC) - Albergaria destinada aos hóspedes

Note-se que havia duas hospedarias conventuais: a de gente – eclesiásticos ou sculares – de maior cotação, que era a construção apalaçada que ladeia o Terreiro e que hoje a ocupa o Museu Abade Pedrosa, ao segundo piso, e a Escola Agrícola que possui o rés-do-chão, ao nível térreo, para adega e celeiro.

Mas, além desta hospedaria, havia uma outra para pessoas de menor cotação social, paralela e atrás da primeira e dela separada por fojo. Esta é que foi destruída na segunda parte do séc. XIX.

[18] *P. 40, l. 33* (FCC) - Cruzeiro de granito

O Cruzeiro, da segunda metade do séc. XVII, que o abade D. Manuel de Santa Teresa (1789-1792) mandaria pintar, à imitação do mármore rosa

[19] *P. 41, l. 4* (FCC) - Insígnias de S. Bento

Era o portão de entrada na Quinta de Fora. Com as armas da Congregação beneditina portuguesa, inspiradas na origem dos Reformadores, a Congregação de Valhadolid, cujos símbolos, porém – o leão e o castelo –, se encontram repartidos, cada um em seu enquadramento. O conjunto foi construído ao tempo do abade D. Frei Manuel de Santa Teresa (1789-1792).

A fonte mudou de lugar. Ao início, ladeava o Terreiro da matriz, abrindo a passagem à transposição da Quinta de Fora. Aqui ainda a conhecerá José Augusto Vieira (*O Minho Pittoresco*, t. II, p. 300) e Vilhena Barbosa (*Monumentos de Portugal*, Editora Castro e Irmão, Lisboa, 1886, p. 301).

Em 1929, o conjunto foi deslocado coisa de uns cem metros, para ocidente. Com a mesma função de acesso à Quinta de Fora – nesta altura, geograficamente muito recolhida, por efeito da urbanização com os jardins, ao sopé do Parque Dona Maria II.

O nome de *Cãezinhos* – assim os conhecia por esta designação o nosso povo – viria de dois molossos, representados e esculpturados na orla superior do monumento, em atitude de vigilância à propriedade dos monges.

[20] *P. 41, l. 5* (FCC) - O cemitério paroquial

Tradicionalmente, uma das características de uma igreja paroquial era a posse de um cemitério. E, para as tumulações, se serviam os fiéis do interior da igreja e do terreno à sua volta (adro). Só em 10 de Outubro de 1886, se inauguraria o cemitério de Santo Tirso, no lugar do Montinho. Em Santo Tirso, o próprio perímetro claustral abraçaria os fiéis defuntos, até finais do séc. XIX. O Conde de S. Bento que fora provisoriamente sepultado no terreno adjacente à igreja, um ano depois foi sepultado no interior do claustro, ao centro.

[21] *P. 41, l. 10* (FCC) - A gruta de Nossa Senhora de Lourdes

No restauro da igreja (1989-1991), este conjunto foi removido, para deixar livre a passagem da galilé com o átrio da Porta Branca, e removido para o claustro no ângulo da ala poente com a ala sul. (F.C.C.)

[22] P. 41, l. 34 (FCC) - Retratos

Concordo com Alberto Pimentel, quando lhes retira, às pinturas, valor artístico. Já não concordo com a negação do seu valor histórico. Os personagens são todos históricos e todos relacionados com o nosso mosteiro ou com a Congregação.

Hoje já não se encontram pendentes das paredes do claustro, mas arrecadados numa saleta aparte. Uns já se encontram restaurados. Outros em vias de restauro. Desapareceu o que representava a grande figura de abade de Santo Tirso, D. Miguel da Silva, como também a do Cardeal D. Henrique, da Rainha Dona Catarina e de Pio VII E o do convertido da última hora ao movimento da Reforma, Frei Francisco do Porto (Frei Leão de S. Tomás – *Benedictina Lusitana*, t. II, pp. 38-39) que Alberto Pimentel ainda viu... Sei que algumas destas pinturas arderam num pavoroso incêndio que deflagrou no segundo piso da ala poente (residência do pároco) e se propagou pela ala sul (Escola Agrícola), em 4 de Fevereiro de 1902. As despesas do restauro correram por conta do Comendador Costa e Sá. Existem ainda hoje os retratos de Dona Mafalda, D. Afonso II, D. Martim Gil, Conde de Barcelos, o de Rui Martins de Nomães, o de Dona Maria Aires de Fornelos, amante de D. Sancho I, Dona Constança Gil e D. Gaudemiro, o primeiro abade beneditino de Santo Tirso.

[23] P. 42, l.3 (FCC) - Abusos de licenciosidade torpe

As primeiras tentativas da introdução da Reforma em Portugal foram tomadas por D. João III e sua esposa Dona Catarina que escreveriam ao Geral de Valladolid, Alonso Toro, enviasse reformadores a Portugal. Este anuiria. E mandou dois monges de Montserrat: António de Sá, português do Mogadouro, e João Chanon, francês, que, porém, pouco fizeram.

Muito decidida foi a actuação de outros, logo depois. Dona Catarina pediria ao Geral de Castela mandasse outros reformadores. Este, Frei Diogo de Lerma, enviou então para o mosteiro de Santo Tirso Frei Pedro de Chaves – que não era português, apesar do nome, mas do sul de Espanha – e Frei Plácido de Vilalobos, que trabalharam com muito fruto no mosteiro de Santo Tirso, durante quatro anos (1558-1562).

Logo depois (1564-1565), trabalharia cá, com mão dura, Frei Alonso Zorrilla. Percorreu bastantes mosteiros beneditinos (Coimbra, Santo Tirso, Tibães Refojos, Travanca, Rendufe, Carvoeiro, S. Romão de Neva, Bustelo, Paço de Sousa, Alpendurada...). Só o de Santo Tirso estaria em bom andamento, pela acção eficiente de D. Frei Pedro de Chaves e Frei Plácido de Vilalobos.

Depois (1569), regressará a Portugal, outra vez, Frei Pedro de Chaves, agora acompanhado de Frei Cosme de Mendanha, que, aproveitando-se da morte do comendatário de Tibães, logo aqui, neste convento bracarense, se instalará, o que iria fazer deste mosteiro de Braga o novo epicentro da reforma dos beneditinos portugueses. Neste ano de 1569, foi o dito Frei Padre de Chaves eleito Abade de Tibães e Geral da Congregação, excepcionalmente por dez anos. À morte do comendatário de Santo Tirso, o Cardeal Alexandre Farnese – neto do Papa Paulo III –, só então o abade de Tibães – agora Frei Baltasar de Braga – pôde tomar posse do mosteiro de Santo Tirso (17 de Maio de 1588). E seria primeiro abade eleito de Santo Tirso Frei Luís do Espírito Santo (1590-1593).

Quanto às afirmações de Alberto Pimentel de que presidia à Reforma o tema das potencialidades económicas do mosteiro, acho inteiramente desajustada. Foi, antes, o problema da disciplina interna e da renovação do ideal monástico o motor da reformação. Leiam-se os apontamentos de Zorrilla, um dos dedicados à luta da renovação do espírito religioso, de resto preconizado pelo Concílio de Trento.

[24] *P. 42, l. 4* (FCC) - O mosteiro de Santo Tirso era rico

Quanto às rendas, elas fluíam ao mosteiro de numerosos “carrinhos”: os censos dos casais – umas centenas, no Entre-Douro-e-Minho –; das igrejas (umas trinta), particularmente das unidas; da administração civil dos coutos e honras (impostos, coimas, relego, sizas, portagens, almotaçaria e outras imunidades...); das numerosas doações dos reis e dos fidalgos e até da gente simples... Tudo isto faria com que o mosteiro fosse o mais rico da Ordem beneditina, desde os começos. Já se constata, em 1320, pela lotação dionisíaca. Agora que fosse a perda dos rendimentos económicos a causa motora da Reforma, não.

[25] *P. 43, l. 24* (FCC) - A reforma

A reformação resultará sobretudo da implementação das normas do Concílio de Trento. E tinham em vista eliminar os abusos provenientes da época dos comendatários que permitiram se adularse o ideal da vida religiosa nos mosteiros. Para exemplo dos abusos, bastará verificar o relato da visitação em 1437, em Santo Tirso...

O Concílio de Trento (1545-1563) obrigaria as antigas ordens a reformar as suas instituições e sobretudo os seus costumes. Entre outras providências salutares, o Concílio decretou a supressão das comendas, restringiu as isenções, proibiu aos monges a posse de bens próprios, regulou a admissão de religiosos e submeteu à claustra absoluta os mosteiros de mulheres (séc. XXV). Cf. OLIVEIRA, P.^e Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal* ed. União Gráfica, Lisboa, 1968, p. 230.

[26] *P. 43, l. 28* (FCC) - Um mosteiro de “aposentação”

Não concordo, em tudo, com Alberto Pimentel. Dizer que o mosteiro de Santo Tirso era uma espécie de lar de terceira idade da Ordem de S. Bento!... Até porque, já em fase de andamento do séc. XIX, havia jovens que aqui, em Santo Tirso, noviciavam e aqui professavam. Demais, havia o coristado que ficava exactamente no inacabado quarto claustro, ao remate da edificação conventual, frente ao chamado Jardim de Santo António ou, por razão mesma dos seus ocupantes do inacabado claustro, se chamava exactamente Jardim do Coristado. De resto, há uma listagem muito grande de *monges de Santo Tirso* – ou seja, que neste convento professaram –, desde 1700 até começos do séc. XIX, com muitos monges que aqui tomam o hábito. Entre eles, o célebre organeiro, Frei Domingos de S. José Varela, natural da freguesia de Santa Maria de Infias, nascido em meados de Junho de 1762, que fez o noviciado em Santo Tirso, recebendo o hábito em 31 de Julho de 1779. Foi mestre do Lagoncinha. No livro que Camilo publicou – *Memórias de D. Frei João de S. Joseph Queirós* (Porto, 1868, p. 45) fala-se de três categorias de moradores, no mosteiro de Santo Tirso, uma das quais os moços, jovens, antes da hipotética entrada no noviciado.

[27] P. 48, l. 10 (FCC) - Ervanário, sabedor de botânica e farmácia

Nascera este frade – que na Ordem se chamava Frei João de Jesus Maria, da Ordem de S. Bento – na cidade de Braga, na igreja de S. João do Souto, a 2 de Julho de 1716, filho de legítimo matrimónio de Domingos da Silva Gomes e de Josefa Maria Gomes. Depois de Humanidades⁵⁰, entraria na Universidade de Coimbra, onde estudaria Farmácia. E, nesta especialidade, faria o seu exame, com 25 anos, a 15 de Dezembro de 1741.

Entrará na Congregação Beneditina, a 4 de Junho de 1744. Um ano depois, a 26 do dito mês faria a sua profissão no mosteiro de S. Miguel de Refojos. Fundaria a Botica deste mosteiro. Trabalhou, da mesma forma, nesta oivença, dos mosteiros de Lisboa, Couto de Cucujães, Paço de Sousa e, sobretudo, na do nosso mosteiro de Santo Tirso. Passam-se os anos. E ainda em 1786, Frei João de Jesus Maria nos aparecerá como Boticário do nosso mosteiro. Em 1789, no catálogo dos Monges daqui, há ainda a menção de Frei João de Jesus Maria. Mas, como Boticário, figurará, pela primeira vez, Frei Manuel José dos Serafins. Segundo informações recolhidas terá escolhido, ao final da sua vida, ficar conventual no mosteiro de Rendufe, onde terá falecido, em 1795.⁵¹

Pois, Frei João de Jesus Maria escrevera uma célebre *Farmacopeia Dogmática*, como resultado dos seus estudos, das suas reflexões e da sua prática na Botica de Santo Tirso. Foi publicada em dois volumes⁵².

Outras obras escritas por Frei João de Jesus Maria José: *Historia Pharmaceutica das Plantas Exoticas, seus productos, naturalidades e virtudes, para facilitar os conhecimentos dos Vegetaes e servir de Addicção á Pharmacopea Dogmatica com huma Taboa alfabetica das diferentes partes das Plantas em forma de Diccionario Botanico*, Ms. fol. que se conserva na Livraria da Botica de S. Bento da Saúde, a quem o Autor faz della presente em sua Vida. Gastou na sua composição 8 a 9 anos como ele afirma.

Tratado do Reino Animal. Ms. Em que trabalhava ainda nos último anos da sua vida.

Consultas Medicas adoptadas com effeitos manifestos, um vol. fol. ms. Completo e outro em que andava trabalhando.

Experto Espirito cephalico Benedictino, em que expunha as virtudes internas e externas do Espirito Cephalico que tinha inventado, folheto impresso, sem ano de impressão, nem nome do impressor.

Exercicios quotidianos com que se justifica a alma para obter boa morte pelo P. Fr. João de Jezus Maria. Ms na Livraria do Pombeiro que estava na Livraria de Tibães.

⁵⁰ Que estudou no Colégio de S. Paulo, dos Jesuítas de Braga.

⁵¹ SILVA, A.C. Correia da – *Frei João de Jesus Maria e a Pharmacopeia Dogmatica*, em “Actas do Colóquio de História Local e Regional”, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982, pp. 297-305.

⁵² Correia da Silva garante que era em três volumes. Que só teriam sido publicados os dois. O terceiro estará manuscrito na Biblioteca da Ordem dos Farmacêuticos, em Lisboa, que representará a antiga e mais que centenária Sociedade Farmacêutica Lusitana. Mais acrescentará em nota que Pedro José da Silva, na sua obra “Historia da Pharmacia Portuguesa desde os primeiros Séculos até ao presente” se refere à existência de um “Appendix” manuscrito que teria sido doado pelo Senhor António José Nogueira à Sociedade Pharmacêutica Lusitana em 1837.

[28] P. 48, l. 13 (FCC) - Nos beneditinos houve excelentes músicos

Sobre a música, no mosteiro de Santo Tirso, vejam-se as preciosas informações que recolheu Ana Paula Macedo, na sua tese de Dissertação de Mestrado em Ciências Musicais, sob o título de *O Mosteiro Beneditino de Santo Tirso: um pólo socio-cultural na região de Entre Douro e Minho (séc. XVII a XIX)*. Foi apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, sob a orientação do Professor Doutor Gerhard Doderer, em 1998.

[29] P. 49, l. 17 (FCC) - Augusto Maria de Castilho

A Banda do Conde de S. Bento foi dirigida pelo célebre Augusto Maria de Castilho, mestre de música de Infantaria 18, que veio para Santo Tirso, a 28 de Junho de 1882. A 27 de Outubro daria o primeiro concerto. Compunha-se de 24 elementos. Uma nota da sua história na pena de José Coelho de Andrade, artigo que publicou em “Ave. Gazeta de Santo Thyrsó” (Setembro de 1912, pp. 91-97), sob o título *A musica em Santo Thyrsó*.

[30] P. 49, l. 32 (FCC) - A cerca do convento

Era enorme a Quinta de Fora: ia desde o rio Ave, junto da ponte antiga, descia para sul ladeando o Terreiro da matriz, subia pela rua de S. Bento até ao Cidnai, rumava para leste, pela actual rua do Dr. Carneiro Pacheco até Vilalva, subia para norte direita ao rio Ave, absorvendo dentro de si a Fábrica do Teles.

A cerca era grande: *Fizerão-se os muros dos Passais de fora, obra que se determinou em Capitulo Geral. Ficão completos e já cobertos de cal excepto hum pedaço pela parte do rio que se não concluiu por cauza do Inverno. Levou vinte e cinco mil carros de pedra alem da que tinha o muro velho. Levou mais de 600 sacos de cal. Levou dois annos pouco mais ou menos a fazer tem 2000 braças de parede*⁵³.

Famosa também a sua eira. Lê-se no relatório trienal de Frei Bento de Santo António Vieira, que partilhou a segunda parte deste triénio, iniciado por D. José de Santa Teresa (1810-1813): *Fez-se nos Passaes hum alpendre lageado de pedra com cazas em ambas as extremidades, o que tudo tem de comprimento 160 palmos*⁵⁴, *d’altura das soleiras para cima 12, e de largura 24, e pegado com o mesmo alpendre fez-se hum formosa eira de pedra que tem em quadro 134 palmos*. A maior eira da região!...

[31] P. 49, l. 35 (FCC) - A fé nos milagres de S. Bento

Contam-se particularmente uns três, atribuídos a S. Bento, venerado em Santo Tirso: o de uma criança que engolira uma espiga de centeio; a cura miraculosa de um cravo na mão de um sobrinho do compositor crúzio de Landim, Pero de Gamboa; e, finalmente, a cura de um touro que perdera o apetite... Os três vêm contados, no sec. XVII, por Frei Leão de S. Tomás, na *Benedictina Lusitana*, t. II, pp. 41-43. Há mais uns dois atribuídos ao S. Bento da Batalha: o dos ovos de S. Bento que o moleiro de Argemil furtara e o do frade comedor, e pouco rezador, que eu transcrevi em *Milagres de S. Bento Pequenininho, em Santo Tirso*.

⁵³ ADB Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 111. Foram estadistas deste triénio Frei Manuel José dos Serafins e Frei José da Esperança que o elaboraram a 30 de Abril de 1807.

⁵⁴ O palmo oscilava pelos 22 cm.

Da Cidade e do seu Termo, t. II, Santo Tirso, 2000, p. 428. De um milagre mais recente, poeticamente glosado, fala o Dr. Augusto César Pires de Lima: o caso da cura miraculosa de um tumor no peito de que padecia uma senhora de Santo Tirso, em *Evocações*, Livraria Moderna, Porto, 1920, pp. 13-16. Um dos ex-votos mais frequentes tributados ao S. Bento da matriz são os cravos. Todos os dias, praticamente, se cumprem promessas deste género. E referem-se a curas alcançadas sobre cravos que nascem pelo corpo. E o povo jura a pés juntos a realidade destas curas de que me falam constantemente os miraculados...

[32] *P. 50, l. 8* (FCC) - A Quinta da Batalha

Quanto ao nome desta unidade agrícola, terá nascido – sugeri-lo-á Alberto Pimentel a partir de uma tradição popular, a saber, de uma, ou mais refregas, entre os agostinianos de Landim e os bentos de Santo Tirso. É certo, na barra dos tribunais foram sem fim as querelas entre as duas instituições. Que se extravasassem para o campo do desforço físico, não sei. De qualquer forma, a Quinta da Batalha foi organizada ao tempo de D. Frei Paulo da Assunção (1722-1725). Em 1724, construirá o formoso portal de entrada, encimado pela escultura de S. Bento que recebia os monges, nos dias de folga, com o suave apelo da Regra *Ausculta, fili charissime*, junto com o emblema heráldico da Congregação.

A tradição popular aureolou o sítio, com relatos miraculosos, como o do moleiro de Argemil e a tentação dos ovos, o frade muito comedor e pouco rezador. A devoção do vulgo demonstrar-se-á nas flores que sempre ornamentam a imagem do Santo Patriarca e nas velas que, todos os dias lampejam diante da sua imagem. Além do mais, as festas a S. Bento da Batalha...

[33] *P. 50, l. 13* (FCC) - Praça Conde de S. Bento

A Praça Conde de S. Bento, de que aqui se fala, não é a hodierna deste nome. É antes o actual *Parque Dona Maria II*. De facto, este parque fora construído em terreno ofertado, primeiro, pela viúva do Comendador Passos. Depois que o Conde de S. Bento, ao último quartel do séc. XIX, comprara as terras e propriedades do mosteiro àquela senhora, este nobilitado ampliou a doação daquele espaço, dando-lhe uma forma muito alargada e rectangular, em vez da primitiva oferta daquela viúva, que era pequena e de feição triangular. Devido à generosidade do Conde de S. Bento, compreende-se que o município lhe consagrara, ao generoso benfeitor, o belo espaço.

Logo, porém, que a estátua do benemérito, inaugurada em 1892, deixou o Cidnai para o que fora o Campo 29 de Março (ao tempo do Dr. Lima Carneiro, como Presidente da Câmara de Santo Tirso), então esta última Praça, em cuja fimbria levantara Manuel José Ribeiro a sua habitação, ficaria com o nome de *Praça do Conde de S. Bento*.

[34] *P. 51, l. 5* (FCC) - Monte Córdova

A paróquia do Salvador de Monte Córdova – coisa que o orago já insinua – é das mais antigas da região. Já existia aos começos do séc. X. Igreja, porém, que albergava duas comunidades: a monástica e a secular. Prova da condição paroquial desta igreja a pia do baptismo onde se projectava o recebesse o nosso santo e o cemitério, cuja necrópole,

parcialmente escavada, é de grande extensão. Eu penso que a igreja de S. Miguel do Couto que estava primeiro no lugar de Sandim – donde o nome medievo desta freguesia que se conhece pela documentação, o de *S. Miguel de Sandim* – não era originariamente uma igreja paroquial, mas um simples *oratorium* do Conde Guterre Mendes. Com o baptismo de S. Rosendo neste oratório, tal facto dela faria uma igreja paroquial que assim se veio a fraccionar da freguesia de Monte Córdova. Este acontecimento também poderá explicar que o pároco desta paróquia montecordubense tivesse exercido sobre a freguesia de S. Miguel do Couto – e durante muitos séculos – as funções de padroeiro.

[35] *P. 51, l. 7* (ABM) – Rio Leça

A bacia hidrográfica do rio Leça é de reduzidas dimensões, apresentando apenas cerca de 180 km² de área e encontra-se enclavada entre bacia do rio Ave a norte e a bacia do Douro a sul e a leste. Nasce no concelho de Santo Tirso, na freguesia de Monte Córdova, no lugar de Redundo, a cerca de 475 m de altitude e desagua no oceano atlântico entre as freguesias de Leça da Palmeira e de Matosinhos, após percorrer 46,750 km.

A análise simplificada do seu curso longitudinal mostra um rio com traçado vigoroso, longe do seu perfil de equilíbrio. O seu percurso inferior é muito sinuoso e de declive irregular que se prolonga praticamente até à foz (DIAS; RODRIGUES; PRAIA 1995, 42). Geologicamente, a bacia é dominada pela existência de rochas graníticas que ocupam a parte central e ocidental. Na periferia dos granitos existem rochas do complexo xisto-grauvâquico que representam uma área significativa na rede de drenagem. Os depósitos mais recentes encontram-se sob a forma de terraços fluviais localizados ao longo das margens e são constituídos essencialmente por areias e cascalheiras de calhaus rolados. Os depósitos modernos de aluvião, mais raros, formados por areias, lodos fluviais e depósitos argilosos, localizam-se essencialmente na bacia média e final (MARTINS; ARAÚJO; MOURA; TOVAR; SOTTOMAYOR 1993, 4).

A área drenada de maior significado é constituída pelos seus dois afluentes mais importantes – o ribeiro do Arquinho e o ribeiro do Leandro, ambos localizados na margem direita.

Na documentação medieva surge frequentemente o hidrónimo *Letia* ou *Laetia*, assim como *Leza* em referência ao rio Leça. A excepção é feita na *Epistola de Expugnatione Olisiponis*, atribuída a Osberno, importante documento medievo, que apresenta a forma *Leticia*. O texto constitui um curioso paralelo à descrição pliniana da zona costeira do Noroeste Peninsular e apresenta a seguinte sequência de ordenação dos rios da região – (...) *Post hunc (fluvium Cavaduvam) fluvius Ava supra quem ecclesia beati Tyrsi martiris. Post hunc fluvius Leticia.* (...)

A fórmula aqui apresentada como *Leticia* deverá, quanto a nós, ser corrigida para *Letia*, conforme aconselham os documentos coevos. Pela posição que ocupa na descrição o rio só poderá corresponder ao rio Leça. Desta forma, e por um conjunto vasto de argumentos, existem autores que vêm a possibilidade de considerar que o mítico rio *Lethes*, identificado até ao momento como o rio Lima, e perpetuado na historiografia contemporânea pelo episódio ocorrido com as tropas de Décimo Júnio Bruto, possa, efectivamente,

corresponder ao rio Leça, erro justificado por desconhecimento do terreno de algum autor antigo que o identificou erradamente como Lima, cuja tradição historiográfica perpetuou até aos nossos dias (GUERRA 1996,159).

Esta possibilidade encontra ainda fundamento num testemunho epigráfico procedente de Braga onde é registado um indivíduo originário, de *Letiobriga*, apesar de vários autores proporem como interpretação um nominativo *Letiobri* (TRANOY; LE ROUX 1989-90, 194). No entanto, esta forma pode enquadrar perfeitamente um grupo de nomes bastante conhecidos na região, para além de que, muito próximo, existe um paralelo com o elemento afim – *briga*, concretamente, *Avobriga*, formado a partir do hidrónimo que hoje se identifica como Ave. A possibilidade de se poder identificar o *castellum Letiobris* em relação ao nome do rio levar-nos-ia ao «Monte Castelo», castro que se encontra sobranceiro ao rio Leça, cujo índice de romanização é muito significativo, sugerindo ter-se constituído como um *vicus* portuário alternativo à barra do Douro.

[36] *P. 51, l. 23* (FCC) - “Uma grande levada de água”

Levada artificial, que parte de Pereiras e que arremetendo através de paróquias várias – Monte Córdova, S. Tiago da Carreira, Santa Cristina do Couto e Santo Tirso – fornecia água ao nosso mosteiro. No seu decurso, até aos nossos beneditinos, fazia mover serras hidráulicas, moinhos, lagares de azeite, rodas da botica, etc.

Já na primeira parte do séc. XII, se fala do Rego dos Frades. As questões que, em tribunal, se suscitariam, por causa do Rego – construção ilegal de moinhos, colocação de lavadouros, o desvio das águas, a obstrução da corrente, as recusas de servidão... – dizem bem da importância da levada. Deixará esta obra de engenharia medieva muitos depósitos arqueológicos de importância histórica e de interesse turístico e que ainda agora subsistem.

[37] *P. 52, l. 26* (FCC) - D. Guterres Arias

Embora na ascendência e descendência de S. Rosendo seja muito comum o nome de Aires, todavia o pai do nosso santo é Guterre Mendes. Creio que Alberto Pimentel se terá deixado iludir pelas pinturas do séc. XVII, na igreja de S. Miguel do Couto, onde um tal patronímico de Aires, atribuído ao pai de S. Rosendo, se encontra legendado no segundo dos ditos quadros.

[38] *P. 52, l. 5* (FCC) - “A implorar do céu a mercê de tornar fecundo o seu casamento”

Infecundo o matrimónio, não. S. Rosendo tinha um irmão mais velho. Aliás nascido por 890, de nome Munio, que casou com Dona Elvira, filha do duque D. Aires e de sua esposa Dona Ermesinda. Estes tiveram um filho de nome Aires que veio a ser bispo de Mondonhede. Depois de S. Rosendo, nascido a 26 de Novembro de 907, houveram Guterre e Iluara mais um filho, de nome Fruela, que deu a seu irmão Rosendo a terra de Vilar, onde o nosso santo construiria o mosteiro de Celanova. Seguiram-se a Fruela duas meninas: Adosinda – ou Ausenda – e Ermesinda.

[39] P. 52, l. 7 (FCC) - S. Rosendo

S. Rosendo nasceu a 26 – e não a 6, como diz Alberto Pimentel – de Novembro. E a memória do seu aniversário far-se-á no dia seguinte, grande festa na Galiza em glorificação dos mártires S. Facundo e Primitivo. O culto destes heróis, na região de León, era grande, ao séc. VII, numa altura em que já existia um mosteiro que, depois da invasão muçulmana, se tornaria famoso: o mosteiro de Sahagún, nome este que vem precisamente do nome do primeiro destes confessores da fé (S. Facundo > Sahagún). Esta casa monástica por várias vezes fora destruída pelos árabes. Mas sempre reconstruída. Antes de mais, por Afonso III (872). Entretanto, novamente destruída em 883, por Abuhaid, para ser outra vez restaurada em 905. Dotada por Ramiro II foi consagrada em 935. É exactamente nesta altura, que o culto de S. Facundo mais se revigora. Por isso, como festa “nacional” em toda a Galiza, se explicará que a celebração do aniversário natalício de S. Rosendo passasse da véspera para o dia seguinte, 27 de Novembro, consagrado à memória de S. Facundo e Primitivo. Cf. GARCÍA RODRIGUEZ, Carmen – *El culto de los Santos en la España Romana e Visigoda*, ed. CSIC, Madrid, 1966, p. 245.

O facto também explicará que S. Rosendo, no sermão com que se inaugura o mosteiro de Celanova (26 de Setembro de 942), invoque, entre outros, S. Facundo e Primitivo. E determine que, no dia de festa destes dois mártires, se cumpra um legado pio pela sua alma. Cf. ANDRADE, José M. - *O Tombo de Celanova*, ed. Consello da Cultura Galega, t. I, 1995, pp. 8.11.

[40] P. 52, l. 33 (FCC) - Igreja de S. Miguel do Couto

O facto foi determinante para o nascimento da freguesia de S. Miguel do Couto: ficando nesta ermida a pia baptismal, esta capela tornar-se-á igreja paroquial...

[41] P. 52, l. 35 (FCC) - Pia baptismal de S. Rosendo

Um dos milagres de S. Rosendo a famosa pia. Há, pelo menos, três versões sobre ela. Na tradição de que se faz eco D. Rodrigo da Cunha e Frei Leão de S. Tomás, o baptizado é mesmo em S. Salvador de Monte Córdova. O carro parte no trajecto entre S. Miguel e S. Salvador. O milagre do seu transporte consiste no aparecimento da fonte dentro da igreja de Monte Córdova, sem causa ou razão humana que o explicasse. Noutra tradição, o carro parte ao passar junto da igreja de S. Miguel. E, neste exacto fenómeno, se vê o indício de uma vontade celeste de que o menino seja ali mesmo baptizado. Até nesta hipótese, há referência ao milagre na transposição sobrenatural da pia para o interior da igreja.

Outra versão é também o milagre do seu transporte, mas em tempos muito posteriores, quando a pia se fizera já relíquia veneranda. Quis o abade de Santo Tirso trazer para o seu mosteiro a dita fonte. Agora o carro não quebraria. Os animais, apesar de fortes, é que sentiriam o peso maciço do vaso de pedra, que não deixaria arredar-se, quando, logo depois, umas fracas vacas o puderam facilmente levar para o interior da igreja de S. Miguel...

A pia é um tanque, porque, ao séc. X, ainda estava em uso a forma primitiva do primeiro sacramento: por *imersão*. Só depois, é que vai surgir o baptismo por *infusão*.

Esta peça de mobiliário litúrgico está mutilada. O povo a ia fragmentando para relíquias ou então a desbastando, para que, moídas, as partículas misturadas na água os curassem de certas doenças. Este mesmo costume se verificava noutra paróquia de Santo Tirso, com a imagem de Santo Isidro de Negrelos, de pedra de Ançã. Encontra-se raspada nas costas, para o mesmo efeito de seu uso supersticioso como prática medicinal.

[42] P. 53, l. 4 (FCC) - O Mosteiro de Monte Córdova

Em Monte Córdova havia uma igreja que albergava duas comunidades: a monástica e a paroquial, onde cumpriam as suas obrigações religiosas os pais de S. Rosendo. A existência do mosteiro está bem documentada, bem como a regra beneditina que orientava os seus religiosos, a partir, pelo menos, dos primórdios da nacionalidade. Só aos começos do séc. XVI é que foi encerrado. Era um mosteiro dependente do abade de Celanova. Por isso um priorado. Não faltam documentos sobre este mosteiro e da sua dependência do mosteiro celanovense.

[43] P. 53, l. 5 (ABM) – Abade Pedrosa

As fontes para o estudo da actividade arqueológica desenvolvida pelo Abade Pedrosa são escassas e pouco significativas, uma vez que são constituídas apenas pela correspondência epistolar mantida com Martins Sarmento, por referências indirectas efectuadas por este arqueólogo a propósito de alguns achados ocorridos na região, e por notícias dos órgãos de comunicação social da época. De facto, como chegou a ser admitido pelo próprio num rascunho de carta referida por Augusto Pires de Lima⁵⁵, nunca o clérigo escreveu ou publicou qualquer estudo, apesar das inúmeras iniciativas que empreendeu em prol do estudo e da defesa do património tirsense, que, em muitos casos, constituíram acções cruciais para a sua preservação e salvaguarda – (...) *O distinto archeologo a quem V. Ex.^a se dirige é tão distinto (é mesmo unico), que nunca escreveu uma linha sobre archeologia, nem sobre outra coisa, a não ser cartas em correspondência com o Dr. Martins Sarmento sobre pesquisas de velharias que ainda se acoitavam por estes sitios e com o venerando Possidónio da Silva, e mais nada.* (...).

Todavia, destaca-se o facto de ter integrado a *Associação dos Archeologos e Architectos Civis* desde 1895, ano em que se concretiza a visita de Possidónio da Silva a Santo Tirso com o propósito de registar, fotográfica e documentalmente, o mosteiro de Roriz. Quatro anos mais tarde, integraria também a classe de Sócios Correspondentes da Sociedade Martins Sarmento.

Actividade arqueológica desenvolvida pelo Abade Pedrosa.

1883

Martins Sarmento desloca-se à cidade de Santo Tirso e, na companhia do Abade Pedrosa, visita o mosteiro de S. Bento e identifica a lápide romana dedicada a *Turiaco*, que analisa detalhadamente, dando início ao processo de desmistificação da lápide do “soldado que

⁵⁵ Lamentavelmente, o ilustre historiador que publicou a correspondência não pormenoriza aspectos importantes relativos a esta epístola, nomeadamente a quem se dirigia, a sua data, assim como o restante conteúdo (LIMA 1940, 77, nota 1).

venceu Viriato”, da qual publicaria uma extensa nota, na qual utilizou os documentos fotográficos disponibilizados pelo Abade (SARMENTO 1884, 303-304).

(...) *Nos meados deste ano, indo casualmente a Santo Tirso e visitando um claustro do seu mosteiro, encontrei embutida numa parede uma inscrição romana, cuja leitura me causou a mais viva surpresa. Nem sequer me lembrava naquele momento que houvesse em Santo Tirso uma inscrição romana. O Sr. Abade Pedrosa, que estava presente avivou-me a memória, dizendo que era esta a lápide, em que os nossos epígrafistas viam o soldado que venceu Viriato* (...) (SARMENTO 1933, 173-174)⁵⁶.

No mesmo ano o Abade mandaria limpar e fotografar a inscrição romana, remetendo várias cópias a Martins Sarmiento.

(...) *Tenho à vista a fotografia da inscrição, que o meu ilustrado amigo mandou tirar, depois que conseguiu libertar a pedra de toda a calça que a remendara.* (...) (SARMENTO 1933, 173-174).

A epígrafe encontra-se incrustada na parede norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso e, segundo Carlos Passos, teria sido encontrada nos escombros da velha igreja do séc. XIV, demolida no séc. XVII para a construção da actual igreja matriz (PASSOS 1956, 30). Foi dada a conhecer, pela primeira vez, por Jorge Cardoso em 1666 e transcrita por Vilhena Barbosa em 1863, tendo sido recorrentemente citada a partir dessa data⁵⁷.

Descrição

Inscrição votiva de granito de grão fino, de tom rosáceo, de forma rectangular. Encontra-se danificada no lado esquerdo com a epígrafe parcialmente destruída. Não apresenta campo epigráfico delimitado. Inscrição nítida com letra monumental quadrada bem vincada. Apesar de as duas últimas linhas sugerirem uma disposição de texto segundo um eixo de simetria central, as linhas 1 e 2 apresentam alinhamento à esquerda, assim como a terceira, se tivermos em conta que a inscrição nesse local se encontra fracturada. Pontuação bem colocada. Sobre os numerais apresenta a habitual barra horizontal. A primeira letra da fórmula final consacratória interpretada como inexistente tem vindo a ser apresentada dentro de parênteses rectos, solução que não adoptamos, depois de termos verificado que, apesar de a lápide se encontrar fracturada no local, a haste direita do V é ainda parcialmente

⁵⁶ A nota de Martins Sarmiento integra a publicação póstuma sob o título *Dispersos*, cuja datação original é de 5 de Dezembro de 1883, tendo também sido integrada num artigo publicado na revista *Vida Moderna*, sob o título – *O soldado que venceu Viriato* – editada em 1884.

⁵⁷ Bibli. – CARDOSO 1666; SARMENTO 1883-84, 106; 1885, 178-79; 1933, 173, 179, 304, 422; BARBOSA 1863, 238; COELHO 1887, 375-377; GUIMARÃES 1901, 53; VASCONCELOS 1905, 324-326; CARDOZO 1935, 40, n.º 23; 1947, 127, 149-152; LIMA 1940, 97-99, 100; MATTOS 1947, 72-73; PASSOS 1956, 30-31, fig. 3; SANTARÉM 1956, 66-67; BLAZQUEZ 1957, 182-183; 1962, 196-197; *CIL* II, 2374; II, S, 5551; TOVAR 1960, 184; UNTERMANN 1980, 350, 360; TRANOY 1981, 278; LE ROUX 1982, 182-183; 2002, 107-128, fig. 1; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/358; ALBALAT 1990, 152-153, nota 148; GARCIA 1991, 351, n.º 199; MOREIRA 1992, 20-21 fot. 4; VILLAR 1993-95, 364-365; *HE*, 1071; PEDREÑO 2000, 71.

visível. Para além deste aspecto, a sua leitura não apresenta dificuldades de maior, pelo que apenas introduzimos a correcção da leitura da 3ª linha, que, recorrentemente, tem vindo a ser interpretada como [DE] (O) TURIACO, pela hipotética existência do que se supunha ser o arco superior do O. Efectivamente, uma observação detalhada do monumento limita esta interpretação, não só pelo facto de o esboço da letra não ser conclusivo, como pela análise da paginação perfeita do monumento se percebe que a colocação da identificação do deus – *Turiaco* – se encontra perfeitamente centrada, obedecendo à paginação rígida de todo o monumento.

Dim.: 38 cm x 87 cm.

Transcrição

L(*ucius*) . VALERIUS . SILVANUS / MILES . LEG(*ionis*) VI . (*sextae*) VICT(*ricis*) / TURIACO / V(*otum*) . S(*olvit*) . L(*ibens*) . M(*erito*)

Leitura

Lúcio Valério Silvano, soldado da VI legião, a Vencedora, a Turiaco cumpriu este voto de boamente.

Alt. letras:

1: **1:** 7; **2.3:** 6,5; **4:** 7; **5.6.7:** 7,5; **8.9.10:** 7; **11:** 7,3; **12.13.14.15.16.17:** 7;
 2: **1:** 7,3; **2:** 7; **3.4:** 7,4; **5:** 7,5; **6:** 7,4; **7.8:** 7; **9.10:** 6,8; **11.12:** 7; **13:** 6,5; **14:** 7;
 3: **1:** 7,2; **2:** 2; **3.4:** 7; **5:** 6,8; **6.7:** 7;
 4: **1:** 7; **2:** 7,3; **3.4:** 7;

Esp. inter.: **1:** 2,5/3; **2:** 2; **3.4:** 3; **5:** 5; **6:** 3;

A estrutura da epígrafe e o contexto histórico da legião *VI Victrix*, permitem, com segurança, datar o monumento no período Júlio-Cláudio (TRANOY 1981, 278). A legião *VI Victrix*, integrada no dispositivo militar das campanhas contra Cântabros, Astures e Vacceos, desenvolvidas por Augusto com o objectivo da conquista definitiva da Península, parece ter integrado, numa primeira fase, o sector ocidental juntamente com a legião *X Gemina*, cuja presença, por volta de 26/25 a.C., se identifica no espaço compreendido entre as localidades de Benavente-Astorga-León (VAQUERO 1999, 145). Testemunhos arqueológicos e epigráficos registam a sua presença no mesmo período, ainda que temporária, em *Lucus Augusti*, documentando-se, designadamente, através de uma inscrição onde pode ler-se L VI, que tem vindo a ser interpretada por vários autores como prova irrefutável da sua presença (COLMENERO 1995, 16; 1996, 130). A partir do ano 19 a.C., data em que se dá por pacificado todo o território e se verifica a reorganização do dispositivo militar, a legião *VI Victrix* instala-se em León, como vem sendo arqueologicamente confirmado, até ao ano 69/70 d.C., momento em que abandona em definitivo a Hispânia (VAQUERO 1999, 150).

A cúpula onomástica – *Valerius Silvanus*⁵⁸ – indica a origem hispânica do dedicante, provavelmente da face leste da Península (LE ROUX 1982, 183, nota 27; ALFOLDY 1975, n.os 353-354, 195). Recentemente, F. Villar interpretou a inscrição como sendo dedicada a Reve, estando o teónimo subentendido (VILLAR 1993-1995, 364-365), correspondendo Turiaco a um adjectivo derivado do hidrónimo *Turia*.

A sua provável proveniência será a *villa* romana identificada na Quinta da Devesa, Santo Tirso, que dista do local em que actualmente se encontra apenas cerca de 500 m. Conforme já sugerimos (MOREIRA 2005, 9-10), o seu contexto arqueológico integra um largo conjunto de vestígios da proto-história e romanização identificados na área compreendida entre Leça e Ave, em particular na área do tramo superior do Leça, cuja estrutura de povoamento permite esboçar uma leitura da evolução da ocupação do território, nomeadamente da última fase da cultura castreja e os primeiros momentos da romanização efectiva da região.

Interpretando a organização territorial castreja estruturada a partir de “lugares centrais”, providos de uma certa capitalidade, desenvolvidos no âmbito do reordenamento do território, ocorrido em finais do séc. II a.C., com origem a partir das campanhas militares de *Decimus Iunius Brutus* (138-136 a.C.), genericamente assumida como marco dos primeiros contactos directos entre indígenas e romanos, cujo fenómeno tem vindo a ser entendido como uma resposta aos estímulos criados por novas motivações culturais, ou, em alternativa, como necessidade de organizar a defesa, facto que terá gerado a integração política dos povoados indígenas de menores dimensões e, na sua sequência, a emergência de uma “consciência étnica” (ALARCÃO 1992, 59). Assim, a entidade gentílicia regional, neste caso a dos *Fidueneae*, localizada na Citânia de Sanfins, cujo território se pode delimitar geograficamente pela serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte e rio Leça e a serra de Valongo a sul, integraria o espaço da actual cidade de Santo Tirso, local de aparecimento da epígrafe, considerando a autonomia relativa dos *castella* em relação ao *populi*, que se depreende, para além de outros factores, pela existência de divindades tutelares próprias (SILVA 1986, 277).

Esta proposta interpretativa fundamenta-se também numa relação de proximidade geográfica, na hierarquia regional do povoamento e, fundamentalmente, na interpretação de aspectos de carácter sócio-cultural expressos no domínio religioso, designadamente, através do culto de divindades tutelares próprias unicamente documentadas nesta área. Referimo-nos às epígrafes dedicadas a *Turiaco* provenientes de Lamoso, Paços de Ferreira e Santo Tirso (MOREIRA 1992, 20-21, fot. 4; 2004, 40-41). Nesta perspectiva, *Turiaco* é interpretado como sendo uma divindade indígena evocativa de uma forma especial de protecção relacionada com as actividades produtivas, ou, de uma forma mais abrangente, com a prosperidade e a fecundidade que, com *Júpiter* e *Cosunea*, esta última explicitamente mencionada nas epígrafes de Burgães, Santo Tirso, no Penedo das Ninfas, Paços de Ferreira, e subentendida na epígrafe de S. Bartolomeu, Santo Tirso, formaria uma tríade de divindades superiores relacionadas, respectivamente, com a sabedoria, a força e

⁵⁸ O antropónimo *Silvanus* parece revelar uma incidência cultural e um expressivo carácter mitonímico – deus das florestas, muito pouco vulgar entre nós, embora sejam conhecidos exemplos na Lusitânia – *Silvanus*, antropónimo relacionado com a figura mitológica de Silvano, Deus da floresta (ENCARNAÇÃO 1984, 797, 838, n.º 435).

a fecundidade (SILVA 1999, 64-65). Desta forma, a crer na proveniência da epígrafe como sendo da *villa* da Quinta da Devesa, esta, hipoteticamente, corresponderia a um estabelecimento de cronologia alto-imperial, uma vez que a sua datação é indiscutivelmente do período Júlio-Claúdio. A sua implantação, fora dos limites de exploração directa dos principais povoados da região, indica uma estratégia de exploração intensiva dos vales mais profundos, assim como um claro propósito de não interferência, em conflito de interesses, com os povoados indígenas da região.

1885

O Abade Pedrosa participa, com o Abade de Tagilde e Martins Sarmento, na direcção das escavações arqueológicas da necrópole galaico-romana de Moure, Guimarães - (...) *Em 1885, pude também fazer algumas escavações, tanto ao nascente, como poente da estrada, sendo auxiliado nestes trabalhos pelos meus amigos, Abade de Santo Tirso e de Tagilde.* (...) (SARMENTO 1933, 252-253).

Bibli. – SARMENTO 1933, 252-253; 1970, 58; ALARCÃO 1988, 17, 1/314.

1885

Na sequência dos achados arqueológicos ocorridos no Monte dos Saltos, Sequeiró⁵⁹, Martins Sarmento visita novamente o concelho de Santo Tirso. As ocorrências, reportadas a Martins Sarmento pelo Abade Pedrosa em carta datada de 25 de Maio de 1885, referem-se à descoberta de um significativo conjunto de materiais, assim como a escavações realizadas anteriormente ao aparecimento da necrópole.

Coordenadas geográficas

Lat. – 41° 21' 30" N

Long. – 8° 27' 07" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 85 m (CM 1: 25 000, SCE, fl. 98, 1977 – Santo Tirso)

A estação arqueológica do Monte dos Saltos localiza-se na freguesia de Sequeiró, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto. O acesso ao imóvel faz-se a partir da EN n.º 204, no sentido Santo Tirso-Famalicão, com desvio na Rotunda do Operário Têxtil em direcção à Igreja Matriz de Sequeiró, tomando-se, de seguida, a EM n.º 1102 até ao lugar de Portos (Lama). A área arqueológica⁶⁰ encontra-se implantada num promontório sobranceiro ao

⁵⁹ Martins Sarmento dá conta da sua visita ao Monte dos Saltos, Sequeiró, em missiva dirigida ao Abade Pedrosa datada de Julho 1885 (LIMA 1940, 104-105).

⁶⁰ O microtopónimo Porto ou Portos, identificado no sopé da estação arqueológica, terá tido origem na existência de uma barca de atravessamento do rio Ave. A referência à sua existência documenta-se no Inquérito Paroquial ao qual deu resposta o Reverendo Abade José Rebelo Pacheco, em 21 de Maio de 1758 - (...) *Nomes dos lugares ou aldeias desta freguesia são: Gomariz, Carvalho, Ribeiro, Rosal, Jardim, Gondarim, Seara, Azenhas, Bexigo, Penela, Sequeiró, Porto. Em cujo lugar do Porto há uma barca de passar no Rio Ave, cujo rio divide esta freguesia como acima fica dito, e não há notícia de que tenha outro nome do que Ave* (...) (CARNEIRO 1955, 452). Embora os vestígios sejam relativamente escassos, a estação arqueológica conta já com uma significativa bibliografia, salientando-se as seguintes referências – CRUZ 1896, 292; PIMENTEL 1902, 349; LIMA 1940, 103; HIPÓLITO 1960-61, 124; PEREIRA, BOST; HIERNARD 1974, 307, n.º 62; MONTEIRO 1985-5/6/7; SILVA 1986, 83, n.º 339; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/356; LEMOS 1989, 10-11, 14; MOREIRA 1991, 28-34; 1992, 15-34; 2004, 41-43; 2004a, 61; DINIS 1993, 104, n.º 5.

rio Ave, na sua margem direita. O povoado estrutura-se a partir de uma plataforma superior de planta oval com cerca de 200 m de comprimento no sentido norte/sul e 100 m no sentido leste/oeste. Topograficamente, as suas vertentes, sul, leste e oeste são relativamente acentuadas descendo em forte pendente até às margens do rio. A encosta nordeste é mais suave criando uma zona de ligação com a restante área que vai progredindo em socacos. Os vestígios ocupam uma vasta área onde se observam à superfície fragmentos dispersos de cerâmica comum romana⁶¹, assim como taludes que denunciam a existência de muros. O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa que, na altura, detectou alguns alicerces de habitações onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos, exceptuando um bloco de *opus caementicium*, depositado no Museu Municipal. Este bloco, cuja dimensão é de sensivelmente 1 m de comprimento por 0,70 m de largura e 0,45 m de espessura, é constituído por uma argamassa muito compacta com seixos rolados de quartzo integrados. Há ainda conhecimento do aparecimento de um tesouro de moedas da época de Constantino, que é referido por Mário Hipólito (HIPÓLITO 1960-61, 41), cuja notícia tinha sido anteriormente publicada no jornal Economista – (...) *Dizem de Santo Tirso que nas escavações a que se anda procedendo no monte dos Sultos, freguesia de Sequeirô, foi encontrado um vaso com cerca de quatrocentas moedas de cobre romanas, quase todas da época de Constantino. Há diferença na cunhagem, mas o tamanho não excede o das nossas moedas de 5 réis. São muito semelhantes às que apareceram há anos no bairro das Travessas dessa cidade. Tratava-se evidentemente de pequenos bronzes.* (...) ⁶².

Alberto Pimentel, para além das referências aos achados já mencionados, refere ainda o aparecimento de vestígios sepulcrais - (...) *algumas sepulturas revestidas de tijolo, bem como muitas moedas de cobre dentro de uma vasilha de barro.* (...) (PIMENTEL 1902, 349).

No âmbito do “Projecto de remodelação da linha ferroviária de Guimarães, Troço – Santo Tirso/Lordelo” desenvolveram-se, em 2001/2002, trabalhos arqueológicos de grande amplitude na vertente sul (sondagens e recolha de materiais) promovidos pelas empresas *Arqueologia e Serviços* e *Arqueologia & Património*, em consórcio. Os materiais cerâmicos recolhidos revelam uma grande afinidade ao nível dos fabricos e formas com os provenientes de Alvarelos, nomeadamente os de cronologia tardo-romana. Referimo-nos, em particular, às *cerâmicas comuns de engobe vermelho de verniz não vitrificável*, às cerâmicas comuns de mesa, às cerâmicas comuns de armazenamento, às lucernas de fabrico local ou regional e às cerâmicas pintadas. A mesma observação é válida ao nível das cerâmicas de importação, quer de *sigillatas africanas* quer *hispânicas*, que revelam a mesma representação percentual ao nível das formas, espectro cronológico e oficinas de proveniência. Numa primeira apreciação, os materiais revelam uma grande similitude com os materiais provenientes das estações romanas da área meridional do convento bracaraugustano, cujo estudo e enquadramento crono-estratigráfico, contribuirá para

⁶¹ Os materiais cerâmicos recolhidos na prospeção arqueológica encontram-se depositados no Museu Municipal Abade Pedrosa, inventariados com o código CAST 86 MAS – n.º 0132 a 0139.

⁶² *Economista*, n.º 7, vol. V, 2ª Série, de 25 de Outubro de 1896.

ampliar o conhecimento sobre os fabricos cerâmicos de âmbito regional, assim como sobre a economia e organização do povoamento rural em época romana. De referir ainda a identificação de uma estela funerária em granito, de formato rectangular, com a face superior arredondada e decorada com um tríscele, que se encontra incrustada no paramento do alçado sul da igreja paroquial de Sequeirô, não conservando actualmente qualquer vestígio de inscrição. No mesmo local encontram-se depositados inúmeros materiais líticos (mós, estelas discóides, etc.).

1885

Em carta datada de 26 de Julho de 1885 (LIMA 1940a, 197, carta II), o Abade Pedrosa menciona o aparecimento de moedas num lugar em que estivera com Martins Sarmento depois da ocorrência do referido achado ocasional. Acrescenta ainda que um ourives que vira as moedas verificou que todas eram de cobre e uma delas do imperador Galieno. Pela sequência cronológica da correspondência, é provável que se reportasse às moedas descobertas no Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso.

1885

Na mesma missiva, refere uma epígrafe identificada no mosteiro de Vilarinho, da qual enviou a Martins Sarmento a transcrição e a interpretação da sua leitura (LIMA 1940a, 198, carta II) que, apesar de deficiente, regista a percepção da importância do epitáfio, enquanto fonte de excepcional valor documental para a história do mosteiro. (...) Envio a V.Ex.^a a inscrição de Villarinho de que fallamos e que julgo não estar truncada. A coisa não será isto? (...).

Tenho duvida, porem, se está escripto Paroki ou Parokia, isto é, se na ultima letra d'esta palavra há uma abreviatura de duas letras, ou trez, parece-me que esta ultima é preferível e que é o que lá esta (...). (LIMA 1940a, 198, carta II).

Efectivamente, conforme se documenta em estudos posteriores (SANTARÉM 1954-55, 279-280; CORREIA 2000a, 401), a leitura sugerida pelo Abade não só é deficiente como revela uma interpretação errada.

Transcrição

Era : M : CC : VI :

Obiit : Parochi : Er :

It : Abas : Vi

Larino

Leitura

Era de mil duzentos e seis. Morreu o Pároco Erit, Abade de Vilarinho.

1888

Verifica-se a descoberta de um *esconderijo de fundidor* no lugar da Abelheira, S. Martinho de Bougado, Trofa, na qual a intervenção do Abade viria a revelar-se fundamental na recuperação e salvaguarda do espólio, hoje em depósito no Museu da Sociedade Martins Sarmento, conforme relata o próprio Martins Sarmento - (...) *Graças à intervenção do meu amigo, abbade de Santo Thyrso, a Sociedade Martins Sarmento fez a aquisição de machados de bronze apparecidos há tempo em S. Martinho de Bougado. Segundo parece, o numero de machados de bronze subia a trinta e quatro; mas alguns foram mandados derreter pelo achador, para se desenganar de que não eram feitos d'ouro. A collecção compõe-se hoje de trinta, dois em fragmentos, os demais completos ou quasi* (...) (LIMA 1940, 88)⁶³.

A primeira referência do Abade à descoberta dos machados regista-se numa carta datada de 7 de Agosto de 1888, já numa fase adiantada do processo de recuperação dos objectos (LIMA 1940a, 199-200, carta IV).

O esconderijo de fundidor da Abelheira, S. Martinho de Bougado, composto por 36 machados de talão e duplo anel, constitui um dos mais significativos achados datáveis do Bronze Final registado na área meridional do Noroeste Peninsular. Lamentavelmente, não dispomos de informação precisa sobre o local do achado, assim como das características de enterramento ou do contexto arqueológico associado. Amplamente documentado no tramo médio e final da bacia hidrográfica do rio Ave, o período do Bronze Final revela uma alta densidade de povoados com características topográficas e implantações muito heterogéneas, cujo enquadramento, em conjugação com um significativo número de vestígios descontextualizados, eventualmente conotados com povoados na sua periferia, ainda não identificados, permite uma visão abrangente do quadro do povoamento. Na área regional em que se insere o achado da Abelheira, designadamente na região entre Leça e Ave, regista-se ocupação no castro de Alvarelhos, Trofa, no povoado/santuário da Bouça da Cova dos Mouros, Ardegães, Maia, recentemente intervencionado, no povoado de Azurara, Vila do Conde, e no castro do Padrão, Santo Tirso. No que respeita a achados dispersos conotados com esta fase, e eventualmente relacionados com outros povoados ainda não detectados, para além do machado de duplo anel proveniente de Palmazão, Guilhabreu, Vila do Conde, relacionado com o castro de Alvarelhos, existe um outro documentado na região, hoje em depósito no MMAP, proveniente do Chão da Presa/Geão, Santo Tirso, do qual também se desconhece o contexto arqueológico. Trata-se de um machado de talão de duplo anel (MOREIRA 2007, 53, n.º 33). Por último, refira-se um machado de alvado de duplo anel, em depósito no MNA (11039), de proveniência incerta, amplamente referenciado na bibliografia (CARDOZO 1969, 75-79, fig. 5; MONTEAGUDO 1977, 245, Tipo 41 C; HARDAKER 1976, 151-171; COFFYN 1983, 194; 1985, 221, 331, carta 42, est. LV, n.º 4; SILVA 1986, Gráfico 4; MELO; ARAÚJO 2000, 53-56), enquadrado na tipologia de Monteagudo como *Tipo 41 C Santo Tirso*, assim como os achados do Corvilho, Santo Tirso, cuja análise dos materiais cerâmicos e metálicos é consistente com o mesmo horizonte cronológico.

⁶³ SARMENTO 1933, 323.

1888

Em carta datada de 28 de Outubro de 1888, o Abade Pedrosa refere a visita efectuada às mamoadas da Ervosa - (...) *Fui hoje ver a mamoadas de que nos fallou o regedor, ou antes as mamoadas, porque são duas, afastadas uma da outra coisa de 50, ou 60 metros. Estão numa bouça próxima da estrada da Trofa para St.º Thyrsio, no sítio em que o terreno principia a pender para um ribeiro, que passa próximo. Medem dez metros de diâmetro na base por um e meio d'alto, ficam a trez kilometros da que vimos na bouça das Bicas e na mesma freguesia de S. Martinho de Bougado (...)*

Em 17 de Dezembro do mesmo ano dá conhecimento da descoberta de uma outra mamoadas, eventualmente relacionada com as anteriores - (...) *N'uma bouça immediata áquella em que vimos a mamoadas, ao pé d'Abelheira, na Trofa, encontrei outra mamoadas, apesar de me parecer que já não está intacta, hei-de mandá-la abrir, para ver se dá alguma coisa. (...)*

1888

O Abade Pedrosa descobre a “estação pré-histórica” de Monte Córdova, onde recolhe vários utensílios líticos, nomeadamente machados de pedra polida (MOREIRA 2007, 6, n.º 11).

1888

Desenvolve diligências no sentido de evitar a destruição dos marcos miliários descobertos na reconstrução da ponte sobre o rio Sedões em Santiago de Bougado. O facto é relatado por Martins Sarmiento em carta dirigida a Emílio Hübner em Agosto de 1888 - (...) *...O abade comprou os miliários roubados e não me mandou a cópia pedida, por ter desgostos de família que lhe não permitem entregar-se a estas occupações. (...)* (CARDOZO 1947, 131)⁶⁴.

1890

Troca de correspondência com Martins Sarmiento, na qual se registam importantes referências ao marco miliário de S. Tiago de Antas, Famalicão (LIMA 1940 b, 202-203, carta VII).

1893

Em carta datada de 6 de Maio de 1894 o Abade informa Martins Sarmiento do aparecimento e natureza do espólio numismático descoberto em Alvarelhos - (...) *As moedas, que appareceram no Castro d'Alvarelhos, são todas de prata, e d'Augusto, todas do mesmo cunho, tenho duas, mas imperfeitas. (...)*

Constitui o primeiro achado numismático ocorrido no castro de Alvarelhos. É referido pelo Abade Pedrosa como tendo sido recolhido em 1893. Segundo Rui Centeno (CENTENO 1987, 34), a este tesouro deverá pertencer um lote de sete moedas estudadas por José Fortes (FORTES 1899, 12-13), pouco antes de 1899, no qual aparecem quatro

⁶⁴ Martins Sarmiento ao mencionar “desgostos de família” referir-se-ia, provavelmente, à morte da mãe do Abade – Angelina da Fonseca Pedrosa, falecida nesse mesmo ano de 1888.

exemplares identificáveis – *Caius* e *Lucius Caesares* (Lugdunum, 2 a.C. - (?) 4 d.C., *RIC* 207). Paradeiro actual desconhecido.

1893

Oferta de um modelo da ara descoberta no castro de Alvarelhos dedicada ao Génio (GUIMARÃES 1901, 56). A ara foi encontrada num terreno agrícola no Castro de Alvarelhos, em data anterior a 1893, momento em que, a partir da Quinta do Paço, onde se encontrava depositada, terá sido transferida para o Museu da Sociedade Martins Sarmento. Posteriormente, foi oferecida pelo Abade Sousa Maia, em 1905, ao então designado Museu Etnológico Português, através de Félix Alves Pereira que, nesse ano, efectuou uma visita à região de Entre-Douro-e-Minho e obteve inúmeros materiais arqueológicos provenientes de Alvarelhos⁶⁵. Actualmente, encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa (MNA/n.º E 16711).

1893

José Leite de Vasconcelos desloca-se a Santo Tirso e visita o local de implantação da *villa* romana da Quinta da Devesa. A notícia foi publicada no *Jornal de Santo Thyrs* e dá conta das suas diligências arqueológicas, nas quais, acompanhado do Abade, terá visitado o local onde outrora terá existido, segundo a sua designação, o “castro romano”, onde recolheu alguns fragmentos de cerâmica romana⁶⁶. Desta visita resultaria uma interessante nota de José Leite de Vasconcelos na sua obra de referência – *Religiões da Lusitânia* –, no momento em que aborda o estudo da epígrafe romana dedicada a *Turiaco*, descoberta na parede da face norte do primeiro claustro do antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso - (...) *Em Santo Tirso, a uns 300 metros da igreja, houve uma estação archaica, o que se reconhece pelo apparecimento de fragmentos de tégulas e de louça antiga, escóreas, mós, cimento, – como verifiquei em 1893. É possível que o monumento do deus Turiacus estivesse primitivamente abi.* (...) (VASCONCELOS 1905, 325-326).

1894

Em Maio de 1894, o Abade identifica o marco miliário de S. Pedro de Avioso, Maia, do qual dá conhecimento a Martins Sarmento em carta datada de 11 de Maio - (...) *Na 6.ª fui a S. Pedro de Avioso ver o marco milliar de que lhe tinha fallado, está levantado ao lado do caminho junto a uma caza, num logar a que hoje chamão Espinhosa, a 2 Kilometros abaixo da carriça e a 19 m ao Poente da estrada de Braga ao Porto. Disse-me o dono da caza, que o prazo*

⁶⁵ A carta de agradecimento de Leite Vasconcelos, assim como a promessa de publicação da notícia na revista da instituição, data de 28 de Fevereiro de 1905. Esta viria a ser publicada no *O Archeólogo Português*, dando notícia do conjunto de materiais então recolhidos, que aqui transcrevemos, limitando-nos, naturalmente, aos materiais provenientes de Alvarelhos, antiga freguesia do concelho de Santo Tirso - (...) *Do Ver.º Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia, ... um fragmento, de forma especial, pertencente talvez a algum vaso do castro de Alvarelhos...; um capitel romano, do castro de Alvarelhos; um machado de pedra, do castro de Alvarelhos; um denário deste mesmo castro, e uma moeda de cobre hispânica; vários pesos de barro, de Alvarelhos; ... um fundo de passador e um bico de bilha de barro, de Alvarelhos... um bordo de vaso ornamentado, com incisões, de Alvarelhos; ... uma ara votiva, do castro de Alvarelhos... (...)* (VASCONCELOS 1905, 381-382). Documenta-se também o acontecimento no acervo epistolar de José Leite de Vasconcelos, conforme se aprecia em carta endereçada por este ao Abade de Canidelo, em 28 de Fevereiro de 1905 (BRANCO 1963, 37-38).

⁶⁶ *Jornal de Santo Thyrs*, n.º 36, 12 de Janeiro de 1893, p. 3, col. 1.

d'ella refere-se ao marco, e que chama ao terreno aonde ella está sita e proximidades “bouça da pedra d'Anta”. Este marco mede d'alto fora da terra 1,40m, é cylindrico, tem na parte superior 0,70m de diâmetro e na inferior próximo à terra 0,60. Tem vestígios de muitas letras, mas apenas pude ler juntas estas trez, COS, talvez se conheça mais alguma, mas dispersas. (...) (LIMA 1940a, 206). Em 16 de Junho desse mesmo ano o Abade daria conta da visita efectuada com Martins Capela aos marcos miliários da Trofa e S. Pedro de Avioso (LIMA 1940a, 209).

Descrição

Marco miliário em granito de formato troncocónico. Encontra-se hoje praticamente ilegível. Foi recolhido no lugar de Espinhosa⁶⁷ em 1894 e, conforme se referiu, “estudado”, pela primeira vez, pelo Abade Joaquim Pedrosa. Em 1895 foi colocado junto à edícula dedicada a Santo António localizada na margem da EN n.º 14, que liga o Porto a Braga, sensivelmente ao km 11, onde se conservou até ao ano 2000, momento em que foi trasladado para o adro do Museu de História e Etnologia da Terra da Maia, onde actualmente se encontra. As várias propostas de leitura baseiam-se na cópia efectuada por Martins Capela que permitiu também a elaboração da proposta que apresentamos com base na leitura de Vasco Mantas, que transcrevemos, pela coerência paleográfica, contextualização arqueológica e concordância com os dados históricos. Encontrar-se-á relacionado com o marco miliário identificado no lugar da Peça Má, dedicado a Marco Aurélio Carino.

Dim.: Altura máxima – 1,70m; Diâmetro médio – 0,67/0,69 m.

Transcrição

[IMP (*eratori*) CAESARI] / [M(*arco*) AVR(*elio*)] CAR [O] P(*io*) [F (*elici*)] / [INVICTO] AVG(*usto*) P(*ontifici*) M(*aximo*) / [TRIB(*unicia*) POTES(*ate*)] II CO(*n*) S(*uli*) [II ...]

Leitura

Ao imperador César Marco Aurélio Caro, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, no seu segundo poder tribunício, cônsul pela segunda vez (...)

Alt. letras. : 1: 1:?

2: 1-4: 2/3

3: 1-5: 2/3

4: 1-5: 12

Esp. inter.: 1/4:?: 5: 3,2;

Bibli. – CAPELA 1895, 251, n.º 99; HÜBNER – EE VIII, n.º 205; AZEVEDO 1939, 110; ALMEIDA 1969, 17; TRANOY 1981, 207; ALARCÃO 1988, 23, n.º 1/393; MANTAS 1996, 345-348; MOREIRA 2010, 215; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, n.º 556.

⁶⁷ Lat. – 41º 16' 47" N; Long. – 8º 36' 17" W (meridiano de Greenwich); Alt. – 105 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 110 – Maia, 1975).

1894

O Abade Pedrosa descobre e salvaguarda os vestígios arqueológicos relacionados com a *villa* romana de Vila Boa, Guilhabreu, Vila do Conde, designadamente os materiais relativos à necrópole e achados epigráficos associados. Segundo os seus registos epistolares a primeira pessoa a intervir no sítio arqueológico terá sido um coleccionador e proprietário local – David Ramos –, com quem privou, conforme se depreende da leitura da carta dirigida a Martins Sarmento datada de 15 de Junho de 1894, na qual relata o teor das escavações realizadas, assim como a natureza dos materiais identificados - (...) *Effectivamente o David é colleccionador e tem mais antigualhas na casa do Porto e segundo diz o Abb.e, tem gasto algum dinheiro em excavações (...)*⁶⁸. Quatro meses depois, em 5 de Outubro do mesmo ano, referiu-se novamente aos achados de Guilhabreu efectuados por David Ramos e por ele próprio - (...) *O David Ramos encontrou já á annos num campo a que chamão Villa Boa, da mesma freguezia de Guilhabreu algumas antigualhas romanas, como restos de cerâmica, algumas moedas de cobre, uma talha, mas pequena, mós etc. (...)*

Por último, em 11 de Novembro de 1894, quando visita a “coleção” de David Ramos, de que dá conta a Martins Sarmento, refere vários achados, nomeadamente cerâmicas comuns, vidros, moedas, tesselas e, de maior significado, uma escultura em mármore, actualmente desaparecida - (...) *Vi mais o tronco d'uma Vénus, desde o pescoço á cintura, e mede meio palmo, tem também parte da peanha com pé ainda pegado e o logar do outro, o mármore era bom, muito branco e puro, segundo me disse o David é mármore de Pathmos, o que está, é muito estragado do tempo, a esculptura era excelente. (...)* (LIMA 1940a, 210).

O local terá também sido escavado pelo Abade Sousa Maia no início do século XX, enquanto colaborador do Museu Etnológico Português, cujos materiais deram entrada na instituição, sendo o conjunto composto por - (...) *espólio funerário, vasos com grafitos e vasos lisos (...)* (VASCONCELOS 1915, 191; BRANCO 1963, 35). As escavações, provavelmente, terão continuado até finais da década de 20, uma vez que Serpa Pinto a elas faz referência, ainda que de forma indirecta, num artigo datado de 1928 (PINTO 1925-26, 159-160).

Vila Boa/Paiço, Guilhabreu, Vila do Conde.

Coordenadas geográficas

Lat. – 41° 16' 54" N

Long. – 8° 38' 08" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 145 m (CM 1: 25 000, SCE, fl. 97 – Bougado, S. Martinho, 1975)

Villa romana

Encontra-se implantada numa extensa plataforma de planta oval, definida por duas linhas de água. A sua face oeste remata numa vertente acentuada, permitindo uma amplo domínio visual dos terrenos mais baixos das freguesias de Malta e Guilhabreu. Os campos

⁶⁸ Refere-se o Abade Pedrosa ao Abade de Guilhabreu, Vila do Conde.

na sua envoltura revelam inúmeros vestígios cerâmicos à superfície – telhas, cerâmica comum, fragmentos de talhas, tijolos, sigillatas, etc. –, assim como abundante pedra faceada que é visível nas imediações do campo, nas construções e muros adjacentes. A sua área de dispersão cobre uma zona aproximada de 200 m por 100 m. A implantação da *villa* numa zona de contacto de terrenos com boa aptidão agrícola possibilitaria o acesso a uma ampla e diversificada gama de recursos. Têm sido recolhidos, ao longo dos últimos anos, inúmeros materiais de diferente natureza, hoje dispersos por várias instituições. Um conjunto de fragmentos de mosaicos encontra-se em depósito no Museu Municipal de Viana do Castelo, um pequeno tesouro monetário composto por seis moedas na Câmara Municipal de Vila do Conde e vários materiais cerâmicos no Museu Nacional de Arqueologia, merecendo destaque, pela cronologia que nos aponta, um fragmento de *sigillata* hispânica tardia da forma 37T, decorada com círculos raiados e com pontos inscritos no interior (RODRIGUEZ 1985, 238, lám. 119, n.º 2248).

Bibli. – LIMA 1940a, 187-214; ALMEIDA 1969, 35; GORGES 1974, 456; RODRIGUEZ 1985, 238, lám. 119, n.º 2248; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/340; PINTO 1995, 234, fig. 2.

Necrópole

O espólio cerâmico recolhido na necrópole terá sido fruto de uma escavação arqueológica realizada pelo Abade de Sousa Maia, enquanto colaborador do Museu Etnológico Português, em data anterior a 1905, ano em que Félix Alves Pereira, em visita à região, terá recolhido vários materiais arqueológicos que foram oferecidos pelo Abade de Canidelo com destino ao Museu Etnológico⁶⁹. O espólio cerâmico foi doado juntamente com duas aras anepígrafas. As aras também recolhidas no local, fruto de achados anteriores, que a correspondência epistolar entre Martins Sarmiento e o Abade Pedrosa documenta de forma inequívoca (LIMA 1940a, 181-214). Em carta datada de 11 de Maio de 1894, Abade Pedrosa, entre outras notícias, dá conhecimento do aparecimento dos três monumentos epigráficos aí recolhidos - (...) *...D'ahi fui a Guilhabreu, freguezia a 2 Kilometos do Castro d'Alvarelhos, ver umas pedras de que me tinham falado; encontrei uma ara e dous pilares, que apparecem ao lado da ara, e todas ao alto, numa escavação, que fizeram num campo a qua chamão Agra. Teem ellas d'alto 0,90m e a ara no corpo das letras 0,40m de largo, os pilares, que não teem letras, teem de largo em cada uma das quatro faces nas bases 0,20m, na parte superior são mais estreitos e terminão ambos por uma espécie de capitel com um orificio no centro, são ambos eguaes* (...) (LIMA 1940a, 206).

Das características de implantação e extensão da necrópole, assim como do tipo de enterramentos nada sabemos, designadamente o número de sepulturas, respectivo mobiliário fúnebre e condições de enterramento. Actualmente, apenas constam do

⁶⁹ No volume X do “*O Archeólogo Português*” nas páginas 381-382, encontra-se a seguinte notícia - (...) *Numa excursão que o Dr. Félix Alves Pereira, Oficial do Museu, fez em Entre-Douro-e-Minho, em Janeiro/Fevereiro de 1905, obteve o seguinte; Do Rev.º Abade de Canidelo, Manuel Domingues de Sousa Maia ... vasos votivos em fragmentos, de um cemitério (de incineração) de Guilhabreu (Vila do Conde)... (...) e um vaso ritual com confetti do cemitério romano de Guilhabreu (...).* Da oferta do Abade de Sousa Maia daria conta, em carta datada de 28 de Fevereiro de 1905, Leite de Vasconcelos, na qual prometia a sua publicação na revista da instituição, como viria a acontecer mais tarde.

inventário do Museu Nacional de Arqueologia três peças cerâmicas provenientes da necrópole, encontrando-se as aras anepígrafas com acesso reservado.

Bibli. – VASCONCELOS 1905, 381-382; PINTO 1925-26, 159-164; LIMA 1940a, 181-214; BRANCO 1963, 38; ALMEIDA 1969, 23-24; SILVA 1980, 79-90; ALARCÃO 1988, 19.

Ara funerária

Inscrição funerária recolhida em 1893⁷⁰, actualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa. Ara de granito de grão médio constituída por três corpos, sendo o superior moldurado, sem campo epigráfico definido, confundindo-se com o corpo intermédio. Fuste rectangular. Base rectangular, lisa, fragmentada na face e canto inferior esquerdo. Capitel rectangular, baixo, moldurado com três toros sendo os dois primeiros simétricos e o terceiro de maior dimensão. Na face superior conserva o fôculo que se encontra ladeado por dois toros danificados na face superior. Inscrição em letras cursivas, unciais e capitais, bem vincadas, com inclinação predominante à direita. A paginação é deficiente, o que obrigou o *ordinator* a diminuir progressivamente a dimensão das letras e a colocar a última linha, na qual consta a idade do defunto, na base do monumento, assim como a suprimir a fórmula final consacratória.

Dim.: 98 cm x 44 cm; Camp. Epi.: 60 cm x 35 cm

Transcrição

(EX) (*castro / castello*) U / LIAIN / CA (*rum ?*) . LAN / ASUS / MEBDI / (EX) (*castro / castello*) FI (*duenearum ?*) / AN (*norum*) LXX.

Leitura

Lanasus, filho de *Mebdus*, do castro dos *Fiduenae* (?), falecido aos 70 anos, (aqui está sepultado). Os habitantes do castro dos *Ulaincae* (erigiram este monumento).

Alt. letras

- 1: 1: 6; 2: 7; 3: 9; 4: 6,5;
- 2: 1: 10; 2: 9; 3: 9; 4: 8;
- 3: 1: 6; 2: 11; 3: 10; 4,5: 9;
- 4: 1: 6; 2: 6; 3: 5; 4: 6,5;
- 5: 1: 5,5; 2: 6; 3: 7; 4: 7; 5: 7;
- 6: 1: 4; 2: 4; 3: 7; 4: 8; 5: 8;
- 7: 1.2: 4; 3: 8; 4: 6; 5: 6;

⁷⁰ O ano de aparecimento é referenciado por Mário Cardoso com base nas informações fornecidas pelo Abade Pedrosa a Martins Sarmento (CARDOZO 1947, 228, nota 5).

Esp. inter.: Dois centímetros em todos eles à excepção das duas últimas linhas onde o ordenamento aparece alterado.

De salientar a referência de duas unidades gentílicas, uma das quais surge como entidade colectiva a erigir o monumento à memória de um indivíduo originário de outra unidade gentílica. A onomástica revela-nos o carácter indígena dos etnónimos e antropónimos. *Lanasus* é um antropónimo pouco frequente não se encontrando registado qualquer paralelo na região, enquanto *Mebdus*, ainda que relativamente pouco frequente, identifica-se em pelo menos outros dois monumentos do Convento Bracaraugustano⁷¹. A sua datação, segundo Armando Coelho, de quem adoptamos a leitura e interpretação da epígrafe, valorizando as suas características paleográficas, considera tratar-se de um monumento de cronologia tardia, enquadrado no séc. IV (SILVA 1980, 84).

Bibli. – HÜBNER – EE, VIII, 398, n.º 110; GUIMARÃES 1901, 68, n.º LVIII; VASCONCELOS 1905, 381-382; 1906, 371-373; AP, Vol. X, 371-373; PINTO 1925-26, 159-164; LIMA 1940a, 209; ALMEIDA 1969, 23-24; CARDOZO 1972, 107, n.º 65; FIRMAT 1975, 33; 1977, 22; SILVA 1980, 82-84; 1982, 386-389; TRANOY 1981, 373; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/340; MOREIRA 2010, 27.

[44] P 53, l. 14 (ABM) – Igreja e mosteiro de Monte Córdova, Monte Padrão

A ocupação alto-medieval registada no Monte Padrão enquadra-se no contexto político e militar de reconquista do território promovido pelo reinado asturo-leonês, designadamente com o incremento do processo de reconquista implementado por Afonso III, que levou a linha de fronteira até às margens do Douro, alicerçado numa importante reorganização administrativa do território. Efectivamente, em 868, com a presúria de *Portucale* por Vímara Peres, inaugura-se uma nova fase no processo de reconquista do território. Durante o séc. IX as forças asturo-leonesas continuaram as suas acções para sul, acabando por controlar a vasta área territorial compreendida entre o rio Minho e o Mondego. No final do séc. X, as vitoriosas investidas de Almançor (*Al-Mansur*)⁷² fizeram retroceder a fronteira cristã de novo até à margem esquerda do Douro, tendo sido frequentes os ataques de Mouros e Normandos à costa norte durante os sécs. IX e X, acontecimentos que terão originado a mudança de residência do conde magno do Porto para o lugar de Salas, S. Miguel do Couto, Santo Tirso. É neste contexto que se enquadra o estabelecimento da família de S. Rosendo no lugar de Salas / Cela, e se compreende a ocupação alto-medieval do Monte Padrão, cujo núcleo populacional terá beneficiado da proximidade e segurança conferida pela residência do Conde, podendo inclusivamente ter dado origem à construção de uma pequena fortificação, contextualmente integrada no fenómeno consagrada na historiografia como processo de *incastellamento*.

⁷¹ Botelhas, Vila Real, *CIL* IIS, 5556 e Carquere, Lamego, *CIL* II S, 5580; *ILER*, 4139 (SILVA 1980, 84, nota, n.º 20).

⁷² Abu Amir Muhammad Ibn Abdullah Ibn Abi Amir, Al-Hajib Al-Mansur أبو الأمير محمد بن عبد الله بن أبي الأمير الحاجب المنصور - Almançor (n. 938;m.1002) - Foi governador do Al-Andalus, antigo nome árabe da região da Andaluzia, na Espanha, nos finais do séc. X - início do séc. XI. O seu governo marcou o auge do império omíada na Península Ibérica.

Este momento corresponde à fase de construção⁷³ e utilização da igreja de S. Salvador de Monte Córdova implantada na acrópole do castro. As evidências arqueológicas, ainda pouco claras, apontam para a existência de uma construção do séc. X, cuja planta não é ainda integralmente conhecida, acompanhada de um cemitério do qual se destacam um conjunto de sarcófagos pertencentes à tipologia mais arcaica, característicos do período pré e proto-românico. Os materiais arqueológicos associados a este momento de ocupação são relativamente escassos, compreendendo, fundamentalmente, cerâmicas comuns de mesa e de armazenamento.

Predominam potes de perfil em S com base de assentamento discoidal e bordo contra-curvado com aba interior para assentamento de testo e jarros de perfis diferenciados. Os fabricos locais, geralmente grosseiros, são formados por pastas mal depuradas de aspecto arenoso e friável.

Com o incremento da reconquista militar, a reorganização administrativa do território e a criação dos *territoriae* e das *civitates*, assiste-se à personificação dos destinos militares, concentrados num castelo governado por um nobre, cuja existência, no imediato, não terá anulado o papel das fortificações de iniciativa popular mas antes proporcionado um novo enquadramento ao processo de reconquista, sobretudo nas zonas de fronteira (BARROCA 1990-91, 92). É neste contexto que se inscreve a guarnição militar de Monte Córdova cujo enquadramento estratégico se relaciona com um conjunto de bases militares na área meridional do Noroeste Peninsular, que parecem responder aos mesmos critérios de implantação.

O Monte Padrão ao longo da Idade Média, do ponto de vista jurídico-administrativo enquadra-se na circunscrição administrativa da *Terra, Julgado* e posterior, *Concelho* de Refojos, com ligação à estirpe da *Maia*, da qual, no limiar do séc. XI, se destaca D. Soeiro Mendes da Maia, patrono do mosteiro de Santo Tirso, a quem doou o couto em 1098 (CORREIA 1991, 28).

Os vestígios actualmente identificados correspondem à remodelação e ocupação do mosteiro e igreja paroquial de Monte Córdova e à extensa necrópole associada. Em 1514, no reinado de D. Manuel, é retirado o priorado de S. Salvador de Monte Córdova ao mosteiro de Celanova, Ourense, tendo sido nomeado um abade comendatário para administrar o mosteiro⁷⁴. A extinção definitiva do mosteiro dar-se-ia em finais do séc. XVI, mais precisamente em 1597, poucos anos antes da trasladação da igreja para o local em que actualmente se encontra, entretanto reconstruída entre 1956 e 1962.

A data do abandono definitivo do Monte Padrão, enquanto local de implantação da Igreja do Salvador, como a nomeia Frei Leão de S. Tomás, terá ocorrido no segundo quartel do

⁷³ A primeira referência a um primitivo templo é fornecida por Frei Leão de S. Tomás, que, ao aludir à lenda do nascimento de S. Rosendo menciona - (...) *É o lugar, em q(ue) mais frequentemente fazia suas orações a Deos, era a Igreja do Salvador edificada no mais alto do monte Corduva, aonde sobia de sua casa a pé, & descalça, & pera q(ue) suas preces fossem mais aceitas à Magestade Divina.* (...), (TOMÁS 1651, 145).

⁷⁴ A breve história do mosteiro de Monte Córdova e respectivo priorado é apresentada por Fray Benito de la Cueva, em *Historia de los Monasterios y Priorados Anejos a Celanova* (CUEVA 1991). Fray Benito de La Cueva foi monge em Celanova no séc. XVII, entre 1613 e 1649.

séc. XVII, segundo se depreende do cruzamento de informação inscrita na *Benedictina Lusitana* e no *Catálogo dos Bispos do Porto*:

(...) *Poucos anos há, que a dita igreja do Salvador se mudou do alto do monte para outra parte da freguezia, aonde parece que ficuava mais accommodada pera serviço dos Parrochianos, que são mais de quatrocentos.* (...) (TOMÁS 1651, 161).

Em 1623, D. Rodrigo da Cunha refere-se à igreja de Monte Córdova, que designa de “mosteiro”, como ainda localizada na acrópole do antigo castro, facto que coloca o momento da sua trasladação no lapso temporal compreendido entre 1623 e 1651;

(...) *O Salvador de monte Corua. Ermidas, nossa Senhora de Vallinhos, S. João, Santa Luzia. Chamão ainda hoje a esta igreja mosteiro, & he grande prova de o ser, auer naquellas ruínas grandes sinaes de Claustra, & bem se pôde crer o edificarão os pães de S. Rosendo, ou o mesmo santo, porque se vem em muitas partes daquella edificio as suas armas. Não duuidamos que pello menos foi Priorado sojeito a Cella noua, em Galiza, & como Colonia sua, querendo o santo que morassem ali os seos Frades, pêra daquella maneira honrar sua pátria. Na vida do bispo D. Pedro Salvador dissemos como por elle fora dada licença ao Abbade de Cella noua, pêra apresentar nesta Igreja hum Religioso que fosse Parrocho, & administrase os Sacramentos, como já lhe tinha concedido D. Martinho seu antecessor. Te(m) hoje esta Igreja 383. Pessoas de Sacrame(n)to, menores 84. He Comenda de Christo re(n)de trezentos mil reis. Vigaria (...) (CUNHA 1623, 403-404).*

O espólio associado a esta fase é relativamente abundante e diversificado quanto à sua natureza e suporte. Para além do abundante acervo cerâmico, regista-se a presença de materiais metálicos, nomeadamente de acessórios de vestuário, apliques decorativos de móveis, materiais litúrgicos e abundantes espécies numismáticas relativos à 1ª e 2ª dinastia.

A ocupação medieval do Monte Padrão.

O mosteiro e a igreja de S. Salvador de Monte Córdova encontram-se referenciados na bibliografia de cronistas, hagiógrafos, corógrafos e viajantes desde finais do séc. XVI, até poucos anos do seu definitivo abandono no segundo quartel do séc. XVII. Entre os principais autores contam-se referências de André Resende, D. Rodrigo da Cunha, Gaspar Estaço, Carvalho da Costa e Frei Leão de S. Tomás⁷⁵. Na historiografia castelhana assinala-se a referência de Ambrosino de Morales, em 1572 (IGLESIAS 1999, 57-58), e, na historiografia galega os livros da autoria de Fray Benito de La Cueva, *Historia de los Monasterios e Priorados Anejos a Celanova*, que viria a ser publicado em 1991 (CUEVA 1991, 93-97), e *Celanova Ilustrada y Anales de San Rosendo*, publicado em 2007 (CUEVA 2007). Posteriormente, já em meados do séc. XVIII, na resposta ao Inquérito Paroquial

⁷⁵ Sobre a bibliografia alusiva à historiografia referente à ocupação medieval do Monte Padrão veja-se; CORREIA 2009, 141-151; MOREIRA 2010a.

de 1758, o Reitor de Monte Córdova, Padre Veríssimo de Araújo, deu também um importante contributo para a interpretação dos vestígios medievais do Monte Padrão, assim como para a história da toponímia local.

Do ponto de vista arqueológico, os vestígios medievais identificados na acrópole do castro correspondem a três realidades estruturais distintas, embora interligadas entre si – igreja, mosteiro e cemitério –, cuja cronologia se desenvolve do séc. X a meados do séc. XVII, momento em que a igreja foi deslocada para o local onde actualmente se encontra, a cerca de 500 m de distância para leste, no lugar de Quinchães, local que veio a configurar o centro da actual freguesia de Monte Córdova, retomando uma ocupação antiga, visto que nas imediações, na Quinta de Linhares, foram encontrados vestígios romanos (tégulas, imbrices e abundante cerâmica comum) cuja ocupação poderá corresponder a um assentamento de tipo *villa*, conforme se depreende do seu topónimo cuja origem etimológica se relaciona com um possessor latino – *Villa Quintilianis* (matriz de *Quintum*), *Quintilianis* / *Quintianis* / Quinchães –, cuja evolução fonética se concretiza por palatalização do grupo *ti*, após a queda do *l* intervocálico.

A área medieval identificada na acrópole parece corresponder a um prolongamento sequencial da ocupação iniciada na Fase V. Esta, embora inicialmente motivada por circunstâncias decorrentes da conjuntura militar, terá originado uma ocupação de carácter religioso assegurando assim a protecção do centro espiritual da comunidade a partir do qual se garantia a sacralização do território que, por partir da igreja, tinha uma natureza centrífuga e abrangia todo o espaço em que se distribuíam os *fregueses*, constituindo, dessa forma, o pólo unificador e sacralizador de todo o espaço da freguesia. O povoamento medieval da área envolvente do povoado, em conformidade com o da região minhota, era disperso, no qual, por sistema, as casas se instalavam entre o *ager* e o monte ou entre os campos, juntos dos caminhos, com uma certa proximidade, originando assim minúsculos núcleos de povoamento, designados por lugares que, no seu conjunto, configuravam a paróquia. Explicar-se-ia a manutenção da igreja relativamente afastada da área habitada até um período tardio pelo seu forte poder espiritual e simbólico, assim como pelo papel que desempenhava enquanto elemento estruturante e unificador, hierarquizando os lugares e harmonizando as inter-relações da comunidade.

A trasladação das igrejas para locais mais próximos e centrais aos núcleos habitacionais, como refere Frei Leão de S. Tomás em relação à igreja de Monte Córdova, parece decorrer de um processo de aproximação da igreja aos fiéis que reflecte um progressivo aumento populacional e desenvolvimento económico num quadro político-militar estabilizado. Este fenómeno encontra-se também documentado na freguesia de Santa Maria de Alvarelhos, Trofa, onde se identificou a primeira igreja da freguesia localizada no castro de Alvarelhos, posteriormente trasladada para o local em que actualmente se encontra (MOREIRA 2010, 471-482) (cfr. anexo documental – notas)^A.

A ocupação medieval localiza-se na zona intermédia da face leste da acrópole do povoado desenvolvendo-se a necrópole até ao extremo sul da plataforma superior e parte da face

norte. Os vestígios encontram-se sobrepostos às estruturas romanas (Fase IV e IVa) e, em alguns locais, implantam-se directamente sobre os vestígios da Idade do Ferro (Fase II e III). A igreja, apesar de apenas se encontrar parcialmente definida, sugere uma planta rectangular, orientada a nordeste, com apenas uma nave e cabeceira ligeiramente recuada em relação ao corpo da igreja, também de planta rectangular. A face leste é ocupada por uma zona claustral, descoberta, limitada por um muro na face sul que separa a área do adro das celas do mosteiro. A área residencial estrutura-se no limite da plataforma, implantada directamente sobre a muralha da Fase III e parte da *Domus Leste*. Foram intervencionadas duas celas, encontrando-se na da face sul uma canalização que, por efeito gravitacional, garantia a drenagem das águas pluviais do claustro.

A área de enterramentos identificada até ao momento desenvolve-se na área claustral, no adro e, de forma residual, no interior da igreja, na qual se destaca a presença de vários sarcófagos de diferente cronologia. No espaço que corresponde às celas não se identificaram qualquer tipo de enterramentos.

[45] *P. 53, l. 13* (FCC) - “Bentos creio que não os houve nunca em Monte Córdova”
Mosteiro, sim. Beneditino não, que a Regra de S. Bento entrará, mais tardiamente no que é hoje Portugal. Só, pela segunda parte do séc. XI, é que a Regra do Santo Patriarca se detectará no que, hoje, é, de facto, o nosso país.

[46] *P. 53, l. 13 (1)* (FCC) - *S. Rudesindi vita et miracula*
A vida e milagres de S. Rosendo de Ordonho de Celanova e Estêvão, este volume está relacionado com o processo de canonização, levada a efeito pelo Cardeal Jacinto Bobone Orsini, legado da Santa Sé em Espanha, no ano de 1172. Depois, pelo mesmo, agora Papa, com o nome de Celestino III, foi canonizado S. Rosendo, em 1195. Não se trata de dois actos diferentes – beatificação o primeiro, verdadeira canonização o segundo. Antes, de duas canonizações: em 1172, como legado da Santa Sé, na Península, impondo o culto de S. Rosendo na Espanha cristã; em 1195, já Papa, aprovando o seu culto em toda a Igreja. Logo a diferença não está na natureza do acto, mas nos destinatários da canonização.

[47] *P. 54, l. 15* (FCC) - “Muitas acácias e algumas amoreiras”
Vinhão a propósito estas árvores, aqui no terreiro da matriz. O convento fundar-se-á no lugar de *Moraria*, conforme o documento da sua fundação. Estas árvores teriam ali mesmo o seu poiso natural. Sei que foram muito acarinhadas pelo Abade Pedrosa, que talvez as tivesse, ele mesmo, plantado. *Sem adivinhar talvez que as suas queridas amoreiras seriam derrubadas mais tarde não sei por amor de quê (...) Sacrificar aos simpáticos bichos (da seda) as folhas das amoreiras que generosamente concediam a sua sombra aos devotos era legítimo; mas imolar os próprios troncos aos caprichos dos homens foi um sacrilégio que nunca poderia desculpar o simpático patrono do terreiro, apesar do seu espírito tolerante e das suas palavras, que respiravam serenidade e doçura* (palavras do Dr. Augusto César Pires de Lima, a respeito de um encontro com o digníssimo abade, *A correspondência Martins Sarmento*

– *P.^e Joaquim Pedrosa*, Guimarães, 1940, p. 5). Já há muito que outras espécies botânicas as substituíram.

[48] *P. 55, l. 20* (FCC) - D. Afonso II

Foi sempre muito estreito o relacionamento dos monarcas com o nosso mosteiro, ora através de doações aos nossos monges – de privilégios, de propriedades, de dinheiro – ora pelos encargos que a eles e, particularmente, aos seus abades lhes confiavam – como os de inquiridores, confessores, juizes, executores testamentários... –, ora pela sua presença pessoal na nossa casa. Aqui em Santo Tirso, para além de D. Afonso II, estiveram presentes D. Dinis, por duas vezes, em Julho de 1288, ao dia 5 de Julho, e depois – mas dentro do mesmo mês, na ida e regresso, respectivamente, das cortes de Guimarães. Também por duas vezes, estará entre nós D. João I: a 15 de Outubro de 1385 – dois meses depois da batalha de Aljubarrota – e a 6, 7 e 8 de Agosto de 1409.

[49] *P. 57, l. 1* (FCC) - Dona Maria Ayres de Fornellos

No seu testamento, dirá D. Sancho: Estas são as herdades que dei aos filhos que tive de Dona Maria Aires: Vila Nova, Golães e Silvares. Dei ainda a D. Martim Sanches, filho que dela tive, oito morabitinos (...) e a Urraca Sanches sete (...). *Quero que todos os filhos que me deu Dona Maria Aires fiquem com a herdade que dei a sua mãe*⁷⁶; e, quando um dos dois morrer, o sobrevivente fique com toda a herdade para si⁷⁷.

Foi D. Sancho, na realidade, amante de dona Maria Aires de Fornelos. Esta fidalga, juntamente com Dona Maria Pais, alimentariam, durante anos, os devaneios amorosos e ilícitos deste monarca. E houve fruto. E abundante, deveras...

Dirá Dona Carolina Michaelis de Vasconcelos: de grande emotividade erótica, pagou (D. Sancho) farto tributo à galantaria do seu tempo. O leitor conhece duas das barreganas, por ele introduzidas no tálamo régio, em vida de dona Dulce de Aragão (...): D. Maria Ayres de Fornellos e D. Maria Paes Ribeira, assim como a preclara prole de ambas, reconhecidas em vida e na hora da morte por fartas doações⁷⁸.

Dona Maria Aires de Fornelos, filha de Aires Nunes de Fornelos e de Dona Mor Pais de Bravães, daria então ao monarca dois rebentos: D. Martim Sanches e Dona Urraca Sanches. Pois, esta senhora fez testamento em prol do nosso mosteiro. E deixar-lhe-á a igreja e couto de S. Clemente de Silvares, além de seis casais e de outros bens móveis e de raiz⁷⁹. (*Estampa XXXVIII, fotos nn. 93-94*)

Como benfeitora e descendente dos padroeiros que o era, lá se podia ver, no mosteiro de Santo Tirso, o seu túmulo:

⁷⁶ S. Clemente de Silvares.

⁷⁷ SOUSA, António Caetano de - *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* I, I-2, pp. 23-27; BRANDÃO, António - *Monarquia Lusitana*, t. IV, I. XII, c. 35 a App. fol. 260.

⁷⁸ *Cancioneiro da Ajuda*, vol. II, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 757.

⁷⁹ Veja-se, no abadológico tirsense, as paginas dedicadas ao abade D. Mendo II (1178-1224) e, no apêndice documental, a carta de antes de 1212.

*Esta mais enterrada nesta casa (de Santo Tirso) Dona Maria Ayres de Fornelo neta do mesmo Dom Soeiro, que por tal se nomea, disendo em seu testamento, que a sepultem em S. Tirso com seu auo Dom Soeiro Mendes*⁸⁰.

E ainda hoje se conserva o seu “retrato”, em pintura do séc. XVIII, que esteve pendente nas paredes do primeiro claustro. Está para restauro.

ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA A HISTÓRIA DO MOSTEIRO DE SANTO TIRSO (FCC)

A. Os períodos da história conventual do Mosteiro de Santo Tirso

Temos a distinguir duas coisas: a primeira, o faseamento da instituição monástica que aqui se fundaria, em 978; a segunda, o problema das instalações – igreja e residência – da Ordem ou Ordens que aqui morariam, desde o séc. X ao séc. XIX. E da evolução destas duas coisas haveremos de falar mais tarde.

A primeira preocupação dirá respeito à instituição monástica que em Santo Tirso se instalou.

A este propósito, poderíamos periodizar a história conventual da forma seguinte:

1. O mosteiro de Santo Tirso, antes de 1092

Um primeira fase (978-1092), de silhueta imprecisa. De que ordem não se saberá. Logo o acto solene de 1092 foi, certamente, entre outras coisas, uma *filiação*, não propriamente uma fundação: os monges, aos finais do sec. XI – sem que interrupção de vida monástica houvesse, conforme penso – tão só adoptaram uma Regra, a de S. Bento. Julgo que sim. Porque só uma filiação, respeitar-se-ia o orago de trás, o mártir Santo Tirso. Mas logo se lhe adossaria a protecção secundária de Nossa Senhora da Assunção, que já figura na carta de couto de 1098. E que, depois, a Senhora-a-Alta se revigoraria, a ponto de reagir-se contra o declínio e postergação do santo asiático⁸¹.

Da organização da comunidade original também nada, ou pouco, sabemos Mas avulta já uma faceta que marcaria, com vigor, a caminhada histórica do mosteiro de Santo Tirso. De coração aberto aos problemas do homem e do mundo.

⁸⁰ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 45. A outra célebre amásia das aventuras de D. Sancho I, Maria Pais, foi sepultada no convento de Bouro que, é pena, não tenha a mesma inscrição de Ximena Nunes, barregana de Afonso VI: *Alfonsi vidui regis amica fuit. Copia, forma, genus, dos, morum cultus amoenus me regnatoris prostituere thoris...*

⁸¹ No final da Carta de doação do couto, de 23 de Março de 1098, na série de confirmações, depois do patrocínio de Santo Tirso, acrescenta-se o papel tutelar de Santa Maria, a sempre Virgem. Cf. CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, Coimbra, 1938, p. 158, doc. n. 4. Depois emerge, ainda mais, o papel de Nossa Senhora de 15 de Agosto: *mosteiro de Santa Maria de Santo Tirso de Riba d'Ave* (documento de 1430): COSTA, António Domingues de Sousa – MPV, vol. IV, p. 524, doc. n. 1536. Reage, salvaguardando o papel primordial do mártir da Bitínia, Frei Leão de S. Tomás, em 1651 (*Benedictina Lusitana*, vol. II, pp. 16-19). Muito embora este ilustre filho da casa de Santo Tirso reconheça a legitimidade da figuração do mártir em altar colateral, ao contrário de Nossa Senhora que ocupa – e com razão! – o altar-mor. Completar-se-ia a reacção no triénio de 1789-1792, com a colocação da imagem de Santo Tirso, no retábulo principal, muito embora sem o sacrifício do destaque da figuração mariana e assumpcionista.

Assim, a controvérsia de 1100-1101, entre o convento e o arcebispo S. Geraldo, revelará, por analepse – num recuo mesmo às origens –, o acolhimento do mosteiro a favor dos viandantes, sem distinção. Eclesiásticos ou leigos, pobres ou da fidalguia, todos encontravam na nossa casa religiosa uma telha que os abrigasse e um naco de pão que lhes fornecesse vigor⁸².

A história de Gonçalo Pais, da Casa de Marnel, e ligado aos padroeiros de Santo Tirso, por parte da mãe, demonstra também igualmente a fama deste mosteiro – e os insucessos na recuperação do enfermo pode ser nada a deslustrem –, no tratamento e solicitude em prol dos doentes⁸³.

Uma espiritualidade, pois, que os não alienaria na função absorvente do culto e do altar ou na ascese redentora que os levasse a uma desvinculação total e pessoal dos laços corpóreos e mundanais. Antes, lhes infundia na devoção aos homens o calor místico de um encontro maior e mais estreito com Deus, em pessoa. O Seu mistério o sondavam no coração mesmo da história.

2. Após 1092

Uma data importante: 1092. Agora, a filiação beneditina do nosso mosteiro – suponho –, a eleição de Gaudemiro – escolhido pelo voto dos monges, apresentado pelos vinte e tantos padroeiros, confirmado e “ordenado” por Crescónio, bispo de Coimbra –, o compromisso dos padroeiros sobre a indivisibilidade dos bens monásticos, a inauguração de um novo convento...

Uma segunda data decisiva: 1402. Toma posse do mosteiro, nesta altura, o primeiro abade comendatário, Martim Aires. Perdem, doravante, os monges de Santo Tirso o direito da eleição; e os padroeiros o direito que lhes competia, o de apresentarem o abade. Sabemos pelas linhas e entrelinhas dos processos da nomeação quem são os promotores dos candidatos, ao nível das prelaturas.

Outra data a impor um novo rumo no historial da comunidade religiosa: 1588. A 16 de Julho aconteceu a resignação do último comendatário, o Card. Alexandre Farnese.

Uma outra cronologia a reter-se, a de 1590: início dos abades, eleitos pelos monges, mas agora trienais. Foi o regime que perdeu até à abolição das Ordens religiosas: Maio de 1834. Dois meses antes, a 26 de Março, esquivar-se-iam, por antecipação, os nossos monges ao cutelo do Mata-frades. Com a entrada dos liberais na nossa cidade, o último prelado remeteria os monges para as suas terras de origem. Depois, fechou as portas do mosteiro, beijou o solo. Agoniado no coração, intuiu a suspeita de que os seus religiosos saíam do convento, mas não como em 1385. Agora, talvez, sem esperança de regresso. E adivinhou...

⁸² *E desde os seus começos que aquele mosteiro – isto é, o de Santo Tirso – ficou isento de qualquer ónus de tributação, a favor dos bispos, e liberto de qualquer sujeição a qualquer tipo de serviços. Os seus moradores, porém, por razões de pura humanidade, receberam, livremente e segundo as suas possibilidades, não por obrigação, antes por caridade, bispos, abades, clérigos, leigos – nobres ou não –, conterrâneos ou estranhos, vindos de qualquer lado. E assim durante muito tempo.* Cf. texto do acto de concórdia, publicado por Alberto Feio (CSTBC V (1956) 16-19) e cuja leitura se aperfeiçoou em O Bispo D. Pedro, vol. II, pp. 418-420, do Sr. Dr. Avelino de Jesus da Costa.

⁸³ O dossier da questão em *Assistência em Santo Tirso. Notas soltas*, art.º publicado na RLAHST, n. 7 (Março de 1993) 33-35.

Postas estas coisas assim, tentaremos a periodização da nossa história monástica, quanto a esta segunda parte, da maneira que segue:

2.1. De 1092 a 1395

É o período dos abades eleitos e vitalícios. Desde o abaciado de D. Gaudemiro até ao de D. Vicente Rodrigues.

Há uma subdivisão. Isto é seguro. Confesso ingenuamente que me não sinto com forças para a tarefa de a delimitar. Isto é, não sei cronometrar a primeira série – a dos abades de rigorosa observância – e a que lhe sucederá, a daqueles a que se dá o nome de *abades da claustra*, quando se opera a divisão tripartida dos bens monásticos: duas partes para a mesa abacial e uma parte para a mesa conventual. À semelhança, diga-se, do que antes se fizera nas dioceses, com a instalação bipolarizada, mas em desigualdade, da mesa episcopal e da mesa capitular.

Timidamente, aponto esta subdivisão, pelo que toca ao mosteiro de Santo Tirso:

- . 1092-1171: abades de estrita observância;
- . 1171-1396: abades da claustra.

A data de 1171 – como momento hipotético da uma fractura, de uma transição já efectuada – terá a sua justiça no facto da capacidade de que já usufruía o abade D. Fernão Mendes, a de dispor dos seus bens, à sua morte, em benefício da ovelha monástica da enfermaria⁸⁴. Se possuía bens seus e deles podia dispor é porque, no mosteiro, já tudo não seria em comum...

2.2. De 1402 a 1588

De 1396 – morte do último abade da claustra – até 1402, abre-se um parêntesis: uma fase de transição. À morte de D. Vicente Rodrigues – último abade da claustra, diz um livro do cartório do mosteiro –, houve uma agitada movimentação política. Os monges, com a anuência do padroeiro, decidiram escolher um frade do convento, João da Maia. O bispo do Porto e o padroeiro, em acção concertada – e depois do segundo dar o dito por não dito! – impuseram-lhes João Afonso Aranha, cónego do Porto, abade de Várzea de Ovelha, Marco de Canaveses e, depois, bispo portugalense (1408-1414). Acatariam os religiosos, anulando, de forma virtual, a eleição de João da Maia.

Outro poder, entretanto – e mais alto! – se levantou. D. João I, através do Cardeal de Nápoles, intercepta o despacho das Bulas Pontifícias. *Tutto calculato*: este candidata-se à prelazia de Santo Tirso que, de facto, obtém da Cúria Romana. E, logo depois, a vai depositar nas mãos do monarca português. Daqui transitará direitinha para a posse do seu favorito: o galego e fidalgo Martim Aires, da família dos Vieiras⁸⁵.

⁸⁴ MATTOSO, José – *Le Monachisme Ibérique et Cluny*, Louvain, 1968, pp. 206-207.

⁸⁵ O que explicará, ao menos parcialmente, a simbologia do seu braço, na arca tumular que, actualmente, se encontra na ala ponte do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso.

A partir daqui, poderes mais altos decidem da liderança conventual. E passa-se por cima da opção dos monges e das atribuições concretas dos padroeiros. Vão ainda reagir uns e outros, por 1430. Mas inutilmente...

Numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro, diz-se que foi Martim Aires o primeiro abade comendatário de Santo Tirso. E o seu sobrinho o segundo prelado deste género⁸⁶.

Em Março, porém, de 1401, Martim Aires é só e ainda administrador do nosso convento⁸⁷. Mas, a 15 de Junho de 1402, era já o abade efectivo da casa tirsense⁸⁸.

Os abades comendatários de Santo Tirso terminarão em 1588, com a resignação do Cardeal Alexandre Farnese, a troco de uma pensão de 400.000 reis anuais. E mais que vitalícia, que os frades só dela se redimiram em 1617. Ou seja, vinte e oito anos depois da morte do neto de Paulo III, que se daria em 1589, um ano depois da renúncia à comenda de Santo Tirso⁸⁹.

2.3. 1590-1834: período dos abades eleitos e trienais

Há, antes de mais, um período de transição. Desde que Santo Tirso aderiu à Reforma, que incorporaria os mosteiros numa Congregação, superiormente dirigida por um Abade Geral sediado em Tibães, e, enquanto se esperaria pela resignação do comendatário, a administração do convento de Santo Tirso correu provisoriamente por conta dos Piores trienais e eleitos (1570-1590)⁹⁰.

⁸⁶ O seu antecessor (isto é, de Martim Aires), D. Vicente Rodrigues, foi o último abade da claustra eleito pela comunidade, confirmado pelo bispo do Porto, D. Afonso: PT/ADPRT/MON/CVSTST/ 0272, ff. 199-199 v.. De resto, numa nota introdutória aos prazos quatrocentistas do mosteiro (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0149), corrige-se um parecer anterior que fazia do Cardeal D. Jaime, o primeiro comendatário. E anota-se: *infere-se* (do processo de 1428) *ser este* (Martim Aires) o primeiro abade comendatário que teve o mosteiro, não sendo monge professo dele; e, por isso, é que fez testamento (...), o que é proibido por direito a todo o que professava voto de pobreza, e por isso fez também renúncia do dito mosteiro a seu sobrinho Soeiro Anes. E assim também dirá a respeito deste último: *Este Soeiro Anes foi segundo abade comendatário, segundo consta da carta de privilégio (...) onde diz D. Afonso V que lhe dera o dito mosteiro seu pai, que era todo seu, visto a desistência de Martim Aires.*

⁸⁷ CRUZ, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, p. 211, doc. n. 168.

⁸⁸ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, f. 287 v.

⁸⁹ O Card. Alexandre Farnese tomou posse dos mosteiros de Landim e Santo Tirso, mediante procuração passada em Roma, a favor de Ângelo de Charissimis, clérigo, fidalgo da Cidade de Parma, e familiar seu, a 1 de Outubro de 1561. Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, vol. II, Santo Tirso, 2000, pp. 7-21, 22-30, 47-52. Renunciou a 16 de Julho de 1588: (...) *Consta que no tempo do Santo Padre Pio 5.º, o dito Cardeal fez desistência da Abbadia deste Mosteiro, a fim de se unirem todos os da Ordem em huma nova Congregação, dando-se-lhe em sua vida huma pensão annual: foi o dito instrumento feito em 16 de Julho de 1588* (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 6 v.).

⁹⁰ Neste hiato ou período de transição, foram eleitos piores trienais os seguintes:

Frei Manuel de Ataíde, eleito em 1570;

Frei Pedro de Basto, eleito em 1575;

Frei Domingos da Cruz, eleito em 1578;

Frei Gaspar da Paz, eleito em 1581;

Frei Bento do Salvador, eleito em 1584;

Frei André de Campos, eleito em 1587. Sobre eles, cf. artigos *Para a história dos Abades de Santo Tirso. O Cardeal Alexandre Farnese (1561-1588). Os Piores trienais de Santo Tirso (1570-1590)*, em JST de 10 e 17 de Julho de 1998.

Período de transição, repita-se. Findo este – pela resignação do Cardeal Alexandre Farnese – é então eleito o primeiro Abade trienal de Santo Tirso, que foi D. Luis do Espírito Santo⁹¹.

Dos abades subsequentes, após 1590, conhece-se bem o princípio e o fim, salvo uma que outra vez, quando a morte lhes antecipou o fecho do seu mandato⁹²; quando uma falta do Prelado, física ou psicológica, se remedia com suspensão da prelazia⁹³; ou quando uma sustatória vier a impedir aos monges o livre exercício da sua opção⁹⁴.

Não só, pois e em princípio, se conhece o ano, como até o mês. A partir dos finais do séc. XVI, os Abades são eleitos, por regra, em Maio e terminam o seu mandato três anos depois, a 30 de Abril. Os estadistas eleitos nos Conselhos, na ponta final da prelatura, fazem então o relato do estado em que se encontrava o mosteiro, aquando da tomada de posse, e do estado em que o mesmo ficou, após o encerramento do seu abaciado. No relatório, darão notícia, mais ou menos pormenorizadamente, de tudo quanto o abade se teria desempenhado no fio da administração que a Providência lhe demarcou. Tanto em Santo Tirso, como no Priorado da Foz, ou nas outras igrejas anexas.

3. A passagem do *hagiónimo* a *topónimo*. A tensão Santo Tirso-Cidnai

É facto comum a passagem dos *hagiónimos* a *topónimos*. De qualquer forma, podemos dizer que Santo Tirso designava, nesta última categoria, particularmente o mosteiro e suas quintas, a de Fora e a de Dentro. Por oposição à comunidade secular que vivia no Cidnai. A este propósito, dois problemas: um etimológico e um outro semântico.

⁹¹ A 13 de Fevereiro de 1588, proferir-se-á a sentença compulsória do Deão de Braga, como executor das Bulas Apostólicas atinentes à Reforma da Congregação, destinada ao Geral Frei Baltasar de Braga, para tomar posse dos mosteiros da Ordem (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, ff. 2. 9). E, logo depois, a 17 de Maio, o dito Abade tomou posse do mosteiro de Santo Tirso (PT/ADPRT/MON/CVSTST/0273, f. 2. n. 10). Descreve-a o cerimonial:

Compromisso de obediencia de todos os monges ao Geral – não o faria o monge Frei António Dinis, cura de Santa Cristina do Couto e filho de Bustelo -, no Coro; procissão até ao altar-mor, ao cântico do *Te Deum*. Depois, a tomada de posse que assim reza, em formulário mais ou menos genérico:

(...) lhe dei e houve por dada a posse real, actual, corporal do dito mosteiro, com todas as suas pertencas e anexos e cousas a elas pertencentes, a ele dito geral (...) e isto por vestimenta, cálix e corporais, pedra de ara, cruz, missal, castiçais, galbetas, e por todos os mais ornamentos, que com suas mãos tocou, e por terra, pedra, telha, madeira, e por poimento de pés e vista de olhos, tangendo os sinos e abrindo e fechando as portas e grades do dito Mosteiro, a capela com as chaves que lhe foram entregues pelo San Cristão e por todos os mais actos necesarios em semelhantes posses, pelos quais eu notario a executorial das ditas bulas de Sua Santidade houve por empossado e metido em posse corporal e actual e real ao dito Reverendíssimo Padre Geral Fr. Baltasar, assim de Abade Geral e Supremo Prelado como do dito mosteiro e suas anexas, passais, quintas, jurisdições e mais cousas assim espirituais como temporais, a qual posse ele tomou assim de uma cousa como de outra em seu nome e da dita Ordem e de todos os seus sucessores da dita Religião e Ordem de S. Bento deste dia para todo o sempre (...). Cf. PIRES DE LIMA, António Augusto – *Subsídios para a história de Santo Tirso*, Porto, 1953, p. 71, nota ao fundo.

⁹² Aconteceria com Frei Clemente das Chagas, eleito em 1626 que, surpreendido pela morte, não chegaria ao fim do mandato. Igualmente com Frei Roque da Conceição, eleito em 1719, e que logo morreria a 25 de Julho de 1720, conforme reza a epigrafe de seu túmulo, aberto diante da porta da actual sacristia de Santo Tirso. Mas o continuador do seu abaciado, Frei Gregório da Madre de Deus, faleceria, igualmente, antes de terminar ainda mesmo este triénio, a 2 de Abril de 1722, conforme inscrição aberta na sua lápide tumular, à beira da de seu predecessor.

⁹³ Aconteceu com D. José da Cruz. Eleito em Maio de 1716. Mas suspenso, pouco depois de 21 de Março de 1718. Para acabar o triénio, foi eleito como Presidente Frei Manuel de S. Bento.

⁹⁴ *Suplemento ao estado do Mosteiro de Santo Thyrsso, que se fêz para o Cappitulo geral, que se havia de celebrar a 3 de Mayo de 1746; mas como não teve effeito por causa da substatoria, que o empedirão, continuou na mesma prelasia o Muito Reverendo Padre Frei Placido de S. Bento até ao fim de Setembro de 1748.* Cf. ADB/UM Congregação de S. Bento de Portugal, Cx. 110. Este Estado suplementar acabaria de redigir-se a 5 de Outubro de 1748.

3.1. O aspecto etimológico

Sob o ponto de vista etimológico, parece-me não ser duvidoso que a raiz da palavra Cidnai vem do árabe *Cid*, que significa *senhor*⁹⁵. Aquela raiz encontra-se representada na toponímia, sob a forma *Cide*, em vários lugares do país (Arganil, Braga, Guimarães, Mortágua, Paços de Ferreira e Seia); sob a forma de *Vale de Cid* (Vale de Cambra); sob a expressão *A de Cide*, por vezes escrita *Decide* e *A Decide* (em Vila Verde)⁹⁶; sob a designação de *Souto de Cide*⁹⁷.

Em certos documentos, topamos com sufixados da mesma raiz: os diminutivos *Cidel* e *Cidelo* (diminutivo híbrido), ora sob a forma mais arcaica de *Citelum*⁹⁸ ou *Citellus* ou *Zitelus*, ao lado de *Zitello*⁹⁹ de *Zidello*¹⁰⁰ ou *Cidelo* (Braga).

Pelo que respeita ao topónimo tirsense *Cidnai*, há quem o veja como patronímico. Pelo menos Frei Leão de S. Tomás. O cronista retira da palavra *Cidnai* um elemento arábico *Cid* – o que estará bem – e um elemento desinencial oriundo do latim *nati* (do participípio perfeito do verbo *nascor*), o que daria *filhos* de *Cid*. Foneticamente não seria impossível, dada a sonorização normal do *t* em *d* e a síncope que logo se seguirá, pela posição intervocálica em que o *d* se veio a encontrar. Palavras do cronista:

*Junto a entrada do Mosteyro fica hum Burgo pequeno chamado Cidenai nome, que teue seu princípio do sobrenome do Infante Alboasar Ramires (que fundou ou reedificou o dito Mosteyro) do qual dis o Conde D. Pedro, que por seu animo, esforço, e senhorio se chamou Cide Alboazar, e foi com seus filhos, e descendentes senhor daquellas terras da Maya, em cujo districto fica o Mosteyro. Por onde Cidenai he o mesmo que Cidenati, lugar dos filhos, e netos daquelle, que por seu dominio, e senhorio se chamou Cide: porque (como alguns dizem) Cide, em Mourisco he o mesmo, que Senhor. Não faltará quem diga que Cidenai é o mesmo que lugar do Senhor Anaya, porque Cide he o mesmo que senhor, e Anaya he o sobrenome de fidalgos antigos, e no mesmo Mosteyro achamos pelloos annos de Christo 770. hum Monge chamado Frey Nuno de Anaya*¹⁰¹.

Tenho a dizer, porém, uma coisa: que é vulgar o uso do patronímico deste vocábulo na Idade Média portuguesa. Mas sob a forma de Cidici, ou da mais evoluída de *Cidiz*¹⁰². Até em documentos que dizem respeito ao mosteiro de Santo Tirso. O primeiro abade beneditino, D. Gaudemiro, logo em 1092, assistiria à inauguração do mosteiro de S. João de Pendorada, acompanhado do *frater Pelagius Cidiz*¹⁰³, que também confirma a carta de

⁹⁵ LEITE DE VASCONCELLOS, José – *Antroponímia Portuguesa*, Imprensa Nacional de Lisboa, 1928, p. 36.

⁹⁶ MACHADO, José Pedro – *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Editorial Confluência, vol. I, Lisboa, p. 414.

⁹⁷ *Inquisitiones*, p. 126.

⁹⁸ PMH/DC, p. 156.

⁹⁹ PMH/DC, p. 38.

¹⁰⁰ PMH/DC p. 84.

¹⁰¹ *Benedictina Lusitana*, vol. I, pp. 15-16.

¹⁰² LEITE DE VASCONCELLOS, José – *Antroponímia Portuguesa*, Imprensa Nacional de Lisboa, p. 125.

¹⁰³ SILVA, Filomeno Amaro Soares da – *Cartulário de D. Maior Martins. Sec. XIII*, ed. da Associação da Defesa do Património Arouquense, Arouca, 2001, pp. 74-76.

couto, em 1098. E, logo após esta carta de Couto de Santo Tirso, ao final, numa como que adição, há referências a um *Zidi daviz*, pai de um *Gonçalo zidis*.

3.2. *Santo Tirso e Cidnai: um problema de evolução semântica*

No que se refere à semântica do topónimo, tenho a dizer que este nome de lugar *Mosteiro de Santo Tirso*, ou só *Santo Tirso*, nas cartas medievais e modernas até aos começos do séc. XIX, abrange o complexo arquitectónico e as duas quintas adjacentes: a de Dentro e a de Fora (os Passais). Aquela área onde se desenvolverá a vida da comunidade monástica. Aliás, em muitos prazos quer em Santo Tirso, quer em terras distantes, quando se fala de propriedades que confinam com terras dos nossos monges, quase invariavelmente se diz que tal campo ou agra tange com *Santo Tirso*. Entenda-se, com terras do mosteiro de Santo Tirso. Em oposição, como espaço da comunidade secular, está o *Cidnai*, a sul, e logo após as Quintas do mosteiro. Este apêndice urbano nasceu e cresceu ao longo da estrada que, a partir da via medieva Porto-Guimarães, ao lugar do Picoto, conduzia os peregrinos ao mosteiro. Aqui, ao longo de um cordão umbilical, se desenvolverá este burgo de comerciantes e artesãos, que viviam especialmente das relações com os nossos monges.

Mas o topónimo original sofreria os efeitos do fluxo e refluxo dos acidentes a que ficam acorrentados os nomes de lugar, que ora se intumescem – como o lugar arenense de *Caldas da Saúde*, à custa do erro de leitura de *Sande*, donde o determinativo brotou –, ora vão sofrer as consequências do emagrecimento – como *Landim*, que, primitivamente abarcava três freguesias, e hoje só uma –, ora se deslocam, “voando” até para grandes distâncias. Neste último caso, veja-se o que aconteceu ao nome de Coimbra.... Aqui, em Santo Tirso, temos o caso particular de 1920: a *Assunção* era a meio da encosta de Monte Córdova, na freguesia de S. Miguel do Couto. Hoje, sem que os limites das freguesias se alterassem, a *Assunção* fica no vértice da montanha, já na paróquia de Monte Córdova.

Da mesma sorte com o nome de *Cidnai*: foi-se arrumando, lentamente, para a letargia do esquecimento. No séc. XIX, chamar-se-á de outra maneira. A saber, quando se ia à cidade que hoje é Santo Tirso, dir-se-á *ir à Rua*. Agora, porém, que todo o tecido urbano está espalhado toponimicamente numa rede complexa de vias, cada uma com seu nome, ficou só o *Hotel Cidnai* a lembrar o nome venerando com que todo o burgo outrora se crismara. Por outro lado, com a formação do concelho de Santo Tirso, na época liberal, o nome do coração citadino –, depois que o medievo *Cidnai* fora já devorado, em grande parte, pelo de Rua, acabará também por devorar este último, ficando toda a cidade revestida com o hábito que, em testamento, lhes deixariam os frades, quando daqui se foram, em 1834: o nome de Santo Tirso. Quem com ferros mata, com ferros morre! ...

B. Igrejas de Santo Tirso

Em Santo Tirso, houve, no decurso dos tempos quatro igrejas monásticas, todas sitas no mesmo espaço geográfico. A primeira data de 978. E não deixará vestígios arqueológicos. Sabe-se da fundação do mosteiro nesta data, por documento do séc. XIII – questão dos imites diocesanos entre Braga e Porto – que cita, em abono dos direitos da igreja portugalense um documento de 1101 – texto relativo à defesa das imunidades do nosso mosteiro, face à jurisdição do arcebispo de Braga – e onde, por analepse, se recorda a fundação do mosteiro, por iniciativa de D. Unisco Godins e seu marido Aboazar Lovesendes. Documentos arqueológicos apenas uma pedra esculpida que, por feições tão imprecisas, não se permitirá remetê-la, com segurança, ao séc. X.

A segunda igreja é de 1092, a cuja inauguração assistiram o arcebispo de Toledo, D. Bernardo que era legado da Santa Sé na Espanha, e o bispo eleito de Coimbra, de nome Crescónio. Nesta mesma ocasião, fôra eleito, em Santo Tirso, o seu primeiro abade vitalício da Ordem de S. Bento, D. Gaudemiro. Apresentaram-no os padroeiros, os fidalgos da Maia. Desta igreja resta-nos a documentação, que trata da apresentação e eleição de Gaudemiro, a sua bênção e do compromisso dos padroeiros.

Deste templo – e passando agora à arqueologia – ficaram-nos diversas coisas: o dintel de uma porta decorada de uma cruz, ladeada de símbolos astrais, bases e capitéis de colunas, frisos diversos e dispersos pelo claustro actual, algumas pedras sigladas...

A terceira igreja monástica é gótica, dos princípios do séc. XIV, mandada construir pelo Conde de Barcelos, D. Martim Gil – parente de Inês de Castro – e sua esposa, Dona Violante Sanches. Dela e a ela bem anaipada resta o belo claustro gótico. Além do mais, restam outras coisas, como a nave da epístola – hoje inutilizada – o alçado norte, e vários peças de pedraria. Subsiste, para mais, uma bela imagem de Nossa Senhora, embora de pés mutilados, que figuraria no altar da igreja trecentista.

Em 1659 – ou até de pouco antes – começaria a actual igreja, com quatro secções construídas a fundamentis (sacristia, capela-mor, transepto e o nártex...). O corpo da igreja é apenas uma readaptação das estruturas da igreja de 1300. Esta última igreja só acabaria em finais do séc. XVII. É mais estreita que a anterior – da qual desaproveitaria a nave da epístola – mais comprida, porém, que a igreja gótica, já que o nártex da igreja de 1300 que era avançado foi aglutinado pela igreja de 1659, o que iria permitir o aumento do coro-alto, numa altura em que a comunidade monástica era já muito grande.

Foi autor desta planta da igreja de 1659 o monge beneditino João Turriano, do qual daria, uma súmula da sua vida Sousa Viterbo: *Foi filho do architecto italiano Leonardo Turriano, que exerceu em Portugal a sua actividade durante muitos annos, constituindo aqui família.*

E cita Sousa Viterbo os Apontamentos de Frei Francisco de S. Luís (Cardeal Saraiva), a respeito da vida e obra de João Turriano: *Aos 18 para 19 annos tomou o habito de S. Bento no mosteiro de Lisboa, a 29 de novembro de 1629. Sempre occupado nos estudos do desenho, e no risco de obras de architectura, a que o inclinavam os papeis de seu pae, sahio insigne nestas artes. Seguiu os estudos da Congregação benedictina com louvor, e mereceu ser nomeado passante.*

Foi lente de mathematica na Universidade de Coimbra, e el-rei D. João IV o nomeou Engenheiro-mór do reino, logar que seu pae tinha occupado. Serviu a este monarcha 13 annos, e foi o que delineou as capellas-mores das sés de Vizeu e Leiria, além das obras do mosteiro de Alcobaça e das fortificações do reino, em que foi empregado.

Fez a fortaleza da Cabeça Secca, e outras; traçou o mosteiro novo de Santa Clara, de Coimbra; o dormitorio novo e hospedarias do mosteiro das religiosas benedictinas de Semide; o dormitorio novo de Alcobaça; o das Inglezinhas de Lisboa; o novo de Odivellas; o benedictino da Estrella; o de Travanca, e a egreja nova de Santo Thyrsio; e desenhou o mosteiro de Lisboa (a Assembleia Nacional), etc., etc.

Por morte do P. M. Fr. Pedro de Menezes, tambem benedictino, e lente de mathematica na Universidade de Coimbra, occupou Turriano aquella cadeira por votos dos estudantes, em renhida opposição com o dr. Gaspar de Mery, e a leu por varios annos. Falleceu em Lisboa, e jaz na capella-mór do templo de S. Bento da Saude (hoje, Assembleia Nacional), onde tem sepultura com este epitaphio:

*Sepultura do M.R.P. Mestre Frei João Turriano, lente de mathematica que foi na Universidade de Coimbra. Falleceu a 9 de fevereiro de 1679*¹⁰⁴.

Pelos documentos de Santo Tirso, podemos ainda dizer que Frei João Turriano terá feito ainda no nosso mosteiro um grande e belo refeitório para os religiosos da nossa casa¹⁰⁵. Vejamos, primeiro, os começos da construção da igreja:

*(...) Principiou-se à Sanchristia, e se alargarão as paredes conforme a traça que deixou o Padre Mestre frej João Turriano, e no remate da parede se fez o cunhal com alicerces mui fundos obra de grande custo e nesta parede que he o frontespicio da sancristia¹⁰⁶ que há de ser fica feita huma capella de pedraria mui vem laurada com seus diamantes e florins acabada com todo o primor que ha arte pede, e das partes dous almarios grandes de pedra de esquadria que he a principal obra que há de ter a sancristia, e foj de muito custo (...)*¹⁰⁷.

Agora o que respeita ao refeitório monástico, na visita que nos fez, a 6 de Dezembro de 1653, o Abade Geral D. Frei António de S. Bento, Lente Jubilado de Sagrada Teologia,¹⁰⁸: *Ainda que o muito Reuerendo Padre D. Abbade está pera fazer a obra do Refeitório que esperamos seia perfeitissima seguindo em tudo a traça do Pe Mestre frej João Turriano, e fazendo de modo que lhe praticou no que se há de gastar dinheiro concideraue!*¹⁰⁹.

¹⁰⁴ SOUSA VITERBO - *Dicionário Histórico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, INCM, vol. III, Lisboa, 1988, pp.144-145.

¹⁰⁵ Ao tempo do abaciado de D. Mateus da Assunção (1653-1656).

¹⁰⁶ Por aqui se vê quem foi o architecto da última igreja de Santo Tirso e a data da construção da Sacristia, esquecida na epígrafe que dá passagem do átrio para este anexo da matriz.

¹⁰⁷ ADB/UM, Cx. 109, Relatório trienal de D. Frei Anselmo Alvo (1659).

¹⁰⁸ Para além do Abade Geral e seu companheiro, assinam a acta o abade de Santo Tirso – o referido D. Frei Mateus da Assunção –, o Prior, Frei Francisco da Trindade, e mais 7 religiosos do concelho.

¹⁰⁹ ADB *Congregação de S. Bento de Portugal*, vol. 149, ff. inum. O companheiro do Abade Geral D. Frei António de S. Bento, e seu secretário, foi Frei Roberto dos Reis.

Estaria quase pronto a 3 de Dezembro de 1655. De facto, o mesmo Visitador já prevê, nesta ocasião, que, acabada, ficará esta sala da residência monástica *obra estremadíssima Rendemos as graças ao muito Reuerendo Padre Dom Abbade pella obra do Refeitório que acabada sahirá estremadíssima, e porque uistas as contas e o que há de receber ainda, temos por certo há de ter dinheiro pera fazer mais obras lhe pedimos com todo o encarecimento trate logo de mandar cobrir a entrada do Refeitório, e leuantar a parede do dormitório pera que assj fique a obra acabada, e se euittem os inconuenientes que a todos são presentes. Mandará tambem correr os telhados que faltam por concertar antes que uenha o inuerno e concertar o Cano do Chafariz da segunda claustra pera que corra agoa. E sendo possiuel mandara mudar o forno para outra parte por não fazer dano ao forro e pinturas do Refeitório*¹¹⁰.

O Refeitório era grande: de 90x36 palmos¹¹¹ Tomamos a sua descrição do relatório trienal, ou seja, os Estados do Mosteiro:

*Fesse o Refetorio de Nouenta palmos de comprido e trinta e Seis de Largo, todo de Lageado com Seus degraos, e Taburnos azoleiado em Roda de oyto palmos em alto, com Sinco Frestas de doze palmos em alto, e quoaatro de Largo, suas redes e Vidraças todas com Cortinas de olandilha azul; todo forrados de Castanho bem obrado com seus florens, e no meyo do tecto com as armas de Nosso Padre S. Bento estofadas e douradas, e o Pulpito do Leitor com grades de jacaranda bronzeadas, e huma estante dourada e um Candieiro de Lattão, e dous para o meyo do Refeitório de noua emuenção; as portas e almarios oleados; Treze mezas em Roda. Mandaramsse fundir as eminas*¹¹² *de nouo para o que ficão oyto mil reis na mão do Gastador das Obras. Fica também a Ministra Com azulejo Hum Paynel com a Tenção da administração dos Anjos no Dezerto, com seu Caixilho de quoaatro Palmos em quoaatro de meyo Relleuo Dourado e estofado, com suas Cortinas de olandilha azul*¹¹³.

Enfim, uma obra bela e grandiosa, artística de acréscimo, não fosse do projecto de João Turriano – e filho de peixe sabe nadar, que o pai, de Itália, fôra grande engenheiro! – e do zelo esclarecido do grande abade D. Frei Mateus da Assunção...

Para o bom funcionamento do Refeitório, acrescentam os estadistas que o abade sobredito nele pôs 15 toalhas de mesa, mais 88 guardanapos, seis aventais, três talhas de mãos.

Foi sobretudo para esta obra do Refeitório que se gastaria a maior parte dos 1.610.036 reais que do Depósito foram parar ao descargo do Padre Gastador do convento.

Pela sua obra vastíssima e por aquilo que fez em Santo Tirso – particularmente por aquilo que lhe pertence em exclusivo, como é a sacristia, a capela mor... – e, com excepção daquilo a que as peias da mera reconstrução o coagiram, creio ser injusto Alberto Pimentel que só lhe atribui uma dose de bom gosto na preservação do que já antes havia. Injustiça tremenda! Exactamente porque a capela-mor e a sacristia são partes extremamente belas, conjuntos de renascença, embora tardia. A capela-mor, talvez com certo exagero, foi até

¹¹⁰ Assina esta acta, além do Geral e seu companheiro, o Abade de Santo Tirso, com seu Prior. Entre os do Conselho, assina o monge João Tavares que, sendo natural de Santo Tirso, de Argemil, foi depois abade da nossa casa.

¹¹¹ O palmo vale, em Famalicão, 0,21920 m.

¹¹² Quanto à hemina, veja-se o artigo que publiquei, a 16 de Abril de 1999, na ST, na série “No pó dos arquivos...” (n. 87), sob o título *Pesos e medidas no concelho de Santo Tirso*.

¹¹³ ADB *Congregação de S. Bento de Portugal*, Cx. 109. Foram estadistas deste relatório trienal Frei Leandro do Socorro e Frei Vicente dos Santos, que fizeram o relatório para o Capítulo Geral de 3 de Maio de 1656.

considerada a melhor do reino!... No corpo da igreja – não tão belo, de facto –, por quanto, a este respeito, fora coagido pela tarefa de simples acomodação das estruturas da igreja de 1300.

C. O Mosteiro de Santo Tirso e a sua dimensão

1. Era grande o mosteiro de Santo Tirso. Em 1098, dir-se-á *monasterium uidetur multorum monachorum*¹¹⁴. Quando se constrói a segunda edificação monástica (1092), os padroeiros garantem: *fecimus magnum conventum*. Se Mattoso traduz *conventus* por *reunião* – vinte e tantos padroeiros que o seriam, neste momento – a releitura vaticana, na primeira metade do séc. XV, interpreta a dita palavra, como *mosteiro*. Portanto – dizem os descendentes dos fundadores –, *construímos um grande mosteiro*. Mais, em 1147, o soldado inglês, na orla marítima que vai do rio Minho ao Ave, informará o seu destinatário de que, lá para o interior deste último curso de água, se erguia este mosteiro de Santo Tirso. Já soubera que, para o interior do Minho, ficava Tui; e que, para dentro do Cávado, a cidade de Braga. E foi apenas o nosso convento o que lhe disseram ser digno de menção, nas margens do Ave...¹¹⁵ Em 1331, há 26 monges, nesta abadia tirsense¹¹⁶.

O crescimento tornar-se-ia palpável, lentamente, com a mole avolumada das estruturas arquitectónicas.

2. Nós não temos, propriamente falando, o documento da fundação do mosteiro de Santo Tirso. Resta-nos, todavia – e algo que nos consola – o “dossier” de uma questão, datada de 1101, sobre a definição dos limites das dioceses de Braga e Porto, onde, por analepse, se recordarão as origens distantes do convento da nossa cidade. Diziam as testemunhas do processo: *Na era de 1016, Dona Unisco, esposa de Aboazar, fundou na vila de Moreira, junto do curso do rio chamado Ave, no sopé do monte que tem o nome de Córdova, em território portugalense, um mosteiro sob a invocação do mártir Santo Tirso*¹¹⁷.

No decurso do mesmo processo, volta a repetir-se, como eco de refrão que ecoasse teimoso e persistente, a mesma cronologia de 978, como ideia fixa, na memória da comunidade conventual. Um documento importante, veiculado pelo testemunho dos mesmos elementos da comunidade monástica, um século – ou pouco mais –, após a fundação.

O problema dos limites das duas dioceses fôra de solução difícil¹¹⁸. Testemunha importante será o nosso mosteiro. Opor-se-iam os monges de cá, tenazmente, às ambições do arcebispo de Braga. E conseguiriam erguer um dique resistente, face à assoberbância do prelado da metrópole que só parou, na força endiabrada das suas arremetidas, às portas do nosso convento.

¹¹⁴ Carta da doação do Couto de Santo Tirso por Socio Mendes o Bom ao mosteiro de Santo Tirso.

¹¹⁵ *Epistola de expugnatione Olisiponis*, PMH *Scriptores*, p. 393.

¹¹⁶ PT/ADPRT/MON/CVSTST/0272, ff. 281 v.-284. Cf. Cruz, António – *Breve Estudo dos Manuscritos de João Pedro Ribeiro*, doc. n. 112, p. 197.

¹¹⁷ ADB *Gaveta dos Arcebispos, seus privilégios e Jurisdições*, doc. 26, cópia de 24 de Outubro de 1250.

¹¹⁸ Aliás, só em 1893 iria ter solução.

E o texto de 1101, bem conservado no arquivo do mosteiro, vai ser apresentado, sucessivamente, todas as vezes que a dita questão for retomada e discutida na barra dos tribunais. E, com referência continuada, a memória persistente da fundação do nosso mosteiro, no ano distante de 978, e da sua independência diante da pretensa jurisdição do arcebispo.

3. A comunidade primitiva talvez fosse de catalogar-se por entre um dos bastantes *mosteiros familiares* que haveria já, por esta altura, na diocese do Porto. Demais, sob a protecção segura de uma família bem individualizada e concreta: os senhores da Maia. Dela avulta a figura legendarizada do marido de Dona Unisco. E, posteriormente, um dos nomes mais celebrados do dito clã: Soeiro Mendes da Maia, o Bom.

É com este que o mosteiro, já pouco mais que centenário, passará a adoptar a regra de S. Bento (1092). A relação do convento com a família patronal atenuar-se-ia um tanto, com a relação, agora mais estricte, com o bispo diocesano e com a Santa Sé. O mosteiro de Santo Tirso é, pois, uma *filiação*, mais que uma fundação beneditina. De resto, como se vê da carta da doação do Couto, uma tónica acentuada no culto divino: *Não é desconhecido, antes de todos é bem patente o facto de, em honra e reverência da mesma santa e indivisível Trindade, no lugar que se chama Moreira, junto do rio Ave, ao pé de Monte Córdova, para norte, encontrar-se um mosteiro de muitos monges, onde em cada dia, da parte de santos sacerdotes, se imola o sacrifício a Deus, em remissão dos pecados.*

Do mosteiro primitivo ecoarão pelos tempos fora as obras da sua beneficência, em prol dos peregrinos e dos doentes, as duas notas características que mais confundem que distinguem os monges da primeira, em relação com os da segunda fase.

4. Se, de facto, há uma distinção, quanto à comunidade primitiva e à subsequente de 1092, não deixará de haver nesta última uma como que evolução que permitirá reparti-la por diversas etapas, a tomar-se por critério a estrutura jurídica da mesma instituição. A saber, de 1092 a 1395, funciona uma casa religiosa liderada por *abades eleitos e vitalícios*. De 1402 a 1588 – após um período não assim tão curto de vacância e de confusão –, o mosteiro será governado – ou melhor, desgovernado – por abades comendatários, *que também são vitalícios, mas não eleitos pelos monges, nem apresentados pelos padroeiros.*

A partir de 1590 é esta a cronologia com que se iniciará a última etapa: a Congregação. Os abades são agora eleitos pelos *monges, mas não vitalícios. Antes, trienais.*

Há razões também para subdividir o primeiro período desta fase beneditina do nosso mosteiro. Ou seja, a época dos *monges de estricte observância* – em que tudo seria rigorosamente em comum – e os *abades da claustra*, com a divisão tripartida das rendas monásticas que permitem aos prelados, senhores de duas partes (*a mesa abacial*), a possibilidade de dispor das suas coisas, por doação ou testamento.

Quanto a Santo Tirso, sabe-se que a tal divisão dos bens seria já um facto pelo séc. XII.

5. Das obras que avultam no historial medievo da nossa casa, uma referência às três igrejas de que então se tomará conhecimento: a fundação de 978, de cuja memória restará uma só referência literária, o texto de 1101. Depois, o mosteiro de 1092, documentado com textos literários e com dados copiosos da arqueologia. E a dos começos do séc. XIV, primeira parte, de que dão fé depoimentos escritos e abundantes testemunhos arqueológicos, como o grandioso claustro gótico, a nave lateral da epístola, a parede norte da igreja actual, desde a base dos janelões até aos alicerces, e elementos avulsos.

Ainda desta fase, perfeitamente individualizado, o Rego dos Frades, importante obra de engenharia medieva. Por uma légua de distância conduzia as águas do rio Leça até ao mosteiro. Formosa levada, como dirá a meio do séc. XVII, o monge de Santo Tirso e cronista da Ordem, Frei Leão de S. Tomás¹¹⁹.

6. O domínio senhorial era abrangente: dezena e meia de coutos, onde o abade de Santo Tirso, já no decurso da primeira dinastia, manifestará o seu poder interventor. Nestes quinze coutos e honras, exercerá o prelado do mosteiro a jurisdição cível. E, num caso ou noutro, até a do crime. Um deles, para além do de Santo Tirso, se destacava: o de S. João da Foz. Uma fonte notável de rendimentos para os monges tirsenses, como igreja do padroado de Santo Tirso – e igreja *unida!* –, como couto do Abade desta casa, como priorado dependente do mosteiro... Daí as frequentes tentativas dos poderosos, nos ataques aos bens do mosteiro, quer no que respeita à jurisdição civil, quer canónica.

7. Perto de trinta igrejas constituíam a auréola do seu padroado. Sitas nas dioceses de Braga e Porto. E, se uma parte era apenas de simples apresentação, outras eram mesmo *unidas* ao mosteiro, o que lhe trará rendimentos substancialmente acrescidos.

8. As propriedades eram imensas. O domínio directo do mosteiro não tinha conta. Mattoso para a região situada entre o Ave, o Tâmega e o rio Douro, contou, à base das inquirições, a soma astronómica de, pelo menos, 537 casais.

9. A lotação dionisiaca de 1320 calcula o seu rendimento na cota das 8.000 libras, muito acima de outros mosteiros beneditinos, como Tibães, Rendufe e Pendurada, etc. Isto se manterá pelos séculos adiante.

10. O número de frades de Santo Tirso era também muito grande. Já fiz bastantes arrolamentos de monges, ao longo dos tempos. Foi grande e o será quase até ao fim, pelo menos.

Esta população monástica justificará o que já se disse sobre o número de claustros do mosteiro de Santo Tirso. De resto, para explicar o peso desta casa no reticulado da Ordem Beneditina, basta considerar o facto de este convento ter sido eleito como ponto de partida

¹¹⁹ *Benedictina Lusitana*, vol. II, p. 31.

da Reforma. Devia ser também a Casa mãe da Congregação. Era este o plano inicial. Dado, porém, que nenhuma casa poderia ingressar de pleno direito na Congregação, enquanto não renunciasse o Comendatário que a governava – melhor, que a desgovernava! – e dado que o comendatário de Santo Tirso fora “de peso”, neto que era do Papa Paulo III, o Card. Alexandre Farnese, e que só iria renunciar em 1588, após cláusula compensatória mais que vitalícia –; e ainda, como o Abade comendatário de Tibães, entretanto, morrera – o Bispo de S. Tomé, D. Bernardo da Cruz, falecido na Páscoa de 1565 –, os Reformadores não esperam por mais delongas. Antes, foram logo para Tibães e aí assentariam uma nova base para ulterior desenvolvimento do processo da Reforma. Curiosamente, a princípio, mesmo aqui, de maneira provisória, porque, quando estivesse pronto o mosteiro de S. Bento da Saúde, em Lisboa, seria este – no propósito mesmo das primeiras Constituições –, a casa-mãe da Ordem de S. Bento¹²⁰.

Daí o lugar de honra que lhe assentam, ao abade do mosteiro de Santo Tirso: logo de imediato ao que se supunha vir a ser, dentro de pouco, a sede da Congregação: o mosteiro de S. Bento, este em primeiro, ao lado direito. Os próprios Abades Gerais têm consciência deste realce em prol do mosteiro da nossa cidade.

11. A governação da diocese do Porto pelo abade de Santo Tirso, na ausência do prelado portugalense; a estada de vários monarcas no mosteiro; os empréstimos do convento de Santo Tirso ao bispo do Porto e ao rei D. João I; os encargos de que foram incumbidos os nossos prelados, por banda da Santa Sé; a função de inquiridores e de testamenteiros que os reis lhes encomendariam; as inúmeras doações com que os mesmos reis os favoreceram... Dados que elevam bem ao alto a fasquia do mosteiro tirsense.

D. Os claustros do mosteiro

O mosteiro de Santo Tirso, à data da extinção

Mosteiro grande o de Santo Tirso: 4 claustros, ao encerrar, em proporção com o número alargado dos membros da família religiosa que nele habitava.

O primeiro claustro era dos começos do séc. XIV, com quatro galerias, cada uma delas medindo 28,50x3,20 m., num total de 120 colunelos geminados. A galeria superior começou a construir-se no triénio de 1626-1629. Trinta anos depois, estava concluída.

Após a saída dos monges (1834), ficou ao dispor da freguesia. A Junta de paróquia fizera da crasta um espaço cemiterial, vendendo até o chafariz para aumento da área de tumulação, donde, com a abertura das covas, a ruína do claustro, na iminência de desabar. Com os dinheiros do Conde de S. Bento, pôde acorrer-se, em 1896, à sua recuperação, cujo risco se deve ao Prof. Fernando Pires de Lima, que, porém, transformaria o segundo piso deste primeiro claustro, ao substituir as portas rectangulares com sacadas de tradição portuguesa, por portas rematadas em ogiva, carentes então das ditas sacadas.

¹²⁰ *Constituições de 1590*, c. I, p. 7.

O chafariz, do séc. XVII, reconstruído e aumentado em 1773-1734 por Francisco Manuel de Cossourados, após a venda de que atrás se falou, regressaria ao seu lugar de origem – o claustro gótico da nossa matriz – pela iniciativa do grande pároco de Santo Tirso, Mons. Gonçalves da Costa.

O segundo claustro deve-se a D. Frei Plácido dos Anjos, no segundo abaciado tirsense (1629-1632). Continuar-se-iam as obras pelos triénios de D. Frei Máximo de S. João (1632-1635), para rematar no de D. Frei Bento da Esperança (1635-1638).

Por entre 1767-1786, quando se construirá a nova Livraria, na ala norte, e a Sala do Capítulo, na ala sul, alterar-se-ia este segundo claustro. Estas duas alas vão interromper o circuito da claustra, a nível térreo. E dentro da sua área. E ambos os blocos subirão em altura, face às outras alas, a poente e nascente.

Todavia, as duas primeiras – embora do risco do mesmo arquitecto, Frei José de Santo António Ferreira Vilaça – são diferentes, à feição do gosto oscilante daquele monge: mais barroca a Livraria, mais neoclássica a sala capitular. A nível térreo, às portas de simples enquadramento da Livraria correspondem as frestas da Sala do Capítulo. A porta rocaillle de gosto adensado e as sacadas de tradição minhota contrastam com as janelas duplas, de linhas levemente ondulantes e recortadas da Sala do Capítulo.

Singela a fonte deste claustro dos meados do séc. XVII. No triénio de D. Frei Plácido de S. Bento (1743-1748), fala-se da instalação de uma nova fonte no claustro do meio. Logo, no segundo, aquando já da existência de três crastas.

O terceiro claustro. Acabado o segundo, logo se começaria com o terceiro claustro. Ao facto se referiria, a meio do séc. XVII, Frei Leão de S. Tomás, quando fala do avanço da ala nascente sobre o rio, com a achega complementar sua de que já havia duas crastas. A continuação do edifício conventual para sul, com a formação do terceiro claustro, deu ao mosteiro a extensão aproximada dos 170 metros. Como não existem os relatórios trienais dos abades de Santo Tirso, desde 1638 a 1647, não se poderá acompanhar o ritmo desta obra. Sabemos porém de complementos posteriores. Assim, no triénio de D. Veríssimo da Ascensão (1731-1734) por-se-á um chafariz no terceiro claustro. E no triénio de D. Frei Plácido de Santa Maria Maior (1770-1773), há referências a obras nos três claustros. E o mesmo se dirá no de D. Frei Sebastião de Santa Rita. Deste terceiro claustro resta uma galeria de pé. Os arcos e as colunas das outras galerias embelezam hoje a Escola Primária de Santo Tirso...

O quarto claustro – que nunca se acabaria – dele fala o mapa de 1790: *aos quais* (ou seja, os 3 já referidos) *feixa outro mais pequeno que corre a parte do nascente*. Depois, outro mapa, datado de 1867, já após a saída dos nossos beneditinos, onde figura este quarto claustro a que faltava, porém, uma galeria para se fechar. Este servia de Coristado. Daí o nome do Jardim contíguo, com nome alternante com que ainda hoje se conhece: Jardim de Santo António ou Jardim do Coristado, obra do Abade Frei José de Santa Rosa Vasconcelos. Logo o Coristado não era a nobre e elegante construção que ladeia o Terreiro. A esta edificação apalaçada, a sul do dito Terreiro, chamarão Vilhena Barbosa

e José Augusto Vieira as hospedarias. Acrescento: para pessoas de grande qualidade, que nas traseiras ficavam as hospedarias mais singelas, para gente simples do vulgo... De resto, Alberto Pimental dir-nos-á que o Coristado já fora demolido, ao seu tempo, ou seja, finais do séc. XIX.

Por isso não aceitamos a hipótese corrente de que o mosteiro de Santo Tirso era impoluto – entre o povo, nunca teria corrido fama menos digna dos seus monges – por só albergar monges de terceira idade! Tinha, em 1761, Coristado para a educação de jovens, como diz o Mapa que se referiu. E o Bispo do Pará fala de três categoris de moradores, uma das quais os moços, jovens, antes da hipotética entrada no noviciado. Para salvaguarda da sua honra, não precisa – como S. José – do recurso à calvície e às barbas, que conotem redução dos ímpetus da carne à quietude tumular das cinzas.

Enfim, quando se começou a construir a nova igreja de Santo Tirso (1659), já o convento e de posse de três claustros, o que necessário se fazia para albergar os mais de trinta monges que constituíam a comunidade conventual do mosteiro de Santo Tirso. De resto, em concomitância com a erecção da actual igreja, crescia a habitação e serviços monásticos. E continuava a crescer mais e mais, agora com o começo do quarto claustro, o Coristado deste mosteiro beneditino.

[50] *P. 58, l. 2 (ABM) – Rio Ave*

O rio Ave, à semelhança do rio Douro, apresenta uma orientação predominante no sentido leste/oeste, desenvolvendo-se ao longo de 94 km, desde a sua nascente na Serra da Cabreira, na freguesia de S. Estêvão de Castelões, concelho de Vieira do Minho, no limite da província do Minho e Trás-os-Montes, a 1200 m de altitude (LEAL; FERREIRA 1873, 233), até à foz entre Vila do Conde e Azurara onde desagua. Forma uma bacia hidrográfica com 1 390 km² e tem como principais afluentes os rios Este, Pele e Pelhe na sua margem direita e os rios Selho, Vizela, Ribeira de Sedões e Ribeira de Aldeia na margem esquerda. Constitui o principal eixo de drenagem entre a Serra da Cabreira e o oceano atlântico (SCE 1973, 31).

A sua bacia forma uma das mais pequenas redes de drenagem dos principais rios portugueses, apenas comparável às dos rios Cávado e Mira. De configuração bastante assimétrica, apresenta maior desenvolvimento para norte onde se destaca a bacia do rio Este, afluente na sua margem direita, particularmente extenso no seu trajecto inferior. A sua margem sul configura uma bacia muito estreita na sua fase inferior, para se ampliar consideravelmente no seu tramo médio onde recebe o rio Vizela, voltando a retrair-se junto da serra de Monte Córdova, para alargar ligeiramente a sua bacia junto da cidade de Santo Tirso, onde recebe o rio Sanguinhedo, voltando a estreitar-se no seu tramo superior, onde constitui apenas uma pequena faixa de cerca de 2/3 km.

Do ponto de vista geológico a sua bacia desenvolve-se essencialmente entre granitos hercínios que ocupam integralmente a bacia inicial e média verificando-se apenas uma intromissão da faixa de xistos grauvaques, ordovícios e pós-ordovícios, que integram parte da bacia média e final. Os depósitos mais recentes, que criaram terraços fluviais ao longo do rio, são essencialmente formados por cascalheiras de calhaus rolados, que se

localizam na zona de Santiago de Bougado, Trofa, Retorta e Vila do Conde. Os depósitos de aluviões, por vezes muito extensos, formados por lodos fluviais e depósitos argilosos desenvolvem-se, fundamentalmente, na bacia média e final e apresentam perfis que acompanham o curso dos principais afluentes (MARTINS; ARAÚJO; HENRIQUES; TOVAR; MOURA; SOTTOMAYOR 1993, fig. 1.4. a).

Os principais afluentes da margem direita são os rios Agrela, Pele, Pelhe e Este. Este último é o mais caudaloso e que maior superfície drena. Nasce na Serra do Carvalho, a cerca de 460 m de altitude, e corre segundo a orientação nordeste/sudoeste, num percurso de aproximadamente 45 km e desagua junto à povoação de Touguinhó, a cerca de 4 km da foz do Ave (DINIS 1993, 21). A margem esquerda recebe como principais afluentes os rios Selho, Sanguinhedo e Vizela.

O rio Ave, assim como os principais rios do norte de Portugal, apresenta um regime muito irregular, acompanhando, com um certo atraso, o ritmo anual das precipitações. No Verão, invariavelmente, sofre de grandes estiagens e no Inverno de grandes cheias, cada vez mais frequentes devido a factores de ordem climatérica, obras de regularização do leito, construções para aproveitamento hidroeléctrico, ausência de revestimento vegetal, declive acentuado e pelo facto do seu leito ser constituído, na sua maioria, por rochas de permeabilidade reduzida ou muito reduzida, respectivamente granitos e xistos. Normalmente, regista os maiores caudais em Janeiro e os índices de maior estiagem em Agosto e Setembro.

Embora de pequena dimensão foi navegável na antiguidade, tendo sido nomeado como *Avus* por Pompónio Mela, quando refere a localização dos Gróvios, e por Ptolomeu quando alude à localização de um promontório entre os rios Neiva e Ave.

“(…) ... *sed a Durio ad flexexens Grovii fluuntque per cos Avo. Celadus, Naesis, Minius, et cui oblivionis cognomens est Limia...* (…)” (MELA III, 10).

Em época romana a sua importância na rede de cursos água navegáveis a partir da fachada atlântica deve ser valorizada no contexto do comércio de longo curso e no abastecimento das povoações limítrofes e da cidade de Braga, uma vez que, segundo alguns autores, era navegável até às Caldas das Taipas, a cerca de 9 km de Braga (LEMONS 1999; BLOT 2003, 178; MORAIS 2005, 60).

Na Idade Média constituiu uma fronteira administrativa, civil e religiosa de demarcação entre o Porto e Braga.

[51] P. 59, l. 2 (ABM) – Rio Vizela

O rio Vizela, principal afluente do rio Ave, desenvolve-se predominantemente no sentido nordeste/sudoeste, evoluindo para uma orientação leste/oeste, sensivelmente a meio do percurso. Percorre aproximadamente 50 km desde a sua nascente no Alto de Morgaí, freguesia de Gotim, concelho de Fafe, a cerca de 472 m, até à confluência com o rio Ave, a cerca de 5 km da cidade de Santo Tirso, no lugar de Caniços. Os seus principais afluentes são os rios Ferro e Bugio, ambos situados na sua margem esquerda. A sua bacia hidrográfica drena uma área aproximada de 342 km².

[52] *P. 59, l. 5* (ABM) – Rio Este

Nome atribuído devido ao facto da sua nascente se localizar a leste de Braga, num local conhecido por Vale de Este, na freguesia de São Mamede de Este, entre a Serra do Carvalho e a Serra dos Picos. Atravessa Braga, Cambeses e Nine dividindo as freguesias de Rates e Balasar na Póvoa de Varzim. Desagua na margem direita do rio Ave a 4 km de Vila do Conde, na freguesia de Touguinha.

[53] *P. 64, l. 2* (ABM) – Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso

A Fábrica de Fiação de Tecidos de Santo Tirso nasceu de uma disposição testamentária do Conde de S. Bento, executada pelo seu sobrinho José Luís de Andrade. Este benemérito tirsense deixou um legado destinado à construção, na vila de Santo Tirso, de uma fiação de algodão, a exemplo da Fábrica do Rio Vizela. No contrato estabelecido com a Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, datado de 21 de Fevereiro de 1894, identifica-se esta instituição como obrigada a executar a vontade testamentária do Conde. O concurso lançado em 1895 foi ganho pela sociedade “Vavasseur, Hagreaves & Costa, em comandita”. A escritura celebrada no ano seguinte, a 26 de Maio, transferiu para a sociedade parte dos terrenos da Quinta de Fora, propriedade do antigo mosteiro beneditino, e o capital inicial de 10.000\$000 reis, que seria duplicado pela sociedade.

A execução testamentária obrigava ainda a sociedade a empregar 50 trabalhadores locais. A construção do espaço fabril iniciou-se ainda em 1896. Dois anos depois, o engenheiro inglês Thomaz Heywood, montava uma máquina a vapor e iniciava-se a produção. A sociedade vencedora do concurso era composta por doze sócios, industriais e comerciantes de Santo Tirso e da cidade do Porto – Tomás Hargreaves, industrial; Honoré Vavasseur, industrial; João Gualberto, industrial; Adriano de Sousa Trepa, Funcionário Público; António Gualberto Soares, industrial; António José de Sousa Guimarães, comerciante; António Ribeiro Moreira, comerciante; Eduardo Veloso de Araújo, proprietário; Júlio de Moura Monteiro, proprietário, Dr. José de Sousa Coelho, médico; Felisberto de Moura Monteiro, capitalista; Maria Emília de Jesus Magalhães, proprietária; Diogo José Cabral, proprietário; Victor Haettich, industrial.

A primeira gerência da empresa foi constituída por Tomás Hargreaves, engenheiro de filiação inglesa; Honoré Vavasseur, alsaciano e director técnico da Fábrica de Fiação e Tecidos do Rio Vizela e João Gualberto Costa, industrial portuense. A fábrica ficou concluída em 1900. Neste ano instala-se a luz eléctrica no estabelecimento fabril, que em breve chegaria à outrora vila de Santo Tirso. Durante o século XX a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso adoptou várias designações fruto da sua história. A empresa verticalizou o seu processo produtivo, tornando-se o algodão a sua principal matéria-prima. A sua produção era destinada ao mercado nacional e às colónias. Após a revolução de 1974 a empresa orientou as suas exportações para o mercado estrangeiro. A elevada qualidade dos seus produtos e as transformações técnicas do sector ao longo século XX garantiram-lhe um lugar de destaque entre a indústria têxtil da região. Os seus técnicos

alimentaram a criação de várias empresas ligadas ao sector. O impacto desta empresa na cidade de Santo Tirso, e na região, pode ser aferido pelos milhares de trabalhadores que aí laboraram. A empresa possuía um bairro operário construído ao longo de várias décadas com o propósito de garantir alojamento para os seus técnicos e quadros intermédios. O processo de desindustrialização que atingiu o Vale do Ave nas décadas de oitenta e noventa do século passado provocou o claudicar e posterior encerramento da unidade industrial. A empresa encerrou as portas em 1993.

[54] *P. 64, l. 4* (ABM) – Castro da Torre, Areias

Torre, Areias, Santo Tirso

Castro / Torre medieval

Lat. – 41° 21' 21" N

Long. – 8° 28' 33" W (meridiano de Greenwich)

Alt. – 63 m (C. M. 1:25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

O Castro da Torre encontra-se implantado sobre um pequeno promontório da margem direita do rio Ave, na freguesia de Areias. A plataforma superior do monte está hoje terraplenada e parcialmente ocupada por uma capela e um coreto que, praticamente, destruíram a totalidade dos vestígios arqueológicos.

O acesso ao povoado pode fazer-se a partir da cidade de Santo Tirso, através da EN 204 no sentido de Famalicão. Após entrar na freguesia de Areias segue-se até ao lugar da Torre que se localiza no sopé do castro.

O povoado apresenta uma plataforma superior de planta oval, relativamente plana, definida pela curva de nível dos 60 m. As características topográficas das vertentes conferem condições naturais de defesa razoáveis, com excepção da face norte, que corresponde a uma zona de ligação ao interior, cujo pendor é mais suave.

A identificação de materiais arqueológicos encontra-se bem documentada tendo-se registado descobertas significativas no momento da construção de uma moradia na vertente sudeste, onde, a cerca de três metros de profundidade, apareceu, segundo o relato do construtor, “uma rua lajeada, muita cerâmica e pedras aparelhadas”. Na abertura do acesso à capela também apareceram “alicerces de casas e muita cerâmica”.

A análise dos materiais cerâmicos sugere uma ocupação relativa à última fase da Idade do Ferro, período romano e época medieval. Desta última há notícia da existência de uma torre, demolida no séc. XIX, para utilização dos seus materiais construtivos na edificação da ponte sobre o rio Ave, em Santo Tirso (LIMA 1956, 222-223)¹²¹.

¹²¹ Sobre o paço senhorial da Torre e seu domínio, veja-se – Francisco Carvalho Correia «*Jornal de Santo Thyrsso*» de 2, 9, 16 e 23 de Outubro de 1987 e 28 de Outubro de 1988.

O conhecimento da existência do castro por parte da edilidade tirsense remonta, pelo menos, à década de cinquenta do século XX, momento em que o Dr. Alexandre Lima Carneiro, na qualidade de presidente da Câmara Municipal, sugeriu a sua aquisição (Sessão de 12 de Abril de 1955).

Apesar das inúmeras referências históricas e arqueológicas ao monumento este nunca foi alvo de qualquer intervenção arqueológica.

Bibl. - COSTA 1706, 324; PIMENTEL 1902, 64; LIMA 1956, 222-223; SANTARÉM 1956a, 20; SILVA 1986, 83, n.º 337; CORREIA 1989, 36-38; QUEIROGA 1992, 168, n.º 241; DINIS 1993, 59-60; MOREIRA 2004a, 27.

[55] *P. 80, l.1* (FCC) – O Conde de S. Bento. No bicentenário do seu nascimento Não se nasce adulto feito. Nem se fica homem que eternamente palmilhe este mundo de Cristo em que vivemos. Todos ficamos sob o domínio da lei inexorável do tempo! O homem nasce, cresce e morre... O caso bem o figurou Goya, no Saturno que devora os seus próprios filhos. Não se eterniza. Só na memória da comunidade. Quando acontece de o ficar!...

O Conde de S. Bento também nasceu. Eternizou-se, porém, na memória da comunidade. Nasceu do nada! Da singela humildade de uma aldeia rural, uma família de caseiros, na Quinta de Poldrões. Sem nomes pomposos que divisassem um sangue de outra cor que não o vermelho. Domingos José Ribeiro e Rosa Maria Martins, os responsáveis-mores do lar paterno. Tão singelos que não deixarão sequer sonhar brasões de fidalguia, onde nas veias apenas sangue azul e limpo, ele só, circulasse. O futuro Conde de S. Bento transpôs o limiar do seio materno, a 28 de Agosto de 1807. Faz hoje, exactamente, 200 anos¹²²...

1. Sonhador! Isso, sim, desde miúdo. À frente dos bois, guiando-os pela sogá, ao passar pela fachada grandiosa do mosteiro de Santo Tirso, quantas vezes se perdeu do ritmo lento e compassado dos bovídeos pelos meandros nebulosos de um futuro, sumido a um esboço na esperança longínqua de que pudesse alimentar gado seu e sua família nos prados verdes de românticos marachões, onde os frades louvavam a Deus e os frutos nos campos medravam ao suor do seu rosto.

E assim, nesta deambulação, mesclada também de outros projectos vagos e indecisos, como todos, começaria também de antever mares, sem vagas rumurosas, sem noites de tempestades, assim planos, como o grão de milho corando ao sol, estendido na larga eira da casa paterna.

O mistério seduz, como do precipício a vertigem. E o nosso Manuel José Ribeiro, o menino pobre de uma aldeia rural, com 11 anos tão só, afoitou-se, corajoso e decidido, lançando-se de cabeça ao regaço da aventura.

¹²² A primeira parte desta conferência far-se-ia na Sala da Cultura da freguesia de S. Miguel das Aves, terra da naturalidade do Conde de S. Bento, no dia 28 de Agosto de 2007. O Manuel José Ribeiro nasceria a 28 de Agosto de 1708. Seria baptizado dois dias depois, a 30 de Agosto pelo coadjutor das Aves, o P.^{re} António Álvares Pereira. No assento se registariam os seus avós: os paternos – Gregório Francisco e Custódia Ribeira – e maternos, a saber, José Martins e Eufrásia Maria, todas da freguesia das Aves.

Como o ferro, a têmpera da vontade também no fogo se prova. E de fogo fora a fome inquieta da ousadia: duas experiências trágicas! A primeira de total frustração. Realmente, na primeira tentativa experimentara o in xito completo do fracasso. Num assalto dos corsários ao navio, por alturas da Madeira, em 1818 – tinha, apenas, 11 anos, não se esqueça - interrompera-se-lhe o sonho no pesadelo lúgubre dos piratas do mar. De tudo, ele como todos os seus companheiros de viagem, foram espoliados. Do rosto escarninho dos ladrões apenas a esmola sumida do retorno no rude aconchego de uma frágil embarcação. Na mesma altura, e vítimas do mesmo acidente, outra meia dúzia de barcos sofreriam da mesma sorte.

2. Connosco ficaria para sempre sepulto no sono da morte o sonho do Brasil. Não foi assim com o futuro Conde de S. Bento. Manuel José Ribeiro não era homem que desistisse. A dureza do trabalho e a firmeza da vontade forjaram-lhe uma têmpera de a o. E, logo no ano seguinte, dava segunda edição   experiência de tr s. Não sei se o barco era melhor ou pior que o primeiro. Sei que, da segunda vez, se os piratas o não atormentaram, afligiram-no agora as ondas inquietas e as marés alterosas¹²³. E o oceano voraz, já próximo do Brasil, engoliu a frágil embarcação. Pobres escaleres e jangadas de recurso, porém, l  iriam plantar os embarcad os no regaço da ilha de Marajó. Na tormenta da vida, onde não chega o magro recurso do homem, sobeja a mão favorável da Providência divina: um fazendeiro correu em auxílio dos náufragos. E carinhosamente os depositaria no solo firme de Belém do Pará O que nunca se esperava, com certeza, é que num corpito de gente miúda vingasse força de tanta ousadia!

De qualquer forma, estas crises que agora experimenta, levarão mais tarde o seu coração bondoso e altruista, a deixar no testamento recursos financeiros aos embarcad os que aportassem a terras da Vera Cruz. Press gio de novas tragédias e votos de outras sortes que as houvessem de atenuar...

3. A segunda foi já de vez, que de uma terceira não precisou o tirsense Manuel José Ribeiro. Pelo g nio, f -lo-ia, se necessário ainda o fosse! Com muitos perigos, sim,   mistura, mas já quando compatriotas seus, por mais de 300 anos, em condições de muito maior precaridade e de  ndice de insucesso de maior elevação se tinham afoitado a empresas de igual feito... E o exemplo dos outros   também livro aberto, donde, igualmente, se colhem lições. E Manuel José Ribeiro bem lhas retomou na audácia do seu projecto.

Agora, em terra firme de  den sonhador, uma vida que se reparte por duas fases. Depois de alguns dias, encontrar-se-  com um seu conterrâneo Manuel Luís de Paiva. Este ajudou-o no arranjo de uma primeira profissão. Met -lo-  como empregado   sombra de um patrão, o comendador José Bento da Silveira. Logo depois, de José Pais de Sousa. Estas duas carreiras sucessivas de empregado comercial ficariam truncadas pela guerra que, da Inconfidência Mineira surgindo, se revelar  cada vez com mais força em solo brasileiro.

¹²³ Atribuiu-se este caso ao fen meno chamado de Macar o ou prororoca: fen menos que se observam frequentemente, por ocasião das conjunções da lua, na embocadura do Amazonas.

E o agora vigoroso grito do Ipiranga ecoou forte na alma do nosso Conde¹²⁴. Para lhe corresponder alistar-se-ia, primeiro, na guarda policial. Quando esta, porém, se extinguiu, passaria à guarda nacional.

4. E, serenados que foram os ânimos, uma nova etapa na vida de Manuel José Ribeiro: a de comerciante por conta própria, durante uns bons 37 anos, tantos quantos vão decorrer de 1837 a 1874. As coisas lá lhe iam correndo de feição. O negócio prosperava. Fora-lhe tormentosa a chegada até ao Brasil. Mas a coragem, a tenacidade e o suor articulavam-se na polarização rectilínia do sucesso. Ao sobrinho¹²⁵, que o coadjuvava, acabou por o integrar na sociedade mesma da própria empresa. Falavam ao sobrinho, com melhor eloquência, os laços do sangue, que virou costas às admoestações do adagiário popular: *não sirvas a quem serviu*. E, desta feita, era o povo que falhava.

Assim coadjuvado e bem servido, começará o Manuel José Ribeiro, a partir de 1866, a viajar ao encontro do seu Portugal, onde passaria o Verão, para regressar ao Pará e Amazónia, por ocasião do Inverno.

Deviam ser unha e carne o tio e sobrinho De relações amistosas entre si, que, em 1872 – aquando das disposições de sua última vontade – o futuro Conde de S. Bento lhe endossará o múnus confidencial de seu testamenteiro. Mais, num pormenor do documento, ao final, nomeá-lo-ia herdeiro ainda de grande fatia do remanescente, que dele teria o usufruto. E que, seguindo as pegadas do tio, de tudo dispusesse em favor de corporações religiosas e de estabelecimentos de caridade, destino que deixaria se concretizasse ao sabor do critério do José Luís. O que, de resto, só demonstra a consonância perfeita que entre os dois reinava à perfeição.

Estes sentimentos perduraram na alma de José Luís de Andrade, que no seu testamento, acabará por confessar, com toda a sinceridade: num legado de 100 missas, inclui *o seu tio e senhor Conde de S. Bento, a quem venerei, quando vivo, e por quem sinto a saudade mais intensa e o respeito, ainda, o mais profundo: Consola-me deixar gravado n'estas palavras o testemunho da eterna gratidão, a que tão carinhosa e paternalmente me obrigou*.

¹²⁴ Logo que D. Pedro, a 9 de Janeiro de 1822, diante dos representantes da Câmara, garantiu a sua permanência no Brasil, contra os decretos das Cortes de Lisboa, de 29 de Setembro de 1821, pronunciando o seu “Fico”, o Príncipe polarizou todas as energias autonómicas do povo brasileiro.

¹²⁵ O sobrinho José Luís de Andrade nasceu na Quinta de Vilaverde, S. Tomé de Negrelos, a 25 de Setembro de 1832. Era filho de Joaquim José Luís e de Maria Rosa, casados em S. Tomé de Negrelos a 23 de Maio de 1824. Os avós paternos de José Luís de Andrade chamavam-se António Luís e Maria de Jesus, de S. Tomé de Negrelos; os avós maternos Domingos José Ribeiro e Rosa Maria - os pais do Conde de S. Bento -, da freguesia de S. Miguel das Aves. Dois dias depois, seria baptizado o José Luís de Andrade pelo Vigário de S. Tomé de Negrelos, o P.^{re} João Alves Neto. Não sei, ao certo, quando José Luís de Andrade teria imigrado para o Brasil. Não teria ido de imediato para junto do tio, que o vemos também caixeiro doutros proprietários nas Terras de Santa Cruz. Deles se lembrará – e com saudade – no seu testamento, com data de 14 de Julho de 1899 (Cf. *Santo Thyrsô de Riba d'Ave*, p. 137). Sei que tinha um belo palacete em Santo Tirso, de feições neoclássicas. Mas nunca deixava de visitar, em fins de semana, sempre que cá estivesse, a propriedade que veio a possuir, na paróquia da sua terra natal, a Quinta da Renda. Morreu em 24 de Julho de 1899, na morada que fora do Conde de S. Bento, no Campo 29 de Março (hoje, Praça Conde de S. Bento). Cf. MARTINS PINHEIRO, P.^{re} Luís Gonzaga – *José Luís de Andrade*, em *Ave. Cadernos de Cultura*, n. 9, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999.

5. Sentia-se, entretanto, já gasto dos trabalhos e preocupações. De resto, escudado na competência experimentada do sobrinho e na sua indesmentida fidelidade, endossa-lhe o Conde de S. Bento as responsabilidades da firma. E parte em busca da Pátria, numa viagem alongada de regresso: América do Norte e Europa, pela Inglaterra.

Dinheiro amealhara muito, que, porém, não o amesquinhou. Fará casa em Santo Tirso, na Rua da Lagoa, em 1875. Simples e acolhedora. A uma vida lhana de espírito e alma - na terra chã nascera, nela medrara e dela nunca se divorciará - adicionaria o saboroso condimento de uma bondade generosa. Se muito houve de amealhar, de o distribuir melhor o soube também: em obras sociais de filantropia, como de manifestações de religiosidade, muito ao sabor do povo português.

Quando miúdo, da minha avó materna ouvira recordações da sua infância: passava o velho Conde pela estrada, cansado dos trabalhos de outrora do Brasil e dos anos que, agora, mesmo ao descanso, lhe pesavam. E logo as pessoas acorriam de dentro da habitação, oferecendo um banquinho, onde aquele brasileiro, com ar de contentamento, acedia a repousar. E na conversa, em diálogo franco e sorridente, como se de velhos amigos de longa infância se tratasse!

Os reconhecimentos, como sempre acontece, vieram primeiro do vulgo, que assim venerava quem tão pressuroso se enternecia pelo sofrimento dos pobres e infelizes e que, satisfeito, especialmente nas festas religiosas, partilhava com todos da alegria comum.

Alimentado no seio de uma família de profunda sensibilidade cristã, nunca se alienaria com o enxerto abastardado da fome do dinheiro e com os ideários político-religiosos promíscuos que contaminavam a alma cristã do Brasil. Ainda em Santa Maria de Belém, em Terras de Santa Cruz, organizou, à sua custa, duas famosas solenidades: a festa na Igreja da Trindade e outra no santuário da Nazaré, nas vizinhanças do Pará. Manteria a sua fé e a sua alma benevolente e compassiva, como se pode ver, depois, na sua acção persistente, em Portugal, e ainda pela confissão da sua fé cristã no momento solene das suas disposições testamentárias. Bem assimilara a crença humilde e folgasa do povo português. Em todos os domínios se equiparara à sua gente: nas expressões da sua religiosidade, na simplicidade da sua alimentação e vestuário, na sobriedade da sua habitação, na partilha comum da sua alegria. Toda a gente conhecia a sua afabilidade e a sua humildade. Uma vez, o Conde de S. Januário, falando com o ainda Visconde de S. Bento, dele havia de recolher esta impressão: *nunca na minha vida encontrei um milionário mais humilde!*¹²⁶

Testemunha Alberto Pimentel que bem o conhecerá:

A sua generosidade começou a fazer-se sentir na promptidão e largueza com que atendia todos os pedidos para subsidiar festas religiosas e institutos piedosos no concelho de Santo Thyrso ou fora d'elle.

Manoel Ribeiro era o typo do "brasileiro" bom homem e, caso notável! voltára com todas as crenças com que tinha partido. As pompas do culto catholico deslumbaravam-no, e, conservando

¹²⁶ PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Ribe d'Ave*, p. 85.

sempre os seus habitos de minhôto, gostava das romarias concorridas, dos arraiaes ondeantes, das illuminações vistosas, dos fogos de artificio imaginosos.

Todas estas circumstancias lhe conquistaram aura popular; postoque elle, modestamente a não procurasse.

Vivia sobriamente, sem apparato, não perdendo nunca de vista a sua origem. A primeira casa que em Santo Thyrso habitou, era modestissima, na rua da Lagôa. Jamais deixou de ser povo e, por isso, cria com o povo, gostava de se divertir com elle e como elle, tinha sempre a algibeira aberta para tudo quanto ao povo pudesse ser agradável ou util.

Não discutia orientações; comprazia-se em attender todas as que solicitavam a sua generosidade. Se lhe pediam dinheiro para uma escola, dava-o; se lh'o pediam para um fogo de vistas, não o recusava também. Era um bom, que precisava ser bem dirigido, porque elle não sabia dizer que não.

O seu desapego ficou proverbial no acontecimento que se registara no “Portugal Antigo e Moderno” e que da pena de Pinho Leal sairia. Com certeza, facto irrepetível na história do comum:

O Commendador Manoel José Ribeiro natural de Santo Thyrso (concelho, freguesia de S. Miguel das Aves) e que no Brazil adquiriu uma boa fortuna, recebeu na data acima indicada (Junho de 1876) uma carta do seu procurador no Pará, na qual lhe participava o fallecimento de um amigo, que lhe deixou por testamento duzentos e oitenta contos de reis.

O legatario, que sabia que o seu amigo tinha parentes pobres, mandou uma autorisação legal ao seu procurador, para desistir da herança em favor dos membros da família do testador¹²⁷.

Mais do que a distribuição do que se tem será a renúncia a maior posse o argumento mais decisivo do desapego! Parece que a fome se agudiza, à medida que o estômago se intumescer! Convidado para a solenidade da Senhora do Rosário de Areias, ele mesmo no papel de juiz, fez a festa. E mais: brindou a gente, asfixiada na construção da nova igreja, onde o fôlego, ao termo da capela-mor, lhe veio a faltar, com a promessa cumprida do corpo da igreja do novo templo, à sua custa tão só!¹²⁸

O CONDE DE S. BENTO (FCC)

Muito lhe deve a cidade de Santo Tirso! Se o couto pluricentenário prepararia o município tirsense, o vigor da responsabilidade que os diplomas liberais lhe adossaram esse injectou-lhe ao nóvel concelho o Conde de S. Bento. Sabemos que, em 1882, estavam à venda as casas e as quintas do mosteiro. Eram de vários as cobiças e pretensões. Se, em vez do nosso Conde, os adquirisse o bem conhecido argentário de Santo Tirso o famoso Custódio Gil

¹²⁷ Vol. VIII, p. 610.

¹²⁸ CARVALHO CORREIA, Francisco – *Freguesia de Areias, Santo Tirso. Vol. III/1: Do sec. XVI ao sec. XX. A vida religiosa de uma comunidade*, Areias, 2005, pp. 105-112.

de Refojos – um dos candidatos –, muito diferente de hoje seria a rede urbanística de Santo Tirso, na parte norte da cidade, bem como o progresso social das nossas gentes, aos finais do séc. XIX e começos do imediato.

O Comendador José Pinto Soares, cunhado do ministro Passos Manuel, em 1839-1840, comprara em hasta pública as casas e quintas do mosteiro beneditino de Santo Tirso. Morrerá, uns trinta anos depois, por 1871. No inventário e partilha dos bens que se seguira, a viúva, para salvaguardar em seu poder os ditos bens, viu-se obrigada a hipotecar as casas e quintas que dos nossos bentos foram, contraindo um empréstimo das mãos do capitalista Custódio Gil dos Reis Carneiro, de Refojos. *Que precisava – dizia a viúva Dona Maria da Conceição de Castro Soares – da quantia de vinte e dois contos de reis não só para satisfazer a quantia que pedira de emprestimo para entrar em deposito na Cidade do Porto, importancia da licitação dos bens que lhe forão adjudicados no Inventario de José Pinto Soares, mas tambem para costear as despesas do fabrico de seus bens, e satisfazer outros encargos com que se acha onerada, se valera do primeiro outorgante pedindo-lhe que lhe emprestasse a referida quantia de vinte e dois contos de reis, a juro de seis por cento ao anno, ao que o mesmo primeiro outorgante annuiu, emprestando-lhe effectivamente a mencionada quantia com o vencimento do dito juro.*

Dona Maria da Conceição assinará a hipoteca a 9 de Agosto em 1871¹²⁹, que condicionada como fora, por juros elevados e por outras exigências de forçada e reforçada constrição, fazia de espada de Dâmocles apontada, a cada instante, à sua cabeça. Ânias de morte a afligiam, a cada hora. Toda a gente suspeitava, em Santo Tirso, que os bens iriam irremediavelmente cair nas mãos de Custódio Gil¹³⁰.

Três anos depois, porém, eis que chega a redenção. Mais do que para a viúva, de esperança para o povo da nossa terra. De facto, os tirsenses iriam preferir e apoiar outra alternativa. Exactamente a daquele que, logo de entrada, num plano acima da mesquinhez dos políticos, concentrava, na altura, as suas preocupações na comunidade de que era membro, no seu bem-estar humano e religioso, no alento das suas esperanças e no calor das suas alegrias, no remédio das suas penas e no conforto das suas canseiras. Era o Conde de S. Bento. O povo, ao senti-lo, apoiava-o. Sem filhos e com muito dinheiro, sem fim à vista desarmada... E, com provas logo bem conhecidas de uma generosidade sem trela que a contivesse, acreditava o povo numa fruição cada vez mais pública e alargada das pertenças do “brasileiro”. Pois, com geral contentamento, a viúva do Comendador Passos selaria contrato com o nosso Conde de S. Bento.

Sei que a viúva, afogada de dívidas e de hipotecas, via-se de corda apertada ao pescoço. E que, na sua aflição, começaria a manter conversações com o Conde de S. Bento. O povo, sabedor destes contactos e do bom caminho por que as coisas iam rumando, acalentava mais e mais a sua fé. E, realmente, a 27 de Fevereiro de 1882, Dona Maria da Conceição Castro Soares venderá as suas propriedades de Santo Tirso que monásticas o tinham sido, ao nosso Conde. O povo exultou de contentamento. E a viúva respirará de

¹²⁹ Nas notas do tabelião António Caetano Correia do Amaral.

¹³⁰ Note-se que as Quintas e casa do mosteiro, em 1871, foram avaliadas em 26 contos, com o rendimento líquido anual de um conto. E o Custódio Gil emprestara vinte e dois contos, a juros de 6 por cento, com cláusulas de demasiado rigor.

alívio: receberá do benemérito 37 contos, o que lhe permitirá remir-se da hipoteca a que a forcara Custódio Gil e ainda ficaria com algum mais para uso de proveito próprio. E tal era a confiança de Dona Maria da Conceição na pessoa do brasileiro *que deixará - diz ela - a totalidade do preço nas suas mãos* – das do Conde de S. Bento -: *para d'ella serem pagas por elle quaesquer dividas ou ónus a que legitimamente sejam obrigadas as quintas aqui vendidas de modo que a vendedôra só receberá da mão do comprador a parte do preço mencionado que restar depois de pagas como dito fica as referidas dividas ou ónus.*

Providencial este gesto. Daqui vai nascer o grande desenvolvimento urbanístico e social da cidade de Santo Tirso, como se vai ver de imediato. E outras obras de grande impacto social e cultural, de que adiante se falará, em pormenor.

A urbanização da Cidade de Santo Tirso. O Papel do Conde de S. Bento

Um momento providencial na conformação da nossa cidade: a alteração do trajecto da estrada Porto-Guimarães. Até meados do séc. XIX, a via em questão tangerá apenas perifericamente a nossa cidade: do Picoto, desviava-se para leste, rumando aos Carvalhais. E logo descia pelo Tapado, para, em Frádegas, palmilhar directa na cata de Guimarães.

Pois, no contexto desta revolução que agora se vai despoletar – a introdução da dita via pelo interior da “Rua”, o coração da cidade – brotariam duas ideias verdadeiramente geniais: a construção, a sul, do Campo 29 de Março (1860); e, já no extremo norte, a compra das quintas e casas do mosteiro por parte do Conde de S. Bento (1882), o que tudo permitiria se metesse a dita estrada Porto-Guimarães pelo interior da cidade e se consumasse o novo mapa geográfico da cidade de Santo Tirso. E, se o Custódio Gil dos Reis Carneiro iniciou a revolução urbanística da nossa cidade, o Conde de S. Bento daria ao projecto a sua consumação definitiva.

Vejamos esse acontecimento nas diversas etapas, por que se iria desenvolver este processo.

1. A revolução urbanística de Santo Tirso na segunda metade do séc. XIX

1.1 O coração da cidade

Como se disse, a construção do que é hoje a Praça Conde de S. Bento foi decidida a 29 de Março de 1860, depois que a vereação de Santo Tirso decidira meter pelo interior da vila, a estrada Porto-Guimarães. Para isso alargar-se-á, primeiro, o Picoto – hoje, Praça Camilo Castelo Branco – e se compraria o Campo do Santarém, para a construção daquela Praça. Novos arruamentos a iriam então ladear sobre pisos de velhos carreiros, como a Quella do Pires¹³¹, a Rua das Taipas e a Rua da Lagoa, onde o Conde de S. Bento erguerá a sua mansão. A ligação do Picoto com esta nova Praça¹³² far-se-ia a 21 de Fevereiro de 1861.

¹³¹ Início da Rua Sousa Trepa (?).

¹³² Esta nova Praça tinha o nome original de Campo 29 de Março, porque nesse dia fora programada. Depois, ao sabor do rodar da vida política, se crismaria de muitas maneiras: Praça do Conselheiro Campos Henriques, Praça da República, Praça do Conde de S. Bento, a actual designação que se deverá a uma iniciativa do Dr. Alexandre Lima Carneiro, quando, pela década de 1950, assumiu a liderança da Câmara de Santo Tirso. Cf. CARVALHO CORREIA, Francisco – *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. II, pp. 497-508.

Presidia ao município tirsense o político progressista Custódio Gil dos Reis Carneiro. O desenvolvimento ulterior desta estrada pertenceria, agora (1862-1864) a um rival político de Custódio Gil, a saber, Justiniano de Sousa Tropa. Para o caso, aproveitará o esboço de um projecto da pena do Capitão de Engenharia José B. M. Mouzinho de Albuquerque.

Aqui mesmo, propostas várias serviriam de estorvo à progressão da nova via Porto-Guimarães. Houve quem a quisesse enfiar pela Rua de S. Bento que, ao séc. XVIII, os monges teriam feito rasgar. Outros, talvez com uma visão um pouco mais ambiciosa e de melhor clarividência, optariam por um rumo um pouco mais a ocidente, pelo interior da Quinta de Fora. E acabaria por vencer esta última hipótese. Em 1863, o Largo de Santo António – hoje, Largo Coronel Baptista Coelho, com uma ermida do que os nossos querem lisboeta e os de Itália padovano – que resvalava espreguiçada e progressivamente em declive –, dele se fará uma redistribuição por duas plataformas, com a de nível inferior a retirar as possibilidades de segurança aos alicerces da capelinha¹³³, com um muro de suporte, feito em 1866, ao qual, posteriormente, Joaquim Moreira¹³⁴ adossará as cabines¹³⁵. Assim e por este andar, a estrada Porto-Guimarães alcançaria o coração do medievo Cidnai, avançaria arrimada paredes-meias com o grosso paredão, retalhando, logo de imediato o que fora o tecido agrário extenso da Quinta de Fora que tinha sido dos monges tirsenses. Desta forma, nascerá a Rua Francisco Moreira¹³⁶.

Ora a abertura desta nova artéria sugeriu, de imediato, a criação de uma nova Praça, o que é, hoje, o Parque Dona Maria II. Dizia uma canção popular:

*A rua de Santo Thyro
De longe parece villa.
Tem um cravo na entrada
E uma rosa na sahida*¹³⁷

À rosa da entrada, o cravo da saída, a verde esmeralda incrustada no anel do noivado. O último retoque de beleza na continuação deste mapa urbanístico da nossa cidade e onde vai ter papel preponderante a figura do Conde de S. Bento.

As coisas suceder-se-iam em catadupa, desde o alvorecer, a rosa, no Campo 29 de Março, até aqui, ao cravo, na saída (o Parque D. Maria II).

¹³³ Foi demolida a capela de Santo António, nesta altura.

¹³⁴ Que fez o Teatro Eduardo Brazão.

¹³⁵ Por contrato de 9 de Janeiro de 1868, o mestre ferreiro José Neto de Carvalho arremataria sobre o paredão os pilares, com as respectivas grades de ferro. A escadaria dupla, decorada de painéis históricos de azulejaria, que põe em comunicação as duas plataformas, dever-se-á ao grande arquitecto Marques da Silva, em 1926. José Marques da Silva que nascera no Porto, em S. Veríssimo de Paranhos, na Rua de Costa Cabral, trabalhara em Santo Tirso, em arruamentos e jardins, nesta data. Quatro anos depois, fará arranjos na Casa de Manuel Gil dos Reis Carneiro, em Refojos, no nosso concelho.

¹³⁶ Nomes deste largo pelos caminhos da história: Cidnai, já desde a Idade Média; Rua, que, em Areias, quando era miúdo, ir a Santo Tirso, desta forma se anunciava: vou à Rua; Largo de Santo António, pela ermida deste santo, que lhe auscultava as pulsações; Lugar da Cadeia, pelo presídio secular que um abade do convento mandaria fazer; Rua 26 de Março, porque fora nesse dia que, em 1834, entrariam os liberais em Santo Tirso, facto que dará origem ao encerramento do mosteiro; Largo Coronel Baptista Coelho.

¹³⁷ Alberto Pimentel – *Santo Thyro de Riba d'Ave*, p. 65

1.2 A intervenção do Conde de S. Bento na construção do Parque Dona Maria II

O despontar da ideia do parque sobe a 11 de Abril de 1872. Mas a ideia teve de se assujeitar ao rodar do tempo e ao sabor de novos projectos e de novas propostas. E, por isso, de crescer e amadurecer. Mais valias lhe quiseram endossar: além das belezas panorâmicas e paisagísticas, fora as grandes melhorias que poderia proporcionar à comunicação das gentes com os órgãos centrais do município e paróquia – administração e matriz –, um espaço alargado que pudesse descongestionar o mercado estreito e disperso na vila de Santo Tirso. E um novíssimo projecto fora apresentado à Câmara pela vereação municipal progressista da altura (1880). Exigirá uma ampliação do terreno, a expropriar-se, e uma área que pudesse enquadrar na forma de uma configuração que se aproximasse do rectângulo ou trapézio, em vez de um aspecto inicial e de menores dimensões, que seria o do triângulo¹³⁸.

À primeira hipótese de expropriação da parte angular, segue-se, pois, uma outra – não tão grande como queria o município, mas ainda suficientemente dilatada. De qualquer forma, tudo se resolveria no diálogo entre o município e a proprietária das casas e quintas do mosteiro, Dona Maria da Conceição Castro Soares, a viúva do Comendador Passos, este que tudo comprara, aquando da extinção das Ordens religiosas, em 1834.

E é assim que entra em jogo o nosso Conde de S. Bento na configuração definitiva do mapa urbanístico da nossa cidade. Mais, o seu papel, na ponta final, está marcado por uma presença, cada vez mais decisiva, agora – começos de 1882 – que se tornou, ele mesmo, o senhor das casas e quintas do que fora o mosteiro de Santo Tirso. Começa por oferecer mais dois nacos de terreno para um alargamento maior do espaço de lazer e sua delimitação, com duas avenidas e para construção de uma estrada junto ao paredão de suporte, com a condição de que os paredões da rua e do parque ficassem prontos dentro de seis meses¹³⁹.

1.3. Intervenção do Conde de S. Bento no desenvolvimento urbanístico ulterior da nossa cidade

Mas não se pense que ficou por aqui o papel do nosso Conde de S. Bento, no que toca à urbanização de Santo Tirso. A Quinta de Dentro ficou, até hoje, mais ou menos, preservada. Ainda agora, os poderosos muros do lado sul e nascente a delimitam. De norte, o rio, debruado pelas paredes grossas dos marachões, coroados de alpendres graciosos, donde os frades miravam o espelho então impoluto das águas, do que lhes viria a tentação do banho, a que cederiam, sem dúvida, se a Regra do Santo Patriarca, severamente, os não vedasse... –, esses muros, de que falei, a demarcavam. Só a disponibilidade do barco de

¹³⁸ Confinava-se o projecto inicial à expropriação da parte angular do muro que, até essa ocasião, vedava a Quinta do mosteiro, delimitada, na sua projecção para o ocidente, por uma linha que partindo da casa do advogado António José da Silva (junto do actual Club Thyrsense), passando junto à actual Casa de Chá, rematava ao pé da Capela do Senhor do Horto, ao fundo da que fora a Calçada dos Passos. Para mais desenvolvimentos, remetemos o leitor para o nosso volume *Santo Tirso. Da Cidade e de seu Termo*, vol. V, pp. 11-33.

¹³⁹ Ficou, inicialmente, o Parque com o nome de Praça Visconde de S. Bento, sob proposta do Presidente da Câmara, Bernardino Alves Barbosa. Concorreria logo a par a designação de Campo Novo, por oposição, segundo creio, ao Campo 29 de Março, que se teria rasgado uns 20 anos antes. Seria até a designação mais vincada na população, a julgar por Alberto Pimentel, em *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*. Hoje Parque Dona Maria II.

recreação lhes poderia fornecer, aos religiosos, uma suave alternativa ao banho, a que não tinham alcance... Só um pequeno naco se lhe amputaria à Quinta de Dentro, a norte da igreja: as chamadas *Nogueiras*, que foram cedidas pelo sobrinho do Conde de S. Bento à Junta de Paróquia de Santo Tirso, do que falaremos adiante.

A Quinta de Fora, essa, pelo contrário, aos finais do séc. XIX, ficará muito reduzida. Pela banda do norte, começava na ponte de pau – hoje, a velha ponte de ferro – para jusante do Rio Ave, até à Roda hidráulica, logo adiante da fábrica do Teles. Do sul, uma fimbria que, iniciada no Cidnai, rumava para ocidente pelo que é hoje, mais ou menos a Rua Carneiro Pacheco até Vilalva. De leste, pelo que hoje é a rua de S. Bento e, logo a calçada dos Passos até junto à fachada norte da matriz, onde, primitivamente se erguera a Fonte dos Cãezinhos, que marcava, na altura, o ingresso na Quinta de Fora. Do poente, uma linha, julgo eu, que irá direita, desde o local famoso do romance camiliano “A Brasileira de Prasins”, a dita Vilalva, um pouco mais a poente da mencionada roda hidráulica, frente à Torre Alta.

Pois, desta extensão enorme da Quinta de Fora, pelos finais do séc. XIX, quis o nosso brasileiro, Conde de S. Bento e o intérprete das suas disposições, José Luís de Andrade, se destacassem diversos nacos significativos das propriedades monásticas de que era senhor. Ora daqui, como dito ficou – quando falámos do Parque Dona Maria II – , destacara, por sua iniciativa, ainda uma extensão que permitia configurar melhor a Praça, mais o correspondente à via, junto do paredão que a delimita pelo norte, mai-la do lado oposto que remataria o então Campo novo, pelo sul. Mais, iria doar terrenos, que tinham sido da mesma Quinta, para a construção da Escola Primária e do Hospital. Extractou ainda outras porções bem consideráveis. Três delas facultaram a noroeste da Quinta de Fora o prolongamento das ruas do Olival e da Rua Nova e a construção inteira da actual rua Soeiro Mendes da Maia. Mais, outra porção de grande impacto urbanístico e social: a doação do terreno, onde se veio a construir a Fábrica de Fiação e Tecidos de Santo Tirso¹⁴⁰, com mais o prolongamento de uma nova artéria¹⁴¹. O Conde, através do sobrinho, daria o terreno para a fábrica e financiaria a sua construção. Sem contrapartidas, que de algum proveito material lhes fossem...

Ainda, dentro desta perspectiva da urbanização, uma referência última a esta construção do mapa geográfico de Santo Tirso, pela face setentrional do seu assentamento. A primeira coisa que, vindo do Norte, surpreenderá o viandante, sem dúvida o Parque, pela sua beleza e pela sua posição de realce aos olhos do espectador. Mas os jardins que o antecedem são bem a fimbria cintilante do manto de gala de que refulge. Pois os jardins também resultaram do fraccionamento das propriedades monásticas, pelas disposições do Conde

¹⁴⁰ E ainda com um donativo de 10 contos para a sua construção. Claro que condicionaria José Luís de Andrade a iniciativa, com algumas condições. Entre elas, que o citado contributo financeiro só seria entregue à empresa *depois de ela mostrar por documentos legais que tem dispendido com a mesma obra a quantia de vinte contos de reis, pelo menos, e quando a indústria, que a empresa da fábrica se proponha explorar seja de natureza que possa dar serviço diário, pelo menos, a cinquenta pessoas desta freguesia e vila, que a empresa ficará expressamente obrigada a empregar, de preferência, até esse número, como condição expressa desta concessão.*

¹⁴¹ Actualmente, a rua que dá acesso à nova ponte de betão delimita a Quinta de Fora pelo ocidente. E a Rua Soeiro Mendes da Maia a confronta pelo sul. De proporções mais acanhadas hoje esta Quinta de Fora.

de S. Bento e do seu sobrinho. O jardim, ao lado do louceiro, construiu-se num naco da Quinta de Dentro, a que a documentação atribuía o nome de *As Nogueiras*. Os outros, já no declive de acesso ao Parque de Dona Maria II, eram pertença da Quinta de Fora, aonde tinham entrada os nossos monges pela Fonte dos Cãezinhos, na sua primeira e original implantação. Os arranjos destes jardins, na sua fase inicial, devem-se ao famoso arquitecto Marques da Silva, que os fez pelo ano de 1926.

Não haja dúvida, o Conde de S. Bento configurou o mapa geográfico da nossa cidade, no sítio que, hoje, melhor nos surpreende: os acessos a Santo Tirso, para quem chega das bandas do Setentrão.

2. Os projectos sociais do Conde de S. Bento, em Santo Tirso

2.1. A escola Primária de Santo Tirso

Como dito ficou, da Quinta de Fora desanexara o Conde de S. Bento um naco de terra. E, nele, sob a direcção do Abade Pedrosa e do arquitecto Francisco Correia da Silva Carneiro Vida, se construiria e expensas do mesmo Conde, a Escola Primária de Santo Tirso. Será inaugurada em 1886¹⁴². Três anos depois (1889), ao alto, sobre o tímpano, se colocaria o testemunho permanente da gratidão de todos os tirsenses no busto intronizado que à feição, houve de talhar o famoso escultor Teixeira Lopes.

No contrato que José Luís de Andrade iria fazer com a Misericórdia, herdeira da fortuna do Conde de S. Bento, por documento de 21 de Fevereiro de 1894¹⁴³, se concederia aos professores da Escola Primária de Santo Tirso, Joaquim Pires Fernandes e Dona Zulmira, a cada um, anualmente, a quantia de 90.000 reis, enquanto vivos e professores.

¹⁴² Camilo que diz ter assistido às festas da sua inauguração, escreverá, 4 dias depois (7 de Janeiro de 1886), o ataque verrinoso ao Conde de S. Bento, do que fizemos menção na nota bibliográfica.

¹⁴³ Nas notas do tabelião Amaral.

Curioso ainda que José Luís de Andrade, ao fazer o seu testamento¹⁴⁴, terá posto a sua lembrança ao serviço das conversações que tivera com seu tio. E veio-lhe à memória a Escola Primária, que pouco depois teria já um mestre famoso para o ensino complementar na pessoa de Fernando Pires de Lima. José Luís de Andrade, porém, confessa que já não tem forças para executar alguns projectos, como a criação de um colégio, na Quinta de Pereiras¹⁴⁵.

2.2. O Hospital de Santo Thyro

Logo após a Escola, veio o Hospital. A Casa de Saúde tivera a sua origem em 1877, pela iniciativa de Dona Maria do Carmo de Freitas Costa Azevedo. Já tinha prestado serviços assinalados, em 1881, em prol de vítimas de uma explosão que trabalhavam nas obras de prolongamento do caminho de ferro que rumava a Guimarães.

A outras condições, porém, aspiravam os nossos conterrâneos. E o Conde de S. Bento facilmente desataria os já bem alargados cordões da sua bolsa, doando a terra e solvendo as despesas da sua construção. A Irmandade da Misericórdia fundar-se-á em 3 de Julho de 1885, com os estatutos aprovados pelo Governo Civil do Porto, Visconde de Guedes Teixeira, a 29 de Julho do mesmo ano. E a imponente edificação, inaugurada em 1891, acasalada, porém com uma sobriedade de linhas que em nada lhe diminuem a majestade, não deixará de transpirar a nobreza de sentimentos elevados que do fundo da alma lhe vinham. E exactamente, pela simplicidade e bonomia do seu coração, soube desta forma amordaçar as reacções instintivas da comum vaidade dos homens.

¹⁴⁴ Testamento feito em 14 de Julho de 1899.

¹⁴⁵ Diria José Coelho de Andrade, uma dúzia de anos depois: O ensino secundário em Santo Thyro é dos problemas mais difíceis de resolver (...).

Tivemos uma esperança na dotação dum estabelecimento de ensino notável e bem fundamentada, como todos os thyrsenses a alimentaram, depois da expressa vontade do benemerito José Luis d'Andrade, no seu testamento.

Mas a obra daquellas duas figuras nobres a quem mais devemos, continuada após a sua morte.

Mas a mãos pouco generosas e até de somenos escrúpulo foram parar os bens que o herdeiro do Conde de S. Bento destinou na sua última disposição testamentária, para um estabelecimento de ensino importante.

Bernardino da Costa e Sá tinha a obrigação moral de fundar uma instituição de ensino, na Quinta de Pereiras, vontade tão nobremente expressa pelo seu amigo que o contemplou com uma fortuna colossal. Nada se fez porém, e nem em testamento legou a mais insignificante quota que concorresse sequer para aliviar um desgraçado.

A história de Santo Thyro tem de fazer-se e como ainda é muito recente este facto deixamo-nos de mais comentários.

Mas á verdade não fugimos, como á justiça tambem ninguém fugirá.

Sentimos e com grande pesar a falta deste melhoramento que moralmente nos foi legado, mas não cumprido.

E agora é difícil e muito mais consegui-lo.

José Luis d' Andrade descortinou bem o lugar que deveria pertencer a um estabelecimento de ensino.

A Quinta de Pereiras está optimamente situada, para esse fim, e está nas mãos de quem muito bem poderia aproveitar a ideia do seu antigo possuidor.

Alli, se os seus actuaes proprietarios pretenderem fundar uma casa de ensino, terão reunido tudo que de melhor se pode exigir para um excellente collegio, bem montado e bem dirigido

É um apêlo que fazemos a dois antigos professores, que á sua illustração e competencia alliam a pratica do ensino, alem de serem senhores do melhor terreno para um edificio de collegio, cercado de recreios amplos e hygienicos. Publicado em em "Ave. Gazeta de Santo Thyro", 1.ª série, número suplementar, Janeiro de 1913, pp. 42-43.

No seu testamento (de 14 de Julho de 1899), José Luís de Andrade repartira a Quinta de Pereiras em duas partes: a metade do lado norte e nascente, para seu sobrinho José, filho de sua irmã Rita. A outra metade, sita a sul e para o lado do poente, para o dito colégio. Cf. *Santo Thyro de Riba d'Ave*, pp. 134 e 138.

3. O Conde de S. Bento e a cultura

A Escola Primária será o ABC da cultura. Mas não se pense que, sendo do povo e vivendo os problemas do povo, se deixasse confinado aos limites de um nível de rudimentos, ou pior que isso, se abastardasse pelas sendas do popularesco, como, às vezes, o parece insinuar o próprio Camilo. Fundaria, por exemplo, uma Banda de música, tão conceituada que pessoas de longe cá viriam para assistirem às suas audições¹⁴⁶. O Conde pagava ao maestro, adquiriu à sua custa os instrumentos, como satisfaz à aquisição das fardas com dinheiro seu. A Banda ficou bem conhecida ao longe e ao largo. Foi convidada para a celebração do centenário do Bom Jesus do Monte, em Braga (1883), e em Guimarães, na inauguração do Caminho de Ferro (1884). Actuava todos os Domingos no coreto que o Conde mandara construir, diante da sua casa, no Campo 29 de Março. Da varanda da sua edificação ouvia satisfeito e enternecido os concertos da sua banda.

Da fama de que gozou há depoimentos interessantes. Como o de José Augusto Vieira, no *Minho Pittoresco: Da praça do Conde de S. Bento*¹⁴⁷ *segue-se pela rua principal ou quasi única da terra, até ao largo de 29 de Março*¹⁴⁸ (...) *e que é considerado como o coração da villa (...) onde se reúne o que há de mais selecto na povoação, quando a Banda do Conde de S. Bento – em Santo Thyrsso não se ouve fallar de outro nome – desnastra as suas harmonias do alto do coreto que ahí se vê.*

Ora, leitor amigo, como no primeiro dia em que eu visitei esta risonha terra de Santo Thyrsso, a sobredita banda, como tudo o que havia na povoação, tinha ido para a romaria da Trofa, ficando da propria Hospedaria do Caroco apenas a segunda parte do seu amargo titulo, eu não te posso fazer um croquis do que seria a villa com os seus respectivos habitantes, porque não fui capaz de os vêr lá, não obstante o amavel redactor do Jornal de Santo Thyrsso me querer fazer persuadir, que havia realmente gente na sua adoravel terra.

Uma outra vez cahi na sobredita hospedaria em um domingo de Paschoa, mas como chovia a cantaros e toda a gente esperava escadas a dentro a visita do compasso ou Cruz da Paschoa tambem não consegui vêr senão uns amaveis rapazes, entre elles ainda J. Bento Corrêa, o redactor do Jornal, que me prestaram obsequiosos serviços.

Ainda uma terceira tentativa em dia de sol, mas de sol de rachar. Foi no agosto. As vidraças corridas, a luz faiscando nas calçadas. Nem viva alma nas ruas. Santo Thyrsso, com a pacifica beatitude dos seus antigos monges, dormia tranquillamente a sesta. D'esta vez nem mesmo consegui apanhar ao alcance das minhas massadas o sympathico jornalista. Fiquei de mim para mim acreditando, que elle estaria então, sósinho, a lêr o seu jornal, porque o publico thyrsense estava sendo positivamente uma sphynge, velada mysteriosamente a olhares estranhos e profanos.

¹⁴⁶ A Banda do Conde de S. Bento foi dirigida pelo célebre Augusto Maria de Castilho, mestre de música de Infantaria 18, que veio para Santo Tirso, a 28 de Junho de 1882. A 27 de Outubro daria o primeiro concerto. Compunha-se de 24 elementos. Uma nota da sua história na pena de José Coelho de Andrade, artigo que publicou em “Ave. Gazeta de Santo Thyrsso” (Setembro de 1912, pp. 91-97), sob o título *A musica em Santo Thyrsso*.

¹⁴⁷ Não é a actual Praça deste nome. Antes, o Parque Dona Maria II, que primeiro foi crismado com o nome do brasileiro.

¹⁴⁸ Como já disse, hoje Praça do Conde de S. Bento.

Consolei-me comtudo, dessa aborrecida solidão; eu não logrei, é certo, ouvir as harmonias da banda do conde, e vêr ao mesmo tempo no passeio as sympathicas thyrsenses, assistir no Club a uma partida de bilhar, no Gymnasio a um trabalho de duplo trapezio, em um campo qualquer a um exercicio ou a um basar dos bombeiros voluntarios, ou mesmo saborear no Café dos Anjos um café levado dos diabos; mas, em compensação d'essas manifestações de vida cidadã, como eu lucrei em internar-me sosinho nos frondosos macissos de verdura, que formam, nos arrabaldes, os trechos deslumbrantes d'esta maviosa bucolica de Santo Thyrso¹⁴⁹.

O próprio Camilo, que embirrara com o nosso Conde de S. Bento¹⁵⁰, hospedando-se, por várias vezes, na Pensão Carço¹⁵¹, saía pelas traseiras, em trânsito por carreiro tosco do quintal, donde desaguaria no Campo 29 de Março, para ouvir sonora a banda do nosso nobilitado.

E, para os sócios, oriundos de pessoas de bem de cá da terra, mandou fazer o Club Thyrsense, que se concluiria depois da morte do benemérito. E, desde os começos, pautavam-se os dias da instituição pelas normas dos seus estatutos, onde a vertente cultural, social e lúdica absorviam, por inteiro, as horas disponíveis dos seus membros, com a exclusão dos problemas respeitantes à temática de índole religiosa e política. E nos primeiros anos, tantos foram os números de feição cultural que aí se levariam a efeito... O retrato bonacheirão que lhe fizera Camilo, ficará retocado nestas achegas de agora¹⁵².

4. A vertente religiosa do Conde de S. Bento

Duas coisas polarizavam as atenções do nosso Conde de S. Bento: os problemas sociais e humanos e a vida religiosa. Empolgavam-no as festas, cativavam-no os templos, apreciava a instrução. Desde que chegou a Santo Tirso – e só isto queremos agora recordar, que muito faria neste campo – lembramo-nos de que a ele se deve a restauração da capela dos Passos, com a oferta de 50 opas, a doação de uma cruz primorosa de boa prata à Confraria do Subsigno, a construção do altar de Santa Maria Madalena, no transepto da matriz, e o de Nossa Senhora da Assunção, que hoje se situa no claustro. Sem falar num conjunto notável de alfaia e guisamentos com que favoreceu o culto e as devoções da sua igreja matriz.

¹⁴⁹ *O Minho Pittoresco*, vol. II, pp.304-306.

¹⁵⁰ Em *Serões de S. Miguel de Seide*. Camilo é muito injusto para com o Conde de S. Bento, quando lhe chama Mastodonte feito homem pela lei do transformismo (...) Um pedaço dos Alpes com uma povoação de cretinos dentro da sua personalidade (...) ele faz em casa serrallhos com odaliscas interinas e rascoas efectivas”.

¹⁵¹ No artigo citado na nota anterior, Camilo descarrega a sua bília, com o vocabulário mais rasteiro, por sobre esta pensão a que se acolhia.

¹⁵² Camilo hospedara-se na Pensão Carço, aquando do projecto do seu casamento com Ana Plácido, que deveria fazer-se na igreja de Santo Tirso, na presença do seu amigo e companheiro de jornadas o Abade Pedrosa. Gorar-se-ia o projecto pelo retardamento na chegada da documentação.

No Campo 29 de Março, face ao muro das traseiras do quintal da mesma pensão, onde se albergara, para despiste das suas responsabilidades no rapto da que viria a ser sua nora. Um olhar de comprometido! Mas decididamente enérgico a acudir a água do capote de qualquer suspeita no acto que, em Famalicão, se teria consumado.

Aqui, neste mesmo Campo 29 de Março, passara por várias vezes ao lado da fisionomia do nosso, física e economicamente, alentado brasileiro que morava ali mesmo, na que fora, primeiro, a Rua da Lagoa.

O seu herdeiro José Luís de Andrade, que recebera instruções do seu tio, dará aviamento a outras coisas notáveis que não podemos esquecer. Em primeiro lugar, a doação de 4 contos à Junta da Paróquia de Santo Tirso, para a reconstrução do claustro da igreja que ruira, por efeito das tumulações sucessivas no jardim da crasta de 1300. Este dinheiro foi concedido não só para este efeito como também para alguns melhoramentos na mesma igreja. Os 4 milhões seriam pagos ao ritmo das obras e com o encargo de uma comemoração do Conde de S. Bento, ao aniversário de seu óbito.

Importante a contribuição de José Luís de Andrade no que toca à ampliação da residência paroquial. Na venda em hasta pública de 1840, o mosteiro caiu quase inteiramente nas mãos do Comendador Passos. Salvo a igreja e o nível térreo do primeiro claustro – que ficou para a freguesia –, as hospedarias conventuais – que ficaram para o concelho, a saber, câmara e administração. O pároco, para sua residência, contentava-se com um corredor, a ala poente no segundo piso do primeiro claustro. Ao Comendador Passos, porém, para sua comodidade e bem-estar, se lhe entregavam o segundo, o terceiro e o quarto claustro, mais quase todo o segundo piso do primeiro claustro. Para não falar das edificações acessórias de uma exploração agrícola, os engenhos, vacarias, com outras edificações das ovelhas monásticas, como as hospedarias para pessoas de menor cotação, a farmácia do mosteiro, etc., a servirem de recheio às duas grandes quintas, a de Fora e a de Dentro.

Agora, no contrato de José Luís de Andrade com a Misericórdia de Santo Tirso – a 21 de Fevereiro de 1894 –, se alargariam as instalações da residência. O pároco receberá:

1. O salão da Porta Branca, para o que se servirá da Porta do Coro. Pertencera, na divisão feita logo após a extinção da Ordens Religiosas, ao Comendador Passos. À sacada deste salão assomará a Rainha Dona Maria, para assistir às manifestações com que o povo, aglomerado no Terreiro, cheio de luzes em noite fria, a saudava calorosamente.

2. Ala norte do segundo piso do 1.º claustro, situada por cima da servidão que vai do claustro para o cemitério, situado no centro do claustro gótico e no exterior envolvente da matriz. Assim, o abade ficava, ao segundo piso, com a faculdade de abrir uma porta para o corredor, em frente do Santíssimo Sacramento e utilizar a portada, virada ao Rio Ave (quarto do P.º Torres).

3. Quarto que fica debaixo da escada que dava servidão para a Sala da Porta Branca. Hoje, adegas do pároco.

4. Escadaria para o Salão da Porta Branca, desde a Porta Branca. A meio desta escadaria está o átrio, com a bela Fonte do Pelicano. Previa-se a hipótese da retirada da parede que impedia a comunicação do átrio da Porta Branca com a dita escadaria. Mas não foi arredada. O pároco, em compensação, tem direito de servidão pela Porta Vermelha.

Desta sala, da Fonte do Pelicano, e da escada para baixo, ficaria reservado também o direito de serventia para os asilados e pessoal da administração, todas as vezes que quisessem assistir, ao abrigo do tempo, nos actos de culto.

Esta sala, onde está a Fonte do Pelicano, será vedada no lugar dos arcos, para garantir a independência do pároco e do Asilo. Deixar-se-á, porém, uma porta para que os do asilo se pudessem também servir da água da dita fonte do Pelicano.

Mais, esta sala ficaria a ser sala da espera tanto para o pároco como para o Asilo. Como também, pela escada que daí desce, tanto pode servir-se o abade como os do Asilo, para o celeiro e adega. A despesa com todos estes ajustamentos seriam por conta do Asilo.

Tapar-se-iam os dois corredores paralelos ao fundo do claustro, separados, pois do corredor que vai para a varanda e outras dependências.

5. O Recibo (sótão) Fica mesmo por cima do passadiço, ao lado e ao começo das escadas, que arrancam do átrio da Fonte do Pelicano, para o Salão da Porta Branca. Em suma, e segundo a repartição operada pelo José Luís de Andrade - ao contrário do que acontecera em 1840 - pertencem ao pároco as três alas do primeiro claustro (galerias e segundos pisos) da ala leste, norte e oeste. Na ala sul, o 2.º piso é todo da Escola Agrícola.

6. Coelheira: terreno vedado por muro, junto da sacristia e da servidão para o cemitério. Ao fim e ao cabo, ficavam a pertencer à paróquia, três alas do segundo piso do claustro trecentista. À Misericórdia ficará apenas pertencendo a ala sul do segundo andar.

Para além destas ampliações respeitantes ao edifício, estas benesses a favor do pároco e das confrarias da paróquia: uma contribuição anual e perpétua de 250\$000 para um coadjutor, com obrigação de dizer missa aos Domingos e dias santos no Capítulo ou lugar para esse fim destinado, dentro do Asilo. Mas, se não puder celebrar-se dentro do Asilo, só receberá 200\$000.

Além do mais, uma oferta de 50\$000 reis anuais, nas mãos do abade. O Pároco deve dar esta soma ao tesoureiro da Confraria do Senhor dos Passos: um ano para despesas, com a procissão; e outro para aquisição de alfaias e objectos de que precise. Ou ainda nas capelas que faltam para os 7 Passos da mesma confraria. Depois de provida em objectos e reparações, será esta quantia para fundo da dita irmandade. Tudo se fará, sob a supervisão do pároco.

Além desta Confraria, José Luís de Andrade deixará à Confraria do Santíssimo Sacramentos de Santo Tirso 130\$000 reis anuais. A saber, 60\$000 para o lausperene da matriz; e 70\$000, para o culto de Nossa Senhora no mês de Maio. Tudo pago a partir do primeiro mês de Maio, após esta transacção.

5. Para terminar

O povo anónimo sempre se adiantaria às entidades oficiais na “canonização” dos seus eleitos. Como vivia no meio do povo e para o povo, toda a gente experimentara ao vivo o calor humano que irradiava do seu coração generoso. Não foram precisas as injeções dos meios da comunicação social para recriação artificiosa de uma imagem do nosso Conde, que não precisava de parecer aquilo que, efectivamente, já o era !

Das entidades oficiais recebeu os títulos que seguem: Comendador de Nossa Senhora de Vila Viçosa (1875), o título nobiliárquico de Visconde (1881) e de Conde (1886)¹⁵³, a Medalha de Ouro da Instrução Nacional (1890).

Em 1892, a consagração mais popular que oficial. Já com tantas provas de seu desprendimento, através de um manancial de iniciativas que parecia não mais esgotar-se, uma outra consagração: a estátua que veio a erigir-se no coração da nossa cidade, o então Cidnai. Todos concorreram, Brasil e Portugal, ricos e pobres, de Santo Tiso e de fora, ao longe e ao largo. Basta se leiam as páginas do Jornal de Santo Thyrsó, com os arrolamentos dos nomes que se cotizaram para o efeito.

A 28 de Agosto foi inaugurado o monumento, a que, de forma tão comovida assistiria o próprio homenageado. Construiu-o António Coelho da Silva. Custaria 1.674\$750 reis. E a grade de ferro que então o defendia custará 236\$235 res.

Poucos meses depois, a 26 de Março de 1893, pelas 10 e um quarto da manhã, faleceu, na sua casa, sita no Campo 29 de Março. Foi inumado no adro da matriz. Não acabara de fazer-se o mausoléu que viria a levantar-se no claustro gótico do mosteiro. Mandara-o fazer o sobrinho José Luís de Andrade¹⁵⁴. E, no mausoléu trabalhou o escultor Teixeira Lopes e o arquitecto Joaquim Almeida Costa¹⁵⁵. A transladação dos restos mortais do Conde de S. Bento para o mausoléu far-se-ia a 13 de Abril de 1894¹⁵⁶.

Depois, a 12 de Dezembro de 1932, o monumento fúnebre, com os restos mortais do Conde e do seu familiar, José Luís de Andrade, fora levado para o cemitério municipal do Montinho¹⁵⁷.

¹⁵³ No vol. *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, da autoria de Albano da Silveira Pinto, continuado pelo Visconde de Sanches de Baena (Empresa Editora de Francisco Arthur da Silva, tomo II, Lisboa, 1883, p. 546), acrescentam-se estas informações: Conde por decreto de 6 de Maio de 1886; e de Visconde, por decreto de 13 de Janeiro de 1881. E apresenta-nos o brasão de armas: Escudo esquartelado; no primeiro quartel – em campo vermelho, cinco besantes de ouro, em sautor; no segundo – em campo de ouro, uma faixa de azul carregada de três estrelas de prata; no terceiro em campo de prata, uma palmeira de sua côr, e no quarto – em campo verde um caducéu de ouro; e por suportes dois leões de ouro armados de azul. Suponho que os motivos do terceiro e quarto quartel insinuarão, a palmeira uma referência ao Brasil, para onde emigrara e donde viera afortunado; e o caducéu – insígnia de Mercúrio, deus dos comerciantes - será referência à sua actividade profissional no Pará.

¹⁵⁴ A transladação dos restos mortais do Conde de S. Bento para o claustro da matriz não se fez no aniversário do falecimento, a 26 de Março de 1894, por cair dentro do período das solenidades pascais, mas só a 13 de Abril seguinte.

¹⁵⁵ Cf. *Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo*, vol. I, p. 437 e ss.

¹⁵⁶ JST de 14 de Abril de 1894, p. 1. col. 4-5. Por ocasião do primeiro aniversário do falecimento do ilustre titular – 26 de Março de 1894 – já se encontrava feito e instalado no claustro gótico da matriz o mausoléu. Só que a data ao certo do dito aniversário recairia no contexto pascal - para que se pudessem fazer o ofício fúnebre e as restantes cerimónias acostumadas. Para o que se adiará a transladação para o dia 13 de Abril.

¹⁵⁷ JST de 15 de Dezembro de 1932, p. 1, cols. 1-2.

Tabelas sobre o destino dos bens do Conde de S. Bento

1. Obras que o Conde de S. Bento custeou em vida

Freguesia	Obras	Notas
Aves	Reedificação da igreja	Aí fora baptizado o Conde de S. Bento. O seu retrato figurava na sacristia.
	Cemitério	
Carreira (Famalicão)	Reedificação da igreja	
Lousado	Reedificação da Capela do Coração de Maria	
	Construção da Escola masculina	A par da capela
Arcias	A construção do corpo da igreja penúltima de Arcias	
Couto, Santa Cristina	Igreja de Santa Cristina	
	Reedificação da capela de S. Roque	
Rebordões	Obras na igreja	
Covelas	Obras na igreja	
Bougado, S. Martinho	Reforma da Capela da Senhora das Dores	
	Passerelle por sobre a linha do caminho de ferro	Para permitir a comunicação entre as duas partes da freguesia, separadas pela construção do caminho de ferro
Santo Tirso	Reedificação da Capela do Senhor dos Passos	Acompanhada da oferta de 50 opas
	Cruz de prata, primorosa, para a Confraria do Subsigno	
	Várias alfaías e guisamentos valiosos	

Bens espirituais e económicos deixados em testamento (1872)

O testamento foi redigido e aprovado no Grão Pará, Santa Maria de Belém, a 8 de Junho de 1872, nas notas do tabelião António Firmo Dias Cardoso.

Dizia no testamento que dentro de um ano, após o falecimento, o executor testamentário – o seu sobrinho e sócio José Luís de Andrade - dá-lo-ia em execução. Que todos os legados do Brasil seriam em moeda do Brasil. Que os destinados a Portugal haviam de ser satisfeitos em moeda forte.

Destinatários	Bens e quantitativos	Anotações
Para o Brasil		
Escravos	Alforria e 100\$000 a cada um	Após a sua morte
	Missas: 25 capelas de missas pela sua alma e 25 missas pelos pais e avós	As missas deviam ser celebradas em Portugal e de esmola de 500 reis cada uma, em moeda forte, de preferência celebradas por sacerdotes velhos e pobres.
Pobres	400\$000	4 mil reis a cada pobre, no dia do seu falecimento, ao critério do testamentário
Hospital dos Lázaros de Turcunduba (Brasil)	8.000\$000	Para melhoramentos
A cada doente do Hospital de Turcunduba	400\$000	No dia do seu falecimento, entregues pessoalmente pelo testamentário
Hospital da Caridade do Pará	4.000\$000	
Meninas pobres e órfãs que sejam honestas e viúvas pobres, nas mesmas condições	16.000\$000	Cada uma devia receber 500\$000. A distribuição se deixaria ao critério do testamentário.
Hospital da Ordem Terceira de S. Francisco	4.000\$000	Suponho que no Pará Para Portugal
Para Portugal		
Senhor de Matosinhos	8.000\$000	
Bom Jesus de Braga	8.000\$000	
S. Torcato	8.000\$000	
Hospital de Santo António do Porto	12.000\$000	
Hospital da Trindade, no Porto	4.000\$000	Deste hospital era irmão o Conde de S. Bento
Vários estabelecimentos de caridade do Porto	12.000\$000	Ao critério do seu testamentário
José Luís de Andrade, seu sócio e sobrinho	O remanescente	Do remanescente o seu sobrinho teria o usufruto. E que, depois da sua morte, e a seu critério, tudo passasse para corporações religiosas e estabelecimentos de caridade

Legados de José Luís de Andrade

Fará esta escritura o sobrinho do Conde de S. Bento a 21 de Fevereiro de 1894, nas notas do tabelião Amaral. Foram outorgantes José Luís de Andrade (1.º outorgantes) e Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Santo Tirso, representada pelo seu Provedor Dr. Eduardo da Costa Macedo (2.º outorgante), Joaquim Gomes Gaspar (3.º outorgante), procurador de quem representaria os dois estabelecimentos do Brasil (o Colégio Amparo e a Real Sociedade Portuguesa Beneficente, e Bernardino da Costa e Sá (4.º outorgante).

Bens	Destinatário	Anotações
Quinta de Fora e de Dentro, Azenha com 3 rodas, moinhos novos e casa de moradia, o Rego dos Frades	Misericórdia	No contrato previam-se estas condições: 1.º , que se separassem 3 porções das duas quintas, para ampliação da rede viária de Santo Tirso (prolongamento das ruas do Norte e do Olival; e construção da actual avenida Soeiro Mendes da Maia) e construção de habitações, ao critério do 4.º outorgante. O Rego dos Frades ficava só para a Quinta de Fora, quando se construísse a rede viária em causa. 2.º Outra condição: a Misericórdia deveria fundar um Asilo, à semelhança dos dirigidos por Fallemberg e Weherli (discípulos de Petsalozzi), com uma secção para velhos de ambos os sexos. Neste Asilo, como no Hospital que já tinha fundado o Conde de S. Bento, teriam prioridade os familiares do Conde de S. Bento. As duas quintas seriam cedidas ao Asilo, após elaboração e aprovação dos Estatutos.
Rego dos Frades	Misericórdia	Previam-se três nacos a separar da Quinta de Fora, para ampliação da rede viária e construção de prédios. Mas dela se não poderiam aproveitar, a partir do momento em que construissem as ruas e as habitações. Ficaria só para a Quinta de Fora do Asilo.
Fracção da Quinta de Dentro – as Nogueiras –, a N e Oc. da Igreja	Junta da Freguesia	Hoje, são os jardins ao lado e em frente à Igreja
Salão da Porta Branca	Residência Paroquial, para o que se servirá da Porta do Coro	Para desenvolvimento destas doações, veja-se o que dito ficou, no corpo do artigo, sobre as benemerênciasde José Luís de Andrade, a favor da residência paroquial de Santo Tirso.
Ala norte do segundo piso do 1.º claustro	Para o pároco	
Quarto que fica debaixo da escada que dava servidão para a Sala da Porta Branca	Para o pároco	
Coelheira	Para o pároco	
Escadaria para o Salão da Porta Branca, desde a Porta Branca	Para o pároco	
O Recibo (sótão)	Para o pároco	

Reservas	
Árvores e lenha das 2 quintas para José Luís de Andrade e Bernardino da Costa e Sá	Por 30 anos, se não morrerem antes... E poderiam serrá-las no engenho da casa
Direito de os mesmos entrarem nas duas quintas sós ou acompanhados	
Direito de explorarem pedra nas pedreiras da Bouça do Sobreiral (Quinta de Dentro)	
Reserva da Sala térrea, por baixo da Sala do Capítulo, fechada por janelas e grades de ferro	Para guardarem coisas
Azenhas do rio, sitas a jusante da Ponte	Se se vier a construir a fábrica, poderão mudar de lugar, desde que não saiam da linha de continuação com a Quinta de Fora. Poderá o Asilo colocar no açude roda de moer ou turbina de tirar água para a Quinta de Fora
A Fábrica	1.º A Misericórdia pagará 10 contos à empresa, depois da empresa mostrar que já gastou 20 contos na execução da obra; 2.º que garanta dar emprego diário aos seus trabalhadores; 3.º que empregue, pelo menos, 50 pessoas da freguesia de Santo Tirso

Obrigações da Misericórdia

Beneficiário	Quantitativo	Anotações
Legado pio de uma missa mensal e para sempre		Pela alma dos parentes do Conde de S. Bento
Colégio do Amparo, noPará (Brasil)	10.000\$000	Para dote de meninas pobres
Real Sociedade Beneficente (Pará, Brasil)	10.000\$000	Para aumento do número de camas, de preferência em favor de pobres marítimos portugueses.
Asilo de Santo António (Pará, Brasil)	5.000\$000	Asilo fundado pelo Bispo D. António, em 1872. Estes três legados, representados no acto da escritura pelo procurador, terceiro outorgante, Joaquim Gomes Gaspar, deviam ser cumpridos no prazo de um ano (até 21 de Fevereiro de 1895).
Misericórdia de Bragança	1.200\$000	A cumprir-se no prazo de dois anos
Irmandade de S. Torcato, Guimarães	6.000\$000	Para obras do mosteiro. Em prestações: a primeira, ao fim de 2 anos, e a 2.ª e a 3.ª de ano a ano
Asilo de Santa Estefânia, Amor de Deus e do Próximo, (Guimarães)	100\$000	No prazo de um ano
Ordem do Terço e da Caridade (Porto)	800\$000	No prazo de 2 anos
Ordem de Nossa Senhora do Carmo (Porto)	400\$000	No prazo de 2anos

Beneficiário	Quantitativo	Anotações
Hospital de Santa Maria (Porto)	700\$000	No prazo de 2 anos. Para melhor identificação do beneficiário, acrescenta-se: a pessoa que actualmente preside aos destinos d'uma casa de caridade na rua da Alegria, da cidade do Porto, conhecida pelo nome de <i>Hospital de Santa Maria</i> , ou a pessoa que no acto da entrega estiver substituindo a primeira na direcção dos mesmos actos beneficentes.
Junta de Paróquia de S. Miguel das Aves	130\$000	Por ano, para um lausperene mensal.
Junta de Paróquia de S. Miguel da Aves	Um estipêndio de uma missa aos Domingos e dias santos, na freguesia	Pela alma do Conde de S. Bento, que nasceu e foi baptizado nesta igreja. Sem prazo determinado.
Junta de Paróquia de Rebordões	300\$000	Para a igreja
Junta de Paróquia de Rebordões	350\$000	Para abertura de duas portas na residência para o largo da igreja ou para obras da residência
Sameiro, Braga	1.000\$000	Legado a satisfazer-se, no prazo de dois anos
Monte Pio Thyrsense	1.5000\$000	A satisfazer no prazo de 2 anos.
Junta de Paróquia de Santo Tirso	4.000\$000	Para reformas dos claustros da igreja, para obras da igreja, com a obrigação de comemorar o aniversário do Conde de S. Bento. Estes 4 milhões seriam pagos ao ritmo das obras, que se forem fazendo, a partir de um ano após esta doação.
Confraria do Santíssimo Sacramento de Santo Tirso	130\$000	Contribuição anual para o lausperene da matriz (60\$000), para o culto de Nossa Senhora no mês de Maio (70\$000), pagos a partir do primeiro mês de Maio, após esta transacção.
Junta de Paróquia de S. Tomé de Negrelos	600\$000	Para obras na igreja, de preferência na Capela do Santíssimo e para objectos desta igreja, ao critério do abade e de acordo com José Luís de Andrade.
Junta de Paróquia de S. Pedro de Agrela	350\$000	Para obras na Igreja. Legado a satisfazer-se no prazo de um ano.
Ordem Terceira da Penitência de S. Francisco, Vila do Conde	1.6000\$000	Aplicados no Asilo, dependência da mesma Ordem, de preferência em favor de marítimos e pescadores. Legado a cumprir-se no prazo de 2 anos.
Pároco de Santo Tirso	250\$000	Contribuição anual e perpétua para um coadjutor, com obrigação de dizer missa aos Domingos e dias santos no Capítulo ou lugar para esse fim destinado, dentro do Asilo. E, se não puder celebrar-se dentro do Asilo, só receberá 200\$000.
Dr. José António Alves Ferreira Lemos	400\$000	Sob condição de prestar serviços à Santa Casa da Misericórdia, enquanto puder e a mesma casa exigir. Se vier a ser nomeado médico desta Casa, receberá a mesma quantia, mesmo que o ordenado oficial seja mais pequeno. Só que, neste caso, receberá a diferença ou excesso.
Junta de Paróquia de Santo Tirso	450\$000	Para alargamento do terreno a norte da igreja e a poente da dita Quinta de Dentro (as Nogueiras) até ficarem em perfeita esquadria
Joaquim Pires Fernandes (professor elemental)	90\$000	Enquanto vivo e professor, em Santo Tirso.

Beneficiário	Quantitativo	Anotações
Dona Zulmira (professora)	90\$000	Nas mesmas condições do anterior.
Confraria Central de S. Vicente de Paula (Porto)	200\$000	A cumprir-se no prazo de um ano. Presidia, nesta altura, a esta instituição o Dr. Manuel Carvalho de Araújo Lima
Seminário de Santo António e de S. Luís Gonzaga, Braga	100\$000	A pagar-se no prazo de um ano.
Arquiconfraria do Santíssimo Imaculado Coração de Maria, de S. Bento da Vitória (Porto)	500\$000	Para obras e reparações no edifício. Era capelão, nesta altura, o Mons. António Joaquim de Azevedo Couto. O legado deveria satisfazer-se no prazo de um ano.
Real Irmandade de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos (Guimarães)	300\$000	Legado a cumprir-se no prazo de um ano.
Pároco de Santo Tirso	50\$000	A cumprir-se anualmente. O Pároco deve dar esta soma ao tesoureiro da Confraria do Senhor dos Passos: um ano para despesas, com a procissão; e outro para aquisição de alfaías e objectos de que precise. Ou ainda nas capelas que faltam para os 7 Passos da mesma confraria. Depois de provida em objectos e reparações, será esta quantia para fundo da Confraria. Tudo se fará sob a supervisão do pároco.
Conferência de S. Vicente de Paulo, Porto	1.000\$000	Esta Conferência tinha a sua sede na Rua dos Mártires da Liberdade. O conto devia ser pago a Dona Carolina Perry ou irmãs, moradoras na Rua da Boavista, n. 75, Porto. E estas devem entregar a soma ao tesoureiro ou presidente ou a quem dirigir o Hospital de Santa Maria. O legado deveria satisfazer-se no prazo de 1 ano.
Confraria de Nossa Senhora da Conceição (ou da Abadia), Cabeçudos, Famalicão	25\$000	Legado de satisfação anual: 10\$000 para fundos; e 15\$000, para despesas. Em caso de extinção, ficará o legado reduzido a 15\$000 que serão entregues à fábrica da igreja.

Testamento de José Luís de Andrade

Foi feito 14 de Julho de 1899, e escrito, a pedido do José Luís de Andrade, pelo advogado Eduardo da Costa Macedo. Dez dias depois, morrerá (24 de Julho de 1899, na casa do Campo 29 de Março, onde morrera o seu tio Conde. Foi sepultado no mesmo jazigo de seu tio. Depois de confessar que não tinha herdeiros forçados, ou seja descendentes, ou ascendentes, e que toda a sua fortuna consistiria já em capitais, já em prédios, alguns na capital do Estado do Pará, da República dos Estados Unidos do Brasil, outros, n'este reino de Portugal. Que tinha alguns créditos, constantes da sua escrituração e de títulos que possuía, dispensando-se, por isso de os enumerar.

Não se esqueceu de dizer que perdoava todas as dívidas contraídas para consigo, se não procederem de foros ou rendas de prédios e somente em relação àqueles devedores, cada um dos quais lhe não devesse, por uma ou mais parcelas, quantia excedente a 500\$000 reis. Curioso ainda que, ao fazer o seu testamento, confessa que já não tem forças para executar alguns projectos: como a criação de um colégio, na Quinta de Pereiras, uma associação das

classes de marítimos pobres e de pequenos agricultores, quer proprietários quer caseiros de terras que caíssem na miséria, apesar do seu constante trabalho e honradez. Nada impõe ao seu único herdeiro e 1.º testamenteiro, neste reino (Bernardino da Costa e Sá). Mas não deixa de lhe sugerir aquilo que apenas lhe foi possível esboçar...

Nomeia outros testamenteiros, para além daquele, O Pe Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa (2.º testamenteiro), Avelino Augusto Ribeiro Guimarães, solteiro, empregado dos Correios e telégrafos (3.º testamenteiro) – aos quais destes dois deixa um conto de reis a cada um - Joaquim Luis de Sousa, casado, proprietário, de Vila do Conde, a quem deixa 1.5000\$000, por lembrança de amizade.

Para testamenteiro, nas partes do Brasil, Dr. Augusto Eduardo Pinto (1.º testamenteiro) e António da Silva Vilar (2.º testamenteiro) a quem contempla com 5 contos de réis, moeda fraca; e em 3.º lugar Augusto Octaviano Pinto.

Testamento de José Luís de Andrade

Beneficiários	Legados	Anotações
	50 missas de esmola, 500 reis cada uma	Dentro do prazo de um ano
	2 ofícios,	Um de mês, outro de ano, na igreja matriz de Santo Tirso
Pobres envergonhados	500 reis por cada um	Da vila de Santo Tirso e de S. Tomé de Negrelos, mesmo que não vão ao seu funeral
Pedintes	40 reis a cada um	Desde que assistam ao funeral. O critério da distribuição pertence aos testamenteiros a ao abade de Santo Tirso.
Pobres que conduzam o caixão	1\$000 reis a cada um	
Por alma dos avós	40 missas, de 500 reis cada uma	
Por alma dos pais	40 missas, de 500 reis cada uma	
Pelos seus parentes, entre os quais o seu tio, o Conde de S. Bento	100, de 500 reis cada uma	Manifesta, agora, no testamento uma sincera admiração pelo tio e saudade.
Criadas Maria e Joaquina	Usufruto da casa do Campo 29 de Março (que fora do Conde e onde morava o José Luís), com toda a mobília, sem excepção dos títulos e mais papéis, pratas e dinheiro.	Com a condição de continuarem ao seu serviço até à morte. O uso-fruto da casa e mobília continuaria até à morte de Maria. A Joaquina só terá 200 réis se sobreviver à Maria.
A Dona Maria Rosa da Silva e Francisca (criada de José Luis de Andrade) e Maria Máxima	Moradoras as duas primeiras, numa casa de José Luís de Andrade, na Rua da Torrinha, n. 217, Porto; e a última que vivia no palacete de José Luís de Andrade, na rua 26 de Março, em Santo Tirso. José Luís cede-lhes o usufruto das respectivas habitações, até à morte da última que falecer. Mais 30.000 reis mensais até à morte da última, sem redução.	Esta pensão fica garantida pela renda da casa que José Luís de Andrade possuía na Rua das Flores, no Porto.
José Martins Ribeiro, viúvo que residia na Quinta de Santa Maria (Roriz)	Cedência do usufruto da quinta; e o direito de propriedade aos seus filhos, um dos quais a está cultivando com seu pai.	

Beneficiários	Legados	Anotações
Caseiros presentes da Quinta do Carreiro (Roriz)	Cedência da dita Quinta do Carreiro	Com o encargo de darem a cada uma das irmãs do dito José Martins Ribeiro 30 rasas de milho (17,316 l, por rasa) meia pipa de vinho (266,384 l) (pão bom e bem seco e limpo; e vinho bom e bem preparado e limpo), pelo S. Miguel de cada ano. E também a cada um dos irmãos, excepto a um casado com uma rapariga de Monte Só, por ser menos precisado.
Irmã Ana	A Laginha (S. Tomé de Negrelos	
Francisco da Silva e irmã Júlia da Silva, filhos de António Joaquim da Silva, residentes na Quinta da Renda, S. Tomé de Negrelos (que era do José Luís de Andrade) e a Olívia, Casimira e Albertina, sobrinhas dos dois primeiros	Usufruto da Quinta da Renda, consolidando-se em direito de propriedade em poder daquele ou daquele que sobreviver aos demais.. E, nas mesmas condições as sortes de mato, que José Luís de Andrade adquirira por compra ou troca em Monte Córdova e Rebordões	
Caseiro actual da Quinta de Mourizes (S. Tomé de Negrelos ou Rebordões)	O usufruto desta Quinta	
Jacinto, caseiro da Quinta de Ribas (Rebordões)	Quinta de Ribas	
Corporação Administradora do Asilo Conde de S. Bento	Terreno de mato e lavradio sito no lugar da Igreja (Burgães)	Condições desta doação: 1.º se for considerado indispensável para desempenho dos deveres respeitantes ao Asilo; 2.º que se observe o regulamento do asilo a respeito da admissão de visitantes e pessoas estranhas ao pessoal do estabelecimento. Caso contrário passarão essas propriedades para a Irmandade de Nossa Senhora do Terço e Caridade do Porto.
Sobrinho José, filho de sua irmã Rita	Parte da Quinta do Passal de Pereiras (a norte e nascente da estrada Porto-Vila Pouca de Aguiar), com uma hora apenas de água pertencente à mesma quinta.	A outra parte desta Quinta de Pereiras, vai deixá-la a Bernardino da Costa e Sá. Todavia acrescenta que se não fosse a sua idade e fadiga teria disposto de uma parte da mesma herança para a construção de um edifício – a sul e poente da dita Quinta - com destino a Colégio onde se ensinassem, por professores habilitados, as disciplinas que se ensinam nos Seminários diocesanos e que constituem o curso preparatório dos estudos eclesiásticos, ao encargo de uma associação ou corporação que me parecesse mais capaz de desenvolver esta missão.
Irmã Rita e filhos	A ela o usufruto dos bens de raiz em que vive e de 10 contos aos filhos, a propriedade destes bens	
António de Freitas, seu caseiro na quinta das Devesas de Baixo (Avidos, Famalicão)	Quinta das Devesas de Baixo e das de Cima	Serão usufrutários enquanto vivos até à morte do último que falecer, da parte da Quinta de Cima de que é caseiro, agora, o sogro do António de Freitas, de nome Jerónimo e sua mulher. A estes o dito António dará 2 contos de reis. Mas não lhes pertencerão os bens que tenho na Lagoa.

Beneficiários	Legados	Anotações
Irmã Maria e filhos	5 contos em usufruto para ela e em propriedade para os filhos	
A cada um dos outros irmãos não mencionados até agora	8 contos de réis, em usufruto para eles e propriedade para os filhos,	Excepto os filhos do irmão António, que só serão herdeiros os do 1.º matrimónio.
Irmandade de S. Torcato (Guimarães)	8 contos de réis	
Junta da Paróquia de Negrelos	3 contos de réis	Para a construção de uma escola
Junta de Paróquia de Negrelos	5 contos de réis	Para conservação e melhoramentos de caminhos, com a condição de se submeterem às orientações do 1.º testamenteiro em Portugal e de José Pimenta Machado, casado, de S. Tomé de Negrelos
Filhas solteiras de Ricardo Pereira da Rocha e esposa de Santo Tirso	2 contos de réis	
José Ribeiro Cataluna	Casa que José Luís de Andrade tinha na rua de Cirilo Machado	
Mulher do Cataluna e a cada um dos cunhados (irmãos ou irmãs da sua mulher)	2 contos de réis	
Dr. José António Alves Ferreira Lemos	2 contos	Pelos serviços médicos que prestou ao José Luís de Andrade
Laura, filha do Cataluna	3 contos de réis	Ao final, corrigira dizendo que esta Laura não é filha, mas irmã do Cataluna
Filhas do compadre José António Ribeiro da Silva	5 contos para todas elas	Moravam com o pai na Praça de Santa Tereza, n. 19, no Porto
Irmão destas José António Ribeiro da Silva Júnior, solteiro	1 conto	
José Correia do Amaral, solicitador de Santo Tirso	A casa que ele habita e mais 1 conto	Tudo pelos serviços que lhe prestara.
João Gonçalves, casado, negociante de Santo Tirso	A casa em que habita	
Irmandade de Nossa Senhora da Assunção		2 contos
Joaquim Cancela, caseiro da Quinta de Fora que pertence ao Asilo	180\$000 anuais enquanto for vivo	
Luís Barau, casado, alquilador de Santo Tirso	1 conto	

Beneficiários	Legados	Anotações
Alquilador Moreira de Santo Tirso	1 conto	
Três filhos últimos de João Torcato Martins Ribeiro, viúvo, morador em Santo Tirso	6 contos para os três	
Junta de Paróquia de S. Tomé de Negrelos	2 contos	Para, com este rendimento, pagar a um capelão que diga na matriz de Negrelos aos Domingos e dias Santos uma missa.
Irmandade do Bom Jesus do Monte, de Braga	500\$000	
Irmandade de Nossa Senhora do Sameiro, de Braga	500\$000	
Dr. Adriano Pereira da Silva	5 contos de réis	Casado, morador na Rua de Cedofeita, n. 312, Porto, em reconhecimento do bom tratamento que o José Luís de Andrade recebera do seu tio (Francisco Joaquim Pereira) e do pai (Fulgêncio José Pereira), quando deles fora caixeiro...
Gertrudes e Maria da Conceição e sua filha Belmira, (o usufruto) e a Dona Ana Amélia Pereira Pinto (a propriedade), casada, Augusto Octaviano Pinto, e filha do ex-patrão do nosso Jose Luís de Andrade, Francisco Joaquim Pereira	Prédios que possui na Rua Lauro Sodré, nn. 137 e 104.	Sitos na capital do Pará. Gretrudes e Maria da Conceição eram as inquilinas na altura desta doação. A Dona Amélia morava na Estrada de Nazaré, n. 77, na capital do Estado de Pará.
Dona Ana Amélia Pereira Pinto	Casa que possui José Luís, na rua 13 de Maio, n. 19, na capital do Pará.	
Dr. Augusto Eduardo Pinto, afilhado do José Luís de Andrade	Casa do Boulevard da República, no Pará, nn. 25-26	Na altura da doação este afilhado estava em Viena de Áustria.
Aos seus afilhados e afilhados de seu tio, Conde de S. Bento, que não foram ainda contemplados	500\$000 a cada um (se forem de cá) e um conto sendo do Pará ou Amazonas, este se for do moeda fraca, brasileira.	Esta doação só se fará, se for reclamada dentro de um ano após o falecimento de José Luís de Andrade
Leopoldina da Cruz Ribeiro e Adelina da Cruz Ribeiro, filhas do já aludido João Torcato Martins Ribeiro	1 conto de réis a cada uma	

Documentos

1

1807, Agosto, 30 - *Registo de baptismo do Conde de S. Bento*

Livro de Baptismos das Aves 1792-1817, ff. 92-92 v.. ADP Livro B, n. 1 (Bobine n.426)

Manoel filho legitimo de Domingos José Ribeiro e de Roza Maria do lugar de Poldraens desta Freguezia de Sam Miguel das Aves nação a vinte oito de Agosto do anno de mil e oito sentos, e Sete, e foi batizado Solenemente Com imposiçam dos Santos¹⁵⁸ Olios por mim o Padre Antonio Alveres Pereira Coadjutor desta mesma freguezia aos trinta do dito mês; he neto Paterno de Gregorio Francisco e Costodia¹⁵⁹ Ribeira, e pella parte Materna de José Martins e Eufrazia Maria do lugar de Polderains todos desta freguezia de Sam Miguel das Aves. E para Constar fis este asento era ut Supra.

O Coadjutor Antonio Alveres Pereira

2

1824, Maio, 23 - *Casamento de Maria Rosa, irmã do Conde de S. Bento, com Joaquim José Luís, pais do José Luís de Andrade*

ADB – K/11/2 – 2 Cx. 258

Aos vinte e tres dias do Mês de Majo de mil e oito centos e vinte e coatro annos nesta Igreja de São Thome de Negrellos feitas as Denunciações de Estillo na forma do Sagrado Concillio Tredentino e Constituição deste Arcebispado sem que houvesse impedimento algum, e de mutuo consentimento e palavras de prezente, junto ao Arco Cruzeiro desta Igreja em prezença de mim João Jozé Machado de Azevedo Vigario desta Igreja Celebrarão o Sacramento do Matrimonio **Joaquim Jozé Luis** filho Legitimo de Antonio Luis, e sua mulher Maria Jozefa de Jesus desta freguezia de São Thome de Negrellos; e **Maria Roza** filha legitima de Domingos José Ribeiro e sua mulher Roza Maria da freguezia de São Miguel d'Entre as Aves todos deste Arcebispado¹⁶⁰. Dei-lhe as Benções Nupciais. Forão testemunhas Francisco da Silva, e seos filhos Jozé da Silva, e Antonio solteiro, e para constar fis este asento que asinei com as ditas testemunhas Era ut Supra.

Antonio + Solteiro

O Vigario João Jozé Machado de Azevedo

Francisco da Silva

José + da Silva.

¹⁵⁸ Palavras que foram inutilizadas.

¹⁵⁹ Palavras corrigidas.

¹⁶⁰ Tanto a freguesia das Aves como a de S. Tomé de Negrelos – esta até 1882 – foram da diocese de Braga.

3

1832, Setembro, 25 – *Nascimento de José Luís de Andrade*

Joze filho legitimo de **Joaquim Luis** e de **Maria Roza** do Lugar de *Villa* verde desta freguezia de São Thome de Negrellos Nasseo aos vinte e sinco de Setembro de mil e oito Centos e trinta e dous e aos vinte e Sete do dito mês, e anno eu João Alvares Neto vigario desta Igreja o baptizei Solemnemente com a imposição dos Santos Olios forão Seos padrinhos Antonio Joze Ferreira solteiro do lugar do Pedraçal, e Queteria Maria viuva das Pombinhas ambos desta freguezia de São Thomé de Negrellos he neto materno de Domingos Joze Ribeiro e de Roza Martins do lugar de Poldraens freguezia de São Miguel das Aves termo de Barcellos e paterno de Antonio Luis e de Maria de Jezus desta freguezia de São Thome de Negrellos e para constar fis este termo que asigno era ut supra. O Vigario João Alvares Neto.

Declaro que he neto paterno de Antonio Luis e de Maria de Jezus desta freguezia e materno de Domingos Joze Ribeiro e de Roza Maria de São Miguel das Aves, termo de Barcellos dia mês e anno era ut supra O Vigario João Alves Neto.

4

1871, Agosto, 09 - *Escritura de obrigação de dinheiro a juro que fez Dona Maria da Conceição de Castro Soares, viuva da Cidade do Porto, e residente nesta villa, a Custodio Gil dos Reis Carneiro, da freguesia de Refojos, em 9 de Agosto de 1871*

ADB Notarios –CNSTS 1 – Lv.º 353, ff. 65-66.

Saibão quantos este publico Instrumento de Escripura de obrigação de dinheiro a juro virem, que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos setenta e um, aos noue de Agosto, nesta villa de Santo Thyrso, e meu escriptorio apparecerão presentes de huma parte, como primeiro outorgante Custodio Gil dos Reis Carneiro, casado, Proprietario do logar do casal, freguesia de Refojos, e da outra parte, como segunda outorgante Dona Maria da Conceição Castro Soares, viuva, de maior idade, da Cidade do Porto, e residente actoaalmente nas Quintas do Mosteiro, desta villa, pessoas reconhecidas de mim Tabelião, e testemunhas ao diante nomeadas e assignadas, de que dou fe. Na presença das quaes pela segunda outorgante foi dito que precisando da quantia de vinte e dois contos de reis não só para satisfazer a quantia que pedira de emprestimo para entrar em deposito na Cidade do Porto, importancia da licitação dos bens que lhe forão adjudicados no Inventario de José Pinto Soares, mas também para costear as despesas do fabrico de seus bens, e satisfazer outros encargos com que se acha onerada, se valera do primeiro outorgante pedindo-lhe que lhe emprestasse a referida quantia de vinte e dois contos de reis, a juro de seis por cento ao anno, ao que o mesmo primeiro outorgante annuiu, emprestando-lhe effectivamente a mencionada quantia com o vencimento do dito juro, a qual a mesma segunda outorgante já recebeu em boa moeda de metal sonante ouro e prata, como confessou perante mim Tabelião, e testemunhas

abaixo nomeadas e assignadas de que dou fe, e assim declarou mais a segunda outorgante que se confessava devedora ao primeiro outorgante da dita quantia de vinte e dois contos de reis, com vencimento do juro de seis por cento ao anno, a contar da presente data em diante, obrigando-se ao pagamento quer do capital, quer do juro aquelle, quando lhe for pedido, e este na epocha do seu effectivo vencimento; e tudo por sua pessoa e bens de toda e qualquer especie havidos e por haver que todos hei geralmente por hypothecados e com mais as declarações garantias e clausulas seguintes: primeira que além da hypotheca geral, ella segunda outorgante constitue em hypotheca especial da mencionada divida e juros as suas Quintas denominadas do Mosteiro desta villa comprehendendo os Passaes de fora e de dentro, e todas as suas pertenças incluindo as respectivas casas de habitação abegoarias engenhos, muiños e mais pertenças confrontando a Quinta denominada Passal de dentro do Nascente com terras da Quinta de Real de Antonio Thomaz Negreiros, e de Antonio Joaquim da Silva Carneiro, do Poente com a estrada que vai para a Ponte, do Norte com o Rio Ave, e do Sul com a Estrada nova de Guimarães, e caminho que fica entre esta quinta e os Passaes do Parocho – e a Quinta chamada passaes de fora confronta do Nascente com a estrada que vai desta villa para a Ponte, do Poente com terras de ¹⁶¹Jose Machado da Cunha Faria e Almeida e outros, do Norte com o Rio Ave, e do Sul com o caminho Novo, sendo o valor venal de ambas as duas peças confrontadas vinte e seis contos de reis, e o seu rendimento annoal liquido hum conto de reis, declarando-se que esta hypotheca abrange todas as pertenças das referidas Quintas taes quaes ella segunda outorgante as possui e lhe forão adjudicadas por virtude da licitação no Inventario de Jose Pinto Soares, e melhor se melhor as vier a possuir. Segunda que para maior garantia do seu credor tambem fica obrigada e sujeita á divida contrahida não só qualquer parte que ella segunda outorgante tenha ou possa vir a ter nas partilhas da herança do referido Jose Pinto Soares, mas tambem toda ou parte da quantia que se acha consignada em deposito, em consequencia da referida licitação conforme a ella segunda outorgante pertencer desse deposito, tudo isto além d ‘aquella hypotheca especial constituída nas Quintas do Mosteiro situadas nesta villa. Terceira, que não sendo provavel que ella segunda outorgante possa por huma só vez remir o encargo desta divida, o primeiro outorgante será obrigado a asseitar em qualquer epocha o pagamento de qualquer quantia parcal por conta do mesmo capital, pagos de preferencia quaesquer juros que ate á data dos pagamentos parcaes estejam vencidos, e encontrada só no capital a quantia que exceder esses juros, e que ella segunda outorgante queira dar ao credor para sussevida e progressiva remissão do encargo da divida. Quarta – Que quando elle credor tenha de usar de meios judiciais para cobrança da sua divida, ella segunda outorgante será obrigada a satisfazer quaesquer despesas judiciais, inclusive as de Advogado e Procuradores em termos razoaveis, que precisas sejam para a cobrança e effectivo embolço da divida e juros, que será paga sempre na mesma especie de dinheiro metal ouro ou prata de boa moeda corrente, sem rebate nem diminuição alguma. Quinta que a decima dos juros que há a pagar para o fecturo pelo capital mutuado ficará a cargo da segunda outorgante, e será saptisfeita á sua custa. O primeiro outorgante asseitou a

¹⁶¹ Palavras emendadas.

confissão, hipoteca, e todas as mais clausulas exaradas na presente Escripura, assim como as mais garantias e condições propostas pela segunda outorgante, e neste Instrumento consignadas para que todas produzão seus legaes effeitos. Deste Instrumento foi pago o sello de dois mil e duzentos reis pela estampilha abaixo colada e devidamente inutilizada. Assim o disserão outorgarão e asseitarão e me pedirão o presente Instrumento, que lhe estipulei e asseitei em nome dos presentes e absentes a quem tocar; forão testemunhas presentes o Bacharel Antonio Rodrigues de Paula, casado, desta villa, e Guilherme Augusto Ribeiro Guimarães, cazado, Negociante, ambos desta villa, que assignarão com os outorgantes lido por mim Antonio Caetano Correa do Amaral Tabelião o escrevi e assignei em publico e razo.

Antonio Caetano Correa do Amaral

Maria da Conceição Castro Soares

Custodio Gil dos Reis Carneiro

António Rodrigues de Paula

Guilherme Augusto Ribeiro Guimarães

5

1882, Fevereiro, 27 - *Compra do mosteiro de Santo Tirso pelo Conde de S. Bento*

Venda que faz Dona Maria da Conceição Castro Soares, viuva, ao Excellentissimo Visconde de S. Bento, solteiro, ambos d'esta Villa, em 27 de Fevereiro de 1882.

ADB Notariais – SNSTS 2 – Lu.º 783, ff. 87-89

Saibão quantos este publico instrumento de escriptura de venda virem que no anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo, de mil oitocentos oitenta dous aos aos vinte sete dias do mez de Fevereiro do dito anno nesta *Villa* de Santo Thyrsó e moradas do Excellentissimo Visconde de Sam Bento, onde eu Tabellião vim para effeito do presente instrumento, aqui perante mim e as testemunhas ao diante nomeadas e no fim assignadas, compareceu presente, como primeiro outorgante o Doutor Antonio Augusto Soares Rodrigues Ferreira¹⁶², solteiro de maioridade, d'esta *Villa*, na qualidade de procurador que mostrou ser pela procuração que apresentou de Dona Maria da Conceição Castro Soares, viuva, e rezidente nesta *Villa*, que ficou archivada em meu cartorio, para sêr transcripta nos traslados que desta se derem, e como segundo outorgante o Excellentissimo Visconde de Sam Bento, solteiro, de maioridade, proprietario, morador n'esta *Villa*, pessoas minhas reconhecidas e o são das testemunhas d'este de que dou fé. Em prezença das quaes e minha

¹⁶² Médico bem conhecido no meio tirsense, na segunda parte do séc. XIX e começos do seguinte. Nascera a 24 de Janeiro de 1834 em Valpedre, concelho de Penafiel. Faria o curso de Filosofia e Medicina na Universidade de Coimbra, que completou em 1857. Das suas visitas aos tios, o Comendador José Pinto Soares e sua esposa Dona Maria Passos, resultará uma presença continuada em Santo Tirso. Aqui se relacionará com Camilo de quem, como de toda a sua família, foi médico. Militou apaixonadamente na política, especialmente local, o que lhe valeria cargos importantes na Administração e na presidência camarária. E por várias vezes. Viveu em Santo Tirso 40 anos. E veio a falecer a 22 de Fevereiro de 1908. Veja-se sobre ele o art.º assinado J.C.d'A. *Galeria dos thyrsenses illustres*. Dr. A.A.S. Rodrigues Ferreira, em "Ave. Gazeta de Santo Thyrsó", de Agosto de 1912, pp. 83-88.

disse o primeiro outorgante procurador que sua constituinte Dona Maria da Conceição Castro Soares, viuva, e senhora e legitima possuidora, em virtude da licitação que fêz no inventario entre maiores por fallecimento do Excellentissimo Commendador Jose Pinto Soares, inventario este que foi processado no Juízo de direito da primeira vara civil da comarca do Porto, das duas quintas situadas n'esta *Villa* e que pertenceram ao extinto Mosteiro Benedictino, as quaes são as seguintes, conhecidas pela denominação de quintas dos passaes de dentro e de fóra ou quintas dos passaes e mosteiro, a saber;

Quinta dos passaes de dentro ou do mosteiro que se compõe de cazas de habitação e lavoura, celleiros, Adégas, muinhos, engenhos, jardins, pomares, terras de mato e lavradias com suas agoas de rega e lima do rio de fradegas ou lameira e do rego de Vallinhas e minas do passal do Parocho e tapado e todas as mais pertenças d'esta quinta, a qual confronta do Nascente com terras da quinta de Real de Antonio Thomaz de Negreiros hoje dos herdeiros d'este, e de Antonio Joaquim da Silva Carneiro, do Poente com a estrada que vai para a Ponte, do Norte com o rio Ave, e do Sul com a estrada nova de Guimarães e o caminho que fica entre esta quinta e os passaes do Parocho, hoje de João Torquato Martins Ribeiro, toda morada em volta;

Quinta dos passaes de fóra que se compõe de uma caza de eira e eira de pedra, terras lavradias com as arvores de vinho e fructa, agoas de rega e lima do rego de Vallinhas e quaes quer outras, terras de mato e bravios, com todas as suas pertenças, a qual antes da expropriação que nella se fêz para a construção do nôvo campo e da estrada districtal entre esta *Villa* e a Ponte, éra toda vedada de muro e confrontava pelo lado do Nascente com a estrada districtal que vai d'esta *Villa* para a Ponte, do Poente com terra de Jose Machado da Cunha Faria e Almeida e outros, do Nórte com o rio Ave, e do Sul com o caminho nôvo, e ainda hoje se conserva vedada igualmente por todos os lados exceptuando apenas uma pequena parte que fica fronteira ao dito campo ao sul d'este e o lugar onde foi aberto o muro para se dar comesso aos trabalhos da avenida da ponte, pôsto que depois da construção da estrada districtal projectada entre a ponte e a *Villa*¹⁶³ fica destacado d'esta quinta uma porção de terreno para o lado do Nascente; sendo ambas estas quintas de natureza alludial.

Estando por isso sua constituinte no direito de dispôr das ditas quintas e precisando de as vendêr para com o seu producto pagar e satisfazer varias dividas com que estão onerada¹⁶⁴ se havia para isso tractado com o Excellentissimo segundo outorgante de lhas vender, e firme no seu tractado querendo agora tornalo definitivo o fazia pelo presente instrumento pelo qual em nome da dita sua constituinte vende razamente ao mesmo Excellentissimo segundo outorgante as ditas duas referidas quintas com suas respectivas pertenças servidões e logradouros incluindo a parte ou porção de terreno que a estrada districtal destaca da quinta dos passaes de fóra como acima fica declarado, e isto **pelo preço e quantia de trinta e sete contos de reis**, metal sonante corrente neste Reino,

¹⁶³ Palavras emendadas.

¹⁶⁴ Palavras emendadas.

quantia esta que segundo o mandacto de sua constituinte **fica em poder do segundo outorgante comprador**, para d'ella serem pagas por elle quaesquer dividas ou ónus a que legitimamente sejam obrigadas as quintas aqui vendidas de modo que a vendedôra só receberá da mão do comprador a parte do preço mencionado que restar depois de pagas como dito fica as referidas dividas ou ónus.

N'estes termos disse o outorgante procurador havia por bem feita a venda das quintas referidas com exclusão porem do terreno que n'ellas foi expropriada por uttelidade publica como expressamente consta do mandanto (sic) de sua constituinte, por virtude do qual cede e transfere todo o direito, acção, dominio e posse que sua constituinte tinha nas quintas aqui vendidas e suas respectivas pertenças ao segundo outorgante comprador, declarando porem que a sua constituinte reserva o prazo de trinta dias a contar da data d'esta para¹⁶⁵ completo despejo das propriedades vendidas, podendo durante este prazo fazer uso do engenho de sérra, para serrar algumas madeiras que tem cortadas, queimar ao menos prejuizo as lenhas indespensaveis para a cozinha e cortar o penço necessario para sustento dos seus gados, podendo todavia o comradôr fazer desde já nas ditas quintas as obras que julgar convenientes. O segundo outorgante disse acceitar assim esta venda e me apresentou o recibo de ter pago a contribuição de registo que é do theor seguinte: Numero duzentos noventa nove = Districto Administrativo do Porto = Concelho de Santo Thyrsso = Contribuição de registo por titulo onerôzo = Importancia da contribuição tres contos cento e oito mil reis = Imposto de vincção. Seelo sessenta dous mil cento e sessenta = Total tres contos cento setenta mil cento sessenta reis de contribuição de registo e sêllo pela compra que fâz das quintas dos passaes e mosteiro, sitas no lugar do Mosteiro d'esta mesma *Villa*, alludiae e inscriptas na respectiva matriz nos artigos sessenta e seis e sessenta e oito com o rendimento collectavel de trezentos trinta e tres mil cento e setenta e seis reis e que ajustou com Dona Maria da Conceição Castro Soares, viuva, pela quantia de trinta e sete contos de reis, tendo sido liquidada a face da respectiva declaração esta contribuição, que fica lançada no livro competente a fôlhas cincoenta duas. Recebedoria da comarca de Santo Thyrsso vinte seis de Fevereiro de mil oito centos oitenta dous. O escrivão de fazenda supplente M. Alberto Flores = O Recebedor Francisco Correa de Freitas Silva Carvalho.

E assim foi copiado e fica archivado. Os outorgantes deram este instrumento por findo e mo pediram nesta notta eu Tabellião lho acceito em nome dos auzentes a quem tocar deva, e forão testemunhas presentes o Doutor Antonio Carneiro de Oliveira Pacheco, solteiro, de maioridade, Advogado, e Francisco Moreira, cazado, cazeiro de terras ambos rezidentes nesta *Villa*, que assignam com os outorgantes lido por mim que do referido dou fé. No final ficão collados sellos de estampilha no valôr de quinhentos reis correspondente ao contracto. Eu Miguel Baptista Pinto d'Andrade Taballião o escrevi e assigno em publico e razo

Antonio Augusto Soares Roiz Ferreira

Visconde de S. Bento

Antonio Carneiro d'Oliveira Pacheco

Francisco Moreira

(...) Miguel Baptista Pinto d'Andrade.

¹⁶⁵ Palavras emendadas.

6

1893, Março, 26 – *Assento de óbito do Conde de S. Bento*

Aos vinte e seis dias do mez de Março do anno de mil oitocentos noventa e trez ás onze horas da manhã no Campo Vinte e Nove de Março d'esta *villa* e freguezia de Santa Maria Magdalena de Santo Thyrso Concelho de Santo Thyrso Diocese do Porto falleceu, tendo recebido os Sacramentos da Santa Madre Igreja um indivíduo do sexo masculino por nome Manoel José Ribeiro, Conde de Sam Bento, da idade de oitenta e cinco annos, solteiro, proprietario, natural da freguezia de Sam Miguel das Aves, d'este concelho e Archidiocese de Braga e morador no dito Campo Vinte e Nove de Março, filho legitimo de Domingos José Ribeiro, lavrador, natural da freguesia dita de Sam Miguel das Aves, e de Rosa Maria Martins, lavradora, natural d'esta mesma freguesia; o qual não deixou filhos, fez testamento e foi sepultado no cemiterio d'esta freguesia de Santo Thyrso.

E para constar, lavrei em duplicado este assento, que assigno. Era ut supra. O Abbade Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

7

22 de Março de 1895 – *Requerimento endereçado à Misericórdia de Santo Tirso para a constituição de uma sociedade têxtil*

Ill.mo e Ex.mo Snr. Provedor da Mizericordia de S.to Thyrso

Dizem Honoré Vavas seur e Thomaz Hargreaves, o primeiro director da Fabrica Fiação e Tecidos do Rio Vizella e o segundo engenheiro mechanico, aquelle residente na freguezia de S. Thomé de Negrellos e este na cidade do Porto, que, tendo ajustado entre si formar sociedade, sob forma legal, com a possibilidade de admissão de outros socios, para a fundação de uma fabrica de tecidos, em condições de ampliação, que permita a exploração de mais alguma industria, como a tinturaria, branqueação e fiação, desde já tomam sob a sua responsabilidade a criação regular d'essa empreza, nos termos da escriptura celebrada em 21 de Fevereiro de 1894, principalmente a Mizericordia da *Villa* de Santo Thyrso e o Ex.mo Snr. Jose Luis de Andrade, residente na mesma *Villa*, com a acceitação portanto das respectivas clausulas n'esse titulo exaradas, reservando-se o direito de, sem alteração d'essas condições, desenvolverem e completarem a presente proposta, documentando-a convenientemente, no prazo de seis mezes contados da data da apresentação d'esta mesma Pedem a V.a Ex.cia se digne receber este requerimento, considerando-o como proposta dos requerentes para a montagem da dita fabrica, nos termos da referida escriptura

E.R.M.ce

Honoré Vavas seur

Thmomaz Hargreaves

1896, Julho, 17 – *Escriptura de ratificação de concessão ou concessão definitiva entre a Irmandade e Santa Casa da Misericórdia desta Vila e Vavasour, Hargreaves e Costa em Comandita, também desta vila.*

Saibam quantos esta escriptura de ratificação de concessão definitiva virem que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil oito centos noventa e seis aos dezesete de Julho nesta *villa* de Santo Thyrso e salla das sessões da Mesericordia da mesma *villa*, onde eu tabellião me encontro e vim para effeito da escriptura que antecede; aqui compareceram, como primeira outorgante, a Irmandade e Santa Casa da referida Mesericordia representada pelo seu provedor, o Excellentissimo Senhor Doutor Antonio Carneiro d'Oliveira Pacheco, casado, advogado e proprietario, residente nesta freguezia, e, como segunda outorgante a Sociedade Commercial, cuja denominação ou firma, segundo o respectivo titulo constitutivo, de sete de Julho corrente, na nota do tabellião Manoel Vieira da Silva e Sá, do Porto, e Vavasour, Hargreaves e Costa em Commandita, representada pelo socio director Thomaz Hargreaves, casado, industrial e proprietario, tambem morador nesta *villa*, sendo este e aquelle igualmente reconhecidos de mim tabellião e das testemunhas edoneas adeante nomeadas e no fim assignadas, do que dou fé. E, na minha presença e na das mesmas testemunhas pelos ditos outorgantes foi dito que, tendo-se constituido a sociedade commercial, segunda outorgante em condições de legitimamente representar aquell'outra sociedade, a que, no concurso aberto segundo a clausula decima oitava da escriptura de vinte e um de Fevereiro de mil oitocentos noventa e quatro, junta ao inventario por obito do benemerito Conde de São Bento e n'esse processo julgada por sentença, se deu preferencia, recta dar o devido e legal effeito a essa concessão por meio do presente contracto e respectivo titulo, nos termos seguintes:

Primeiro – O primeiro outorgante ratifica aquella preferencia ou concessão dada á primitiva sociedade constituída pelos senhores Honoré Vavasour e Thomaz Hargreaves, hoje representada pelo segundo outorgante, para o effeito da concessão definitiva dos subsidios destinados na referida escriptura, de mil oito centos noventa e quatro para a fundação d'uma fabrica junto a esta *villa*, a respeito dos quaes e dos respectivos direitos e obrigações dos outorgantes se observarão, em geral, as determinações d'essa escriptura, na parte respectiva, e, em especial, o declarado nos numeros seguintes:

Segundo – Logo que a segunda outorgante careça de reconstruir ou mudar mais para baixo o açude a que se refere a dita clausula d'aquella, isto é: para o aproveitamento das agoas do rio, como força motriz da fabrica, e so então, ser-lhes-há feita a cedencia do alludido açude e azenhas correspondentes, que, emquanto aquella hypothese se não vereficar, se conservarão no poder e administração da primeira outorgante, como cousa sua, propria.

Terceiro – Quando, na hypotese referida, haja de ser feita pela primeira á segunda outorgante a cedencia do açude e azenhas acima alludidas, serão então estipuladas as condições necessarias para que a tal respeito possam tornar-se effectivas as respectivas clausulas da mencionada escriptura de vinte e um de Fevereiro de mil oito centos noventa e quatro, e as cautellas exigidas por deliberação da Assembleia geral da Irmandade primeira

outorgante na sua sessão de vinte d'outubro de mil oito centos noventa e cinco, em que rezolveu que se fizesse a concessão de que nesta escriptura se trata, salvaguardando-se reciprocamente os legitimos interesses de cada uma das partes outorgantes em harmonia com a referida escriptura e deliberação, e determinando-se especialmente os termos em que a primeira outorgante poderá ter no açude, depois de reformado ou de novo construido pela segunda, para o fim referido, uma roda para moer ou tambem para tirar agoa para as quintas, sem prejuizo da fabrica, que em caso algum poderá ser prejudicada com essa roda ou turbina, como é expresso na referida escriptura de mil oito centos noventa e quatro.

Quarto – Desde que a segunda outorgante mostre haver dispendido no edificio da fabrica e dependencias vinte contos de reis e sendo a industria que se propoem explorar de natureza que poderá dar serviço diario pelo menos a cincoenta pessoas desta freguezia e *villa* com preferencia destas, como ante (?) aquela clausula da referida escriptura de mil oito centos noventa e quatro, a primeira outorgante far-lhes-há entrega da quantia de dez contos de reis, e bem assim do que tiver recebido da ametade dos creditos, que no alludido inventario foram descriptos sob numeros duzentos e quarenta a duzentos e quarenta e cinco inclusivé e dos direitos e titulos correspondentes á parte restante da mesma metade, que pertenceu ao herdeiro e sobrinho do referido Conde, consoante na dita escriptura de mil oito centos noventa e quatro foi estipulado.

Quinto – Mas, se, por motivo imprevisto, a primeira outorgante receber de juro annoal do capital com que ficou da herança d'aquelle titular uma media inferior a dous e meio por cento não será obrigada a entregar os ditos dez contos, em quanto as suas circunstancias não melhorarem, voltando a receber juro egual ou superior áquelle, annoalmente.

Sexto – Quando por ventura a segunda outorgante venha a liquidar ou falir, e os edificios construidos por ella sejam por isso vendidos em hasta publica, ou particularmente, não sendo para outra sociedade ou empreza correspondente e para o mesmo fim de fundação e exploração de fabrica nos termos da referida escriptura de mil oito centos noventa e quatro, terá a primeira outorgante o direito de ir haver as quantias e valores cedidos e mesmo o caneiro ou açude com todos os acessorios, se ao tempo se tiver effectuado a cedencia do açude e das azenhas, como acima fica ponderado: Para este effeito a segunda outorgante dará á primeira, na occasião da cedencia ou entrega das quantias e objectos referidos hypotheca nos alludidos edificios por ella construidos para o fim do concurso, que teve logar, e da propria constituição da mesma segunda outorgante, como sociedade commercial.

Setimo – A segunda outorgante obriga-se nos termos da mencionada escriptura de vinte e um de Fevereiro de mil oito centos noventa e quatro a dar serviço em todos os dias uteis na exploração da fabrica que vae construir a pessoas desta freguezia e *villa*, até ao numero de cincoenta pelo menos, de preferencia a quaesquer outras. Posto isto, mais disseram ambas as outorgantes que plenamente acceitaram este contracto nos termos em que fica estipulado e consequentemente se obrigavam respectiva e mutuamente a cumpri-lo. Vae ser pago o sello de mil reis pela estampilha abaixo collada e inutilizada. Foram testemunhas prezentes o Excellentissimo Doutor Eduardo da Costa Macedo, casado, advogado e proprietario, e Antonio Francisco Ferreira, casado, official de diligencias e proprietario, ambos desta *villa* que assignam com os outorgantes, fazendo-o com a respectiva firma, que

tem o direito de usar, o representante alludido da segunda outorgante, depois de lido por mim Francisco de Souza Trepa tabellião o conclui e assigno em publico e raso. Antonio Carneiro d'Oliveira Pacheco = Vavasour, Hargreaves e Costa em Commandita = Eduardo da Costa Macedo = Antonio Francisco Ferreira. Em testemunho de verdade. Logar do signal publico – Francisco de Souza Trepa. Tem os sellos no valor supra declarados e os da contribuição industrial no de setenta e cinco reis todos inutilizados. Esta conforme. Santo Thyrsio dezoito d'agosto de mil oitocentos e noventa e seis. Eu Pelayo Julio Gonçalves, tabellião interino (...) e assigno em publico e raso. Em testemunho de verdade, O tabellião interino Pelayo Julio Gonçalves.

9

1898, Junho, 05 – *A Sociedade da Fábrica de Tecidos de Santo Tirso que do contrato entre a dita Sociedade e a Misericórdia de Santo Tirso resultara um compromisso desta acerca de uma participação monetária na construção da dita empresa que a sociedade referida vem agora requerer da dita Misericórdia*

Ill.mos Snrs. Provedor e Mezarios da Santa Casa da Misericórdia

Accordão em meza: que depois de legalmente auctorizada e de preceder precisas em harmonia com o estipulado na escriptura citada, se realizará o pagamento referido, digo pagamento requerido.

Diz a Fabrica de tecidos de Santo Thyrsio, sociedade commercial sob a firma Vavasour, Hargreaves e Costa em commandita, que pelo contracto celebrado entre José Luiz d'Andrade e a Santa Casa da Misericórdia d'esta *villa* por escriptura de 21 de Fevereiro de 1894, ficou a mesma Santa Casa obrigada a dár á empresa que montasse uma fabrica n'esta vila, a quantia de dez contos de reis, bem como metade do que se apurasse d'umas certas dividas activas da herança do fallecido Conde de S. Bento, julgadas pouco cobráveis, dividas essas que n'aquella escriptura vêm especificadas.

Por virtude d'essa obrigação abriu a Santa Casa concurso para o estabelecimento da fabrica, e n'elle foi preferida a firma requerente, fazendo-se-lhe a adjudicação, de que se lavrou o competente contracto; e conforme este contracto e aquella escriptura a empresa tem direito a receber aquellas quantias logo que fossem dispendidas nos trabalhos da fabrica mais de vinte contos de reis.

Esta condição esta há muito cumprida pois que a empresa requerente já empregou na construcção da fabrica e seu machinismo mais de sessenta contos de reis, e assim assiste-lhe o direito de receber os dez contos de reis arbitrados na escriptura, bem como as quotas que por ventura se tenham já cobrado das dividas que na escriptura lhe foram reservadas, ficando ainda com direito a receber as outras quotas á proporção que se foram cobrando. N'estes termos pretende que a Santa Casa lhe faça pagamento das quantias a que a empresa tem direito, obrigando-se esta a prestar a garantia hypothecaria, de que falla a escriptura, e procedendo, se assim fôr necessario, as competentes diligencias por parte da Santa Casa para a avaliação do capital já empregado pela empresa, quer em obras, quer em machinismo.

Pede a Vossas Excellencias se dignem deferir. E Receberá Mercê.
Vavasseur, Hargreaves e Costa em Commandita.

10

1899, Julho, 24 – Assento de óbito de José Luís de Andrade

Aos vinte e quatro dias do mez de Julho do anno de mil oitocentos noventa e nove ás doze horas da manhã no Campo Vinte e Nove de Março d'esta *villa* e freguezia de Santa Maria Magdalena de Santo Thyrsó, Concelho de Santo Thyrsó Diocese do Porto falleceu, tendo recebido os sacramentos da santa Madre Igreja, um individuo do sexo masculino, por nome José Luiz d'Andrade, de idade de sessenta e sete annos, solteiro, capitalista, natural da freguesia de Sam Thomé de Negrellos, deste concelho e diocese e morador no dito Campo Vinte e Nove de Março, filho legitimo de Joaquim Luiz de Andrade, natural da mesma freguesia de Sam Thomé de Negrellos, caseiro de terras, e de Maria Rosa Martins, natural da mesma freguesia, caseira de terras e foi sepultado em jazigo particular, no cemitério d'esta freguesia.

E para constar, lavrei em duplicado este assento, que assigno. Era ut supra. O Abbade Joaquim Augusto da Fonseca Pedrosa.

Bibliografia alusiva ao Conde de S. Bento

Album de Contemporaneos Illustres – Conde de S. Bento, Manuel José Ribeiro, fasc. 28, Typographia Gutenberg, Lisboa, s.d. Folheto de 8 pp., com uma gravura do Conde de S. Bento dos finais do séc. XIX, assinada por Pastor, sem indicação do autor literário. Deve ter sido do mesmo ano do falecimento do nosso Conde (1893), que se fala da organização de uma comissão que lhe vai levantar um monumento - que não é a estátua, que já fora levantada antes de ele falecer, a 29 de Agosto de 1892, mas do mausoléu, que só foi feito em 26 de Março de 1894.

ANDRADE, José Coelho de - *Galeria dos Thyrsenses Illustres. Conde de S. Bento*, em Ave. Gazeta de Santo Thyrsó, n. 1, Junho de 1912, pp. 15-18.

CAMILO - *Seroens de S. Miguel de Seide*, vol. V, sob o título “Carta aos Seroens de S. Miguel de Seide”, ed. Livraria da Civilização de Eduardo da Costa Santos, Editor, Porto, 1886, pp. 11-32.

CARVALHO CORREIA, Francisco - *No Centenário do falecimento do Conde de S. Bento. O mausoleu ou apontamentos para a história da arquitectura romântica no concelho de Santo Tirso*, em “Santo Tirso. Da cidade e do seu termo”, vol. 1, edição da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000, p. 437-442.

CARVALHO CORREIA, Francisco - *A Praça do Conde de S. Bento: a sua origem e o desenvolvimento urbanístico da nossa cidade*, em “Santo Tirso. Da Cidade e do seu Termo”, vol. II, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 2000, pp. 497-508.

CARVALHO CORREIA, Francisco - *O altar da Senhora da Assunção, no claustro da igreja matriz de Santo Tirso. No centenário da morte do Conde de S. Bento*, em “Ecos de Negrellos”, Abril de 1993, p. 11.

FERREIRA, Joaquim - *O Conde de S. Bento*, Porto, 1964. Trata-se de uma conferência feita em S. Miguel das Aves, destinada a comemorar o centenário da erecção da vila de Santo Tirso em concelho.

MACHADO, Dr. Henrique Pinheiro – *O Conde de S. Bento e o Fomento Económico*, em “Ecos de Negrelos”, de Abril de 1993, p. 10; e de Maio de 1993, p. 12

MARTINS PINHEIRO, P.^a Luís Gonzaga - *José Luís de Andrade*, em “Ave, Cadernos de Cultura”, n. 9, ed. da Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999.

PIMENTEL, Alberto - *Santo Thyrsos de Riba d'Ave*, ed. do Club Thyrsense, Santo Tirso, 1902, pp. 80-140.

Páginas do JST, por ocasião da abertura da Escola Primária, do Hospital, da inauguração da estátua, da sua morte e da sua trasladação para o mausoléu, no interior do primeiro claustro do mosteiro de Santo Tirso.

[56] *P. 180, l. 15-23* (ABM) – A defesa da passagem do Vizela na Ponte de S. Marinho do Campo (25 de Março de 1809).

A Ponte de Negrelos encontra-se implantada sobre tramo final do rio Vizela. Na margem direita tem acesso através da Rua da Ponte, em Lordelo e pela Travessa da Ponte e Rua da Ponte, em Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães. Na margem esquerda, pela Rua da Flor do Campo, em S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso.

De origem romana, única no concelho, conservou até aos nossos dias as principais características arquitectónicas que distinguiram a obra pública latina, realçando todo o potencial de desenvolvimento de uma filosofia e técnica construtiva pensada para servir e durar, própria da mentalidade romana, na qual o pragmatismo tinha primazia em relação à forma.

As limitações técnicas então existentes, designadamente o desconhecimento do cálculo de resistência dos materiais, dos coeficientes de carga, tensão e elasticidade das estruturas, que impunham um trabalho com margens de segurança muito elevadas, terão estado na origem do segredo da sua resistência e durabilidade, factores que viriam a granjear à construção romana uma justa reputação de solidez e longevidade, sabendo-se, contudo, que os engenheiros que levantaram este tipo de obras, geralmente de iniciativa militar, tinham como propósito a sua robustez e perenidade.

Recentemente, a propósito das invasões francesas, a Ponte de Negrelos viria a ser notícia e alvo de vários estudos de divulgação. O episódio bélico de que foi palco, datado de 25 e 26 de Março de 1809, reporta-se à heróica tentativa de defesa por parte dos habitantes de S. Martinho do Campo ao progresso do 31.º regimento das tropas francesas, que mereceu destaque assinalável na historiografia local.¹⁶⁶

¹⁶⁶ Veja-se a propósito o artigo de P.^o João Pinto dos Reis no *Jornal de Santo Thyrsos*, n.º 6 de 26 de Agosto de 1891.

Este momento, intitulado como Passagem de Negrelos nas *Mémoires sur les opérations militaires des français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage em 1809*, atribuídas ao general Soult, é relatado da seguinte forma;

«Um outro destacamento foi enviado, às ordens do major Nicholas, para a ponte de Negrelos. Este oficial apoderou-se da ponte sobre o Ave e obrigou os naturais a levantar o que fora destruído.

Mas, durante a noite, os enviados do comandante do Porto sublevaram, outra vez, os habitantes; e tropas portuguesas, que chegaram com canhões, retomaram a ponte (...).

A coluna da esquerda, para chegar, tinha de retomar a ponte de Negrelos. Os nossos soldados, porém, eram detidos pelos do inimigo (os portugueses) que, ocultos por detrás das árvores, pareciam inexpugnáveis. Por isso, o general Jardon, já impacientado com esta resistência, tomou uma espingarda e avançou. Mas logo foi morto por uma bala que o atingiu na cabeça. Este general tinha alcançado uma valorosa reputação; e cada novo combate lhe ia adicionando renovado esplendor. Nesta campanha distinguiu-se particularmente, na Corunha e na Falperra. A sua morte encheu de dor o 31º regimento que, ao testemunhar a bravura, resolveu vingar a sua morte. Os soldados, animados de um ardor verdadeiramente irresistível, passam o rio, com água pela cintura, e levantando ao alto a espingarda e a cartucheira. Outros avançam na garupa, atrás dos cavaleiros. E tudo cede, diante deles. Tomam a artilharia; e os portugueses que não fugiram são imolados. Mais de duas centenas de homens ficaram estendidos pelo chão. Este sucesso abriu às divisões Francheschi e Mermet a passagem da ponte e possibilitou-lhes a sua junção com a coluna do centro.».¹⁶⁷

[57] P. 213, l. 8 (ABM) – Toponímia / Alvarelhos

O topónimo medieval – *Albarelios* – documenta-se a partir de 907 (PMH, DC, n.º 14)¹⁶⁸ e, etimologicamente, está relaciona-se com a onomástica germânica tendo tido origem num antropónimo de um possessor de nome *Alvarus* ou *Albarus* (MACHADO 1993), correspondendo a uma realidade sociológica que não se identifica directamente com o castro ou o *aglomerado urbano secundário* romano que aí se desenvolveu a partir do segundo quartel do séc. I. Assim, será de admitir que o seu nome romano se tenha perdido e o de época proto-histórica, como se depreende dos vestígios epigráficos conhecidos, se tenha cristalizado numa estrutura de âmbito regional, mais expressiva, que em época medieval se consolidou como uma realidade jurídico-administrativa designada por “Terras da Maia”. Almeida Fernandes opta por uma abordagem distinta argumentando não entender a ligação pelo próprio sufixo *-elhos*; especialmente por se encontrar no plural. A sua proposta desenvolve-se a partir de «alvar» + *elho* (<lat. *-iculu-*), no plural, reflectindo um antigo vocábulo **alvarelho*, relativo a uma espécie de carvalho, caracterizadora da região fitoclimática da região norte do País (FERNANDES 1999, 40).

¹⁶⁷ *Mémoires sur les opérations militaires des français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage em 1809*, Paris 1821, pp. 153-154. Tradução de Francisco Carvalho Correia (CORREIA 2000b, 54-55).

¹⁶⁸ *Portugalia Monumenta Historica*; Doc. n.º 14 (907), 16 (908), 65 (979), 126 (979), 151 (986), 158 (990), 382 (1052), 413 (1059), 603 (1076), 616 (1083), 729 (1089).

[58] *P. 259, l. 15-23* (ABM) – Termas romanas das Caldas da Saúde
Caldas da Saúde, Areias, Santo Tirso

Termas

Lat. - 41° 22' 12" N

Long. - 8° 28' 45" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 90 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Ruínas de um balneário romano detectado em 1905, no momento em que se procedia à construção de um edifício termal e um reservatório de água. Foram recolhidas inúmeras moedas romanas e tégulas (LIMA 1962, 19; CORREIA 1989, 102-103; 1989a, 44)¹⁶⁹.

Bibl. – PIMENTEL 1902, 259; LIMA 1951a, 325; CARNEIRO 1962, 19; ALARCÃO 1988, 17, n.º 297; CORREIA 1989, 102-103; 1989a, 44; MOREIRA 2004a, 27-28.

[59] *P. 312, l. 12* (ABM) – Castro de Alvarelhos

Monte Grande, Alvarelhos, Trofa.

Castro (*Castellum Madiae*), aglomerado urbano secundário / *Vicus* / Castelo

Lat. - 41° 19' 21" N

Long. - 8° 37' 10" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 222 m (C.M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Encontra-se implantado num dos contrafortes transversais da franja leste da serra de Santa Eufémia que se desenvolve com orientação sul/norte, desde o lugar da Carriça até Guidões. As plataformas onde se encontra instalada a estação arqueológica desenvolvem-se em declive moderado para o vale da ribeira da Aldeia, afluente da margem esquerda do rio Ave. O substrato rochoso da região é granítico, embora se localize próximo de uma zona de contactos com xistos grauvaques onde é frequente o aparecimento de quartzitos e rochas ígneas.

A sua topografia revela um pendor moderado com orientação oeste/leste significativamente atenuada por duas elevações que contrariam o desnível natural da vertente em direcção ao vale. A primeira, denominada localmente por Monte Grande, desenvolve uma planta circular com uma cota máxima de 222 m, sendo a plataforma superior relativamente plana, mas pouco extensa. As suas faces sul, norte e leste têm um pendor mais marcado definindo um talude largo, parcialmente ocupado por um caminho, a que, provavelmente, corresponderá a sua única linha defensiva. A face nordeste possui uma vertente mais suave formando uma plataforma de ligação para o interior do maciço montanhoso, que neste local revela características semi-planálticas.

A segunda elevação, denominada por S. Marçal, frequentemente referida como topónimo da estação arqueológica, encontra-se na face sudeste da estação. Possui uma configuração

¹⁶⁹ Francisco Carvalho Correia, a partir da análise toponímica registada no local até ao século XVI sob a forma de *Pena de Gouve*, associa os vestígios à existência de uma eventual *villa* romana que poderia assumir o topónimo de *Villa Gaudii* (CORREIA 1989, 102).

cónica com vertentes íngremes, actualmente alteradas por um caminho que o circunda até ao topo. A pequena plataforma superior foi aplanada artificialmente para servir de local de implantação de uma pequena capela, hoje completamente destruída, cujo orago confere o micro-topónimo à elevação.

A parte intermédia que medeia entre as duas elevações forma uma plataforma bastante extensa de orientação sudoeste/nordeste, com uma ligeira projecção para norte, sendo delimitada nos seus extremos por duas linhas de água que definem a estação nas faces nordeste e sudeste respectivamente, e que marcam topograficamente a planta alongada da área arqueológica.

Globalmente, forma uma planta alongada, de perfil irregular, marcada por pendores moderados em todas as suas faces à excepção do lado noroeste.

Os terrenos em que se distribuem as ruínas são hoje ocupados parcialmente por vegetação arbórea, identificando-se também alguns terrenos agrícolas dispersos pelos vários núcleos habitacionais, nomeadamente em Monte Grande, Sá, Sobre-Sá, Quinta do Paiço e Quinta dos Aidos. Em tempos mais recuados, para além das alterações topográficas que sofreu com a construção de habitações e a criação de socacos para a prática da agricultura, foi também alvo de exploração esporádica de pedra, para a edificação das construções e muros de divisória de propriedades que originaram seis pequenas pedreiras, localizadas no Monte Grande e Quinta dos Aidos que, apesar da sua diminuta dimensão, destruíram ruínas e respectivas estratigrafias associadas.

A área arqueológica encontra-se implantada na Unidade Cartográfica Ru5.1, a que corresponde a Unidade Fisiográfica Qgo2, e terrenos sem aptidão agrícola (A0). No entanto, nas suas imediações, nomeadamente, para leste, desenvolvem-se terrenos de aptidão agrícola moderada e elevada que correspondem ao vale desenhado pela Ribeira da Aldeia (a norte, na zona de Alvarelos, Cidoi e Guidões - Unidade Cartográfica Cd2.4 = Unidade Fisiográfica Qxp1 = Aptidão agrícola moderada A2 / a sul na zona do Muro, S. Roque e Quintão - Unidade Cartográfica Te10.1 = Unidade Fisiográfica Qgp1 = terrenos de aptidão agrícola elevada).

Apesar de amplamente mencionada na bibliografia arqueológica, fundamentalmente devido a achados fortuitos, de que é exemplo a pátera de prata que se encontra no Museu Nacional de Arqueologia e do tesouro monetário de cerca de cinco mil denários de prata recolhido em 1971, o castro, ao longo deste século, nunca tinha sido alvo de uma abordagem de investigação sistemática, contando apenas com uma intervenção pontual efectuada por José Fortes em 1899, e uma outra da mesma amplitude realizada por Serpa Pinto, em Setembro de 1926, no lugar dos Aidos, da qual não resultou qualquer memória ou registo escrito. Posteriormente, em 1986, foi realizada uma intervenção arqueológica enquadrada pelos Serviços Regionais de Arqueologia, sob a responsabilidade científica de Lino Tavares Dias. A partir do início da década de 90 até 1998 desenvolveram-se trabalhos de grande amplitude que corporizaram um projecto de investigação científica da responsabilidade de Álvaro Brito Moreira cujos resultados foram enquadrados no estudo monográfico – *Castellum Madaiae. Formação e desenvolvimento de um aglomerado urbano*

secundário no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave – que corporizou a tese de doutoramento por nós defendida na Universidade de Santiago de Compostela¹⁷⁰.

Obs. - Classificado como Monumento Nacional desde 16 de Julho de 1910. Beneficia de uma Zona Especial de Protecção criado em 1976, posteriormente rectificada e ampliada em 1992.

Bibl. - COSTA 1706, 366; SARMENTO 1883-84; 1933, 165, 168; 1970, 48-52; FORTES 1899, 7-28; FERREIRA 1907, 285; 1923, 47; AZEVEDO 1939, 101-102; SANTARÉM 1956, 63-64; 1977, 161-170; TEIXEIRA; MEDEIROS; ASSUNÇÃO 1965, 46; ALMEIDA 1969, 31-32; 1973, 209; 1978, 29; TORRES 1978-1979, 15-250; SOEIRO 1980, 237-243; SILVA 1980, 79-90; 1986, 83, n.º 355; CRUZ 1982, 3, nota 2; CENTENO 1987, 34-41, 111; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/350; MOREIRA 1992, 34-47; 1997a, 14-82; 2007, 34-41, 2010; QUEIROGA 1992, 168, n.º 240; ALMEIDA 1992, PDM de Vila do Conde;

P.M.H. - Doc. n.º 14 (907), 16 (908), 65 (979), 126 (979), 151 (986), 158 (990), 382 (1052), 413 (1059), 603 (1076), 616 (1083), 729 (1089).

Para efeitos ilustrativos da importância científica do imóvel reúne-se o material mais significativo recolhido ao longo dos últimos anos que tem vindo a ser publicado de forma dispersa, com o propósito de sistematizar a informação existente sobre a estação, prévia à nossa intervenção, realizada entre 1990 e 1998.

Achados epigráficos

Lápide funerária

Lápide funerária recolhida em 1972 por Carlos Faya Santarém no lugar de Sobre-Sá, Alvarelhos. Encontrava-se deslocada do seu contexto arqueológico original, servindo de padieira na entrada de uma mina de água. Encontra-se actualmente exposta no Museu de História e Etnografia da Maia.

Bloco de granito de grão médio da região, de forma paralelepípedica, ligeiramente irregular. Encontra-se fracturada no extremo inferior, onde há vestígios de mais uma linha. Não existe delimitação do campo epigráfico. Gravação nítida e bem vincada em caracteres actuários regulares de recorte desigual. A paginação é deficiente. No fim da antepenúltima linha, devido à exiguidade de espaço, as letras tiveram que ser mais apertadas e reduzidas na dimensão, assim como os espaços interlineares.

Dim.: 77/80 cm x 28/31 cm x 15/20 cm; Camp. Epig.: 70 cm x 25 cm

¹⁷⁰ 12 de Fevereiro de 2010 - Faculdade de Geografia e História da Universidade de Santiago de Compostela.

MADE/QVIS(*enses*) / STATV/ERVNT / LADRO/NO . CA/MALI . F(*ilio*) / ANTONIO / A(*nimo*) . L(*ibentes*) . MO(*numentum* ?) (...).

Os *Madequisenses* erigiram de livre vontade este monumento a Ladrão António, filho de Camalo.....

Alt. letras: 1: 1: 6; 2: 7; 3.4: 7;

2: 1: 7; 2: 5; 3: 5,5; 4: 5;

3: 1: 6; 2: 5,5; 3: 6; 4: 6,5; 5: 5;

4: 1: 4,5; 2: 6,5; 3: 5; 4: 5,5; 5: 6;

5: 1: ?; 2: 5,5; 3: 6,5; 4: 7; 5: 5,5;

6: 1: 6; 2: 5,5; 3: 5,5; 4: 6;

7: 1: 5; 2: 4,5; 3: 5; 4.5: 5;

8: 1.2.3: 5,5; 4: 5; 5: 6; 6: 5,5; 7: 5;

9: 1: 6,5; 2: 5; 3: 5,5; 4: 6;

Esp. Inter. 1. 2: 2; 3: 2/4; 4: 2/3; 5: 2; 6: 2; 7: 1,5/2; 8: 1/3; 9: 1/2

A sua datação poderá ser efectuada segundo um critério paleográfico que coloca o monumento em iguais circunstâncias com a inscrição rupestre da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, datada dos meados do séc. III (inscrição dedicada pelos *Fidueneae* a *Cosunea*, divindade que tem vindo a ser identificada com Marte) onde também se nota um alargamento da letra M (SILVA 1980, 85).

O antropónimo indígena *Camalus*, interpretado como de origem céltica por Untermann (UNTERMANN 1965, 85-86), encontra-se amplamente representado na Galécia e é particularmente típico da região de Braga onde surge cerca de 15 vezes (TRANOY 1981, 35) enquanto, *Ladronus*, antropónimo indígena, embora menos frequente, manifesta-se noutros monumentos da região¹⁷¹.

Bibl. - *Jornal de Notícias* 23/1/1973; LE ROUX; TRANOY 1974, 252, n.º 16; *AE* 1977, 451; SANTARÉM 1977, 161-170, est. I; SILVA 1980, 84-86, est. III, V, n.º 2; TRANOY 1981, 376; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/350; MOREIRA 1992, 19, fot. 3; 2010, 237.

Ara votiva

Ara recolhida no castro em data anterior a 1893. A partir da Quinta do Paço, onde se encontrava depositada, terá sido transferida para o Museu da Sociedade Martins Sarmento, e, posteriormente oferecida ao Museu Etnológico Português, em 1905, pelo Abade Sousa Maia, através de Félix Alves Pereira que, nesse ano, efectuou uma visita à região de Entre-Douro-e-Minho e reuniu inúmeros materiais arqueológicos, entre os

¹⁷¹ Veja-se uma epígrafe de carácter funerário proveniente de Cárquere, Lamego - *CIL* II S, 5248; *ILER* 4876, que apresenta a leitura *Laroni*, que, segundo interpretação de Armando Coelho, dever-se-á ler *Ladroni* (SILVA 1980, 85, nota 26).

quais vários provenientes de Alvarelhos. Encontra-se actualmente depositada no Museu Nacional de Arqueologia (MNA, n.º E 16711).

Ara votiva de grão fino da região, trabalhada nas quatro faces, ligeiramente danificada no fuste, sem prejuízo da leitura da epígrafe. Fuste liso. A inscrição ocupa a totalidade de uma das faces, não havendo qualquer definição do campo epigráfico. A base foi utilizada para a colocação da fórmula final consacratória. Apresenta no local do fôculo uma saliência cônica. Tendência para alinhamento segundo um eixo de simetria. Inscrição em caracteres actuários bem nítidos e vincados, com inclinação predominante à esquerda. Paginação deficiente. O espaço foi mal calculado, ficando a última linha com caracteres de menores dimensões que os anteriores, assim como os espaços interlineares, particularmente o quinto espaço. Desta forma, foi necessário utilizar a base como suporte para a colocação da fórmula final consacratória.

Provavelmente, tratar-se a de uma alusão ao Génio tutelar do *vicus*, facto aliás referido a propósito do local exacto do seu aparecimento. O culto ao Génio parece não ter tido especial relevância no Noroeste Peninsular¹⁷².

Dim.: 66 cm x 23 cm x 80 cm; Camp. Epig.: 29 cm x 20 cm

GENIO / SATVR/NINVS / CATVR/ONI(u)S F(*ilius*) / V(*otum*) S(*olvit*) L(*ibens*) A(*nimo*)

Saturnino, filho de Caturão, de boamente cumpriu o voto ao Génio.

Alt. letras.: 1: 1: 4; 2.3.4.5: 4;
 2: 1.2.3: 5; 4: 5,5; 5: 5;
 3: 1: 5; 2: 4,5; 3.4: 4; 5: 5;
 4: 1.2: 4,5; 3: 5,5; 4.5: 5,5;
 5: 1.2.3: 3; 4: 4,5; 5: 4;
 6: 1: 4,5; 2: 5; 3.4: 5,5;

Esp. Inter.: 1: 1,5/2; 2: 2/2,5; 3: 3; 4: 1,5/2; 5: 1,5; 6: 2.

¹⁷² No Noroeste Português o culto ao Génio identifica-se numa epígrafe da Quinta de Rios de Cima, freguesia de Caires, concelho de Amares. A ara foi identificada em 1983 por José Pedro Ribeiro e publicada em 1985 por José de Encarnação (ENCARNAÇÃO 1985, 41-49). Revela algumas particularidades que a distanciam da epígrafe de Alvarelhos, designadamente a origem do dedicante e algumas características paleográficas, como, por exemplo, a menção da divindade no final, após a referência do dedicante. Segundo a leitura do autor – Q(*uintus*). SABI/NIVS . FLOR/RVS . GEN/IO . V(*otum*) . S(*olvit*) . L(*ibens*) . M(*erito*) – Quinto Sabínio Floro cumpriu de bom grado o voto ao Génio, digno de merecimento –, constituirá um dos únicos exemplares conhecidos no convento bracaraugustano de um altar dedicado a este deus a título privado. A leitura da epígrafe não levanta problemas de maior tendo sido, ao longo da sua já vasta bibliografia, unanimemente desdobrada. O facto de o Génio ser mencionado sem qualquer epíteto indígena tem sido interpretado como sendo um exemplo de referência no processo de romanização, que aqui é reforçado pelo facto de o dedicante ser indígena e pelas características formais da própria epígrafe, designadamente a estrutura textual e a utilização da fórmula final consacratória – *votum solvit libens animo* –, elementos que revelam uma profunda aculturação. Alain Tranoy, ao referir-se ao culto da divindade tutelar romana *Genius*, acentua a importância do altar, designadamente por constituir um importante elemento de fundamentação da interpretação do estatuto do *vicus* de Alvarelhos (TRANOY 1981, 322).

Segundo Carlos Alberto Ferreira de Almeida este *Genius* tratar-se-ia de um deus local, tópico, polivalente e, por isso, assim genericamente apelidado, subentendendo-se, desta forma, a localidade ou a gentilidade a que pertencia.

A personagem que dedica o monumento, *Saturninus* é um indígena cuja filiação, *Caturonius*, é particularmente frequente na onomástica local e regional que tem por base o nome indígena *Caturo*. O nome *Saturninus*, apesar de não ser muito abundante regista-se na ara votiva de S. Bartolomeu, Santo Tirso, na filiação do dedicante e tem vindo a ser apontado como ligado à antroponímia pré-romana (KAJANTO 1982, 18).

Caturonis é um antropónimo particularmente frequente na onomástica local e regional. É construído a partir do antropónimo indígena *Caturo* na medida em que este nome representa um processo de latinização por aproximação aos nomes romanos, neste sentido a terminação deverá ser entendida em - *ius* (TRANOY 1989-90, 218). Para alguns autores constitui um dos antropónimos mais originais desta região com provável interpretação de “guerrilheiro”, em clara evocação da importância do latrocínio entre os povos castrejos (MARTINS; SILVA 1984, 39, notas 23-24; SILVA 1986, 269; 2003, 48).

Dos vários exemplos geograficamente próximos destacam-se três provenientes de Braga.

1) - TARQVINIVS / CATVRONI F(*ilius*) (*annorum*) XI / H(*ic*) . S(*itus*) . E(*st*)¹⁷³

2) - ADRONVS / CATVRONI / P(ou F?) . (?) . CIE . AN(*orum*) (--) / H(*ic*) . S(*itus*) . E(*st*)¹⁷⁴

3) - ALBVR/A . CAT/VRONIS / F(*ilia*) . (*castellum* ?) . LETI/OBRI? . A/NN(*orum*) . LXX / H(*ic*) . S(*ita*) . E(*st*)¹⁷⁵

Bibl. - *CIL*, II, 6338 f; *ILER*, 543; GUIMARÃES 1901, 56; PIMENTEL 1902, 311; VASCONCELOS 1905, 296-298, fig. 139; MATTOS 1905-1908, 124; 1947, 65; CARDOZO 1935, 46; 1947, 194; LIMA 1940, 43, 58-59; SANTARÉM 1956, 65-66; ALMEIDA 1969, 26; TRANOY 1981, 322; ENCARNACÃO 1985, 41-49; ALARCÃO 1988, 19, n.º 17348; GAMER 1989, 227, *DL* 11, est. 60h; GARCIA 1991, n.º 260; MOREIRA 1992, 17-18, fot. 2; 2010, 239-240; RIBEIRO; FERNANDES 2002, 459, n.º 125.

¹⁷³ Epígrafe recolhida em Braga, no Largo do Paço ou Campo da Vinha, actualmente desaparecida. Veja-se; *CIL* II, 2430a; *ILER* 2543; SOUSA 1973, 18; TRANOY; LE ROUX 1989-90, 218.

¹⁷⁴ Epígrafe proveniente do Largo do Paço ou no Campo da Vinha, Braga. Encontra-se mutilada no canto inferior direito. Actualmente desaparecida sem que se conheçam as suas medidas ou características paleográficas. Veja-se; *CIL* II, 2430b, TRANOY 1989-90, 217.

¹⁷⁵ Epígrafe recolhida na Rua D. Afonso Henrique, em Braga, que deverá pertencer à via XVII. Estela em granito, fragmentada no fundo, com forma de berço, sem qualquer decoração. Campo epigráfico rebaixado e delimitado por uma bordadura com a mesma forma que a estela. Dim.: 0,79 x 0,40 x 0,21 m. Campo epigráfico Dim.: 0,71 x 0,30 m. Dim. das Letras: 4,5 cm a 6,5 cm. Depositada no Museu da Sé Catedral (LE ROUX; TRANOY 1973, 193, n.º 7; AE 1973, 303; SOUSA 1973, 28, n.º 45; YAGUAS, 1984, 20; TRANOY; LE ROUX 1989-90, 194).

Pátera

Pátera de prata descoberta em 1861 na Quinta do Paço, Alvarelhos, Trofa. Actualmente encontra-se no Museu Nacional de Arqueologia, integrada na exposição permanente (MNA, n.º Inv. Au 112). Fundo circular emoldurado por canelura de perfil arredondado que delimita a área da base onde, na face interna, se encontra a inscrição e o baixo-relevo figurativo. A aba lateral é recortada com desenho irregular com orientação oblíqua. A inscrição é feita com letras douradas, em caracteres monumentais, bem proporcionados e com distribuição regular. Eventualmente, constituiria uma oferenda depositada num templo consagrado a *Marte*.

A representação figurada corresponde ao deus romano na sua pose convencional de legionário ou a uma divindade indígena sincretizada com o deus latino. O guerreiro barbado tem elmo com penacho, veste túnica e *ocreae* e usa *coligae*. Na mão esquerda, repousando junto aos pés, segura um escudo oval e na mão direita segura uma lança.

Dim.: Diâmetro interno - 8 cm; Altura máxima - 20,8 cm; Largura máxima - 22,7 cm; Peso 67,49 gr..

S(extus) . ARQVI(us) . CIM(bri) / L(ibertus) . SAVR(?) . V(otum) . S(olvit) . L(ibens) . M(erito)

Alt. letras.: 1: **1**: 0,8; **2**: 0,8; **3**: 1; **4**: 1,3; **5**: 1,1; **6**: 1,2; **7.8**: 1; **9**: 0,9;
2: **1.2.3**: 0,9; **4**: 1,1; **5**: 1; **6**: 1,2; **7**: 1,3; **8**: 1,1; **9**: 1;

A interpretação de *SAVR(?)* como teónimo indígena ou, em contrapartida, como cognome desconhecido do dedicante, dividiu as interpretações dos vários autores que se debruçaram sobre o estudo da peça, cuja interpretação global da legenda não se tem revelado consensual.

Contam-se entre os partidários da análise de Hübner, que acima transcrevemos, Leite de Vasconcelos, Blázquez Martínez e José de Encarnação, que consideram a abreviatura de *SAVR(...)*, como correspondente ao nome do deus (VASCONCELOS 1905, 310-311; BLÁZQUEZ 1962, 124; ENCARNACIÓN 1975, 273). Carlos Alberto Ferreira de Almeida, Alain Tranoy e Jorge Alarcão, entre outros, valorizando a representação figurada do deus que, iconograficamente corresponde a Marte, interpretam *SAVR(...)*, como sendo o cognome abreviado do dedicante, em conformidade com a estrutura do texto, onde, inclusivamente, o nome do deste é também abreviado (ALMEIDA 1969, 28-29; TRANOY 1981, 314)¹⁷⁶.

¹⁷⁶ Esta interpretação é também seguida, ainda que timidamente, por José Garcia (GARCIA 1991, 527-528, n.º 602). Olivares Pedreño, em estudo recente sobre os deuses indígenas do noroeste, aborda a problemática da interpretação da epígrafe, sem definir uma posição clara (PEDREÑO 2000, 76-77).

Alain Tranoy cita paralelos de âmbito regional cuja iconografia se assemelha à presente que, em certa medida, reforçam a interpretação da figura central como representando Marte. O autor refere, nomeadamente, a estatueta proveniente do santuário da Nossa Senhora da Piedade em Penafiel¹⁷⁷, e a uma outra em depósito no Museu Soares dos Reis, Porto, de proveniência desconhecida (TRANOY 1981, 314).

Jorge Alarcão propõe uma interpretação que equaciona a possibilidade de a pátera ter sido consagrada por uma terceira pessoa, neste caso *Saur* (*Saurus*), personagem que teria actuado em nome do verdadeiro dedicante, interpretado pelo autor como *Sextus Arquius Cimber* (ALARCÃO 2000, 49). O deus representado, segundo o mesmo autor, valorizando o enquadramento arqueológico regional, poderia ser *Cosus*. A partir dessa proposta teríamos como leitura da legenda;

S(extus) . ARQVI(*vs*) . CIM(*ber*) // L(*ucius*) . SAVR(*vs*) . V(*otvm*) . S(*olvit*) . L(*ibens*) . M(*erito*)

Sexto Arquio Cimber através de Lucio Sauro [a *Cosus*] cumpriu o voto de boa mente.

Seguindo o mesmo raciocínio, aceitando a personagem que se encontra representada na pátera como uma divindade indígena sincretizada regionalmente identificada com *Cosus*, ou na expressão romana na forma de *Marte*, de acordo com o simbolismo formal do objecto, a interpretação mais ajustada e, eventualmente, paleograficamente mais correcta, seria a de admitir a existência de dois dedicantes:

S(extus) . ARQVI(*vs*) . CIM(*ber*) / L(*ucius*) . SAVR(*vs*) . V(*otvm*) . S(*olvervnt*) L(*ibentes*) . M(*erito*)

Sexto Arquio Cimber e Lucio Sauro [a *Cosus* / *Marte*] cumpriram o voto de boa mente.

Cardim Ribeiro (RIBEIRO 2002, 428-442) propôs uma nova leitura com base na interpretação da primeira sigla com que se inicia a epígrafe, que, segundo o autor, remete para a expressão gaulesa de *Segomo*, ou para o seu cariz como *numem* protector dos militares, ao ponto de com eles se metamorfosear, *Sagatus*, que prefere, atendendo ao facto de ser uma forma adjectival latina e da sua plena adequação à figura de Marte trajado de militar, enquanto o primeiro apelará ao carácter “galo-germânico” do antropónimo *Saurius* que supôs como o gentílico beneficiário do voto. Neste sentido, o autor propõe: *S(egomoni vel Sagato)* . ARQVI(*us*) . CIM(*ini filius*) L(*ucio*) . SAVR(*io*) . V(*otum*) . S(*olvit*) . L(*ibens*) . M(*erito*)

¹⁷⁷ A estatueta foi encontrada em 1886 na abertura dos alicerces da basílica (SOEIRO 1984, 86, est. V). A comparação das duas representações revela semelhanças assinaláveis, nomeadamente nos ícones que identificam o deus. Também neste caso se verifica um capacete do tipo coríntio com penacho, assim como uma túnica que cobre uma couraça anatômica com fechos bem marcados ao nível dos antebraços. As *ocreas* metálicas são idênticas em ambas as peças. A datação apresentada pela autora que estudou a peça, que segue García y Bellido, aponta para os séc. II-III da nossa era, justificando-se a sua presença no noroeste pelo seu baixo valor económico em comparação à grande estatuária (SOEIRO 1984, 86).

A Segomo ou Sagatus, Arquius filho de Cimin(i)us, por Lucius Saurius o voto cumpriu de bom grado e com razão.

A pátera proveniente de Alvarelhos constitui uma peça singular no Noroeste Peninsular e dada a escassez de representações semelhantes, supõe-se que poderia ser proveniente de outra área do império, fundamentalmente se atendermos à fidelidade da representação do deus adulto com atributos militares.

Das condições de enterramento da peça, assim como do seu contexto arqueológico e estratigráfico nada sabemos, o que limita a sua interpretação, uma vez que esta poderia tratar-se de um ex-voto depositado num templo ou, simplesmente, pertencer a um estabelecimento civil integrado num *lararium*.

A onomástica inscrita na epígrafe, nomeadamente a que se prende com o primeiro dedicante, como vem sendo demonstrado, expressa uma virtude própria das sociedades guerreiras, neste caso associada à ideia de poder expresso pelo vocábulo *Arquius*, que deriva do étmo *arc* (SILVA 1986, 269).

Bibl. - *CIL* II, n.º 2373; HUBNER 1871, 69; VASCONCELOS 1905, 310-311, fig. 66; SANTARÉM 1956, 63-64; BLAZQUEZ 1962, 124-125; ALMEIDA 1969, 28-29; ENCARNAÇÃO 1975, 270-274, fot. 65; TRANOY 1981, 314; ALARCÃO 1988, 160; GARCIA 1991, 527-528, n.º 602, fot. n.º 602; MOREIRA 1992, 17, fot. 1; 2010, 241-242; RIBEIRO 2002, 428-442.

Grafito

Grafito inscrito na face superior do bojo de uma talha proveniente da *Domus do Grafito*, intervencionada em 1986, pelo então Instituto Português do Património Cultural, sob a responsabilidade científica de Lino Augusto Tavares Dias. A epígrafe foi publicada em primeira mão por José de Encarnação e, posteriormente, em pareceria pelos dois autores. A interpretação proposta apresenta duas possibilidades funcionais do recipiente face à dupla significância do verbo *emere* que poderá ser interpretado como *comprar* ou *tomar*, sendo que na primeira possibilidade se trataria de um aliciante publicitário e, no segundo, num âmbito mais restrito, familiar, de um conselho amigo de carácter medicinal de um tonificante ou xarope.

Fragmento de bordo e arranque de parede de talha de corpo elíptico. Bordo esvasado de perfil anguloso com duas faces planas divergentes e carena interna imediatamente abaixo do lábio. No exterior forma uma aba rebaixada com os cantos arredondados. Na separação do arranque da parede com o bordo desenvolve uma carena interna pronunciada de perfil anguloso. Na parte superior da parede conserva o grafito.

EME (*hedera*) ME (*hedera*) / BONO (*hedera*) TVO

Toma-me para teu bem.

Ou

Compra-me para teu bem.

Comprimento máximo do grafito – 140 mm; Altura máxima 75 mm.

Altura máxima das letras – 1ª linha / 1; 25: 2; 25: 3; 30: 4; 25: 5; 27. mm

2ª linha / 1; 20: 2; 22: 3; 25: 4; 32: 5,6; 30. mm

Dim.: Comprimento máximo 290 mm; Altura máxima 140 mm; Diâmetro máximo do bordo 608 mm; Espessura máxima do bordo ao nível da carena interna 23 mm

Prov. - Alv. 86, Ig. 3455, Área Habitacional Sudoeste, *Domus do Grafito*, Ap. I, Fase III, corte estratigráfico 2, camada 2.

Bibli. - ENCARNAÇÃO 1992, 10-12, lám. I, fig. 2, lám. II, fig. 1; DIAS; ENCARNAÇÃO, 1993, n.º 203, foto 203; *AE* 1992, 989; *AE* 1993, 1024; *HE* 1995, 1043; MOREIRA 1992, 18-19; 2010, 242-243.

Achados numismáticos - Tesouros monetários

Tesouro monetário de 1893

O primeiro achado numismático ocorrido em Alvarelhos é referido pelo Abade Pedrosa em carta datada de 6 de Maio de 1894 dirigida a Martins Sarmento (SARMENTO 1883-1884 = 1993, 205, 211), como tendo sido recolhido em 1893.

(...) As moedas que appareceram no Castro d'Alvarêlhos, são todas de prata, e d'Augusto, todas do mesmo cunho, tenho duas, mas imperfeitas. (...).

Segundo Rui Centeno (CENTENO 1987, 34), a este tesouro deverá pertencer um lote de sete moedas estudadas por José Fortes (FORTES 1899, 12-13), pouco antes de 1899, no qual aparecem apenas quatro exemplares identificáveis *Caius* e *Lucius Caesares* (Lugdunum, 2 a.C. - (?) 4 d.C., *RIC* 207).

Paradeiro actual desconhecido.

Bibli. - LIMA 1940, 205; CENTENO 1987, 34.

Tesouro monetário de 1964

Conjunto de 523 denários examinados por Joaquim Torres (TORRES 1979, 30-31) e posteriormente referenciado por Rui Centeno (CENTENO 1987, 35). Provavelmente, pertenceria a um tesouro de maiores dimensões encontrado em Abril de 1964 na área do castro. Os exemplares mais recentes identificados são de *Octavianus* / *Augustus*, de c. 32-27 a.C.

Actualmente o seu paradeiro é desconhecido.

Bibli. - TORRES 1979, 30-31; CENTENO 1987, 35, n.º 20; ALARCÃO 1988, 1 / 348; CERRATO 1993, 65, n.º 9; VOLK 1997, 175, n.º 68; BARBOSA 1998/2002, 69.

Tesouro monetário de 1971, Sobre-Sá, Alvarelhos

Tesouro monetário descoberto em Maio de 1971, na aldeia de Sobre-Sá, no decurso de trabalhos de extracção de pedra. O tesouro encontrava-se depositado num “vaso de barro grosseiro” e, segundo o relato de Joaquim Torres, teria cerca de 5000 moedas (*AR*), e nove bolas de prata, duas delas com o grafito – *CAESAR* –, numa das faces. Rapidamente disperso pelos trabalhadores e populares locais e posteriormente vendido a coleccionadores, o tesouro acabou por desaparecer. Todavia, Joaquim Torres examinou mais de dois terços do tesouro. Rui Centeno reviu e republicou o catálogo do autor e concluiu que as moedas estudadas eram efectivamente 3476 e não de 3458 conforme refere Joaquim Torres (TORRES, 1979, 16) ou, por engano, como refere na página 238 de 3454. Rui Centeno a este primeiro estudo junta mais cinco exemplares. Assim, o estudo global é composto de 3481 exemplares (3474 Denários / 6 Quinários / 1 Sestércio).

Bibli. - CENTENO 1976, n.º 6; 1977, 93-101, n.º 6; 1979, 105-109; 1987, 35, n.º 21; TORRES 1979, 3-250; CERRATO 1988, 137-138; ALARCÃO 1988 1/348, n.º 106; VILLARONGA 1993, 60, 88, n.º 155; VOLK 1997, 175, n.º 69; BARBOSA 1998-2002, 62-63. MOREIRA 2010, 1053-1067.

Referências arqueológicas (achados fortuitos)

Nereida

Estatueta em bronze recolhida em 1952 no lugar de Sobre-Sá. Encontra-se actualmente em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso (MOREIRA, 2007, 138-139).

A escultura representa uma Nereida cujo corpo se apresenta nu até às ancas, terminando em duas caudas de peixe erguidas sobre uma base que sugere águas ondulantes, estilizadas em forma de ondas. Encontra-se fracturada em dois locais, um dos quais localizado no extremo inferior e o outro no lado esquerdo, onde lhe falta a extremidade da cauda de peixe.

Peça maciça, fundida em molde. As caudas foram soldadas posteriormente. No interior da peça existe um orifício cónico de recorte oval que se prolonga até à base do umbigo, correspondendo a zona inferior ao remate e base de sustentação da peça. No seu interior revela uma superfície convexa com um pequeno rebordo para fixação. Na face anterior das caudas existem dois orifícios com cerca de 10 mm de profundidade, orientados no sentido da figura destinados a receber o fecho.

A escultura desenvolve-se num espaço de recorte piramidal, em que as formas se conjugam harmoniosamente, sugerindo movimento. O objectivo é atingido pela conjugação de um elemento estilizado formado pela linha sinuosa do corpo, provocada pela elevação dos braços e a inclinação do corpo para trás que originou uma ligeira torção do tronco e uma maior elevação do cotovelo direito, conferindo à imagem uma posição natural que contraria a composição geométrica da peça.

O tronco encontra-se levemente inclinado para trás com uma rotação para a direita que resultou numa ligeira proeminência do ventre, onde o umbigo se faz representar de forma

bem vincada. Os braços estão elevados sobre a cabeça, onde as mãos seguram um objecto de configuração oval.

A posição do corpo assim como a maior elevação do cotovelo direito que acompanha a rotação do tronco, provoca um esbatimento na representação dos seios que não apresentam pormenores anatómicos vinculados. A cabeça está voltada para a direita e levemente inclinada para a frente. A rudeza da face contrasta com a leveza das formas femininas e sensuais da figura. A fronte e o nariz formam linhas rectas em sintonia com os traços horizontais que representam as arcadas supraciliares, a boca e o mento. Os olhos, amendoados, bem vinculados, onde se notam levemente as pupilas, são o elemento de maior requinte escultórico da face, não sendo, no entanto, suficientes para alterar a sua natureza rude e inexpressiva. O penteado é formado por madeixas divididas a meio com poupa de forma simétrica rematada por dois bandós largos e ondulados com puxo entrelaçado, chato e curto.

A figura lembra as estátuas femininas da época praxiteliana. O penteado é o da moda do séc. I, à semelhança da estatueta de Vénus de Roma (ARIES; DUBY 1989, 59).

Iconograficamente representa uma Nereida. A distribuição dos vestígios arqueológicos conhecidos na Península Ibérica relacionáveis com o culto a estas divindades evidencia uma profunda relação com a costa marítima e as actividades relacionadas com o mar¹⁷⁸. Geralmente, eram representadas sob uma forma híbrida de mulher e peixe, e, como atributo iconográfico, ostentam uma concha ou búzio, que, no caso vertente, está estilizado em forma de disco oval sustentado por cima da cabeça.

Sem dúvida a peça teria uma função decorativa tendo sido inicialmente interpretada como um aplique de um vaso metálico (SANTARÉM 1954, 38). Posteriormente, numa segunda análise, foi entendida como tendo constituído um remate decorativo de um móvel ou de um carro (ALMEIDA 1969, 39).

Em nosso entender a primeira interpretação será a que mais se aproximará à verdadeira função da peça (MOREIRA, 1991a, 69-76). De facto, através da sua análise identificam-se vários indícios que sugerem esse tipo de funcionalidade. A figura ligeiramente inclinada para fora e a forma convexa da base, com um ligeiro rebordo na parte superior, adaptar-se-ia perfeitamente ao bordo de um vaso. O orifício no interior da peça sugere a possibilidade de existência de um espigão que reforçaria a sua fixação. Por último, como elementos de fixação identificam-se ainda dois pequenos orifícios localizadas no extremo inferior da figura, de forma semicircular, para fixação com rebites.

¹⁷⁸ A epigrafia regista vários exemplos que associam o culto a estas divindades à costa marítima. Em homenagem a *Nereida*, por vezes, surge o cognome *Neris*, ligado a gentílios latinos bem conhecidos, com particular predominância em cidades marítimas, como, por exemplo, em Barcelona, onde se identificaram lápides com a seguinte leitura; *Cornelia Neris*, mãe de um edil e duúviro de Barcelona; *CIL* II, 4523, *ILER* 5555 / *Iulia Neris*, filha de um edil de Barcelona; *CIL* II, 4525, *ILLER* 3955. Documentam-se ainda epígrafes com o cognome de *Neris* em Sagunto e Cartagena. Segundo José D'Encarnação, este antropónimo estará ligado a um estrato populacional relacionado com a actividade marítima e comercial. O exemplo nacional é fornecido pelo mesmo autor. Trata-se de uma lápide funerária proveniente da necrópole romana da Quinta do Arroio, Luz, Tavira - Consagrada aos deuses Manes. Aqui jaz Albia Nereida, de sessenta anos, que a terra te seja leve (ENCARNAÇÃO 1984, 40).

Desconhecidas as condições de achado e a inexistência de paralelos no mundo romano peninsular, não adiantamos uma cronologia para a peça, embora a sua relação com o tesouro de denários encontrado em 1971, datado da época de Augusto, seja evidente.

Dim.: Comprimento máximo 130 mm; Largura máxima 115 mm; Peso 310 gr.
Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 256 (1).

Bibl. - SANTARÉM 1954, 31-34; ALMEIDA 1969, 39; MOREIRA 1991a, 69-76; 1992, 37-38, est. VI, n.º 1-2; 2007, MMAP 256 (1), 138-139; 2010, 244-245.

Umbo de escudo

Umbo de escudo elaborado a partir de uma só folha de bronze, com a área central hemisférica e aletas de perfil trapezoidal com orifícios nos vértices para fixação. Tipo Lá Tène II, datável dos finais do séc. II, princípios do I a.C. (ALMEIDA 1974, 15, est. I, n.º 3; SOEIRO 1981, 239-240, est. I, n.º 1; SILVA 1986, 205, est. XC, n.º 6; MOREIRA 1992, 34-47, est. IV, fig. 1; 2007, 137-138, MMAP 256; 2010, 944-945).

Do ponto de vista tecnológico a peça foi elaborada a partir de uma única folha através de estiramento. A parte central é esférica e encontra-se fragmentada no centro. As aletas laterais desenvolvem um perfil trapezoidal e possuem orifícios nos vértices para fixação ao escudo através de rebites.

Os escudos laténicos do século III ao século I a.C. sofreram alterações que se reflectem na tipologia de classificação. Ao contrário dos seus congéneres mediterrânicos e do noroeste da Península, redondos ou curvos, o escudo laténico desenvolve uma morfologia elíptica de superfície plana, sustentada por uma nervura central saliente – *spina*. O alongamento do escudo e aplicação do reforço implicaram a utilização do umbo como elemento de fixação da *spina* e reforço de toda a estrutura e, simultaneamente, de protecção da zona da empunhadura. A partir do século III, com a generalização da sua utilização, a variação morfológica dos umbos permitiu fixar uma tipologia evolutiva com correspondência cronológica (RAPIN 1991, 325).

O umbo proveniente de Alvarelos constitui uma peça única no Noroeste Peninsular e demarca-se claramente do tipo de escudos representados na estatúaria castreja. Os paralelos provêm de ambientes funerários, nomeadamente de Ampurias (ALMAGRO 1953, 309-310, 319), da necrópole de Cabrera de Mataró (AGUILÓ 1939-40, 78), e da representação do relevo de Osuna (BELLIDO 1947, 238, 243). A estatúaria revela também paralelos muito expressivos deste tipo de objecto, como, por exemplo, a estátua de Mondragon (Vaucluse, Avignon),¹⁷⁹ datada do séc. I a.C. que representa um guerreiro gaulês armado de escudo.

¹⁷⁹ Museu Calvet, Avignon (RAPIN 1991, 320).

Ao contrário da opinião de alguns autores (SILVA 1986, 181), que consideram a ausência de paralelos regionais como indicadores da escassez de relações célticas do Noroeste Peninsular durante a segunda Idade do Ferro, julgamos ser mais plausível considerar a sua presença em Alvarelhos como resultante de contactos com áreas mais romanizadas a sul ou mesmo com o exército romano (ALMEIDA 1974, 15; SOEIRO 1981, 240).

Dim.: Comprimento máximo 140 mm; Largura máxima 85 mm; Altura máxima 25 mm; Espessura média 1 mm; Peso 280 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 256.

Bibl. - ALMEIDA 1973, 15, est. I; SOEIRO 1980, 237-240, est. I; SILVA 1986, 205, est. XC, n.º 6; MOREIRA 1992, 34-47, est. IV, fig. 1; 2007, 137-138, MMAP 256; 2010, 944-945).

Asas de sítula

Referenciadas por Carlos Faya Santarém como tendo sido recolhidas juntamente com a *Nereida* em 1952 (SANTARÉM 1954, 31), numa pedreira no interior do castro.

1 - Pega de sítula de formato tubular formada por uma folha de bronze com abas laterais dobradas. A face interna é aberta e apresenta algumas irregularidades. O interior é formado por um cilindro de chumbo maciço que apresenta nas extremidades dois orifícios cónicos de encaixe da asa.

Dim.: Comprimento máximo 107 mm; Espessura máxima da folha de bronze 3 mm; Diâmetro máximo exterior 30 mm; Comprimento máximo do cilindro de chumbo 97 mm; Diâmetro máximo do cilindro de chumbo 97/99 mm; Peso 480 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 247.

Bibl. - MOREIRA 1992, 34-47, est. V, fig. 1; 2007, 134, MMAP 247; 2010, 245-246.

2 - Pega de sítula formada por uma folha de bronze de formato tubular com as abas dobradas e batidas. A face interior é aberta e apresenta um recorte desigual. O interior é formado por um cilindro de chumbo com dois orifícios cónicos nas extremidades laterais para articulação da pega. Asa de secção quadrangular de recorte oval com adelgaçamento progressivo para a extremidade. Remate pontiagudo.

Dim.: Comprimento máximo 102 mm; Espessura máxima da folha de bronze 3/4 mm; Diâmetro máximo exterior 30 mm; Comprimento máximo do cilindro de chumbo 94 mm; Diâmetro máximo do cilindro de chumbo 97/99 mm; Peso 540 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 248.

Bibl. - ALMEIDA 1973, 15, est. I; SOEIRO 1980, 238-239, est. II, 1/ 1B; MOREIRA 1992a, 34-47, est. V, fig. 1; 2007, 134, MMAP 248; 2010, 245-246.

3 - Sítula em bronze. Dois fragmentos de bordo e arranque de parede de sítula. Folhas ajustadas por justaposição e aplicação de elementos de união fixados com rebites. Bordo alto e vertical com lábio dobrado para o interior.

Dim.: Fragmento 1; Comprimento máximo 152 mm; Espessura máxima da folha de bronze 1/2 mm; Largura máxima 57 mm; Peso 90 gr.;

Frag. 2; Comprimento máximo 103 mm; Espessura máxima da folha de bronze 1/2 mm; Largura máxima 57 mm; Peso 60 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso

Bibl. - SOEIRO 1980, 238-239, est. II, 1/ 1B; MOREIRA 1992a, 34-47, est. V, fig. 2; 2010, 245.

Arreio de cavalo

Peça maciça em bronze formada por dois discos de abas voltadas para o interior soldadas a um eixo de ligação de secção rectangular. Transversalmente ao eixo horizontal desenvolve-se um aro também de secção rectangular e perfil oval. Não conhecemos qualquer paralelo para a peça, assim como desconhecemos exactamente a sua função. Contudo, o polimento acentuado que se verifica no interior do aro de suspensão sugere uma funcionalidade de articulação com um eixo ou uma cadeia articulada. Nesta perspectiva, poder-se-á identificar a peça como um elemento de arreio de atrelagem, designadamente como estribo com asa para preensão do bridão, marcando-se uma separação entre o corpo e a aselha.

Dim.: Comprimento máximo 54 mm; Altura máxima 64 mm; Diâmetro máximo exterior das rodelas 41 mm; Peso 131,6 gr.

Depósito - Museu Municipal Abade Pedrosa, Santo Tirso, n.º Inv.º 251.

Bibl. - ALMEIDA 1973, 15, est. I; SOEIRO 1980, 238-239, est. II, 1/ 1B; MOREIRA 1992a, 34-47; 2007, 136, MMAP 251; 2010, 245-246.

Referências a necrópoles

Necrópole I

Referenciada por José Fortes de forma imprecisa da qual não se conhecem materiais. A localização mencionada em relação a Alvarelhos – “um quarto de legoa” – poderia, eventualmente, relacionar os achados com a necrópole de Guilhabreu.

(...) Não devo, porém, omitir a referencia a um pequeno vaso de barro ordinário de 0,14 m d'altura, sem ansas, e em perfeito estado de conservação, que por mero acaso encontrei no Museu Municipal do Porto. Lê-se n'um quarto de papel, que estava enrolado dentro do vaso, que foi um «achado feito no fim de maio de 1826 »....«a um quarto de legoa afastado do monte em Alvarelhos» e que «apareceram juntamente mais peças todas de barro, que o dono do

campo e trabalhadores com receio de moura encantada fizeram em migalhas». Pelas indicações topográficas não é possível identificar o local do achado com a estação, que estudamos. Era no entanto para registrar a referência que se faz a Alvarelhos. De resto o vaso parece dever classificar-se como votivo, podendo crêr-se que estaria em alguma sepultura destruída inconscientemente pelos trabalhadores (...).

Bibl. - FORTES 1899, 22; ALMEIDA 1969, 45, nota 17.

Necrópole II

Referenciada por Carlos Alberto Ferreira de Almeida como tendo sido descoberta em 1969, sem concretizar a sua localização nem referir qualquer informação relativa ao espólio ou características dos enterramentos.

[60] *P. 316, l. 24* (ABM) – Lugar do Montinho, Areias / Vestígios arqueológicos Lugar da Igreja (Moutinho ou Alto da Cruz)¹⁸⁰, Areias, Santo Tirso

Casal

Lat. - 41° 21' 47" N

Long. - 8° 28' 22" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 121 m (C. M. 1:25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Local de aparecimento de inúmeros vestígios de época romana, nomeadamente objectos líticos, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e mós (LIMA 1951a, 325). Francisco Carvalho Correia identifica este local como o lugar de assentamento da *Villa Valerii*¹⁸¹ a partir da análise do topónimo Beire (CORREIA 1989, 44).

Bibl. – LIMA 1951, 325; CORREIA 1989, 44; MOREIRA 2004a, 28.

[61] *P. 319, l. 31* (ABM) – Via XVI do *Itinerário de Antonino* / Miliários dedicados a Carino, a Constante e Licínio

Via XVI do Itinerário de Antonino (*Bracara Augusta - Cale*)

A via XVI do *Itinerário de Antonino* (*ab Olisipone ad Bracaram Augustam*) efectuava a ligação da Galécia à Lusitânia através de um percurso paralelo à costa portuguesa passando por vários núcleos urbanos importantes. O troço de ligação de *Bracara Augusta* a *Cale* constituía verdadeiramente uma via possuindo uma contagem de milhas contínua a partir da *caput viae* – *Bracara Augusta* –, até *Cale* num total de 35 milhas. Na área geográfica compreendida entre Leça e Ave encontra-se bem delimitada por marcos miliários e por pontes de indiscutível fábrica romana, tendo sido estudada de forma mais ou menos

¹⁸⁰ O lugar da Igreja, actualmente assim designado, corresponde ao topónimo do século passado do *lugar do Montinho* ou da *Cruz* (CORREIA 1989, 196; *Jornal de Santo Thyrsó* 25 de Setembro 1987).

¹⁸¹ Interpretação feita a partir do topónimo Beire que corresponderia ao genitivo do possuidor *Valerii* (CORREIA 1989, 50-51).

aprofundada, por vários autores (ALMEIDA 1968, 26-27; 1969, 15-19; ALMEIDA 1980, 155-156; LOPES 1995-97, 313-346; MANTAS 2000, 53-87; MOREIRA 2010, 185-189).

Na sua direcção para norte, a partir de *Cale*, passava a poente da igreja de Paranho, seguindo por S. Mamede de Infesta, junto à igreja paroquial, onde foi encontrado um marco miliário dedicado a Adriano¹⁸², e atravessaria o rio Leça na ponte da Pedra, S. Mamede de Infesta, Matosinhos.

Com uma ligeira inflexão para nordeste prosseguia pelos limites das freguesias de Leça do Balio e Gueifães, seguindo pela actual localidade da Maia e Pinta. A partir deste local inflectia à esquerda contornando os terrenos pantanosos da Barca. Seguiu por S. Pedro de Avioso pelos actuais limites de Guilhabreu, onde se encontrou um marco miliário no lugar de Ferronho. Daí desceria a Alvarelhos na zona do vale, junto da Quinta do Paço, onde apareceu e se guarda um marco miliário dedicado a Adriano.

A partir de Alvarelhos a via inflectia para nordeste, passando por Peça Má, onde se encontrou outro marco miliário dedicado a Marco Aurélio, seguindo por Lantemil e Trofa Velha para cruzar o Ave na ponte da Lagoncinha. Neste percurso final para cruzar o Ave recolheram-se quatro marcos miliários. Um em Lantemil, dedicado a Licínio e três em Santiago de Bougado, junto ao rio Sedões, um dedicado a Marco Aurélio e dois a Constante.

O seu traçado constituiu um dos principais eixos sobre o qual se estruturou o povoamento da região, cujos vestígios acompanham o seu trajecto, podendo-se identificar núcleos populacionais mais ou menos densos na Maia, Santa Maria de Avioso, S. Pedro de Avioso e, um pouco mais para norte, na veiga de Santiago e S. Martinho de Bougado. Após transpor o rio Ave na ponte da Lagoncinha, a via passava por Santa Catarina, Cabeçudos¹⁸³, para, em seguida, se dirigir para S. Paio de Antas¹⁸⁴ e, por fim, rumar a Braga. Também entre Ave e Cávado se verifica uma intensa ocupação nas imediações da via^B.

¹⁸² O marco miliário foi descoberto em data anterior a 1894, tendo sido colocado na Igreja de S. Mamede de Infesta, Matosinhos, para, posteriormente, ser transferido para o cemitério onde foi desbastado para servir de base a uma cruz, precisamente no dia anterior em que Martins Capela o procurou. Bibli.: *CIL* II 4735; *ILER* 1846; CAPELA 1895, 58-59; ALARCÃO 1988, 24, n.º 1/399; MANTAS 1996, 343-345; COLMENERO; SIERRA, ASOREY, 2004, n.º 556. A reconstituição proposta por Vasco Mantas tem por base a cópia efectuada por Augusto Soromenho (SOROMENHO n.º 20), e a transcrição de Hübner (MANTAS 1996, 343-345) – IMP(eratori) . CAESARI / TRAIANO . HADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici). MAX(im)o / TRIB(unicia). POTEST(ate) . XVIII / CO(n) . S(uli) . III . P(atr)i . P(atriciae). Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, pontífice máximo, no seu décimo oitavo poder tribunicio, còsul pela terceira vez, Pai da Pátria.

A datação de 133-134, baseada no exercício do XVIII poder tribunicio de Adriano, constatada noutros marcos miliários do troço nortenho da via *Olisipo – Bracara*, marca o período de profundos trabalhos de melhoramento da via na ligação de *Bracara a Cale*.

A mesma proposta é a adoptada por investigadores que recentemente abordaram o estudo desta via (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, n.º 556).

¹⁸³ No lugar de Santa Catarina, Cabeçudos, apareceu um marco miliário ilegível (CAPELA 1985, 150; ALMEIDA 1968, 28; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/296).

¹⁸⁴ Nesta zona detectaram-se cinco marcos miliários; um em Lousado, Famalicão, talvez de Magnêncio (SANTOS 1983, 201; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/344), um na Portela de Baixo, dedicado a Caracala (CAPELA 1895, 149; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 294; *CIL* II 4741 / 4740), outro na Devesa Alta, e três perto da residência paroquial de S. Paio de Antas, dois dedicados a Adriano indicando a milha XVIII e a milha XVII (*CIL* II 4737; *CIL* II 4738), e um dedicado a Trajano sem indicação da milha (*CIL* II 4739; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1/293).

No seu comprimento máximo, de acordo com um marco miliário identificado em Braga, que esteve depositado no Colégio de S. Paulo¹⁸⁵, lamentavelmente já desaparecido, que indicava o *termini viarum*, não deixando margem para dúvidas que *Bracara Augusta* seria *caput viarum* das estradas da região, a via apresenta 35 milhas, que concordam como os 53 km da EN 14, com a qual coincide em grande parte do seu percurso. Atendendo à relação quilómetro / milha, poder-se-á considerar que a medida de referência da via corresponde a oito estádios, equivalendo a milha a 1481 m (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 614), revelando uma taxa de encurvamento¹⁸⁶ muito reduzida que não ultrapassa os 7,4%, visto que a distância em linha recta é de 32,6 mp e a distância do itinerário de 35 mp, correspondendo, portanto, a um percurso relativamente rectilíneo se tivermos como referência o percurso entre *Olisipo* e *Cale* (LOPES 1995-1997, 320).

A sua construção encontra-se relacionada com o processo de organização administrativa do noroeste hispânico, associado à estruturação do território, nomeadamente à criação das capitais de convento e, naturalmente, à rede de infra-estruturas viárias de articulação do território, apesar de não serem conhecidos marcos miliários relativos a esse período. As restantes referências cronológicas são fornecidas pelas fontes epigráficas, relativamente numerosas nesta via de apenas 35 milhas, onde são conhecidos vinte e dois marcos miliários, dos quais, nove encontram-se na área entre Leça e Ave. A cronologia proporcionada pela balizagem da via evidencia três momentos fundamentais, para além do momento da sua construção. A primeira centra-se no reinado de Adriano na primeira metade do séc. II, a segunda no séc. III, no reinado de Caracala e, por fim, um significativo número de marcos no séc. IV, de vários imperadores dos quais se destacam Constantino II e Magnencio, marcam as reformas do séc. IV.

¹⁸⁵ CIL II 4748. Marco miliário dado a conhecer no séc. XVII por D. Rodrigo da Cunha com bibliografia extensa e leituras recentes das quais transcrevemos duas propostas com ligeiras diferenças.

Vasco Mantas – Imp(eratori). Caesari/Traiano. [H]adriano/ Aug(usto)/ Pontif(ici). Max(imo)/ Trib(unicia). Potest(ate). XIX/ Co(n)s(uli). III. P(atri). P(atriciae)/ A Bracara. Aug(usta) / [a]d [C]al[em]. M(illia). P(assuum). XXXV (MANTAS 2000, 62; 1996, 411-415);

Colmenero; Siera; Asorey – Imp(eratori). caesari/Traiano. [H]adriano/ aug(usto) / pontif(ici). max(imo)/ trib(unicia). potest(ate). XIX/ co(n)s(uli). III. p(atr). p(atriciae) / a Bracara. Aug(usta) / i[n]d [C]ale[m]. m(illia). p(assuum). XXXV (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 616, n.º 536).

¹⁸⁶ Conceito introduzido por Luís Seabra com vista à identificação de potenciais erros na definição do percurso do *Itinerário de Antonino*, que permite aferir a diferença entre a distância por estrada e a distância em linha recta entre dois pontos (LOPES 1995-1997, 319).

Marcos miliários entre Leça e Ave

N. Inv.	Concelho	Freguesia	Lugar	Paradeiro	Imperador	Datação	Via	Milha	Observações
1	Trofa	Alvarelos	Qt.ª do Paço	Qt.ª do Paço	Adriano	133-134	XVI	XXIII	CIL - II, 4736
2 (I)	Trofa	Santiago de Bougado	Ponte do rio Sedões	MMAP	Magnencio	350-353***	XVI	XXI(?)	CIL - II, S., n. 6212
2 (II)	Trofa	Santiago de Bougado	Ponte do rio Sedões	Trofa (?)	Licínio	308-324***	XVI	XXI(?)	CIL - II, S., n.º 6213
2 (III)	Trofa	Santiago de Bougado	Ponte do rio Sedões	Trofa (?)	Constante / Constantino II	337-338	XVI	XXI	CIL - II, n.º 4742
2 (IV)	Trofa	Santiago de Bougado	Ponte do rio Sedões	Desaparecido	Tácito	275-276***	XVI	XXI(?)	CIL - II, S., n.º 6212
3	Trofa	Muro	Carriça	Desconhecido	Maximiniano	292	XVI	XXII	CIL - II, 4743
4 (I)	Trofa	Muro	Peça Má	Trofa	Carino	282-285	XVI	XXII(?)	---
4 (II)	Trofa	Muro	Peça Má	Trofa	Constância II	324-361***	XVI	XXII(?)	---

1. Quinta do Paço, Alvarelos, Trofa.

Marco miliário

Lat. - 41° 19' 21" N

Long. - 8° 37' 10" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 222 m (C.M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Marco miliário descoberto por Domingos de Oliveira Maia no decurso das obras de construção de um dos dois torreões que compõem actualmente o solar da Quinta do Paço, segundo informação epistolar do Abade de S. Cristóvão do Muro a Martins Sarmento (SARMENTO 1970, 53-54), sendo, naturalmente, anterior a 1869, quando é publicado pela primeira vez por Emílio Hübner (CIL II, n.º 4736).

Coluna cilíndrica de granito bem torneado de diâmetro regular com inscrição relativamente bem conservada, mas incompleta, uma vez que se encontra fragmentada na base. Apresenta uma gravação nítida com caracteres bem vincados e com dimensão regular, apesar de um certo desgaste generalizado. Na face superior revela um pequeno orifício. Apresenta a particularidade pouco comum de utilização da *hedera* nas 1ª, 2ª e 5ª linhas.

Conserva-se no local do seu achamento na Quinta do Paço, Alvarelos, Trofa.

Após a confrontação das diferentes versões¹⁸⁷ e a análise do monumento a leitura e transcrição que propomos corresponde à apresentada por Vasco Mantas e de Rodrigues Colmenero (MANTAS 1996, 353).

Dim.: Alt. - 1,12 m; Diâm. - 1,94 m.

IMP(eratori) (*hedera*) . CAESARI / TRAIANO (*hedera*) . HADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici) . MAX(imo) / TRIB(unicia) . POTEST(ate) (*hedera*) . XVIII / CO(n)S(uli) III P(atri) P(atriae) / A . BRACARA AVG(usta) / (...)

¹⁸⁷ Linha1/2; 4/5 - Martins Capela e Vasco Mantas referem a existência das hederas; Linha 5 – TRIBU POTEST . XVIII (Soromenho e Vasco Mantas) / TRIB. POTEST XVII (Martins Capela); Linha 6 – COS. III.P.P. (Santarém; Vasco Mantas; ILER); Linha 8 é referida por Vasco Mantas.

Ao imperador César Trajano Adriano Augusto, Pontífice Máximo, do poder tribunicio dezoito vezes, Cônsul três vezes, Pai da Pátria, a Bracara Augusta

Alt. letras: 1: **1** - **10**: 10
 2: **1** - **15**: 10
 3: **1** - **3**: 10
 4: **1** - **9**: 10
 5: **1** - **15**: 10
 6: **1** - **8**: 10
 7: **1** - **11**: 11
 8: **1** - **4**: (?)

Esp. Inter. **1**: 19; **2**: 3,5; **3**: 3,5; **4**: 4; **5**: 3,5; **6**: 3; **7**: 3; **8**: 2

Apesar de fragmentado na base, omitindo a distância a *Bracara Augusta*, provavelmente corresponderia à milha XXII ou XXIII, uma vez na Trofa Velha, na ponte do rio Sedões, apareceu um miliário dedicado a Constante que refere a XXI milha a *Bracara*.

Adriano exerceu o poder tribunicio pela décima oitava vez entre 10/12/133 e 9/12/134, pelo que o miliário deverá ser datado do ano 133.

Rodríguez Colmenero propõe uma 9ª linha na qual se identifica a parte superior dos numerais que registam o número de milhas (XXIII), cuja interpretação integral faz da seguinte forma;

IMP(eratori) (*hedera*) . CAESARI / TRAIANO (*hedera*) . HADRIANO / AVG(usto) / PONTIF(ici) . MAX(imo) / TRIB(unicia) . POTEST(ate) (*hedera*) . XVIII / CO(n)S(uli) III P(atr) P(atr) / A . BRACARA AVG(usta) / [M(ilia) . P(assuum)] X [X]III.¹⁸⁸

2. Santiago de Bougado, Trofa.

Marco miliário – conjunto de 4 miliários

Lat. - 41° 19' 35" N

Long. - 8° 34' 27" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 38 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

Marco miliário I

Marco miliário em granito da região, de pequena dimensão, relativamente bem cilindrado. Encontra-se fragmentado na face inferior, tendo sido reaproveitado para fins diversos durante o período que decorreu da descoberta até à sua colocação na ponte sobre o rio Sedões. Conserva dois espigões em ferro nas extremidades.

¹⁸⁸ Refira-se que os autores apresentam na interpretação da epígrafe a referência numérica de XXIII e na tradução a referência à 24ª milha (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 631, n.º 554).

Segundo Martins Capela o marco miliário terá sido descoberto na freguesia de Santiago de Bougado, em data pouco precisa, mas balizada entre 1871 e 1888. Terá sido depois colocado sobre o marco miliário dedicado a Licínio, implantado sobre a margem norte da ponte sobre o rio Sedões (km 17,2 / EN 14), na face direita da estrada no sentido Braga-Porto, local onde permaneceu até 1990, momento em que, por motivos de um acidente de viação, foi trasladado para o Museu Municipal Abade Pedrosa, em Santo Tirso, onde actualmente se conserva.

Encontra-se em mau estado de conservação devido à prolongada exposição aos elementos atmosféricos e à poluição automóvel, revelando inúmeras falhas na superfície que dificultam a leitura da epígrafe. Actualmente, a inscrição encontra-se ilegível. A sua interpretação faz-se a partir das leituras produzidas por Martins Capela, Martins Sarmento, Carlos Faya Santarém e António Cruz, que revelam divergências significativas entre elas¹⁸⁹. Transcrevemos as leituras de Vasco Mantas e Rodrigues Colmenero que apresentam ligeiras diferenças entre si e introduzem correcções às leituras anteriores, contextualizando o monumento com os outros dois exemplares conhecidos na estrada *Olisipo – Bracara Augusta* (MANTAS 1996, 359-363; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 628, n.º 551).

(MANTAS 1996, 359-363)

IMP(erator) CAESARI D(omino) N(ostro) / [MAGNO MA]GN[ENTIO] / [VICTORI AC TRIVMPHA] / [TORI SEMPER AVG(usto)] / [...]

Ao imperador César nosso senhor Magno Magnêncio, vencedor e triunfador, sempre Augusto (...).

(COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 628, n.º 551)

IM(erator) CAESARI D(omino) N(ostro) / MAGNO MAGNEN/T[I]O [VI]CTORI TRIVMPH/[ATORI] SE[M]P[ER AVG]VSTO] ...

Dedicado ao imperador César, nosso senhor, Magno Magnentio, victorioso e triunfador, Augusto perpétuo.

Dim.: Altura máxima existente 0,90 m; Diâmetro máximo: 0,30/0,40 m.

Alt. letras: **1:** 9,5; **2:** 9,5

Esp. inter.: **1:** 3,5; **2:** 2,5; **3:** 70 (até à base)

Apesar da ausência da referência à milha, tratar-se-á, provavelmente, de um dos quatros marcos identificados na milha XXI (Ponte do rio Sedões).

¹⁸⁹ As diferentes leituras evidenciam a dificuldade de transcrição da epígrafe devido ao seu elevado estado de degradação (MANTAS 1996, 360).

L1: MP CAESARI DN (Capela); CMP CAESARI DN (EE VIII 208)

L2: V...ONI. GNER (CIL; Sarmento; Santarém; NO NE (Capela); GN (CRUZ)

L3: IT: ... RIV... RIV. CL (Santarém)

Bibl. - CIL II S, n.º 6212; EE VIII 1898, 455, n.º 208; CAPELA 1895, 251, n.º 98; RG, vol. V, 157; SARMENTO 1888, n.º 40; DISPERSOS 1933, 318, 324-326; LIMA 1940a, 130-132, notas 6, 135-136, 167-168, 170; SANTARÉM 1956, 70-71; ALMEIDA 1969, 17; CRUZ 1982, 16; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 347; MANTAS 1996, 359-363, n.º 28; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 628, n.º 551; MOREIRA 2010, 247-250.

Marco miliário II

Marco miliário de grandes dimensões em granito da região, bem cilindrado. Encontra-se em mau estado de conservação, restando apenas da inscrição original a identificação parcial a quem foi dedicado. Para além de várias lacunas na superfície apresenta um rasgo horizontal, muito profundo, a cerca de 20 cm do topo superior, que destruiu a segunda e a terceira linha. Esteve colocado à entrada da ponte sobre o rio Sedões, em Santiago de Bougado, no lado direito da estrada no sentido Braga - Porto, suportando o marco miliário dedicado a Magnêncio. O seu actual paradeiro, segundo a referência de Rodríguez Colmenero, é o ateliê do escultor Baio, na Trofa.

Actualmente, a epígrafe encontra-se praticamente ilegível, restando como base de interpretação as várias leituras produzidas, nomeadamente por Martins Capela, Martins Sarmento, Carlos Faya Santarém, Vasco Mantas e Rodríguez Colmenero, que revelam importantes diferenças de interpretação entre elas¹⁹⁰. Transcrevemos a leitura de Vasco Mantas e de Rodríguez Colmenero que introduzem correcções às leituras anteriores.

(MANTAS 1996, 363-367)

D(*omino*) N(*ostro*) FLA[VIO] / [VALERIO] / LICINIO / LICINIANO / AVG(VSTO) ...

Ao nosso senhor Flávio Licínio Liciniano Augusto ...

(COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 627, n.º 550)

D(*omino*) N(*ostro*) / [IMP(*eratori*) CAES(*ari*)] / [FLAVIO VALERIO] / LICINIO / LICINIA[NO] / AVG(*usto*) ...

Dedicado ao nosso senhor, Flávio Valério Licínio Liciniano.

Dim.: Altura máxima 1,52 m; Diâmetro máximo 0,47 m.

Esp. Inter.: /.

Alt. letras. - 1: 10; 2: ?; 3/5: 10,(?);

Apesar da ausência da referência à milha, tratar-se-á de um dos quatros marcos identificados na milha XXI (Ponte do rio Sedões).

¹⁹⁰ (MANTAS 1996, 364).

L1: N F VA (Sarmiento; CIL); FLA (Santarém)

L3: CINIO (Sarmiento; CIL)

L4: LICINI (Sarmiento; CIL)

Bibl. – *CIL* II S, 6213; *EE*, vol. VIII, 454; CAPELA 1895, n.º 73, 221-222; SARMENTO 1888, n.º 40, 157; 1933, 318, 324, 326; CARDOZO 1947, 132, 168, 170; SANTARÉM 1956, 70-71; ALMEIDA 1969, 17; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 347; MANTAS 1996, n.º 29, 363-367; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 627, n.º 550; MOREIRA 2010, 247-250.

Marco miliário III

Coluna de granito da região, relativamente bem conservado, mal cilindrado, revelando um formato ligeiramente troncocónico. Foi encontrado na demolição da ponte do rio Sedões juntamente com os marcos dedicados a Licínio, Magnêncio e Tácito, entre 1844 e 1846, em Santiago de Bougado. Encontrava-se colocado na margem norte do rio Sedões a marcar o início da guarda da ponte, na face esquerda da estrada no sentido direcção Braga – Porto. O seu actual paradeiro, segundo a referência de Rodríguez Colmenero, é o ateliê do escultor Baio, na Trofa (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549).

O seu estado de conservação, segundo os mesmos autores, é relativamente bom, apesar de revelar pequenas lacunas dispersas sobre a epígrafe, que não prejudicam a leitura global. Todavia, tal facto não impediu diferentes leituras identificando-se pequenas variantes entre as várias propostas dos autores que abordaram o seu estudo¹⁹¹. A legenda apresenta uma paginação regular, apesar do traçado das linhas ser pouco uniforme. As letras são de tipo monumental, gravadas a bisel, com significativa abertura e profundidade. Apresentam diferentes dimensões e inclinações que variam ao longo da epígrafe, revelando uma construção métrica desequilibrada. Apresentamos as leituras de Vasco Mantas (MANTAS 1996, 367-371, n.º 30), e Rodríguez Colmenero (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549) após verificação das divergências de leitura mais significativas. Segundo Vasco Mantas constitui um dos raros exemplos no noroeste de miliários dedicados a Constante¹⁹² que, genericamente, têm vindo a ser interpretados como possuindo uma função honorífica que parece coadunar-se com o letreiro conservado neste miliário, sugerindo como data plausível para o seu levantamento o ano 337 ou 338, uma vez que o texto não integra o epíteto honorífico *Sarmaticus* (MANTAS 1996, 370). Rodríguez Colmenero propõe uma leitura distinta, atribuindo a dedicatória a Constantino II, ressalvando uma reconstrução para a terceira linha diferente da que apresenta Vasco Mantas, que seria, no caso da dedicatória a Constantino de FL(*avius*) CI(*audius*), ao invés da versão apresentada na leitura, onde se lê FL(*avio*) IUNIO(*ri*).

¹⁹¹ L3: IO (Capela)

L5: VICTORI.ACTRI[.] M (Capela); ATRIVM (Sarmento)

L6: PATORI (Capela; Sarmento)

L8: MAXI (Hübner; Sarmento; Santarém)

L9: NIANI (Santarém)

L10: E BRAC (Capela; Sarmento)

¹⁹² *Flavius Iulius Constans*, César em 333 e Augusto em 337, governou o ocidente entre 340 e 350.

(MANTAS 1996, 370)

IMPERATORI CAESARI / DOMINO NOSTRO / [FLA]VIO IVNIO CONS/TANTI
MAXIMO / VICTORIACTRIVM / FATORI AVGVSTO / DIVI CONSTANTINI
/ ET VALERI(i) MAX[I] / MIANI NEPOTI / DIVI CLAVD(i) / PRONEPOTI / A
BRACA(ara) / M(illia) P(assuum) XXI.

Ao imperador César nosso senhor Flávio Júnior Constante, máximo vencedor e triunfador, Augusto (filho) do divino Constantino, neto de Valério Maximiniano e bisneto do divino Cláudio. Desde Braga são vinte e uma milhas.

(COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549)

IMPERATORI CAESARI / DOMINO NOSTRO / [FL]AVIO IVNIO(rī) CONS/
TAN(tin)O MAXIMO / PATORI AVGVSTO / DIVI CONSTANTINI / ET VALERI
MA[XI] / MIANI NEPOTI / DIVI CLA[VD]I / PRONEPOTI / A BRAC[ARA] /
M(ilia) P(assuum) XXI.

Dedicado ao imperador Augusto, nosso senhor, Flávio Constantino, o moço, máximo vencedor e triunfador, (filho) do divino Constantino, neto de Valério Maximiniano e bisneto do divino Cláudio. Vinte e uma milha desde Braga.

Dim.: Altura máxima 1,70 m; Diâmetro máximo: 0,54 m / 0,44 m.

Esp. Inter.: **1:** 3; **2:** 2; **3:** 4; **4:** 2; **5,6,7:** 2,5; **8:** 3; **9:** 1,5; **10:** 2; **11:** 1; **12:** 3,5; **13:** 3; **13:** 3,9.

Alt. Letras: **1:** 5,5¹⁹³; **2:** 6; **3:** 6,5; **4:** 6/7; **5:** 7; **6:** 6,5/7; **7:** 5,5/6,5; **8:** 8,5/9; **9:** 7; **10:** 5,5; **11:** 8; **12:** 9,5; **13:** 8.

Constitui o marco que identifica a milha XXI, no itinerário *Bracara – Cale* a partir do qual se depreende a referência à distância dos restantes três marcos recolhidos no mesmo local (Ponte do rio Sedões).

Bibl. – *CIL* II, n.º 4742; *CIL* II S, n.º 6209; *EE*, vol. VIII, 454; *ILER* 1869; CAPELA 1895, 226-227; CARDOZO 1947, 130-132, notas 5-6, 144-145, 167, 213, notas 2-5, 215; SARMENTO 1933, 318, 324-326, 336; 1885, n.º 40; *RG*, vol. V, 157; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 347; MANTAS 1996, 367-371, n.º 30; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 626, n.º 549; MOREIRA 2010, 247-250.

¹⁹³ O – o, apenas mede 8 cm.

Marco miliário IV

Marco miliário recolhido na ponte do rio Sedões por volta de 1875, actualmente desaparecido. A leitura adoptada por Vasco Mantas e Rodríguez Colmenero são coincidentes e tiveram por base a transcrição de Augusto Soromenho.

IMP(eratori) CAES(ari) . CLAV/DIO TACITO PIO / FEL(ici) INVICTO / AVG(usto)
/ PON[TIF(ici)] MAX(imo) TRI(unicia) / POTEST[ATIS] [V]ERVS / CONS[VLI
P(atriciae)] RESTI [T] / VTOR(i) ORBES [...]

Ao imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, revestido do poder tribunício (Verus), cônsul, pai da Pátria, restaurador do universo (...)

Bibli. - *CIL* II 6212; *EE* VIII 205; Augusto Soromenho (carta a Emílio Hübner)¹⁹⁴; CARDOZO 1947a, 135, 144; MANTAS 1996, 371-375, n.º 31; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 625, n.º 548; MOREIRA 2010, 250.

3. Carriça (Passal / Quinta de Lima Barreto), Muro, Trofa

Marco miliário

Lat. - 41° 17' 20,5" N

Long. - 8° 41' 16" W (Greenwich)

Alt. - 125 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho)

Marco miliário encontrado na Carriça, freguesia do Muro, concelho da Trofa, no lugar conhecido por Quinta de Lima Barreto, em data anterior a 1858. Segundo Martins Capela, foi destruído em 1894 (CAPELA 1985, 59). Apresentamos a leitura de Vasco Mantas que reconstrói a epígrafe a partir do esboço de Soromenho que esteve também na base da leitura de Hübner e Carlos Faya Santarém.

D(omino) N(ostro) / [M(arco) AVRE]LIO [VALERIO] / MAXIM[IANO P(io) F(elici)
INV(icto) AVG(usto)] / [PON] TIF(ici) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) / [VI] II
CO(n)S(uli) III P(atri) P(atriciae) / M(illia) P(assuum) XXIII

Ao nosso Senhor, Marco Aurélio Valério Maximiniano, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, no seu sétimo poder tribunício, cônsul pela terceira vez, Pai da Pátria. Vinte e três milhas.

A datação do monumento, segundo Vasco Mantas, deverá corresponder ao ano 292, momento em que Maximiniano deteve o poder tribunício pela oitava vez, cuja datação coincide com um outro marco miliário, também localizado na estrada *Olisipo-Bracara*, identificado em Tomar (*Sellium*) (*CIL* II, 4960) (MANTAS 1996, 352).

¹⁹⁴ MANTAS 1996, 372.

A referência à milha XXIII constitui o elemento de maior relevância da epígrafe. A balizagem, seguramente estabelecida a partir de *Bracara Augusta*, parece corresponder na perfeição aos 34 km (XXIII milhas) que distam da freguesia do Muro a Braga, assim como aos 18 km (XII milhas) que dista do Porto, permitindo admitir que o miliário terá sido descoberto muito próximo do seu local de origem.

Bibl. - CAPELA 1895, 59; SOROMENHO, n.º 17; *CIL* II, 4743; SANTARÉM 1956, 72; CARDOZO 1947a, 216; ALMEIDA 1969, 17; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1 / 354; MANTAS 1996, n.º 24, 349-352; COLMENERO; SIERRA; ASOREY, 2004, n.º 555, 632; MOREIRA 2010, 247-250.

4. Peça Má, Muro, Trofa.

Marcos miliários

Lat. - 41º 24' 30" N

Long. - 8º 34' 30" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 82 m (C. M. 1 25 000, S.C.E., fl. 97, 1950 - Bougado S. Martinho)

Marco miliário I

Fragmento de miliário recolhido perto do lugar da Peça Má entre 1940 e 1967, dado a conhecer por António Cruz. Segundo a sua descrição, tratar-se-ia apenas de um fragmento da parte superior de um marco miliário. Quanto à inscrição, segundo o mesmo autor, os caracteres bárbaros, de difícil leitura, referiam o imperador *Marco Aurélio Carino*. Carlos Alberto Ferreira de Almeida localiza-o indistintamente, ora no lugar da Peça Má ora na Trofa Velha, atribuindo-o a Marco Aurélio.

Vasco Mantas aceita a leitura de António Cruz relacionando o presente marco com o de S. Pedro de Avioso dedicado a *Caro* admitindo a possibilidade de este ter sido regravado após a morte do imperador com o nome de *Carino*, seu filho e sucessor (MANTAS 1996, 359). Atendendo ao período de reinado de Marco Aurélio Carino (283-285) e, de acordo com a proposta dos dois autores, a sua cronologia situar-se-ia entre o reinado de Marco Aurélio Caro e Marco Aurélio Carino (282/285)¹⁹⁵.

Em 2000 foi redescoberto no jardim da antiga casa de António Cruz, na Trofa, tendo sido relido e descrito com maior precisão por Rodríguez Colmenero (COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 629, n.º 552).

Marco miliário em granito da região. Encontra-se fragmentado nas faces superior e inferior e nas faces laterais, apresentando-se a inscrição mutilada na face direita. Caracteres bem vincados, de desigual tamanho e orientação irregular, revelando uma tendência ascendente. A legenda encontra-se muito deteriorada devido às inúmeras falhas do granito, não dificultando, contudo, a sua leitura.

¹⁹⁵ Marco Aurélio Carino governou entre 283 e 285 (BERTOLINI 1999, 594-595).

Dim.: Altura máxima 0,84 m; Diâmetro máximo 0,38/0,44 m.

IM(*eratori*) [caes(*ari*)] / M(*arco*) AVREL(*io*) / CARIN(*o*) / A BRACA[ARA] ...

Ao imperador César , Marco Aurélio Carino. Desde Braga

Alt. letras: 1: **1** - **2**: 8>12

2: **1** - **4**: 8>12

3: **1** - **5**: 8>11

4: **1** - **5**: 10>12

Esp. Inter. **1**: 2; **2**: 3,5; **3**: 3>6.

Bibli. - CRUZ 1982, 16; ALMEIDA 1968, 27; 1969, 17; MANTAS 1996, n.º 27, 358; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 629, n.º 552; MOREIRA 2010, 247-250.

Marco miliário II

Marco miliário recolhido em data anterior a 1940 pelo Abade Sousa Maia. Encontra-se actualmente depositado em Lantemil na antiga moradia do Abade.

Segundo António Cruz, que refere o marco miliário de forma muito sumária, tratar-se-ia de um “cipo votivo” no qual se lia o nome de Constâncio (CRUZ 1940, 210; 1982, 16).

Segundo Vasco Mantas, que não viu o monumento, tratar-se-ia de uma dedicatória a Constâncio Cloro, uma vez que este se encontra representado na via *Olisipo-Bracara* (MANTAS 1996, 356-357).

Trata-se, efectivamente, de um fragmento da parte superior de um marco miliário de granito de grão fino da região, com diâmetro regular e bem cilindrado. Apresenta caracteres bem vinculados de recorte e dimensão irregular. Conserva apenas as três primeiras linhas da epígrafe. A sua leitura não revela dificuldades particulares.

Dim.: Altura máxima 0,53 m; Diâmetro máximo 0,32 m.

D(*omino*) N(*ostro*) FL(*avio*) . IV(*lio*) / CONSTAN/TI AE(*terno*) AV(*gusto*) ...

Ao nosso Senhor Flávio Júlio Constâncio, eterno Augusto....

Alt. letras: 1: **1** - **6**: 9>10

2: **1** - **7**: 8>10

3: **1** - **7**: 16>10

Esp. Inter. **1**: 2; **2**: 3,5.

A localização próxima de S. Cristóvão do Muro, onde se identificou um marco miliário dedicado a Valério Maximiano, na qual se regista a milha XXIII, leva a concluir que,

provavelmente, os miliários da Peça Má, nomeadamente este dedicado a Constância II, corresponderiam ao mesmo núcleo, identificando, portanto, à mesma milha.

Bibli. - CRUZ 1940, 210; 1982,16; ALMEIDA 1969, 17; MANTAS 1996, n.º 26, 356-357; COLMENERO; SIERRA; ASOREY 2004, 630, n.º 553; MOREIRA 2010, 247-250.

[62] *P. 324, l. 23* (ABM) – Santa Cruz / Ara votiva dedicada a *Cusuneneoeco*

S. Simão / Santa Cruz, Burgães, Santo Tirso

Villa romana / Ara votiva

Lat. - 41º 20' 26" N

Long. - 8º 26' 29" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 300 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

O local de identificação dos vestígios localiza-se a noroeste da aldeia de Santa Cruz, nas imediações da EM n.º 1105. Ocupa uma extensa plataforma de meia encosta sobranceira ao vale do rio Ave. Os vestígios de superfície encontram-se dispersos por uma área considerável, sendo possível observar alguns alinhamentos à superfície. Do abundante material recolhido no local, para além de cerâmica comum e de telhas em grande quantidade, é de assinalar um conjunto de fragmentos de terra sigillata hispânica com cronologia compreendida entre a dinastia Flávia e finais do séc. II.

No campo denominado por Penedo do Ouro, ao serem abertas valas para a plantação de vides foram remexidos níveis arqueológicos que revelaram muita cerâmica comum romana.

Terá sido este o local de proveniência da ara votiva dedicada a *Cusuneneoeco* por Severo, assim como de um conjunto de moedas hoje na posse de descendentes de Luís Correia de Abreu, achador da epígrafe, então morador da Quinta da Laje, que dista apenas 500 a 600 m do local dos achados.

Do ocorrido Luís Correia de Abreu deixou uma nota nos seus apontamentos históricos “*Antiguidades e costumes velhos da freguesia de S. Tiago de Burgães*”.

(...) No sítio chamado Cham das Cruzes, próximo (...) do lugar de St.^a Cruz, aparecem tijolos, e varios vestígios, que indicão ruínas de povoação: neste mesmo sítio, escavando na terra no anno de 1841 José das Casas – Novas achou huma panella de barro cheia de moedas de cobre do tempo de Constantino Magno, como se vê de algumas das moedas, que se conservão na posse (?) da Casa da Quinta da Laje. Junto a este denominado (?) Cham das Cruzes existe huma propriedade de terra lavradia, chamada S. Simão, pertencente à Casa do Corgo da mesma freguezia, onde appareceo (?) há annos hum pequeno Padrão com huma legenda, de que apenas se pode ler Severus. (...) (CORREIA 2000, 22).

O aparecimento do tesouro foi também divulgado por Martins Sarmento (SARMENTO 1933, 304).

Actualmente, toda a vertente norte da serra de Monte Córdova evidência intensa ocupação humana e actividade agrícola. A topografia actual revela intensos trabalhos de terraceamento para a criação de largas plataformas de cultivo, que resultaram no aumento significativo da espessura do solo e, consequentemente, no encobrimento dos vestígios.

Luís Correia de Abreu, em meados do século XIX, na *Descrição das antiguidades e costumes velhos da freguesia de Santiago de Burgães* menciona a descoberta de sepulturas na freguesia de Burgães, com destaque para a que se identificou na Quinta da Laje, contígua à Quinta de S. Simão, que, de acordo com a sua descrição, poderá corresponder a uma tumulação de época romana – (...) *Dentro da Quinta da Laje no Pomar das Eirozes num pedaço de terra, que nunca foi cultivado appareceu no dia 3 de Fevereiro de 1841 huma sepultura com os lados formados de pedra de cantaria bem labrada, e o lastro de grandes tijolos.* (...) (CORREIA 2000, 23).

A ara recolhida em Santa Cruz foi depositada na Quinta da Laje em 1841. Em 1887 foi oferecida à Sociedade Martins Sarmento, fazendo hoje parte da secção de epigrafia e escultura daquele Museu.

Ara votiva

Ara votiva de granito de grão fino, trabalhada nas quatro faces, fracturada na face anterior e no canto superior esquerdo. O capitel, onde apenas se adivinha o fôculo, tem forma quadrangular e encontra-se muito danificado. O lado direito revela vestígios de um toro. Base de forma quadrangular com molduração constituída por um filete reverso seguido de dois toros.

Caracteres actuários muito ténues com inclinação predominante à direita. A paginação é deficiente, tendo obrigado o *ordinator* a colocar a fórmula final consacratória, da qual consta o nome do dedicante, na face direita do monumento.

Dim.: 60 cm x 21 cm x 57 cm;

Campo Epigráfico: 23,5 cm x 19,5 cm.

DEO D/OMEN/O CVSV/NENEO/ECO EX / VOTO / SEVE/RVS P/OSVI/T.

Ao deus Cusuneneoeco erigiu Severo, em cumprimento de voto.

Altura das letras: L1 1: 4,5; 2: 5; 3: 4; 4: 4,5
 L2 1: 3,5; 2: 3; 3.4: 4
 L3 1: 3; 2.3: 2,5; 4: 3,5
 L4 1: 1; 2: 3,5; 3.4: 3; 5: 4
 L5 1: 3,5; 2: 2; 3.4: 2,5; 5: 4
 L6 1: 3; 2.3: 2,8; 4: 4
 L7 1: 3,8; 2: 4; 3: 3,5; 4: 4,4
 L8 1: 1,4; 2: 3,5; 3.4: 4
 L9 1: 3; 2: 3; 3: 3,3; 4: 4
 L10 1: 4

Espaços interlineares: **1:** 2,5/3; **2:** 1; **3.4:** 0,5; **5:** 0,7; **6:** 0,7; **7:** 7; **8:** 0,8/1; **9:** 1; **10:** 0,8; **11:** 6

Bibl. - *CIL* II, 2375; *CIL* II, S, 5552; *ILER* 796; *HAE*, 514; SARMENTO 1895, 178-179; 1887, 234-235; 1927, 9; 1930, 85; 1933, 289, 303-304, 309, 341; COELHO 1887, 365, 369; GUIMARÃES 1901, 48; VASCONCELOS 1905, 326-327, fig. 74; CUEVILLAS 1933-34, p. 354; CARDOZO 1935, 30; 1947, 93-95, 104, 109, 149, 153; 1958, 105, 109; MATTOS 1947, 57; TOVAR 1960, 182, 189, 190; SANTARÉM 1953, 397-399; 1956, 64-65; AZEVEDO 1956, 296-301; BLAZQUEZ 1957, 57; 1962, 120-122; 1970, 72-73, fig. 24; BREY 1957, 255-259; ENCARNAÇÃO 1970, 164-169, f. 26; 1975, 164-169, f. 26; TRANOY 1981, 274; SILVA 1986, 288, nota 330; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/359; ALBALAT 1990, 249, nota 13; MOREIRA 1992, 22-23, fot. 6; 2007, 93, MMAP 170(1).

[63] *P. 325, l. 16* (ABM) – Ponte de Negrelos

S. Martinho do Campo, S. Martinho do Campo, Santo Tirso

Ponte romana

Lat. - 41° 22' 04" N

Long. - 8° 21' 11" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 100 m (C.M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A ponte de S. Martinho do Campo, vulgarmente designada por *Ponte de Negrelos*, é uma notável obra de engenharia romana que conserva as principais características construtivas da fábrica de origem, constituindo, por isso, um imóvel de elevado valor patrimonial. Apesar das várias intervenções de conservação e restauro de que foi alvo ao longo dos tempos manteve a sua integridade estrutural, permitindo que hoje se possa considerar como um monumento de referência, tanto pelo seu valor arquitectónico, como pelo testemunho de uma vivência multissecular, a partir da qual é possível perscrutar inúmeras realidades históricas.

A *Ponte de Negrelos*¹⁹⁶ encontra-se implantada sobre o tramo final do rio Vizela. Na margem direita tem acesso através da Rua da Ponte, em Lordelo, e pela Travessa da Ponte, em Moreira de Cónegos, concelho de Guimarães. Na margem esquerda, pela Rua da Flor do Campo, em S. Martinho do Campo, concelho de Santo Tirso¹⁹⁷.

Única no concelho, conservou até aos nossos dias as principais características arquitectónicas que distinguiram a obra pública latina, realçando todo o potencial de desenvolvimento de uma filosofia e técnica construtiva pensada para servir e durar, própria da mentalidade romana, na qual o pragmatismo tinha primazia em relação à forma¹⁹⁸.

¹⁹⁶ As inquirições de 1258 referem a propósito o lugar de “*Pons*” onde se documentavam quatro casais, do qual subsiste na toponímia local a Quinta de Pontes, sobranceira à Ponte de Negrelos (PINHEIRO 1957, 17).

¹⁹⁷ O rio Vizela nesta zona constitui o limite administrativo entre o concelho de Santo Tirso e o concelho de Guimarães.

¹⁹⁸ A obra vitruviana elucida, de forma clara e concisa, que nada deve ser deixado ao acaso na planificação de uma obra de arquitectura (...) ... *Aedium compositio constare x symetria, cuius rationem diligentissime architecti tenere debent. Ea autem paritur a proportione, quae graece anagoria dicitur. Proportio est ratae partis membrorum in omni opere totiusque commodulatio, ex qua ratio efficitur symmetriarum. Namque non potes aedis ulla sine symmetria atque proportione rationem habere compositionis, nisi uti hominis bene figurati membrorum habuerit exactam rationem.* (...) VITRUVIO, III, I.

As limitações técnicas então existentes, designadamente o desconhecimento do cálculo de resistência de materiais, dos coeficientes de carga, tensão e elasticidade das estruturas, que impunham um trabalho com margens de segurança muito elevadas, terão estado na origem do segredo da sua resistência e durabilidade, factores que viriam a granjear à construção “romana” uma justa reputação de solidez e longevidade, sabendo-se, contudo, que os engenheiros que levantaram este tipo de obras, geralmente de iniciativa militar, tinham como propósito a sua perenidade.

Descrição

Os estudos de carácter arqueológico, de forma mais ou menos generalizada, utilizam uma terminologia predefinida na descrição das pontes, evidenciando as características arquitectónicas e técnicas construtivas, definindo tipologias que, em alguns casos, reflectem considerações de carácter cronológico. Basicamente, são dezassete os elementos construtivos considerados; Arcos, Pilares, Estribos, Tímpanos; Arcos de aligeiramento; Talhamares, Esporões, Via, Guardas, Passeios, Cimbres, Caixão, Chave, Contra-chave, Saimel, Contra-saimel, Boca do arco.

De tipologia claramente romana, a ponte conserva as principais características morfo-tipológicas originais. É construída em alvenaria de granito e apresenta um tabuleiro horizontal, de perfil longitudinal, assente em três arcos de volta perfeita.

Os dois arcos laterais apresentam agulheiros para assentamento do cimbres, enquanto o arco central apresenta uma consola saliente ao nível do saimel. A estrutura, de três arcos de volta perfeita, com vãos de 7,5 m, 6,5 m e 7,5 m, apoia-se nos estribos inseridos nas margens e em dois pilares implantados no leito do rio. Os tímpanos são constituídos por paramentos de alvenaria de blocos de granito aparelhados pela face exterior, dispostos em fiadas horizontais.

Os dois pilares, apoiados directamente no afloramento rochoso do leito do rio, apresentam secção rectangular e conservam talhamares e esporões de construção parcialmente autónoma, adossados à estrutura da ponte a montante e a jusante respectivamente, sendo os primeiros altos, de perfil triangular, e os segundos, ligeiramente mais baixos e rectangulares. Ambos ultrapassam os arranques dos arcos encobrimdo as primeiras aduelas e invadindo parte dos tímpanos.

O tabuleiro, com cerca de 3 m de largura e 32 m de comprimento, implantado a cerca de 10 m do afloramento granítico do leito do rio, conserva o pavimento revestido de lajes de granito de pequena e média dimensão, de recorte rectangular, dispostas em fiadas regulares¹⁹⁹, provavelmente resultantes da intervenção de restauro de 1853.

As guardas, também em granito, são compostas por silhares rectangulares, dispostos lateralmente, com travamento alternado, cuja construção terá também sido resultado da intervenção de restauro realizada em 1853.

¹⁹⁹ O pavimento original encontra-se muito bem conservado em todo o tabuleiro, conforme foi documentado nas sondagens efectuadas em 02-06-03, para determinar a possibilidade de integração de uma galeria técnica e, dessa forma, libertar a ponte do conjunto de tubagens que se encontravam suspensas no nível inferior do tabuleiro.

O paramento dos tímpanos e estribos é formado por aparelho isódomo ou pseudo-isódomo e integra silhares de diferentes origens, sendo a maior parte deles lisos, alguns deles com siglas, embora conserve abundantes elementos almofadados e/ou com marcas de utilização de “ferrei fórfices” da fábrica de origem, evidenciando uma grande variabilidade na dimensão dos silhares, o que, associado à existência de um significativo número de siglas, especialmente localizadas no intradorso dos arcos, documenta as obras de restauro de que foi alvo na Idade Média.

A modelação da obra reflecte uma simetria característica da engenharia romana, perceptível, por exemplo, na distância entre os pilares e respectivos estribos.

Características construtivas

Alicerces

Vitruvio (*III, 3*) aconselhava para a realização da *substructio* ou alicerce, a abertura de sanjas até ao solo firme e, no caso de não se identificar o substrato rochoso, que se construísse uma “estrutura sólida” com uma largura maior que os elementos que se iam apoiar neles. No caso da Ponte de Negrelos encontramos os dois pilares assentes directamente sobre a rocha de base, documentando-se apenas a regularização do afloramento num plano horizontal único para facilitar o assentamento da silharia.

Arcos

Os três arcos apresentam vãos de 7,5 m, 6,5 m e 7,5 m, reflectindo uma simetria assinalável, sendo formados por 33, 31 e 33 aduelas respectivamente. Estas apresentam perfil trapezoidal e recorte homogéneo, aparelhadas em todas as faces, respeitando uma morfologia muito equivalente. Alguns dos silhares conservam o “almofadado” característico destas construções, assim como os orifícios de encaixe do fórceps. O lançamento dos arcos efectuou-se a partir da colocação de um cimbre cujos apoios apresentam duas soluções distintas. No primeiro arco da margem norte, onde o pilar de assentamento se resume a apenas uma fiada do paramento, apoiado directamente sobre o afloramento, o encaixe do cimbre far-se-ia por introdução do travejamento em três agulheiros localizados ao nível do saimel, do qual resultou o negativo no paramento. Esta solução é também empregada no primeiro arco da margem sul. O arco central, de menor vão, apresenta uma solução distinta, revelando um saimel projectado para o exterior, em forma de consola, na qual se apoiaria o travejamento de suporte do cimbre.

Os intradorsos dos arcos revelam paramentos regulares, com silhares de dimensão homogénea, dispostos em fiadas alternadas.

Pilares / Talhamares / Esporões

Os dois pilares apresentam uma planta rectangular e conservam-se até ao nível do arranque dos arcos praticamente inalterados desde o momento da sua construção. A sua fundação faz-se directamente sobre o afloramento rochoso que sofreu um tratamento de nivelamento para assentamento da primeira fiada de silhares.

Os talhamares, localizados a montante, apresentam uma planta triangular e desenvolvem-se para além do arranque dos arcos invadindo parcialmente os tímpanos. A sua actual configuração, nomeadamente nos dois terços superiores, resulta de obras de conservação e restauro posteriores ao seu momento de construção, da qual apenas se conserva o terço inferior, perceptível no travamento dos elementos que compõem as estruturas dos pilares, que aqui resultaram no prolongamento das fiadas do aparelho original, que conservam aliás, um maior número de silhares almofadados e maior homogeneidade quanto à dimensão e tratamento da superfície.

Os esporões revelam uma planta rectangular e, à semelhança dos talhamares, nos dois terços superiores apenas se encontram adossados. Apresentam diferentes cotas entre si, sendo que o esporão da margem sul é sensivelmente 0,90 m mais alto que o outro. Contudo, ambos se prolongam para além do arranque dos arcos invadindo parte dos tímpanos. Os talhamares e esporões participam das características gerais dos pilares, dos quais se não diferenciam formalmente constituindo um corpo único.

Via

O tabuleiro da ponte, com cerca de 3 m de largura e 32 m de comprimento, sem passeio, conserva o revestimento de lajes de granito, de recorte rectangular, de pequena e média dimensão dispostas alternadamente. As características da via, apesar de constituírem um elemento de pouco valor documental para a datação das obras de engenharia romana, em muitos casos, constituem um indicador seguro para a sua classificação. Em termos gerais, poder-se-á afirmar que as pontes romanas são mais largas que as medievais, e que, a partir dos três metros de largura, as probabilidades de que uma ponte seja de construção romana e não medieval aumentam de uma forma directamente proporcional ao aumento da largura da via. Também neste caso, a Ponte de Negrelos, com um tabuleiro com três metros de largura, cumpre os preceitos da construção romana.

Guardas

As guardas actualmente existentes resultaram, provavelmente, da intervenção de 1853, na qual se menciona expressamente a colocação de “grades”, até aí inexistentes. Construídas em alvenaria de granito, são compostas por silhares rectangulares dispostos lateralmente com travamento alternado, apresentando uma dimensão regular aproximadamente de 0,25 x 0,80 m.

Tímpanos

Os tímpanos conservam paramentos regulares compostos por fiadas horizontais, sensivelmente até ao nível interior dos arcos, local a partir do qual é perceptível a alteração estrutural do paramento com a intromissão de elementos de diferente natureza, calibre e talhe. Verifica-se aliás a existência de duas fiadas ao nível inferior do pavimento do tabuleiro, particularmente alteradas, cuja morfologia desvirtua a linguagem expressa pela estereotomia do alçado, que se poderá caracterizar como uniforme e bem proporcionada.

Estribos

Constituem os elementos mais sacrificados da obra original, ora devido às várias intervenções sofridas, ora pela alteração das margens, designadamente pela construção de muros de suporte dos terrenos adjacentes e, sobretudo, por construções de edifícios. As alterações em ambas as margens são de tal forma significativas que não é possível efectuar uma caracterização da sua composição estrutural. Importa apenas referir que o estribo da margem sul, na face jusante, revela a existência de um esporão em forma de contraforte, ligeiramente menos espesso que o dos pilares, mas implantado sensivelmente à mesma cota. Este facto, por si só, é revelador que o estribo original se prolongaria substancialmente mais para o seu interior, necessitando de um reforço suplementar.

Intervenções de restauro

Apesar de a ponte estruturalmente ter conservado as principais características do momento da sua construção, encontram-se documentadas duas intervenções de restauro realizadas em distintos momentos.

A primeira, de época medieval, é documentada pela existência de abundantes siglas, uma inscrição na aduela de fecho do 1º arco (lado sul) da face jusante e vários vestígios de alteração da silharia, tanto ao nível da sua original disposição como da inclusão de novos elementos, observáveis na estereotomia dos paramentos dos intradorsos dos arcos, tímpanos e estribos. Porventura, terá constituído a mais significativa reforma realizada na ponte.

A obra ter-se-á limitado à face superior dos arcos, uma vez que, tanto quanto é possível inferir pela distribuição das siglas, esta, apesar de ter abrangido os três arcos, ter-se-á restringido ao limite superior dos apoios de assentamento do cimbrio, uma vez que se não regista a ocorrência de siglas nos pilares e também pelo facto da silharia existente, maioritariamente almofadada, revelar uma significativa uniformidade no assentamento e no calibre dos diferentes elementos.

A intervenção terá consistido apenas no reposicionamento parcial dos arcos, substituição de alguns dos elementos que os constituíam, facilmente observáveis no intradorso dos mesmos, pela diferente natureza do granito, ao nível da cor, grão, textura e, fundamentalmente, pela alteração da disposição dos elementos originais, que ora colocaram em evidência os orifícios de apoio do fórceps, como é o caso dos intradorsos dos arcos, ora ocultando os mesmos, como se regista nas aduelas que formam os arcos e nos paramentos dos estribos e do tímpano.

A epígrafe inclusa na aduela de fecho do arco da margem sul do alçado jusante, pela raridade em obras congéneres e pelas possibilidades interpretativas que proporciona merece algum destaque.

O letreiro encontra-se inscrito na aduela de fecho do arco da margem esquerda e está deteriorado no extremo inferior não possuindo qualquer delimitação do campo epigráfico. A gravação, em caracteres actuários regulares, é nítida e bem vincada, apresentando letras com recorte desigual. No fim da linha, devido à exiguidade de espaço, as letras encontram-se ligeiramente mais apertadas e as duas últimas formam-se a partir de um nexo.

Comprimento máximo da epígrafe – 520 mm; Altura máxima 120 mm.

Altura máxima das letras – 1ª linha / 1 (grafito); 120: 2; 80: 3; 60: 4; 100: 5; 90: 6; 90/100. mm

Transcrição

 IOSI H

Leitura

(Magister) IO(hannes) S I(o) HN(nis)

Tradução

Mestre João Anes

Tratar-se-á de uma referência ao mestre encarregado da obra, que escolheu para signo lapidar identificativo da sua oficina as iniciais do seu próprio nome – Iohannes - antropónimo particularmente comum em toda a Idade Média em especial na nossa região, evidenciando um patronímico também comum - Anes ou Eanes, de clara filiação com Iohannis.

A interpretação da sigla como autógrafo do *magister* decorre da constatação, mais ou menos sistemática, de uma certa autonomia braquigráfica e simbólica na criação de siglas, aqui reforçada pela associação morfológica entre a sigla e a representação do M que, neste horizonte cronológico, quer na epigrafia tumular quer na honorífica, frequentemente apresenta um recorte arredondado, com hastes inferiores horizontais prolongadas nos dois sentidos e as hastes descendentes reduzidas ao mínimo da sua expressão. O posicionamento da epígrafe na aduela chave do primeiro arco, em claro destaque, uma vez tratar-se do mais importante elemento estrutural da construção, e também pelo facto de constituir a única referência gráfica nos paramentos laterais, reforçando o protagonismo da mesma, corrobora a nossa interpretação.

Regista-se em Roriz, no decurso da sua 2ª fase da construção da igreja, datada do primeiro quartel do séc. XIII, uma sigla interpretada como pertencente ao mestre encarregado da obra, pelo sinal, também um Iohannes, cuja grafia da sigla que abrevia o seu nome se faz igualmente representar pela abreviatura – IO – revelando semelhanças morfológicas assinaláveis com a epígrafe aqui tratada, podendo, porventura, existir alguma relação entre as oficinas encarregues das duas obras, mesmo não se verificando contemporaneidade entre elas. De facto, as siglas documentadas na ponte não revelam qualquer semelhança morfológica com as documentadas em Roriz neste mesmo período, sendo mais razoável admitir que a obra da ponte possa ser cronologicamente posterior à construção da igreja de Roriz, num momento em que a oficina, por transmissão de ofício e propriedade, poderia já ser do filho do primeiro mestre, explicando-se assim, a filiação e a formação do antropónimo.

Siglas

O conjunto de siglas detectado é revelador da intervenção medieva. O seu número e reduzido reportório induzem a pensar que ter-se-á tratado apenas de uma única intervenção com a participação de um reduzido número de oficiais envolvidos, porventura apenas dois ou três.

Identificam-se (18) cruces de braços iguais de morfologia e recorte semelhante, sendo que a maior parte delas se inscrevem em elementos pétreos diferentes dos da fábrica de origem. Registam-se também erres (5) e, em menor número, um símbolo de recorte semelhante à letra A (4) que poderia, neste caso, representar a abreviatura de um nome A(ntonius) se entendermos que, da mesma maneira que uma convenção geométrica ou figurativa das siglas pode representar um apelido, também uma simples letra, que na escrita corrente nunca se representaria como tal, está muitas vezes a abreviar um nome (REAL; SÁ 1982, 15).

A segunda intervenção documentada no imóvel teve lugar num momento muito posterior, já no advento da industrialização do Vale do Ave, concretamente em 1853. A obra, de iniciativa da Câmara do então concelho de S. Tomé de Negrelos, realizou-se em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães e implicou um custo global de 155\$900 r\$, que foi repartido, em partes iguais, pelos dois municípios. A intervenção consistiu na reposição do pavimento que se encontrava completamente degradado “(...) o seu piso quase a tocar nas aduelas da arcaria. (...)” e “(...) na colocação das grades até aí inexistentes. (...)” (PINHEIRO 1957, 149-150).

O enquadramento arqueológico da *Ponte de Negrelos* far-se-á, em primeira análise, na área meridional do Convento Bracaraugustano que, desde cedo, se revelou como um espaço particularmente dinâmico e receptivo a influências exógenas. Após a implementação da rede administrativa, criada pelo imperador Augusto, estruturada a partir da capital do convento – *Bracara Augusta* –, tem início o efectivo processo de romanização do território do Noroeste Peninsular. A concretização de uma rede viária que permitisse a ligação rápida e segura entre os diferentes centros administrativos viria a revelar-se como o principal elemento modelador de uma nova paisagem física e humana. Como elemento fundamental de desenvolvimento, a via originou, em todo o seu trajecto, uma intensa ocupação de pequenas unidades rurais. No inter-flúvio Leça - Vizela é possível reconstruir o seu trajecto a partir da identificação de um largo conjunto de vestígios de significativa importância.

Neste período a *Ponte de Negrelos* integrava a estrada secundária que unia *Cale* à via de ligação de *Bracara Augusta* a *Emerita Augusta*. A via encontra-se documentada pela existência de duas pontes cujas características construtivas são indiscutivelmente romanas, sendo, no entanto, o seu traçado de difícil concretização. A partir do Porto desenvolver-se-ia para nordeste em direcção a Valongo e Alfena onde cruzava o rio Leça na Ponte de S. Lázaro²⁰⁰, seguindo em direcção a S. Martinho do Campo onde transpunha o rio Vizela, para, posteriormente, se dirigir a S. João da Ponte. No seu percurso entre o rio Leça e o

²⁰⁰ Actualmente a ponte de S. Lázaro apresenta características construtivas medievais, mas a existência de silhares almofadados e de marcas de utilização de *ferrei fôrçices*, sugerem a existência de uma construção anterior de época romana (LOPES; SILVA; MOTA; CENTENO 1994, 163).

rio Vizela contornava, a meia encosta, pela face oeste o maciço montanhoso vulgarmente designado por serra de Monte Córdova, passando muito próximo do Monte Padrão, cujos vestígios de ocupação romana indiciam ter tido um papel importante como ponto central da via.

Ao contornar a face norte da serra de Monte Córdova seguia a meia encosta acompanhando o perfil do vale do rio Ave para, imediatamente a seguir, acompanhar o rio Vizela, atravessando as freguesias de Rebordões, S. Tomé de Negrelos e Roriz, e cruzar o rio Vizela em S. Martinho do Campo²⁰¹.

Os vestígios arqueológicos de época romana identificados ao longo da via enquadram-se num vasto conjunto de testemunhos que atestam a intensa ocupação da área ribeirinha dos rios Ave e Vizela. A ocupação do espaço revela-nos não só uma significativa densidade demográfica, em continuidade com a época castreja mas, fundamentalmente, uma assinalável diversidade de tipos de assentamentos, reflectindo um modelo de ocupação e exploração do território directa e particularmente relacionada com os recursos disponíveis, mantendo-se, em alguns casos, os espaços anteriormente ocupados, como é o caso do Monte Padrão e do castro da Torre, alargando-se a ocupação às zonas ribeirinhas e às zonas baixas de pequenos vales interiores (MOREIRA 2004, 23).

A via, provavelmente relacionada com o couto mineiro da serra de Valongo, terá registado a sua maior importância económica e estratégica durante o período de exploração das minas auríferas, apresentando um ligeiro declínio a partir de meados do séc. III (MOREIRA 2007, 41). À estrada romana sobrepôs-se a estrada medieval de ligação do Porto a Guimarães, amplamente documentada e referida na bibliografia da especialidade (ALMEIDA 1968, 172-73)²⁰².

Bibl. - ALMEIDA 1968, 188-189; LOZA; TEIXEIRA 1999, 55; MOREIRA 2004, 7-54; 2007; REAL; SÁ 1982.

[64] P. 338, l. 9 (ABM) – Padrão / *castro luso-romano*

Monte Padrão, Monte Córdova, Santo Tirso.

Povoado / Castro / aglomerado urbano secundário / castelo / igreja e mosteiro

Lat. - 41° 18' 53" N

Long. - 8° 26' 51" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 413 m (C. M. 1. 25 000, S.C.E. 1950, fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

²⁰¹ Carlos Alberto Ferreira de Almeida propôs um outro percurso, sugerindo que a via atravessaria o maciço de Monte Córdova, passando junto à Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira, para descer, em direcção a S. Martinho do Campo (ALMEIDA 1968, 42).

²⁰² A referência bibliográfica mais antiga conhecida até ao momento encontra-se no documento n.º 138 do *Diplomata et Chartae*, datado de 985, onde surge referenciada como “*ponte lapidea*”. Sobre a sua passagem por Alfena veja-se (FREIRE 1905, 241-247). A sua passagem por Água Longa é documentada na Inquirição da Segunda Alçada e, por último, a sua passagem por S. Paio de Guimarei encontra-se documentada em 1048, como “*cavera antiqua*”.

O castro do Padrão localiza-se na freguesia de Monte Córdova, concelho de Santo Tirso, distrito do Porto, a poucos quilómetros a sudeste da sede do concelho. O acesso ao castro pode fazer-se a partir da povoação de Monte Córdova, indo em direcção ao lugar de Quinchães, tomando, de seguida, o caminho florestal que dá acesso à capela do Senhor do Padrão, que fica no sopé do castro.

O imóvel encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1910 com a designação de Castro de Monte Córdova (Dec. Lei de 16 de Junho de 1910), tendo sido rectificada a sua designação para Castro do Monte Padrão em 1951 (6 de Novembro de 1951 – Dec. Lei n.º 38.491, art.º 3).

O assentamento ocupa um esporão rochoso da serra de Monte Córdova, que corresponde a um dos relevos mais significativos da sua vertente oeste. Encontra-se implantado na área limite das bacias hidrográficas dos rios Ave e Leça, integrando a face norte a rede de drenagem do Ave e a face sul a do rio Leça, encontrando-se também sobranceiro ao vale do rio Sanguinhedo²⁰³ e à ribeira do Matadouro²⁰⁴, ambos afluentes da margem esquerda do rio Ave. Para sul, desenvolvem-se as veigas de Refojos e Agrela que integram a bacia hidrográfica do rio Leça.

Ocupa uma posição topográfica de destaque na região dominando visualmente para oeste uma extensa faixa da costa marítima que se estende desde a cidade do Porto à cidade da Póvoa de Varzim, sendo o seu campo visual mais limitado para nascente, uma vez que, para o interior, se desenvolve uma zona de ligação à plataforma do planalto²⁰⁵.

A sua implantação proporciona uma posição de grande destaque na região, reflectindo uma clara intenção de controlo visual sobre as principais vias naturais de comunicação (terrestres e fluviais).

Topograficamente, estrutura-se a partir de uma plataforma superior, de planta oval, relativamente plana, apesar dos frequentes afloramentos graníticos à superfície, definida pela curva de nível dos 400 m, que, *grosso modo*, corresponde à primeira muralha do povoado. A plataforma superior desenvolve-se por um comprimento máximo de 183 m no sentido norte/sul, e de 101 m no sentido este/oeste, perfazendo uma área de 14.776 m².

Possui boas condições naturais de defesas propiciadas por uma topografia favorável. As faces norte, sul e oeste possuem vertentes com pendor acentuado apresentando-se a encosta do lado nascente mais suave e curta, correspondendo a uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso.

²⁰³ O rio Sanguinhedo é um dos mais significativos afluentes da margem esquerda do rio Ave. A sua rede de drenagem configura uma bacia de aproximadamente 18 km².

²⁰⁴ Nasce em Monte Córdova junto ao santuário de N.ª Senhora da Assunção a 410 m de altitude. A sua rede de drenagem configura uma bacia de aproximadamente 6,4 km².

²⁰⁵ O planalto de Monte Córdova desenvolve-se na face noroeste abrangendo parte do concelho de Santo Tirso e Paços de Ferreira. Apresenta uma planta circular definida pela curva de nível dos 400 m e é delimitada por um conjunto de acidentes orográficos de maior elevação – Pilar, Padrão, Mouro, Costouras e Citânia de Sanfins. As povoações que ocupam a chã são – Monte Córdova, Cabanas, Santa Luzia, Hortal e Redundo. A área é marcada por uma intensa rede de drenagem que configura a nascente do rio Leça. Os terrenos revelam aptidão agrícola elevada.

As características ambientais em que o castro se insere correspondem às definidas para a zona climática designada por Terra Temperada – Quente Atlântica, que se caracteriza pela marcada influência atlântica, registando uma diminuição gradual da amplitude térmica anual. Os valores médios situam-se entre – 14º de temperatura média anual; 16º temperatura média do mês mais quente e precipitação média anual entre 1200 mm e 1600 mm.

O substrato geológico da região corresponde à grande mancha de granito biotítico da face oriental do concelho de Santo Tirso, apresentando a variedade porfiróide e granosas de grão de diferente calibre como predominantes. Em particular na freguesia de Monte Córdova é frequente o tipo porfiróide (ANDRADE 1952, 303-315).

Na área envolvente do castro existem terrenos de elevada aptidão agrícola²⁰⁶ ao longo das margens do rio Leça, em faixas estreitas e descontínuas, que confrontam com terrenos de aptidão agrícola moderada a que corresponde praticamente toda a área do planalto de Monte Córdova.

A referência toponímica ao imóvel - “Monte do Padrão” -, surge relacionada com a edificação da capela dedicada ao Senhor do Padrão e documenta-se apenas a partir da sua construção em 1738 como - *Senhor do Padram do Mosteiro Velho* -²⁰⁷, sendo as anteriores referências a vestígios localizadas, de forma mais ou menos vaga, em Monte Córdova. A origem do topónimo encontra-se documentada numa das muitas lendas recolhidas por Carlos Faya Santarém na década de 50 do século passado (SANTARÉM 1951, 53-54)²⁰⁸. O referido padrão, supostamente recolhido nas ruínas do castro, consiste numa pequena imagem de Cristo crucificado que integra actualmente a representação do calvário no altar da capela do Senhor do Padrão.

²⁰⁶ O sistema adoptado pela empresa “Agroconsultores e Geometral” na elaboração das cartas de solos e aptidão da terra foi o definido para a classificação de terras para usos diversos (land suitability evaluation), recomendado pela FAO (FAO 1976; 1983). A classificação resulta da ponderação de um conjunto de factores que concorrem para a formação e evolução da terra como, por exemplo, o substrato rochoso, o material orgânico, o clima, o relevo, a vegetação e a acção transformadora do homem ao longo dos tempos. Entre os principais factores de transformação destacam-se os terraceamentos operados em toda a região em zonas de declives superiores a 4-5%, facto que introduz um importante elemento a ter em conta no momento de valorizar os elementos para o estudo de períodos muito recuados.

²⁰⁷ Conforme documento de compra de um moinho e terrenos anexos para prover os rendimentos da respectiva fábrica pelo Juiz e oficiais da respectiva capela (Arquivo Episcopal do Porto s/n.º).

²⁰⁸ Aparição de S. Miguel Arcanjo A D. Ilduara “(...) Como a condessa, mãe de S. Rosendo, não podia ter filhos, e, tivesse por esse motivo, grande desgosto, apegou-se em suas orações ao Arcanjo S. Miguel, de que era muito devota, pedindo-lhe que junto de Deus intercedesse para que lhe desse um filho. Para melhor ser ouvida por Deus, a condessa, como penitência, ia, várias vezes por semana, a pé e descalça, da sua vila de Salas até ao alto do Monte para orar na igreja de S. Salvador. Um dia, no Monte, quando orava, apareceu-lhe o Arcanjo S. Miguel dando-lhe a Boa Nova de que ia ser mãe. Conforme o prometido, passado o tempo, nasceu S. Rosendo. (...)”

A identificação e recolha do padrão que origina o topónimo do castro (...) Quando duma incursão Moura, a Condessa Dona Ilduara ou Aldara, mãe de S. Rosendo, veio da sua Vila de Salas ao alto do Monte para esconder dos mouros o Cristo de Pedra que hoje se venera na Capela do Monte e que, naquele tempo no alto duma coluna, servia de Padrão. Ninguém mais, através dos séculos, teve notícia deste Cristo, até que, um dia, alguém o encontrou, no monte, quando andava a roçar mato. Espalhada a notícia, logo o Povo de Monte Córdova, em sinal de regozijo e veneração, mandou construir a Capela de sua invocação, que ainda hoje existe, fundou uma confraria e passou a fazer-lhe todos os anos uma festa. A partir desta altura o Monte passou a chamar-se do Senhor do Padrão. (...)”

As ruínas do cemitério (...) No Monte do Padrão existiu um cemitério que todas as noites, por volta da meia-noite, sobre o sítio onde está o marco geodésico, desce e sobe uma estrela muito brilhante, o que é sinal de ali estar enterrado um grande Santo (...)”.

A cruz, de tipologia latina, possui uma base rematada por uma moldura que envolve três das suas quatro faces, a partir da qual se desenvolve um espigão de perfil troncocónico que serviria de encaixe na base de um cruzeiro. Numa das faces conserva uma imagem em relevo, pintada, de estilo românico. A outra face revela uma imagem, também em relevo, de menor dimensão que a primeira, igualmente de Cristo na cruz, mas esta mais desproporcionada e sem pormenores anatómicos, não se distinguindo os principais traços fisionómicos. Este tipo de cruzeiro, de dupla representação, é relativamente comum na região podendo apreciar-se um exemplar morfologicamente semelhante em de S. Pedro de Rates, Vila do Conde (CARNEIRO; GOMES; AMORIM; REAL 2004, 36, n.º 42), e em Burgães, Santo Tirso.

O local em que se encontra implantado o castro é referenciado, de forma mais ou menos desenvolvida, na bibliografia de hagiógrafos, cronistas, corógrafos e viajantes desde finais do séc. XVI, até poucos anos antes de ter sido definitivamente abandonado no 2º quartel do séc. XVII, relacionando-o, fundamentalmente, com o nascimento de S. Rosendo e o mosteiro de Monte Córdova²⁰⁹.

A partir do início da primeira década do século XX tem verdadeiramente início a história do imóvel enquanto monumento arqueológico. Em 1910, com a sua classificação como Monumento Nacional, define-se com clareza a sua importância científica e patrimonial. Todavia, seria apenas a partir do início da década de cinquenta do século XX que se desenvolveriam os primeiros trabalhos arqueológicos na estação, dirigidos por Carlos Faya Santarém entre 1951 e 1956. A publicação da planta dos edifícios romanos intervencionados na face norte da plataforma superior do castro, pela sua singularidade no panorama arqueológico do Noroeste Peninsular, faria com que o imóvel fosse recorrentemente citado em trabalhos de síntese relativos ao período de domínio romano²¹⁰.

Os registos bibliográficos posteriores ocorrem apenas na década de oitenta e noventa e reflectem já metodologias científicas. Merece particular destaque o trabalho publicado por Manuela Martins em 1985²¹¹, pelo facto de documentar, pela primeira vez, a ocupação relativa ao período do Bronze Final, facto que motivou inúmeras referências à estação arqueológica em trabalhos científicos do mesmo horizonte cronológico.

²⁰⁹ Bibliografia de maior significado para a historiografia da estação arqueológica - RESENDE 1593; Parte II, 403; CUNHA 1623, Parte I, 143; ESTAÇO 1625, 20; TOMÁS 1651, 159-160; ARGALZ 1675; LEAL; COSTA 1706-1708, 326; LEAL; FERREIRA 1873, v, p. 471-472; VASCONCELOS 1895, 12-13; PIMENTEL 1902, 50-54; SANTARÉM 1951, 49-66; 1955, 397-429; COUSELO 1973, 7-13; PONTE 1984, 129, n.º 15; MARTINS 1985, 217-230; SILVA 1986, 83, n.º 344; CENTENO 1987, 115-116; ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360; CUEVA 1991, 93-97; MOREIRA 1991, 28-30; 2005a, 255-276; 2005b; 1997, 83-87; 2007, 32-34; 2008, 129-145, 2009, 9-95; 2009a, 160-175; 2010, 269-291; 2010a, 215-317; QUEIROGA 1992, 169, n.º 242; DINIS 1993, 98-99, n.º 39; ROSADO 1996, 107; VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76.

Ref. Documentais - Inquirições de D. Afonso III, pp. 541, col. 2ª;

²¹⁰ ALARCÃO 1988, 20, n.º 1/360.

²¹¹ MARTINS 1985, 217-230.

Bibliograficamente, a década de noventa evidencia uma maior preocupação na conservação e valorização patrimonial do imóvel (VALDEIRAS 1997, 131-137; FARTO 2000, 65-76), apesar de se registarem trabalhos de carácter científico de significativa importância (MOREIRA 1991, 28-34; 2005b, 255-276; 2005c; 1997a, 83-87; 2007, 32-34; 2008, 129-145; 2009, 9-93; 2009a, 160-175; 2010a, 215-317).

Os trabalhos de investigação do castro compreendem três grandes momentos. O primeiro ocorre com os trabalhos empreendidos entre 1951 e 1956, que incidiram na face norte da plataforma superior do castro, nos quais foram intervencionados dois edifícios de época romana, uma casa circular e parte da muralha da Idade do Ferro. Registaram-se ainda outras pequenas intervenções não publicadas, tais como a sondagem que revelou parte das estruturas medievais e um outro edifício romano na zona central da face nascente da plataforma superior.

A fase seguinte desenvolve-se na década de oitenta e enquadra-se num período de intensa actividade arqueológica a nível nacional, incrementada pelos Serviços Regionais de Arqueologia e diversas Universidades, que contou com o forte apoio dos municípios, então em clara fase de afirmação dos seus valores patrimoniais concelhios. A ligação à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho intensifica-se em 1984 com a realização dos primeiros trabalhos de limpeza, consolidação e restauro das ruínas postas a descoberto por Carlos Faya Santarém. O trabalho de investigação da estação aprofundar-se-ia com a assinatura de um protocolo de colaboração estabelecido entre as duas instituições que resultaram, entre outras acções, na realização de cinco pequenas intervenções arqueológicas (1985-1989), entre as quais a que deu origem à publicação dos resultados preliminares das sondagens realizadas em 1985 sob a responsabilidade científica de Manuela Martins. Após a interrupção do vínculo com a UAUM tem início uma nova etapa no estudo e salvaguarda do imóvel que, *grosso modo*, coincide com a criação do Gabinete Municipal de Arqueologia, concretizada em 25 de Outubro de 1990²¹². A partir desse momento o seu estudo, valorização e musealização passaria a integrar o projecto de investigação de Álvaro Moreira, encontrando-se actualmente em desenvolvimento²¹³.

Os elementos estratigráficos e estruturais identificados até ao momento no povoado permitem perceber uma longa ocupação que tem início no Bronze Final e se prolonga até

²¹² O Gabinete Municipal de Arqueologia da Câmara Municipal de Santo Tirso foi criado por deliberação camarária (Acta n.º 26, fl. 54-56, 25 de Outubro de 1990).

²¹³ O primeiro projecto de investigação submetido à apreciação do então IPPC tinha por título – Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Castro de Alvarelos – tendo sido aprovado em 2 de Junho de 1992. Com a criação do Instituto Português de Arqueologia e as alterações regulamentares daí decorrentes, foi elaborado novo projecto então com o título – *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Alvarelos*, cuja aprovação ocorreu em 15 de Junho de 1998. Uma vez terminado o projecto mencionado redefinimos o estudo do Monte Padrão, agora enquadrado num novo projecto de investigação – *Projecto de Estudo e Salvaguarda da Estação Arqueológica de Monte Padrão e Área Arqueológica de Monte dos Salto*s – homologado pelo Instituto Português de Arqueologia em 22, 10, 2004.

No biênio 2002-2004, decorreu, no âmbito do Plano Operacional da Cultura, Medida 3.9, o Projecto de estudo, valorização e dinamização da área arqueológica de Monte Padrão.

meados do séc. XVII, registando-se um hiato cronologicamente considerável no período que medeia entre o fim da ocupação romana e a ocupação da Alta Idade Média.

O conhecimento das diferentes fases de ocupação não é ainda uniforme sendo difícil com os elementos disponíveis efectuar uma caracterização exaustiva da ocupação de cada um dos períodos, quer ao nível da cultura material, quer ao nível das respectivas áreas de ocupação. Contudo, os resultados das últimas intervenções permitem esboçar, ainda que provisoriamente, uma periodização das diferentes fases de ocupação do castro.

Fase I	1000-900/700 a.C.		500 a.C.
Fase II	500 a.C.		138/136 a.C.
Fase III	138/136 a.C.		Tibério/Cláudio
Fase IV	Tibério/Cláudio		1ª Metade do séc. II
Fase IV a	1ª Metade séc. II		Meados séc. III
Fase V	900		Final do séc. XII
Fase VI	Final do séc. XII		Final do séc. XVI / início do séc. XVII
Fase VII	1738		----

[65] *P. 331, l. 32* (ABM) – S. Cristóvão do Muro / *Vestígios da ocupação dos árabes*

S. Cristóvão do Muro, Muro, Trofa

Necrópole

Lat. - 41° 18' 52" N

Long. - 8° 35' 54" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 145 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 97 - Bougado, S. Martinho, 1975)

A primeira referência bibliográfica que testemunha o aparecimento de uma necrópole e a recolha de materiais cerâmicos reporta-se a 1905, ano da visita de Félix Alves Pereira, oficial do Museu de Etnologia, à região de Entre-Douro-e-Minho, na qual recolheu um significativo conjunto de materiais arqueológicos, entre os quais, uma colecção oferecida pelo Abade Sousa Maia, noticiada no *Archeólogo Português*, onde constam, entre outros, materiais provenientes da necrópole de S. Cristóvão do Muro - (...) *um vasinho inteiro e outros mais ou menos mutilados, de um cemitério (de incineração) de S. Cristovão do Muro (Santo Tirso) (...)*. José Leite de Vasconcelos, em carta dirigida a Domingos de Sousa Maia, Abade de Canidelo, datada de 28 de Fevereiro de 1905, agradeceu a oferta do arqueólogo amador (BRANCO 1963, 38, carta n.º 381).

Mais tarde, a necrópole seria referida por Rui de Serpa Pinto num artigo publicado em 1926 no *Tripeiro* (PINTO 1926), assim como por Carlos Alberto Ferreira de Almeida na *Romanização das Terras da Maia* (ALMEIDA 1969, 44), e António Cruz a propósito do estudo da necrópole de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, Trofa (CRUZ 1940, 10).

No decurso do trabalho de levantamento dos materiais provenientes do concelho de Santo Tirso em depósito em vários museus, foi identificado no Museu D. Diogo de Sousa

um copo com referência de proveniência de S. Cristóvão do Muro, mais concretamente da “Leira do Talho” inicialmente depositado no Museu Municipal do Porto, que, provavelmente, pertencerá ao espólio desta necrópole (MOREIRA 2010, 295-297).

Bibl. - VASCONCELOS 1905, 381-382; CRUZ 1940, 10; PINTO 1926; BRANCO 1963, 38, nota 1; ALMEIDA 1969, 45; ALARCÃO 1988, 19, n.º 1/ 352; MOREIRA 2010, 295-297.

[66] *P. 342, l. 8* (ABM) – S. Tomé de Negrelos / castro luso-romano

Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, Santo Tirso

Castro

Lat. - 41º 18' 48" N

Long. - 8º 28' 28" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 281 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98 - Santo Tirso, 1977)

Apesar das abundantes referências bibliográficas a povoados fortificados localizados no concelho de Santo Tirso, encontram-se actualmente identificados apenas três castros – O castro do Monte Padrão, Monte Córdova; o castro da Torre, Areias, e o castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos.

Dos três, apenas o castro do Padrão sofreu intervenções arqueológicas com carácter sistemático, designadamente no domínio da escavação, sendo actualmente alvo de um projecto monográfico de investigação, musealização e valorização.

O castro de Santa Margarida, apesar de conhecido e recorrentemente citado na bibliografia arqueológica desde finais do século XIX, nunca foi alvo de qualquer escavação arqueológica. O único trabalho documentado reporta-se a uma acção de limpeza realizada em 1985 pela Câmara Municipal de Santo Tirso (MARTINHO 1986)²¹⁴.

Imóvel de Interesse Público (Dec. N.º 29 / 90, DR 163 de 17 de Julho de 1990)

Zona de Protecção automática - 50 m estabelecida pelo n.º 3 do art.º 22, da Lei 13/85 de 6. 7

O acesso ao castro pode fazer-se através da estrada municipal n.º 209 - 2 que se dirige de Roriz para Santo Tirso. Sensivelmente a 1,5 km do entrocamento com a EN n.º 15, ao km 8,5, inflecte-se à esquerda por um caminho florestal que conduz ao sopé do castro.

Actualmente, o castro de Santa Margarida encontra-se salvaguardado devido à sua classificação, todavia, no século passado, registou agressões significativas, fundamentalmente resultantes de construções, como nos reporta o *Jornal de Santo Thyrsó* em 16 de Abril de 1954, na rubrica “*Pelo Concelho*” em que, sob o subtítulo – *Achados Arqueológicos* – nos dá conta da situação de então.

²¹⁴ Os trabalhos desenvolvidos em 1985 ocorreram na segunda quinzena de Setembro e contaram com a direcção de Jesus Martinho da U.A.U.M. e Alberto Carneiro da C.M.S.T. e a participação de um grupo de 12 jovens do concelho integrados num programa de Ocupação de Tempos Livres. Segundo o autor do relatório os trabalhos incidiram sobre a plataforma superior numa extensão 3 000 m², (MARTINHO 1986).

(...) *Á falta de proprietários que vendam terrenos mais próprios para construções, os habitantes desta freguesia vêm-se obrigados a edificar as suas moradias nos montes.*

Nos últimos anos, a encosta do alto de Santa Margarida, tem sido a que mais se tem povoado. Por isso, os seus novos habitantes, tratam de remover aquelas terras áridas e escabrosas, para as transformar em quintais produtivos. Nestes trabalhos, alguns proprietários têm encontrado uma espécie de mós de moinhos antigos e outros objectos, que devem ser arrecadados por quem de direito, para estudo.

É preciso que não se repita o que sucedeu em 1946, com as centenas de moedas antigas achadas no lugar de Ginja, que todas foram parar às mãos de particulares. (...)

Jornal de Santo Thyrsó, 16-IV-1954, n.º 50

As referidas construções ocupam parte da vertente norte, encontrando-se o resto do promontório liberto de construções.

Historiografia da estação

A primeira referência ao castro de Santa Margarida surge na obra de José Augusto Vieira – *O Minho Pitoresco*, numa alusão breve mas significativa, uma vez que nos remete para a existência de um topónimo revelador da existência de um povoado fortificado, apesar da errada atribuição cronológica do monumento - (...) *No monte do Castro, ao sul da freguesia, há vestígios de fortificações, cuja origem se presume ser romana.* (...) (VIEIRA 1887, 322).

Mais tarde, em 1902, Alberto Pimentel refere-se também ao imóvel de forma muito superficial mencionando apenas o micro topónimo – *Castro* – alusivo ao monte localizado a sul da povoação de S. Tomé de Negrelos que, na sua interpretação (...) *indica, pelo onomástico, ter havido aqui outr’ora uma castro luso-romano.* (...) (PIMENTEL 1902, 342).

Em 1953, Martins Pinheiro, na obra “*Á roda de Negrelos*”, apresenta uma breve sinopse sobre os achados arqueológicos da freguesia e seus arredores referindo-se ao “Alto de Santa Margarida” como sendo local de uma edificação castreja onde tem aparecido - *mós, tegulae, etc., e alicerces de casas circulares* (PINHEIRO 1957, 23-25, nota 2)²¹⁵. Em 1954, o castro é referenciado na notícia acima transcrita, sem que se acrescente nada de significativo relativo à interpretação da estação.

Na década de oitenta, o castro é mencionado pela primeira vez num estudo de carácter científico (SILVA 1980, 69), momento a partir do qual passa a ser integrado nos vários inventários de castros, elaborados como suporte de estudos de ocupação e organização do território da designada *cultura castreja* (SILVA 1986, 83, n.º 345; QUEIROGA 1992, 314), assim como em estudos de ordenamento de território e gestão de recursos (TEIXEIRA 1999, 31).

²¹⁵ Refira-se, entre outros, o aparecimento de um tesouro monetário romano no lugar de Ginjo, onde, nas palavras do autor, se descobriu (...) *um recipiente com cerca de três quilos de moedas romanas, em cobre, de Constantino Magno, e anteriores.* (...), tendo sido o facto noticiado no *Jornal de Notícias*, de 22 de Julho de 1964, que troca o seu lugar de aparecimento, e também no *Jornal de Santo Thyrsó*, n.º 50 16 de Abril de 1954. Posteriormente, o tesouro seria recorrentemente referenciado, lamentavelmente com várias incorrecções.

Implantação e topografia

O povoado encontra-se implantado num pequeno promontório da face norte da serra de Monte Córdova. Os contrafortes da face norte correspondem aos prolongamentos naturais do maciço montanhoso, apresentando uma diminuição suave de cotas a partir do ponto mais alto de 570 m de altitude registado na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

O esporão onde se encontra o promontório em que está implantado o castro regista um perfil alongado, marcado por duas linhas de água, relativamente profundas, onde correm dois ribeiros que estruturam a rede de drenagem da margem esquerda do Vizela – a oeste corre a Ribeira de Negrelos e a este a ribeira de S. Martinho do Campo.

O seu posicionamento sobranceiro ao rio Vizela, assim como a sua cota de 283 m, permite um controle visual muito significativo para norte, leste e oeste abarcando o tramo inferior do rio Vizela e uma parte significativa do tramo médio do Ave.

Estruturalmente, o promontório apresenta uma planta oval com o seu maior eixo no sentido norte/sul, definida pela curva de nível dos 250 m, configurando uma plataforma superior relativamente aplanada, apesar da ocorrência de abundantes afloramentos graníticos à superfície. O seu perfil revela vertentes relativamente pronunciadas a norte e oeste, enquanto as faces sul e nascente correspondem a uma zona de ligação ao interior do maciço montanhoso, onde regista vertentes mais suaves e curtas. Na sua maior extensão, no sentido norte – sul, na cota definida pela curva de nível dos 270 m, regista cerca de 110 m de comprimento e 65 m de largura máxima.

Geologia

O substrato geológico onde se inscreve o povoado corresponde à grande mancha de granito biotítico da face oriental do concelho, apresentando as variedades porfiríoides e granosas de grão de diferente calibre, atravessadas por veios aplíticos como predominantes. Em particular na freguesia de S. Tomé de Negrelos é frequente o tipo porfiríode (ANDRADE 1952, 304-305, est. I).

Solos e aptidão agrícola da terra

O local de implantação do castro inscreve-se na carta de solos da Direcção Regional de Agricultura de Entre-Douro-e-Minho na Unidade Cartográfica Ru5.1 a que correspondem Unidades Pedológicas dominantes em regolitos de granitos tendo um horizonte A úmbrico com 25/60 cm, franco arenoso ou arenoso-franco e por vezes arenoso; horizonte substituído por material resultante da alteração e desagregação da rocha subjacente. Corresponde à grande representação na generalidade das situações climáticas e topográficas de altitudes elevadas ou médias, como é o caso (carta de solos Folha 9, 1996, esc. 1:100 000, Memórias, 47).

Relativamente à aptidão agrícola da terra, como é natural, devido à sua implantação, o castro inscreve-se numa mancha de aptidão agrícola nula (A0) e aptidão florestal moderada (F2) (carta da aptidão da terra, Folha 9, 1996, esc. 1:100 000, Memórias, 3).²¹⁶

²¹⁶ Na avaliação da aptidão da terra foi adoptada a metodologia recomendada pela FAO (land suitability evaluation) - *Carta de solos e de aptidão da terra de Entre-Douro-e-Minho - Memórias, Agroconsultores / Geometral, Lisboa 1995*, pp. 3-4.

No entanto, importa referir que o castro se encontra sobranceiro ao vale do Vizela, que regista nas suas margens e no prolongamento para o interior da ribeira de Negrelos, terrenos de aptidão agrícola moderada.

Descrição

Os vestígios de ocupação actualmente visíveis abrangem a plataforma superior e parte significativa das vertentes norte e oeste e são constituídos por alinhamentos de estruturas habitacionais e defensivas.

O conjunto de estruturas circulares actualmente conhecidas foi resultado de duas intervenções de limpeza levadas a efeito pela Câmara Municipal de Santo Tirso. Na totalidade identificam-se cinco estruturas circulares com muros de dupla face e diâmetro que oscila entre os 4 e os 6 m. Algumas estruturas revelam um estado de conservação bastante débil, conservando apenas uma ou duas fiadas de pedras.

O sistema defensivo aparenta estruturar-se em duas linhas de muralhas, com cerca de 1,5 m de largura, que, em alguns locais, aproveita a penedia existente. Actualmente, conserva-se visível apenas um pequeno troço na face nascente que revela uma estrutura de dupla face constituída por blocos graníticos faceados de média dimensão, de aparelho de tipo poligonal, com o interior constituído por blocos de menor dimensão, sem face. Embora não seja visível qualquer vestígio que denote a existência de um fosso de reforço ao sistema defensivo, é natural que possa existir uma estrutura de reforço na face leste, uma vez que, neste local, as condições naturais de defesa são de fraca expressão.

Os materiais cerâmicos recolhidos revelam as características tipificadas na cerâmica castreja, no período anterior à influência romana. Os perfis predominantes correspondem a copos, taças e potes e, em menor quantidade, pratos e panelas. As pastas, muito micaceas, maioritariamente escuras, revelando ambientes de cozedura redutores. Os elementos não-plásticos predominantes são a mica e o quartzo de diferentes calibres e percentagens.

A ausência de materiais claramente romanos ou mesmos de tradição indígena com influência romana, revelam, ainda que indirectamente, que o povoado poderá ter sido abandonado antes do advento da romanização.

Contexto arqueológico

O contexto arqueológico do castro de Santa Margarida, do ponto de vista cronológico, corresponde ao ambiente cultural da vulgarmente designada cultura castreja, cujos parâmetros temporais tem vindo a ser definidos por vários investigadores entre os séculos X-IX a.C. e o advento da romanização, ocorrido no câmbio de Era.

O florescimento económico e cultural registado num grande número de povoados ao longo do séc. II / I a.C. a meados do séc. I da nossa Era terá acompanhado profundas alterações na organização do território do qual resultou a emergência de povoados de grandes dimensões que terão desempenhado funções político-administrativas, militares, económicas e religiosas de âmbito regional, constituindo-se em *lugares centrais* providos de uma certa capitalidade a que corresponderiam territórios demarcados que integravam unidades de povoamento menores, subsidiárias das primeiras, e que alguns autores

vêm como adstritas a grupos étnicos, alguns dos quais identificados com unidades suprafamiliares, designadas singularmente por *castellum* (SILVA 1995, 517). Da identificação e delimitação dos respectivos territórios tem resultado um conjunto de ensaios de modelação e hierarquização do povoamento (SILVA 1986, 1995, 505-546; MARTINS 1990; ALARCÃO 1987, 35-72; 1992, 62-66; DINIS 1993; LEMOS 1993; ALMEIDA 1996), com contributos pontuais de outros autores (TRANOY 1981, 72) que estruturam e dão coerência territorial à designada cultura castreja.

Assim, no seguimento dos modelos propostos, o castro de Santa Margarida, na última fase da sua ocupação, estaria integrado no território a que corresponderia a unidade gentílica dos *Fiduenae*, cujo *oppidum* se localizaria na Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira. O seu território, segundo Armando Coelho, autor da proposta, desenvolver-se-ia nuclearmente a partir da Citânia de Sanfins e teria como limites naturais a serra da Agrela a oeste, o rio Ave a norte e o rio Leça e a serra de Valongo a sul.

[67] P. 347, l. 26 (ABM) – Roriz / *Citânia de Roriz*
Monte dos Castros, Roriz, Santo Tirso

O castro é referenciado por Carlos Faya Santarém a propósito da Citânia de Roriz – (...) *Na lista dos Monumentos Nacionais do Concelho de Santo Tirso, figura, entre outros, desde o Dec. de 16 de Junho de 1910, o da Citânia de Roriz.*

Ultimamente, embora o monumento com esta designação continue a figurar no catálogo dos Monumentos nacionais publicado pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, tem-se entendido que não existe e que se trata, apenas, de uma confusão com a Citânia de Sanfins ou de Eiriz que lhe fica próxima, mas já no Concelho de Paços de Ferreira.

Acontece, porém, que Há dias, por indicação de sua E.^a Revm.^a o Senhor D. Gabriel de Sousa, Abade do Mosteiro Beneditino de Singeverga, fui, em Roriz, ao alto dum monte onde me diziam haver vestígios nítidos de ruínas. Quando me aproximei do local e perguntei o nome daquele monte e me disseram ser o “Monte dos Castros” e começaram a contar as célebres histórias de mouras e bruxas, já não tive mais dúvidas, e, de facto, ao chegar ao cimo do monte, lá estavam as ruínas bem patentes.

Parece-me, portanto, que o castro de Roriz, Monumento Nacional do concelho de Santo Tirso, existe e nada tem que ver com o de Sanfins ou Eiriz em Paços de Ferreira. (...) (SANTARÉM 1951, 1, nota 2).

Efectivamente, Carlos Faya Santarém, tinha razão na identificação das ruínas e na classificação do povoado como castro, todavia, uma vez mais, trata-se de um imóvel localizado no concelho de Paços de Ferreira, na zona limítrofe das freguesias de Sanfins de Ferreira, Lamoso e Codeços, aliás com referências bibliográficas anteriores à sua notícia (JÚNIOR 1908, 2,18,36,40).

Actualmente figura nos principais catálogos de estações castrejas de Portugal e encontra-se relativamente bem divulgado na bibliografia da especialidade (PAÇO 1952, 382 - 384; DINIS 1971, 288; SILVA 1986, 84, n.º 347; 1986 a, 105; QUEIROGA 1992, 310).

De facto, de forma acertiva, Alberto Pimental, a propósito dos bens patrimoniais da

freguesia de Roriz, quando se refere à Citânia como localizada no Monte de S. Romão (Citânia de Sanfins) esclarece – “... *As ruínas da citânia de Roriz (assim conhecida, ainda que imprópriamente, por estar situada em outras freguezias e concelho) correm o risco de ser inutilizadas como monumento archeologico, em razão de recentes aforamentos.*”

Alberto Pimentel apresenta ainda a transcrição de um ofício enviado à comissão executiva do conselho dos monumentos nacionais a fim de providenciarem a real salvaguarda do monumento, cujo teor do primeiro e segundo parágrafo é bem elucidativo e esclarecedor de que a referência à Citânia de Roriz corresponde efectivamente à actual Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.

(...) *Em resposta ao ofício de V. Ex., de 8 de novembro do corrente anno (3º Repartição liv. 30 n.º 300) e relativo á citânia de Roriz, cumpre-me enviar a V. Ex.ª a respectiva planta e comunicar-lhe o seguinte:*

Que a referida citânia está situada nas freguezias de Eiriz e Sanfins de Ferreira, no concelho de Paços de Ferreira; que na primeira freguezia o seu maior comprimento é de 370 metros e a sua largura de 190 metros, e que o valor do terreno comprehendido n'esta freguezia é de 269\$500 reis; que na segunda freguezia o terreno mede de comprimento 450 metros, e de largura 385, sendo o valor de 646\$300 reis.” (PIMENTEL 1902, 348).

A longa e intrincada confusão da designação e localização da Citânia de Roriz *versus* Citânia de Sanfins é aprofundadamente explicada e documentada por Afonso do Paço que definitivamente esclarece a inexistência de uma Citânia ou castro em Roriz no concelho de Santo Tirso (PAÇO 1952, 357-384).

[68] P. 349, l. 17 (ABM) – Sequeirô / castro luso-romano

Monte dos Saltos, Sequeirô, Santo Tirso.

Casal / Villa ?

Lat. - 41° 21' 30" N

Long. - 8° 27' 07" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 85 m (C. M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

A estação arqueológica ocupa uma vasta área onde se observam à superfície fragmentos dispersos de cerâmica romana²¹⁷, assim como taludes que denunciam a existência de muros soterrados.

O local foi sondado no século passado pelo Abade Pedrosa, que, na altura, detectou alguns alicerces de habitações onde foram recolhidos materiais arqueológicos cujo paradeiro desconhecemos.

A propósito dos «Roteiros de Tesouros», publicado por Martins Sarmento na *Revista de Guimarães* em 1988²¹⁸ surge uma referência breve e marginal ao conteúdo do próprio

²¹⁷ Os materiais cerâmicos recolhidos na prospecção arqueológica encontram-se no Museu Municipal inventariados com o código CAST 86 MAS – N.º 0132 a 0139.

²¹⁸ O artigo referido consiste numa abordagem de desmistificação de uma publicação alusiva aos tesouros arqueológicos que, na nota 1, Martins Sarmento refere como sendo – *Roteiro dos Tesouros, tirado d'um livro dos proprios thesouros, que mandou fazer D. Felix, Rei Mouro.*

artigo, sobre as sepulturas descobertas em 1885 e comunicadas por carta ao próprio pelo Abade Pedrosa em 25 de Maio do mesmo ano (LIMA 1940 a, 197-198).

Martins Sarmiento refere: «*Caixões forrados de tijolo. – Evidentemente sepulturas eguaues às que têm sido encontradas em S, Christovão d'Abação (c. de Guimarães), Sequeiró (c. de santo Thyrsó) e n' outras partes.*» (SARMENTO 1988, 7)

Alberto Pimentel, para além das referências aos achados menciona ainda o aparecimento de - (...) *algumas sepulturas revestidas de tijolo, bem como muitas moedas romanas de cobre dentro de uma vasilha de barro.* (...)» (PIMENTEL 1902, 349).

Há também conhecimento, ainda que pouco preciso, do aparecimento de um tesouro de moedas da época de Constantino, que é referido por Castro Hipólito (HIPÓLITO 1960-61, 41) utilizando por base a notícia publicada no *Economista*.

(...) *Dizem de Santo Tirso que nas escavações a que se anda procedendo no monte dos Sultos, freguesia de Sequeiró, foi encontrado um vaso com cerca de quatrocentas moedas de cobre romanas, quase todas da época de Constantino. Há diferença na cunhagem, mas o tamanho não excede o das nossas moedas de 5 réis. São muito semelhantes às que apareceram há anos no bairro das Travessas dessa cidade. Tratava-se evidentemente de pequenos bronzes. (...)* (*Economista*, n.º 7, vol. V, 2ª série, de 25 de Outubro de 1896)

Estela funerária

Estela funerária em granito de formato rectangular, com a face superior arredondada e decorada com um tríscele. Encontra-se incrustada no alçado sul da igreja paroquial de Sequeiró, não conservando actualmente qualquer vestígio de inscrição. No mesmo local encontram-se depositados inúmeros materiais arqueológicos, provavelmente recolhidos no Monte dos Saltos e nas imediações da igreja – lápides, tampas de sepultura (rectangulares e discóidais), mós, etc.

Desenvolveram-se em 2001| 2002, no âmbito do “Projecto de remodelação da linha de Guimarães, Troço – Santo Tirso / Lordelo” trabalhos de grande expressão na vertente sul (sondagens e recolha de materiais) tendo sido as empresas *Arqueologia e Serviços e Arqueologia & Património* responsáveis pelos mesmos.

Sem pretender vincular dados cuja responsabilidade científica é de terceiros, importa, no entanto, mencionar alguns aspectos particularmente reveladores da importância científica que o estudo da estação representa para a arqueologia concelhia.

Restringindo a apreciação ao nível dos materiais cerâmicos, numa primeira abordagem, podemos constatar uma grande afinidade nos fabricos e formas, com os materiais provenientes de Alvarelos. Referimo-nos, em particular, às *cerâmicas comuns de engobe vermelho não vitrificável*, às cerâmicas comuns de mesa, às cerâmicas de armazenamento, às lucernas de fabrico local ou regional e às cerâmicas pintadas (calcíticas e tardorromanas). A mesma observação é válida ao nível das cerâmicas de importação, quer de *sigillatas*

africanas quer *hispánicas*, que revelam a mesma representatividade percentual ao nível das formas.

Em síntese, numa primeira apreciação, os materiais revelam uma grande similitude com os materiais provenientes de Alvarelos, cujo estudo e enquadramento crono-estratigráfico, certamente contribuirá para ampliar os conhecimentos sobre os fabricos cerâmicos de âmbito regional, assim como permitirá alargar os conhecimentos sobre a economia e organização do povoamento em época tardo-romana na área meridional do convento bracaraugustano.

Obs. – Foram recolhidos materiais de superfície, designadamente cerâmicas comuns que se encontram em depósito no Museu Municipal Abade Pedrosa (Inv.º MMAP - CAST 86, MAS - n.º 0132 a 0139).

Bibl. - SARMENTO 1888, 7; CRUZ 1896, 292; PIMENTEL 1902, 349; LIMA 1940, 103; HIPÓLITO 1960-61, 61; MONTEIRO 1985 - 5/6/7, 3; SILVA 1986, 83, n.º 339; DINIS 1993, 104, n.º 5; MENÉNDEZ; TEIXEIRA; FONSECA 2002; MOREIRA 2007, 23-24.

[69] *P. 350, l. 33* (ABM) – Vilarinho, S. Miguel / Ermida de S. Pedro | vestígios de fortificação

Monte de S. Pedro, Vilarinho, Santo Tirso.

Ermida de S. Pedro

Lat. - 41° 21' 53,5 " N

Long. - 8° 19' 32" W (meridiano de Greenwich)

Alt. - 346 m (C.M. 1 : 25 000, S. C. E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso)

Na pequena plataforma superior do monte de S. Pedro observam-se à superfície alicerces de uma construção com cerca de um metro de largura, compostos por grandes silhares de granito. Na vertente sul encontra-se uma construção de blocos graníticos, alguns deles com faces aparelhadas, que correspondem ao derrube de uma construção. Os moradores da freguesia de Vilarinho atribuem às ruínas a uma antiga “capela dedicada a S. Pedro”. A metade superior das vertentes apresenta características topográficas que denunciam uma ocupação em socacos, delimitados por concentrações de pedras que sugerem derrubes de muros de suporte de terras. Ainda na plataforma superior, no extremo oeste, foi observado um alinhamento de face dupla, com cerca de meio metro de largura.

Os vestígios identificados não se reportam a qualquer tipo de assentamento da Idade do Ferro não se identificando à superfície vestígios cerâmicos ou outros atribuíveis a esse tipo de ocupação.

ANEXO DOCUMENTAL

A

O registo de vestígios arqueológicos atribuíveis à época medieval identificados no castro de Alvarelhos, datados da 1ª e 2ª dinastia, remetem-nos para um horizonte cronológico sem ligação ao aglomerado urbano secundário / *vicus* de Alvarelhos. Os vestígios intervencionados localizam-se no extremo oeste da plataforma intermédia, correspondente à face leste da base da elevação que configura a acrópole do castro, designado na microtoponímia como Monte Grande. As ruínas reportam-se à primeira igreja paroquial de Alvarelhos e respectivo cemitério, cuja cronologia se baliza entre meados do séc. XII e início do séc. XVI, momento em que se assiste à sua trasladação para o local onde actualmente se encontra.

A memória de sacralização do espaço foi mantida com a edificação da ermida dedicada a S. Marçal, erigida numa pequena elevação localizada a cerca de 200 m, a nascente do local da igreja, com uma implantação de claro protagonismo sobre o vale da Ribeira da Aldeia. A construção do edifício, datada de 1605, foi obra de Ana de Mendonça, abadessa do mosteiro de S. Salvador de Vairão, cujo cenóbio foi detentor do direito de apresentação da reitoria de Alvarelhos até 1834. José Fortes, que realizou escavações arqueológicas no castro em finais do séc. XIX, já conheceu a ermida em ruínas, aludindo à sua pequena dimensão e à inscrição gravada no lintel da porta de entrada. Segundo a transcrição do autor na epígrafe podia ler-se “ESTA OBRA MANDOU ERIDIFICAR ABBADESA 1605 DONA ANA DE MENDONÇA” (FORTES 1899, 8). Martins Sarmento, que visitou o local e o descreveu com pormenor, refere-se à capela de S. Marçal como estando desprovida de telhado, pelo que deveria ainda conservar-se estruturalmente íntegra no momento da sua visita, em 1878 (SARMENTO 1970, 49).

Caracterização arquitectónica da igreja

A igreja apresenta uma planta rectangular, orientada a nascente, com apenas uma nave e cabeceira ligeiramente recuada em relação ao corpo, também de planta rectangular, revelando uma certa desproporção em relação à nave. Para além da porta principal, localizada na face oeste, simetricamente alinhada em relação ao altar, apresenta na nave uma pequena porta lateral, orientada a sul, mal estruturada, com cerca de 0,75 m de largura.

Corpo	Altar	Área total	Área interna	Perímetro	Acesso principal	Acesso lateral
9,56 m	7,17 m	28,64 m²	17,25 m²	19,24 m	1,29 m	0,81 m

Os arranques da base dos cunhais, que definem a transição da nave para o altar, são ligeiramente projectados em relação ao alinhamento, revelando entalhes de planta quadrangular, que, certamente, constituíram a base da estrutura da arcaria em madeira que formaria a transição da nave para o altar.

No segundo quartel do séc. XV a edificação sofreu obras que envolveram o realinhamento de toda a estrutura da nave que originaram uma leve deslocação para sul, com estreitamento da nave e, consequentemente, um ligeiro desacerto no alinhamento dos dois corpos.

Os vestígios remanescentes evidenciam uma construção de má qualidade, resumindo-se a sua estrutura a apenas uma fiada do aparelho que assenta sobre um alicerce muito irregular e pouco consistente, apoiado sobre terra e, em algumas zonas, sobre estruturas de cronologia anterior.

A parede, de dupla face, revela um aparelho isódomo ou pseudo-isódomo, pouco uniforme, conjugando a utilização de pequenos silhares dispostos alternadamente na horizontal e vertical, não se detectando travamentos dos diferentes silhares.

Os elementos da alvenaria de granito, em parte provenientes de estruturas anteriores, revelam uma certa regularidade no calibre, assim como no acabamento das faces. Maioritariamente, revelam um formato paralelepípedo e estruturam-se no aparelho com as juntas desencontradas. Da mesma forma, os cunhais são tratados de forma pouco consistente sendo também constituídos por pequenos blocos sem travamento, à semelhança do restante aparelho. A soleira é formada por um único bloco de grandes dimensões que revela um intenso e generalizado polimento.

A cimentação é composta por uma argamassa saibrenta que aglutina pequenas pedras e fragmentos de telha, de baixa capacidade de tracção.

O envasamento é composto por uma sapata mais larga que as paredes, também formado por pequenos silhares aparelhados, estruturados por simples encosto.

O pavimento que reveste todo o interior, constituído por uma argamassa composta por saibro e argila de grau de compactação médio/elevado, encontra-se relativamente bem conservado. O edifício era coberto por um telhado de duas águas formado por telha de meia cana, abundantemente documentada em toda a área e estratigrafia de referência.

Na face interior da parede nordeste do altar, uma das pedras da primeira fiada do aparelho, localizada acima do nível do pavimento, conserva uma insculptura de uma cruz assente sobre um pedestal, que se encontra invertida. Esta cruz de sagração é referenciada nas inquirições de D. Afonso III (1248-1279), onde também é mencionado que a igreja original estaria primitivamente localizada noutro lugar tendo sido posteriormente transladada, justificando-se, desta forma, o facto da cruz de sagração do altar se encontrar invertida. Relativamente à datação da sua transladação não possuímos elementos crono-estratigráficos seguros, restando-nos apenas a menção do prelado ouvido nas inquirições – (...) *João Pais de Alvarelhos após juramento e interrogado sobre a igreja de St.ª Maria de Alvarelhos disse que ouviu muitas vezes dizer a muitos homens muito velhos que a metade dessa igreja pertencia ao Sr. Rei e que ouviu dizer que havia um marco debaixo do altar da mesma igreja de St.ª Maria por onde constava ser reguenga e que ouviu dizer que davam anualmente ao Sr. Rei uma capa de grisão ou dez morabitinos velhos e que a igreja costumava estar num outro lugar no reguengo e que depois a colocaram neste lugar.* (...) – o que colocaria a possibilidade de a sua trasladação ter ocorrido no séc. XII.

O seu abandono deverá ter sucedido em meados do séc. XVI, conforme apontam os dados documentais e arqueológicos, nomeadamente os numismáticos. Data de 28 de Maio de 1420 a petição de indulgências para os visitantes da igreja de Santa Maria de Alvarelhos que, segundo a súplica, se encontrava em ruínas, pelo que o propósito do pedido se destinava à recuperação da mesma.

(...) *Beatíssimo Padre:*

São extremamente escassos os frutos, rendimentos e proventos da igreja paroquial de Santa Maria de Alvarelhos, da Terra da Maia, diocese do Porto, que foi fundada e se mantém até ao presente, sob a invocação da gloriosíssima Virgem Maria. Uma tal penúria deve-se às perturbações das guerras e às pestes mortais que assolaram e ainda hoje, infelizmente, devastam esta região. A própria igreja paroquial está arruinada pela sua extrema velhice. Os meios de subsistência, deduzidos os encargos, não são suficientes para a sustentação do pároco. São, pois, necessárias esmolas dos fiéis, para que a igreja seja reparada, e possa sustentar-se o seu reitor. Por isso, digne-se Vossa Santidade conceder para sempre a todos e a cada um dos fiéis, que devotamente visitarem aquela igreja no dia da Senhora da Assunção e derem uma esmola para aquele fim, três anos e quarenta dias de indulgências. Dado em Florença, em 28 de Maio de 1420. (...).

Este enquadramento encontra-se amplamente documentado na região, designadamente no antigo mosteiro beneditino de Santo Tirso, onde se identificou um registo semelhante da autoria de Martins Aires, abade do Mosteiro de Santo Tirso, no período compreendido entre 1402-1431, que aborda o mesmo problema da peste e fomes da primeira metade do séc. XV (COSTA 1982, MPV III/2, pp. 254-255).

O espólio resultante da intervenção, nomeadamente o numismático, aponta uma cronologia das peças mais tardias para o reinado de D. Manuel I (1495-1521), pelo que será de considerar que, por um período aproximado de quatro séculos, o centro espiritual e religioso da paróquia de Alvarelhos se voltou a centrar na área do primitivo e original núcleo populacional da região – o *aglomerado urbano secundário* de Alvarelhos - *Castellum Madaiae*.

B

Refira-se, a título exemplificativo, os vestígios de um balneário termal localizado nas Caldas da Saúde, (Areias), Santo Tirso e os vestígios do lugar do Montinho, Areias. O balneário termal situa-se a nascente da via a cerca de 1 km do seu traçado provável (Lat. - 41° 22' 12" N | Long. - 8° 28' 45" W (meridiano de Greenwich) Alt. - 90 m (C. M. 1 : 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso). Foi detectado em 1905 quando se procedia aos trabalhos para a construção de um reservatório de água tendo sido recolhidas inúmeras moedas romanas, tubos, cerâmicas diversas e materiais de construção (CARNEIRO 1949, 9; 1962, 19; CORREIA 1989a, 102-103; 1989b, 44; ALARCÃO 1988, 1/297). Provavelmente, tratar-se-ia de termas medicinais (FRADE 1990, 880), como sugere a composição das suas águas – Sulfúreas sódicas, silicatadas e fluoretadas, pouco radioactivas pelo rádon, a 26,5 (ACCIAIOLI 1940, 32; 1944, I, 92, II, 38; 1952/53, I, 37; II, 284). No local de Montinho, Areias, Santo Tirso (Lat. - 41° 21' 47" N | Long. - 8° 28' 22" W (meridiano de Greenwich), Alt. - 121 m (C. M. 1: 25 000, S.C.E., fl. 98, 1977 - Santo Tirso), registaram-se inúmeros vestígios, nomeadamente objectos líticos, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e mós (LIMA s/d, 325; 1940, 9; ALARCÃO 1988, 17, n.º 1 / 297). Carvalho Correia sugere ser este o local de assentamento da *villa Valerii*, a partir da análise do topónimo Beire (CORREIA 1989, 44).

Santo Thyrso de Riba d' Ave

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(ABM)

ABREVIATURAS - INSTITUIÇÕES

ADB *Arquivo Distrital de Braga*. Braga
CMST *Câmara Municipal de Santo Tirso*. Santo Tirso
DGEMN *Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa
FAO *Food and Agriculture Organization of the United Nations*
MMAP *Museu Municipal Abade Pedrosa*. Santo Tirso
MNA *Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa
SCE *Serviços Cartográficos do Exército*. Lisboa
UAUM *Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho*. Braga

ABREVIATURAS – PUBLICAÇÕES

AE *Lannée Epigraphique*. Paris
AP *Archeólogo Português / Arqueólogo Português*
BDGEMN *Boletim da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais*. Lisboa.
CIL *Corpus Inscriptiones Latinarum*. Hubner 1869-92.
DL *Douro Litoral*. Porto
HE *Hispania Epigráfica*. Madrid
HAE *Hispania Antiqua Epigraphica*. Madrid
ILER *Inscriptiones Latinas de la España Romana*. Madrid
JST *Jornal de Santo Thyrso*. Santo Tirso
PMH. DC *Portugaliae Monumenta* Histórica. Diplomata et Chartae. Lisboa, 1867.
RIC *Roman Imperial Coinage*. Londres
RG *Revista de Guimarães*. Guimarães

ABREVIATURAS GENÉRICAS

CAST *Carta Arqueológica de Santo Tirso*
CM *Carta Militar*
EN *Estrada Nacional*
PDM *Plano Director Municipal*

BIBLIOGRAFIA

ACCIAIUOLI, Luís

(1940) *Esboço histórico das águas minerais de Portugal*, Lisboa.

(1944) *Águas de Portugal*, 6 vol^º., Lisboa.

AGUILLÓ, J. M. E.

(1939-40) La Caetra y el Scutum en Hispaniae Durante la Segunda Edad del Hierro, *Boletim del Seminario de Estudios de Arte y Arqueologia*, vol. VI, Valladolid, pp. 57-84.

ALARCÃO, Jorge

(1987) Renovação urbana em Portugal: A formação de «Lugares centrais» em Portugal, da Idade do Ferro à Romanização, *Ciclo de Conferências – Cidades e História*, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 35-71.

(1988) *Roman Portugal*, Warminster, England, vol. I, II, Fasc. 1.

(1992) A evolução da cultura castreja, *Conímbriga*, XXXI, Coimbra, pp. 39-71.

(2000) Sobre os cantões proto-históricos do noroeste de Portugal, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série, Porto, pp. 45-50.

ALBALAT, Blanca garcía Fernández

(1990) *Guerra y religión en la Gallaecia y la Lusitania antiguas*, A Coruña.

ALFOLDY, G.

(1975) *Die Romischen Inschriften von Tarraco*, Berlim.

ALMAGRO, M.

(1953) *Las necrópolis de Ampúrias*, Monografias Ampuritanas, II, Barcelona.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira

(1969) *A romanização das Terras da Maia*, Estudos sobre a Terra da Maia, IV, Maia.

(1968) *Vias Medievais de Entre-Douro-e-Minho*, Dissertação de licenciatura em História, FLUP, Policopiado, Porto.

(1973) Necrópole galaico-romana de Vila do Conde, *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Série História*, 4-5, Porto, pp. 209-222.

(1974) *Escavações no Monte Mozinho* (1974), Centro Cultural Penafidelis, Penafiel.

(1978) *Casteologia medieval de Entre-Douro-e-Minho (desde as origens até 1220)*, Tese complementar de doutoramento, FLUP, policopiado, Porto.

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de

(1980) Via Veteris. Antiga Via Romana ?, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, Revista de Guimarães, vol. III, Guimarães, pp. 151-170.

(1992) *Plano Director de Vila do Conde - Relatório de Arqueologia*, Policopiado, Vila do Conde.

(1996) *Povoamento romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho*, VII volumes, (Dissertação de Doutoramento em Pré-história e Arqueologia), Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, (Policopiado).

ANDRADE, Miguel Montenegro

(1952) Carta geológica da Região de Santo Tirso. Notícia explicativa, *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, Vol. I n.º 3, Porto, pp. 303 - 310.

ARGAIZ, Gregório

(1675) *La soledad Laureada por San Benito y sus hijos en las Iglesias de España*, t. III, Teatro monástico de la provincia Bracarense, Alcalá.

ARIES, Philippe; **DUBY**, George

(1989) *História da vida privada, do império romano ao ano mil*, Círculo de Leitores, Porto.

AZEVEDO, Agostinho

(1939) *A terra da Maia*, Subsídios para a sua monografia, vol. I, Porto.

AZEVEDO, Rogério

(1956) A ara de Burgães e a ara de Ervedosa, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 3, pp. 293-301.

BARBOSA, Maria Benedita Coelho da Silva

(1988/2002) Tesouros monetários romanos em Portugal: da república ao reinado de Augustus, *Nummus*, 2ª Série, vol. XXI/XXV, Porto, pp. 7-144.

BARBOSA, Vilhena

(1863) Santo Tirso, *Archivo Pitoresco*.

(1886) *Monumentos de Portugal*, Lisboa.

BARROCA, Mário Jorge

(1990-91) Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII), *Portugália*, Nova Série, vol. XI-XII, Porto, pp. 89-136.

BELLIDO, A. Garcia y

(1947) *El arte Iberico*, Ars Hispaniae, vol. I, Madrid.

BERTOLINI, Francisco

(1999) *Historia de Roma. Desde los orígenes itálicas hasta la caída del imperio de occidente*, (Versión española - Salvador López Guijarro), Madrid.

BLAZQUEZ, José Maria

(1957) *Aportaciones al estudio de la religiones primitivas de España*, Archivo Español de Arqueología, XXX, Madrid, pp. 15-86.

(1962) *Las religiones primitivas de Hispania, Fuentes literárias y epigráficas*, vol. I, Roma.

(1970) *Las religiones indígenas del área noroeste de lá Peninsula Iberica en relacion com Roma*, Legio VII, Gemina, Leon.

BLOT, Maria Luísa B. H.

(2003) Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal, *Trabalhos de Arqueologia*, 28, IPA, Lisboa.

BRANCO, Fernando Castelo

(1963) Correspondência de Leite de Vasconcelos com o abade Sousa Maia, *Câmara Municipal do Porto - Boletim Cultural*, n.º 26 (1 - 2) Mar. Jun., Porto, pp. 29-73.

BREY, Fermin Bouza

(1957) *A deidade galaica Cusuneneoeco, O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2, Santo Tirso, pp. 252-259.

CAPELA, Martins

(1895) *Milliários do Conventus Bracaraugustanus em Portugal. Relíquias d'epigraphia romana transladadas dos próprios monumentos*, Porto.

CARDOZO, Mário

(1935) *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura antiga*, vol. I, Guimarães.

(1947) *Correspondência Epistolar entre Emilio Hubner e Martins Sarmento* (Arqueologia e Epigrafia - 1879-1899), Guimarães.

(1947a) *Correspondência Epistolar entre Emilio Hübner e Martins Sarmento* (Arqueologia e Epigrafia, 1879-1899), Guimarães.

(1958) *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmento* (1879-1899), Guimarães.

(1969) Machados de bronze ornamentados, *Abrente*, I, La Coruña, pp. 75-79.

(1972) *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento. Secção de Epigrafia Latina e de Escultura Antiga*, 2ª Edição, Guimarães.

CARDOSO, Jorge

(1666) *Agiológio lusitano*, III.

CARNEIRO, Alexandre Lima

(1955) *Documentário - Dicionário geográfico de Portugal, O Concelho de Santo Tirso. Boletim - Cultural*, 3 (4), Porto, pp. 450-453.

(1962) *Caldas da Saúde. Elementos para uma monografia*, Porto

CARNEIRO; Deolinda M. V. ; **GOMES**, José Manuel Flores; **AMORIM**, Manuel; **REAL**, Manuel

(2004) *S. Pedro de Rates. Guia do Visitante*, Maia.

CENTENO, Rui Manuel Sobral

(1976) *Moedas Hispano-Romanas no Museu de Antropologia "Dr. Mendes Corrêa"*, Porto.

(1977) O tesouro de *denarii* do Alto do Corgo (Concelho de Valença), *Conímbriga*, vol. XVI, Coimbra, pp. 93-101.

(1979) (Recensão de) J. Torres, Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos. Estudo numismático – Seriação cronológica e histórica, *Boletim Cultural - Santo Tirso*, 1979, *Numunus*, 2ª série, II, Porto, pp. 105-109.

(1987) *Circulação Monetária no Noroeste de Hispânia até 192*, Sociedade Portuguesa de Numismática, Porto.

CERRATO, Cruces Blázquez

(1988) *Tesorillos*, Barcelona

(1993) *La circulación monetaria*, Salamanca.

COELHO, F. Adolfo

(1887) Nome de deuses lusitânicos, *Revista Lusitana*, I, Lisboa, pp. 351-378.

COFFYN, A.

- (1983) La fin de Lâge do Bronze dans le centre-Portugal, *O Arqueólogo Português*, IV Série, 1, Lisboa, pp. 169-196.
- (1985) Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique, Paris.

COLMENERO, A. Rodríguez

- (1995) «Lugo, capital romana del extremo noroeste peninsular. Genesis de uma ciudad», *Lucus Augusti. Urbs Romana. Los orígenes de la ciudad de Lugo*, Lugo, pp. 11-18.
- (1996) «Lucus Augusti, capital de la Gallecia septentrional», *Los Finisterres atlánticos en la Antigüedad. Epoca prerromana y romana* (Coord. Fernández Ochoa), Madrid, pp. 129-133.

COLMENERO, A. Rodríguez; SIERRA, Santiago Ferrer; ASOREY, Ruben D. Alvarez

- (2004) *Callaeciae et Asturiae Itenera Romana. Miliarios e outras inscrições viarias romanas do noroeste hispânico (Conventos Bracarense, Lucense e Asturicense)*, Lugo.

CORREIA, Francisco Carvalho

- (1989) Areias até ao séc. XI, *Ave - Cadernos de Cultura*, 4, Câmara Municipal de Santo Tirso, Braga.
- (1989a) *Areias do século XI ao século XVI*, Ave - Cadernos de Cultura, 5, Câmara Municipal de Santo Tirso, Braga.
- (1991) *A igreja matriz de Santo Tirso. Novas perspectivas*, Porto.
- (1997) A paróquia de S. Bartolomeu de Ervosa. As inscrições, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º I, Porto, pp. 88-122.
- (2000) O Abade Pedrosa. Perfil humanista de um sacerdote, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2-3, 2ª Série, Porto, pp. 15-44.
- (2000a) Para a História do Património artístico do concelho de Santo Tirso – Vilarinho: O inventário do mosteiro de 1770, *Santo Tirso da cidade e do seu termo*, vol. I, Braga, pp. 398-408.
- (2000b) Santo Tirso. Da cidade e do seu termo, I vol., Santo Tirso.
- (2009) S. Rosendo em Monte Córdova. Achegas para a sua história, *Monte Córdova, Santo Tirso. Elementos para uma monografia*, Braga, pp. 99-273.

COSTA, A. Carvalho

- (1706-1708) *Corografia Portuguesa e descripçam Topográfica do Reyno de Portugal*, 3 vols., Lisboa.

COSTA, António Domingues de Sousa

- (1982) *Monumenta Portucaliae Vaticana*, III - 2, Súplicas do Pontificado de Martinho V (anos 1-7) - Av, Reg. Suppl., vol. 105-118.

COUSELO, Jesús Ferro

- (1973) Monte Córdova, priorado de San Rosendo de Celanova en Portugal, Boletim Auriense, III, Arquivo Histórico Provincial de Orense, *El pleito de Celanova com la Ordem de Cristo*, livro n.º 354, pp. 7 - 13.

CRUZ, António

- (1940) Novos vestígios da ocupação do Termo do Porto pelos romanos. A necrópole luso-romana de Rorigo Velho, Santiago de Bougado, *Boletim Cultural, C.M.P.*, vol. III, fasc. 1, Porto, pp. 203-215.
- (1982) O Reguengo de Bougado, *Actas do Colóquio de História Local e Regional* (Santo Tirso 17-18 de Março de 1979), Santo Tirso, pp. 1-85.

CRUZ, Belchior da

(1896) Notícias várias, 1. Thesouro de moedas romanas, *O Archeólogo Português*, vol. II, Lisboa, p. 292.

CUEVA, Fray Benito de la

(1991) *Historia de los monasterios y priorados anejos a Celanova*, edición, notas e índices por María Teresa Gonzalez Balasch, introducción por José Ignacio Fernández de Viana y Vietes, Granada.

(2007) *Celanova Ilustrada y Anales de San Rosendo*, Textos, edición y notas de Míquel Angel González García, José Ramón Hernández Figueiredo e Manuel Ángel Pereira Soto, Cambados.

CUEVILLAS, Lopez;

(1933-34) Estudos sobre a idade do ferro no noroeste da península – A relixion., *Archivo Español de Arqueología*, VI, Madrid, pp. 295-367.

CUNHA, D. Rodrigo da

(1623) Da História Eclesiástica do Arcebispado de Braga, Braga.

DIAS, Lino Augusto Tavares; **ENCARNAÇÃO**, José de

(1993) *Grafito procedente do Castro de Alvarelhos* (Conventus Bracaraugustanus), Ficheiro Epigráfico, n.º 45, Lisboa.

DIAS, António José Guerner; **RODRIGUES**, Benedito Gonçalves; **PRAIA**, João Félix

(1995) *Geologia do Concelho de Matosinhos. Aspectos mais significativos*, Matosinhos, Monografias do Concelho, 1, Matosinhos.

DINIS, M.V.

(1971) O castro de Capelo Vermelho, *Lucerna*, 1 (2), Porto, pp. 287-291.

DINIS, António Pereira

(1993) *Ordenamento do território do Baixo Ave no I milénio a.C.*, FLUP, Porto (tese de mestrado, policopiado).

ENCARNAÇÃO, José

(1970) Lápides a divindades indígenas no Museu de Guimarães, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, Guimarães, pp. 207-238.

(1975) *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa.

(1984) *Inscrições romanas do convento Pacensis*, Coimbra.

(1985) O culto ao Génio no Noroeste peninsular, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 2, Braga, pp. 41-49.

(1992) A propósito de um grafito romano achado no castro de Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, 2, Santo Tirso, pp. 7-14.

ERNOUT, A.; **MEILLET**, A.

(1967) *Dictionnaire étymologique de la langue latine*, 4ª Ed., Paris.

ESTAÇO, Gaspar

(1625) *Várias antiguidades de Portugal*, Lisboa.

FARTO, J. Angel Acuña

(2000) Propuesta de conservación para la estación arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 2 - 3, 2ª Serie, Porto, pp. 65 - 76.

FERNANDES, A. Almeida

(1999) *Toponímia Portuguesa. Exame a um dicionário*, Arouca.

FERREIRA, Monsenhor J. Augusto

(1907) O Couto e Mosteiro de Vairão, *O Archeólogo Português*, 12, Lisboa, pp. 281-289.

(1923) *Vila do Conde e o seu Alfoz*, Porto.

FIRMAT, Maria Lourdes Albertos

(1975) Organizaciones suprafamiliares en la Hispania Antigua, *Studia Archeologica*, 37, Valladolid.

(1977) Perduraciones indígenas en la Galicia romana: los castros, las divindades y las organizaciones gentilicias en la epigrafia, *Actas del Coloquio Internacional sobre el Bilenario de Lugo*, Lugo, pp. 17-27.

FORTES, José

(1899) *A estação arqueológica d' Alvarelhos*, Archeologia Portuguesa, I, Porto.

FREIRE, Braancamp

(1905) Povoação de Entre Doiro e Minho no XVI século, *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Porto, pp. 241-273.

GAMER, G.

(1989) Formen Römischer Altäre auf der Hispanischen Halbinsel, Mainz.

GARCIA, José Manuel

(1991) *Religiões antigas de Portugal. Aditamentos e observações às Religiões da Lusitânia de José Leite de Vasconcelos. Fontes Epigráficas*, Lisboa.

GORGES, Jean-Gérard

(1974) *Les villas hispano - romaines. Inventaire et Problématique Archeologique*, Paris.

GUERRA, Amílcar Manuel Ribeiro

(1996) Os nomes do Rio Lima. Um problema de toponímia e de geografia histórica, *Hispania prerromana. Actas del VI Colóquio sobre Lenguas y Culturas Prerromanas de la Península Ibérica*, Salamanca, pp. 147-161.

GUIMARÃES, Oliveira

(1901) Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Guimarães, pp. 38-72.

GUIMARÃES, Francisco José Salgado

(1980) Guia descritivo do Museu Martins Sarmiento, *Sociedade Martins Sarmiento*, Guimarães.

GUIMARÃES, Oliveira

(1901) Catálogo do Museu Arqueológico, *Revista de Guimarães*, vol. XVIII, Guimarães, pp. 38-72.

HARDAKER, R.

(1976) Las hachas de cubo en la Península Ibérica, *Cuadernos de Pre-historia y Arqueologia Castellonense*, 3, Castellon de la Plana, pp. 151-171.

HIPÓLITO, Mário Castro

(1960-61) Dos tesouros de moedas Romanas em Portugal, *Conímbriga*, vol. II-III, Coimbra, 1-166.

HÜBNER, Emilio

(1871) *Notícias archeológicas de Portugal*, Lisboa.

IGLESIAS, Miguel Anxo Araújo

(1999) *San Rosendo, Bispo e Fundador*, Parroquia de San Rosendo e Concello de Celanova.

JÚNIOR, F. T. Proença

(1908) *Ensaio de inventário de castros portugueses*, Leiria.

LEAL, A. Pinho; **FERREIRA**, A.

(1873-1928) *Portugal Antigo e Moderno*, Lisboa, 12 vol^º.

LEMOS, Francisco Sande

(1989) *O abade Pedrosa e a arqueologia de Santo Tirso*, AVE – Cadernos de Cultura, n.º 3, Braga.

(1999) O contexto geográfico da fundação de *Bracara Augusta*, *Fórum*, 25, Braga, pp. 81-84.

(1993) Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental, 3 volumes, Universidade do Minho, Braga (policopiado).

LE ROUX, Patrick

(1982) *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'auguste a l'invasion de 409*, Paris.

(2002) Soldats et cultes indigènes dans les provinces occidentales au haut-empire, *Conímbriga*, XLI, Coimbra, pp. 105-126.

LE ROUX, Patrick; **TRANOY**, Alain

(1973) Rome et les indigènes dans le Nord - Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'epigraphie et d'histoire, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, IX, Madrid, pp. 177-231.

(1974) Contribution à l'étude des régions rurales du NO hispanique au Haute - Empire: deux inscriptions de Penafiel, III, *Congresso Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 249-258.

LIMA, Augusto César Pires

(1940) A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 1-2, Guimarães, pp. 77-105.

(1940a) A correspondência Martins Sarmiento - P. Joaquim Pedrosa, *Revista de Guimarães*, vol. L, n.º 3-4, Guimarães, pp. 181-214.

(1951) Os arquivos paroquiais, *O concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, vol. I, n.º 1, pp. 70-73.

(1951a) Os arquivos paroquiais. A sua importância. Exemplos, Sep., *O concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, Santo Tirso.

(1956) O lugar da Torre, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, 4, (3), Santo Tirso, pp. 222-223.

(sl d) *Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos*, Vol. VI, sep.

LOPES, António Baptista; **SILVA**, Armando Coelho F.; **MOTA**, Magna Araújo; **CENTENO**, Rui M.S.

(1994) A ponte de São Lázaro (Alfena, Valongo). Notas sobre o acompanhamento dos trabalhos de conservação e restauro, *Portugália*, Nova Série, vol. XV, Porto, pp. 161-166.

LOPES, Luís Seabra

(1995-1997) Itinerários da estrada Olisipo – Bracara, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 13/15, Lisboa, pp. 313-346.

LOZA, Rui; **TEIXEIRA**, Ricardo

(1999) *Plano de Bacia Hidrográfica do Rio Ave – Caracterização de Valores Patrimoniais*, Arquitectónicos e Arqueológicos (Tomo 8 B), Ministério do Ambiente, policopiado, Porto.

KAJANTO, Liro

(1982) *The Latin Cognition*, Roma, (1ª edição 1965 Helsínquia).

MACHADO, João Pedro

(1993) *Dicionário onomástico da língua Portuguesa*, Lisboa (2ª ed.).

MANTAS, Vasco Gil

(1996) *A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga*, Coimbra (Tese de doutoramento - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra), policopiado, Coimbra.

(2000) A via romana Bracara Augusta - Cale: Traçado, Funções e influência no povoamento regional, *Revista de Guimarães*, vol. CX, Guimarães, pp. 53-87.

MARTINHO, Jesus Manuel Pires

(1986) *Relatório da acção de Limpeza no castro de Santa Margarida, freguesia de Negrelos (S. Tomé), concelho de Santo Tirso*, policopiado, Câmara Municipal de Santo Tirso.

MARTINS, Manuela

(1985) Sondagens arqueológicas no Castro de Monte Padrão em Santo Tirso, *Cadernos de Arqueologia*, Série II (2), pp. 217-230.

(1990) *O povoamento proto - histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*, Cadernos de Arqueologia - Monografias, n.º 5, Braga.

MARTINS, J. Poças; **ARAÚJO**, A. Paula; **HENRIQUES**, Ilda; **TOVAR**, Luísa; **MOURA**, M. José; **SOTTOMAYOR**, M. do Rosário

(1993) *Caracterização e Directrizes de Planeamento dos Recursos Hídricos do Norte. A Bacia Hidrográfica do Rio Ave*, Projectos de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos do Norte, (Documento de trabalho – policopiado), Porto.

MATTOS, Armando

(1947) *Inventário das Inscrições do Douro Litoral*, Douro Litoral, 2ª Série, vol. VII, Porto 1947.

MELO; Ana Ávila; **ARAÚJO**, Maria de Fátima

(2000) Machados de Bronze de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II Série, n.º 2-3, Porto, pp. 53-66.

MENÉNDEZ, José jorge Arguello; **TEIXEIRA**, Ricardo; **FONSECA**, Vítor

(2002) *Sondagens Arqueológicas na Área Envolvente da Estação Romana de Portos. Reconversão em Via Larga e Electrificação da Linha de Guimarães – Troço Santo Tirso – Lordelo – Portos. 02 – Relatório Preliminar de Avaliação*, Porto (policopiado).

MONTEAGUDO, L.

(1977) *Die Beile Auf der Iberischen Halbinsel*, Prahistorische Bronzefunde, XI, n.º 6, Munich.

MONTEIRO, J. N.

(1985) Apontamentos para uma monografia de Sequeirô. Sequeirô pré-romano, 4-6, *Boletim Paroquial de Sequeirô*, Santo Tirso.

MORAIS, Rui

(2005) Autarcia e comércio em Bracara Augusta, Bracara Augusta – Escavações Arqueológicas, 2, Braga.

MOREIRA, Álvaro de Brito

- (1991) Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. O Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, I, Santo Tirso, pp. 28 -34.
- (1991a) Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa. Um bronze romano, *Revista de Ciências Históricas, Universidade Portucalense*, vol. VI, Porto, pp. 69-76.
- (1992) Epigrafia romana do concelho de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, II, Santo Tirso, pp. 15-33.
- (1992a) Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. A estação arqueológica de Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, vol. II, Santo Tirso, pp. 34-47.
- (1997) Materiais arqueológicos do Museu Municipal Abade Pedrosa (Santo Tirso). Uma placa esmaltada proveniente da estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1, Porto, pp. 83-87.
- (1997a) Vidros romanos no noroeste Português. Estudos monográficos de Tongobriga e Alvarelhos, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 1, II Série, Porto, pp. 14-82.
- (2004) A necrópole romana da Quinta da Devesa, Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º 4, 2ª Série, Barcelos, pp. 7-54.
- (2004a) Elementos para a carta arqueológica do concelho de Santo Tirso. O castro de Santa Margarida, S. Tomé de Negrelos, *Santo Tirso Arqueológico*, 3/4, 2ª Série, Barcelos, pp. 55-68.
- (2005) A origem romana da cidade de Santo Tirso, *Escola Secundária de Tomaz Pelayo - 50 anos da sua história*, Santo Tirso, pp. 9-25.
- (2005a) O castro do Monte do Padrão. Património e Identidade, *Actas do colóquio “O castro: um lugar para habitar”*, Penafiel, 5 e 6 de Novembro de 2004, *Cadernos do Museu*, 11, Penafiel, pp. 255-276.
- (2005b) *O castro do Monte do Padrão. Do Bronze final ao fim da Idade Média*, Vila da Feira.
- (2007) *Museu Municipal Abade Pedrosa. Coleção Arqueológica*, Santa Maria da Feira.
- (2008) Castro do Monte do Padrão. Projecto de estudo, valorização e dinamização, *Actas do Seminário Final “CASTRENOR: cultura castrexa no noroeste peninsular”*, Mondariz 22 e 23 de Xuño de 2006, Santiago de Compostela, pp. 129-145.
- (2009) A ocupação medieval do castro do Padrão. A igreja e o Mosteiro de Monte Córdova, *Monte Córdova, Santo Tirso. Elementos para uma Monografia*, Braga, pp. 9-93.
- (2009a) La ocupación medieval del castro de Padrão. La iglesia y el monasterio de Monte Córdova, *Actas del Congreso Internacional, “Rudesindus. S. Rosendo. Su tiempo y su legado”*, Mondoñedo, Santo Tirso (Portugal) y Celanova, 27-30 de Junio, 2007, Santiago de Compostela, 2009, pp. 160-175.
- (2010) *Castellum Madiae*. Formação e desenvolvimento de um “aglomerado urbano secundário” no ordenamento do povoamento romano entre Leça e Ave, Tese de Doutoramento, Universidade de Santiago de Compostela (policopiado), Santiago de Compostela.
- (2010a) O Monte Padrão no quadro do povoamento medieval entre Douro e Ave, *Rudesindus. Pastor egregio, monge piedoso, defensor do solo pátrio*, Porto, pp. 215-317.

PAÇO, Afonso do

- (1952) Citânia de Sanfins. I – Notícia Histórica, *O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural*, Vol. I, n.º 3, Porto, pp. 357-384.

PASSOS, Carlos

- (1956) *O Mosteiro e a Igreja de Santo Tirso*, O Concelho de Santo Tirso – Boletim Cultural da Câmara Municipal de Santo Tirso, Porto, (Sep.).

PEDREÑO, J. C. Olivares

- (2000) *Los dioses indígenas en el Noroeste de Portugal, Conimbriga*, vol. XXXIX, Coimbra, pp. 58-83.

PEREIRA, Isabel; **BOST**, Jean-Pierre; **HIENARD**, Jean
(1974) Les Monaies, Fouilles de Conímbriga, vol. III, Paris.

PEREZ, Ladislao Castro
(1997) Brazaletes de Bronce de Santo Tirso, *Santo Tirso Arqueológico*, 2ª Série, n.º 1, Porto, pp. 5-11.

PIMENTEL, Alberto
(1902) *Santo Thyrsos de Riba D'Ave*, Santo Tirso.

PINHEIRO, Luís Gonzaga Martins
(1957) *À roda de Negrelos*, Sep. "O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural", Porto.

PINTO, Marcelo Mendes
(1995) Tesouros monetários baixo-imperiais entre Douro, Ave e Tâmega. Estado actual da investigação. La moneda hispánica y territorio, *Actas del I Encuentro Peninsular de Numismática Antigua*, Madrid, vol. XIV, pp. 231-237.

PINTO, Ruy de Serpa
(1925-26) Nótulas Ceramográficas - 1 - Um vaso pintado de Lamego, *Arqueólogo Português*, vol. XXVII, Lisboa, pp. 159-164.
(1926) Introdução à Arqueologia Portucalense, *O Tripeiro*, 3ª série, Ano II, n.º 26, Porto, pp. 24-25.

PONTE, Salete
(1984) Fíbulas de sítios a Norte do rio Douro, *Lucerna*, Porto, pp. 111 - 114.

QUEIROGA, Francisco
(1992) *War and Castros. New approaches to the northwestern Portuguese Iron Age* (Dissertação de doutoramento), Oxford, policopiado.

RAPIN, André
(1991) Lármamento, *I Celti*, (coord. Sabatino Moscati) Milano, pp. 478-485.

REAL, Manuel Luís; **SÁ**, Pedro
(1982) *O mosteiro de Roriz na arte românica do Douro Litoral*, Sep. Actas do Colóquio de História Local e Regional – Santo Tirso, 1979, Santo Tirso.

RESENDE, André
(1993) - *De Antiquitatibus Lusitaniae*, Lisboa.

RIBEIRO, José Cardim; **FERNANDES**, Clara Alves
(2002) *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*, (vários autores – coord. de José Cardim Ribeiro), Lisboa.

RODRÍGUEZ, Jose Ramon López
(1985) *Terra sigillata hispánica tardía decorada a molde de la Península Ibérica*, Valladolid.

ROSADO FERNANDES, R. M.
(1996) *De Antiquitatibus Lusitaniae*, (Tradução e comentário de R.M. Rosado Fernandes), Lisboa.

SANCHES, Maria José

- (1981) Recipientes cerâmicos da pré-história recente no Norte de Portugal, *Arqueologia*, n.º 3, Porto, pp. 88-98.
- (1982) Vasos da estação arqueológica do Corvilho – Santo Tirso, *Arqueologia*, n.º 4, Porto, pp. 56-61.

SANTARÉM, Carlos Faya

- (1951) O castro de Monte Padrão, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. 1 (1), Santo Tirso, pp. 49-66.
- (1952) Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. I, Santo Tirso, pp. 169-177.
- (1952a) Uma curiosa lápide funerária encontrada no Mosteiro de Roriz, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Santo Tirso, pp. 401-402.
- (1952-53) Inscrições do concelho de Santo Tirso. Séculos XI a XIX, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, II, Porto, pp. 435-462.
- (1953) Duas inscrições romanas inéditas do concelho de Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 3, Santo Tirso, pp. 397-401.
- (1954) Um bronze de arte, *Revista de Guimarães*, 64 (1-2), Guimarães, pp. 31-39.
- (1954-55) Inscrições portuguesas do concelho de Santo Tirso. Século XII-XIX, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, III, Porto, pp. 57-93.
- (1955) O castro de Monte do Padrão. Campanhas de 1952-53-54, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, 3 (4), Santo Tirso, p. 397-429.
- (1956) Inscrições romanas no concelho de Santo Tirso, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, Santo Tirso, pp. 63-70.
- (1956a) Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 2, Santo Tirso, pp. 63-70.
- (1956b) Algumas peças inéditas do Museu Abade Pedrosa - espólio arqueológico do Corvilho, *O concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. II, n.º 1, C. M. S.T. Santo Tirso, pp. 401-402.
- (1956c) Um notável instrumento pré-histórico do círculo nórdico, encontrada em Monte Córdova, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, IV, Porto, pp. 69-72.
- (1956d) *Santo Tirso. Ligeiros apontamentos para uma monografia*, Santo Tirso.
- (1977) Uma inscrição romana de Alvarelhos, Santo Tirso, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, Santo Tirso, pp. 161-170.
- (1977a) Santo Tirso, ligeiros apontamentos para uma monografia, *O Concelho de Santo Tirso - Boletim Cultural*, vol. V, n.º 1, Santo Tirso, pp. 161-170.
- (1979) Génese do concelho de Santo Tirso, *Actas do Colóquio de História Local e Regional*, (Santo Tirso, 17-18 de Março de 1979), Porto, pp. 407-414.

SARMENTO, Francisco Martins

- (1883-84) Inscrições inéditas, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses*, vol. IV, 2ª Série, Lisboa = Dispersos 1993, p. 175.
- (1884) O soldado que venceu Viriato, *A vida Moderna*, n.º 6, Porto, pp. 303-304.
- (1885) A inscrição de Burgães, *A vida Moderna*, vol. VI, n.º 6, Porto.
- (1888) Antigualhas, *Revista de Guimarães*, Porto, 1888, vol. V, Guimarães, pp. 157.
- (1887) Para o Pantheon Lusitano, *Revista Lusitana*, vol. I, Porto, pp. 227-240.
- (1895) A inscrição de Santo Tirso, *A vida Moderna*, vol. XVI, n.º 17, Porto, pp. 178-179.
- (1927) Cartas a Pereira Caldas, *Revista de Guimarães*, vol. XXXVII, Guimarães, pp. 1-9.
- (1930) Carta a Martins Capela, *Revista de Guimarães*, vol. XL, Guimarães, pp. 83-87.
- (1933) *Dispersos*, vol. I-II, Coimbra.
- (1970) Os inéditos de Martins Sarmiento, Antíqua, *Revista de Guimarães*, vol. LXXX, 1-2, Guimarães, pp. 11-72.

SILVA, Armando Coelho Ferreira da

- (1980) Organizações gentílicas de entre Leça e Ave, *Portugália*, Nova Série, 1 Porto, pp. 79-90.
 (1982) Organizações gentílicas de entre Leça e Ave, *Actas do Colóquio de História Local e Regional* (Santo Tirso 1979), Santo Tirso, pp. 381-399.
 (1986) *Cultura castreja no Noroeste de Portugal*, C. M. P. F., Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins.
 (1986a) Paços de Ferreira. As origens do povoamento: do megalitismo à romanização, *Paços de Ferreira - Estudos monográficos*, Paços de Ferreira, pp. 95-196.
 (1995) A evolução do habitat Castrejo e o processo de proto-urbanização no Noroeste de Portugal durante o I milénio a.C., *Revista da Faculdade de Letras - História*, Universidade do Porto, Porto, 505-546.
 (1999) *Citânia de Sanfins*, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira.
 (2007) A cultura castreja no Noroeste de Portugal, Paços de Ferreira.

SOEIRO, Teresa

- (1980) Objectos de bronze do Castro de Alvarelhos, *Gallaecia*, n.º 6, Santiago de Compostela, pp. 237-243.
 (1981) Objectos em bronze do castro de Alvarelhos, *Gallaecia*, n.º 6, A Coruña, pp. 237-243.
 (1984) *Monte Mozinho. Aparentamentos sobre a ocupação entre Sousa e Tâmega em época romana*, Penafiel – Boletim Municipal de Cultura, 3ª série, n.º 1, Penafiel.

SOUSA, J. J. de Rigaud de

- (1973) Subsídios para a Carta Arqueológica de Braga, *Studia Archeológica*, Santiago de Compostela - Valladolid (sep.), pp. 7-28.

TEIXEIRA, Ricardo

- (1999) *Plano de bacia hidrográfica do rio Ave*. Caracterização de valores Patrimoniais, Arquitectónicos e Arqueológico, Tomo 8 B, Direcção Regional de Ambiente, Porto, policopiado.

TEIXEIRA, C.; **MEDEIROS**, A. Cândido; **ASSUNÇÃO**, C. Torre

- (1965) Carta Geológica de Portugal (1 / 50 000). Notícia explicativa da folha 9-A, Póvoa de Varzim, S. G. P., Lisboa.

TOMÁS, Frei Leão de S.

- (1651) *Benedictina Lusitana*, Coimbra = Fac-símile, Lisboa 1974, 2 vols.

TORRES, Joaquim

- (1978-79) *Tesouro monetário do castro de Alvarelhos. Estudo numismático - Seriação cronológica e histórica*, Boletim Cultural de Santo Tirso, vol. I, n.º 2-3, Santo Tirso.

TOVAR, A.

- (1960) Lenguas prerromanas de la Península Ibérica, *Enciclopédia Lingüística Hispânica*, Vol. I, Madrid.

TRANOY, Alain

- (1980) Relegion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire romain, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, pp. 183-230.
 (1981) *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la Péninsule Ibérique dans l'antiquité*, Paris.

TRANOY, Alain; **LE ROUX**, Patrick

- (1989-90) As necrópoles de Bracara Augusta. As inscrições funerárias, *Cadernos de Arqueologia*, Série II, 6-7, Braga, pp. 183-230.

UNTERMANN, Jürgen

(1965) *Elementos de um atlas antroponímico de la Hispania Antigua*, Madrid.

(1980) Los teónimos de la región lusitano-gallega como fuente de las lenguas indígenas, *Actas del VI Congresso de Linguas y Culturas Paleohispánicas*. Lisboa, 1980, pp. 343-363.

VALDEIRAS, Manuel Garcia

(1997) En defensa da musealização da estação arqueológica de Monte Padrão, *Santo Tirso Arqueológico*, n.º, 2ª Série, Porto, pp. 131 - 137.

VAQUERO, Santiago Carretero

(1999) El Ejército romano del Noroeste Peninsular durante el alto imperio. Estado de la cuestión, *Gladius*, Tomo XIX Madrid, pp. 143-157.

VASCONCELOS, José Leite de

(1895) A cidade velha de Monte Córdova, *O Archeólogo Português*, vol. I, Lisboa, pp. 12-13.

(1905) *Religiões da Lusitânia*, Lisboa.

(1906) Notícias epigráficas - Lápide de Guidões, *O Archeólogo Português*, vol. XI, Lisboa, pp. 371-373.

(1915) *História do Museu Etnológico Português* (1893-1914), Lisboa.

VIEIRA José Augusto

(1887) *O Minho Pittoresco*, Vol. II, Lisboa.

VILLAR, Francisco

(1993-95) Um elemento de religiosidad indoeuropea: Trebarune, Toudopalandaigae, Trebopala, Pales, Vispála, *Kalathos*, 13-14, pp. 355-358.

VILLARONGA, L.

(1979) *Numismática antigua de Hispania. Iniciación a su estudio*, Barcelona 1979.

VOLK, T. R.

(1997) Inventari dels conjunts de monedes d'or i de plata de la Península Ibérica: D'August a Neró (prereforma), *La moneda en temps d'August*, MNAC, Barcelona, pp. 157-191.

YANGUAS, J. Santos

(1984) *Comunidades indígenas y administración romana en el noroeste Hispanico*, Vitória.

FICHA TÉCNICA

Título

Santo Thyrsos de Riba d'Ave

Coordenação

Álvaro de Brito Moreira

Autor

Alberto Pimentel

Notas e Comentários

Álvaro de Brito Moreira
Francisco Carvalho Correia

Concepção gráfica

Albino Carvalho
Mediana, Sociedade Gestora de Imagem e Comunicação, SA

Produção

Norprint, S.A.

Edição

Câmara Municipal de Santo Tirso

Tiragem

500 exemplares

ISBN

978-972-8180-28-7

Depósito legal

324843/11

Local e data de edição

Santo Tirso, 2011



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril | 4780-373 Santo Tirso
Tel. 252 830400 | Fax. 252 856534
Site: www.cm-stirso.pt
Email: gap@cm-stirso.pt



SANTO TIRSO
CÂMARA MUNICIPAL